

DIÁLOGOS CIENTÍFICOS EM PSICOLOGIA

**PRODUÇÕES CIENTÍFICAS 2022.1
VOLUME I**



**Maria da Penha de Lima Coutinho
Ana Flavia de Oliveira Borba Coutinho
Marcio de Lima Coutinho
(Organizadores)**

ISBN: 978-65-5825-159-0

**DIÁLOGOS CIENTÍFICOS EM PSICOLOGIA:
PRODUÇÕES ACADÊMICAS 2022.1**

VOL. I

**Maria da Penha de Lima Coutinho
Ana Flavia de Oliveira Borba Coutinho
Marcio de Lima Coutinho
(Organizadores)**

Centro Universitário – UNIESP

Cabedelo - PB
2022



CENTRO UNIVERSITÁRIO UNESP

Reitora

Érika Marques de Almeida Lima

Pró-Reitora Acadêmica

Iany Cavalcanti da Silva Barros

Editor-chefe

Cícero de Sousa Lacerda

Editores assistentes

Márcia de Albuquerque Alves
Josemary Marcionila F. R. de C. Rocha

Editora-técnica

Elaine Cristina de Brito Moreira

Corpo Editorial

Ana Margareth Sarmiento – Estética
Anneliese Heyden Cabral de Lira – Arquitetura
Arlindo Monteiro de Carvalho Júnior - Medicina
Aristides Medeiros Leite - Medicina
Carlos Fernando de Mello Júnior - Medicina
Daniel Vitor da Silveira da Costa – Publicidade e Propaganda
Érika Lira de Oliveira – Odontologia
Ivanildo Félix da Silva Júnior – Pedagogia
Patrícia Tavares de Lima – Enfermagem
Marcel Silva Luz – Direito
Juliana da Nóbrega Carreiro – Farmácia
Larissa Nascimento dos Santos – Design de Interiores
Luciano de Santana Medeiros – Administração
Marcelo Fernandes de Sousa – Computação
Thyago Henriques de Oliveira Madruga Freire – Ciências Contábeis
Márcio de Lima Coutinho – Psicologia
Paula Fernanda Barbosa de Araújo – Medicina Veterinária
Giuseppe Cavalcanti de Vasconcelos – Engenharia
Rodrigo Wanderley de Sousa Cruz – Educação Física
Sandra Suely de Lima Costa Martins - Fisioterapia
Zianne Farias Barros Barbosa – Nutrição

Copyright©2022 – Editora UNIESP

É proibida a reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio. A violação dos direitos autorais (Lei nº 9.610/1998) é crime estabelecido no artigo 184 do Código Penal.

O conteúdo desta publicação é de inteira responsabilidade do(os) autor(es).

Diagramação e capa:
Márcia de Albuquerque Alves

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Biblioteca Padre Joaquim Colaço Dourado (UNIESP)**

D537 Diálogos científicos em psicologia: produções acadêmicas 2022.1 [recurso eletrônico] / Organizadores, Maria da Penha de Lima Coutinho, Ana Flávia de Oliveira Borba Coutinho, Márcio de Lima Coutinho. - Cabedelo, PB : Editora UNIESP, 2022. 323 p. ; il. : color ; V.1.

Tipo de Suporte: E-book
ISBN: 978-65-5825-159-0

1. Produção científica – Psicologia. 2. Psicologia - Interdisciplinaridade. 3. Diálogos – Conhecimento científico. I. Título. II. Coutinho, Maria da Penha de Lima. III. Coutinho, Ana Flávia de Oliveira Borba Coutinho IV. Coutinho, Márcio de Lima.

CDU : 001.891:159.9

Bibliotecária: Elaine Cristina de Brito Moreira – CRB-15/053

Editora UNIESP
Rodovia BR 230, Km 14, s/n,
Bloco Central – 2 andar – COOPERE
Morada Nova – Cabedelo – Paraíba
CEP: 58109-303

SUMÁRIO

ADOÇÃO E PSICANÁLISE: ANÁLISE DO PROCESSO DE ADOÇÃO E SEUS DESAFIOS.....	5
A EDUCAÇÃO INCLUSIVA EM UM MUNICÍPIO DA PARAÍBA: A REALIDADE DO ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO (AEE) FRENTE A PANDEMIA DA COVID-19	25
QUALIDADE DE VIDA E OS EFEITOS DO ESTRESSE NO AMBIENTE ORGANIZACIONAL: UM ESTUDO RELACIONAL.....	42
A ARTE COMO PROCESSO DE CURA NA PSICOTERAPIA	60
INFLUÊNCIA TECNOLÓGICA NA PSICOLOGIA CLÍNICA EM CONTEXTO DE PANDEMIA COVID-19: UMA REVISÃO DE LITERATURA	81
SEXUALIDADE E IDENTIDADE DE GÊNERO NAS MÍDIAS DIGITAIS: UMA RELAÇÃO INTERSECCIONAL DE VIOLÊNCIA	96
PSICANÁLISE E A EDUCAÇÃO SEXUAL INFANTIL NA FAMÍLIA E NA ESCOLA: UM DESAFIO NA ATUALIDADE	115
A DANÇA COMO EXPRESSÃO ARTÍSTICA, CATARSE E ATIVIDADE TERAPÊUTICA.....	147
A RECONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE FEMININA APÓS A SEPARAÇÃO CONJUGAL	161
PSICANÁLISE: SIMBOLISMO, ANÁLISE E INFLUÊNCIA DAS INTERPRETAÇÕES DOS SONHOS	179
A ARTETERAPIA COMO FACILITADORA DO PROCESSO TERAPÊUTICO: UMA VISÃO INTEGRATIVA.....	195
IMPACTOS DA PANDEMIA DE COVID-19 NA ESCOLARIZAÇÃO DE ADOLESCENTES.....	215
INCLUSÃO DE JOVENS AUTISTAS NO ENSINO SUPERIOR: DESAFIOS E REALIDADES.....	234
OS EFEITOS DA COMUNICAÇÃO NO AMBIENTE ORGANIZACIONAL: ESTUDO DE CASO	254
DEPENDÊNCIA EMOCIONAL EM MULHERES VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA.....	275
<i>COPING</i> MUSICAL NO ENFRENTAMENTO DA ANSIEDADE	289
PSICOLOGIA E SEXUALIDADE: CONTRIBUIÇÕES DA INTERVENÇÃO PSICOLÓGICA CLÍNICA NO TRATAMENTO DAS DISFUNÇÕES SEXUAIS FEMININAS	303

ADOÇÃO E PSICANÁLISE: Análise do processo de adoção e seus desafios

Alanne de Melo Santana¹
Luís Augusto de Carvalho Mendes²

RESUMO

A adoção sempre foi uma pauta presente no campo da Psicanálise, pois pressupõe-se que, antes mesmo dos casais adotarem as crianças, ela é gerada no desejo dos seus pais. Há diversas questões que atravessam a adoção, como o exercício das funções de cuidadores, as dificuldades na criação e educação, e a transformação da criança no objeto “doado” pela mãe biológica, gerando nos pequenos sentimentos de rejeição, exclusão e abandono, e “recebido” pela mãe adotiva, desenvolvendo posteriormente o sentimento de pertença. Diante disso, o presente trabalho tem como objetivo geral identificar o motivo pelo qual os casais encaram um processo de adoção e como objetivos específicos refletir sobre como se configura uma mãe suficientemente boa; investigar os elementos que compõem o ambiente facilitador para a adoção; e analisar a importância de grupos de apoio para casais que se propõem a adotar, a fim de envolver melhor o material a ser estudado; Foram utilizados as bases de dados Periódico CAPES, Scielo Brasil e Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), com os descritores “adoção” “psicanálise” e foram encontrados inicialmente 222 artigos, após a aplicação dos critérios de inclusão e exclusão ficaram 9 artigos para leitura e análise. Com a leitura foi possível identificar a importância da preparação e dos instrumentos aos quais os adotantes podem ter acesso para que consigam agir de forma assertiva e, então, ter uma adoção eficaz. Percebeu-se além da motivação que levam os casais adotarem, as idealizações vinculadas ao desejo de que a adoção seja uma completude. E a adaptação de um “espaço” físico e psicológico para a elaboração de pertencimento para que exista um ambiente facilitador tornando a adoção eficaz. Uma das limitações do estudo se deu pelo número reduzido de artigos em seu critério temporal referentes a essa temática. Conclui-se a necessidade de fomentar nos sujeitos um olhar mais delicado as questões ligadas aos casais que buscam pela adoção e que este trabalho pode fomentar de forma positiva indivíduos em aspectos científicos, sociais e jurídicos.

Palavras-chaves: Adoção; Motivação; Psicanálise; Desejo; Paternidade.

ABSTRACT

Adoption has always been an agenda present in the field of Psychoanalysis, as it is assumed that, even before couples adopt children, it is generated in the desire of their parents. There are several issues that cross adoption, such as the exercise of caregiver functions, difficulties in raising and education, and the transformation of the child into the object “donated” by the biological mother, generating in the small feelings of rejection, exclusion and abandonment, and “received” by the adoptive mother, later developing the feeling of belonging. In view of this, the present work has the general objective to identify the reason why couples face an adoption

¹ Graduanda do Curso de Psicologia do UNIESP Centro Universitário. E-mail: alane.mello24@gmail.com.

² Prof. Orientador Doutor em Psicologia Social. E-mail: prof2032@iesp.edu.br@iesp.edu.br.

process and as specific objectives to reflect on how a good enough mother is configured; investigate the elements that make up the enabling environment for adoption; and analyze the importance of support groups for couples who propose to adopt, in order to better engage the material to be studied; The databases Periódico CAPES, Scielo Brasil and the Virtual Health Library (BVS) were used, with the descriptors “adoption” “psychoanalysis” and 222 articles were initially found, after applying the inclusion and exclusion criteria, 9 articles were left for reading. and analysis. With the reading, it was possible to identify the importance of preparation and the instruments that adopters can have access to so that they can act assertively and then have an effective adoption. In addition to the motivation that lead couples to adopt, it was perceived the idealizations linked to the desire for the adoption to be complete. And the adaptation of a physical and psychological “space” for the elaboration of belonging so that there is a facilitating environment making the adoption effective. One of the limitations of the study was the reduced number of articles in its temporal criterion referring to this theme. It is concluded the need to encourage subjects to have a more delicate look at issues related to couples seeking adoption and that this work can positively foster individuals in scientific, social and legal aspects.

Keywords: Adoption; Motivation; Psychoanalysis; Desire; Paternity.

INTRODUÇÃO

A adoção, segundo Reppold e Hutz (2003), pode ser definida como a criação de um relacionamento afiliativo que envolve aspectos jurídicos, sociais e afetivos que a diferenciam da filiação biológica. O Estatuto da Criança e do adolescente (ECA) Art.19 da Lei nº 8.069 de 13 de julho 1990, dispõe sobre a adoção trazendo por lei o domínio da disposição a adoção, carregando ao longo do tempo, avanços de forma significativa ao ato de adotar.

Sua consistência está no Art. 19 “Toda criança ou adolescente tem direito a ser criado e educado no seio de sua família e, excepcionalmente, em família substituta, assegurada a convivência familiar e comunitária, em ambiente livre da presença de pessoas dependentes de substâncias entorpecentes.” (BRASIL, 1990).

Mesmo em meio a tantas mudanças, pode-se observar que as leis anteriores ao ECA, em sua totalidade, priorizavam de alguma forma sempre a família biológica. “A adoção atribuiu ao adotado a condição de filho, com os mesmos direitos e deveres, inclusive sucessórios, desligando-o de qualquer vínculo com pais e parentes, salvo os impedimentos matrimoniais” (CCB, 2002). Embora as alterações estatais tenham sido feitas, é necessário um olhar delineado e cauteloso, pois ainda transcorrem preconceitos devido aos aspectos sociais, religiosos, econômicos e até mesmo políticos nesse campo.

Como se sabe, a adoção é um tema interdisciplinar por excelência, envolvendo saberes como psicologia, assistência social e direito, exigindo um encontro de suas práticas. E para Yamaoka (2009), a adoção envolve o encontro de pessoas que viveram ou ainda vivem situações de sofrimento intenso – perdas e dor pela infertilidade, de um lado, e negligência, abandono, abusos ou maus-tratos, de outro. Tornando-se essencial cuidar do encontro dessas pessoas, geralmente fragilizadas pelos sofrimentos e vivências anteriores a esse encontro.

Diante do encargo que é criar um filho, Valério e Lyra (2014, p.717) apontam as mudanças ocorridas em torno da sociedade com relação a atitudes e crenças diante da adoção.

Essa crescente modificação no significado da adoção se reflete tanto em mudanças jurídicas como no aumento de grupos de apoio à adoção. Todavia, também é um fato que são raros estudos que examinem a construção de significado tanto nas pessoas que pretendem adotar – pretendentes à adoção – como no círculo familiar mais amplo, ou família extensa, no qual se insere a criança ou adolescente.

Autores como Prynne (2001), Rushton (2003), Vargas (1998) e Weber (2003), indicam a precisão de mais estudos referentes à maternidade e paternidade em procedimentos como o de adoção e de acompanhamento dos pais no processo de construção dessa parentalidade adotiva.

Freud (1909-1996), em *Romances Familiares*, aponta que a adoção faz parte da construção dos romances familiares de todas as crianças em algum momento de sua vida. Nessa obra, aborda as interfaces dessa ficção – sua origem, seu desenvolvimento e objetivos – a partir do seu envolvimento na clínica. Na concepção do autor citado acima, a função dos pais assume um lugar primordial, porque, para a criança, são a fonte de todos os conhecimentos, portanto cruciais para o seu desenvolvimento.

Em contrapartida, Lacan (1984-1987), emprega a expressão “complexo familiar”, em sua obra *Os complexos familiares na formação do indivíduo*, abordando essa dinâmica familiar e compreendendo-a como grupo humano que desempenha um papel primordial na transmissão da cultura e estabelece entre as gerações uma continuidade psíquica, cuja causalidade é de ordem mental.

Assim, considerando que a Psicanálise se debruça sobre a formação da subjetividade do sujeito, postula-se que é necessário o desejo que nomeie um filho, pois há uma série de impasses que podem repercutir em efeitos devastadores e traumáticos sobre a criança no decorrer de sua vida. Nessa perspectiva, a adoção é uma possibilidade de o sujeito reconstruir novos laços afetivos e de ter lugar marcado em sua história familiar.

Sendo assim, todo sujeito, seja ele biológico ou adotivo juridicamente, necessita ser adotado no desejo do par parental que o escolheu, elegeu e o nomeou como filho. A Psicanálise busca formular noções sobre a construção simbólica dessa nova família, dos desejos da paternidade e as motivações que os levaram à prática da adoção a partir das discussões relacionadas à temática, a fim de evidenciar que o lugar da criança no mito familiar é único e singular (OLIVEIRA; SOUTO; SILVA JÚNIOR, 2017).

Mas sabe-se que, durante muito tempo, a ideia de adoção não era tão bem-vista como nos dias atuais e ainda hoje não são poucos os desafios enfrentados pelos pais adotivos e os filhos adotados mediante algumas noções da sociedade acerca dessa escolha. Por isso, muitos pais adotivos e muitos filhos afetivos passam por experiências confusas a respeito do seu papel na relação parental.

Gondim (2008), em pesquisa, aponta que ao decidirem pelo processo de filiação por meio da adoção, há grandes lacunas a serem acessadas bem antes da decisão de adotar. Por muitas vezes os adotantes não tomam consciência do que os motiva a realizar tal busca, pois não possuem o devido esclarecimento sobre tudo que permeia essa busca, colocando em risco não só sua vida psíquica e social, mas também a construção do outro que será seu dependente. Esses elementos infiltram-

se na mente dos adotantes em forma de questionamentos a respeito dos seus desejos parentais, dos estigmas a serem enfrentados, do enfrentamento de todo esse processo e também o que os encoraja para se tomar uma escolha tão complexa, que certamente mudará suas vidas por completo. Diante deste contexto, surge o seguinte problema de pesquisa: O que motiva os casais a enfrentarem um processo de adoção, tão longo e cheio de incertezas?

Percebe-se ainda que os motivos que levam os casais a adoção ainda é um grande tabu social, visto muitas vezes com preconceito ou motivo de vergonha, impactando assim a visão não só dos casais, mas de uma sociedade pouco informatizada a respeito daquilo que permeia a adoção e a qual a Psicanálise propõe-se a discutir (MAUX; DUTRA, 2010).

Segundo Levinzon (2020), descobre-se uma vasta gama de motivações inconscientes quando se fala em adoção. A forma como o adotante lida com seu complexo de Édipo, ou seja, como ele interage com seu pai e mãe, impacta no relacionamento da criança sem que a pessoa tenha consciência disso. O processo de tornar-se pai ou mãe leva inevitavelmente a um encontro real ou imaginário entre a pessoa e seus pais. É possível identificar-se com eles, ou desejar ser como foram como pais. Ao mesmo tempo, sentimentos inconscientes de rivalidade, medos e desejos de reparar danos imaginários podem estar presentes.

Partindo dessa premissa, esse trabalho mostra-se relevante por promover a discussão dos aspectos psicanalíticos a respeito da adoção, abrindo reflexões para as noções de desejo da paternidade e a busca pela responsabilidade social e afetiva por parte dos adotantes. A discussão sobre adoção ainda é pouco gerida pelos diversos meios nos dias de hoje, apesar de ter grande relevância política, econômica e social.

Entretanto, é possível esclarecer a percepção dos casais que buscam a filiação por adoção e trazer mais informação e conhecimento a uma sociedade ainda leiga em um processo tão delicado, trazendo também uma visão mais humana sobre a adoção.

Diante desta necessidade, foi possível desenvolver uma análise do processo de adoção levando em consideração os desafios enfrentados nessa jornada em uma perspectiva psicanalítica. Para colaborar com esse embasamento, esse trabalho possui, de forma concisa, o objetivo geral de identificar o motivo pelo qual os casais encaram um processo de adoção, com ênfase no desejo da paternidade e maternidade; e de forma específica refletir sobre como se configura uma mãe suficientemente boa; investigar os elementos que compõem o ambiente facilitador para a adoção; e analisar a importância de grupos de apoio para aqueles casais que se propõem a adotar, a fim de envolver melhor o material a ser estudado.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A base saudável de nosso psiquismo vem de nossa infância e se situa mais especificamente na mãe suficientemente boa, segundo Donald Winnicott (1999). Quando um indivíduo é inicialmente abandonado pela progenitora, muitas vezes ouve-se que a criança não era desejada, que a mãe não tinha condições psíquicas para lidar com o filho, situação socioeconômica desfavorecida, dentre outros. Mas, independentemente da justificativa, entende-se que a necessidade de criar a criança não pode ser atendida e, deste ponto em diante, abrem-se muitas discussões sobre a adoção a partir de teorias psicanalíticas. Podendo-se pensar a partir daí, em uma adoção suficientemente boa, não sendo apenas um evento bem sucedido, mas uma

família que consegue levar a adoção como um processo criativo e transformador (OTUKA; SCORSOLINI-COMIN; SANTOS, 2012).

De acordo com a teoria, uma mãe e pai presentes, que dão amor, cuidados constantes e apoiam seus filhos, criam para a criança um espaço saudável para seu desenvolvimento, independente se essa é sua família biológica ou não. A estrutura familiar se mostra tão importante quanto os genes familiares.

Lacan (1984, p.7), em os complexos familiares explica que “a significação de um indivíduo está em função de uma estrutura e não nele mesmo.” E esta estrutura é o lugar que este filho adquire frente a este pai e a esta mãe. O rompimento de laços afetivos primórdios deixa marcas, mas a qualidade das vivências com uma nova família será essencial para a estruturação deste indivíduo.

A seguir, dar-se-á ênfase aos seguintes temas: definição de adoção no que tange aos seus significados e desafios, diferenciação da filiação afetiva e biológica, motivações e desejo da paternidade e a adoção à luz da teoria psicanalítica.

A adoção foi implantada em nossa sociedade desde antigamente, estando na bíblia com a história de Moisés, sendo assim repetida e perpassa ao longo dos anos pela sociedade e suas modificações. Essa prática está recheada de inseguranças, medos, preconceitos, fantasias e angústias presentes na vida de adotantes que se dispõem e desejam a filiação por meio da adoção.

Segundo Paiva (2004 apud Araújo, 2020, p.11), afirma que a adoção possui um leque de significados amplo, envolvendo as visões no campo religioso e político, porém sua valorização vai depender de cada cultura e do modo de pensar. Perpassando pela Idade Média, onde sob influência da Igreja Católica, a adoção não foi bem-vista, alegavam que poderia influenciar o reconhecimento legal dos filhos adotados. No século XVI o filho adotado não desfrutava dos direitos reservados a ele, como a sucessão política ou a herança patrimonial. Pode-se observar com isso as modificações causadas no fundo político e religioso da organização familiar, diminuindo a importância da adoção devido ao cristianismo.

Em meio às diversas mudanças ocorridas no campo da adoção, Weber (2001 apud MAUX; DUTRA, 2010) nos traz o conhecimento da adoção à brasileira como prática comum no Brasil até os anos 80. Onde tratava-se de um método ilegal que consistia em registrar uma criança, nascida de terceiros, sem passar pelos trâmites legais. Nesse período, esse tipo de adoção no Brasil chegava a 90% do total de adoções. Sendo assim, a adoção era feita escondida, como motivo de infâmia e rebaixamento. Nos dias de hoje esse tipo de adoção não pode ser mais feito no Brasil, embora ainda seja praticada por algumas pessoas, que justificam o ato dizendo não saber de sua ilegalidade, e que na época de seu avô e de seu pai a adoção era realizada desta forma.

Somente com a introdução do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA (BRASIL, 1990), as mudanças pertinentes começaram a ser feitas em busca de eliminar as diferenças entre filhos adotivos e biológicos. No dia 13 de julho de 1990, foi feito o regulamentando o exercício da adoção no Brasil. Após isso, outra mudança aconteceu com o código civil de 1916, da Lei 3071/16 (ECA, 2021), que permite a adoção apenas para os casais sem filhos, ainda poderia ser revogada, permanecendo assim o vínculo entre o adotando e sua família de origem. No ano de 1957 (Lei 3.133/57), os casais que já possuíam filhos tinham permissão para adotar, no entanto, o filho não teria direito a herança. Em 1965 (Lei 4.655), o direito de adoção foi ampliado para as viúvas e os desquitados; trazendo também a legitimação adotiva, dando praticamente os mesmos direitos legais aos filhos adotivos que possuem os biológicos, interrompendo assim o vínculo do adotado com

sua família biológica. Unicamente com a legislação aplicada em 1988 que todos os filhos passam a ser tratados de maneira igualitária perante a lei.

Devido a busca constante pela humanização e o reconhecimento de direito do filho adotivo, o olhar começou a ser voltado também para os casais que buscam pela filiação adotiva. Há um movimento muito grande da parte que busca pela filiação, um misto de preconceito, medo, fantasias, angústias e ansiedade. Berthoud (1997), traz como relato que o preconceito mais grave da população em geral sobre a adoção relaciona-se ao fator genético, pelo desconhecimento sobre a herança genética. Atrasando assim, diversos processos de adoção.

A filiação afetiva e biológica por sua vez, em sua essência, transmite a percepção de que existem diferenças a respeito da forma com que os filhos chegam e a família é formada. Entretanto, esse não é um posicionamento pautado em qualquer tipo de preconceito ou trata-se da valorização e desvalorização de uma ou outra família.

Speck, Queiroz e Mattera (2018), trazem à tona uma questão ética, pois o desejo de uma criança nem sempre é igual ao desejo de adotar. É fundamental compreender o que está sujeito ao desejo de adoção e a pertinência da capacidade de se abrir ao outro. “Os pais não precisam ser perfeitos, só precisam ser humanos”. (LEVINZON, 2015 b, p. 35)

Embora o vínculo biológico seja importante, e também determinante nas ações jurídicas, ele precisa ser equilibrado ao vínculo socioafetivo, uma vez que, de acordo com o discurso psicanalítico, a paternidade e maternidade são funções exercidas. Ou seja, isso implica dizer que se o pai e/ou a mãe não “adotarem” seus filhos, mesmo que esses sejam biológicos, eles jamais serão pais, pois não estão de acordo, nem cumprindo seus papéis. Winnicott (1983), pôde compartilhar um pouco desse ponto de vista ao falar da teoria do relacionamento paterno-infantil em sua obra, o ambiente e os processos de maturação.

Na verdade, a infância é o período em que amear fatores externos para dentro da área da onipotência da criança está no processo de formação. O auxílio ao ego do cuidado materno possibilita ao lactente viver e se desenvolver, a despeito de não ser capaz de controlar ou de se sentir responsável pelo que de bom e mau ocorre no ambiente. (WINNICOTT, 1983, p. 38-39).

Miranda e Cohen (2012) argumentam com base nos ensinamentos de Lacan, que o significado da adoção de uma criança está vinculado a uma rede articulada de significados que pertencem a uma história de vida, e que é uma história que se escreve muito antes de os pais conhecerem a criança que desejam adotar. Assim como na gestação de um filho, a adoção de um filho também deve ocorrer por meio dessa lente única de encontro dos sujeitos com seus desejos.

Conforme Freud (1996), autor de Romances familiares, os laços de sangue não são suficientemente fortes para garantir ou sustentar uma relação de paternidade ou maternidade. Isso é, quando se pensa sobre o que é “ser pai” ou “ser mãe”, chega-se à conclusão de que há uma preponderância da socioafetividade sobre a genética.

Speck, Queiroz e Mattera (2018), tomam ainda para discussão nesse sentido o relato de um casal adotante que devido a:

Vulnerabilidade da adotante, afetada pela impossibilidade de desvincular seu passado da nova vivência, foi determinante para a devolução, pois isso não lhe permitiu perceber que a rejeição apresentada pela criança decorria da sua própria história de vida. A “ferida narcísica” do abandono sofrido na

infância pela adotante, acreditamos, marcou-a por uma produção fantasmática, impossibilitando a construção da nova filiação psíquica. (SPECK; QUEIROZ; MATTERA, 2018, p.184).

Para Oliveira, Souto e Silva Junior (2017), pensar o lugar da mãe e do filho no campo do desejo é necessário para algumas compreensões psicológicas, pois é importante para a construção do vínculo com a criança adotada é significativo destacar o desejo de ser mãe e o espaço psíquico destinado para a chegada de um filho, representando algo muito único.

Além dos aspectos afetivos prevalecerem sobre os biológicos, há um outro elemento importante que precisa ser discutido a respeito da filiação, a saber: as motivações que encorajam casais a enfrentarem um demorado processo para adotar e incorporar uma criança no seio familiar e é o que se pretende discutir a seguir.

Há uma extensa série de motivos que induzem um casal a adotar uma criança: questões em torno da infertilidade; pais que afirmam sempre pensar em adotar; a morte de um filho biológico; o contato com uma criança abandonada que provoca o desejo de cuidar dela; o desejo de ter filhos quando já não é mais possível biologicamente; o parentesco com pais biológicos que não podem cuidar da criança; o argumento de que “há muitas crianças necessitadas” e é melhor adotar do que pôr mais crianças no mundo. Em pesquisa realizada por Costa e Campos (2003), a casais sobre o que os motivavam no processo de adoção, as respostas obtidas foram:

O casal Santos afirmou que queria um filho e demonstrava entender ser esta uma motivação melhor, pois não vitimizava a criança adotada. “A gente não queria adotar uma criança para ajudar uma criança, ... Tirar do orfanato... A gente queria um filho”. O casal Silva contrapôs que outras motivações também poderiam ser adequadas como amar ou ajudar alguém, oferecer uma família a quem não tem. A esposa argumentou ainda que o desejo para ter filhos poderia não ser assim tão adequado, pois poderia ser decorrente de uma pressão social para gerar filhos e garantir a continuidade da família: “... É muito também de posição social. A família quer ser igual ao contexto. (GODIM, 2008, p. 225)

Pode-se perceber que as pessoas buscam a adoção por vários motivos, sendo a eles adequados ou não. Weber (2003), em sua pesquisa, deparou-se com uma amostra de 240 pais adotivos (recrutados em 105 cidades de 17 estados brasileiros), que a motivação fundamental para adoção foi não ter filhos biológicos (50%), sendo que os pais adotivos que participaram da entrevista contavam do desejo de assim como acontece com filhos biológicos eles queriam passar pelo experimento de cuidar de um bebê com poucos dias de vida. Para uma melhor compreensão desse tema, Ladvoat (2002) enfatiza a necessidade de os pais vivenciarem a dor da infertilidade para considerar outras opções no futuro, como a adoção.

Nessa situação, esses pais devem lidar com o luto de não poder ter filhos, o que torna necessário elaborar esse conflito, já que a incapacidade de vivenciar a maternidade cria impasses no desenvolvimento do conflito edípico, pois, segundo Freud, a gravidez é um momento fálico em que a mulher desperta o desejo de ter um filho, para compensar a renúncia ao pênis (OLIVEIRA; SOUTO; SILVA JUNIOR, 2017).

Diante dos embates presentes nos pais, derivados dos obstáculos da esterilidade, uma das fantasias existentes e que motiva a persecutoriedade é a

fantasia de que roubaram a criança e o medo de perdê-la. Em outras palavras, há uma série de perguntas que surgem ao lidar com situações de confronto, como quando se diz a "verdade" a uma criança. Nesse caso, ao contar a história de uma criança, são apresentados a ela informações importantes que ajudam a definir sua identidade, ao mesmo tempo que, os pais estão se apropriando das suas próprias histórias, revisitando antigos conflitos.

A clínica com a adoção é reveladora de que a abordagem das origens é uma das questões que mais angustia os pais adotivos, dada a possibilidade de suscitar uma variedade de temores e diferentes fantasias. Revelar à criança que ela é adotada reedita para os pais, experiências sentidas muitas vezes como penosas, por estarem ligadas a perdas intrínsecas que os motivam à adoção: seja a infertilidade, o filho biológico imaginário ou a impossibilidade de exercer a paternidade/maternidade. São também frequentes as fantasias e o medo de que um dia a criança saia em busca da família original e, assim, os abandone. (GHIRARD, 2015, p. 81).

A psicanálise põe em evidência o lugar da criança no mito familiar como único e singular. Ao construir algumas considerações sobre a adoção, em uma visão psicanalítica, entende-se que os papéis paternos e maternos não dizem respeito ao contorno biológico de homem e de mulher, mas ao lugar ocupado por um novo ser em seu desejo.

O desejo de solidariedade e altruísmo são insuficientes para o desenvolvimento de uma relação parental, pois as diversas emoções que são vivenciadas nessa relação, inclusive os sentimentos ambivalentes que encontram, perduram por muito tempo, necessitando de condições psíquicas para vivenciá-las. O desejo de ter e estar com esse filho deve se manifestar, pois a relação se sustenta não só pelo desejo de fazer o que é melhor para ele, mas também pelo desejo de que esse filho tenha um lugar na família (OTUKA; SCORSOLINI -COMIN; SANTOS, 2013).

Fryd (2005), pontua na obra de Freud intitulada *Romances Familiares*, o ensinamento a respeito da ideia de filho adotivo como sendo uma novela familiar que reafirma o sonho para todo sujeito neurótico de ter pais mais dignos, à altura de seus sonhos ideais. Pode-se observar, segundo Drummond, a mesma afirmação: “A novela familiar é a construção que a criança faz frente aos impasses que a própria estrutura lhe impõe” (DRUMMOND, 2005, p. 111).

Ao refletir sobre o desejo que se finda na construção do lugar do sujeito em sua existência. É descrita a falta de garantia que há no sujeito seja ele gerado de forma biológica ou não, uma vez que para a Psicanálise, “tanto faz se o sujeito é geneticamente filho de seus pais, o que conta é sua inscrição num desejo que não seja anônimo” (MOURA, 2013, p.392).

Afirmando assim, Batistelli e Silva (2017, p. 209), “a parentalidade é uma função que se desenvolve interiormente quando se origina o desejo de ter um filho e na relação com ele. O bebê ‘faz’ seus pais, assim como os pais fazem o bebê existir”.

Os pais, desse modo, terão que exagerar em seus cuidados e apoio à criança, expressando sua afeição com mais intensidade do que fariam em outra situação. Winnicott (1953/1997) justifica essa necessidade apresentando que, enquanto para a criança comum a experiência de ser ajudada até tornar-se um adulto figura-se como um enriquecimento, para a criança adotada tal provisão será decisiva no curso de seu desenvolvimento cujo fracasso poderá culminar na organização na linha antissocial. Muitos pais adotantes, no entanto, demonstram não ter o menor conhecimento

disso, e muitas vezes esforçam-se para manter uma visão idealizada da adoção, trazendo más consequências para o estabelecimento de um relacionamento sincero com o filho. (VERCEZE et al., 2015, p. 94).

O sujeito se ordena a partir da operação simbólica ou não. Segundo Lacan (1999), em sua releitura sobre o complexo de Édipo, elucida uma estranha questão sobre o desejo de uma mãe que repercute no sujeito ao afirmar que ela é essencial no desejo de um filho. O que o sujeito quer? O referido autor afirma que não se trata apenas de um desejo de atenção, contato ou presença do autor, mas sim "uma necessidade de seu desejo". A partir dessa primeira simbolização, em que se afirma o querer da criança, todas as complicações posteriores da simbolização são esboçadas, no sentido de que seu desejo é o desejo da criança" (LACAN, 1999, p. 188).

Como resultado, segundo Lacan, quando o objeto de desejo da mãe é retirado pela proibição parental, o círculo não se fecha completamente em torno da criança, e ela não se torna um objeto puro da mãe, porque não é a mãe que ela deseja, mas a si própria.

A capacidade psicológica da mãe, como objeto psíquico primário, deve ser levada em conta no desenvolvimento emocional da criança, pois a forma como tal capacidade lhe é disponibilizada tem impacto e torna-se referência em sua constituição psicológica.

Para que o sujeito nasça psiquicamente e possa "se ver", ele precisa inicialmente "ser visto" pelo objeto. Se o primeiro olhar do objeto estiver mediado por identificações projetivas massivas deste, ou se esse olhar faltar, acredita-se que a primeira noção de si mesmo pelo sujeito estará prejudicada desde o início. (HAUDENSCHILD, 2015, p. 145).

Em face do recorrido, Pinea e Sei (2015) apontam que o ambiente tem uma relevância primordial no desenvolvimento emocional, visto que falhas importantes no cuidado com a criança, a falta de estrutura para a adequação necessária em relação às suas necessidades primitivas são aspectos que influenciam diretamente o desenvolvimento psíquico do indivíduo. A ausência deste ambiente facilitador pode gerar desordens em relação à sua individualidade, às experiências emocionais, à construção de um ego e a existir enquanto "senhor de si".

MÉTODO

Este artigo trata de uma Revisão Integrativa da Literatura, que se baseia nas experiências dos autores durante o processo de revisão. Segundo Souza (2010), o objetivo geral de uma revisão de pesquisa é agregar fundamentos a um tópico de forma que seja relevante para o estudo.

Essas pesquisas estão disponíveis em diversos formatos, como: livros, documentos impressos, teses, artigos, sites e outros. Isso se dá porque é permitido ao investigador buscar dados para a sua pesquisa em trabalhos de autoria de outros pesquisadores, com a condição única de estarem devidamente registrados. De modo geral, essa pesquisa é caracterizada pela análise de documentos, propondo-se a revisão da literatura do tema previamente escolhido.

Considera-se uma abordagem qualitativa quando não são utilizadas técnicas estatísticas para analisar os dados da pesquisa, pois elas não conseguiriam atingir ou transmitir todas as informações de maneira exata, como opiniões,

comportamentos, aspectos psicológicos dos indivíduos ou grupos, suas atitudes e afins, logo, em oposição a abordagem quantitativa, faz-se uso da abordagem qualitativa quando é necessário explorar e descrever características mais complexas e subjetivas dos fenômenos ou objetos de estudo (RODRIGUES; LIMENA, 2006).

No âmbito deste estudo científico, para que haja entendimento foram usados seis fases para sua formação: 1. Elaboração da pergunta norteadora; 2. Estabelecimento de critérios de elegibilidade; 3. Selecionar as fontes de informações, 4. Coletas de dados; 5. Análises de dados; 6. Síntese do conhecimento.

A primeira fase tem como início a definição do problema e formulação de uma hipótese, partindo-se da seguinte pergunta norteadora: como a literatura científica vê o que motiva casais a passarem pelo difícil e extenso processo de filiação?, sendo utilizado a técnica PICO, sendo P- população (Casais), I- intervenção (analisar os estudos que apresentam os desafios enfrentados durante o processo de filiação), C- controle (não se adequa), O- desfecho (mecanismos que contemplem o que motivam casais no enfrentamento do processo de adoção). As pesquisas virtuais foram direcionadas pela combinação dos seguintes descritores: adoção; motivação; psicanálise; desejo; paternidade.

Na segunda fase, foram utilizadas nas duas bases os critérios de elegibilidade de inclusão todos os artigos no idioma português relacionados aos temas envolvendo a análise do processo de adoção e os desafios vivenciados por casais que buscam por este modelo de filiação, cujas fontes literárias estejam na versão pública, de cunho bibliográfico, artigos publicados em banco de dados do Periódico Capes, Scielo Brasil e Biblioteca Virtual em Saúde (BVS). Os critérios de exclusão são as publicações que se distanciaram do escopo do estudo, não tendo ligação com a adoção e psicanálise e os objetivos de descrever seu enredo e publicações duplicadas. O critério temporal consiste em todas as publicações sobre o tema no período de 2012 a 2022.

Constatado na terceira fase, um estudo estruturado de forma qualitativa, embasado em pesquisas bibliográficas, nas bases de dados da Capes, Scielo Brasil e Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), usando os operadores booleanos “adoção” AND “psicanálise”.

Na fase 4 iniciou-se a coleta de dados durante o mês de março de 2022, com acesso realizado ao portal da Capes, em busca das palavras-chaves “adoção” AND “psicanálise” e surgiram, 122 artigos, no portal Scielo Brasil, 47 artigos, e na Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), 53 artigos.

Figura 1: Todo o desenvolvimento das fases 3 e 4



Figura 1: Fluxograma da seleção de artigos a respeito dos operadores booleanos “adoção” and “psicanálise”.

Fonte: elaborado pelo autor

Na etapa de pré-análise, com busca realizada na base de dados da Capes, encontraram-se 122 artigos, no Portal Scielo Brasil, encontraram-se 47 artigos e na Biblioteca Virtual em Saúde (BVS) foram identificados 53 artigos. A etapa de identificação apontou, no total, para 222 registros.

Em seguida, para a etapa da exploração do material foram aplicados testes de relevância desenvolvida mediante a leitura dos títulos e seus respectivos resumos. Excluíram-se 117 artigos na base de dado da Capes, 43 artigos no Portal Scielo Brasil e 44 artigos também foram excluídos da Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), por estarem duplicados e por apresentarem discordância com a proposta de estudo não havendo ligação com a adoção de acordo com a visão psicanalítica. Portanto, foram separados 18 artigos para a leitura de texto completo.

Na fase de tratamento dos resultados, finalizou-se a seleção dos artigos a respeito da motivação de casais no enfrentamento do processo de adoção, com apenas 9 artigos, contendo um registro de 9 (oito) de síntese qualitativa e 2 (dois) de revisão de literatura.

As duas fases finais (5. Discussão dos resultados; 6. Apresentação da revisão integrativa.) foram descritas na seção Resultado e Discussão. Os resultados serão apresentados na forma de quadros de resumos e grades de categorias. Os resultados foram apresentados na forma de quadros de resumos e categorias, baseada no estudo de COUTINHO (2011).

RESULTADO E DISCUSSÃO

Para a melhor compreensão acerca da elaboração da revisão de literatura apresentada, foi confeccionado uma tabela que discorre sobre a seleção de artigos aqui contemplados. Elencou-se, por meio dela, os resultados encontrados na busca pelos descritores selecionados e a plataforma na qual estavam alojados.

Quadro 1: Listagem dos artigos selecionados quanto à base de dados, título e referências (n=09)

Base de Dados / Periódico	Título	Autores	Método	Resultados
(1) Periódico CAPES - Estilos Da Clínica, 2021, Vol.26.	Adoção tardia, filiação e devolução de crianças	SOUZA, B.M.A; LOBIANCO, A.C.	Revisão de literatura	Filiação simbólica como significante primordial enquanto função paterna e materna.
(2) Periódico CAPES - Psic.: Teor. e Pesq., Brasília, Jan-Mar 2012, Vol. 28 n. 1, pp. 55-63.	Adoção Suficientemente Boa: Experiência de um casal com filhos biológicos	OTUKA, L.K; SCORSOLINI-COMIN, F; SANTOS, M.A dos.	Estudo do tipo descritivo e exploratório	As motivações e a maneira como o processo de adoção se configura na realidade do lar substituto e seu poder de impacto no desenvolvimento posterior da criança e seu relacionamento intrafamiliar.
(3) Scielo Brasil - Psicologia: Ciência	Os aspectos psicológicos da	BARROS, J.F; RIBEIRO, P.W;	Embasamento teórico	A importância da preparação e dos

e Profissão 2021 v. 41 (n.spe 3), e215129, 1-13.	criança e do adolescente na adoção tardia	SOUZA, L.F.		instrumentos aos quais as famílias podem ter acesso para que consigam agir de modo assertivo e, então, ter uma adoção eficaz.
(4) Scielo Brasil - Psicologia: Ciência e Profissão, Brasília, v. 37, rt5´en. 4, p. 909-922, 2017.	Adoção e Psicanálise: a escuta do desejo de filiação	OLIVEIRA, P. A. B. A. de; SOUTO, J. B.; SILVA JÚNIOR, E. G. da.	Pesquisa de campo, de base qualitativa.	Ao abrir um espaço de escuta para os pais, esses expressaram idealizações vinculadas ao desejo de que a adoção seja uma completude, uma família perfeita, um filho bem cuidado para ser um bom cuidador dos pais na velhice dos mesmos. Idealizações de obediência, retorno nos estudos e devolução de afeto investido.
(5) Scielo Brasil - Psic. Clin., Rio de Janeiro, vol. 27, n.1, p. 175-194, 2015.	O “lugar” do filho adotivo na dinâmica parental: revisão integrativa de literatura	MORELLI, A.B; SCORSOLINI-COMIN, F; SANTEIRO, T.V.	Revisão integrativa da literatura	Os pais adotivos que aguardam e anseiam pelo filho que vão adotar também devem adaptar o “espaço” físico e psíquico para sua chegada. Toda essa preparação constitui o processo de transição para a parentalidade, que não se encerra com a chegada da criança ao lar, mas que recobre todo o tempo que antecedeu esse fato – a preparação dos pais e da família, participação nos cursos de postulantes à adoção – e também os primeiros meses ou anos da constituição dessa nova família.
(6) BVS - <i>Pensando fam.</i> 2018, vol.22, n.1, pp. 118-130.	O processo de adoção estrangeira e inter-racial: uma análise sobre a formação vincular	PASSOS, D; CAVALLARI, M; GOMES, I.C.	Análise documental de uma notícia veiculada na mídia brasileira a respeito de uma adoção	A psicanálise vincular oferece subsídios para se investigar uma metapsicologia por detrás dos processos intersubjetivos, sobretudo pelas suas

			nessa modalidade por um casal de atores	proposições a respeito da vinculação e dos conteúdos transmitidos geracionalmente na adoção.
(7) BVS - <i>Rev. SPAGESP</i> . 2015, vol.16, n.1, pp. 92-106.	Adoção e a psicoterapia familiar: uma compreensão winnicottiana	VERCEZE, F.A; SILVA, J.M; OLIVEIRA, K.M de; SEI, M.B.	Derivado de reflexões tecidas por meio do Projeto de Extensão PROEX 01619	Acredita-se que o conhecimento das fantasias e sentimentos inconscientes não elaborados que os membros trazem com relação à adoção, bem como a compreensão da dinâmica familiar e seus aspectos patológicos permitem ajudar a família como um todo.
(8) BVS - <i>Rev.Bras.Psicoter.</i> 2015;17(1):69-82.	Falso self e gesto espontâneo na psicoterapia psicanalítica de uma criança adotiva	PINÉA, A.C.F; SEI, M.B.	Estudo qualitativo pautado no referencial da psicanálise winnicottiana	A importância do trabalho de orientação e da psicoterapia com os pais adotivos, que favorecem o melhor conhecimento de suas resistências e fantasias em torno da adoção, ajudando-os na compreensão e no manejo do ambiente, de forma a melhor oferecer aquilo que o filho realmente necessita.
(9) BVS - <i>Psicol. Pesq.</i> 2012; 6(1): 61-67.	Uma criança é adotada: o lugar simbólico da filiação e seus efeitos subjetivos	MIRANDA, C.E.S; COHEN, R.H.P.	Tratamento analítico	Se existe uma posição de filiação é porque, a nosso ver, houve uma posição de adoção por parte dos pais, por algum motivo que nem sempre é reconhecido.

Fonte: elaborado pelo autor

Após a leitura na íntegra e compreensão dos artigos selecionados e dispostos na tabela acima, foi possível criar três categorias para melhor entendimento sobre os objetivos do trabalho. Intituladas por Motivações apresentadas pelos pais adotivos, discutindo o pensamento dos autores dos artigos 4, 5, 6 e 9, Configuração da mãe suficientemente boa e ambiente facilitador, discutindo o pensamento dos autores dos artigos 1, 2 e 8, e A importância de grupos de apoio a fim de uma adoção eficaz, com a discussão dos artigos 3 e 7.

MOTIVAÇÕES APRESENTADAS PELOS PAIS ADOTIVOS

O primeiro tópico trata-se de uma discussão acerca das motivações apresentadas pelos pais adotivos conforme investigado na literatura. De acordo com os artigos selecionados na fase de tratamento de resultados, foram separados os artigos (4, 5, 6 e 9) para debate neste tópico. E ao examinar o material encontrado, entende-se que as motivações que levam um casal a planejar ou se dispor a adotar uma criança, são diversos. Assimilá-las foi um movimento centrado em vários estudos redescobertos. Motivos estes que resultam em questões como infertilidade, morte biológica da criança, medo da gravidez ou o argumento de que “há muitas crianças necessitadas” em todo o mundo (MORELLI; SCORSOLINI-COMIN; SANTEIRO, 2015; LEVINZON, 2006). Outras questões que os candidatos enfrentam incluem: o desejo de uma criança recém-nascida para ter certeza de que sua educação reduzirá os fatores genéticos; o desejo por irmãos com fenótipos semelhantes, facilitando a identificação familiar; e o desejo por crianças saudáveis (MORELLI; SCORSOLINI-COMIN; SANTEIRO, 2015; LEVINZON, 2006).

Morelli, Scorsolini-Comin e Santeiro (2015) e Levinzon (2006) falam sobre a busca pela adoção como salvadora diante da dor causada pela impossibilidade de ter filhos proporcionando aos pais narcisistas uma forma de viver, mas a presença de um filho pode significar também a lembrança da incapacidade de ter filhos, reforçando a antinomia da relação. Diante disso, é necessário buscar os lutos inerentes à infertilidade, o que inclui a resolução do conflito entre o filho ideal e o filho real, a fim de evitar potenciais dificuldades no relacionamento com o adotado. Como resultado do processo de idealização, a família aceita a criança como criança, e a criança, por sua vez, aceita os pais como pais (MORELLI *et al.* 2015; GHIRARDI, 2009; OTUKA *et al.*, 2009; PINTO; PICON, 2009; ROSA, 2008; SANTOS *et al.*, 2003; SCHETTINI *et al.*, 2006).

Lacan (1984/1987 apud Oliveira, Souto & Silva Júnior, 2017) propõe um domínio das forças culturais sobre as naturais, pois a paternidade se deve às forças espirituais que moldaram o desenvolvimento da criança. As questões que roubam os sujeitos na construção dos vínculos familiares dizem respeito ao modo de prazer significativo. Onde o desejo do Outro que vai inscrever a criança em sua “indizível e enigmática existência” (Lacan, 1957-1958/1999, p. 555 apud Oliveira, Souto & Silva Júnior, 2017). Por meio da linguagem, há a possibilidade de tornar-se um sujeito desejante que se apropria da fala e estabelece seu lugar no mundo dos falantes (Lacan, 1957-1958/1999 apud Oliveira, Souto & Silva Júnior, 2017). É nesse desejo que se encontra e estabelece a existência do sujeito.

Gomes (2016 apud Passos, Cavallari & Gomes, 2018), afirma esse pensamento sob o desejo, ao falar que ter um filho consciente nada revela sobre um desejo inconsciente subjacente à esterilidade psicogênica; além disso, novos arranjos familiares dimensionam a maternidade e a paternidade como construções simbólicas que vão além do estabelecido biologicamente.

A manifestação da mãe ao afiliar um filho como seu, segundo indica Lacan (1938/2003 apud Miranda & Cohen, 2012, p. 63), essa “se faz em nome de um desejo e no lugar de uma falta, tenha esta saído ou não de seu ventre”. Em sua opinião, “a relação fantasmática do filho com sua mãe se passa como se um primeiro estado fosse um estado onírico, que é o justo momento em que a mãe deseja um filho”.

Miranda e Cohen (2012, p.63) corroboram de modo que o significado da adoção de uma criança está vinculado a uma rede articulada de significados relacionados a uma história de vida, formulada muito antes de os pais conhecerem a

criança que desejam adotar. Da mesma forma que a concepção de uma criança é guiada por um desejo, a adoção de uma criança é guiada pelo mesmo prisma. Sob essa perspectiva, a adoção é uma oportunidade para o sujeito reconstruir novos caminhos afluentes e ter um lugar na história de sua família.

CONFIGURAÇÃO DA MÃE SUFICIENTEMENTE BOA E AMBIENTE FACILITADOR

O segundo tópico é uma discussão sobre como configurar a mãe suficientemente boa e um ambiente acolhedor, conforme pesquisado na literatura. Os artigos (1, 2 e 8) foram separados para debate neste tópico com base nos artigos escolhidos durante a fase de processamento dos resultados.

Diante disso, para Winnicott (1951/1993 apud OTUKA; SCORSOLINI-COMIN; SANTOS, 2012), “a mãe suficientemente boa é aquela que consegue identificar-se estreitamente com seu filho, adaptando-se ativamente às suas necessidades”. Essa adaptação, por outro lado, deve diminuir gradualmente ao longo do desenvolvimento da criança, à medida que melhora a capacidade da criança de tolerar frustrações e outras falhas do ambiente. Ainda, considerando a importância atribuída por Winnicott (1952/1993 apud OTUKA; SCORSOLINI-COMIN; SANTOS, 2012) em se tratando da atual relação bebê-ambiente, vale destacar que o ambiente em questão parece ter sido suficientemente bom para a acolhida da criança adotiva, favorecendo, portanto, o amadurecimento progressivo da criança.

Enquanto que para, Hamad e Melman (2014, p. 83 apud Souza & Lobianco, 2021) para que uma mãe se constitua como tal para uma criança, como “primeiro endereço do Outro” para um sujeito, é preciso que ela se coloque, por sua presença real, como aquela que vem, “em pessoa, responder à demanda da criança”. Ela é “a sustentação incondicional do sujeito”, e o jogo simbólico “não salva a criança se a mãe real não se manifestar”. Constituindo assim, a filiação simbólica, que, dito de outra forma, trata das leis da linguagem e da linguística, particularmente na relação edipiana com a palavra do pai e essa figura crucial que Lacan apelidou de Nome-do-Pai na cultura. Como resultado, uma filiação simbólica passa pela inscrição na linhagem dos pais. Segundo Hamad (2002), ela é especialmente determinada pela posição da mãe em relação ao falo.

Por sua vez, Pinéa e Sei (2015) trazem como reforçador o ambiente facilitador que emerge através tanto da mãe suficientemente boa, relatada por Winnicott, como pela mãe que é o “primeiro endereço do Outro” como creem Hamad e Melman. “Se a família, adotiva ou não, for capaz de criar um lar no qual seus membros sintam-se confiantes e com condições para desenvolver suas potencialidades, ao “adquirir uma realidade psíquica pessoal que lhe permita sentir-se real, sentir que o mundo é real e experimentar a continuidade de sua existência” (p. 51)8, pode-se dizer que tal família está em contato com um ambiente facilitador”.

A IMPORTÂNCIA DE GRUPOS DE APOIO A FIM DE UMA ADOÇÃO EFICAZ

O terceiro tópico, traz como discussão a importância que os grupos de apoio exercem a fim de uma adoção eficaz, de acordo com pesquisa bibliográfica. Os artigos (3 e 7) foram separados para debate neste tópico com base nos artigos escolhidos durante a fase de processamento dos resultados.

Barros, Ribeiro e Souza (2021) manifestam que quando os futuros pais ainda estão considerando a adoção, eles devem reunir informações para desmascarar mitos sobre o processo e entender a importância de criar uma família que

proporcione bem-estar psicológico e emocional. Além disso, os pais adotivos devem dedicar toda a atenção ao filho, pois a criança/adolescente deve sentir-se valorizada e desejada pela nova família, a fim de evitar qualquer possibilidade de insucesso ao longo do processo de adoção. Dessa forma, a preparação dos pais e como eles agem neste momento são fatores importantes para que a adoção seja bem-sucedida no futuro. Quando os pais tiverem uma preparação e compreensão adequadas das etapas de adaptação, eles terão uma melhor compreensão dos aspectos psicológicos que afetam seus filhos, serão capazes de compreender seu comportamento e poderão agir com mais assertividade em resposta às demandas de seus filhos. Elucidando assim a fala do autor: “O grupo de apoio nos ajudou muito a obter informações e a aumentar ainda mais a faixa etária do nosso perfil para adoção. Porém, achávamos que adoção era ir no orfanato escolher uma criança que se identifica e levar embora e com o curso percebemos que o processo não era assim (Família 1)” (p. 09).

Por sua vez, Verceze, Silva e Oliveira (2015) alertam para a psicoterapia analítica de casal e família. Gomes e Levy (2009 apud VERCEZE; SILVA; OLIVEIRA, 2015) sugerem que essa modalidade surge como uma extensão da técnica individual, com maior desenvolvimento de contribuições teóricas pessoais. Argumentam que os profissionais brasileiros que atuam na área são influenciados pelas teorias argentina, inglesa e francesa, e que, apesar disso, mantêm uma posição de inovação na clínica. Indicam trabalhos como os de Machado, Féres-Carneiro e Magalhães (2008), que discutem o uso da arte-diagnóstico familiar como ferramenta de avaliação e construção da demanda de cuidado familiar, de Sei e Zanetti (2014) que oferece psicoterapia familiar no serviço-escola de Psicologia apoiada, com o uso de recursos artístico-expressivos para facilitar o tratamento, de Almeida, Costa e Gomes (2009) ele, entre outras coisas, retrata a psicoterapia familiar realizada na casa da família.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considera-se, a partir deste estudo, que os casais dispostos à adoção passam por diversos desafios, desde o desejo até a consolidação do processo de filiação. E a psicanálise, por sua vez, vem através da literatura “tornar possível” e elucidar o pensamento no que diz respeito às motivações e desejos, e orientar no que diz respeito aos papéis que precisam ser cumpridos e a importância de um acompanhamento psicológico seja ele grupal ou individual para uma adoção eficaz.

Como posto por Lacan (1938/2003 apud MIRANDA; COHEN, 2012, p. 63), a manifestação da mãe ao afiliar um filho como seu, “se faz em nome de um desejo e no lugar de uma falta, tenha esta saído ou não de seu ventre”. Entretanto, acredita-se que quando os pais tiverem uma preparação e compreensão adequadas das etapas de adaptação, eles terão uma melhor compreensão dos aspectos psicológicos que afetam seus futuros filhos, serão capazes de compreender seu comportamento e poderão agir com mais assertividade em resposta às demandas, possibilitando assim um ambiente facilitador para o adotando.

Acredita-se que os objetivos deste projeto foram alcançados ao ser possível diante das leituras identificar os motivos pelos quais os casais buscam pelo processo de adoção. Também foi possível refletir sobre a configuração da mãe suficientemente boa e os elementos que compõem o ambiente facilitado; e analisar a importância dos grupos de apoio. No entanto, devem ser consideradas as limitações desta pesquisa por se tratar de um estudo bibliográfico com material

proveniente de três bases de pesquisas, com artigos em português, o que limita o alcance dos seus achados, também precisa-se ser levado em consideração o período pandêmico. Defende-se que os achados são valiosos uma vez que podem auxiliar os profissionais de Psicologia no que diz respeito ao manejo e apoio de situações de adoção, igualmente sendo uma fonte de orientação aos casais em busca pelo processo de adoção.

O presente trabalho tem o intuito de transformar-se em publicação para ampliar o conhecimento na academia a respeito do que permeia a busca pela adoção, também com intuito de transformar-se em cartilha para maior alcance e orientação em âmbito científico, social e jurídico no que implica ao desejo de adotar.

REFERÊNCIAS

APPOLINÁRIO, F. **Dicionário de metodologia científica**: um guia para a produção do conhecimento científico. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2011. Disponível em: https://www.academia.edu/31581450/APPOLINARIO_Fabio_Metodologia_da_Ci%C3%AA%20ncia. Acesso em: 06 mar 2022.

ARAÚJO, M.M de. **A família no processo adotivo**: uma perspectiva psicanalítica. Atibaia.2020. p 01-28. Disponível em: <http://186.251.225.226:8080/bitstream/handle/123456789/267/TCC%20-%20MA%c3%8dRA%20MENDES%20DE%20ARA%c3%9aJO%20-%20Finalizado.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 20 Set. 2021.

BARROS, J. F de; RIBEIRO, P. W; SOUZA, L. F. **Os Aspectos Psicológicos da Criança e do Adolescente na Adoção Tardia**. Psicologia: Ciência e Profissão. v. 41 (n.spe 3), e215129, 1-13, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pcp/a/RiXcmQPCGBqrVBRrP8C7BHz/?lang=pt#:~:text=Na%20ado%C3%A7%C3%A3o%20tardia%2C%20os%20obst%C3%A1culos,de%20v%C3%ADnculos%20entre%20fam%C3%ADlia>. Acesso em: 05 mai 2022.

BATISTELLI, F.M.V & SILVA, M. C. P da. **Aurora e o processo de parentalização**. *J. Psicanal.* 50 (92), 209-224. 2017. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?pid=S0103-58352017000100016&script=sci_abstract&tlng=es. Acesso em: 04 mar. 2022.

BEE, H. **A criança em desenvolvimento**. 9ª Ed. Porto Alegre: Artmed, 2003.

BERTHOUD, C.M.E. **Filhos do coração**. São Paulo: Cabral Editora Universitária, 1997.

BRASIL. **Lei 8.069, de 13 de julho de 1990**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 16 jul. 1990. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm. Acesso em: 20 set. 2021.

BRASIL. **Lei Federal Nº 12.010/09**, de 03 de agosto de 2009. Nova Lei Nacional da Adoção. Brasília, 2009. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10406compilada.htm. Acesso em: 20 set. 2021.

COSTA, L.F. & CAMPOS, N.M.V. (2003). **A avaliação psicossocial no contexto da adoção**: Vivências das famílias adotantes. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 19 (3), 221-230. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ptp/a/CW3myH96fRxD7qH5mpGZcNR/?format=pdf&lang=pt>. Acesso: 20 set. 2021

COSTA, N.R do A. & Rossetti-Ferreira, M.C. (2007). **Tornar-se Pai e Mãe em um Processo de Adoção Tardia**. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/prc/a/qCNFbWZnftRdy4PmTGGYKQp/?format=pdf&lang=pt>. Acesso: 03 mar. 2022.

COUTINHO, M. P. L. Análise de conteúdo. In: COUTINHO, M. P. L.; SARAIVA, E. R. A. **Métodos de pesquisa em psicologia social: perspectivas qualitativas e quantitativas**, João Pessoa: Editora Universitária, p. 17-34, 2011.

DRUMMOND, C. (2005). **Nominar la adopción**. In J. Miller (Org.), Carretel: psicoanálisis com niños (pp. 111-116). Buenos Aires: Grama Ediciones.

ECA. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Brasília, 1990. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil/LEIS/L8069.htm>. Acesso em: 20 set 2021.

ECA. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Brasília, 2019. Disponível em : <https://www.gov.br/mdh/pt-br/centrais-de-conteudo/crianca-e-adolescente/estatuto-da-crianca-e-do-adolescente-versao-2019.pdf>. Acesso em 22 Set 2021

FREUD, S. **Romances familiares** (Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud, Vol. 9). Rio de Janeiro, RJ: Imago, 1996. (Original publicado em 1909).

FRYD, A. **Um niño es adotado**. In: J. Miller (Org.) Carretel: psicoanálisis com niños (pp. 21-27). Buenos Aires: Grama Ediciones, 2005.

GONDIM, A.K. et al . **Motivação dos pais para a prática da adoção**. **Bol. psicol**, São Paulo , v. 58, n. 129, p. 161-170, dez. 2008 . Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0006-59432008000200004&lng=pt&nrm=iso. acesso em 03 mar. 2022.

GHIRARD, M.L.A.M. **A devolução de crianças e adolescentes adotivos sob a ótica psicanalítica: reedição de histórias de abandono** (Dissertação de mestrado), 2008. Universidade de São Paulo, São Paulo, SP.

GHIRARD, M. L. A. M. **Devolução de crianças adotadas: um estudo psicanalítico**. São Paulo: Primavera Editorial, 2015.

HAUDENSCHILD, T. R. L. O primeiro olhar. In: FRANÇA, M. T. de B.; HAUDENSCHILD, T. R. L. (ed.). **A Constituição da Vida Psíquica**. 2. ed. São Paulo: Sociedade Brasileira de Psicanálise, 2015. p. 145-155.

LACAN, J. **Os complexos familiares na formação do indivíduo: ensaio de análise de uma função em psicologia**. Rio de Janeiro, RJ: Jorge Zahar, 1987 (Original publicado em 1984).

LACAN, J. **O Seminário (Livro 5: As formações do inconsciente)**. Rio de Janeiro, RJ: Jorge Zahar, 1999 (Original publicado em 1957-1958).

LADVOCAT, C. **Mitos e segredos sobre a origem da criança na família adotiva**. Rio de Janeiro: Booklink, 2002.

LEVINZON, G. K. **Tornando-se pais: a adoção em todos os seus passos**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2015b.

LEVINZON, G. K. **Tornando-se pais: a adoção em todos os seus passos**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2020.

MARCONI, M.D.A; LAKATOS, E.M. **Fundamentos de metodologia científica**. 9ª ed. São Paulo: Atlas, 2021. Disponível em: https://docente.ifrn.edu.br/olivianeta/disciplinas/copy_of_historia-i/historia-ii/china-e-india. Acesso em: 06 mar. 2022.

MAUX, A.A.B; DUTRA, E. **A adoção no Brasil: algumas reflexões Estudos e Pesquisas em Psicologia**, vol. 10, núm. 2, maio-agosto, 2010, pp. 356-372 Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, Brasil. Disponível em: <http://www.revispsi.uerj.br/v10n2/artigos/pdf/v10n2a05.pdf>. Acesso em: 20 Set. 2021

MIRANDA, C. E. S., & COHEN, R. H. P. **Uma criança é adotada:** o lugar simbólico da filiação e seus efeitos subjetivos. *Psicologia em Pesquisa*, 2012. 6(1), 61-67. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1982-12472012000100008&lng=pt&tlng=pt. Acesso em: 06 mar. 2022.

MORELLI, A. B; SCORSOLINI-COMIN, F; SANTEIRO, T.V. **O “lugar” do filho adotivo na dinâmica parental:** revisão integrativa de literatura. *Psic. Clin.*, Rio de Janeiro, vol. 27, n.1, p. 175 – 194, 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pc/a/6VhmXyHsJKxJFXCVrcJ55Lx/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 05 mai 2022.

MOURA, D.F.G. **Maternidade e poder.** *Rev.Mal-Estar Subj*, Fortaleza , v. 13, n. 1-2, p. 387-404, jun. 2013 . Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1518-61482013000100015&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 06 mar. 2022.

OTUKA, L.K; SCORSOLINI-COMIN, F; SANTOS, M.A dos. **Adoção suficientemente boa:** experiência de um casal com filhos biológicos. *Psic.: Teor. e Pesq.*, Brasília, Jan-Mar 2012, Vol. 28 n. 1, pp. 55-63. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ptp/a/xdCT6kqrg3YSWmZbQKtnj4D/?format=pdf&lang=pt>. Acesso: 04 mar. 2022.

OTUKA, L. K.; SCORSOLINI-COMIN, F.; SANTOS, M. A. dos. **Adoção tardia por casal divorciado e com filhos biológicos:** novos contextos para a parentalidade. *Estudos de Psicologia (Campinas)*, Campinas, v. 30, n. 1, p. 89-99, 2013. Disponível em: <https://dx.doi.org/10.1590/S0103-166X2013000100010>. Acesso em: 02 mai. 2022.

OLIVEIRA, P. A. B. A. de; SOUTO, J. B.; SILVA JÚNIOR, E. G. da. **Adoção e Psicanálise:** a Escuta do Desejo de Filiação. *Psicologia: Ciência e Profissão*, Brasília, v. 37, rt5´en. 4, p. 909-922, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pcp/a/9Bt59y8pPdQ3d36kFcz5WjP/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 13 dez. 2021.

PASSOS, D; CAVALLARI, M; GOMES, I.C. **O Processo de Adoção Estrangeira e Inter-Racial:** Uma Análise sobre a Formação Vincular. *Pensando fam.* vol.22, n.1, pp. 118-130, 2018. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/penf/v22n1/v22n1a10.pdf>. Acesso em: 06 Mai 2022

PINÉA, A. C. F.; SEI, M. B. **Falso self e gesto espontâneo na psicoterapia psicanalítica de uma criança adotiva.** *Revista Brasileira de Psicoterapia (Online)*, Porto Alegre, v. 17, n. 1, p. 69-82, 2015. Disponível em: <http://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/biblio-848101>. Acesso em: 02 Mai. 2022.

REPPOLD, C.T.; HUTZ, C.S. **Reflexão social, controle percebido e motivações à adoção:** Características psicossociais das mães adotivas. *Estudos de Psicologia*, 8 (1), 25-36, 2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/epsic/a/BN6bvW9QXBZJMrS4q39ddXf/?lang=pt>. Acesso em: 20 Set. 2021

RODRIGUES, M.L.; LIMENA, M.M.C. (Orgs.). **Metodologias multidimensionais em Ciências Humanas.** Brasília: Líber Livros Editora, 2006. Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/377118488/14-Metodologias-Multidimensionais-Em-Ciencias-Humanas-maria-Lucia-Rodrigues-e-Maria-Margarida-Calvacanti-Limena>. Acesso em: 06 mar 2022.

SEVERINO, A.J. **Metodologia do trabalho científico.** 23. ed. rev. e atual. São Paulo: Cortez, 2007. Disponível em: [https://www.ufrb.edu.br/ccaab/images/AEPE/Divulga%C3%A7%C3%A3o/LIVROS/Metodologia do Trabalho Cient%C3%ADfico - 1%C2%AA Edi%C3%A7%C3%A3o - Antonio Joaquim Severino - 2014.pdf](https://www.ufrb.edu.br/ccaab/images/AEPE/Divulga%C3%A7%C3%A3o/LIVROS/Metodologia%20do%20Trabalho%20Cient%C3%ADfico%20-%20Edi%C3%A7%C3%A3o%20-%20Antonio%20Joaquim%20Severino%20-%202014.pdf). Acesso em: 06 mar 2022.

SOLER, C. **O que Lacan dizia das mulheres.** Rio de Janeiro, RJ: Zahar, 2005.
SOUZA, M. T de; SILVA, M. D da; CARVALHO, R de. **Revisão Integrativa:** O que é e como fazer. *einstein.* 8(1 Pt 1):102-6, 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/eins/a/ZQTBkVJZqcWrTT34cXLitBx/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 06 mar 2022.

SOUZA, B.M.A; LOBIANCO, A.C. **Adoção tardia, filiação e devolução de crianças:** uma realidade brasileira. *Estilos da Clínica*, V. 26, nº 2, p. 342-355, 2021. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/estic/article/view/184160/175522>. Acesso em: 05 mai 2022.

SPECK, S; QUEIROZ, E.F de; MARTIN-MATTERA, P. **Desafios da clínica da adoção:** devolução de crianças. *Estud. psicanal.*, Belo Horizonte, n. 49, p. 181-186, jul. 2018. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-34372018000100018&lng=pt&nrm=iso. acessos em 27 abr. 2022.

VALÉRIO, T. A. M; LYRA, M. C. D. P. **A construção cultural de significados sobre adoção:** um processo semiótico. *Psicologia & Sociedade*; 2014, 26(3), 716-725. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/psoc/a/CK8s3BVSvh6qpVHQJm38Rhy/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 06 mar 2022.

VERCEZE, F.A; SILVA, J.M; OLIVEIRA, K.M de; SEI, M.B. **Adoção e a psicoterapia familiar:** uma compreensão winnicottiana. *Rev. SPAGESP*. vol.16, n.1, pp. 92-106, 2015. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rspagesp/v16n1/v16n1a08.pdf>. Acesso em: 06 Mai 2022.

WEBER, L. **Pais e filhos por adoção no Brasil**. Curitiba: Juruá, 2003.

WINNICOTT, D.W. **O ambiente e os processos de maturação:** Estudos sobre a teoria do desenvolvimento emocional. Porto Alegre: Artmed, 1983.

WINNICOTT, D. W. **Dois crianças adotadas**. In *Pensando sobre crianças* (M. A. V. Veronese, Trad., pp. 115-125). São Paulo: Artmed, 1997 (Original publicado em 1953).

WINNICOTT, D. W. **Os bebês e suas mães**. tradução Jefferson Luiz Camargo; revisão técnica Maria Helena Souza Patto. - 2ª ed. - São Paulo : Martins Fontes, 1999. - (Psicologia e pedagogia) Título original: *Babies and their mothers*. Bibliografia.

YAMAOKA, M.W. **Grupo de estudos e apoio à adoção de São Bernardo do Campo**. 2009. Periódico sobre adoção do GEAA-SBC, (8-9), 15-18. Recuperado de <http://www.geaasbc.com.br/112009.pdf>

A EDUCAÇÃO INCLUSIVA EM UM MUNICÍPIO DA PARAÍBA: A realidade do Atendimento Educacional Especializado (AEE) frente a pandemia da Covid-19

Ana Berenice Monteiro Ferreira¹
Ana Flávia de Oliveira Borba Coutinho²

RESUMO

Com a chegada da pandemia da Covid-19, o mundo teve que se adequar e buscar novas formas de acesso à educação no contexto da pandemia. Dentre os vários desafios que o sistema educacional enfrenta para manter os estudantes próximos à escola e em algum contexto de aprendizagem, destaca-se a necessidade de assegurar a inclusão das crianças e adolescentes com deficiência nesse processo. O presente trabalho tem como objetivo geral analisar os desafios encontrados pelos professores no apoio às crianças com deficiências no Atendimento Educacional Especializado (AEE) durante a pandemia do Covid-19. E como objetivos específicos: descrever os recursos, serviços e estratégias utilizados pelos professores do AEE; analisar a importância do AEE na ótica dos professores; identificar as dificuldades no apoio aos alunos com deficiência durante a pandemia do Covid-19. Trata-se de um estudo de campo onde participaram dois professores do AEE que atuam em um município da Paraíba. Diante dos dados apresentados e suas respectivas análises, conclui-se que o presente estudo permitiu a compreensão da importância das atividades propostas no desenvolvimento e na aquisição de conhecimentos por parte dos alunos com deficiência. Possibilitou ainda o conhecimento do trabalho do professor do AEE, que através da utilização de estratégias pedagógicas e intervenções específicas trabalhadas pode propiciar condições no desenvolvimento cognitivo, sócio emocional e psicomotor e contribuir para os conteúdos defasados no processo de aprendizagem.

Palavras-chave: Atendimento Educacional Especializado; Covid-19; Alunos com deficiência.

ABSTRACT

With the arrival of the Covid-19 pandemic, the world had to adapt and seek new ways of accessing education in the context of the pandemic. Among the various challenges that the educational system faces to keep students close to school and in some learning contexts, the need to ensure the inclusion of children and adolescents with disabilities in this process stands out. The present work has as general objective to analyze the challenges faced by teachers in supporting children with disabilities in Specialized Educational Assistance (AEE) during the Covid-19 pandemic. And as specific objectives to describe the resources, services and strategies used by AEE teachers, as well as analyze the importance of AEE from the teachers' point of view; in addition to identifying the difficulties in supporting students with disabilities during the Covid-19 pandemic. This is a field study in which two AEE teachers who work in

¹ Graduanda do Curso de Psicologia do UNIESP Centro Universitário. E-mail: anaberenicemf423@gmail.com.

² Profa. Orientadora Doutora em Psicologia Social. E-mail: anaflavia@iesp.edu.br.

a municipality in Paraíba participated. In view of the data presented and their respective analyses, it is concluded to allow the understanding of the importance of the proposed activities in the development and acquisition of knowledge by students with disabilities, enabling the knowledge of the work of the AEE teacher, through the performance of their work, through the pedagogical strategies and specific interventions worked by them, where it can provide conditions in the cognitive, socio-emotional and psychomotor development and contribute to the outdated contents in the learning process.

Keywords: Specialized Educational Assistance; Covid-19; Disabled students.

INTRODUÇÃO

Com a chegada da pandemia da Covid-19, o mundo teve que se adequar e buscar novas formas de acesso à educação no contexto da pandemia, visto que, garantir a educação inclusiva durante a pandemia, ou fora dela, é um direito dos estudantes. Dentre os vários desafios que o sistema educacional enfrenta para manter os estudantes próximos à escola e em algum contexto de aprendizagem, destaca-se a necessidade de assegurar a [inclusão](#) das crianças e adolescentes com deficiência nesse processo. Pois, assim como nos afirma Silva, Bins e Rozek (2020, p. 127), o vírus “acaba colocando em evidência e agravando as desigualdades sociais e educacionais, assim, ao pensar nas lições que o vírus pode nos ensinar, vislumbramos que existem oportunidades de mudanças no futuro”.

O Ministério da Educação, que instituiu as Diretrizes Operacionais da Educação Especial para o Atendimento Educacional Especializado – AEE – na educação básica, regulamentado pelo do Decreto nº 6.571, de 18 de setembro de 2008, afirma que a Educação Especial é uma categoria de ensino que percorre todos os níveis, etapas e modalidades, além de desempenhar o Atendimento Educacional Especializado (AEE), que propicia os recursos e serviços e direciona quanto a sua utilização no processo de ensino e aprendizagem nas turmas comuns do ensino regular. Para isso, os alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e os com altas habilidades/superdotação precisam ser matriculados através dos sistemas de ensino nas escolas comuns do ensino regular e no AEE (BRASIL, 2009), para assim, proporcionar o acesso e as condições para uma educação de qualidade.

Segundo o Decreto 7611, de 17 de novembro de 2011, esse AEE consiste em um conjunto de atividades, recursos de acessibilidade e recursos pedagógicos que são organizados institucional e continuamente (BRASIL, 2011). O AEE, como uma modalidade da Educação Especial, compreende que a distinção se diferencia infinitamente, e se contradiz a uma prática muito consolidada dessa modalidade de ensino em que a deficiência é vista como ponto de partida e de chegada para o atendimento desse aluno.

Machado (2013) descreve que a finalidade do AEE é a de desfazer a ideia de que a dessemelhança é limitada a identidades fechadas, que delimitam o aluno à sua deficiência e à concepção de um serviço especializado para os alunos que são considerados como aqueles que apresentam um desempenho acadêmico que não atende ao esperado pela sala de aula comum.

Por isso, a diferença é uma condição que constitui a pessoa como sujeito. O processo de diferenciação que responde pela produção de identidades móveis é sempre uma multiplicação. A diversidade, em contraposição, reafirma a identidade

estática, fixada, enquanto a multiplicidade demonstra a diferença que não tem fim. Acolher o outro, numa pedagogia inclusiva, é acolher esse outro como alguém cuja diferença é infinitamente irreduzível (MACHADO, 2013).

O papel da escola e dos sistemas de ensino é “envidar esforços para que os sujeitos com alguma dessas características tenham garantido o direito ao atendimento educacional especializado para vencer possíveis dificuldades na aquisição das competências educacionais” (DRAGO, 2011, p. 436). Portanto, assim como em tempos “normais” o acesso e as condições para o atendimento educacional especializado é um desafio, mesmo em tempos difíceis, assim como o período pandêmico, deve haver a preocupação com a garantia dessa inclusão para proporcionar uma educação inclusiva e de qualidade.

A pandemia tratou de alterar uma rotina consolidada no sistema educacional, e que de maneira geral não retrocederá. Algumas mudanças vieram para ficar e estas alterações precisam incluir todos os alunos.

De acordo com as informações que descrevem o AEE, segundo Cury et al (2020), surge no contexto educacional inclusivo a perspectiva de encarar as barreiras que ocasionam dificuldades aos estudantes e a necessidade de implementar condições adequadas de acessibilidade para a melhoria na sua comunicação e na mobilidade. Essas ações irão colaborar de forma eficiente para sua independência e autonomia.

A garantia do direito à educação ao aluno com deficiência, mesmo em tempo de pandemia, deve ter como linha de atuação este sistema educacional inclusivo, ou seja, mesmo em casa o aluno deve receber toda a assistência necessária para que possa se desenvolver educacionalmente (CURY et al, 2020).

Diante deste contexto, surge o seguinte problema de pesquisa: Quais os desafios encontrados pelos professores no apoio às crianças com deficiências no AEE durante a pandemia da Covid-19? Partindo disto, o presente trabalho permite mostrar os desafios dos professores do AEE frente a pandemia do Covid-19 e quais os recursos, serviços e estratégias são utilizados durante esse período. Ou seja, levará ao entendimento da elaboração e organização dos recursos pedagógicos e de acessibilidade que permitem a atuação dos professores do AEE junto aos alunos com deficiência, levando em consideração suas necessidades específicas de aprendizagem e desenvolvimento.

Para a elaboração deste trabalho, foi adotado como objetivo geral: analisar os desafios encontrados pelos professores no apoio às crianças com deficiências no AEE durante a pandemia da Covid-19 e como objetivos específicos, para um debate mais detalhado e minucioso sobre o tema, elencaram-se: descrever os recursos, serviços e estratégias utilizados pelos professores do AEE; Analisar a importância do AEE na ótica dos professores; e Identificar as dificuldades no apoio pedagógico aos alunos com deficiência durante a pandemia da Covid- 19.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

De acordo com a perspectiva educacional inclusiva a escola deve rever seus paradigmas em prol de acolher toda a diversidade existente na comunidade escolar e segundo a Legislação educacional, os estudantes público-alvo da Educação Especial (PAEE), que são os que apresentam deficiências, transtornos globais do desenvolvimento ou Altas habilidades/superdotação (BRASIL, 2011), têm direito ao AEE.

Dentre as atribuições do professor do AEE, estão a produção e organização dos serviços, recursos pedagógicos e de acessibilidade. Elaboração e execução do plano do AEE e dos atendimentos na sala de recursos multifuncionais. Estabelecimento de parcerias na elaboração de estratégias, na disponibilização de recursos de acessibilidade e pedagógicos. Orientação aos professores, estabelecendo articulação com os professores do ensino comum e famílias. Instruir quanto ao uso da tecnologia assistiva para promoção da participação nas atividades escolares pelos estudantes do AEE (BRASIL, 2009).

Devido à situação da pandemia do COVID-19, no Brasil, a partir de março de 2020, as escolas suspenderam suas aulas. Assim, estados e municípios organizaram seus decretos de acordo com orientação do Conselho Nacional de Educação (CNE) e muitas escolas passaram abruptamente a oferecer as aulas via plataformas on-line ou buscaram outros caminhos para atingir seus objetivos pedagógicos, sem impactar no isolamento social necessário para contenção da pandemia.

A PANDEMIA DA COVID-19 E A ESCOLA

Desde o final do ano de 2019, o mundo tomou conhecimento do aparecimento de um novo vírus corona, a partir do comunicado feito pelas autoridades chinesas à Organização Mundial da Saúde (OMS), que imediatamente classificou o novo vírus como perigoso às populações por seu potencial de contaminação e letalidade. A OMS declarou, em 30 de janeiro de 2020, que o surto da doença causado pelo novo coronavírus (COVID-19) constitui uma Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional (PEREIRA; NARDUCHI; MIRANDA, 2020).

Com a chegada dessa pandemia, o isolamento social e o conseqüente fechamento das escolas fizeram com que as mesmas fizessem a transferência para as modalidades virtuais. Com o novo coronavírus a escola tornou-se um dos espaços mais temidos pelo risco da transmissão, pois a sua multiplicidade e heterogeneidade cria vínculos entre aqueles que são menos propensos aos sintomas graves da doença a todos os demais que podem ser até mortalmente propensos (ARRUDA, 2020).

Conforme dados divulgados pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) órgão que monitora os impactos da pandemia na educação, diz que “o fechamento das instituições de ensino afeta diretamente mais de 72% da população estudantil no mundo” (UNESCO, 2020b apud Vieira e Silva 2020, p. 1014).

Com isso, Arruda (2020, p. 258) evidencia que:

O ineditismo deste evento não nos permite tecer considerações a curto ou médio prazo sobre como será o mundo e as múltiplas relações que a humanidade construiu. Não se trata, a meu ver, de considerar o elemento do isolamento social como implicador do modo de ver o mundo futuramente. O isolamento social promoveu transformações econômicas severas imediatas, com a parada obrigatória de inúmeros setores, modificou nossa relação com a arte, devido à ausência do compartilhamento presencial de experiências de fruição e, no caso da educação, promove desconstruções sob a forma como o ensino e a aprendizagem são vistos socialmente.

A adoção das atividades não presenciais, apoiadas pelo uso dos recursos oferecidos pelas Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC), constituiu-se, assim, num caminho para minimizar as perdas causadas, no campo da educação,

pelo isolamento social. Dessa forma, as TICS surgiram como uma alternativa para evitar que os estudantes sofram prejuízos no processo de ensino-aprendizagem (PEREIRA; NARDUCHI; MIRANDA, 2020).

Conforme Martins (2020, p. 251) citado por Rondini; Pedro; Duarte (2020), o cenário da pandemia trouxe novas e velhas reflexões e preocupações para o campo educacional, tais como “[...] as condições de trabalho do docente, a qualidade do processo de ensino-aprendizagem, a relevância e o significado dos temas a serem abordados, o desenvolvimento de práticas pedagógicas centradas no estudante [...]”.

O AEE E A EDUCAÇÃO ESPECIAL NO BRASIL

De acordo com Bridi (2009, p. 50), “a Educação Especial, no contexto da nova Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva, é definida como uma modalidade de ensino que perpassa todos os níveis, etapas e modalidades de educação”. O uso da terminologia necessidades educacionais especiais possibilitaram relativizar as categorias diagnósticas, bem como, implicar o contexto na diminuição da desvantagem do sujeito em relação ao meio. Para além do diagnóstico, a necessidade de se olhar para o sujeito e reconhecer possibilidades de aprendizagens, apostando em adaptações tanto do sujeito como do meio (BRIDI, 2009).

No caso de alunos com necessidades educacionais especiais, o acesso à educação e a permanência na escola, preferencialmente na rede regular de ensino, estão garantidos na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei n. 9.394/96, assim como a exigência de adequação dos sistemas de ensino para atender as especificidades deste alunado (MELETTI, 2014).

Foi implementado em 2003, pelo Governo Federal, vários programas que, unidos a uma série de ações, objetivavam criar uma política de educação inclusiva. Em 2008, elaborou-se um documento oficial cujas diretrizes visavam à implantação dessa política. Esse documento, intitulado Política de educação especial na perspectiva da educação inclusiva - PEE-EI -, articulado aos programas propostos, indicou os rumos da educação especial no sentido de elaborar uma proposta de educação dentro da classe comum para alunos público-alvo da educação especial - PAEE (KASSAR, 2012 apud PASIAN; MENDES; CIA, 2017). A PEE-EI indica que os alunos PAEE devem ser matriculados na classe comum, devendo frequentar o serviço de AEE no contraturno (BRASIL, 2008b).

A partir de 2008, houve a criação de várias políticas que abordaram o serviço de AEE, o qual deve ser ofertado dentro das Salas de Recursos Multifuncionais (SRM), colocando como dever dos sistemas de ensino garantir o acesso ao ensino comum e ao AEE aos educandos PAEE (BRASIL, 2011).

O AEE identifica, elabora e organiza recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras para a plena participação dos alunos considerando suas necessidades específicas. As atividades desenvolvidas no atendimento educacional especializado diferenciam-se daquelas realizadas na sala de aula comum, não sendo substitutivas à escolarização. Esse atendimento complementa e/ou suplementa a formação dos alunos com vistas à autonomia e independência na escola e fora dela. (...) Ao longo de todo o processo de escolarização, esse atendimento deve estar articulado com a proposta pedagógica do ensino comum (BRASIL, 2008).

O ALUNO COM DEFICIÊNCIA NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Segundo Brandenburg e Lückmeier (2013), muitos movimentos nacionais e internacionais foram realizados, buscando sempre o acordo para a formatação de uma política de integração e de educação inclusiva, mas o marco histórico da inclusão foi em junho de 1994, com a declaração de Salamanca, na Espanha, na Conferência Mundial Sobre Necessidades Educativas Especiais. Evento realizado pela UNESCO, com participação de 88 países e 25 organizações, apontando para os princípios de que toda a criança tem o direito fundamental à educação assim como a oportunidade de obter e manter o mínimo aceitável de conhecimento.

A inclusão social está inserida na temática de um Estado Democrático e Social de Direitos, no qual todas as pessoas podem acessar seus direitos. Assim, ainda segundo Segundo Brandenburg e Lückmeier (2013), a LDB também estabelece a educação infantil como primeira etapa da educação básica, tendo como base o desenvolvimento integral de todas as crianças, inclusive as com necessidades educacionais especiais (Art. 58 e 59).

Glat, Pletsch e Fontes (2007), enfatiza que Educação Inclusiva não consiste apenas em matricular o aluno com deficiência em escola ou turma regular como um espaço de convivência para desenvolver sua 'socialização'. A inclusão escolar só é significativa se proporcionar o ingresso e permanência do aluno na escola com aproveitamento acadêmico, e isso só ocorrerá a partir da atenção às suas peculiaridades de aprendizagem e desenvolvimento.

A inclusão de alunos com necessidades especiais e/ou deficiência na escola comum, segundo Denari (2008, p.2) citado por Albuquerque (2014), é, antes, uma demanda social relacionada aos direitos primeiros de educação, cujo fundamento ético independe de outros fatores considerados na convivência de sua implementação.

A meta da inclusão é não deixar ninguém fora do sistema escolar, mas, para ter sucesso, não basta apenas modificações na estrutura física das escolas é preciso mudança de postura da comunidade escolar. Nesse processo, é preciso que professores ressignifiquem posturas, olhares, propostas pedagógicas, desfamiliarizem-se de paradigmas já consolidados que promovem uma visão de mundo linear, guiados pela perspectiva da homogeneização, da igualdade, da normalização. É abandonar a segurança do que tinha como cenário ideal de ensino e aprendizagem e mergulhar na insegurança de um novo fazer (LIMA; SOUZA, 2013).

Ainscow (2004) citado por Glat, Pletsch e Fontes (2007, p. 345), sugere que a inclusão escolar deve ser ancorada em três aspectos inter-relacionados, a saber:

- a) a presença do aluno na escola, substituindo o isolamento do ambiente privado familiar pela sua inserção num espaço público de socialização e aprendizagem;
- b) a sua participação efetiva em todas as atividades escolares, a qual não depende apenas de 'estímulos' de colegas e professores, mas do oferecimento de condições de acessibilidade e adaptações curriculares que se façam necessárias;
- e c) a construção de conhecimentos, função primordial da escola, e meta a ser perseguida durante o processo de inclusão.

Portanto, a Educação Inclusiva se baseia justamente no pressuposto de que se a escola oferecer um currículo flexível e vinculado aos interesses individuais e sociais dos

alunos, garantir acessibilidade de locomoção e comunicação em suas dependências, e desenvolver metodologias e práticas pedagógicas que atendam às demandas individuais, todos terão condições de aprender e se desenvolver juntos (GLAT, PLETSCHE E FONTES, 2007).

METODOLOGIA

O trabalho desenvolvido trata-se de uma pesquisa de campo, na qual, segundo Severino (2014), o objeto/fonte é abordado em seu próprio meio ambiente. A coleta dos dados é feita nas condições naturais em que os fenômenos ocorrem, sendo assim diretamente observados, sem intervenção e manuseio por parte do pesquisador. Abrange desde os levantamentos que são mais descritivos, até estudos mais analíticos.

A pesquisa utilizou as abordagens quantitativa e qualitativa. Para Diehl (2004) citado por Dalfovo; Lana e Silveira (2008), a pesquisa quantitativa pela uso da quantificação, tanto na coleta quanto no tratamento das informações, utiliza-se de técnicas estatísticas, objetivando resultados que evitem possíveis distorções de análise e interpretação, possibilitando uma maior margem de segurança; já a pesquisa qualitativa, por sua vez, descrevem a complexidade de determinado problema, sendo necessário compreender e classificar os processos dinâmicos vividos nos grupos, contribuir no processo de mudança, possibilitando o entendimento das mais variadas particularidades dos indivíduos.

O método utilizado foi o descritivo, onde, de acordo com Cervo, Bervian e Silva (2007), a pesquisa descritiva procura descobrir, com a maior precisão possível, a frequência com que um fenômeno ocorre, sua relação e conexão com outros, sua natureza e suas características.

O levantamento de dados ocorreu com professores que lecionam no Atendimento Educacional Especializado (AEE) em escolas de um município paraibano. Foram excluídos da pesquisa professores que não são especificamente do AEE.

Como instrumentos foram utilizados o questionário sociodemográfico e a entrevista semiestruturada elaborada pela pesquisadora (Apêndice 1), a fim de compreender a temática abordada. Esses instrumentos foram redigidos através da ferramenta Word, impresso e aplicados aos professores participantes, sendo antecedido pelo Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (Apêndice 2), que diz respeito à natureza do estudo, suas etapas, riscos e benefícios, recusa da participação e confidencialidade.

Os dados coletados por meio do questionário sociodemográfico e da entrevista semiestruturada, foram analisados por meio de tabelas geradas no Excel e as entrevistas foram analisadas pela análise de conteúdo proposta por Bardin (2011).

Este estudo foi submetido e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa através da Plataforma Brasil, com número CAAE 55515622.6.0000.5184, considerando-se os aspectos éticos pertinentes a pesquisas envolvendo seres humanos, de acordo com a Resolução nº 466/12 e Resolução nº 510/16.

RESULTADO E DISCUSSÃO

Em relação aos dados sociodemográficos, foi feita a coleta com dois professores, um do sexo masculino (professor 1) e a outra do sexo feminino

(professor 2), ambos com 38 e 33 anos de idade respectivamente. O Professor 1 é solteiro e o 2 é casado.

Quadro 1: Dados Sociodemográficos

	Sexo	Idade (Média=35)	Tempo trabalho	Formação	Especialização
Professor 1	M	38	4 anos	Psicopedagogia	Educação Inclusiva com ênfase em Tecnologia Assistiva
Professor 2	F	33	3 anos	Letras Libras	Não possui

Fonte: autoria própria.

Quando indagados sobre o tempo de trabalho no AEE, eles responderam: professor 1, quatro anos e o professor 2, tem três anos. Sobre a formação o professor 1 é Psicopedagogo e o professor 2 é formado em Letras Libras. Em relação a especialização, o professor 1 tem especialização em Educação Inclusiva com ênfase em Tecnologia Assistiva e o professor 2 não possui.

Tabela 2: Categorias advindas das entrevistas com professores do AEE.

Categorias	Unidades Temáticas	f	%
Organização e funcionamento do AEE	“... fazemos o curso de formação na FUNAD () coletar a ficha dos alunos junto com o laudo nas escolas (2) programação e organização para os atendimentos () fazemos contato com as famílias para buscar informações (2) fazemos o contato com a criança (2) somos orientados pela FUNAD que a criança não precisa ter necessariamente um laudo para ser atendido pelo AEE () é feito o contato com os professores da sala regular () é importante essa parceria, tanto com a família, quanto com os professores da sala de aula regular com os professores do AEE ()”	11	26,82
Desafios no apoio às crianças do AEE na pandemia	“... o que mais encontramos são desafios durante o dia-a-dia, e muitas vezes vem da própria família () a primeira dificuldade foi não manter o contato físico com as crianças para evitar a contaminação pelo vírus (2) muitas crianças não possuem o acesso à tecnologia (2) a falta de interesse dos pais em fazer em casa as atividades propostas () eu sinto a falta de profissionais para dar suporte, pois há uma grande demanda de alunos com deficiência para serem atendidos pelo AEE () há uma limitação por parte dos professores da sala comum em ter um contato efetivo e regular com a gente () a falta de concentração de algumas crianças para a realização das atividades em casa () depois que foi feita a liberação para a voltar às atividades presenciais uma dificuldade foi manter as eles de máscaras ()”	10	24,40

Recursos, serviços e estratégias do AEE que usam	“... a gente usou muito as tecnologias () era preparado os materiais, gravávamos as aulas e era enviado para o grupo de WhatsApp das famílias para que elas tentassem em casa fazer as atividades com as crianças () fazíamos chamadas de vídeo para mostrar as atividades (2) os que não tinham celular e acesso à internet entregamos atividades impressas () foram utilizados recursos visuais e muita dinâmica () trabalhamos com conteúdos de forma lúdica por meio de atividades, como por exemplo, utilizar materiais disponíveis na própria casa das crianças ()”	7	17,07
Recursos, serviços e estratégias do AEE que sentem falta	“... sinto falta de materiais lúdicos, como bola, bambolê, EVA () gostaria que tivesse uma equipe multidisciplinar, com fisioterapeuta, psicólogo, fonoaudiólogo, para dar assistência a eles () gostaria de uma sala com acessibilidade, adaptada para meus alunos ()”	3	7,32
Ensino colaborativo - Professor do AEE e professor da classe comum	“... houve uma limitação por causa do distanciamento social () há uma certa resistência por parte do professor da classe comum para ter o contato conosco () há falta de interesse em querer dar assistência colaborativa para os alunos () o único contato que eu tive com eles foi quando foi feita a entrevista na escola para pegar as informações dos alunos ()”	4	9,75
Importância do AEE	“... estou me descobrindo () o atendimento no AEE é um fator que soma para o desenvolvimento da criança () é importante os ganhos e as melhorias que são adquiridos através do AEE, sejam eles cognitivo, afetivo, social ou motor da criança () é de extrema importância, não só falando da questão da inclusão que é muito considerável, mas também como na questão de humanismo, de se colocar no lugar do outro, de entender que essas crianças passam por muitas situações de preconceito, de descaso () tenho muito orgulho de trabalhar nessa área, não só por garantir os direitos dessas crianças, mas de fazer com que eles recebam empatia e muito amor () mesmo com suas limitações, eles possam chegar onde quiserem, pois possuem lugar na sociedade ()”	6	14,64

Fonte: autoria própria.

Em relação aos dados coletados na entrevista semiestruturada, emergiram seis categorias: 1 - Organização e funcionamento do AEE; 2 - Desafios no apoio às crianças do AEE na pandemia; 3 - Recursos, serviços e estratégias do AEE que usam; 4 - Recursos, serviços e estratégias do AEE que sente falta; 5 - Ensino colaborativo: Professor do AEE e professor da classe comum; 6 - Importância do AEE.

A primeira categoria denominada **Organização e o funcionamento do AEE** consiste em apresentar a estrutura e organização deste serviço de apoio a alunos com deficiência. O professor 1 falou que para ser professor do AEE precisa fazer um curso de formação anual oferecido pela Fundação Centro Integrado de Apoio à Pessoa com Deficiência (FUNAD). Em relação a organização e funcionamento o mesmo fala que os professores responsáveis pelo AEE procuram as escolas para fazer a coleta das fichas dos alunos com deficiência junto com os laudos, a partir disso eles fazem uma programação e organização para os atendimentos. E é a partir daí que eles começam a fazer contato com as famílias para buscar informações a respeito: se eles fazem algum acompanhamento psicológico, se frequenta alguma outra instituição para conduzir ou dá orientação a essas famílias. E após isso fazem

o contato com a criança para assim saber quais habilidades, comprometimentos e as áreas que são afetadas (afetivo, cognitiva, social...), pois precisam a partir disso traçar um plano de atividade. Ele também fala que para ser atendida, é orientado pela FUNAD que, a criança não precisa ter necessariamente um laudo, pois se for notado que uma criança que não possui laudo precise do atendimento e precise do laudo, eles encaminham para um órgão que trabalhe com uma equipe multidisciplinar para que seja feita uma avaliação e geralmente são encaminhadas para a FUNAD.

Já o professor 2 falou que antes de iniciar o ano letivo são enviados ofícios para as escolas tanto da rede municipal, quanto da rede particular da cidade. Eles requisitam através desse ofício as fichas e as cópias das fichas de matrícula juntamente com o laudo dos alunos com deficiência. Quando é enviada pelas escolas essa documentação, os professores contactam as famílias e fazem uma entrevista com os pais para colher algumas informações dos alunos, como por exemplo, saber como é o comportamento das crianças em casa, se elas se socializam com outras crianças e quais as suas dificuldades. Após isso os professores do AEE voltam para as escolas e vão fazer o contato com os professores da sala regular, pois é de extrema importância essa parceria, tanto com a família, quanto com os professores da sala de aula regular com os professores do AEE. Após o contato com o professor é feito o contato com o aluno para avaliação psicopedagógica para avaliar o nível cognitivo da criança.

Observa-se que os professores do AEE devem ter formação específica para o exercício da docência, como está determinado no marco legal específico do AEE. Sobre isso, a Resolução nº 4/2009 especifica em seu Art.12 que para atuar no AEE, o professor deve ter essa formação inicial que o habilita para o exercício da docência e formação específica para a Educação Especial (BRASIL, 2009). E esse Atendimento Educacional Especializado ocorre nas chamadas Salas de Recursos Multifuncionais que estão presentes nas escolas das redes regulares de ensino, com a intenção de favorecer mais participação desses alunos no meio social e gerar melhores formas de aprendizagens (SILVA, 2021).

Essa busca na escola e com a família para a integração dos alunos com deficiência no AEE é de grande importância para a organização do trabalho dos professores e o êxito do processo de inclusão. O AEE existe para que os alunos possam aprender o que é diferente dos conteúdos curriculares do ensino comum, e que é necessário para que possam ultrapassar as barreiras impostas pela deficiência.

A segunda categoria nomeada de **Desafios no apoio às crianças do AEE na pandemia** diz respeito aos desafios encontrados no apoio às crianças com deficiências no AEE durante a pandemia da Covid-19. O professor 1 falou que o que mais eles encontram são desafios durante o dia-a-dia, muitas vezes vem da própria família, pois muitas vezes os familiares acreditam que a entrega dos laudos e o acompanhamento podem interferir em algum benefício. No tempo da pandemia da COVID-19 a primeira dificuldade foi o não contato com essas crianças para evitar a contaminação pelo vírus. Outro desafio encontrado foi que muitas crianças não possuem o acesso à tecnologia, então os professores tiveram que montar atividades impressas para fazer a entrega e assim observaram a falta de interesse dos pais em fazer em casa as atividades propostas pelos professores. Há a falta de profissionais para dar suporte, pois há uma grande demanda de alunos com deficiência para serem atendidos pelo AEE. E, também, foi mencionada a limitação dos professores da sala comum em ter um contato efetivo e regular com os professores do AEE.

O professor 2 relatou que foram muitos os desafios para poder dar suporte às crianças com deficiência, mas com muita luta conseguiram dar essa assistência para as mesmas, pois tiveram que ser feitas adaptações para o novo cenário. Além do não contato pessoal com esses alunos, a falta de acesso às tecnologias e a dificuldade de concentração de algumas crianças para a realização das atividades em casa foram desafios relatados pelo professor 2. Após a liberação para a volta das atividades presenciais umas das dificuldades foi a questão de manter as crianças com máscaras, pois os professores não podiam negar o atendimento caso as crianças não conseguissem ficar com máscara, principalmente as crianças autistas.

Dentre as dificuldades frente à pandemia, para o acesso à educação para todos, segundo Silva (2021), nota-se que muitas famílias ainda não têm acesso à internet e muito menos têm condições de comprar um aparelho celular ou computador, trazendo assim grandes dificuldades para a aprendizagem dos seus filhos.

Mesmo com essas dificuldades notou-se que os professores traçaram estratégias para que o ensino-aprendizagem fosse alcançado pelas crianças assistidas pelo AEE. Além disso, a pandemia deixou ainda mais evidente o quanto a participação e envolvimento da família, do professor da sala de aula regular e do professor do AEE são importantes. O diálogo, a troca e a constante revisão e avaliação do trabalho que está sendo feito são fundamentais para garantir o sucesso da Educação Inclusiva.

A terceira categoria nomeada **Recursos, serviços e estratégias do AEE que usam** foram identificados as ferramentas e estratégias que os professores do AEE usaram para enfrentar os desafios. O professor 1 falou que utilizam muito as tecnologias. Eles preparavam os materiais, gravavam as aulas e enviavam para um grupo de WhatsApp onde tinham as famílias para que elas tentassem em casa fazer as atividades com as crianças, e caso a criança não conseguisse realizar as atividades eles pediam que pelo menos o vídeo fosse assistido pela criança. Também utilizavam a chamada de vídeo para mostrar as atividades e através disso explorar a questão das cores, dos números, formas, de acordo com a necessidade de cada criança. E quem não tinha celular e acesso à internet eram entregues atividades impressas.

O professor 2 falou que foram utilizados recursos visuais e muita dinâmica. Foram trabalhados conteúdos de forma lúdica por meio de atividades, como por exemplo, utilizar materiais disponíveis na própria casa das crianças e tudo isso através de chamadas de vídeo ou vídeo aulas e de uma forma que chamassem atenção das crianças.

De acordo com o Parecer CNE/CP nº 11/2020:

Atividades pedagógicas remotas ou não presenciais podem ser destinadas a estudantes em todos os níveis, etapas e modalidades educacionais, sendo, portanto, extensivas a todos os estudantes da Educação Especial. Cabe destacar que, para os fins deste parecer, as atividades remotas são aquelas que envolvem o uso de tecnologias e ambientes virtuais de ensino e aprendizagem, e considerando que existem outros meios de atendimento, que podem envolver encaminhamentos de materiais, sem mediação presencial com os profissionais e sem uso de tecnologia. Cada Sistema de Ensino, em seus diversos níveis e modalidades, pode optar para o regime que melhor atender a sua realidade (BRASIL, 2020, p.10).

Como mencionou Gadotti (2011) citado por Queiroz e Melo (2021), na atualidade as novas tecnologias possibilitaram novos espaços para aprendizagem, dentre eles o espaço domiciliar e a situação imposta pela pandemia veio acelerar este processo, porém, não se pode desconsiderar a importância do acesso ao ciberespaço para formação e aprendizagem sob o olhar da perspectiva educacional inclusiva que atenda a todos e a cada um.

Há de se pensar como acolher toda a diversidade e possibilitar o acesso à internet com qualidade, bem como equipamento de informática e Tecnologia Assistiva para os estudantes que precisarem, de modo que os professores elaborem aulas mais dinâmicas e interativas para chamar atenção dos alunos.

Na categoria 4, nomeada de **Recursos, Serviços ou Estratégias que sentem falta**, surgiu a nomeação dos recursos. O professor 1 falou que sente mais falta de materiais lúdicos, como bola, bambolê, EVA, entre outros, que possam facilitar o seu trabalho. Já o professor 2 falou que sente falta de uma equipe multidisciplinar, como fisioterapeuta, psicólogo, fonoaudiólogo, para dar assistência a esses alunos e, também, uma sala com acessibilidade, adaptada para seus alunos.

Segundo Prazeres e Magalhães (2020), os recursos de fundamental importância para se alcançar os objetivos propostos em sala de aula, pode-se destacar, no âmbito da educação especial, como Tecnologias Assistivas utilizadas na escola: os materiais escolares e pedagógicos acessíveis, a comunicação alternativa, os recursos de acessibilidade ao computador, os recursos para mobilidade, localização, a sinalização e até o mobiliário que atenda às necessidades posturais.

Portanto observa-se que os recursos, serviços e estratégias contribuem com o processo de ensino dos alunos na educação inclusiva.

Na categoria 5, nomeada **Ensino colaborativo: professor do AEE e professor da classe comum**, procurou-se identificar como foi conduzido o processo de diálogo destes no ensino na pandemia. O professor 1 respondeu que eles precisam ter esse contato, mas durante o período pandêmico houve uma limitação por causa do distanciamento social, mas essa limitação não foi só por causa da pandemia, isso vem de antes. Foi dito que há uma certa resistência por parte do professor da classe comum para ter o contato com o professor do AEE, pois há falta de interesse em querer dar assistência colaborativa para os alunos.

O professor 2 falou que o único contato que houve entre eles foi quando foi feita a entrevista na escola para pegar as informações dos alunos, visto que com a vinda da pandemia todos ficaram desorientados em relação a como iria ser o trabalho da educação durante esse período.

A Resolução nº 4/2009 recomenda que o professor do AEE desenvolva um trabalho educacional voltado ao estudante com deficiência, atuando de maneira integrada ao professor do ensino comum (BRASIL, 2009). Educadores, professores do Atendimento Educacional Especializado e gestores escolares precisam continuar a trabalhar juntos para promover uma educação inclusiva, especialmente quando são adotados modelos de ensino a distância. Todos os materiais de aula e de apoio devem ser acessíveis aos estudantes com deficiência e pensados segundo suas especificidades. A construção de um ensino online inclusivo pode ser uma grande oportunidade de reconstrução das maneiras de ensinar e aprender (INSTITUTO RODRIGO MENDES, 2020).

A colaboração entre ambos os professores, diante deste quadro de educação remota emergencial pode se mostrar favorável para ambos os profissionais

envolvidos. Sem essa colaboração e uma cumplicidade estabelecida entre esses dois profissionais o trabalho para a efetivação de uma educação inclusiva fica comprometido, desta forma, o pensar coletivo é um fator central no estabelecimento de uma educação de qualidade para os alunos do AEE.

Na categoria 6, nomeada **Importância do AEE**, foi identificado o que os professores consideram como importante no AEE. O professor 1 respondeu que está se descobrindo através de seu trabalho na sala de recursos, pois como o AEE trabalha com a necessidade de cada aluno, ele não deixa de ser uma terapia complementar para esse aluno, sendo um fator que soma para o desenvolvimento da criança. Para ele é de extrema importância os ganhos e as melhorias que são adquiridos através do AEE, sejam eles cognitivo, afetivo, social ou motor da criança.

Para o professor 2 o AEE é de extrema importância, não só falando da questão da inclusão que é muito importante, mas também como na questão de humanismo, de se colocar no lugar do outro, de entender que essas crianças passam por muitas situações de preconceito, de descaso. E com isso essas crianças merecem todo respeito, amor, pois estão na sala de recursos esperando para receber atenção e carinho dos professores do AEE. Para o mesmo é de muito orgulho trabalhar nessa área, não só por garantir os direitos dessas crianças, mas de fazer com que eles recebam empatia e muito amor, e que eles, mesmo com suas limitações, possam chegar onde quiserem, pois possuem lugar na sociedade.

Segundo Santos *et al* (2021), o professor do AEE é um profissional indispensável no processo de inclusão dos alunos com deficiência. O professor do AEE prepara o aluno para desenvolver habilidades e utilizar instrumentos de apoio que facilitem o aprendizado nas aulas regulares. Trabalhar o aluno com deficiência e fazer com que a comunidade entenda melhor o que a inclusão representa na educação escolar de todo e qualquer aluno e especialmente para os que têm deficiência, visando universalizar o acesso, a permanência e o prosseguimento da escolaridade de seus alunos, criar alternativas educacionais para que as escolas se abram incondicionalmente as diferenças.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante dos objetivos propostos nesta pesquisa, observa-se que os resultados foram atingidos, pois o objetivo geral, que visava analisar os desafios encontrados pelos professores no apoio às crianças com deficiências no Atendimento Educacional Especializado durante a pandemia da Covid-19, foi abordado dentro desta pesquisa tanto na esfera teórica, quanto por meio da investigação de campo. E tal objetivo foi atingido à medida que os objetivos específicos também foram cumpridos.

Deste modo, no primeiro objetivo específico, essa pesquisa propôs-se a descrever os recursos, serviços e estratégias utilizados pelos professores do Atendimento Educacional Especializado (AEE), onde viu-se que apesar do momento pandêmico delicada que atravessavam, os professores conseguiram traçar meios para que os alunos do AEE fossem assistidos e assim terem atendidas as necessidades de cada um. Para isso foram utilizadas estratégias e tecnologias para despertar a atenção dos mesmos e alcançar o ensino- aprendizagem dos discentes. Através disto, é possível concluir que na atualidade as novas tecnologias possibilitaram novos espaços para aprendizagem.

No segundo objetivo específico foi possível analisar a importância do AEE na ótica dos professores, onde nota-se que trabalhar como professor do AEE, para

eles, é de extrema importância, pois há os ganhos e as melhorias que são adquiridos através do atendimento. Além disso, há a questão da inclusão, do humanismo e a empatia que são muito importantes para o desenvolvimento delas. E, também, a possibilidade de garantir a efetivação dos direitos das crianças com deficiência e mostrar que possuem lugar na sociedade.

Já no terceiro objetivo específico procurou-se identificar as dificuldades no apoio pedagógico aos alunos com deficiência durante a pandemia do Covid-19, e este estudo demonstrou que há um conjunto de desafios a serem superados, como: a falta de acesso dos alunos às tecnologias; a ausência de um maior número de professores e profissionais para dar suporte à grande demanda de alunos; e a resistência dos professores da sala comum em manter contato com os professores do AEE. Destaca-se nos dados coletados que é de fundamental importância o diálogo, a troca e a constante revisão entre família, o professor do AEE e o professor da sala de aula, que são fundamentais para garantir o sucesso da Educação das crianças. Os professores mencionaram, dentre tantos desafios, que a maior dificuldade foi a relação com a família, pois esta muitas vezes nega a entrega de documentos para ter o apoio do AEE, pois acredita que assim podem perder benefícios.

Diante dos dados apresentados e suas respectivas análises, foi possível compreender a importância das atividades propostas pelos professores do AEE para proporcionar o desenvolvimento e a aquisição de conhecimentos por parte dos alunos com deficiência. Além disso, foi possível conhecer o trabalho do professor do AEE, e as estratégias pedagógicas e intervenções específicas utilizadas com o objetivo de propiciar oportunidades de desenvolvimento cognitivo, sócio emocional e psicomotor, assim como contribuir para os conteúdos defasados no processo de aprendizagem.

Como trabalho futuro espera-se a ampliação desta pesquisa, buscando dar mais visibilidade à inclusão de pessoas com deficiência no contexto escolar, destacando boas práticas a serem seguidas, servindo como base para criar estratégias de intervenções pedagógicas para esse público, e assim promover a aprendizagem e o desenvolvimento do mesmo.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Ednea Rodrigues de. **Prática Pedagógica inclusiva: um estudo de caso em escola com atendimento educacional especializado (AEE) em Jaboatão dos Guararapes-PE**. Recife, 2014. Disponível em: <https://attena.ufpe.br/bitstream/123456789/12988/1/TESE%20Ednea%20Rodrigues%20de%20Albuquerque.pdf>. Acesso em: 26 ago. 2021.

ARRUDA, E. P. Educação Remota Emergencial: elementos para políticas públicas na educação brasileira em tempos de Covid-19. **EmRede - Revista de Educação a Distância**, v. 7, n. 1, p. 257-275, 15 maio de 2020. Disponível em: <https://www.auniredede.org.br/revista/index.php/emrede/article/view/621>. Acesso em: 09 out. 2021.

BARDIN, Laurence. Análise de conteúdo. São Paulo: Edições 70, 2011, 229p.

BRANDENBURG, Laude Erandi; LÜCKMEIER, Cristina. A história da inclusão x exclusão social na perspectiva da educação inclusiva. In: Congresso Estadual de teologia, 1., 2013,

São Leopoldo. **Anais do Congresso Estadual de Teologia**. São Leopoldo: São Leopoldo, 2013. v. 1, p. 175-186.

Disponível

em: <http://anais.est.edu.br/index.php/teologians/article/view/191/149>. Acesso em: 08 nov. 2021.

BRASIL. Decreto n. 6.571, de 17 de setembro de 2008. **Dispõe sobre o atendimento educacional especializado, regulamenta o parágrafo único do art. 60 da Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e acrescenta dispositivo ao Decreto n. 6.253, de 13 de novembro de 2007**. *Diário Oficial da República Federativa do Brasil*, Brasília, 18 set. 2008b.

BRASIL, Ministério da Educação – Secretaria de Educação Especial (SEESP). Política nacional de educação especial na perspectiva da educação inclusiva. Brasília: MEC, 2008.

BRASIL, Parecer CNE/CP nº 5 de 28 de abril de 2020. **Reorganização do Calendário Escolar e da possibilidade de cômputo de atividades não presenciais para fins de cumprimento da carga horária mínima anual, em razão da Pandemia da COVID-19**, Brasília, DF, 2020.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação: parecer CNE/CP nº 11/2020. Brasília, 2020. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/setembro-2020-pdf/157681-texto-referencia-educacao-especial-revisao/file>. Acesso em: 07 abr. 2022.

BRASIL. Resolução nº 4, de 2 de outubro de 2009. **Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial**. *Diário Oficial da União*. Brasília, 05 out. 2009. p. 17-19. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb004_09.pdf. Acesso em: 30 nov. 2021.

BRASIL. Decreto nº 7.611 de 17 de novembro de 2011. **Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências**. Presidência da República/Casa Civil/ Subchefia para Assuntos Jurídicos. Brasília, DF, 2011.

BRIDI, Fabiane Romano de Souza. Atendimento Educacional Especializado. **Reflexão e Ação**, Santa Cruz do Sul, v. 17, n. 1, p. 42-56, 15 jun. 2009. Disponível em: <https://online.unisc.br/seer/index.php/reflex/article/view/766>. Acesso em: 14 nov. 2021.

CERVO, Amado Luiz; BERVIAN, Pedro Alcino; SILVA, Roberto da. **Metodologia Científica**. 6. ed. São Paulo: Pearson Hall, 2007. 161 p.

CURY, Carlos Roberto Jamil *et al.* **O Aluno com Deficiência e a Pandemia**. 2020. Disponível em: <https://freemind.com.br/blog/wp-content/uploads/2020/07/O-aluno-com-defici%C3%Aancia-na-pandemia-l.pdf>. Acesso em: 28 set. 2021.

DALFOVO, Michael Samir; LANA, Rogério Adilson; SILVEIRA, Amélia. Métodos quantitativos e qualitativos: um resgate teórico. **Revista Interdisciplinar Científica Aplicada**, Blumenau, v.2, n.4, p.01- 13, Sem II. 2008. Disponível em: https://d1wqtxts1xzle7.cloudfront.net/37563682/metodos_quantitativos_e_qualitativos_um_resgate_teorico-with-cover-page-v2.pdf?Expires=1637699060&Signature=flbokquL-KJwBI7E6uHB~zAl5tj2zRcdXoE1vCMTRVzpjZRq66eEdMNM6lRTpuillU4tCpM2TkDziRMGPZIfZyel6GDzqGzugAllUs02zV5gPpn1H6grXYIIFcb9ihWf~Elc22-DkyMc4kDLrHze~J4~6ieGgWMx7KXm~o7LSj8tY7tk2ARpUc2kQwhyVDz3NZCEvNozIIBDmpXoCh357Eb0kG-x6J4hhaa6jfmUh~DRZhuYlk33zWxkzEKzy~

s4R~4Qb93gDFX7fTAzxaTUe6Wa0oVeFrn2O6R-
hIVlpAFsbEt9iuHKj3DwB0sPkekCfKABPPITKK
~wJb58gNRfw_&Key-Pair-Id=APKAJLOHF5GGSLRBV4ZA. Acesso em: 23 nov. 2021.

DRAGO, Rogério. Inclusão escolar e atendimento educacional especializado no contexto do projeto político pedagógico. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**. v.27, n.3, p. 361-588, set./dez. 2011.

GLAT, Rosana; PLETSCHE, Márcia Denise; FONTES, Rejane de Souza. Educação inclusiva & educação especial: propostas que se complementam no contexto da escola aberta à diversidade. **Educação. Revista do Centro de Educação**, Santa Maria, v. 32, n. 2, p. 343-356, dez. 2007. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/reveducao/article/view/678>. Acesso em: 20 nov. 2021.

INSTITUTO RODRIGO MENDES. **Protocolos sobre Educação Inclusiva durante a pandemia da Covid-19: um sobrevoo por 23 países e organismos internacionais**. 2020. Disponível em: <https://institutorodrigomendes.org.br/wp-content/uploads/2020/07/protocolos-educacao-inclusiva-durante-pandemia.pdf>. Acesso em: 04 abr. 2022.

LIMA, Maria Aldenora dos Santos; SOUZA, Maria Francisca Nunes de. A educação inclusiva e o Atendimento Educacional Especializado: Relato de uma experiência no estado do Acre. in: VII congresso brasileiro multidisciplinar de educação especial, 8., 2013, Londrina. **viii encontro da Associação Brasileira de Pesquisadores em Educação Especial**. Londrina: VII Congresso Brasileiro Multidisciplinar de Educação Especial, 2013. p. 392-401. Disponível em: <http://www.uel.br/eventos/congressomultidisciplinar/pages/arquivos/anais/2013/AT01-2013/AT01-037.pdf>. Acesso em: 19 nov. 2021.

MACHADO, Rosângela. **O atendimento educacional especializado (AEE) e sua repercussão na mudança das práticas pedagógicas, na perspectiva da educação inclusiva: um estudo sobre as escolas comuns da Rede Municipal de Ensino de Florianópolis/SC**. 2013. 173 p. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação, Campinas, SP. Disponível em: <http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/250850>. Acesso em: 26 ago. 2021.

MELETTI, Sílvia Márcia Ferreira. Indicadores Educacionais sobre a Educação Especial no Brasil e no Paraná. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 39, n. 3, p. 789-809, set. 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/edreal/a/x5bxrpCxKbvkHm5WZ33K6LR/?lang=pt#>. Acesso em: 20 nov. 2021.

PASIAN, Mara Sílvia; MENDES, Enicéia Gonçalves; CIA, Fabiana. Atendimento educacional especializado: aspectos da formação do professor. **Cadernos de Pesquisa**, [S.L.], v. 47, n. 165, p. 964-981, set. 2017. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/198053144242>.

PEREIRA, Alexandre de Jesus; NARDUCHI, Fábio; MIRANDA, Maria Geralda de. Biopolítica e educação: os impactos da pandemia do covid-19 nas escolas públicas. **Revista Augustus**, [S.L.], v. 25, n. 51, p. 219-236, 3 jun. 2020. Sociedade Unificada de Ensino Augusto Motta -UNISUAM. <http://dx.doi.org/10.15202/1981896.2020v25n51p219>.

PRAZERES, Romilda Silva; MAGALHÃES, Verônica de Oliveira. TECNOLOGIAS ASSISTIVAS: o fazer estratégico de uma professora da sala de recursos multifuncional. **Revista Docência e Cibercultura**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 1, p. 41-54, 30 abr. 2020.

Universidade de Estado do Rio de Janeiro. <http://dx.doi.org/10.12957/redoc.2020.47629>. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/re-doc/article/view/47629>. Acesso em: 06 maio 2022.

QUEIROZ, F. M. M. G. de; MELO, M. H. da S. Atuação dos professores de Atendimento Educacional Especializado junto aos estudantes com deficiência durante a pandemia do COVID- 19. **Revista Educação Especial**, [S. l.], v. 34, p. e35/1–24, 2021. DOI: 10.5902/1984686X64174. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial/article/view/64174>. Acesso em: 8 abr. 2022.

RONDINI, C. A.; PEDRO, K. M.; DUARTE, C. dos S. Pandemia do covid-19 e o ensino remoto emergencial: mudanças na práxis docente. **Educação**, [S. l.], v. 10, n. 1, p. 41–57, 2020. DOI: 10.17564/2316-3828.2020v10n1p41-57. Disponível em: <https://periodicos.set.edu.br/educacao/article/view/9085>. Acesso em: 11 nov. 2021.

SANTOS, Luciana de Jesus Botelho Sodré dos *et al* (org.). **Educa o especial, inclusiva em contexto**: saberes em evidência. Campina Grande: Editora Ampla, 2021. 139 p. Disponível em: <https://ampllaeditora.com.br/books/2021/04/EducacaoEspecialInclusiva.pdf#page=10>. Acesso em: 04 abr. 2022.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do Trabalho Científico**. 23. ed. São Paulo: Cortez Editora, 2014. Disponível em: https://www.ufrb.edu.br/ccaab/images/AEPE/Divulga%C3%A7%C3%A3o/LIVROS/Metodologia_do_Trabalho_Cient%C3%ADfico_-_1%C2%AA_Edi%C3%A7%C3%A3o_-_Antonio_Joaquim_Severino_-_2014.pdf. Acesso em: 23 nov. 2021.

SILVA, K. W. da; BINS, K. L. G.; ROZEK, M. A Educa o Especial e a Covid-19: Aprendizagens em Tempos de Isolamento Social. **Educa o**, [S. l.], v. 10, n. 1, p. 124–136, 2020. DOI: 10.17564/2316-3828.2020v10n1p124-136. Disponível em: <https://periodicos.set.edu.br/educacao/article/view/8914>. Acesso em: 27 set. 2021

SILVA, Bianca Pereira da. **O ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO DURANTE A PANDEMIA DA COVID-19: UM ESTUDO DE CASO NO MUNICÍPIO DE PARICONHA-AL**. 2021. 59 f. TCC (Doutorado) - Curso de Pedagogia, Campus do Sertão, Universidade Federal de Alagoas, Delmiro Gouveia, 2021. Disponível em: <http://www.repositorio.ufal.br/handle/123456789/8151>. Acesso em: 04 abr. 2022.

VIEIRA, Márcia de Freitas; SILVA, Carlos Manuel Seco da. A Educa o no contexto da pandemia de COVID-19: uma revisão sistemática de literatura. **Revista Brasileira de Informática na Educa o**, [S.l.], v. 28, p. 1013-1031, dez. 2020. ISSN 2317-6121. Disponível em: <https://br-ie.org/pub/index.php/rbie/article/view/v28p1013/6750>. Acesso em: 05 out. 2021. doi:<http://dx.doi.org/10.5753/rbie.2020.28.0.1013>.

QUALIDADE DE VIDA E OS EFEITOS DO ESTRESSE NO AMBIENTE ORGANIZACIONAL: um estudo relacional

Amanda Rodrigues da Silva¹
Márcio de Lima Coutinho²

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo analisar a relação do estresse ocupacional com a qualidade de vida, de funcionários no ambiente organizacional. Tratou-se de uma pesquisa de campo, descritiva e de abordagem quantitativa, realizada por meio do formulário Google Forms, a qual contou com a participação de 100 profissionais que atuam nas diversas áreas do comércio, a saber: administrativo, gestão, coordenação, vendas, auxiliares entre outros, com idade média de 30,4 anos (DP = 7,57), variando de 18 a 61 anos, a maioria dos participantes foram do sexo feminino (65%) e a minoria do sexo masculino (35%). O resultado advindo da escala de *Burnout* foi de 68,0 (DP = 1,23) com intervalo de confiança IC 65,5 – 70,4, e em relação aos índices de qualidade vida, o resultado demonstrou um valor médio de 3,3 pontos (DP = 0,60). Onde foi possível perceber que existe uma relação negativa entre os construtos, existindo também uma diferença significativa ($p < 0,01$) para o construto *Burnout* em função dos homens (MC = 63,8; DP = 12,96) com as mulheres (M = 70,2; DP = 11,50), e no construto qualidade de vida, verificou-se diferença significativa ($p < 0,001$) em relação dos homens (MC = 3,7; DP = 0,55) com as mulheres (M = 3,1; DP = 0,55).

Palavras-chaves: Qualidade de vida; Burnout; Organização.

ABSTRACT

The present article aims to analyze the relationship of occupational stress with the quality of life of employees in the organizational environment. This was a field research, descriptive and quantitative approach, conducted using the Google Forms form, which included the participation of 100 professionals who work in various areas of commerce, namely: administrative, management, coordination, sales, assistants among others, with an average age of 30.4 years (DP = 7.57), ranging from 18 to 61 years, most participants were female (65%) and the minority male (35%). The result from the Burnout scale was 68.0 (DP = 1.23) with a confidence interval IC 65.5 - 70.4, and in relation to the quality of life indices, the result showed a mean value of 3.3 points (DP = 0.60). Where it was possible to realize that there is a negative relationship between the constructs, there was also a significant difference ($p < 0.01$) for the construct Burnout in relation to men (MC = 63.8; DP = 12.96) with women (M = 70.2; DP = 11.50), and in the construct quality of life, there was a significant difference ($p < 0.001$) in relation to men (MC = 3.7; DP = 0.55) with women (M = 3.1; DP = 0.55).

Keywords: Quality of life; Burnout; Organization.

¹ Graduanda do curso de Psicologia do UNIESP. E-mail: asilva.as793@gmail.com.

² Professor Orientador do Curso de Psicologia do UNIESP. E-mail: marcio@iesp.edu.br.

INTRODUÇÃO

O estresse é uma resposta fisiológica do organismo, portanto é algo que acompanha o ser humano durante sua vida ao qual possui duas vertentes tanto ele pode ser positivo quanto negativo, pode ser positivo no sentido de ajudar a ficar centrado e manter o foco em algo, ou seja, funcionando como estímulo, e pode ser negativo quando esse estímulo passa a ser disfuncional, ou seja, quando passa a trazer danos físicos e mentais. Dentro das organizações ele desempenha esses dois papéis o positivo e o negativo, mas na maioria dos casos pode ser visto como um fator negativo principalmente quando existe uma queda no rendimento do funcionário, pois o mercado de trabalho vem ficando a cada dia mais competitivo e exigindo cada vez mais, e isso faz com que a cobrança aumente e ele se sobrecarregue, dessa forma o profissional é submetido a níveis elevados de estresse onde cada pessoa vai absorver de uma forma, influenciando assim na sua produtividade e qualidade de vida (SOARES et al., 2021).

As causas podem se dá por insegurança, tensão, cobrança, ou até mesmo pelo trabalho intensivo, onde vai havendo tanto o desgaste físico quanto emocional trazendo uma exaustão e um esgotamento para esse indivíduo, provocando efeitos físicos como: dores de cabeça, fadiga, cansaço, insônia, entre outros. E emocionais como: alterações de humor, cansaço mental, impaciência e até mesmo a baixa autoestima. Podendo trazer consequências como a síndrome de Burnout, que acontece quando o estresse se encontra em um estágio crônico, ou levar a uma ansiedade que pode evoluir para uma depressão (WAGNER; GESSI, 2019).

Dessa forma, quando se fala em qualidade de vida no ambiente de trabalho, fala-se em o trabalhador conseguir realizar suas funções de forma saudável, mantendo um equilíbrio entre sua vida pessoal e profissional sem que haja um esgotamento, preservando a sua saúde mental e a sua instabilidade emocional, ou seja, é quando se lida com o estresse sem que se perca o controle, quando a empresa oferece projetos que promovem isso obtém como retorno uma melhor produtividade, reduzindo assim gastos como assistências médicas, diminuindo o uso de atestados e trazendo uma maior satisfação para o funcionário no seu ambiente de trabalho (FONSECA, 2018). Ao analisar o determinado tema de pesquisa, fica evidente o quanto o estresse faz parte do cotidiano das pessoas e das organizações, e o quanto de impacto essa adaptação provoca, seja na qualidade de vida, na saúde mental, ou na motivação do indivíduo. O mercado de trabalho exige cada vez mais alta performance, produtividade, desempenho de alto padrão, objetivos e metas que tragam resultados de curto prazo para as organizações. Tudo isso em um ambiente de extrema competitividade empresarial, associado a um processo de mudança constante e da concorrência acirrada, que cria um ambiente de competição entre os colaboradores por recursos e resultados (GARCIA, 2017).

A inovação nos recursos produtivos acelera o processo de adaptação dos colaboradores as demandas de mercado, isso exige resposta rápida, pro atividade, acelerando o pensamento e o comportamento voltada para ação. O espaço entre planejamento e implementação tem sido encurtado, e o sistema se retroalimenta na velocidade dos sistemas de informações, a necessidade de respostas rápidas impõe uma carga de adaptação das pessoas ao trabalho que nem sempre acontece de maneira equilibrada, muitas vezes incidindo em problemas de saúde físico e mental, como o estresse, tão presente no ambiente competitivo das organizações modernas (SATELES; MARTINS, 2018).

Desse modo, entende-se que a competitividade e produtividade das organizações exigem dos recursos humanos adaptação constante as inovações tecnológicas, a rapidez das decisões e as expectativas organizacionais de desempenho. Nesse ambiente empresarial volátil, os colaboradores são os principais recursos mobilizados, pois os resultados dependem da velocidade de respostas as demandas do mercado, que estão em constante transformações, a perseguição das metas projetadas pelas organizações estão sempre presentes a tensão, o estresse, a ansiedade, a frustração e o medo. As expectativas organizacionais são sempre altas em relação ao desempenho e a produtividade dos colaboradores. O capital humano está sempre sendo expostos inexoravelmente a fadiga, esgotamento, exaustão física e aos fatores psicológicos estressores que comprometem a saúde mental e a qualidade de vida do colaborador (RACHELE, 2021).

Diante do exposto surge a questão de pesquisa: Como o estresse afeta a saúde do trabalhador comprometendo sua produtividade e a qualidade de vida no ambiente organizacional?

A referente pesquisa se deu com o intuito, de obter um maior conhecimento sobre os efeitos do estresse no ambiente organizacional, verificando a relação que ele tem com a qualidade de vida no trabalho, buscando analisar as causas e os efeitos que o estresse irá trazer para o funcionário, onde pode desencadear outros transtornos como o Burnout, ansiedade, e a síndrome de esgotamento, ao qual pode influenciar de forma negativa e causar uma baixa produtividade no desempenho e nos resultados, sendo assim esse tema é de suma importância para o desenvolvimento de melhorias na área pesquisada, e para colocar em prática todo o conhecimento aprendido na sala de aula sobre esse determinado assunto.

Portanto a pesquisa tem como objetivo geral, analisar a relação do estresse ocupacional com a qualidade de vida de funcionários no ambiente organizacional. Tendo como objetivo específico, identificar o perfil da amostra dos participantes do estudo; mensurar os níveis de estresse ocupacional dos colaboradores no ambiente organizacional; avaliar a qualidade de vida dos colaboradores no ambiente organizacional; relacionar os efeitos do estresse ocupacional na qualidade de vida dos funcionários; e analisar em que medida se diferencia homens e mulheres em função dos construtos, a partir do teste t Student.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A fundamentação teórica é dividida por algumas subseções: Estresse, Qualidade de vida, e efeitos do estresse no ambiente organizacional. O trabalho se trata de uma pesquisa de campo, com levantamento de dados, de natureza quantitativa. Onde se tem como objetivo analisar a relação do estresse ocupacional, com a qualidade de vida de funcionários no ambiente organizacional.

ESTRESSE

O estresse está constantemente presente no cotidiano principalmente dentro das organizações, na maioria das vezes é visto de forma negativa quando passa a ter um desequilíbrio, afetando na saúde mental, e na produtividade do indivíduo. Porém cada pessoa irá absorver e ser afetado de uma forma, podendo ele também ser positivo que é quando existe um equilíbrio e ele acaba funcionando como um fator motivador, principalmente quando envolve tempo e resultado de metas,

gerando o contrário fazendo com que o funcionário se estimule e conseqüentemente consiga aumentar sua produtividade, dando-se o nome de eustresse (RODRIGUES, 2017).

De acordo com a Organização Mundial da Saúde (OMS, 2017), as causas do estresse no ambiente de trabalho são inúmeras como o, assédio moral, a falta de comunicação entre as pessoas, trabalho excessivo, chefes autoritários e principalmente o aumento do nível de situações de competição. Em que o indivíduo que é submetido a essas situações por um tempo prolongado, acaba sofrendo danos mentais, sendo impactado diretamente na produtividade e ocasionando faltas no trabalho. De acordo com a Organização Internacional do Trabalho (OIT, 1919), é de extrema importância que o trabalhador independente do sexo, possa ter um emprego decente, na qual tenham voz e equidade, além de estar em um ambiente que lhe der dignidade e de que não ofereça nenhum risco a sua segurança, onde se tem como objetivo reduzir as desigualdades sociais de uma forma democrática.

Segundo Alves (2018), deve-se levar em consideração, que o stress tem dois lados: o positivo e o negativo que dar-se o nome de eustress e distress, pois os fatores estressores também podem ser benéficos no sentido de funcionar como um fator motivador e desafiante, ao qual vai funcionar de impulso para o indivíduo, levando o nome de eustress. No momento, que esses fatores deixam de ser benéficos e passam a provocar adoecimento na saúde física e mental do indivíduo, atrapalhando o seu convívio social e a sua rotina então aí ele passa a levar o nome de distress pois vai estar provocando danos a pessoa, e conseqüentemente tornando-se um stress negativo.

Na maioria das organizações os trabalhadores tendem a administrar um alto índice de responsabilidade, agilidade e competitividade, onde com o decorrer do tempo que o indivíduo está sendo exposto a essas experiências de trabalho, acaba se tornando nocivo para o mesmo prejudicando assim o seu desempenho profissional. Quando isso acontece inicia-se o processo das reações de defesa, onde são divididas em três fases: alarme, resistência e exaustão, podendo ser considerado um estado de alarme quando se inicia os estímulos estressores, e a partir do momento em que o indivíduo tenta se adaptar a esses estímulos, acaba gerando a fase de resistência, ao qual pode ou não chegar a fase de exaustão que é quando o organismo já tentou de todas as formas essa adaptação mas, dependendo do tempo de exposição a esse tipo de situação acaba falhando e trazendo esse esgotamento, provocando assim as doenças ocupacionais (PRADO, 2016).

Sendo assim de acordo com, o estresse nada mais é que um pequeno desequilíbrio ao qual tanto afeta o físico quanto ao mental, onde independentemente do tipo de stress que o indivíduo esteja sendo submetido, positivo ou negativo, as reações fisiológicas iniciais serão similares. Como por exemplo: sudorese nas mãos e pés, o aumento da pressão arterial e dos batimentos cardíacos, além da tensão nas áreas musculares que tendem a subir, surgem também os sintomas psicológicos que na maioria dos casos provocam mais danos do que os físicos, sendo o ambiente organizacional e seus estímulos o maior responsável por desencadear esses sintomas, pois possui influências determinantes como as relações de trabalho negativas, estrutura das organizações, e fatores intrínsecos como falta de motivação e carga horaria excessiva (SILVA; SALLES, 2016).

QUALIDADE DE VIDA (QVT)

A qualidade de vida no trabalho (QVT) assume um papel fundamental para promoção de bons indicadores no ambiente organizacional, observa-se nos últimos anos que as empresas veem investindo e prezando cada vez mais pela saúde de seus funcionários visto que, sabem a grande importância que isso traz para a produtividade e desempenho, aderindo a profissionais que ajudem nesse processo como o psicólogo organizacional, além de investir em programas de prevenção e de melhoria na qualidade de vida, como a ginástica laboral e atividades de cultura e lazer. É de grande importância esse olhar das organizações uma vez que, o ambiente tende a ser mais propício a exposição ao estresse onde pode desencadear, irritação, fadiga física e mental, além de síndromes como o Burnout (GULJOR; RAMOS; CRUZ, 2020).

A saúde mental vem sendo tratada atualmente com mais importância e com um outro olhar sobre ela, em razão de ela está totalmente ligada com a qualidade de vida, e no ambiente de trabalho não é diferente o adoecimento mental está juntamente associado a fatores ambientais que vai desde a estrutura da organização às condições oferecidas ao colaborador para que ele exerça a sua função. Podendo resultar como sintomas a exaustão e o esgotamento físico e emocional, onde pode-se gerar picos de estresse que ao se tornar crônico pode evoluir para a síndrome do esgotamento ocupacional conhecida como Burnout, se manifestando a partir de quatro fatores: físico, psíquico, comportamental e defensivo afetando diretamente a saúde mental do indivíduo e o seu convívio social (MENEZES et al., 2017).

As empresas estão utilizando cada vez mais de métodos, que tem como objetivo elevar o índice positivo de uma melhor qualidade de vida para o funcionário dentro do ambiente organizacional, tornando o ambiente propício aos funcionários e as relações entre os mesmos, melhorando o desenvolvimento de trabalho em equipe. Se o empregador não investe nessa otimização, ele acaba perdendo junto ao funcionário, pois o colaborador perde em relação a sua estabilidade e adoecimento mental e físico, e a organização com redução de produtividade, agilidade, desempenho e conseqüentemente atingimento de metas, por isso é de extrema importância essa construção do vínculo empresa e funcionário, para que possa identificar o fator adoecedor e consiga agir e atuar no problema (PAZ et al., 2020).

O comprometimento organizacional segundo Rocha (2017), é de fundamental importância para se obter um maior desempenho em sua função e atingimento dos seus resultados, o que irá fazer com que o funcionário tenha esse comprometimento será a estabilidade, que a empresa e o empregador irá oferecer tornando o ambiente de trabalho mais propício e motivador, evitando trazer questões que o influencie negativamente ou leva-lo a ter pensamentos como questões, de estar ali por uma obrigação, de ser obrigado a manter o mesmo desempenho, e que lhe falta oportunidades, quando isso acontece acaba afetando diretamente em sua qualidade de vida.

Dentro da perspectiva qualidade de vida, quando existe de fato essa promoção dentro das empresas é possível observar e identificar resultados satisfatórios no quesito evolução, como satisfação, reconhecimento, bom relacionamento social, ambiente psicológico e físico de trabalho harmonioso, entre outros. O que torna esse ambiente prazeroso e rico no indicador de bem-estar empresa e funcionário, além de desenvolver o processo de uma análise ergonômica dando ao funcionário o poder de participação dentro das tomadas de decisões na empresa, afim de amenizar e trazer melhoria ao seu ambiente de trabalho ofertando mais segurança e estabilidade (SCHIMITT; LAURINDO, 2019).

EFEITOS DO ESTRESSE NO AMBIENTE ORGANIZACIONAL

Para Hans Selye no ano de 1936 o estresse era conhecido como SAG-Síndrome Adaptação Geral. Este autor considerado o grande precursor do estresse biológico pois, foi através de seus estudos que se passou a identificar e a elencar em etapas as fases do estresse, que se inicia com a fase de alerta (alarme), que é quando o indivíduo começa a perceber os sintomas como sudorese, tensão muscular, sensação de esgotamento, entre outros, sendo de forma consciente ou não, logo em seguida vem a resistência, que é quando o organismo está tentando se adaptar ou resistir aos sintomas, porém esses sintomas se caracterizam e surgem a ansiedade, isolamento social, medo, entre outros, e por último vem a exaustão, que já é a fase final quando não há adaptação do indivíduo, e esses sintomas passam a ser crônicos e a desencadear doenças, ou seja, é quando esses sintomas iniciais da fase de alarme se intensificam causando o desequilíbrio total do organismo (SILVA; GOULAR; GUIDO, 2018).

Segundo Baglioli (2017), a maioria desses sintomas são ocasionados pela forma com que a organização trabalha, onde podem fragilizar mentalmente o indivíduo visto que a maioria das empresas exigem um padrão de multifuncionalidade do trabalhador, tornando-o cada vez mais suscetível a vir a ter doenças psicossomáticas. Ao qual contribui assim para o afastamento, chegando a ser compreensível considerando toda a pressão imposta para que o indivíduo se adapte ao ambiente e ao convívio social dentro do seu local de trabalho, sendo assim, a organização tem por responsabilidade garantir a proteção física e principalmente mental além de, buscar meios que possam amenizar os efeitos causados pelo fator estresse, em razão de que a qualidade de vida está totalmente associada junto ao ambiente.

De acordo com Ferreira, Oliveira e Muller (2018), o estresse no trabalho não está só associado as influências internas, mas inclusive as externas podem trazer bem mais danos do que a outra dado que, as causas podem chegar a ser comuns tanto em homens quanto em mulheres, já que os dois podem vivenciar a sobrecarga, incerteza, além da sensação da incapacidade de administrar seu tempo com qualidade, trazendo assim uma carga de stress pessoal, podendo chegar a ser um obstáculo na qualidade de vida desse indivíduo em seu local de trabalho e em seu meio pessoal, visto que poderá trazer sintomas psicológicos ou comportamentais ao qual pode afetar diretamente na sua concentração onde dependendo da função exercida pode ser um risco para o próprio trabalhador, e conseqüentemente ao seu empregador pelo fato de se levar em consideração um futuro afastamento ou uma baixa em sua produtividade.

O absenteísmo é o termo usado para justificar a falta ou a ausência do colaborador no ambiente de trabalho, ao qual vem sendo ainda mais comum e nos últimos anos acontecendo cada vez com mais frequência, onde pode ter como motivos questões de natureza pessoal ou relacionadas a estrutura organizacional. A gestão é de fundamental importância na resolução desses casos, já que tem como papel investigar as causas e as conseqüências que está trazendo para o funcionário e como isso está impactando dentro da organização, para que assim seja estudado uma melhor forma de se trabalhar e minimizar o máximo esses efeitos, como a baixa produtividade e o número de faltas, que dependendo do nível pode se resultar até em um futuro afastamento de suas funções, trazendo enormes prejuízos não só para o funcionário mas também conseqüentemente a empresa (FERREIRA et al., 2012).

Autores como Rothmann e Cooper (2017), salientam comportamentos disfuncionais como: absenteísmo, presenteísmo, furto, assédio sexual, intimidação e uso de drogas. No que se refere ao absenteísmo observa-se que os trabalhadores fazem uso de uma estratégia de fugir das situações repugnantes no trabalho. Já o Presenteísmo se refere ao costume de comparecer ao trabalho quando o colaborador não deveria fazê-lo, o que irá resultar em estar fisicamente presente, mas funcionalmente ausente.

O furto sugere certas condições ou situações que levam não resultar do descuido ou incompetência, mas assinala de que essa condição se encontra em andamento, a exemplo: bens ou produtos retirados por parte dos colaboradores, apropriação de documentos confidenciais entre outros. Em relação ao assédio sexual na maioria dos acontecimentos pode andar junto a intimidação na questão de que, possivelmente essa conduta possa vir por cargos da mesma hierarquia, por clientes da organização empregadora, e até mesmo por seus chefes ou próprios gestores, e quando esse assédio vem seguido de intimidação se torna ainda pior por vim seguido de ofensas físicas ou verbais e de punho sexual, constrangendo a vítima e afetando diretamente no seu desempenho profissional.

Por fim, o uso de drogas como o álcool e entre outros, afetam diretamente no rendimento do funcionário o que muitas das vezes chegam a ser uma das causas para o absenteísmo. Assim, entende-se que o bem-estar do ser humano é um processo multidimensional que envolve a saúde intelectual, social, emocional e física, sendo fundamental que empresas e gestores invistam cada vez mais em estratégias para prevenção e promoção da saúde mental e física dos seus colaboradores.

METODOLOGIA

Trata-se de uma pesquisa de campo, com a técnica de levantamento de dados sobre a qualidade de vida e os efeitos do estresse no ambiente organizacional: um estudo relacional, cuja a abordagem é quantitativa, com a finalidade descritiva.

A pesquisa foi realizada com profissionais que trabalham em serviços e comércios dentro de um shopping center no município de João Pessoa/PB, onde foi feito um levantamento de dados com uma amostra composta por 100 participantes, trabalhadores, de ambos os sexos e níveis de escolaridade, adotando como critérios de inclusão ter idade igual ou superior a 18 anos, e que exerciam cargos, como: estoquistas, operadores de caixa, vendedores (as), auxiliares administrativas (os), subgerentes e gerentes, pertencentes nas mais diversas empresas sediadas em um shopping.

Os dados foram coletados a partir de três instrumentos, o primeiro questionário sócio demográfico, cujo objetivo é de identificar o perfil dos participantes, como: sexo, idade, local de trabalho, renda familiar, tempo de empresa, entre outros. O Segundo o Inventário de Maslach Burnout (MBI) ($\alpha = 0,76$) composto por 22 itens que avaliam sintomas acerca do estresse. A sua interpretação é feita da seguinte forma: de 0 a 20 pontos: Nenhum indício da Burnout; de 21 a 40 pontos: Possibilidade de desenvolver Burnout; de 41 a 60 pontos: Fase inicial da Burnout, procure ajuda profissional para debelar os sintomas e garantir, assim, a qualidade no seu desempenho profissional e a sua qualidade de vida; de 61 a 80 pontos: A Burnout começa a se instalar. Procure ajuda profissional para prevenir o agravamento dos sintomas. De 81 a 100 pontos: Você pode estar em uma fase

considerável da Burnout, mas esse quadro é perfeitamente reversível (JBEILI, 2014).

O terceiro instrumento foi o Whoqol-bref, que avalia a qualidade de vida das pessoas, composto por 26 itens, sendo as duas primeiras questões referentes a qualidade geral, e os demais 24 itens divididos em 4 domínios, a saber: domínio físico ($\alpha = 0,84$), domínio psicológico ($\alpha = 0,81$), relações sociais ($\alpha = 0,71$) e meio ambiente ($\alpha = 0,81$).

A pesquisa obedeceu a resolução de nº 466/2012, e a resolução de nº 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde, que se trata de pesquisas e testes em seres humanos (BRASIL, 2016). Ao qual também foi submetida ao comitê de ética sendo assim, os dados passaram a ser coletados logo após o parecer favorável do comitê e a solicitação e assinatura do TCLE pelos participantes, onde se fez uso da ferramenta do Google Forms para a obtenção da assinatura do termo e da coleta das respostas dos questionários aplicados através do mesmo, fazendo uso das redes sociais como o Instagram e o WhatsApp para compartilhamento da pesquisa. Os dados foram analisados por meio do Software SPSS, na sua versão 22.0, realizando estatística descritiva (média, frequências e porcentagens), inferencial (teste t Student, correlação r Pearson, regressão linear) e alfa de Cronbach, expostas em tabelas e gráficos.

RESULTADO E DISCUSSÃO

A fim de responder ao primeiro objetivo específico “identificar o perfil da amostra dos participantes do estudo” procedeu-se com a realização da estatística descritiva, os resultados podem ser demonstrados na Tabela 1.

Tabela 1: Resultados sociodemográficos dos participantes do estudo.

Variáveis Sociodemográficas	Resultados(%)
Sexo	
Feminino	65%
Masculino	35%
Faixa Etária	
18 - 30 anos	52%
31 - 40 anos	40%
41 - 61 anos	8%
Escolaridade	
Ensino Médio Completo	48%
Ensino Médio Incompleto	4%
Ensino Superior Completo	13%
Ensino Superior Incompleto	33%

Pós Graduação	2%
Profissão	
Visual Merchandising Gerência Sub Gerência Operadores de Caixa Administrativo Auxiliares Vendas	1% 11% 4% 8% 23% 15% 38%
Religião	
Católica(o) Evangélica(o) Espírita Agnóstico Cristão Não Tem	46% 24% 2% 1% 17% 10%
Estado Civil	
Solteiro(a) Casado(a) Divorciado(a) União Estável Viúvo(a)	51% 33% 7% 7% 2%
Rendimento Familiar	
Entre R\$ 500 - R\$ 1.000 Entre R\$ 1.000 - R\$ 1.500 Entre R\$ 1.500 - R\$ 2.000 Acima de R\$ 2.000	1% 21% 37% 41%
Há Quanto Tempo Encontra-se Vinculado(a) a Empresa?	
1 mês – 1 ano 2 – 4 anos 5 – 7 anos 8 – 10 anos 11 – 20 anos	37% 35% 15% 8% 5%
Você se Sente Satisfeito(a) no seu Ambiente de	

Trabalho?	
Sim	71%
Não	29%

Quantas Empresas Você já Trabalhou Com Carteira Assinada?	
0 - 3	59%
4 - 7	37%
8 - 10	4%

Fonte: dados da pesquisa.

De acordo com a Tabela 1, a presente pesquisa obteve como resultado final uma amostra de 100 participantes, que atuam em diversas áreas do comércio, onde a maioria foi do sexo feminino com (65%) e a minoria do sexo masculino com (35%), ao qual a média de idade foi de 30,4 anos, com (DP = 7,57), variando entre 18 a 61 anos, analisando a escolaridade teve-se como resultado predominante pessoas que tem o ensino médio completo com (48%), e (33%) que estão com ensino superior incompleto, em relação a profissão obteve com predominância dos resultados, (38%) que estão atuando na área de vendas e (23%) no administrativo, onde a maioria são católicos(as) com (46%) e evangélicas(os) com (24%), dentro dos resultados a maior parte da amostra possuem o estado civil solteiro(a) com (51%) e casado(a) com (33%), além disso pode-se observar que obteve como soma predominante, um rendimento familiar acima de R\$ 2.000,00 com (41%) e de entre R\$ 1500,00 a R\$ 2.000,00 com (37%), ao analisar o tempo de vínculo do funcionário com a empresa teve-se com predominância o período de 1 mês a um 1 ano com (37%), e de 2 a 4 anos com (35%), ao qual a maioria dos participantes estão satisfeitos com o seu ambiente de trabalho chegando ao número de (71%), e a minoria não estão satisfeitos com (29%), ao identificar a quantidade de empresas que as amostras trabalharam com carteira assinada, foi identificado que predominou de 0 á 3 empresas (59%), e de 4 a 7 com (37%).

Em relação aos objetivos específicos “mensurar os níveis de estresse ocupacional dos colaboradores no ambiente organizacional” e “avaliar a qualidade de vida dos colaboradores no ambiente organizacional”, realizou-se o cálculo da pontuação média. O resultado advindo da escala de *Burnout* foi de 68,0 pontos (DP = 1,23) com intervalo de confiança IC 65,5 – 70,4. Este escore indica que os participantes estão na fase inicial do adoecimento, necessitando de ajuda profissional. Provavelmente este indicador se dar a partir de: cobranças, atingimento de metas e resultados, atendimento ao público, relações interpessoais, baixa remuneração, falta de comunicação, falta de reconhecimento, incerteza de permanência no trabalho, e o contexto vivenciado com a pandemia Covid-19, entre outros. Segundo Souza (2016), entende-se que independentemente do tempo de trabalho que o funcionário tenha, não o impede que venha a desenvolver a síndrome de *burnout*, pois na maioria dos casos é causada pela sobrecarga mental e física propiciada pelo próprio ambiente de trabalho e pela a intensidade desses fatores, independente se o mesmo está sendo exposto a esse ambiente á 3 meses ou á 1 ano, o mercado está cada vez mais cobrando por excelência e perfeição, e isso faz

com que leve ao trabalhador a ter pensamentos de incompetência e inutilidade, até possivelmente chegar a uma exaustão emocional.

Em relação aos índices de qualidade de vida, o resultado demonstrou um valor médio de 3,3 pontos (DP = 0,60), o que nos faz pensar que os participantes possuem uma qualidade de vida regular. Provavelmente este resultado se deu pela junção e o equilíbrio dos quatro domínios, o físico, psicológico, relações sociais, e meio ambiente, pois quando se fala em qualidade de vida no trabalho, fala-se em oferecer ambientes mais agradáveis e de melhores condições de seus fatores de manutenção, como os relacionamentos interpessoais e sociais, benefícios, segurança e comunicação, ou seja, nada mais é que uma união de todos esses quesitos promovendo o bem-estar para os seus funcionários (RIBEIRO; SANTANA, 2015).

Quando avaliado separadamente as dimensões, o domínio Físico apresentou o valor médio foi 2,9 (DP = 0,46), com intervalo de confiança IC 2,88 – 3,06. Este resultado demonstra que os participantes necessitam melhorar as questões de ordem física, desenvolvendo estratégias para combater dores e desconforto, energia e fadiga, sono e repouso, mobilidade entre outros no ambiente organizacional.

Essas questões de ordem física, são causadas na maioria das vezes por excesso de trabalho, rotina, e por vezes questões pessoais que podem afetar o sono e provocar um desgaste físico, algumas organizações já aderiram ao método da ginástica laboral, como forma de amenizar e de prevenir esse desgaste físico pois, ao aderir a esse tipo de projeto traz uma valorização para o funcionário e posteriormente mais qualidade de vida e motivação para execução da sua função no ambiente de trabalho (AHRENS, 2016).

Na dimensão psicológica, a média obtida foi 3,7 (DP = 0,05), com intervalo de confiança, IC 3,45 – 3,66. Este resultado demonstra que os participantes necessitam melhorar as questões de ordem psicológica, a exemplo: sentimentos positivos e negativos, pensar, aprender, memória e concentração, autoestima, crenças pessoais, entre outros. Rossi *et al.* (2020) argumentam que o indivíduo deve ter autonomia, estabilidade e segurança em relação aos seus pensamentos e suas ações perante a si e aos outros, quando acontece o desequilíbrio dessas ações passa a afetar o seu crescimento profissional, apresentando dificuldades em participar de interações sociais e em lidar com outras pessoas, levando ao desinteresse pelo trabalho e pela vida. Ao contrário de quando se passa a administrar pensamentos positivos, como autoconhecimento em si, traçar objetivos e obter maturidade para administrar e lidar da melhor forma com situações que podem surgir em seu ambiente, fortalecendo sua autonomia em relação as suas crenças pessoais.

Na dimensão relações sociais, o resultado da média foi 3,2 (DP = 0,88), intervalo de confiança, IC 3,17 – 3,52. Este resultado demonstra que os participantes estão com as relações regulares, porém necessitam melhorar as questões de ordem sociais, a exemplo: relações sociais, apoio social, atividade sexual, entre outros. Ao promover um ambiente sólido e de relações sociais sadias, irá fazer bem tanto para os funcionários como principalmente para as organizações, que manterá um clima agradável e prazeroso propiciando ao trabalhador mais motivação e união para desempenhar funções, quando isso acontece as situações ligadas as diferenças de pensamentos e ideias são resolvidas de uma forma mais leve, e isso contribui para o atingimento de metas na empresa, ampliando ainda mais as visões de futuro e construção de planos que resultem positivamente no resultado final (FONSECA *et al.*, 2015).

E finalmente a dimensão meio ambiente, obteve valor médio de 2,9 (DP = 0,65), intervalo de confiança IC 2,85 – 3,11. Este resultado demonstra que os participantes necessitam melhorar as questões de ordem ambiental, a exemplo: segurança física e proteção, recursos financeiros, cuidados de saúde e sociais, participação e oportunidades de recreação e lazer, transporte, entre outros.

O meio ambiente dentro das organizações, tem como função promover um ambiente saudável e seguro para os trabalhadores já que, na maioria das vezes é o local em que ele passa a maior parte do seu tempo, e dessa forma propiciar ao funcionário uma melhor qualidade de vida nesse ambiente, enfatizando o conceito da pirâmide de Maslow que é a hierarquia dos componentes básicos das necessidades: realização pessoal, estima, social, segurança e fisiológica, trazendo uma humanização tornando ainda mais favorável ao ambiente (SILVA; ALVÃO, 2019).

Afim de verificar a relação entre os construtos Burnout e QVT, procedeu-se com a análise de correlação *r pearson*, a fim de responder ao quarto objetivo específico “relacionar os efeitos do estresse ocupacional na qualidade de vida dos funcionários”. Os resultados podem ser visualizados na tabela a seguir.

Tabela 2: Resultados da correlação entre os construtos QVT e Burnout.

Construto	Média	DP	QVT geral	Físico	Psicológico	Relações Sociais	Meio Ambiente
Burnout	68,0	12,35	-0,51**	-0,44**	-0,42**	-0,30**	-0,37**
QVT geral	3,4	0,60		0,75**	0,78**	0,75**	0,87**
Físico	2,9	0,46			0,66**	0,60**	0,64**
Psicológico	3,5	0,53				0,61**	0,55**
Relações Sociais	3,3	0,88					0,59**

Fonte: Dados da Pesquisa. Legenda: ** $p < 0,001$.

Conforme pode ser observado na tabela 2, os construtos *Burnout* e qualidade de vida obtiveram uma correlação significativamente ($p < 0,001$) com intensidade moderada ($r = -0,51$) e direção negativa. Este resultado aponta que quanto maior a qualidade de vida menor será a influência de *Burnout* no colaborador, ou seja, quando se está havendo um equilíbrio biopsicossocial de bem-estar nesses construtos provocando uma autoestima positiva, e recebendo o apoio organizacional necessário em todas as áreas, pode-se dizer que as chances dessa síndrome se instalar é quase nula (BRITO *et al.*, 2016). Desse modo quanto menor a qualidade de vida maior será a influência do *Burnout*, pois, no momento em que ele se torna negativo afetando as áreas físicas, ambientais, sociais e psicológicas, acontecerá uma queda na QVT que irá passar a ficar em desequilíbrio, trazendo uma despersonalização para o indivíduo e promovendo uma maior dificuldade de adaptação ao fator estressor (SOARES, 2019).

Finalmente, a fim de responder o último objetivo específico “em que medida há diferença entre homens e mulheres em função dos construtos, a partir do teste *t Student*”. Os resultados podem ser observados na tabela a seguir.

Tabela 3: Resultados da comparação entre os construtos QVT e Burnout em função do sexo.

Construto	Homens		Mulheres		t	df	p
	Média	DP	Média	DP			
Burnout	63,8	12,96	70,2	11,50	-2,52	62,92	p = 0,01*
QVT geral	3,7	0,55	3,1	0,55	4,54	98	p = 0,001**
Físico	3,1	0,50	2,8	0,41	2,34	58,72	p = 0,02*
Psicológico	3,7	0,49	3,4	0,52	2,87	72,86	p = 0,01*
Relações Sociais	3,5	0,98	3,2	0,82	1,22	59,77	p = 0,22
Meio Ambiente	3,3	0,68	2,8	0,56	3,86	59,72	p = 0,001**

Fonte: Dados da Pesquisa. Legenda: ** p < 0,001; * p < 0,01; DP = desvio padrão; t = escore do Student; df = grau de liberdade; p = valor significativo.

Conforme pode ser observado na tabela 2, verificou-se diferença significativa ($p < 0,01$) para o construto *Burnout* em função dos homens ($M = 63,8$; $DP = 12,96$) com as mulheres ($M = 70,2$; $DP = 11,50$). Este resultado, provavelmente se deu por influências de ordem fisiológicas, biopsicossocial e principalmente por questões hormonais, as mulheres tendem a ter quase sempre uma dupla carga de trabalho o que acarreta dificuldades, na distribuição em seu tempo de trabalho ocupacional, doméstico e familiar, diferentemente dos homens que tem uma melhor autonomia e controle do seu tempo mesmo, que muitas vezes estejam na mesma posição (SUCUPIRA, 2016).

Observando o construto qualidade de vida, verificou-se também diferença significativa ($p < 0,001$) em relação dos homens ($M = 3,7$; $DP = 0,55$) com as mulheres ($M = 3,1$; $DP = 0,55$). Este resultado, provavelmente se deu porque os homens na maioria das organizações ocupam mais cargos de liderança do que as mulheres, o que traz junto uma desvalorização e uma desmotivação do funcionário, afetando direto em sua qualidade de vida que chega a ser perceptível, principalmente quando se está associada a questões de benefícios e segurança (CERIBELI; CERIBELI; FERREIRA, 2016).

Em relação ao domínio físico, observou-se diferença significativa ($p = 0,02$) em relação dos homens ($M = 3,1$; $DP = 0,50$) com as mulheres ($M = 2,8$; $DP = 0,41$). Este resultado, provavelmente se deu pelo fato de o homem saber lidar e se adaptar, melhor as cobranças e exigências que o meio organizacional traz, do que as mulheres ao qual, é mais comum ver no sexo feminino síndromes como a da fadiga crônica, que provoca dores generalizadas, cefaleias e fraqueza muscular, do que no sexo masculino (ZORZANELLI; VIEIRA; RUSSO, 2016).

Ao analisar ao domínio psicológico, percebeu-se uma diferença significativa ($p = 0,01$) em relação dos homens ($M = 3,7$; $DP = 0,49$) com as mulheres ($M = 3,4$; $DP = 0,52$). Este resultado provavelmente se deu por conta de que as mulheres ainda são vistas como o sexo frágil, e isso não é diferente no âmbito das organizações, trazendo situações como o assédio moral que tem total influência no psicológico do indivíduo, principalmente quando o sexo feminino está à frente de cargos hierárquicos, sendo vistos como principais alvos ao contrário do sexo oposto (AQUINO, 2018).

Ao se observar ao domínio de relações sociais, não foi observado diferença significativa ($p > 0,05$) entre homens e mulheres no que tange a dimensão. Provavelmente, este resultado ($p = 0,22$) em relação dos homens ($M = 3,5$; $DP = 0,98$) com as mulheres ($M = 3,2$; $DP = 0,82$). Demonstra que ambos os sexos partilham de um bom relacionamento social no ambiente de trabalho, possivelmente pelo fato do próprio sistema organizacional exigir essa boa relação entre seus

funcionários onde, todos devem deixar suas particularidades de lado e focar em um só objetivo que é atingir seus resultados, o que promove a prática e aprimoramento desse convívio social (BARBOSA; BENDER, 2019).

E por último observando ao domínio de meio ambiente, verificou-se uma diferença significativa ($p = 0,001$) em relação dos homens ($M = 3,3$; $DP = 0,68$) com as mulheres ($M = 2,8$; $DP = 0,56$). Este resultado provavelmente se deu por, ao levar-se em consideração de que a qualidade do meio ambiente nas organizações tem impacto direto com o desempenho do profissional, ambos os sexos podem enxergar e absorver de formas diferentes essa influência do meio, ao qual as mulheres não só passam por essa experiência ambiental, mas como também sofre uma grande influência hormonal e de hierarquia, principalmente quando as mesmas estão à frente de cargos de liderança (HUNING, 2018).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir de todas as discussões e resultados trazidos, foi conseguido atingir o objetivo geral do estudo, que era analisar a relação do estresse ocupacional com a qualidade de vida de funcionários no ambiente organizacional, junto aos específicos: que era de identificar o perfil da amostra dos participantes do estudo; mensurar os níveis de estresse ocupacional dos colaboradores no ambiente organizacional; avaliar a qualidade de vida dos colaboradores no ambiente organizacional; relacionar os efeitos do estresse ocupacional na qualidade de vida dos funcionários; e analisar em que medida se diferencia homens e mulheres em função dos construtos, a partir do teste t Student.

Chegou-se ao resultado de que os níveis de Burnout se encontra no estágio inicial, trazendo um alerta pois isso pode afetar diretamente na qualidade de vida dos colaboradores, constatado de acordo com as amostras coletadas que o nível de QVT ainda se encontra em estágio regular, porém na medida em que o Burnout aumentar a qualidade de vida irá cair. Através dessa análise já foi perceptível no resultado do teste t Student ao diferenciar homens de mulheres, pode-se ser observado que possivelmente o sexo feminino possui a taxa de Burnout mais elevada que o masculino, e conseqüentemente a QVT mais baixa.

Contudo se faz necessário investimentos por parte das empresas para a melhoria e a promoção de uma melhor qualidade de vida, afim de reduzir ou tornar inexistente a síndrome do esgotamento físico e mental que é o Burnout, evitando assim efeitos e prejuízos futuros que venham a ser ocasionados, promovendo um ambiente de trabalho mais prazeroso.

O estudo apresentou como limitações, a restrição da pesquisa de que exclusivamente só poderiam responder-la trabalhadores que atuassem em alguma área do comércio, dentro de um determinado shopping center; pessoas que se recusaram a responder com medo que o prejudicasse de alguma forma em seu trabalho; e a dificuldade de conseguir a autorização do shopping para que a pesquisa fosse realizada em seu espaço e citasse seu nome na pesquisa, que infelizmente foi negada.

Como sugestão para estudos futuros, sugere-se analisar a importância da promoção da qualidade de vida por parte das empresas, e como afeta positivamente seus colaboradores; e verificar a importância de ambientes com atividades laborais para a prevenção do Burnout. Seriam grandes pontos que podem ser trabalhados dentro da linha de pesquisa organizacional, ficando como sugestões para a execução de trabalhos futuros.

REFERÊNCIAS

- AHRENS, Rudy de Barros. Proposta de uma Ferramenta de Análise de Ambiente Organizacional com foco em QV, QVT e Clima Organizacional. 2016. 99 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Engenharia de Produção, Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Ponta Grossa, 2016. Disponível em: <http://repositorio.utfpr.edu.br/jspui/handle/1/1955>. Acesso em: 26 maio 2022.
- ALVES, Ana Marta Pereira. A Relação entre o Stress Ocupacional e a Satisfação no Trabalho: O Efeito Moderador da Percepção de Apoio Organizacional: um estudo no setor hoteleiro. 2018. 69 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Psicologia, Social e das Organizações, Instituto Universitário de Lisboa, Lisboa, 2018. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10071/17376>. Acesso em: 28 nov. 2021.
- AQUINO, Patrícia Pereira Machado Erbe de. Assédio Moral Ligado a Gênero Uma Questão de Relevância Organizacional. 2018. 58 f. TCC (Graduação) - Curso de Graduação em Administração, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2018. Disponível em: <https://app.uff.br/riuff/handle/1/8746>. Acesso em: 27 maio 2022.
- BAGLIOLI, Luciana Cypreste Santos. A incidência de transtornos mentais e comportamentais nas atividades laborativas inclusive sob a percepção da organização internacional do trabalho – OIT. 2017. 90 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Direito, Pós-Graduação, Universidade Católica de Brasília, Brasília, 2017. Disponível em: <https://bdttd.ucb.br:8443/jspui/handle/tede/2297>. Acesso em: 14 nov. 2021.
- BARBOSA, Attila Magno e Silva; BENDER, Mateus. O Reconhecimento Jurídico das Violências Psicológicas nas Relações de Trabalho no Brasil. Caderno Crh, Salvador, v. 32, n. 86, p. 419-434, 4 nov. 2019. Universidade Federal da Bahia.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. Resolução nº 466, de 12 de dezembro de 2012. Dispõe sobre diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 13 jun. 2013. Disponível: <http://bit.ly/1mTMIS3>. Acesso em: 01 de dez de 2021.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. Resolução nº 510, de 7 de abril de 2016. Dispõe sobre as normas aplicáveis a pesquisas em Ciências Humanas e Sociais. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 24 maio 2016. Disponível: <http://bit.ly/2fmnKeD>. Acesso em: 01 de dez de 2021.
- BRITO, Lucas Charão et al. Abordagem Biopsicossocial e Síndrome de Burnout: em busca da associação dos constructos. Revista de Administração da Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, v. 09, n. 03, p. 408-424, 2016.
- CERIBELI, Harrison Bachion; CERIBELI, Maria Cláudia Bachion; FERREIRA, Fábio José Rodrigues. Análise da Qualidade de Vida no Trabalho (QVT) Sob A Perspectiva das Diferenças Entre Gêneros. Reuna, Belo Horizonte, v. 21, n. 3, p. 5-24, 30 set. 2016. ANPAD.
- FERREIRA, Bruna Aparecida de Paiva et al. Influência do absenteísmo nas relações trabalhistas. 2012. 4 f. TCC (Graduação) - Curso de Processos Gerenciais, Graduação, Univçosa, Minas Gerais, 2012. Disponível em: <https://academico.univçosa.com.br/revista/index.php/RevistaSimpac/article/view/224>. Acesso em: 14 nov. 2021.

FERREIRA, Carla Larissa; OLIVEIRA, Karla Patrícia de; MULLER, Joyce Amaral Silva. Estresse: transtornos no ambiente organizacional. 2018. 47 f. Monografia (Especialização) - Curso de Gestão de Pessoas, Psicologia Organizacional e Coaching, Pós-Graduação, Faculdade Católica de Anápolis, Anápolis, 2018. Disponível em: <https://www.catolicadeanapolis.edu.br/biblioteca/wp-content/uploads/2020/01/CARLA-LARISSA-FERREIR-KARLA-PATR%C3%8dCIA-DE-OLIVEIRA-E-JOYCE-AMARAL-SILVA-MULLER.pdf>. Acesso em: 14 nov. 2021.

FONSECA, Thayná Imbroinisio da. "A qualidade de vida no trabalho, o estresse e seus impactos no ambiente de trabalho e a síndrome de Burnout". 2018. 38 f. Monografia (Especialização) - Curso de Mvba Gestão de Pessoas, Pós-Graduação, Universidade Candido Mendes / Avm, Rio de Janeiro, 2018. Cap. 3. Disponível em: http://www.avm.edu.br/docpdf/monografias_publicadas/k237741.pdf. Acesso em: 01 dez. 2021.

FONSECA, Luciana; REIS, Rosa; MESQUIT, Kelly; ALCANTARA, Andreia Oliveira. Relacionamento Interpessoal e Trabalho em Equipe: impacto num ambiente organizacional. 2015. 23 f. TCC (Graduação) - Curso de Gestão, Inovarse, Petrópolis, 2016. Disponível em: https://www.inovarse.org/sites/default/files/T16_215.pdf. Acesso em: 25 maio 2022.

GARCIA, Adalberto Escalona Gonçalves. A Inteligência Competitiva e o Desenvolvimento de Capacidades Dinâmicas nas Organizações. Libero-Americana de Estratégia, São Paulo, v. 16, n. 01, p. 69-90, 2017. Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=331250415007>. Acesso em: 26 maio 2022.

GULJOR, Ana Paula Freitas; RAMOS, Elaine de Souza; CRUZ, Patrícia Nassif da. Clima Organizacional e seus Reflexos na Saúde Mental Dos Trabalhadores. 2020. 3 v. TCC (Graduação) - Curso de Psicologia, Graduação, Ibcmed Faculdade, Sete Lagoas, 2020. Cap. 1. Disponível em: <https://ojs3x.gets.science/index.php/gets/article/view/60/59>. Acesso em: 05 out. 2021.

HUNING, Jaqueline. Impactos do Assédio Moral para a Saúde Mental dos Trabalhadores no Contexto do Meio Ambiente do Trabalho. 2018. 54 f. Monografia (Especialização) - Curso de Direito, Setor de Ciências Jurídicas, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2018. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/227288974.pdf>. Acesso em: 27 maio 2022.

MENEZES, Priscilla Costa Melquíades et al. SÍNDROME DE BURNOUT: UMA ANÁLISE REFLEXIVA. Revista de Enfermagem UFPE On Line, Recife, v. 11, n. 12, p. 5092-5101, set. 2017. Mensal. Disponível em: <https://doi.org/10.5205/1981-8963-v11i12a25086p5092-5101-2017>. Acesso em: 01 dez. 2021.

MINISTÉRIO DA SAÚDE/BIBLIOTECA VIRTUAL EM SAÚDE. Saúde mental no trabalho" é tema do Dia Mundial da Saúde Mental 2017, comemorado em 10 de outubro. 2017. Disponível em: <https://bvsmis.saude.gov.br/saude-mental-no-trabalho-e-tema-do-dia-mundial-da-saude-mental-2017-comemorado-em-10-de-outubro/>. Acesso em: 01 dez 2021.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. Conheça a OIT. Disponível em: <https://www.ilo.org/brasil/conheca-a-oit/lang-pt/index.htm>. Acesso em: 01 dez 2021.

PAZ, Maria G. T. et al. Bem-Estar Pessoal nas Organizações e Qualidade de Vida Organizacional: o papel mediador da cultura organizacional. Ram. Revista de Administração Mackenzie, São Paulo, v. 21, n. 1, p. 1-37, 2020. FapUNIFESP (SciELO).

PRADO, Claudia Eliza Papa do. Estresse ocupacional: causas e consequências. Revista Brasileira de Medicina do Trabalho, São Paulo, v. 3, n. 14, p. 285-289, 11 maio 2016.

RACHELE, Mauricio Bazzi. Análise sobre a Qualidade de Vida do Funcionário do Comércio. 2021. 67 f. TCC (Graduação) - Curso de Administração, Universidade de Caxias do Sul, Caxias do Sul, 2021. Disponível em: <https://repositorio.ucs.br/11338/9587>. Acesso em: 28 maio 2022.

RIBEIRO, Larissa Alves; SANTANA, Lídia Chagas de. Qualidade de Vida no Trabalho: fator decisivo para o sucesso organizacional. Revista de Iniciação Científica, Cairu, v. 02, n. 02, p. 75-96, jun. 2015.

ROCHA, Claudia Sofia da Costa. Liderança Tóxica: estudo da sua influência no comprometimento organizacional e na qualidade de vida no trabalho. 2017. 175 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Gestão e Desenvolvimento de Recursos Humanos, Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Porto, Porto, 2017. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10400.22/10953>. Acesso em: 27 maio 2022.

RODRIGUES, Marta Raquel Teixeira. Atitudes perante a competição e sua influência no stress percebido dos indivíduos em contexto organizacional. 2017. 54 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Psicologia, Psicologia e Educação, Universidade Portucalense, Porto, 2017. Cap. 2. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11328/1891>. Acesso em: 01 dez. 2021.

ROSSI, Valquíria Aparecida et al. Reflexões sobre Bem-Estar Subjetivo, Bem-Estar Psicológico e Bem-Estar no Trabalho. Revista Organizações em Contexto, [S.L.], v. 16, n. 31, p. 151-175, 24 nov. 2020. Instituto Metodista de Ensino Superior. <http://dx.doi.org/10.15603/1982-8756/roc.v16n31p151-175>.

ROTHMANN, I.; COOPER, C.L. Fundamentos de psicologia organizacional e do trabalho. Trad. Luiz Claudio de Queiroz. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2017.

SATELES, Daiane Barbosa; MARTINS, Poliana Rodrigues. A Qualidade de Vida no Trabalho, o Fator Estresse e seus Impactos no Ambiente Organizacional. 2018. 34 f. TCC (Graduação) - Curso de Administração, Faculdade Evangélica de Jaraguá, Jaraguá, 2018. Disponível em: <http://repositorio.aee.edu.br/jspui/handle/aee/1052>. Acesso em: 27 maio 2022.

SILVA, Leandra Carla; SALLES, Taciana Lucas de Afonseca. O estresse ocupacional e as formas alternativas de tratamento. Revista de Carreiras e Pessoas, São Paulo, v. 6, n. 2, p. 234-247, 31 ago. 2016. Pontifical Catholic University of São Paulo (PUC-SP).

SILVA, Rodrigo Marques da; GOULAR, Carolina Tonini; GUIDO, Laura de Azevedo. EVOLUÇÃO HISTÓRICA DO CONCEITO DE ESTRESSE. Revisa: Revista de Divulgação Científica Sena Aires, Sena Aires, v. 7, n. 2, p. 148-156, set. 2018.

SILVA, Leda Maria Messias da; ALVÃO, Leandra Cauneto (org.). Temática do Meio Ambiente de Trabalho Digno. São Paulo: Ltr Editora Ltda, 2019. 2 v.

SOARES, Cleomar Antônio et al. O Estresse e seus Impactos no Ambiente Organizacional. 2021. 1 v. Monografia (Especialização) - Curso de Mba em Gestão de Pessoas e Coaching, Pós-Graduação, Universidade Evangélica de Goiás, Goiás, 2021. Disponível em: <http://anais.unievangelica.edu.br/index.php/latosensu/article/view/6547>. Acesso em: 05 out. 2021.

SOARES, Tatiana de Paula. Burnout e a Qualidade de Vida dos Gestores do Sistema Socioeducativo do Distrito Federal: uma análise estatística descritiva em saúde mental. 2019. 130 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Psicologia Clínica e Cultura, Psicologia Clínica, Universidade de Brasília, Brasília, 2019. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/38188>. Acesso em: 27 maio 2022.

SOUZA, Marina Batista Chaves Azevedo de. Síndrome de Burnout e Jovens Trabalhadores: um estudo em recife-pe. 2016. 125 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Administração, Centro de Ciências Sociais e Aplicadas, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2016. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/tede/9374>. Acesso em: 25 maio 2022.

SUCUPIRA, Fernanda. Divisão sexual do trabalho e o tempo cotidiano das mulheres de baixa renda. *Idéias*, Campinas, v. 7, n. 1, p. 15, 4 out. 2016. Universidade Estadual de Campinas. <http://dx.doi.org/10.20396/ideias.v7i1.8649509>. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/Idéias/article/view/8649509>. Acesso em: 27 maio 2022.

SCHIMITT, Charlles de Souza; LAURINDO, João Victor Vieira. Qualidade de Vida no Trabalho e Ergonomia: revisão integrativa em organizações de diferentes contextos. 2019. 110 f. TCC (Graduação) - Curso de Administração, Ciências da Administração, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/197323>. Acesso em: 27 maio 2022.

WAGNER, Fátima Becker; GESSI, Nedisson Luís. Influência do Stress no Ambiente de Trabalho e seu Impacto na Qualidade de Vida. 2019. 22 f. Tese (Doutorado) - Curso de Gestão de Recursos Humanos, Faculdades Integradas Machado de Assis, Santo Cristo, 2019. Cap. 1. Disponível em: <http://www.fema.com.br/site/wp-content/uploads/2019/08/WAGNER-F.-B.-INFLU%C3%8ANCIA-DO-STRESS-NO-AMBIENTE-DE-TRABALHO-E-SEU-IMPACTO-NA-QUALIDADE-DE-VIDA.pdf>. Acesso em: 01 dez. 2021.

ZORZANELLI, Rafaela; VIEIRA, Isabela; RUSSO, Jane Araújo. Diversos nomes para o cansaço: categorias emergentes e sua relação com o mundo do trabalho. *Interface - Comunicação, Saúde, Educação*, Rio de Janeiro, v. 20, n. 56, p. 77-88, mar. 2016.

A ARTE COMO PROCESSO DE CURA NA PSICOTERAPIA

Ana Clara Dias de Lima¹
Aline Arruda da Fonseca²

RESUMO

O presente trabalho teve como objetivo identificar e descrever em que medida a arte pode ser utilizada como uma estratégia de tratamento para as pessoas em situação de sofrimento psíquico na intervenção na psicoterapia. A base teórica apresentada está alinhada com os estudos de Sigmund Freud, Carl Gustav Jung e Nise da Silveira. A pesquisa se trata de uma revisão sistemática da literatura, de natureza qualitativa, abordagem básica e finalidade exploratória. Foi realizada uma pesquisa bibliográfica nas bases de dados: Periódicos CAPES, SciELO e BVS. Os termos utilizados foram: “arte” AND “saúde mental” AND “psicologia” OR “psicoterapia”. Foram incluídos artigos publicados em português, nos últimos 10 anos, que foram revisados por pares e que se encontravam de livre acesso na internet no período da busca. Foram excluídos aqueles publicados em outros idiomas, que não falavam sobre o tema e que não estavam disponíveis na internet. No total, 11 artigos foram analisados e os resultados indicaram diferentes possibilidades de expressões artísticas que podem ser usadas na psicoterapia. Além disso, também foi encontrado que a arte pode exercer um papel antimanicomial e que, de fato, a arte auxilia no tratamento de pessoas em sofrimento psíquico. Esses achados corroboram com a literatura atual. A arte é uma via que pode proporcionar a melhora do paciente através da sua capacidade de sublimar ou atribuir significado aos conteúdos do inconsciente. Indica-se, então, a realização de mais trabalhos nesse sentido, que possam mostrar o que a literatura mais abrangente tem discutido sobre essa temática. Ressalta-se a importância da arte dentro dos dispositivos de atenção psicossocial, frente à luta para desinstitucionalizar pessoas em sofrimento.

Palavras-chave: Arte; Psicologia; Psicanálise.

ABSTRACT

The present study aimed to identify and describe the extent to which art can be used as a treatment strategy for people in psychological distress in psychotherapy intervention. The theoretical basis presented is in line with the studies of Sigmund Freud, Carl Gustav Jung and Nise da Silveira. The research is a systematic literature review, qualitative in nature, basic approach and exploratory purpose. A bibliographic search was carried out in the following databases: CAPES, SciELO and BVS journals. The terms used were: “art” AND “mental health” AND “psychology” OR “psychotherapy”. Articles published in Portuguese, in the last 10 years, that were peer-reviewed and that were freely accessible on the internet at the time of the search were included. Those published in other languages, which did not talk about the topic and which were not available on the internet, were excluded. In total, 11 articles were analyzed and the results indicated different possibilities of artistic

¹ Graduanda do curso de Psicologia no Centro Universitário UNIESP. E-mail: 20172110043@iesp.edu.br.

² Professora do curso de Psicologia no Centro Universitário UNIESP. E-mail: prof1813@iesp.edu.br.

expressions that can be used in psychotherapy. In addition, it was also found that art can play an anti-asylum role and that, in fact, art helps in the treatment of people in psychological distress. These findings corroborate the current literature. Art is a way that can improve the patient through its ability to sublimate or assign meaning to the contents of the unconscious. Therefore, further work in this direction is indicated, which can show what the broader literature has discussed on this topic. The importance of art within the psychosocial care devices is highlighted, in the face of the struggle to deinstitutionalize people in suffering.

Keywords: Art; Psychology; Psychoanalysis.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho visa discutir, refletir e verificar como a arte pode ser uma ferramenta terapêutica de grande importância dentro da psicoterapia. Ao explorar as artes visuais de forma minuciosa e crítica, o objetivo é ressaltar como artifícios da arte podem influenciar de forma positiva dentro da abordagem da psicoterapia clínica. Além de quebrar o estigma por trás da vida dos artistas, desmistificando a romantização da loucura e mostrando que é possível a ressocialização de pacientes que possuem diagnósticos mais severos.

A arte esteve presente na sociedade desde a pré-história, homens faziam pinturas em pedras com o objetivo de registrar fatos e, de certa forma, contarem suas histórias (ZANINI, 1983). A arte rupestre foi um meio que os homens primitivos encontraram para colher informações sobre os sistemas simbólicos desenvolvidos por eles, sendo encontradas em diversos lugares do mundo todo (BATTISTONE FILHO, 2020). Como pontua o autor, em seguida a arte foi desenvolvida pelas grandes civilizações da Antiguidade no Ocidente e no Oriente Médio, dentre elas estão a arte da Mesopotâmia, a arte do Egito Antigo, a arte Persa, arte Grega, arte Romana, arte Bizantina e a arte cristã primitiva.

Seguindo essa cronologia, surge a arte no período da Idade Média, com temas como a arte gótica, além das catedrais medievais e as técnicas de pinturas que estabeleceram as bases para os artistas do Renascimento (GORRI; SANTIN FILHO, 2009). Após esse período, destaca-se a fase pós-renascentista, com o surgimento da arte barroca e outros temas que também estão inseridos no campo da História da Arte, como aqueles dos séculos XVIII e XIX, isto é, o Romantismo, o Simbolismo e o Impressionismo; bem como a arte moderna. A partir desse conjunto de acervos, é possível perceber que a arte se faz tão importante na vida do indivíduo desde os tempos mais remotos, estando presente ao longo da História de toda a humanidade.

Dessa forma, a arte pode ser considerada um elemento inerente ao ser humano. A Psicologia, por sua vez, visa estudar os aspectos, comportamentos e sentimentos que cercam e atravessam o indivíduo. Por isso, a Psicologia também versa com a Arte. A autora Eva Heller em seu livro "A psicologia das cores" mostra como as cores afetam os sujeitos (HELLER, 2021). De acordo com a autora, essa área da psicologia analisa e define quais os efeitos que cada cor gera nas pessoas, como mudanças nos sentimentos e afetos, comportamentos, desejos e muito mais. Silva e Martins (2003) lembram que, entre os séculos XVII e XVIII, Isac Newton criou a sua teoria sobre as cores quando descobriu que ao atravessar um prisma, a luz branca refletia diversas cores. Antes mesmo de Newton, o filósofo Aristóteles assumiu o azul e amarelo como cores primárias que poderiam gerar outras cores.

Assim, o estudo das cores já estava presente na sociedade desde muito tempo atrás.

Em contrapartida ao estudo da arte e das cores, a Terapia Ocupacional é uma área de estudo mais recente, que vem conquistando espaço por versar com outras áreas da saúde, como por exemplo a Psicologia. Para Sena e Bastos (2013), os terapeutas ocupacionais são responsáveis por auxiliar aqueles com problemas motores, físicos e sensoriais, contribuindo para a saúde e bem-estar dos pacientes. Essa área leva em consideração as possíveis ocupações que podem estar afetadas, como o trabalho e o lazer, e propõe uma intervenção a fim de recuperar as capacidades funcionais dos indivíduos, estimulando a participação ativa dos pacientes na própria recuperação.

Mesmo tendo seu reconhecimento tardio, Barros, Ghirardi e Lopes (2002) apontam que a noção de ocupação e atividade é oriunda da antiguidade clássica, quando o trabalho, os jogos e treinos eram benéficos e auxiliavam no processo de cura do indivíduo. Contudo, só a partir da década de 50 a Terapia Ocupacional passou a ser cientificamente validada como uma possibilidade de intervenção na saúde e bem-estar social. Como bem explicam os autores, atrelado aos psicólogos, os terapeutas ocupacionais podem beneficiar o público-geral que apresente dificuldades no exercício das suas ocupações, bem como para realizar atividades do dia a dia, desde a infância até a terceira idade.

Ao refletir sobre o bem-estar dos sujeitos, discutir a ligação entre a psicologia e a arte se torna algo palpável, principalmente dentro da psicanálise, uma vez que essa díade pode trazer benefícios para aqueles em sofrimento psíquico. De acordo com Autuori e Rinaldi (2014), Sigmund Freud (1856-1939) se interessava pela arte por acreditar que ela poderia traduzir significados reprimidos e inconscientes na psique do sujeito. Nesse sentido, as obras artísticas produzidas, sejam elas poemas, esculturas, pinturas, são capazes de expressar a atividade a sublimação de desejos do inconsciente (FREUD, 2015). Assim, o artista é detentor de talentos por conseguir transformar todo o seu conteúdo primitivo, sexual e agressivo em formas simbólicas e culturais – ou seja, socialmente aceitas.

Assim como os sonhos e os jogos de linguagem, as obras de arte ajudam os artistas e o público a expressar, reconhecer e elaborar emoções reprimidas. O público, por sua vez, sente a mesma insatisfação com o abandono exigido pela realidade e pelas obras e experiências estéticas. Portanto, a conexão entre mente e arte pode ser concebida de forma tão direta ou imediata que a singularidade da obra é ignorada, enquanto a mente é simplesmente explicada pela obra (GUERRA, 2017).

Carl Gustav Jung (1875-1961), outro teórico psicanalista, lança mão da arte como ferramenta de estudo e cura ao longo de seus estudos. Para Barcellos (2004), Jung considerava que a própria psique humana tem um caráter criativo, sendo capaz de ilustrar o seu conteúdo. Apesar de ser um artista, Jung nunca se intitulou como tal, ao contrário, ele tentava separar o olhar sobre o fazer artístico e o olhar da leitura simbólica do conteúdo inconsciente que se expressa nas obras de arte.

Não obstante, para Lev Vygotsky (1896-1934) a arte é o produto da reflexão humana sobre tudo aquilo nos move, é a ilustração de todos os processos que atravessam o sujeito, do contexto macrossocial que o cerca (VYGOTSKY, 1987). Segundo o autor, para construir o que ele intitula de “psicointelectualidade” da criança, é preciso admitir a arte como um meio de construir a identidade humana a partir de uma educação epistemológica.

Além dos autores supracitados, Nise da Silveira é um nome que se destaca no que diz respeito à aplicabilidade da arte como medida terapêutica no processo de cura do indivíduo. Como explica Frayze-Pereira (2003), Nise inaugurou seu próprio ateliê de pintura dentro de um hospital psiquiátrico e nele se fez compreender que as atividades na Terapia Ocupacional poderiam dar vazão às imagens do inconsciente, uma vez que permite ao indivíduo em sofrimento psíquico ressignificar seus afetos e se compreender na sua condição psicológica. Ainda, a forma de tratamento criada por Nise é capaz de fazer com que os componentes motores dos pacientes encontrem formas de expressão.

Diante do exposto, é possível compreender que, mesmo com diferenças epistemológicas, os autores citados até então não somente reconhecem o papel da arte como também discorrem sobre sua aplicabilidade. Ainda, pode-se identificar algumas semelhanças entre a arte moderna e a Psicanálise, a exemplo da valorização dada aos sonhos e fantasias e da auto reflexão sobre si ao criar uma arte. Dessa forma, compreende-se que a arte esteve presente desde os primórdios da humanidade e que, mais recentemente, o estudo da Psicanálise se debruçou sobre aspectos sublimados nas obras de arte, assumindo que esta pode ser uma via de tratamento para pacientes em sofrimento psíquico. Assim, durante este trabalho, essa aproximação será investigada e discutida ao se construir um paralelo entre cada autor e seu pensamento sobre a arte e o seu papel no tratamento dos indivíduos, ressaltando os conceitos socioculturais de cada época. Visando identificar em que medida os artifícios da Terapia Ocupacional podem ser utilizados como uma estratégia de tratamento para as pessoas em situação de sofrimento psíquico na intervenção pela via da Psicanálise.

A Psicologia, em especial a Psicanálise, considera que os transtornos mentais neuróticos e psicóticos precisam de tratamento e intervenção adequados, coerentes com a individualidade de cada quadro clínico. Ao adotar essa perspectiva, é preciso compreender até que ponto o lúdico pode servir como artifício terapêutico dentro da terapia analítica, uma vez que a arte por si só, apesar de ser uma possibilidade, pode não abarcar todas as questões do sujeito. Além disso, apesar de reconhecer o papel da arte como estratégia de enfrentamento para o adoecimento psíquico, é preciso questionar por que o sofrimento dos artistas não deve ser romantizado, já que uma obra de arte bela é também dolorosa para o seu autor. Por último, a institucionalização de pacientes psiquiátricos é uma prática oriunda de projetos higienistas do século XX, que previam conseguir “limpar” a sociedade de toda e qualquer pessoa marginalizada, dentre elas os pacientes com transtornos mentais. Por isso, é preciso discutir como a via da arte pode promover a ressocialização dos pacientes em condições manicomiais, uma vez que a Psicanálise também luta contra a institucionalização de indivíduos que podem conviver em sociedade (GUERRA; SOUZA, 2006).

Desde os primórdios da natureza humana, a arte é usada como forma de comunicação e relato de situações cotidianas. A Psicanálise, por sua vez, reconhece que a arte pode comunicar conteúdos inconscientes presentes nas faculdades mentais de pacientes em sofrimento psíquico. Por isso, a presente pesquisa busca estudar a relação da psicoterapia com a arte através do sofrimento psíquico presente em teóricos da área, levando em consideração aspectos culturais, econômicos, sociais e políticos de cada contexto histórico. Com isso, é possível promover mudanças no cenário social, uma vez que esta pesquisa pode subsidiar políticas públicas de tratamento dos transtornos mentais através da arte. É possível, com este estudo, pensar em oficinas artísticas dentro dos dispositivos do SUS, como

o Centro de Referência em Atenção Psicossocial, para fornecer uma via de tratamento coletiva e comunitária àqueles em sofrimento psíquico, com o devido respaldo teórico. Nesse viés, o objetivo do presente estudo é identificar e descrever em que medida a arte pode ser utilizada como uma estratégia de tratamento para as pessoas em situação de sofrimento psíquico na intervenção na psicoterapia.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A ARTE PARA FREUD

Freud, conhecido como o precursor da Psicanálise, foi um teórico que estudou a relação da arte com o artista, a fim de mostrar à sociedade à época que estava certo de suas convicções. Como afirma Tardivo (2017), Freud compreendia a relação entre a arte e a Psicanálise por perceber que ambas exploram os mistérios da alma humana – ou do inconsciente, como ele bem chamava. Em sua resenha sobre o volume “Arte, literatura e os artistas” das Obras incompletas de Sigmund Freud, Tardivo (2017) explica que uma das primeiras menções de Freud sobre a relação da Psicanálise com a arte é justamente em uma carta escrita à Fliess, em que Freud “compara as fantasias históricas aos mecanismos da criação poética: ‘Shakespeare tem razão ao igualar criação poética e delírio’” (p. 1). Nesse sentido, Freud (2016) considera que o artista, que tem seus conteúdos inconscientes reprimidos, poderia sublimar seus desejos através da arte dando forma a esses conteúdos, ao invés de transformá-los em sintomas. Ou seja, a arte aqui aparece como uma forma de evitar que a artista adentre em uma crise, por exemplo, já a arte por si só teria dado vazão às pulsões do inconsciente.

Ao fazer uma análise sobre a vida e obra de Leonardo da Vinci, Freud (1926/1977) discorre sobre pontos da vida do artista e como a sua trajetória influenciou na criação de suas pinturas. Para o autor, “em Leonardo, os afetos eram transformados em objeto de interesse intelectual” (BORGES, 2017). Ou seja, ocorreu em Da Vinci um processo de sublimação de seus afetos, que foram convertidos na sua obra de arte. Por isso, Freud pensava que, para compreender profundamente as obras de Da Vinci, era preciso também conhecer a sua história de vida. Em seu texto “O interesse científico da psicanálise”, Freud (1913/1977, p. 222) pontua que:

A arte é uma realidade convencionalmente aceita, na qual, graças à ilusão artística, os símbolos e os substitutos são capazes de provocar emoções reais. Assim, a arte constitui um meio caminho entre uma realidade que frustra os desejos e o mundo de desejos realizados da imaginação – uma região em que, por assim dizer, os esforços de onipotência do homem primitivo ainda se acham em pleno vigor.

Com isso, pode-se perceber que, para Freud, a arte aparece como uma alternativa de transformar o conteúdo inconsciente em algo socialmente aceito através do simbólico. Assim, o artista consegue transformar seus desejos e pulsões em algo sustentável para ele. É nesse ínterim que entra o papel da fantasia, pois, para Freud (1913/1977) toda fantasia é a realização de um desejo, mas que, por se tratar de uma fantasia, não está estabelecida no mundo real e, portanto, não causa prejuízo ao sujeito.

Nesse sentido, a concepção freudiana considera que a arte é uma forma de conciliar os dois princípios que regem o funcionamento mental: o princípio da

realidade e o princípio do prazer. No princípio do prazer residem os desejos eróticos e as paixões que se chocam com o princípio da realidade e, por isso, o artista alcança a sua satisfação através da fantasia e sublimação de tais desejos (ZOSCHKE, 2008). Dessa forma, um indivíduo neurótico consegue dar um destino específico às pulsões.

Contudo, como explica Freud (1924/1996), diferentemente do neurótico, o psicótico não fantasia. Ao contrário, há nessa última estrutura psíquica um rompimento com a realidade, que aparece nos delírios e alucinações dos pacientes tidos como “loucos”. Como bem explica Zoschke (2008, p. 92), “Quando algo é demandado ao sujeito na realidade e não há o recurso simbólico que suporte, ele cai no furo imaginário que constitui a psicose e uma metáfora delirante passa a se produzir.” Ou seja, o psicótico não fantasia porque rompe diretamente com a própria realidade. A arte, então, aparece como uma possibilidade de expressão da loucura nos sujeitos psicóticos. Ao produzir algo que é atravessado por seus conteúdos inconscientes, o artista assume uma linguagem e significação de algo que lhe é próprio, mas que está fora da realidade.

A ARTE PARA JUNG

Apesar de ter seus pensamentos alicerçados na teoria freudiana, Carl Gustav Jung seguiu um caminho teórico consideravelmente diferente. No que diz respeito a sua relação com a arte, Carvalho (2012) afirma que a noção de criatividade aparece constantemente ao longo dos estudos junguianos, desde as cartas até os livros e artigos publicados. De acordo com o autor, a vida do teórico esteve cercada de arte em toda a sua trajetória, tanto na vida pessoal como profissional, o que provavelmente influenciou o seu elo profundo com a arte.

Ao discorrer sobre o processo criativo, Jung (1930/2011) propôs dois conceitos de criação, a saber: criação psicológica e criação visionária. Na criação psicológica, o autor de uma arte se identifica tanto com o produto de seu trabalho que se percebe verdadeiramente com aquilo que criou. Em outras palavras, essa criação acomoda uma parte de seu produtor. Já na criação visionária não há necessariamente tal identificação entre autor e obra, uma vez que a arte traz sua própria forma e conteúdo.

Diferentemente de Freud, que considerava a arte como a sublimação das pulsões do indivíduo, Jung acreditava que essa criatividade artística era uma função psíquica natural que concedia uma estrutura à psique do sujeito. Assim, a criatividade poderia levar à cura justamente por transformar os conteúdos inconscientes em imagens simbólicas (REIS, 2014). Ainda em consonância com o autor, Jung lançava mão de desenhos livres para facilitar a interação verbal com o paciente – um paralelo à livre associação freudiana, que se dava através das palavras.

Seguindo esse raciocínio, Jung acreditava que ao criar uma arte, o autor poderia ter seu desenvolvimento psíquico favorecido, isso porque a arte seria capaz de facilitar o próprio entendimento do sujeito sobre si mesmo. Com isso, o sujeito artista seria entendido justamente a partir da sua criatividade, uma vez que a pulsão lança mão do veículo criativo para se expressar e se fazer existir (CARVALHO, 2012). Como Jung também considerava que o inconsciente cria novos conteúdos, isso também poderia favorecer o processo criativo de um artista.

Jung sugere que em momento algum ele praticará o que é chamado de “psicanálise aplicada”, uma psicanálise que, a partir do que ela já sabe, será aplicada a uma obra de arte – o que em suma, faz da psicanálise da arte, assim concebida e praticada, não apenas um exercício que depende da teoria em vigor, mas também uma “psicanálise selvagem”, uma psicanálise que deita o artista no divã, mesmo que ele não tenha pedido, e até mesmo na sua ausência, por contumácia, podemos dizer. (GAILLARD, 2010, p. 124)

Contudo, como pode ser percebido no entendimento de Gaillard (2010), Jung não somente lia as obras de arte através da Psicanálise, o desnude do autor não acontecia de forma imediata, já que a Psicanálise não é uma teoria pronta e acabada, aplicada a toda e qualquer situação. Em vez disso, Jung acreditava que, ao se deparar com uma arte, era necessário um “tempo de pausa”, de modo que o espectador se deixasse impressionar e mergulhar diante daquilo que está aos seus olhos. Com esse movimento, seria possível compreender mais sobre o que há do autor na sua criação.

Assim, como afirma Silva e Balamnutti (2021), a psicologia analítica junguiana se propõe a entender o simbólico do autor que está presente em uma obra de arte. Interessante ressaltar que Jung também não separava o autor de sua obra, pois considerava que a análise dos artistas poderia mostrar como todo o conteúdo que é produzido por eles vem de seu interior. Nesse sentido, uma produção artística seria uma realização criativa de seu artista, como fica explícito no trecho a seguir.

A análise prática dos artistas mostra sempre de novo quão forte é o impulso criativo que brota do inconsciente, e também quão caprichoso e arbitrário. [...] O anseio criativo vive e cresce dentro do homem como uma árvore no solo do qual extrai seu alimento. Por conseguinte, faríamos bem em considerar o processo criativo como uma essência viva implantada na alma do homem. A psicologia analítica denomina isto complexo autônomo. Este, como parte [...] retirada da hierarquia do consciente, leva vida psíquica independente e, de acordo com seu valor energético e sua força, aparece ou como simples distúrbio de arbitrários processos do consciente, ou como instância superior que pode tomar a seu serviço o próprio Eu. (JUNG, 1922/2009, p. 115)

Com isso, é possível perceber que Jung não somente reconhecia a arte como produto de forças inconscientes, como também dedicou boa parte da sua vida ao estudo da arte dentro da Psicologia Analítica. Com vistas a conquistar o lugar da arte dentro do processo terapêutico, Jung inspirou outros teóricos, tanto da Psicologia como de outras áreas, a mostrar o papel curativo da arte para as pessoas em sofrimento psíquico.

A ARTE PARA NISE DA SILVEIRA

Anos após os estudos de Jung, Nise da Silveira (1905-1999) foi a psiquiatra que mudou o rumo da díade arte-loucura. No século XX, as pessoas tidas como loucas eram internadas em hospitais psiquiátricos sem a perspectiva de reinserção na sociedade. Dentro dessas instituições, como pontuam Carlli et al. (2019), que funcionavam com fins exclusivamente higienistas, os pacientes sofriam maus tratos e abusos por parte da equipe hospitalar. O ápice desse descaso ficou conhecido como “Holocausto Brasileiro”, episódio que retrata a triste realidade do Hospital

Colônia que matou mais de 60 mil pacientes em decorrência da situação de calamidade em que viviam (MATOS-DE-SOUZA; MEDRADO, 2021).

Desde o princípio, Nise se posicionou contra as práticas de exclusão e extermínio dos hospitais psiquiátricos e participou da luta antimanicomial. Como explica Melo (2009), aos poucos, Nise conseguiu tirar o espaço que o eletrochoque tinha nas terapias psiquiátricas para dar espaço à arte, que até então não era reconhecida pelo seu papel curativo. Em 1946, a médica assumiu uma coordenação importante no Hospital Psiquiátrico Pedro II, no Rio de Janeiro, desenvolvendo atividades de costura e bordado. Além disso, Nise passou a delegar funções aos pacientes internados, como cuidar da limpeza do ambiente e de si mesmo, no intuito de trazer funcionalidade para a vida dessas pessoas (MELO, 2009). Aos poucos, os pacientes de Nise deixaram de ser indivíduos à margem, excluídos da sociedade e sem perspectiva de vida, pois conseguiam estruturar sua vida, conviver em sociedade e ter um sentido para a própria existência.

Em 1952, Nise fundou o Museu de Imagens do Inconsciente no Rio de Janeiro, local que guarda o registro de muitas obras de artes criadas por seus pacientes – ou clientes, como preferia chamar. Uma das histórias mais marcantes é a de Adelina Gomes, que foi atendida por Nise para tratar de sua esquizofrenia e através da arte conseguiu grandes avanços em seu tratamento psiquiátrico (MAGALDI, 2018). As obras de Adelina e outros artistas ainda estão expostas no museu e são ferramentas de estudo que ilustram o papel curativo da arte.

Para Silveira (1986), a arte exercia um papel imprescindível para os pacientes psiquiátricos, uma vez que lhes fornecia artifícios para o convívio com seu sintoma. Além disso, as artes também trazem a ocupação da mente e do corpo, o que significa a vida que antes era vazia, tomada pelo sintoma (SILVEIRA, 2015). Ao descrever o significado que a arte tinha para um de seus pacientes, Nise ressalta que o conteúdo inconsciente pode ser insustentável para o sujeito, o que o leva às situações de angústia e sofrimento, como indica o trecho abaixo.

[...] pareceu-me que Artaud referia-se a certos acontecimentos terríveis que podem ocorrer na profundidade da psique, avassalando o ser inteiro. Descarrilhamentos da direção lógica do pensamento; desmembramentos e metamorfoses do corpo; perda dos limites da própria personalidade; estreitamentos angustiantes ou ampliações espantosas do espaço; caos; vazio; e muitas mais condições subjetivamente vividas que a pintura dos internados de Engenho de Dentro tornavam visíveis. (SILVEIRA, 1986, p.5)

Além disso, Nise considerava que toda estrutura psíquica era constituinte do sujeito e, por ser parte dele, não deveria ser totalmente retirada. Em um de seus discursos, a médica proferiu: “Não se curem além da conta. Gente curada demais é gente chata. Todo mundo tem um pouco de loucura.” Assim, Nise viveu uma vida defendendo a loucura dos pacientes psiquiátricos como apenas uma característica, um estado mental que é uma resposta a algo do ambiente, e não como uma peste que deveria ser erradicada. As contribuições de Nise da Silveira repercutem até hoje, o que mostra veementemente o papel da arte no processo terapêutico (MELO; FERREIRA, 2015).

Levando em conta as contribuições dos teóricos citados acima, estudos têm sido realizados no intuito de mostrar o papel da arte, principalmente no modelo da clínica ampliada na atenção psicossocial. Como menciona Dettmann, Aragão e Margotto (2016), a clínica ampliada ultrapassa o indivíduo, foge do modelo tradicional da psicoterapia individual realizada em uma sala fechada, para abarcar

as dimensões do social e político que atravessam os sujeitos. Assim, a atenção psicossocial advém da Reforma Sanitária em paralelo com a Luta Antimanicomial, que consiste em sistemas de atenção à saúde desinstitucionalizados, em que o louco não mais precisa de uma medida de internação longa, já que pode receber tratamento dentro do convívio social (QUINDERÉ; JORGE; FRANCO, 2016).

Com o objetivo de relatar oficinas realizadas em um CAPS AD no Ceará, Lobo, Fernandes e Lopes (2016) relatam que através da criação de um teatro de fantoches, foi possível notar melhora do equilíbrio emocional dos participantes e diminuição dos efeitos negativos do uso exacerbado de drogas. Nesse mesmo sentido, uma pesquisa realizada por Braz, Alves e Larivoir (2020) mostrou que a arte exerce importante papel na livre expressão dos indivíduos, o que auxilia no desenvolvimento emocional e na reorganização psíquica, além de ser uma forma de canalizar o estresse e ansiedade vivenciadas no dia a dia.

METODOLOGIA

A presente pesquisa se trata de uma revisão integrativa da literatura, de natureza qualitativa, abordagem básica e finalidade exploratória. De acordo com Galvão e Ricarte (2019, p.58), esse tipo de estudo se caracteriza por ser “[...] uma modalidade de pesquisa, que segue protocolos específicos, e que busca entender e dar alguma logicidade a um grande corpus documental, especialmente, verificando o que funciona e o que não funciona num dado contexto”. A questão que orientou a busca pelos artigos nessa revisão foi: Qual é o papel da arte no tratamento de pacientes psiquiátricos.

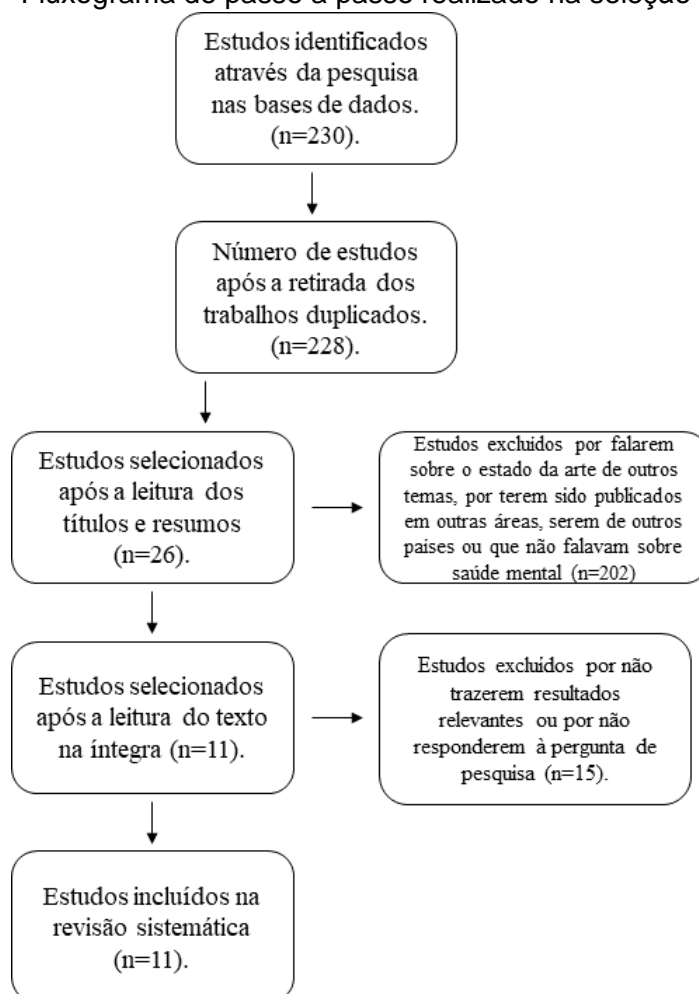
Adotou-se o emprego dos termos “arte” AND “saúde mental” AND “psicologia” OR “psicoterapia. As seguintes bases de dados foram utilizadas: Periódicos CAPES, Scielo e Biblioteca Virtual de Saúde (BVS). Foram incluídos artigos publicados em português, nos últimos 10 anos, que foram revisados por pares e que se encontravam de livre acesso na internet no período da busca. A busca foi realizada em março de 2022. Os critérios de exclusão adotados foram (1) trabalhos que relatavam o estado da arte de outros temas da Psicologia; (2) artigos publicados em outras áreas para além da Psicologia (p. ex.: Enfermagem, Odontologia, Terapia Ocupacional); (3) estudos de outros países; e (4) trabalhos que não falavam sobre saúde mental (p. ex.: saúde bucal, saúde física).

Em um primeiro momento, todos os títulos que saíram nos resultados da busca foram lidos, mas apenas aqueles que pareciam se encaixar nos critérios estabelecidos tiveram seus resumos lidos. Com a aprovação dos resumos, os artigos que restaram foram lidos da íntegra. A análise das informações foi realizada por meio de leitura exploratória do material encontrado, a fim de discutir sobre todos os dados que versam com o tema do presente estudo.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A partir da busca realizada, foi possível encontrar resultados elegíveis para responder à pergunta de pesquisa do presente estudo. Com a adoção dos termos e critérios supracitados, foi possível encontrar um total de 230 artigos nas bases de dados referidas. Após a retirada dos trabalhos repetidos, restaram 228 artigos. Realizada a leitura dos títulos e resumos, foram mantidos 26 artigos, os artigos excluídos falavam sobre o estado da arte de outros temas da Psicologia, foram publicados em outras áreas, em outros países, ou não falavam sobre saúde mental.

Figura 1 – Fluxograma do passo a passo realizado na seleção dos artigos



Fonte: o autor

Após a etapa da leitura dos artigos na íntegra, 11 trabalhos foram selecionados e mantidos para análise dos resultados. Os artigos retirados não traziam contribuições relevantes para o tema ou não respondiam à pergunta de pesquisa. A Figura 1 mostra o fluxo de seleção de cada artigo que compõe a presente revisão sistemática. No total, 11 artigos foram lidos, analisados e suas contribuições foram elencadas em categorias analíticas que serão apresentadas mais adiante. A Tabela 1 sintetiza as informações dos artigos analisados, apresentando o título, ano de publicação e área do estudo.

Quadro 1 – Descrição dos artigos analisados na revisão sistemática

Título	Autores	Objetivo	Principais resultados	Revista	Ano
Saúde mental, arte e desinstitucionalização: um relato estético-poético-teatral de uma ocupação da cidade	SCHENKEL et al.	Relatar a experiência de uma produção teatral com usuários do RAPS	A arte é um instrumento antimanicomial que ajuda no tratamento de pacientes psiquiátricos	Ciência & Saúde Coletiva	2019

Repercussões da experiência artística frente ao sofrimento psíquico grave, ao internamento e à exclusão social	OLIVEIRA; MOREIRA	Analisar a elaboração de novas perspectivas pelos atores-criadores de um projeto teatral	A dramaturgia provoca novas concepções sobre si mesmo e sobre o lugar que o louco ocupa na sociedade	SMAD, Rev. Eletrônica Saúde Mental Álcool e Drogas	2021
Processos de Subjetivação em Arte e Saúde Mental em um Manicômio Judiciário	FÉLIX-SILVA; SOARES	Relatar processos de subjetivação em arte de pacientes em sofrimento psíquico	A arte foi vista como um dispositivo para denunciar os manicômios e um instrumento de liberdade para os pacientes	Psicologia: Ciência e Profissão	2021
Maria do Socorro Santos: um exemplo de vida, arte e trabalho na saúde mental	VASCONCELOS	Relatar vida e obra de uma artista que tinha problemas psiquiátricos	A arte se mostrou uma importante ferramenta de cura no tratamento da artista	Revista em Pauta	2022
Arte e saúde mental: uma experiência com a metodologia participativa da Educação Popular	ANDRADE; VELÔSO	Relatar experiência de estágio em CAPS	Essa prática promoveu saúde, autonomia e o protagonismo social dos usuários, que assumiram um lugar de criação.	Pesquisas e Práticas Psicossociais	2015
Ensaio de uma clínica do chão: cartografando a Saúde mental na Atenção Básica em interface com a dança	BARONE; PAULON	Relatar a experiência da dança como ferramenta no tratamento de pacientes psiquiátricos	Observou-se que a dança ocupa um lugar que traduz o pensamento de pessoas em sofrimento psíquico	Interface: comunicação, saúde e educação	2019
Afetividade, liberdade e atividade: o tripé terapêutico de Nise da Silveira no Núcleo de Criação e Pesquisa Sapos e Afogados	OLIVEIRA; JÚNIOR; VIEIRA-SILVA	Discutir a reabilitação social através do tripe terapêutico de Nise da Silveira	A arte ajuda na elaboração do sofrimento psíquico	Pesquisas e Práticas Psicossociais	2017
Arte-cultura como possibilidade terapêutica na qualidade de vida dos usuários dos serviços de saúde mental: avaliação das experiências do município de Carapicuíba – SP	GONÇALVES; YAMAGUTI;	Discutir a arte-loucura na reabilitação	A arte auxilia na ressocialização aumento da auto-estima do	Mestrado profissional em saúde coletiva:	2019
	KALCKMANN	psicossocial	louco	traduzindo conhecimento para o SUS	

Cuidado e Artes Circenses: O circo no cotidiano de uma instituição de saúde mental	BARROS; MELO	Compreender a importância da arte circense na saúde mental	As práticas circenses trazem mais autonomia e cooperação para os sujeitos envolvidos no circo	Estudos e Pesquisas em Psicologia	2019
Por um método niseano na saúde mental: a construção de um ateliê de arte na emergência psiquiátrica	ALMEIDA; PEDROSA; ROTOLO	Relatar a experiência de intervenção artística em um Hospital Universitário	Percebeu-se que a pintura e artes plásticas são vias terapêuticas para pacientes psiquiátricos	Revista da Sociedade Brasileira de Psicologia Analítica	2021
OFICINA TERAPÊUTICA, PSICOLOGIA E ARTE: EXPERIÊNCIA DE ESTÁGIO NO CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL	PICASSO; SILVA; ARANTES	Realizar um relato de experiência sobre uma oficina de expressão e arte	Observou-se como os pacientes expressam muito de si através da arte	Revista do NUFEN	2020

Fonte: o autor

Como é possível perceber, todos os artigos selecionados foram publicados na área da Psicologia. Apenas um artigo trouxe contribuições do Direito e outro artigo ressaltou aspectos também da Enfermagem. Com relação ao ano de publicação, apesar da revisão ter considerado publicações nos últimos 10 anos, nota-se uma concentração das publicações nos últimos cinco anos, no período que abrange 2017-2022. Além disso, a partir da análise de conteúdo realizada, foi possível construir categorias analíticas a fim de discutir os resultados da revisão em questão.

ESTILOS DE PRÁTICAS ARTÍSTICAS NA TERAPIA: A ARTE E SUAS FACES

Esta categoria discute os tipos de práticas artísticas que apareceram como intervenção terapêutica em cada um dos artigos analisados. Dentre as práticas observadas, o teatro foi o mais presente (ANDRADE; VELÔSO, 2015; OLIVEIRA; MOREIRA, 2021; SCHENKEL et al., 2022). Além disso, foi possível identificar que a pintura e as artes plásticas também se mostraram como vias para o tratamento de doenças mentais (ALMEIDA; PEDROSA; ROTOLO, 2021; VASCONCELOS, 2022). Outras práticas também foram identificadas, como a música (PICASSO; SILVA; ARANTES, 2020), a dança (BARONE; PAULON, 2019), o circo (BARROS; MELO, 2019) e a poesia (FÉLIX-SILVA; SOARES, 2021).

Com relação às práticas teatrais, foi possível observar que os participantes não somente atuaram nas peças, como também produziram figurinos, objetos cênicos e construíram seus personagens com base em si (OLIVEIRA; MOREIRA, 2021). Além disso, por unir uma série de expressões artísticas, os participantes também treinaram a dança na atuação, bem como habilidades de artesanato para produzir vestes e o cenário da apresentação (SCHENKEL et al., 2022). Um estudo específico realizado por Andrade e Velôso (2015) utilizou técnicas do Teatro do Oprimido para permitir que os loucos pudessem expressar sua loucura no trabalho artístico.

Os estudos também mostraram que quadros e pinturas podem ser fundamentais na expressão da loucura de pessoas marginalizadas. Com o objetivo

de relatar a experiência de um ateliê de arte alocado na ala psiquiátrica de um Hospital Universitário, Almeida et al. (2021) realizaram intervenções semanais por quatro meses. Nessas oficinas, os usuários do serviço puderam expressar livremente seu inconsciente ao pintar papéis e até paredes da ala, além de construir esculturas de barro. Outro artigo, que também aponta a importância das artes plásticas, narra a história de uma figura ímpar que foi artista plástica e conseguiu se expressar através dos quadros muito mais do que na própria fala (VASCONCELOS, 2022).

Ainda, observou-se que a dança ocupa um lugar que traduz o pensamento de pessoas em sofrimento psíquico (BARONE; PAULON, 2019), enquanto que as práticas circenses trazem mais autonomia e cooperação para os sujeitos envolvidos no circo (BARROS; MELO, 2019). A música, por outro lado, é capaz de recuperar memórias e reconectar o passado com o presente (PICASSO et al., 2020); a poesia pode expressar a insatisfação dos sujeitos com a situação de exclusão de direitos em que os loucos vivem (FÉLIX-SILVA; SOARES, 2021).

A DIMENSÃO ANTIMANICOMIAL DA ARTE

Esta categoria descreve resultados que discutem a dimensão antimanicomial que a arte pode ter frente à sociedade. Como observado em Félix-Silva e Soares (2021), os sujeitos em sofrimento psíquico são, por vezes, reduzidos à criminalização da loucura e medicalização excessiva. Dessa forma, a arte surge como um alicerce da clínica antimanicomial, por ser uma prática terapêutica com fins não higienistas, mas inclusivos (SCHENKEL et al, 2022).

Além disso, os estudos mostraram que a arte pode ter um papel antimanicomial por denunciar a situação de calamidade e violação de direitos vivenciada pelas pessoas institucionalizadas (FÉLIX-SILVA; SOARES, 2021), e também por exercer um papel contrário à proposta normatizadora biologizante do sujeito (BARROS; MELO, 2019). Nesse sentido, Oliveira, Melo Júnior e Vieira-Silva (2017, p. 32) pontuam que “as ações em saúde mental não podem ficar restritas à espacialidade [...] instituições”, uma vez que a arte é capaz de proporcionar a integração social e reabilitação das pessoas (PICASSO et al., 2020).

Com o objetivo de realizar processos de subjetivação em através da arte em pacientes presos que cumprem medidas de segurança, Félix-Silva e Soares (2021) realizaram uma intervenção semanal, com duração de 2 horas cada encontro, por um período de 1 ano e 8 meses. A partir da intervenção, os pacientes puderam expressar através da arte sua insatisfação com o manicômio. Percebeu-se que, na verdade, até mesmo os pacientes tidos como “loucos” percebem a condição desastrosa em que vivem. Nesse mesmo trabalho, a arte através das músicas e fotos foi responsável por conectar esses sujeitos com o mundo real, uma vez que possibilitou o contato com vivências para além dos muros da instituição.

O PAPEL CURATIVO DA ARTE NA ATENÇÃO PSICOSSOCIAL

Os estudos analisados também mostraram que a arte possui papel curativo, especialmente nos serviços de atenção psicossocial. Por exemplo, através de intervenções teatrais foi possível elaborar diferentes concepções sobre o sofrimento psíquico do sujeito e, assim, transformar as perspectivas que eles tinham com relação ao seu transtorno mental (OLIVEIRA; MOREIRA, 2021); além de possibilitar que os loucos tenham participação ativa na sociedade (ANDRADE; VELÔSO, 2015).

Ainda, a arte da dança foi capaz de viabilizar a reinvenção dos corpos adoecidos e marginalizados (BAURONE; PAULON, 2019).

Ademais, os estudos mostraram que a arte ajuda na elaboração do sofrimento mental (OLIVEIRA et al., 2020). Um estudo feito por Vasconcelos (2022) relatou a vida e obra de Maria do Socorro Santos, uma mulher em sofrimento psíquico que usou a arte como uma das estratégias de tratamento. De acordo com o autor, Maria foi capaz de sublimar sua dor em arte e, através da sua riqueza projetiva e expressiva, teve sua recuperação pela arte.

Nesse viés, a arte é capaz de auxiliar na expressão de emoções e sentimentos, o que pode levar ao equilíbrio emocional do sujeito (ALMEIDA et al., 2021). Em outro estudo, a arte também proporcionou aos usuários do serviço reflexões sobre si, sobre a história de vida e do próprio transtorno que cada um carrega consigo (PICASSO et al., 2020). Ainda, foi possível notar que a arte pode incentivar os sujeitos a se manterem em tratamento (BARROS; MELO, 2019), além de ajudar na socialização, aumento da auto estima dos indivíduos e dos processos de reabilitação social (GONÇALVES; YAMAGUTI; KALCKMANN, 2019)

A partir dos resultados encontrados, alguns aspectos podem ser considerados relevantes para a presente pesquisa. Em primeiro lugar, é possível notar considerável concentração de publicações nos últimos cinco anos. Este é um dado importante porque pode indicar que o tema da arte como recurso terapêutico vem ganhando destaque inclusive dentro da literatura acadêmica. De acordo com Brofman (2018), publicar pesquisas torna-se importante porque permite que a população tome conhecimento sobre determinado assunto, tornando o conhecimento democrático, além de fundamentar políticas públicas na área.

Com relação às categorias de análise, destaca-se a diversidade de expressões artísticas que podem ser usadas como recursos terapêuticos. Independentemente da categoria, os estudos mostraram que diferentes faces da arte podem trazer contribuições significativas para o bem-estar, tratamento e motivação dos pacientes. Como reflete Reis (2014), a arteterapia pode se apresentar de diferentes formas, como as artes plásticas, sonoras, dramatização e dança; e em todas as formas a arte pode transformar vidas dos pacientes que fazem uso dela.

Em seu livro “Imagens do Inconsciente”, Nise da Silveira escreve: “o esquizofrênico dificilmente consegue comunicar-se com o outro, falham os meios habituais de transmitir suas experiências” (SILVEIRA, 1982/2017, p. 37). Com base nisso, mas entendendo que não somente o esquizofrênico possui essa dificuldade, a arte aparece como uma via que auxilia na comunicação de sentimentos que o louco tem e não expressa de maneira compreensível.

Por isso, o papel da arte pode ser explicado a partir da noção de que a arte transforma um conteúdo inconsciente em algo que aceitável pela consciência. Para Freud (1913, p. 222):

A arte é uma realidade [...] na qual [...] os símbolos e os substitutos são capazes de provocar emoções reais. [...] Assim, a arte constitui um meio caminho entre uma realidade que frustra os desejos e o mundo de desejos realizados da imaginação.

Em sua trajetória com a arte, Freud analisou diferentes expressões artísticas e defendeu a arte como expressão do inconsciente. Como mostra Autuori e Rinaldi (2014), Freud se deteve a obras poéticas, teatrais e também aos quadros e esculturas. Ao estudar peças de Shakespeare e pinturas de Leonardo da Vinci,

Freud defende que há elementos dos autores nas obras produzidas. Assim, à sua época, Freud já considerava esse leque de possibilidades artísticas como vias aceitáveis para dar vazão ao inconsciente humano.

Por ser inicialmente um discípulo de Freud, Jung também considerou o papel da arte em diferentes formas artísticas (GAILLARD, 2010). Contudo, em toda sua carreira, o trabalho de Nise da Silveira com artes plásticas, pinturas e mandalas foi mais frequente. Em seu livro “Imagens do Inconsciente” (SILVEIRA, 1982/2017), Nise traz imagens de pinturas desenvolvidas por um paciente psiquiátrico seu e defende o poder da pintura no tratamento de indivíduos em sofrimento psíquico.

Dessa forma, é possível perceber através da literatura que a arte é, de fato, eficaz no tratamento de pacientes psiquiátricos. Nesse viés, ao compreender que o paciente em sofrimento psíquico tem dificuldades de se expressar e, ainda, ao reconhecer que a arte tem um papel terapêutico, é possível assumir que diversas formas de expressões artísticas acima citadas podem ser utilizadas dentro da psicoterapia a fim de contribuir com o tratamento.

Para além das diversas formas de arte na psicoterapia, outro aspecto ressaltado é a dimensão antimanicomial que a arte pode carregar ao ser inserida no tratamento dos pacientes. O trabalho realizado por Félix-Silva e Soares (2021) mostrou que a arte através da poesia é capaz de denunciar o sofrimento vivido nas instituições psiquiátricas. Nesse sentido, Calicchio (2007, p. 17) ressalta o papel comunicativo da arte enquanto via para o tratamento de pacientes psiquiátricos. De acordo com a autora,

a comunicação, ao assumir um papel cada vez mais central [...] no processo de construção de uma sociedade democrática [...], faz uma [...] contribuição para o Movimento de Luta Antimanicomial na construção de uma nova imagem da loucura.

Assim, é possível notar que a arte mostra à sociedade a realidade em que as pessoas institucionalizadas vivem e, por isso, contribui para a luta. Ainda, Ferraz (2021) defende a militância em saúde mental através da música. A partir dessa via, nota-se que a música é capaz de denunciar e criticar a repressão e estigma sofridos pelos pacientes psiquiátricos e, atrelado a isso, mostrar a urgência da desinstitucionalização das pessoas, uma vez que os hospitais e manicômios carregam consigo uma consequência de apartar o louco da sociedade.

Além disso, a arte pode ser compreendida em função de seu papel antimanicomial por retirar o louco de um lugar de desrazão e inseri-lo em uma perspectiva de artista, de pessoa que pode e deve fazer parte da sociedade (LINS; LIMA; AMARAL, 2021). Dessa forma, ao fazer cair por terra a visão incapacitante e perigosa do paciente psiquiátrico, ao tornar o louco um artista, vê-se a ausência de necessidade de manter instituições que aloquem essas pessoas.

Nesse âmbito, vale ressaltar o papel de Nise da Silveira em lançar mão da arte como ferramenta antimanicomial. Como citado anteriormente, a psiquiatra foi uma das pioneiras em usar a arte como ferramenta de tratamento e mostrar que o louco não precisa estar alocado em uma instituição. Silveira (1982/2017) afirma que a sociedade não precisa de um manicômio disposto a realizar “concerto de panes humanas” (p. 44), mas de um local que proporcione liberdade para que o doente deixe vir o seu sofrimento. Assim, nota-se que a arte exerce função antimanicomial tanto por denunciar as condições precárias ofertadas nas instituições manicomiais como também por retirar do louco essa necessidade de ser institucionalizado.

Como foi visto, foi possível identificar através da análise dos artigos que a arte exerce papel curativo no tratamento dos pacientes. Em primeiro lugar, Barros e Ferreira (2016) assumem a relação entre a arte e a psicoterapia, já que ambas trabalham com indivíduos e suas experiências da existência. Para Tardivo (2017), Freud também compreendia a relação entre arte e Psicanálise por perceber que ambas lidam com os mistérios da alma humana.

Com isso, pode-se admitir que há relação entre arte e psicologia, especialmente no tratamento de pessoas adoecidas. Nesse sentido, Deliberador e Villela (2010, p. 235) consideram que “A doença é a constatação de que a vida, na medida em que é frágil, se transforma e exige de nós a capacidade de encontrar novos sentidos nas diferentes mudanças.” Por isso, a arte surge como uma possibilidade de auxiliar o indivíduo comprometido a encontrar sentido e ressignificação diante de seu adoecimento.

De acordo com os trabalhos analisados, a arte ajuda na elaboração de diferentes concepções sobre o sofrimento psíquico do sujeito. Este dado reflete o pensamento jungiano, uma vez que o autor pensava que, ao criar uma arte, o artista poderia desenvolver seu psíquico, já que arte teria a capacidade de facilitar o entendimento do sujeito sobre sua própria condição e existência (CARVALHO, 2012). Por isso, entende-se que a expressão artística, em todas as suas formas, torna o indivíduo adoecido mais consciente de seu próprio estado.

Além disso, foi visto que a arte possibilita a sublimação da dor através da arte e pode contribuir para a estabilidade emocional, sendo um incentivo para que os loucos insistam em seu tratamento. Esses achados estão alinhados ao pensamento freudiano que afirma que a sublimação dá forma aos conteúdos inconscientes e os torna socialmente aceitos, ao invés de aparecerem como sintoma (FREUD, 2016). Com isso, é possível notar que a arte não somente mantém o indivíduo estável, como pode evitar que ele entre em crise, por exemplo.

Ao romper com a lógica manicomial, como foi visto anteriormente, a arte auxilia no tratamento dos indivíduos por proporcionar a socialização, auto estima dos indivíduos e melhora nos processos de reabilitação social. Silveira (1986) pontua que a arte tem importante papel no tratamento de pacientes psiquiátricos por lhes fornecer maneiras de conviver com seu sintoma. Essas formas de conviver são traduzidas em momentos de socialização e reinserção desses sujeitos na sociedade, como pessoas que podem fazer parte do meio social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho teve como objetivo analisar e descrever o que a literatura atual tem discutido sobre o papel da arte no tratamento de pacientes psiquiátricos. A partir dessa pesquisa, foi possível perceber a importância da arte no tratamento de pessoas em sofrimento psíquico. Nos estudos realizados nos últimos anos, a arte mostrou-se como uma ferramenta ímpar no processo de tratamento desses indivíduos. Considera-se que o objetivo do estudo foi atingido, já que foi possível identificar e descrever de que maneira a arte pode ser inserida na terapia. Além disso, notou-se que diversas expressões artísticas são utilizadas nos tratamentos. Ainda, percebeu-se que a arte exerce importante papel antimanicomial frente à institucionalização de pessoas. Os estudos mostraram que é possível, através da arte, denunciar o que se vive dentro dos hospitais psiquiátricos e manicômios, além de tirar o lugar de “louco” e transformar essa pessoa em artista. Percebeu-se, também, que a arte tem de fato um papel curativo, ainda que indiretamente, no

tratamento de sujeitos em sofrimento psíquico. Vê-se que a arte é capaz de contribuir para o bem-estar dos indivíduos a nível individual e grupal. Uma das limitações do estudo se deu em razão da busca ter considerado apenas artigos em português e realizados no Brasil, pois entende-se que devem existir publicações realizadas em outros idiomas e localidades. Indica-se, então, a realização de mais trabalhos nesse sentido, que mostrem o que a literatura mais abrangente tem discutido sobre essa temática.

Por fim, ressalta-se a importância da arte dentro dos dispositivos de atenção psicossocial, frente à luta para desinstitucionalizar pessoas em sofrimento psíquico. Estudos como esse, que mostram o papel da arte para o tratamento da loucura, são necessários porque viabilizam a instauração e mantimento de políticas públicas tão necessárias para este tratamento através da arte.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Brena Souza; PEDROSA, Hamanda de Almeida; ROTOLO, Luana Maria. Por um método niseano na saúde mental: a construção de um ateliê de arte na emergência psiquiátrica. **Junguiana**, v. 39, n. 2, p. 43-56, 2021.

ANDRADE, Lucélia Almeida; VELÔSO, Thelma Maria Grisi. Arte e saúde mental: uma experiência com a metodologia participativa da Educação Popular. **Revista Pesquisas e Práticas Psicossociais**, v. 10, n. 1, p. 79-87, 2015.

AUTUORI, Sandra; RINALDI, Doris. A Arte em Freud: Um estudo que suporta contradições. **Bol. - Acad. Paul. Psicol.**, São Paulo, v. 34, n. 87, p. 299-319, 2014. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/946/94632922002.pdf>. Acesso em: 19 nov. 2021.

BARONE, Luciana Rodriguez; PAULON, Simone Mainieri. Ensaio uma clínica do chão: cartografando a Saúde mental na Atenção Básica em interface com a dança. **Interface-Comunicação, Saúde, Educação**, v. 23, p. e180599, 2019.

BARROS, Mayra; FERREIRA, Leonardo. A ARTE COMO ESTRATÉGIA DE INTERVENÇÃO PSICOTERAPÊUTICA: I Simpósio Científico De Práticas Em Psicologia. **Psicologia e Saúde em debate**, v. 2, n. Supl. 1, p. 1-4, 2016.

BARROS, Denise Dias; GHIRARDI, Maria Isabel Garcez; LOPES, Roseli Esquerdo. Terapia ocupacional social. **Revista de Terapia Ocupacional da Universidade de São Paulo**, 2002, 13.3: 95-103. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/rto/article/view/13903/15721>. Acesso em: 25 out. 2021.

BARROS, Luiza Fernandes; MELO, Walter. Cuidado e Artes Circenses: O circo no cotidiano de uma instituição de saúde mental. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**, v. 19, n. 3, p. 623- 643, 2019.

BATTISTONI FILHO, Duílio. **Pequena história da arte**. Papyrus Editora, 2020.

BORGES, Raquel Czarneski. **Triunfo do irreal: arte, loucura, surrealismo e a experiência de Cícero Dias (1920-1930)**. 2017. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/29629>. Acesso em: 19 nov. 2021.

BRAZ, Patricia Rodrigues; ALVES, Marcelo da Silva; LARIVOIR, Christina Otaviano Pinto. Significando a arte como recurso terapêutico no cotidiano de usuários de um Centro de

Atenção Psicossocial. **Brazilian Journal of Health Review**, v. 3, n. 5, p. 15623-15640, 2020.

BROFMAN, Paulo Roberto. A importância das publicações científicas. **Revista Telfract**, v. 1, n. 1, 2018.

CALICCHIO, Renata Ruiz. Vinte anos de luta antimanicomial no Brasil--arte e comunicação como estratégia de participação e transformação social no contexto da reforma psiquiátrica. **Revista ECO-Pós**, v. 10, n. 1, 2007.

CARLI, Eliane Maria, et al. HOLOCAUSTO BRASILEIRO. **Seminário de Iniciação Científica e Seminário Integrado de Ensino, Pesquisa e Extensão**, 2019.

CARVALHO, Olavo Virgílio de. **Criatividade e abertura de espaço: um estudo junguiano**. 2012. Disponível em:
<https://tede.pucsp.br/bitstream/handle/15214/1/Olavo%20Virgilio%20de%20Carvalho.pdf>. Acesso em: 25 out. 2021.

DELIBERADOR, Hélio Roberto; VILLELA, Felipe Stiebler Leite. Acerca do conceito de saúde. **Psicologia Revista**, v. 19, n. 2, 2010.

DETTMANN, Ana Paula da Silva; ARAGÃO, Elizabeth Maria Andrade; MARGOTTO, Lilian Rose. Uma perspectiva da Clínica Ampliada: as práticas da Psicologia na Assistência Social. **Fractal: Revista de Psicologia**, v. 28, p. 362-369, 2016.

FERRAZ, Guilherme Giovanolli. **Metamorfoseando Raul: música e militância na luta antimanicomial**. 2021.

FÉLIX-SILVA, Antônio Vladimir; SOARES, Gabriela Pinheiro. Processos de Subjetivação em Arte e Saúde Mental em um Manicômio Judiciário. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 41, 2021.

FRAYZE-PEREIRA, João A. Nise da Silveira: imagens do inconsciente entre psicologia, arte e política. **Estudos avançados**, 2003, 17: 197-208. Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/ea/a/DXNtq8VnSpjxsh5YvgYX8qM/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 02 dez. 2021.

FREUD, Sigmund. O interesse científico da psicanálise. In: **Totem e tabu e outros trabalhos**. 1913. p. 199-226. Disponível em:
<https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/psa-85061>. Acesso em: 02 dez. 2021.

FREUD, Sigmund. Um estudo autobiográfico. Inibições, sintomas e ansiedade. A questão da análise leiga e outros trabalhos. In: **Um estudo autobiográfico. Inibições, sintomas e ansiedade. A questão da análise leiga e outros trabalhos**. 1926. p. 351-351. Disponível em: <https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/biblio-927541>. Acesso em: 05 dez. 2021.

FREUD, Sigmund. **A perda da realidade na neurose e na psicose**. 1996. Disponível em:
<https://ria.ufrn.br/jspui/handle/123456789/1707>. Acesso em: 05 dez. 2021.

FREUD, Sigmund. **Arte, literatura e os artistas**. Autêntica, 2016.
GAILLARD, Christian. Jung e a arte. **Pro-Posições**, 2010, 21.2: 121-148. Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/pp/a/mvjMDhkX5TrSfH73QWNCwVh/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 25 out. 2021.

GALVÃO, Maria Cristiane Barbosa; RICARTE, Ivan Luiz Marques. Revisão sistemática da literatura: conceituação, produção e publicação. **Logeion: Filosofia da informação**, v. 6, n. 1, p. 57-73, 2019.

GONÇALVES, Vera F.; YAMAGUTI, Claudiney Augusto; KALCKMANN, Suzana. Arte-cultura como possibilidade terapêutica na qualidade de vida dos usuários dos serviços de saúde mental. **BIS. Boletim do Instituto de Saúde**, v. 20, n. 1, p. 117-123, 2019.

GORRI, Ana Paula; SANTIN FILHO, Ourides. Representação de temas científicos em pintura do século XVIII: um estudo interdisciplinar entre química, história e arte. **Química Nova na Escola**, 2009, 31.3: 184-189. Disponível em https://cabecadepapel.com/sites/colecaoaiq2011/QNEsc31_3/06-HQ-0808.pdf. Acesso em: 05 dez. 2021.

GUERRA, Andréa Máris Campos; SOUZA, Pollyana Vieira e. Reforma psiquiátrica e psicanálise: diálogos possíveis no campo da inserção social. **Psicología para América Latina**, n. 5, p. 0-0, 2006.

GUERRA, Victor. **O ritmo na vida psíquica: diálogos entre psicanálise e arte**. *Ide*, 2017, 40.64: 31-54. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-31062017000200004. Acesso em: 15 dez. 2021.

HELLER, Eva. **A psicologia das cores: como as cores afetam a emoção e a razão**. 1. ed. São Paulo: Olhares, 2021. 312 p. v. 1. ISBN 9786588280058.

JUNG, Carl Gustav. Relação da psicologia analítica com a obra de arte poética. In: **Obras completas: o espírito na arte e na ciência**. 2009. p. 54-72.

JUNG, Carl Gustav. **O espírito na arte e na ciência**. Editora Vozes Limitada, 2011.

LINS, Claudete Amaral; LIMA, Karla Patrícia André da Rocha; NASCIMENTO, Sueli Maria do. ENTRE MOVIMENTOS E DESCONTINUIDADES: PROTAGONISMO E RESISTÊNCIA NA LUTA ANTIMANICOMIAL EM ALAGOAS. **Humanidades & Inovação**, v. 8, n. 35, p. 210-219, 2021.

LOBO, Ana Paula Antero; FERNANDES, Magda Ferreira; LOPES, Vanina Barbosa. Saúde mental e arte: relato de uma oficina de experiências estéticas em um centro de atenção psicossocial. **Cadernos Brasileiros de Saúde Mental/Brazilian Journal of Mental Health**, v. 8, n. 20, p. 70-78, 2016.

MAGALDI, Felipe. A metamorfose de Adelina Gomes: gênero e sexualidade na psicologia analítica de Nise da Silveira. **Sexualidad, Salud y Sociedad (Rio de Janeiro)**, 2018, 119-140. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sess/a/gwFsZrcvtYH86ZcJmDStC3G/?format=html>. Acesso em: 05 dez. 2021.

MATOS-DE-SOUZA, Rodrigo; MEDRADO, Ana Carolina Cerqueira. Dos corpos como objeto: uma leitura pós-colonial do 'Holocausto Brasileiro'. **Saúde em Debate**, 2021, 45: 164-177. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sdeb/a/v9vGDrrqDPfQt3KJkS5Kjndc/>. Acesso em: 10 nov. 2021.

MELO, Walter. Nise da Silveira e o campo da Saúde Mental (1944-1952): contribuições, embates e transformações. **Mnemosine**, 2009, 5.2. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/mnemosine/article/view/41432>. Acesso em: 14 out. 2021.

MELO, Walter; FERREIRA, Ademir Pacelli. Clínica, pesquisa e ensino: Nise da Silveira e as mutações na psiquiatria brasileira. **Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental**, v. 16, p. 555-569, 2013.

OLIVEIRA, Patrícia Fonseca de; MELO JÚNIOR, Walter; VIEIRA-SILVA, Marcos. Afetividade, liberdade e atividade: o tripé terapêutico de Nise da Silveira no Núcleo de Criação e Pesquisa Sapos e Afogados. **Pesquisas e Práticas Psicossociais**, v. 12, n. 1, p. 23- 35, 2017.

OLIVEIRA, Ana Paula Vicente; MOREIRA, Maria Inês Badaró. Repercussões da experiência artística frente ao sofrimento psíquico grave, ao internamento e à exclusão social. **SMAD Revista Eletrônica Saúde Mental Álcool e Drogas (Edição em Português)**, v. 17, n. 3, p.47-56, 2021.

PICASSO, Raíssa; SILVA, Elisa Alves; ARANTES, Débora Jeronima. Oficina Terapêutica, Psicologia e arte: experiência de estágio no Centro de Atenção Psicossocial. **Revista do NUFEN**, v. 12, n. 3, p. 87-102, 2020.

QUINDERÉ, Paulo Henrique Dias; JORGE, Maria Salete Bessa; FRANCO, Túlio Batista. Rede de Atenção Psicossocial: qual o lugar da saúde mental?. **Physis: Revista de Saúde Coletiva**, v. 24, n. 1, p. 253-271, 2014.

REIS, Alice Casanova dos. Arteterapia: a arte como instrumento no trabalho do Psicólogo. **Psicologia: Ciência e Profissão**, 2014, 34: 142-157. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pcp/a/5vdgTHLvfkzynKFHnR84jqP/?format=html&lang=pt>. Acesso em: 05 dez. 2021.

SCHENKEL, Júlia Monteiro et al. Saúde mental, arte e desinstitucionalização: um relato estético-poético-teatral de uma ocupação da cidade. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 27, p. 39- 48, 2022.

SENA, Claudia Pedral Sampaio; BASTOS, Patrícia Moreira. **Terapia Ocupacional – metodologia e prática**. Editora Rubio, 2013.

SILVA, Gabriel Rodrigues; BALAMINUTTI, Lara Doswald. A obra de arte no campo da psicologia analítica de Carl Gustav Jung. **Polymatheia-Revista de Filosofia**, v. 14, n. 25, 2021.

SILVA, Cibelle Celestino; MARTINS, Roberto de Andrade. A teoria das cores de Newton: um exemplo do uso da história da ciência em sala de aula. **Ciência & Educação (Bauru)**, 2003, 9.1: 53-65. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ciedu/a/fMnd6zxXqG8mhHrYq45SLhs/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 14 out. 2021.

SILVEIRA, Nise. Os inumeráveis estados do ser. **Rio de Janeiro: Museu das Imagens do Inconsciente**, 1986.

SILVEIRA, Nise. **Imagens do Inconsciente com 271 Ilustrações**. Editora Vozes Limitada, 2017.

VASCONCELOS, Eduardo Mourão. Maria do Socorro Santos, um exemplo de vida, arte e trabalho na saúde mental. **Revista Em Pauta: teoria social e realidade contemporânea**, v. 20, n. 49, 2022.

VYGOTSKY, Lev Semenovich. La imaginación y el arte en la infancia. **México: Hispánicas**, 1987, 7.

ZANINI, Walter. **História geral da arte no Brasil**. 1983. Disponível em: <https://ria.ufrn.br/jspui/handle/123456789/1036>. Acesso em: 05 dez. 2021.

ZOSCHKE, Camila. A Arte e a Loucura: Uma Aproximação Histórica. In: **V FÓRUM DE PESQUISA CIENTÍFICA EM ARTE**, 2006/2007, Curitiba. Anais. Curitiba, 2008.

INFLUÊNCIA TECNOLÓGICA NA PSICOLOGIA CLÍNICA EM CONTEXTO DE PANDEMIA COVID-19: uma revisão de literatura

André Medeiros Ramos de Araújo¹
Márcio de Lima Coutinho²

RESUMO

A Psicologia vem passando por diversas mudanças, e tudo se justifica pela necessidade de adaptar-se à evolução constante que a sociedade vem sofrendo. A Psicologia Clínica, enquanto campo de atuação e saber do psicólogo, tem atravessado uma verdadeira desconstrução do que se representava e conceituava. Na pandemia tornou-se evidente a atuação do psicólogo clínico no processo psicoterapêutico, uma vez que, diante do contexto de isolamento social, imposto pela COVID-19, as pessoas precisavam continuar seu processo de tratamento. Diante do exposto, esta pesquisa tem por objetivo geral investigar na literatura atual o uso da tecnologia na Prática Clínica. Para proceder com a pesquisa, realizou-se levantamento bibliográfico por meio de busca eletrônica nas seguintes bases de dados: Biblioteca Virtual em Saúde Scientific Electronic Library Online (Scielo), Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), PubMed, Medline e Google Acadêmico, utilizando como estratégia de investigação os descritores segundo o DECS “psicoterapia online”, “Clínica” e “Tecnologia”, associado pelo operador booleano “AND”. A atuação do psicólogo na prática clínica está significativamente associada à ideologia da racionalidade tecnológica. Tal afirmação encontra seu fundamento no fato de que a Psicologia aplicada ao trabalho apresenta-se, prioritariamente, como tecnologia na sociedade industrial, conforme concluem diversos estudos desde o século XIX. Os resultados permitem pensar que há uma adaptação dos psicólogos aos ditames do aparato tecnológico. Logo, conclui-se que psicólogos clínicos devem desenvolver habilidades de acolhimento, escuta, compreensão, empatia, assertividade, expressividade emocional, além de autopercepção sobre sentimentos e cognições durante o atendimento. Alguns desafios estão claramente colocados neste estudo para a formação do psicólogo. O atendimento remoto é um campo de aplicação novo, importante e praticamente ausente da formação acadêmica.

Palavras-chaves: Psicoterapia online; Clínica; Tecnologia.

ABSTRACT

Psychology has been going through several changes and everything is justified by the need to adapt to the constant evolution that society has been undergoing. Clinical Psychology, as a field of action and knowledge of the psychologist, has gone through a true deconstruction of what was represented and conceptualized as Clinical Psychology. During the pandemic, the role of the clinical psychologist in the psychotherapeutic process became evident, since, in face of the context of social isolation imposed by COVID-19, people needed to continue their treatment process. In view of the above, this research has the general objective of investigating in the current literature the use of technology in Clinical Practice. To proceed with the research, a bibliographical survey was carried out by means of an electronic search in the following databases: Virtual Health Library Scientific

Electronic Library Online (Scielo), Virtual Health Library (VHL), PubMed, Medline and Google Scholar, using, as a research strategy, the descriptors according to DECS "online psychotherapy", "Clinic" and "Technology", associated by the Boolean operator "AND". The psychologist's performance in clinical practice is significantly associated with the ideology of technological rationality. Such affirmation finds its basis in the fact that Psychology applied to work presents itself, primarily, as a technology that, in industrial society, as several studies have concluded, since the XIX century. the results allow us to think that there is an adaptation of psychologists to the dictates of the technological apparatus. Therefore, it is concluded that clinical psychologists must develop welcoming, listening, understanding, empathy, assertiveness, emotional expressiveness, and self-perception about feelings and cognitions during the service. Some challenges are clearly posed in this study for the training of the psychologist. Remote care is a new, important, and practically absent field of application in academic training.

Keywords: Online Psychotherapy; Clinic; Technology.

INTRODUÇÃO

O início da Psicologia Clínica é marcada por algumas representações que são referidas na história. Uma delas remete à etimologia da palavra clínica, que se refere ao ato de se inclinar-se ao paciente à beira do leito, ficando claro o campo de atuação do psicólogo, com foco na atenção, compreensão e no tratamento de doença. A influência desse modelo tem um papel fundamental na sua prática clínica. Além disso, é possível se constatar, ainda hoje, no cotidiano da prática clínica, que muitos procuram esse profissional com a disposição de apresentar o seu sofrimento, problema ou quer que seja e que assim se apresente e seus problemas sejam resolvidos de forma instantânea (LEITAO, 2000).

A Psicologia vem passando por diversas mudanças, e tudo se justifica pela necessidade de adaptar-se à evolução constante que a sociedade vem sofrendo. A Psicologia Clínica, enquanto campo de atuação e saber do psicólogo, tem atravessado, implicando, muitas vezes, uma verdadeira desconstrução do que se representava e se conceituava como Psicologia Clínica. Acompanhar as mudanças na sociedade não é uma tarefa fácil, pois requer tempo, além de reformulação do campo formativo durante a formação do profissional (PEREIRA, 2018).

Na pandemia, situação atual, existe um gatilho de problemas psicológicos, com isso, os indivíduos começam a ter medo da morte, pensamentos acelerados, fobias, dentre milhares de outras situações que podem acordar transtornos mentais. Devido à correria da vida, alguns sintomas relatados anteriormente podem ficar escondidos, todavia com o acender do atual momento fica notório o quanto o trabalho do psicólogo clínico acende como uma chama necessária, ou seja, como ferramenta para diminuir os danos psicológicos da pandemia (PEREIRA, 2018).

Nesse momento a tecnologia é capaz de propagar uma chuva de notícias falsas que correm de forma rápida, induzem muitos a ficarem desesperados e aumenta ainda mais os danos psíquicos. Com isso, essa mesma tecnologia facilita uma interação social maior, que pode antagonizar tal situação. Nesse contexto, o atendimento remoto explodiu, os psicólogos clínicos começaram a fazer consulta de modo online com o intuito de garantir atendimento mesmo em tempos de distanciamento social (CUNHA, 2022).

Justifica-se então, que a atuação do psicólogo é crucial para a sociedade, pois a partir dele é possível cumprir as suas exigências e promover a aplicação de instrumentos psicológicos, executando ações para sanar problemas que interferem na saúde da mente. Com isso, o uso da tecnologia permite uma aproximação do profissional com a sociedade pelo uso dessas ferramentas. O psicólogo tem que estar apto a conhecer as tecnologias que estão inseridas no contexto de antedimento dos usuários, desta forma será possível o desenvolvimento da prática clínica, ficando, mesmo que remoto, mais perto dos clientes.

Diante da importância do reconhecimento das tecnologias que permitem uma maior aproximação da prática clínica pelo psicólogo, é possível enxergar que o profissional precisa entender os impactos gerado por elas, seja de forma positiva ou negativa, melhorando ainda mais a sua atuação, quebrando barreiras e aproximando o paciente do profissional.

Parte-se da hipótese de que a tecnologia pode trazer impactos na relação da Psicologia Clínica com o seu usuário, e assim busca-se reconhecer essa dinâmica. Mapear todas as estratégias pode ser benéfico, pois permite uma aproximação maior dos indivíduos com os profissionais, mesmo em tempos de distanciamento social, ou, até mesmo, por falta de locomoção pelos pacientes e, em último caso, permitir ultrapassar barreiras entre municípios, estados ou países.

Deste modo, a pesquisa tem como pergunta norteadora: Quais os impactos da tecnologia frente à Psicologia Clínica em contexto de pandemia COVID-19? Diante do exposto, esta pesquisa tem por objetivo geral investigar na literatura atual o uso da tecnologia na prática clínica. Entre os objetivos específicos, apresentar pesquisas relacionadas ao processo psicoterapêutico realizado online; discutir os fatores positivos do uso das ferramentas tecnológicas para o processo psicoterapêutico.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

O PSICÓLOGO DO SÉCULO XXI

A reflexão sobre o futuro da Psicologia ou de qualquer outra área constitui assunto difícil e que pode gerar polêmicas. É algo pouco discutido, possivelmente pelo fato de não existirem dados para serem coletados. Para pesquisar a história da Psicologia, o método utilizado é simplesmente observar como as coisas ocorreram. Pode-se obter relatos de pessoas que vivenciaram a história, documentos de épocas passadas e revisão de artigos científicos ou não, dentre outras fontes (BORGES, 2013).

O entendimento sobre todas essas variáveis tem de ser muito profundo, pois no futuro haverá novas variáveis que simplesmente desconhecemos, mas que alterarão profundamente o curso dos fatos. E estas podem ser manipuladas, ou seja, somos construtores da Psicologia do século XXI, a qual deve apresentar maior ênfase na ciência, na temática social, teorizações e utilização de modelos matemáticos, trabalhos sobre problemas complexos, maior profissionalização e especialização e integração da Psicologia em torno de um paradigma unificador (BORGES, 2013).

A Psicologia atual não deve ficar alheia à melhoria desses sistemas, pois tem potencial para ser uma das principais ciências de apoio dessa mudança. Por exemplo, assim como a área do Direito hoje contribui com a Lei da Ficha Limpa, a Psicologia do futuro poderá contribuir com o que poderia ser chamado de Lei da

Mente Limpa. Sabe-se que ambientes políticos são um terreno fértil para pessoas com capacidade de manipular as outras a fim de obter benefícios pessoais. Com o avanço das técnicas de avaliação psicológica que provavelmente ocorrerá no futuro, inclusive a partir de testes existentes hoje, pode-se criar legislações de forma a barrar candidaturas de psicopatas a cargos públicos (GUIMARAES, 2013).

A Psicologia também deve tornar-se uma área mais científica, seguindo a tendência mundial. Psicólogos aplicados estarão em contato com o conhecimento produzido pela ciência, serão assinantes e leitores de revistas científicas, além de produtores de conhecimento. O aumento de leitores também fará com que aumente o número de cientistas que produzem conhecimento direcionado ao psicólogo aplicado (BORGES, 2013).

Ao se analisar a maneira como os cursos de Psicologia são estruturados em comparação com os demais, pode-se dizer que a Psicologia é o curso de graduação com perspectivas mais amplas dentro de uma universidade. É difícil imaginar alguma que não possua a Psicologia aplicada àquela área. A Psicologia pode auxiliar praticamente qualquer área do conhecimento. Além da amplitude na relação com as demais áreas, a Psicologia também é uma das áreas mais amplas dentro de si mesma, porque possui diversas correntes teóricas, todas muito distintas, ou seja, as diversas áreas do conhecimento humano também compõem a Psicologia. Assim, alguém que queira entender a Psicologia como um todo precisa deter conhecimentos em outras áreas. É impossível compreender a psicanálise sem compreender a Filosofia. Um psicometrista deve entender de Estatística, um neuropsicólogo deve ter conhecimentos de Biologia, um psicólogo social deve trabalhar com uma interface nas ciências sociais, um psicólogo escolar deve conhecer a Pedagogia, o psicólogo do trabalho deve dialogar com a Administração de Empresas, o psicólogo do esporte deve ler livros de Educação Física, e assim por diante. Isso significa que, para se compreender toda a Psicologia, deve-se compreender todo o conhecimento humano. A Psicologia se constituiu em uma área muito ampla, e é impossível conhecê-la em sua totalidade; são necessárias especializações (BORGES, 2013, p.5).

A Psicologia é uma das ciências mais importantes na construção do futuro da humanidade, mas, antes disso, precisa construir a si própria. Novas gerações de psicólogos, cada vez mais inovadoras e inteligentes que as anteriores, resolverão os problemas atuais da área. A Psicologia precisa aprender a reconhecer esses talentos e a valorizar as ideias dos mais jovens para acelerar seu próprio desenvolvimento.

PSICOLOGIA CLÍNICA

A princípio a psicologia era definida como uma aplicação que pode ser científica ou profissional com conceitos e métodos psicológicos relativos a todas as situações envolvidas no campo da saúde. É importante ressaltar que ela não está apenas envolvida em cuidados de saúde, mas também em quesitos relativos à saúde pública, seja na educação em saúde, financiamento, ou mesmo em legislação. Hoje a psicologia é compreendida como conhecimentos relativos a diversas áreas com objetivo de promoção e proteção da saúde, à prevenção e tratamento das doenças, à identificação da etiologia e diagnóstico relacionados com a saúde, com as doenças e disfunções associadas, à análise e melhoria do sistema de cuidados de saúde e ao aperfeiçoamento da política de saúde (CUNHA, 2022).

A Psicologia na saúde introduz e espelha alterações no modo de pensar a psicologia na sua relação com a saúde e as doenças. Traz também o foco para a dimensão saúde em oposição à dimensão mais tradicional no sistema de saúde em geral, do foco no pathos, no padecer, nas doenças, embora o termo, na sua origem, pathos signifique, principalmente, paixão, mas também excesso, catástrofe, passividade, sofrimento (DUTRA, 2004, p.20).

Algumas características permeiam a origem da Psicologia Clínica na história. O próprio nome “clínica” remete ao ato de se inclinar ao paciente, de ir à beira de seu leito, de ver o paciente e de fato conhecer o que está acontecendo com o indivíduo. Desta forma, o psicólogo que atua na prática clínica tem função primordial em entender toda a dinâmica de problemas relativos ao paciente, e ao mesmo tempo compreende uma atenção mais efetiva ao indivíduo, o compreendendo e atentando à doença de forma holística. Esse modelo tem o papel fundamental dos indivíduos, e marca bastante a atuação profissional. No cotidiano da prática clínica, é comum, inclusive, que outros profissionais de saúde procurem esse profissional com a disposição de apresentar o seu sofrimento, problema ou o que quer que seja que assim se apresente (DUTRA, 2004).

A Psicologia Clínica, algumas vezes, é mal compreendida, pois muitos a procuram com o intuito de uma cura rápida para problemas psicológicos e na prática não é bem assim. Essa área da psicologia tem suas veredas que caminham aos poucos junto aos indivíduos e procuram influenciar uma possível solução a partir de técnicas geradas por cada profissional, respeitando sempre suas particularidades e influências (CUNHA, 2022).

Dutra (2004) apresenta como principais características da Psicologia Clínica tradicional algumas atividades como:

[...] psicodiagnóstico e/ou terapia individual ou grupal; atividades exercidas em consultório particular, em que o psicólogo se apresenta como autônomo ou profissional liberal, atendendo, geralmente, a uma clientela financeiramente abastada. Além disso, tal atividade priorizaria o enfoque intrapsíquico e os processos psicológicos e psicopatológicos do indivíduo norteada por uma concepção de sujeito abstrato e descontextualizada historicamente (DUTRA, 2004, p. 382).

As práticas da Psicologia Clínica tem um maior enfoque no contexto social, ou seja, em entender um pouco mais os sujeitos. Com isso, temos diferenças no entendimento de indivíduo, e como resultado, o surgimento de novas interpretações das teorias psicoterápicas. Compreender esse novo “conceito” para a Psicologia Clínica, é saber que tal conjuntura passa a ter uma maior relação da clínica com o social. Podemos dizer que o novo fazer clínico inclui uma análise do contexto social em que o indivíduo está inserido. É uma preocupação com o social, sabendo das particularidades de cada, mas ao mesmo tempo entendendo que cada ser tem suas especificidades e influências do meio, não em sua totalidade, mas sim em parte e que precisam ser lembradas (PEREIRA, 2018).

A TECNOLOGIA FRENTE À PSICOLOGIA CLÍNICA

Com a urbanização, acontecida no século XIX, diversas ações foram até então concedidas como patologia, a partir do entendimento da sociedade, e isso nas mais diversas camadas sociais. Nesse momento com a expansão da indústria

brasileira, a psicologia traz à tona um conhecimento a partir da ciência, ou seja, baseado em evidências com elaboração de propostas de ações sobre as dificuldades encontradas como a gestão da produção.

Desse modo, a ciência psicológica contribuiu para a racionalização do trabalho, promovendo uma maior produtividade, produzindo técnicas importantes para serem empregadas nas aplicações de testes, não somente para selecionar os indivíduos, mas também para identificar a individualidade do sujeito, deixando de ser apenas fundamentações teóricas (CUNHA, 2022, p.3).

Cada vez mais presentes no cotidiano dos brasileiros, as TICs também são uma realidade que se faz observar nas práticas profissionais de psicoterapeutas da atualidade. As Tecnologias da Informação e Comunicação são ferramentas utilizadas na reprodução, processamento e distribuição de informação para pessoas e instituições a partir de meios tecnológicos digitais. As TICs, incluindo a internet, estão presentes na vida de todos os indivíduos na atualidade. Com relação aos estudos no âmbito da Psicologia, destacam-se delineamentos que discutem as relações do uso das TICs em seus aspectos éticos, impactos na subjetividade e nas relações sociais, com enfoque nas consequências de sua utilização como ferramenta nos processos de psicoterapia (STOQUE, 2016).

Nos processos clínicos, no que se refere ao atendimento de psicoterapia e avaliação psicológicas, houve resoluções que flexibilizaram os processos de trâmites legais para o atendimento de forma remota/online. Diante disso, surgiram novos questionamentos, tais como: se essas avaliações vão ser feitas no formato remoto/online e nossa legislação orienta que temos que guardar esses materiais impressos por 5 anos, não podendo digitalizar e guardar no formato informatizado, como esse processo funcionaria na prática? Como gravar essa avaliação e atendimento? Como fica a avaliação psicológica por meio de instrumentos padronizados em um contexto de isolamento social, em um cenário pandêmico onde os serviços - inclusive clínicos - estão sendo feitos de modo remoto (CUNHA, 2022, p.4).

O Atendimento Psicológico Online pode acontecer e isso é autorizado pela Resolução CFP N° 0011/2012, regido atualmente pela Resolução CFP N° 11/2018, que regulamenta a prestação de serviços psicológicos realizados por meios de tecnologias da informação e da comunicação.

No campo profissional e técnico do psicólogo, a situação de pandemia evidenciou a necessidade de discussões mais atinentes sobre o atendimento psicológico online, trazendo pontos como as melhores práticas para o uso das tecnologias, segurança e proteção de dados na internet e aplicabilidade dos preceitos éticos da profissão para o contexto virtual. Além disso, destacou-se a necessidade do ensino, pesquisa e desenvolvimento de protocolos específicos para o atendimento online, especialmente para a atuação em situações de emergências e desastres (FERREIRA, 2022).

Psicólogos clínicos devem desenvolver habilidades de acolhimento, escuta, compreensão, empatia, assertividade, expressividade emocional, além de autopercepção sobre sentimentos e cognições durante o atendimento. Ainda, cabe a estes profissionais desenvolverem competência social a partir de habilidades sociais, independente do seu contexto atual, seja de forma presencial ou mesmo remota (FERREIRA, 2021, p.5).

Estas práticas evoluíram para utilização de ambientes que permitem a intervenção conjunta e colaborativa entre diversos profissionais, presencialmente e à distância. Neste contexto, a Psicologia também se inseriu paulatinamente no campo do uso das TICs desde meados da década de 1990. Em 2012, a Resolução CFP nº 111 regulamentou a atuação do profissional de Psicologia, prevendo diversas possibilidades emergentes à época. Transcorreram cinco anos de intenso debate junto à categoria neste tema, em especial com o desenvolvimento de novos aparatos tecnológicos sobre os limites e possibilidades técnicas, éticas e políticas na prestação de serviços mediados por TICs (VIANA, 2020).

Estas diversas mudanças na atuação da Psicologia e de outras profissões de saúde, por meio da ampliação do atendimento online, também produz uma demanda pelo aumento da quantidade de estudos científicos a respeito do impacto deste tipo de serviço, tanto para quem recebe o serviço, quanto para os profissionais que prestam o serviço, em um contexto de pandemia, por exemplo, neste sentido, a ampliação do conhecimento científico de rigor sobre os impactos da pandemia na saúde mental da população e nos serviços de atendimento online, neste contexto, é uma tarefa estruturante que deverá estar na agenda do país nos próximos anos (VIANA, 2020).

METODOLOGIA

O presente estudo se trata de uma revisão integrativa de literatura. A revisão integrativa de literatura é um método que tem como finalidade sintetizar resultados obtidos em pesquisas sobre um tema ou questão, de maneira sistemática, ordenada e abrangente. É denominada integrativa porque fornece informações mais amplas sobre um assunto/problema, constituindo, assim, um corpo de conhecimento. Deste modo, o revisor/pesquisador pode elaborar uma revisão integrativa com diferentes finalidades, podendo ser direcionada para a definição de conceitos, revisão de teorias ou análise metodológica dos estudos incluídos de um tópico particular (ERCOLE, 2014).

Para a realização desta pesquisa, foi realizado o percurso metodológico descrito por Souza, Silva e Carvalho (2010) que obedece as seguintes fases: (1) elaboração da questão norteadora; (2) busca na literatura; (3) coleta de dados; (4) análise crítica dos estudos incluídos; (5) discussão dos resultados e (6) apresentação da revisão. Para tal, primeiramente foi elaborada a seguinte questão norteadora, com base na estratégia PICO: “Qual a atuação da Psicologia Clínica frente ao contexto de pandemia Covid-19?”.

Em seguida, realizou-se levantamento bibliográfico por meio de busca eletrônica nas seguintes bases de dados disponíveis na Biblioteca Virtual em Saúde: Scientific Electronic Library Online (Scielo), Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), PubMed, Medline e Google Acadêmico, utilizando, como estratégia de investigação, os descritores segundo o DECS “psicoterapia online”, “Clínica” e “Tecnologia”, associado pelo operador booleano “AND”.

Mediante os descritores utilizados, foram encontrados um total de 47 estudos, e após aplicados os critérios de inclusão e exclusão, restaram 14 estudos, os quais foram incluídos nesta revisão integrativa. Como critérios de inclusão, delimitaram-se apenas artigos completos, disponíveis eletronicamente no período entre os anos de 2013 e 2022, em português, e que respondam à questão norteadora. Foram

excluídas cartas ao editor, editoriais, relatos de caso, artigos em duplicidade e os que possuíam pacientes pediátricos e adultos como público alvo.

Os estudos incluídos foram organizados em um quadro-síntese, contendo as seguintes informações: autores, ano de publicação, objetivos dos estudos, delineamento do estudo e principais resultados, os quais, posteriormente, foram analisados de forma descritiva. Por fim, a etapa de apresentação da revisão integrativa consiste na elaboração de um documento que contemple a descrição dos passos realizados e os principais resultados evidenciados pelos artigos. É de suma importância, uma vez que as conclusões formadas podem impactar diretamente na assistência prestada.

RESULTADO E DISCUSSÃO

Diante da busca foram encontrados: 81 literaturas que abordava o tema, documentos estes que foram selecionados e analisados utilizando os critérios de inclusão e exclusão especificados na metodologia da presente pesquisa. Após a utilização desses critérios restaram 10 estudos. Frente às hipóteses levantadas expressam-se um fluxograma de seleção dos artigos para a presente revisão integrativa.

Quadro I – Resumo dos trabalhos, com autor e ano, título, objetivos e conclusão de cada trabalho escolhido.

AUTOR/ANO	TÍTULO	OBJETIVOS	CONCLUSÃO
CUNHA, 2022.	Desafios da avaliação psicológica de modo remoto/online.	Este artigo tem como objetivo compreender os desafios da realização de avaliação psicológica remota/online atualmente no contexto de pandemia.	Por fim, acreditamos que as resoluções são fundamentais neste momento para auxiliar o psicólogo na tomada de decisão.
FEIJÓ, 2018.	Impacto das Tecnologias de Informação e Comunicação na Técnica Psicoterápica Psicanalítica	Compreender como os psicoterapeutas de abordagem psicodinâmica percebem os impactos na técnica psicoterápica psicanalítica presencial.	O estudo contribuiu para auxiliar os profissionais no manejo das TICs em psicoterapia e para fomentar a reflexão sobre a melhor forma de conjugar a tecnologia com a prática clínica presencial. Torna-se importante investigar as vivências dos psicoterapeutas e a sua formação acadêmica para ampliação das discussões sobre a temática.
FEIJÓ, 2018.	Experiência e Formação Profissional de Psicoterapeutas Psicanalíticos na Utilização das Tecnologias de Informação e Comunicação	Os objetivos deste estudo foram os de compreender a percepção de psicoterapeutas de orientação psicanalítica sobre a utilização das tecnologias de informação e comunicação com os seus pacientes; identificar o uso das TICs em diferentes níveis de funcionamento psicopatológicos e verificar os conhecimentos científicos dos psicoterapeutas sobre as suas formações	O estudo contribuiu para identificar diferentes formas de se usar as mídias sociais em psicoterapia e auxiliar na ampliação das discussões sobre a temática.

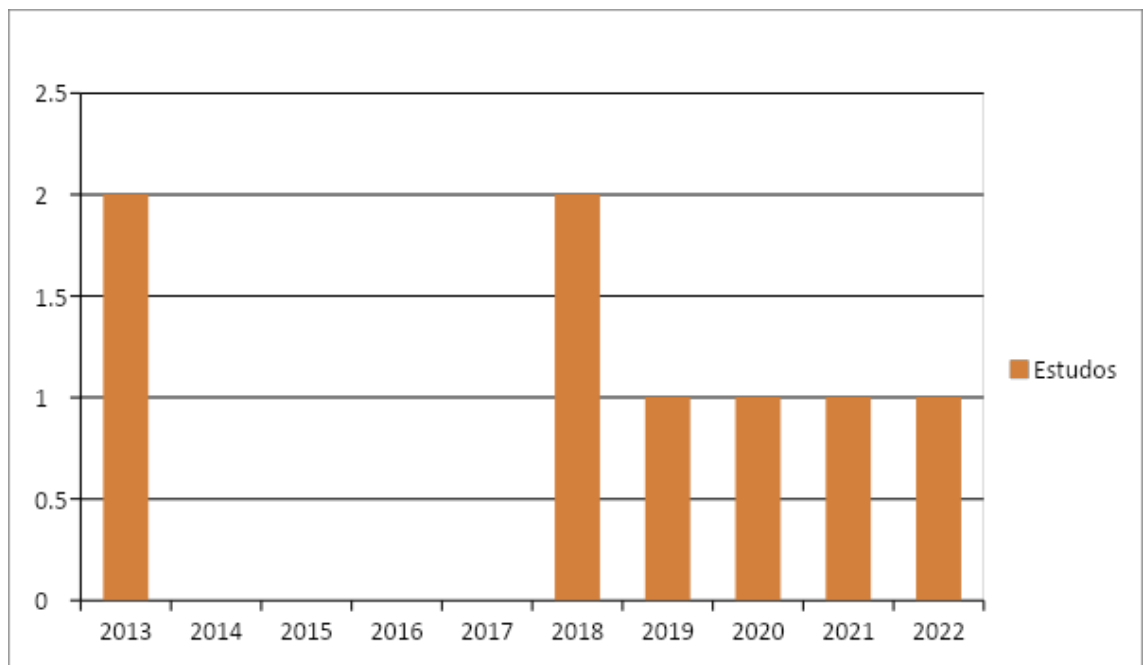
		profissionais.	
FERREIRA, 2021.	O desenvolvimento de uma tecnologia leve em saúde mental no contexto da pandemia: acolhimento psicológico online no Norte do Brasil.	Analisar a construção de uma tecnologia leve em saúde para intervenção em primeiros cuidados psicológicos durante a pandemia de Covid-19 no estado do Amazonas.	Com a crise gestada pela pandemia e as fragilidades de operacionalização de políticas de saúde regionais e nacionais, o Programa de Acolhimento Psicológico Online apresentou-se como uma alternativa para fortalecer a rede pública de cuidado em saúde mental.
FREITAS, 2013.	Avaliação de impacto de uma tecnologia social para profissionais de psicologia que trabalham com vítimas de violência sexual	Avaliar a efetividade de uma Tecnologia Social de Capacitação Profissional para intervenção com vítimas de violência (TSCP-VS) mediante efeitos indiretos e o impacto no trabalho dos profissionais capacitados.	Os altos índices de impacto e transferência de aprendizagem sugerem que a TSCP-VS constitui-se como uma estratégia a qualificação dos profissionais de psicologia que trabalham em serviços públicos
GUIMARÃES, 2013.	Psicologia e tecnologia: atuação do psicólogo nas organizações.	analisar as contradições dessas práticas, este artigo apresenta os resultados de uma pesquisa empírica, realizada com 106 psicólogos, acerca da relação entre Psicologia aplicada ao trabalho e ideologia da racionalidade tecnológica, mediante as respostas dos sujeitos a um Questionário de Dados Pessoais e Profissionais e um Escala de Atitudes.	Primeiramente, constatou-se que os profissionais parecem se encontrar em uma espécie de aprisionamento devido à impotência do pensamento e da ação para ir além da atual configuração de sua realidade. Por outro lado, a pesquisa aponta também a possibilidade de resistência aos elementos que promovem a fixidez do atual conjunto de relações sociais.
MUNHOZ, 2019.	Atendimento Psicológico online: um novo conceito em psicoterapia	Fazer conhecido o atendimento psicológico feito através da internet e elucidar os benefícios dessa prática tanto ao paciente quanto ao psicólogo.	O atendimento psicológico online, é um avanço que acompanha as demandas da vida moderna, e nesses casos pode ser uma excelente solução, já que permite que se tenha acesso a profissionais capacitados com os mesmos benefícios da terapia presencial, sendo, portanto uma opção prática, segura e eficiente que permite ao paciente iniciar ao tratamento e cuidar da sua saúde mental e emocional sem precisar mudar toda a sua rotina.
BITTENCOURT, 2020	Psicoterapia on-line: uma revisão de literatura.	Realizar uma revisão narrativa da literatura a fim de compreender os conceitos envolvidos no processo terapêutico on-line.	A partir das pesquisas realizadas, foi possível constatar que, apesar de o atendimento on-line ser regulamentado como uma prática possível de exercício da psicologia, poucos psicólogos aderiam e tinham conhecimento sobre essa

			modalidade antes da pandemia de Covid-19.
--	--	--	--

Fonte: Elaborado pelo autor, 2022.

Dos 8 estudos selecionados para esta revisão de literatura, observou-se que nenhum ano obteve maior frequência de publicações, ou seja, houve uma mistura de achados nas literaturas científicas de textos que abordassem o tema. O ano de 2022 teve 1 estudo, seguindo do ano de 2021 também com 1 estudo, 2020 também com 1 estudo, o ano de 2019 com 1 estudo, o ano de 2018 com 2 estudos e o ano de 2013 com a mesma quantidade de trabalhos do ano anterior, totalizando 8 estudos sobre o tema. Os anos de 2014, 2015, 2016, 2017 e 2019 não foram encontrados publicação relativa ao tema. Com isso o gráfico a seguir apresenta a distribuição por ano dos estudos.

Gráfico 1- Análise quantitativa dos estudos selecionados para a amostra, segundo ano de publicação.



Fonte: Elaborado pelo autor, 2022.

Ainda no processo de operacionalização deste estudo e buscando abordar em seu todo a temática, no Quadro 2 abaixo são apresentados os resultados da distribuição dos artigos de acordo com o núcleo do sentido dos artigos, chegando as seguintes abordagens:

Quadro 2 – Descrição dos artigos segundo categorias (n=8).

Categorias
A Psicologia Clínica e o cenário histórico

Influencia tecnologica na Psicologia Clinica

Fonte: Elaborado pelo autor, 2022.

A PSICOLOGIA CLÍNICA E O CENÁRIO HISTÓRICO

O campo da clínica, traz à tona a questão sobre o que seja o fenômeno psicológico, a subjetividade ou mundo interno, ao qual nos referimos quando nomeamos a dimensão objeto desse campo de atuação. E dar um nome a essa dimensão tem sido problemático. Esta forma de se olhar a clínica nos leva a reconhecer, antes de tudo, que a Psicologia Clínica, ou as práticas clínicas, de uma maneira geral, são vistas sob óticas diversas e de acordo com o campo epistemológico que as fundamentam (BITTENCOURT, 2020).

Monteleone (2017) apresenta o desenvolvimento histórico do movimento da Prática Baseada em Evidências em Psicologia Clínica, bem como a integração deste modelo à atuação psicoterápica junto à população. Ainda afirma que o conceito de prática baseada em evidências é um dos temas que tem sido amplamente discutido na literatura internacional da Psicologia. Nestas discussões, com poucas exceções, compreende-se que a relevância da prática psicoterápica depende intimamente de evidências que indiquem o resultado de suas intervenções.

Pôde-se perceber que a construção histórica da psicologia clínica sofreu diversas influências, além de ter sido estabelecida em contextos conflituosos, o que, aparentemente, produz controvérsias ainda nos dias atuais, mesmo que em algumas situações a Psicologia clínica seja mal compreendida, pois muitos procuram com o intuito de uma cura rápida para problemas psicológicos e na prática não é bem assim, essa área da psicologia tem suas veredas que caminham aos poucos junto aos indivíduos e procuram influenciar uma possível solução a partir de técnicas geradas por cada profissional, respeitado sempre suas particularidades e influências (MONTELEONE, 2017).

INFLUENCIA TECNOLÓGICA NA PSICOLOGIA CLÍNICA

A disseminação tecnológica repercutiu intensamente na dimensão individual e social, emergindo novas formas de pensar, sentir e agir na era da cibercultura. O mundo virtual passou a ser cada vez mais atrativo com a qualidade das informações e a alta resolução e miríade de cores vívidas que atraem os usuários. A utilização de som, imagem, grafismo e todas as potencialidades hipermedia cativam os jogadores, que facilmente se adaptam a estímulos irresistíveis à atenção involuntária e voluntária (BITTENCOURT, 2020). Todavia, temos que repensar as ações oriundas da tecnologia tanto para o uso profissional, por exemplo, psicologia clínica, como ao mesmo tempo rever questões geradas pela tecnologia no público em geral para que seja possível desenvolver estratégias em cima dessa dinâmica para o desenvolvimento das ações psicoterápicas (BITTENCOURT, 2020).

Segundo Cunha (2022), o Atendimento Psicológico Online já é permitido desde 2012 (RESOLUÇÃO CFP Nº 0011/2012), regido atualmente pela Resolução CFP Nº 11/2018. No entanto, a avaliação psicológica não está incluída nesta resolução. O processo de avaliação é diferente do processo de orientação/atendimento e, portanto, existe outra regra para ela.

Em seu estudo Cunha (2022) tentou compreender os desafios da realização de avaliação psicológica remota/online atualmente no contexto de pandemia. Para isso, utilizamos as publicações dos últimos dois anos do Conselho Federal de Psicologia, encontrando arquivos que foram categorizados e analisados. Os resultados indicam que os principais desafios na realização da avaliação psicológica na modalidade remota referem-se à qualidade da conexão da internet. Além disso, para que um teste possa ser aplicado online de forma remota é necessário que se tenha estudos psicométricos comprovando a eficácia desta modalidade de aplicação. Além disso, o manejo profissional para lidar com os desafios de se fazer avaliação de modo remoto/online.

Feijo (2018) uma pesquisa qualitativa e exploratória com 11 psicólogos que tinham especialização em psicoterapia de orientação psicanalítica. Eles responderam à entrevista semiestruturada e a uma ficha de dados sociodemográficos. Os dados foram analisados por meio de análise temática. No que se refere à utilização dos recursos tecnológicos de informação e comunicação, todos os participantes utilizavam o WhatsApp em sua prática clínica. Três psicoterapeutas foram contatados pelo Messenger e nove por meio do Facebook. Nenhum deles foi procurado no Instagram ou em outras formas de tecnologias de informação e comunicação.

Seus resultados evidenciam que a partir do relato dos participantes, há uma perceptível mudança na técnica psicanalítica com a inserção das tecnologias de informação e comunicação na prática clínica. Se partirmos da premissa referida na obra Freudiana de que o funcionamento psíquico dos sujeitos é regido pelo inconsciente e de que para este não há regras temporais ou espaciais, já que pode se manifestar sob diferentes formas, podemos refletir que as tecnologias de informação e comunicação servem como um canal de comunicação de conteúdos inconscientes do paciente (FEIJO, 2018).

Cabe destacar que ainda discutimos o tema de forma cautelosa, por este ser relativamente novo na prática profissional psicodinâmica. Entretanto, como visto nos resultados deste estudo, as tecnologias de informação e comunicação podem ser auxiliares na compreensão psíquica do paciente, bem como do processo psicanalítico. Negar a tecnologia talvez fosse mais danoso ao nosso trabalho do que olhá-la com parcimônia, aceitando a sua inserção e trabalhando-a com cada paciente, afinal não há como generalizar o seu uso (FREITAS, 2013).

Guimaraes (2013) avaliou a atuação de psicólogos nas organizações e a ideologia da racionalidade tecnológica. Afirma que a atuação do psicólogo nas organizações está significativamente associada à ideologia da racionalidade tecnológica. Tal afirmação encontra seu fundamento no fato de que a Psicologia aplicada ao trabalho apresenta-se, prioritariamente, como tecnologia que, na sociedade industrial, conforme concluem diversos estudos, desde o século XIX, os resultados da subescala Atuação dos Psicólogos permitem afirmar que há uma adaptação dos psicólogos aos ditames do aparato, tanto no que diz respeito à sua manutenção e reprodução quanto à identificação destes com os interesses do capital, aspectos que apontam para uma formação profissional reduzida à formação para o trabalho., ou seja, durante a formação existem falhas no tangente educação tecnológica para o desenvolvimento das atividades.

Ferreira (2021) em seu estudo mostrou um Programa de Acolhimento Psicológico Online ofereceu uma linha direta entre psicólogos e a população em geral, favorecendo espaço de escuta e cuidado em saúde. E percebeu que com a crise gestada pela pandemia e as fragilidades de operacionalização das políticas de

saúde regionais e nacionais, o Programa de Acolhimento Psicológico Online apresentou-se como uma alternativa para fortalecer a rede pública de cuidado em saúde mental. Essas afirmações só mostram que a tecnologia é importante na atuação da psicologia clínica, todavia devemos forjar os profissionais para que se familiarizem com a temática e possa desenvolver ações usando tais ferramentas tecnológicas.

Munhoz (2019) afirma em seu estudo que é fundamental atualmente planejar e flexibilizar, no currículo de cada curso, o tempo e o espaço das atividades de presença física em sala de aula e a distância. Só assim se poderá evidenciar qualidade na educação e o surgimento efetivo de uma nova didática. Os cursos de formação de psicólogos precisam prever espaços e tempos de contato com a realidade virtual, de experimentação e de inserção em ambientes profissionais e informais em todas as disciplinas e ao longo de todos os anos.

As Universidades devem inovar e pensar no modelo de sala de aula do futuro. O ambiente virtual e as tecnologias vieram para ficar. Trouxeram rapidez e possibilidades de conexão. Não há limites para o alcance virtual, por esta razão, incluir as tecnologias na aprendizagem pode estimular alunos e futuros profissionais a buscarem incessantemente o conhecimento de forma contextualizada, integrada e, ao mesmo tempo, concreta e abstrata (MUNHOZ, 2019).

Para finalizar a discussão, Feijo (2018) realizou uma pesquisa qualitativa e exploratória com 11 psicólogos com especialização em psicoterapia psicanalítica. Eles responderam a uma ficha de dados sociodemográficos e à entrevista semiestruturada. Os dados foram analisados por meio de análise temática. Os resultados demonstraram que as tecnologias de informação e comunicação podem servir tanto como uma ferramenta de trabalho como também apresentar entraves à prática profissional. Somado a isso, a falta de instrumentalização pode dificultar a adesão à prática de psicoterapia nesses novos meios tecnológicos. O estudo contribuiu para identificar diferentes formas de se usar as mídias sociais em psicoterapia e auxiliar na ampliação das discussões sobre a temática.

Nesse sentido, os resultados demonstraram que a percepção dos profissionais foi de que os recursos tecnológicos são formas de comunicação que podem facilitar o trabalho terapêutico, servindo como ferramenta de trabalho, mas que também impõem limites no exercício clínico, manifestando compreensões associadas aos sentimentos de invasão, falta de limite e instantaneidade (FEIJO, 2018).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As Tecnologias da informação e comunicação fazem parte do contexto de nossas vidas. Sabe-se que os atendimentos Psicológicos a distância já estão presentes há um tempo na sociedade fora do Brasil, o que mostra ter uma base mais sólida nesses países, com regulamentações mais estruturadas.

Vale ressaltar que os objetivos propostos nestes estudos, foram alcançados, uma vez que, reuniu estudos científicos que demonstraram que os profissionais psicólogos clínicos devem desenvolver habilidades de acolhimento, escuta, compreensão, empatia, assertividade, expressividade emocional, além de autopercepção sobre sentimentos e cognições durante o atendimento mediado pela tecnologia.

Assim, os psicólogos, em seus diversos campos de atuação, em especial no contexto clínico, também sofrem influências destas ferramentas em suas vidas

peçoais e na prática profissional. A tecnologia vem de forma importante, pois diminui o espaço temporal entre os indivíduos, mesmo que haja a necessidade de adequações legislativas nesta modalidade de atendimento, bem como houve criação de plataformas e serviços para dar conta do crescimento da demanda.

O presente estudo apresenta limitações, uma vez que desenvolveu uma revisão integrativa, todavia a partir do seu desenvolvimento fica claro que as Universidades devem inovar e pensar no modelo de sala de aula do futuro. Este modelo ainda não está claro, mas certamente envolverá as TICs, integrará ambientes virtuais com os reais, desafiando alunos e terapeutas em formação a pensarem e se auto analisarem, motivando a busca ativa do conhecimento, pensando no desenvolvimento da prática profissional e o futuro em geral que segundo muitos autores sera intensificado com o uso da tecnologia.

Alguns desafios estão claramente colocados neste estudo para a formação do psicólogo. O atendimento remoto é um campo de aplicação novo, importante e praticamente ausente da formação acadêmica. Faz-se importante o desenvolvimento de mais trabalhos que abordem a temática, a fim de solicitar a demanda de evolução da profissão e a necessidade de entender como abarcar o futuro. Além disso, compreender essa dinâmica abre espaço para entender como formar novos profissionais, tema importante e que deve ser levado sempre em consideração.

REFERÊNCIAS

- BITTENCOURT, Henrique Borba et al. Psicoterapia on-line: uma revisão de literatura. **Diaphora**, v. 9, n. 1, p. 41-46, 2020.
- BORGES, Vicente. Desafios para o futuro da Psicologia: contribuições da Psicologia na construção do conhecimento no século XXI. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 33, n. SPE, p. 14-23, 2013.
- CUNHA, Mariane Silva; JANUÁRIO, Yasmim Rayane; BOTELHO, Elizabeth Hertel Lenhardt. DESAFIOS DA AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA DE MODO REMOTO/ONLINE. **TCC-Psicologia**, 2022.
- DUTRA, Elza. Considerações sobre as significações da psicologia clínica na contemporaneidade. **Estudos de Psicologia (Natal)**, v. 9, p. 381-387, 2004.
- FEIJÓ, Luan Paris; SILVA, Nathália Bohn; BENETTI, Silvia Pereira da Cruz. Impacto das tecnologias de informação e comunicação na técnica psicoterápica psicanalítica. **Trends in Psychology**, v. 26, p. 1633-1647, 2018.
- FEIJÓ, Luan Paris; SILVA, Nathália Bohn; BENETTI, Silvia Pereira da Cruz. Experiência e formação profissional de psicoterapeutas psicanalíticos na utilização das tecnologias de informação e comunicação. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 38, p. 249-261, 2018.
- FERREIRA, Breno de Oliveira et al. O desenvolvimento de uma tecnologia leve em saúde mental no contexto da pandemia: acolhimento psicológico online no Norte do Brasil. **Rev. Bras. Psicoter.(Online)**, p. 105-118, 2021.
- FREITAS, Clarissa Pinto Pizarro de. Avaliação de impacto de uma tecnologia social para profissionais de psicologia que trabalham com vítimas de violência sexual. 2013.
- GUIMARÃES, Denise Alves; SASS, Odair. Psicologia e tecnologia: a atuação do psicólogo nas organizações. **Cadernos de Psicologia Social do Trabalho**, v. 16, n. 2, p. 295-309, 2013.
- LEITÃO, Carla Faria; NICOLACI-DA-COSTA, Ana Maria. Psicologia clínica e informática: por que essa inusitada aproximação?. **Psicol. clín.**, p. 189-205, 2000.

MONTELEONE, Thiago Vinicius; WITTER, Carla. Prática baseada em evidências em Psicologia e idosos: conceitos, estudos e perspectivas. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 37, p. 48-61, 2017.

MUNHOZ, Jéssica Letícia; ALVES, Alane Degraf; COSTA, Cristiane Aparecida. ATENDIMENTO PSICOLÓGICO ONLINE: UM NOVO CONCEITO EM PSICOTERAPIA. **Anais da Jornada Científica dos Campos Gerais**, v. 17, 2019.

NASCIMENTO, Sabrina do do; BEUREN, Ilse Maria. Impacto do sistema de recompensa e do acesso às informações sobre o desempenho individual no empowerment psicológico e o seu reflexo na eficácia gerencial de empresa multinacional. **Sociedade, Contabilidade e Gestão**, v. 9, n. 1, 2014.

PEREIRA, Marcel Cesar Julião et al. **Histórias de uma psicologia do futuro: Representações de Ciência e Tecnologia em Fundação, de Isaac Asimov**. 2018. Dissertação de Mestrado. Universidade Tecnológica Federal do Paraná.

RIBEIRO, José Luís Pais; LEAL, Isabel. Psicologia clínica da saúde. 1996.

RUAS, Andressa Caroline Dornelas; DE OLIVEIRA, Vania Cristine. ANÁLISE DO FILME TECNOLOGIA E INTERNET: Uma reflexão psicológica sobre dependência à luz do filme "Her". **Psicologia e Saúde em debate**, v. 4, n. 3, p. 1-7, 2018.

SASS, Odaír. Psicologia, tecnologia e educação: apontamentos sobre Oliveira Vianna e Lourenço Filho. **Psicologia Política**, v. 5, n. 10, p. 161-181, 2005.

VIANA, Diego Mendonça. ATENDIMENTO PSICOLÓGICO ONLINE NO CONTEXTO DA PANDEMIA DE COVID-19: ONLINE PSYCHOLOGICAL CARE IN THE CONTEXT OF COVID'S PANDEMIC 19. **Cadernos ESP-Revista Científica da Escola de Saúde Pública do Ceará**, v. 14, n. 1, p. 74-79, 2020.

SEXUALIDADE E IDENTIDADE DE GÊNERO NAS MÍDIAS DIGITAIS: Uma Relação Interseccional de Violência

Andrielly Targino da Silva
Luís Augusto de Carvalho Mendes

RESUMO

O presente artigo teve por objetivo identificar discursos de violência e ódio perante os assuntos relacionados a sexualidade e a identidade de gênero no contexto das mídias digitais, observando por uma perspectiva interseccional que buscou analisar as estruturas que compõem a violência em uma minoria social. Para se atingir este objetivo foi realizada uma pesquisa com objetivo exploratório e descritivo, de abordagem quanti-qualitativa e natureza básica, realizada por meio de procedimentos bibliográficos, para a construção do referencial teórico, e levantamento documental, por meio da análise de conteúdos textuais de postagens e comentários nas redes sociais como o Facebook, Twitter, TikTok, Kwai, Instagram e Youtube. Para isso, os termos utilizados foram “sexualidade” OR “identidade de gênero” AND “violência” para um mapeamento temático. Os dados textuais padronizados foram analisados com a ajuda do software Iramuteq, no qual gerou resultados em forma de gráficos, a exemplo do Dendrograma, a Análise Fatorial de Correspondência e Análise de Similitude. A partir das análises foi possível identificar 3 estruturas discursivas acerca das violências em relação a sexualidade e identidade de gênero nas mídias digitais, sendo elas chamadas de Aceitação, Religiosidade e Biológica/Psicológica. Sendo a Religiosidade, o destaque, pois ainda se vive em uma sociedade presa aos dogmas e doutrinas da religião.

Palavras-Chave: Sexualidade; Identidade de Gênero; Violência; Interseccionalidade.

ABSTRACT

This article aims to study and identify discourses of violence and hate in the face of issues related to sexuality and gender identity in the context of digital media, analyzing from an intersectional perspective that seeks to analyze the structures that make up violence in a social minority. In order to achieve this objective, a research was carried out with an exploratory and descriptive objective, with a quantitative-qualitative approach and basic nature, carried out through bibliographic procedures, for the construction of the theoretical reference, and documental survey, through the analysis of textual contents of posts and comments on social networks such as Facebook, Twitter, TikTok, Kwai, Instagram and Youtube. For this, the terms used were “sexuality” OR “gender identity” AND “violence” for a thematic mapping. The standardized textual data were analyzed with the help of the Iramuteq software, which generated results in the form of graphs, such as the Dendrogram, the Correspondence Factor Analysis and Similarity Analysis. From the analysis, it was possible to identify 3 discursive structures about violence in relation to sexuality and gender identity in digital media, which are called Acceptance, Religiosity and Biological/Psychological. Being Religiosity, the highlight, because we still live in a society stuck to the dogmas and doctrines of religion.

Keywords: Sexuality; Gender Identity; Violence; Intersectionality.

INTRODUÇÃO

Ao decorrer do desenvolvimento humano, o jovem se depara com a incógnita que é a sexualidade e os espectros que estão nela inseridos, um novo mundo de descobertas e incertezas. De acordo com Araújo (2014), é complicado falar sobre a sexualidade, pois é um tema de pesquisa socialmente polêmico, repleto de conteúdo, dimensões e significados que dificultam a compreensão do ser humano sobre a própria sexualidade. Sendo a sexualidade ainda tratada como um tabu, muitas vezes é difícil para pais e jovens falarem sobre isso com segurança e confiança, por isso a procura cada vez mais cedo por soluções ou respostas dentro das mídias.

A internet ao longo dos anos vem oferecendo uma porta de entrada para várias questões referentes a sexualidade humana. Nas redes se encontram pessoas de variadas formas, personalidades, culturas, preferências, identidades e sexos, cada ser humano encontra ali naquela janela de computador, celular ou tablete uma forma de expressão da sua singularidade.

A identidade de gênero também é uma pauta ligada a sexualidade, mesmo com um significado diferente, sendo temas tão parecidos, são carregados de conteúdo que os diferenciam, mas acabam sendo tratados de forma igual. Vemos disseminado pelas redes e pelo senso comum que a sexualidade e identidade de gênero são tratados como um só. Como um exemplo citado por Dawson (2015), um estereótipo característico dessa afirmativa de senso comum, é o de que se é transexual então é gay.

No meio da sociedade, ser diferente ou ser fora da linha da moral é até este momento algo errado, encarado com um sentimento de desprezo e desconforto. Segundo Jesus (2012), pessoas transgêneras e com expressões que remetem a transgeneralidade enfrentam o primeiro desafio que é reconhecerem a si mesmas e a como tomar decisões de se mostrarem como são em sua realidade mais íntima, que é a forma como se identificam para o mundo.

Ultimamente os temas da sexualidade e identidade de gênero vem ganhando visibilidade e sendo discutidos como uma pauta significativa, a forma de se vestir, de se ver e de ser. Dentro das mídias e redes sociais essa pauta ganha mais significado ainda, sendo discutida de forma leve e educacional, e de forma cruel e violenta para com quem é diferente das normas morais impostas pela sociedade.

Ao longo dos anos variadas pesquisas no âmbito, social e sexual foram realizadas, trazendo o tema dentro das mídias e das redes sociais. Como expõe (ALEXANDRE, 2001 apud VITALI et al., 2019) a internet pode afetar, influenciar, mediar ou moldar o modo de pensar das pessoas, ou seja, conduzir opiniões e/ou comportamentos sobre o tema da sexualidade e identidade de gênero.

Discursos de ódio empregados nas redes são cada vez mais comuns de serem compartilhados, lidos e vistos. De acordo com Silva (2020), enxergar-se que os discursos de ódio propagados são para determinado grupos específicos. O discurso de ódio é empregado para ofender, humilhar, incitar a violência contra grupos, levando em conta sua procedência social, étnica, geográfica e mesmo sua orientação sexual e identidade de gênero.

O Brasil é um dos países que mais mata pessoas trans. e homossexuais, simplesmente por ser quem são e por sua orientação sexual. Segundo ANTRA (Associação Nacional de Travestis e Transexuais) só em 2020 o Brasil ocupou o 1º

no ranking de assassinatos de pessoas trans. no mundo, com dados de assassinatos de 175 transexuais que se expressavam de acordo com o gênero feminino, em contrapartida do seu gênero de nascimento. (BENEVIDES; NOGUEIRA, 2020). Mesmo com o advento da tecnologia, e da maturidade humana, com o passar dos anos as pessoas LGBTQIAP+ foram saindo dos seus “armários” e se expondo ao mundo, infelizmente, essa exposição veio com um preço que é muito alto a se pagar.

A partir deste cenário a presente pesquisa parte da seguinte questão: Quais as características e motivações dos discursos de ódio de usuários das redes sociais acerca das questões de sexualidade e identidade de gênero?

Dessa forma a determinante pesquisa procurou identificar quais estruturas alimentam esse sistema de violência e de opressão nas mídias e nas questões de sexualidade e identidade de gênero. Como objetivo geral, identificar violências em relação a sexualidade e identidade de gênero nas mídias digitais, analisando os discursos de ódio dentro de publicações nas redes sociais, aplicando o conceito de Interseccionalidade relacionada a violência contra a sexualidade e identidade de gênero como percussor de violência, observando o preconceito acerca da sexualidade e identidade de gênero nas mídias digitais.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

SEXUALIDADE

Ao decorrer da história, muito se tem discutido sobre a sexualidade e suas variedades. A psicanálise, uma das vertentes e abordagens da psicologia, tem por seus principais estudos a sexualidade humana, assunto de muito estudo e interesse por Freud que traz a concepção da sexualidade como energia. (COSTA; OLIVEIRA, 2011)

Foucault (1988), relata que a sexualidade é uma invenção do final do século XVIII, que liga expressões do sexo e contato corporal visando a obtenção do prazer. Outro conceito interessante ligado a psicanálise é o de Bearzoti (1994) que traz a visão freudiana da sexualidade.

Bearzoti (1994, pag. 5):

[...]sexualidade é energia vital instintiva direcionada para o prazer, passível de variações quantitativas e qualitativas, vinculada à homeostase, à afetividade, às relações sociais, às fases do desenvolvimento da libido infantil, ao erotismo, à genitalidade, à relação sexual, à procriação e à sublimação.

Conforme o autor, a sexualidade é um conjunto e partes de um todo, faz ligação entre os elementos do corpo humano, do seu desenvolvimento biológico, social e em como se relaciona com externo e o interno de si mesmo.

De acordo com Rodrigues (2017), quando Bearzoti fala sobre esse conceito de sexualidade, ele abdica de variáveis em que a sexualidade é vista apenas pela produção do prazer carnal, e a coloca como participante o social, traz ainda a perspectiva de que a sexualidade é mutável e flexível.

Sexualidade, conforme Mensal (2014), é uma área abrangente e de grande estudo, é um universo particular, em que nele descobrimos uma parte de nós mesmos, que não depende apenas das nossas condições biológicas, vai além disso, tem a ver com nossas vivências, e a realidade que nos cerca.

Seguindo essa lógica, a sexualidade é acompanhada pelo sexo, mas também se difere do mesmo, e que pode ter dois significados. O sexo visto de uma ótica biológica, que se apresenta pelos cromossomos XX para o feminino e XY para o masculino, levando a uma questão de sexo biológico e gênero.

Sexo também é o ato sexual, a atividade relacionada ao físico, relacionado ao prazer sexual. Como relata Heilborn (2006), o sexo é considerado como uma atividade humana qualquer, uma atividade que é aprendida. A sexualidade sendo uma categoria mais ampla, em que se abrange vários aspectos da vida singular do indivíduo, o sexo é inserindo dentro desse espectro da sexualidade.

A partir do conceito da sexualidade, entramos no mundo da diversidade sexual. Diversidade sexual é referente a toda multidiversidade de gêneros, sexos e orientações sexuais, que engloba o público LGBTQIA+, gays, lésbicas, bissexuais, pansexuais, assexuais, travestis, transexuais, entre muitos outros. Em concordância com Silva (2019), a diversidade sexual fala sobre múltiplos desejos e sujeitos, trazendo a realidade da existência de outras orientações sexuais e não a heterossexualidade como protagonista da nossa sociedade.

IDENTIDADE DE GÊNERO

A palavra identidade vem de origem latina, o adjetivo “idem” (que tem o significado de “o mesmo”) e do sufixo “dade” (que indica um estado ou uma qualidade), ou seja, identidade é um conjunto de qualidades e características presentes em cada pessoa que torna possível o seu reconhecimento. A palavra gênero é de origem latina, “genus” (que significa “nascimento”, “família”, “tipo”). Ademais, Stellmann (2007) descreve que normalmente o termo gênero é usado como meio de classificação gramatical, dividindo homem, mulher e neutro, trazendo também que a mesma palavra pela origem grega “genos” e “genea” remete ao sexo biológico. Hodiernamente, as representações do que é ser homem, mulher ou neutro mudaram com o passar dos anos.

Desde a infância fomos ensinados a seguir um padrão de comportamento relacionado ao gênero e sexo biológico. Crescemos sendo ensinados que “homens são assim e mulheres são assado”, porque “é da sua natureza”, e costumamos realmente observar isso na sociedade. (JESUS, 2012).

Um dos primeiros nomes a diferenciar sexo e gênero, foi um psiquiatra e psicanalista chamado Robert Stoller, que por meio do seu livro *Sex and Gender* publicado no ano de 1968, trazia uma reflexão e distinção das palavras sexo e gênero.

Como explica Cunha (2017), o psiquiatra Stoller estudava e discutia o tratamento de pessoas consideradas intersexuais e transexuais que iam em busca de intervenção cirúrgica para a mudança da sua anatomia de nascimento (o que por ele era considerado como sexo) para a sua identidade sexual (que o mesmo considerava como gênero). Cunha (2017, pág. 5):

Para o psiquiatra, pessoas com a anatomia sexual fêmea identificavam-se (sentiam-se) homens; o mesmo com pessoas com anatomia sexual macho que se identificavam como mulheres. Stoller considerou em seus estudos o “sentimento de ser mulher” e o “sentimento de ser homem” como a identidade de gênero que não coincidia com o “sexo”.

Em suma, Stoller com seus estudos trouxe sobre como o sujeito se sentia em relação as suas características do sexo aposto, a aquele que o indivíduo se identificava. Vendo que gênero e sexo não são determinantes um do outro.

Coelho e Dias (2016), trazem na tradução do capítulo 6 “Sex and Gender”, do livro “Sex, Gender and Society (1972) de Ann Oakley a visão e as discussões da autora sobre sexo e gênero. De acordo com a autora, sexo é o termo biológico; “gênero” um termo psicológico e cultural. Para a mesma o senso comum ainda ver o sexo e gênero como apenas duas categorias, masculino e feminino, fazendo um pertencer ao outro. Sendo que na realidade é diferente, ser homem ou mulher é tanto uma atividade como gesticular, se vestir, personalidade, socialização, quanto possuir um tipo particular de genitais.

Como afirmam Camargo e Neto (2017), A identidade de gênero é uma categoria da identidade e faz referência à identificação do indivíduo como homem ou mulher, ou com alguma outra categoria diferente de ser homem ou de ser mulher. Uma identidade que deve ser construída pelo próprio ser humano, e que caberá a cada um sentir se está em concordância com sua orientação, seus desejos e suas práticas sexuais, entendendo que eles podem ser modificados

Gênero, segundo Butler (2014), vem de uma norma social, dito como normalização, é uma construção social e histórica do indivíduo. É a performance do indivíduo, sua caracterização frente a sua vontade de si mesmo.

Colaborando com a afirmação de Butler (2014), Menezes e Lins (2018, pag. 18) afirmam:

[...] gênero não é uma condição biológica inata, cristalizada nos determinantes do sexo cariotípico. Resulta de uma construção subjetiva ao longo da vida [...] a ser reconhecida pelo Estado e respeitada pela sociedade, independentemente de “qualquer” readequação corporal do sexo genético.

Como afirmam os autores citados, a identidade de gênero é a percepção de si, independente do gênero biológico, masculino, feminino ou os dois combinados. É a forma em como o sujeito se enxerga e se demonstra ao mundo.

SEXUALIDADE E IDENTIDADE DE GÊNERO NAS MÍDIAS DIGITAIS

As mídias digitais, são o conjunto de comunicações ligados a internet, como sites, blogs, redes sociais (Facebook, Instagram, Twitter e etc.), plataformas de stream ou qualquer conteúdo que provenha que seja vinculado a comunicação e a internet. As redes sociais digitais possibilitam que indivíduos interajam com outros usuários dentro da rede, que leiam notícias, opinem, produzam seu próprio conteúdo e conhecimento, divulguem informações e até mesmo se mobilizem coletivamente. (ARAÚJO e VILAÇA, 2016)

As tecnologias, nos últimos anos vem sofrendo mudanças significativas, a cada dia recebemos mais informações sobre avanços tecnológicos e sobre mídias desenvolvidas, e as que já existem estão em constante aprimoramento para atender ao mundo atual.

Menegotto e Santos (2013, p. 6) explica o fenômeno das mídias:

[...] aplicativos da internet tornaram-se ferramentas indispensáveis para a comunicação e informação. As redes sociais viraram formas de encontros virtuais e convergência de visões e ideias entre pessoas que partilham das

mesmas formas de pensar e interagir. (...) ou seja, as redes sociais, os blogs, os mecanismos audiovisuais passaram a ser associados às outras formas de organização de visões e ideias, bem como uma ferramenta auxiliar para protestar, argumentar.

A mídia nos permite uma forma de interação com o mundo e com as pessoas de forma rápida e eficaz, com a propagação das redes o mundo inteiro está conectado. Nas redes sociais as interações e relacionamentos entre pessoas é inevitável. Dentro daquele espaço existem pessoas de variadas formas, cores, jeitos e performances. As plataformas proporcionam encontros, afinidade, expressão e libertação, mas também podem reprimir, humilhar e denegrir o outro.

Em meio a comunidade LGBTQIA+ as redes e mídias vem ganhado destaque, muitos veem as redes como formas de encontrar pessoas com as mesmas características, gostos e interesses. Como afirma, Almeida (2020), a comunidade utiliza as redes também como forma de se promoverem em meios aos seus trabalhos, projetos e realidades. A partir desses encontros de representações humanas, a visibilidade sobre a comunidade é maior.

Os debates sobre sexualidade e identidade gênero tem se alastrado pela internet, como meios de comunicação mais utilizados, as redes sociais são os caminhos para os objetivos dessa comunidade. Em compensação da mesma maneira que as redes abrem portas para discussões como identidade de gênero, sexualidade e diversidade sexual, temos uma grande parcela da sociedade que ainda é contra essa comunidade.

Aqui entra o papel das mídias e redes, como disseminadora de informação, acolhimento, esperança, identidade, mas também com percussora de ódio, humilhação e violência. Como afirma Goés (2004) apud Menuci et. al. (2020), a internet é um campo neutro, o destino dela pertence aos seus usuários, sendo ela usada para o bem ou o mal.

INTERSECCIONALIDADE

Introduzir e falar sobre categorias de opressão é necessário compreender de que forma as construções sociais se interagem e como elas são dentro do meio social. Para tanto, o método utilizado e procurado como meio de análise e crítica a esses padrões de opressão, que discorra sobre temas como o patriarcado, racismo, é falar sobre a interseccionalidade.

Desde o começo do século XXI, a interseccionalidade é estudada, praticada e utilizada, tanto nos meios acadêmicos, ou com políticas públicas, ativistas e militantes de causas sociais.

O conceito da interseccionalidade foi originado pela jurista estadunidense, Kimberlé Crenshaw, no ano de 1989, entretanto, a interseccionalidade já estava presente dentro de movimento, como o movimento feminino negro, considerando o surgimento entre os anos de 1980 e 1990. Crenshaw, como afirma Kyrillos (2020), nomeou a interseccionalidade e trouxe pesquisas, contribuições relacionados ao conceito. A autora apresenta diversas pesquisas em como a interseccionalidade passa de uma metáfora para ser entendida como uma categoria analítica.

Collins e Bilge (2020), pelas palavras de Kyrillos (2020), refletem que a interseccionalidade teve seu início pelos anos de 1960 e 1970, momento em que os Estados Unidos passavam por uma grande segregação racial, naquele momento o que seria anos depois nomeado como interseccionalidade ganhava sua elaboração. Por meio da segregação que ocorria, as mulheres negras entraram na luta por

direitos com movimentos como: Black Power, Chicano Liberation, Red Power, entre outros. As autoras Collins e Bilge (2020), concordam que foi por meio desses períodos e movimentos que começaram a surgir vocabulários, como o termo de *double jeopardy* que significa duplo risco, trazendo o contexto de raça e gênero no capitalismo, mostrando a ideia de interseccionalidade, os movimentos já viam mais de uma articulação de opressão para a realidade daquela época.

Collins e Bilge (2020, pag. 16 e 17), definem o conceito de interseccionalidade como:

A Interseccionalidade investiga como as elações interseccionais de poder influenciam as relações sociais em sociedades marcadas pela diversidade, (...). Como ferramenta analítica, a interseccionalidade considera que as categorias de raça, classe, gênero, orientação sexual, nacionalidade, capacidade, etnia e faixa etária (...) são inter-relacionadas e moldam-se mutuamente. A Interseccionalidade é uma forma de entender e explicar a complexidade do mundo, das pessoas e das experiências humanas.

Tendo em vista a definição dada pelas autoras, ao conceito difundido, é claro que a interseccionalidade entende que essas categorias – raça, gênero, classe e etc. – se mantêm juntas e por meio delas afetam todo o convívio social.

DISCURSO DE ÓDIO COMO FORMA DE VIOLÊNCIA NA INTERNET

Com os avanços das redes, e como discorre Buzetto (2021), o anonimato entrelaçado com a sensação de impunidade, fez com que os discursos de ódio espalhados pela rede fossem aumentados significativamente.

O ódio gerado dentro da internet é motivo de preocupação em várias instâncias públicas, principalmente de segurança. O advento e contribuições das mídias e redes sociais, como Instagram, Facebook, Twitter e Youtube, faz com que o ódio ganhe uma escala maior, uma vez que a internet é um espaço de comunicação mundial.

De acordo com Moura (2016), o termo discurso de ódio vem de origem inglesa e pode ser definido como palavras que são usadas para insultar, denegrir, intimidar ou assediar pessoas, isso em virtude da raça, cor, etnia, sexualidade, orientação sexual, religião e etc. Esse tipo de discurso pode incitar a violência, discriminação, preconceito contra grupos sociais com a intenção de menosprezar, desqualificar, marginalizar e inferiorizar. É o ato de odiar pessoas por serem diferentes da ideia de o que é certo ou errado, bonito ou feio, estranho ou normal. O discurso de ódio afronta o direito à igualdade e, conseqüentemente, fragiliza a efetividade dos princípios da não discriminação e da dignidade da pessoa humana. (NAPOLITANO; STROPPIA, 2017).

O discurso de ódio pode vir de duas maneiras, explica Martins (2019), como: insulto e instigação. O primeiro é sobre atacar a vítima e atacar todo o grupo social da vítima. O segundo é voltado para as pessoas que compartilham da ideia do discurso, os instigando a participar daquela violência. Tais discursos são escondidos sobre o pretexto de “opinião” e “crítica”, levando ao argumento de liberdade de expressão. O debate sobre o discurso de ódio nos leva a perceber qual o limite da nossa liberdade de expressão dentro das mídias e das redes, até que ponto a nossa liberdade está sobre o outro.

Napolitano e Stroppa (2017), pelas palavras de Jónatas Machado, conceitua a liberdade expressão em um sentido bem mais amplo como liberdade de comunicação e em sentido estrito, como opinião, informação, imprensa, direitos dos jornalistas, artística, científica, entre outros.

Utilizar da desculpa de que está apenas exercendo seu direito de liberdade de expressão é de praxe para se livrar de alguma culpa relacionado ao discurso de ódio. Tal exercício da liberdade de se expressar é utilizado ilicitamente a fim de constranger e oprimir essas minorias, o que acaba por violar a dignidade destas. Isso ocorre porque ainda existe a ideia que a internet é uma “terra sem leis”. (MIRANDA, 2021).

Em síntese, é perceptível a diferença entre os dois conceitos e temas, a liberdade de expressão é um direito nosso, assim como nossa dignidade, o discurso de ódio fere essa dignidade e fere também a dignidade do grupo social atacado.

MÉTODO

TIPO DE PESQUISA

Este estudo é realizado por meio de uma pesquisa exploratória, bibliográfica e documental, com a perspectiva de uma análise quanti-qualitativa.

Segundo Gil (2008), a pesquisa exploratória tem como principal finalidade desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e ideias, tais pesquisas são desenvolvidas com o objetivo de proporcionar visão geral, de tipo aproximativo, acerca de determinado fato.

A bibliográfica é desenvolvida a partir de materiais que já estão elaborados, como livros e artigos científicos. A documental com materiais que ainda não foram analisados de uma forma crítica e científica, fontes documentais proporcionam maior quantidade e qualidade de dados a serem analisados. (GIL, 2008)

Segundo Zanella (2011) análise qualitativa trabalha com os significados, motivos, atitudes, crenças e valores. Os objetivos dessa abordagem é analisar os fenômenos que ocorrem em tempo real, em determinado grupo, local e cultura. A pesquisa quantitativa se preocupa com a representação numérica, com a quantificação dos resultados. A pesquisa quantitativa é utilizada tanto para medir tanto opiniões, quanto atitudes e preferências como comportamentos.

COLETA DE DADOS

Os dados foram retirados de postagens públicas nas mídias digitais através de comentários, discursos de ódio e formas de ciberviolência em postagens nas redes sociais, blogs e sites de informação. Utilizando veículos como o Facebook, Twitter, TikTok, Kwai, Instagram e Youtube.

Para isso, foram utilizados os termos “sexualidade” OR “identidade de gênero” AND “violência” para um mapeamento temático, nas redes sociais acima descritas. Feita essa primeira investigação, as postagens escolhidas cujos conteúdos e comentários propiciem a investigação dos temas definidos nos objetivos deste trabalho, o saber: sexualidade, identidade de gênero e violência.

Os critérios de inclusão dos conteúdos ou comentários foram: frases acima de 5 palavras, que versaram sobre violência contra a identidade de gênero ou sexualidade. Foram excluídos os comentários com menos de 5 palavras,

propagandas e/ou emojis, e conteúdo que tragam apenas marcações ou conteúdo fora do objeto de estudo, como posicionamentos políticos descontextualizados.

A partir disso foram coletados 219 comentários das redes sociais, que atendem a todos os critérios acima descritos. Selecionados e organizados em uma tabela Excel para análise da pesquisa.

Os dados textuais foram padronizados para serem analisados com ajuda do software Iramuteq, no qual os resultados foram gerados em forma de gráficos, a exemplo do Dendrograma, a Análise Fatorial de Correspondência e Análise de Similitude.

ANÁLISE DE DADOS

Os comentários foram analisados por meio do programa Iramuteq. O IRAMUTEQ é um software desenvolvido sob a lógica do open source, licenciado por GNU GPL (v2). Ele ancora-se no ambiente estatístico do software R e na linguagem python. O mesmo viabiliza diferentes tipos de análises de dados textuais e organiza a distribuição do vocabulário de forma compreensível. (CAMARGO; JUSTO, 2013).

Pierre Ratinaud desenvolveu o software, no qual tem a função de analisar textos de modo estatístico, resultando em Dendogramas, Análise Fatorial de Correspondência, Análise de Similitude, entre outros.

O gráfico Dendrograma classifica de forma descendente, gerando classes com as palavras presentes no banco de dados. Toda classe, possui uma porcentagem e um certo número de palavras em que quanto maior a quantidade dessas palavras mais importância ela tem. O gráfico da Análise fatorial de correspondência vai ser gerado por meios das classes que foram obtidas do Dendrograma, as palavras através dessa análise são distribuídas de estratégica fatorial no formato de nuvem, levando ao próximo passo que é a Análise de Similitude, que distribui as palavras em conjuntos, que possuem palavras destacadas e interligadas uma a outra. (CAMARGO; JUSTO, 2013).

Extraíu-se do programa com base nos 219 comentários, 3 classes presentes no Dendrograma, no qual possuem valores em porcentagem representando a quantidade de variáveis em cada uma das colunas. Após isso foram elaboradas 3 tabelas, em que cada uma recebe um nome apropriado de acordo com as classes encontradas, salientando as palavras que aparecem em evidência, junto ao valor de score.

No segundo gráfico, a Análise de Fatorial de Correspondência, espalhou as 3 classes em formatação de nuvem, sendo capaz de ver a relação entre as mesmas.

No terceiro e último gráfico, sendo o de Análise de Similitude, é destacado as palavras que tem mais evidência e que estão interligadas umas às outras.

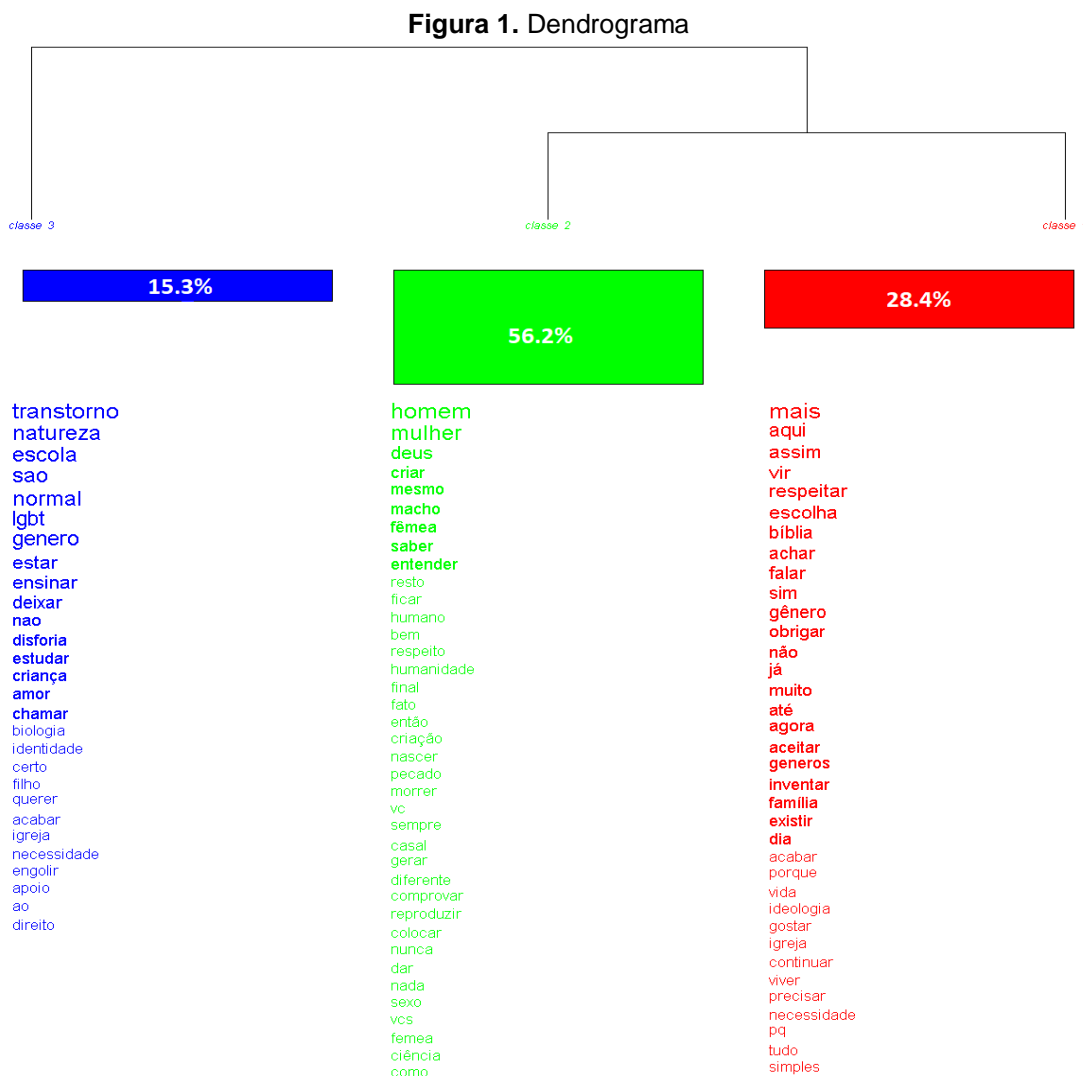
As três categorias extraídas foram analisadas por uma perspectiva Interseccional, onde se procura outras estruturas de violência para um determinado problema social, as classes obtidas são essas estruturas ligadas a interseccionalidade que a presente pesquisa busca analisar.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

O corpus analisado foi formado por 219 postagens e comentários e apresentou um total de 4111 ocorrências, com um total de 1185 palavras distintas. Após a análise lexical básica, o material foi submetido a uma Classificação Hierárquica Descendente (CHD), que desdobrou os 219 textos iniciais em 230

segmentos de texto, com uma frequência média de 18 formas por segmento. Para o Dendrograma foram considerados 176 segmentos (77%) do total inicial.

Sendo assim, foi possível analisar a existência de três classes. As partições podem ser vistas no cabeçalho da Figura 1, com os percentuais de texto explicados e as principais palavras de cada classe, como a seguir:



Fonte: Dendrograma gerado pelo software Iramuteq. Próprio Autor.

Na classe 1, nomeada Não-Aceitação (Quadro 1), mostrou 28.4% de palavras relacionadas nos comentários, como: mais, gênero, aqui, assim, vir, respeitar, escolha, bíblia, achar, falar, sim, obrigar, não, já, muito, até, agora, aceitar, gêneros, inventar, família, existir, entre outras. A seguir, pode ser observado dez segmentos de texto da classe 1, mais pertinentes, organizados a partir do valor do Qui-quadrado (χ^2).

Quadro 1. Segmentos de textos mais representativos na classe 1

X ²	Segmentos de texto
	Classe 1 – Não-Aceitação
83.22	Palhaçada ne agora até na igreja acha isso lá na bíblia e vem aqui falar pra mim pastores falsos vocês são os primeiros que vão pro inferno ensinando o povo tudo errado e desmentindo a bíblia diabos vocês são isso sim

80.18	olha não acho certo porque deus abomina se deus não gosta porque eu tenho q gostar eu não julgo mais não acho legal e não vem falar q deus é amor porque tá na bíblia deus é amor mais também é fogo consumidor
68.46	se até os animais se dividem assim naturalmente e sem precisar recorrer a uma construção social isto por outro lado não quer dizer que outra pessoa não possa se identificar com o outro gênero mas do ponto de vista científico é um atraso dizer que existem mais de dois sexos
61.47	é cada coisa que inventam pra falar que existem mais de 2 gêneros que chega a ser piada não gostou não ligo
60.38	Gênero é uma ideologia sendo assim não sou obrigado a aceitar até porque é uma ideia muito idiota
56.32	só existe 2 gênero agora se falamos isso as pessoas já vem com ato de violência não tem como mudar os 2 gêneros conversa pra boi dormir
54.89	eu não sou obrigada a aceitar p nenhuma agora eu tenho obrigação de respeitar o meu próximo independente da escolha que ele fizer a vida é dele
52.95	o mais interessante na ideologia de gênero é que o homem não nasce homem a mulher não nasce mulher mas o gay meus caros amigos esse sim nasce gay vão pra p que pariu seus canalhaaaaaasssss
51.99	na bíblia fala que so tem 2 generos na biologia tbm ai vem gente querer dizer que tem mais
45.14	pra mim o brasil é um dos países mais liberal do mundo lógico que existem discriminação em todo mundo existe mas dizer que o nosso país é o mais homofóbico do mundo é sacanagem em aqui as pessoas trans tem apoio do sus pra fazer a transição tudo grátis

Nota: X^2 = valor do Qui-quadrado. Fonte: Próprio Autor.

Na primeira classe observa-se uma declaração voltada para a não-aceitação dos indivíduos, em que acham que a orientação sexual e identidade de gênero não são compatíveis com o meio que vivem. Afirmções em que sugerem respeito e não aceitação pelo o que são.

Esses achados são coerentes com Jesus (2012) quando defende que desde o nascimento somos ensinados a nos “comportar” de acordo com nosso sexo, ao que isso foge da normalidade social se torna algo errado por parte dos indivíduos que fogem a norma dessa sociedade. Jesus (2012), afirma que a grande diferença que percebemos entre homens e mulheres é uma construção social, que ocorre desde o nascimento, quando meninos e meninas são ensinados a agir de acordo como são identificadas, a ter um papel de gênero “adequado” para o seu sexo desde o nascimento.

Quadro 2. Segmentos de textos mais representativos na classe 2

X^2	Segmentos de texto
	Classe 2 – Religiosidade
157.30	pelo simples fato q deus criou o homem e mulher macho e fêmea e não a o homossual então tudo que vai contra a criação que deus fez é errado e homem é homem e mulher é mulher homem com homem não é casal nem mulher com mulher eu só respeito
146.29	criam vergonha na cara deus criou o homem e a mulher o macho e a femea para procrear ou seja para gerar novas geracoes eu quero ver duas especie do mesmo sexo gerar descedente coloca um gay pra engravidar e pari
142.21	desde o início dos tempos no jardim do éden deus fez a distinção e criou o homem e a mulher animais machos e fêmeas e na arca de noé um macho e uma fêmea
139.52	deus criou o homem e a mulher é fato e ponto final as aberrações a humanidade criou
133.98	deus só criou o homem e a mulher o resto é obra de sataná e falta de deus

133.56	a única união que jesus ratificou foi homem e mulher porém desde o princípio da criação deus os fez macho e fêmea
133.16	quem impôs q o homem eh homem e a mulher tem q ser mulher heteros foi deus qnd criou adao e eva a partir dai eh so multiplicacao da humanidade
133.16	essas coisas virou uma verdadeira vergonha no mundo quando deus criou o ser humano ele fez homem e mulher
129.98	deus criou o homem para ser homem e mulher para ser mulher
127.08	gente deus quando fez o mundo ele fez um casal mais foi um homem e uma mulher n foi dois macho ou duas femea ta errado o certo e um casal um homem e uma mulher e se hoje existe casal

Nota: X^2 = valor do Qui-quadrado. **Fonte:** Próprio Autor.

A classe 2, nomeada de Religiosidade (Quadro 2), mostrou 56.2 %, de palavras achadas nos comentários, como por exemplo: homem, mulher, deus, criar, mesmo, macho, fêmea, saber, entender, resto, ficar, humano, bem, respeito, dentre outras.

Nesta classe fica claro que a religião é o ponto de partida para os comentários de cunho preconceituoso. O Brasil é um país fundamentado em uma doutrina religiosa que perdura até os dias atuais, com base de conhecimento na bíblia. Como afirmam Barbosa e Silva (2016), as igrejas cristãs são as principais instituições, que influenciam e que constroem os parâmetros na busca por definir “normalidades” para os seres humanos.

Ainda seguindo a linha de pensamento de Silva e Barbosa (2016), o cristianismo (religião com o maior número de adeptos) é uma enorme fonte de saber e formação para a identidade, ela é uma das responsáveis por passar os valores “corretos” e “errados” para seus adeptos. A homossexualidade, transexualidade, são ideias erradas dentro da sua doutrina, sendo tratadas como anormais, utilizando de uma premissa de que tal ação venha a irritar a Deus e ser um pecado cometido por aqueles que praticam o contrário que está na palavra.

Cunha e Mariano (2020), reafirmam que as violências sofridas pelas minorias advêm de um problema social em que suas raízes são fincadas em um discurso heteronormativo baseado no patriarcado, na religiosidade que valida tais concepções de que “Deus fez o homem e a mulher”, “homem é homem”.

Quadro 3. Segmentos de textos mais representativos na classe 3

X^2	Segmentos de texto
	Classe 3 – Biológica/Psicológica
81.38	a galaera lgbt quer que a gente engula o que eles fazem vcs nao sao normais a biologia e a biblia é o certo
76.33	isso tudo ja foi provado sao disturbios ou anomalias nos hormonios nao tem nada de normal nisso esta ideia foge dos padroes da natureza em todo o reino animal é assim macho e femea
67.34	tolice isso é um transtorno psiquiátrico cada indivíduo possui sua natureza biológica se sua mente nega a natureza da qual foi constituído ele está em transtorno
60.56	a unica explicação para a transsexualidade é um transtorno se chama disforia de genero
59.66	eu apoio ensinar nas escolas que isso é errado nas escolas cristãs n se ve essas coisa de identidade de genero
53.74	isso nao existe pessoas assim n sao normais
52.81	querem colocar essa identidade de genero nas escolas para doutrinar as crianças

50.58	esse povo dete ter transtorno de genero
48.56	se o meu filho tiver de estudar sexualidade na escola nao deixo
47.87	quero que os lgbt sejam extintos é contra a biologia e a natureza

Nota: X^2 = valor do Qui-quadrado. **Fonte:** Próprio Autor.

Na classe 3, nomeada de Biológica/Psicológica (Quadro 3), mostrou 15.3% de palavras relacionadas nos comentários, como: transtorno, natureza, escola, são, normal, lgbt, gênero, estar, ensinar, deixar, não, disforia, estudar, criança, amor, biologia, chamar, entre outras.

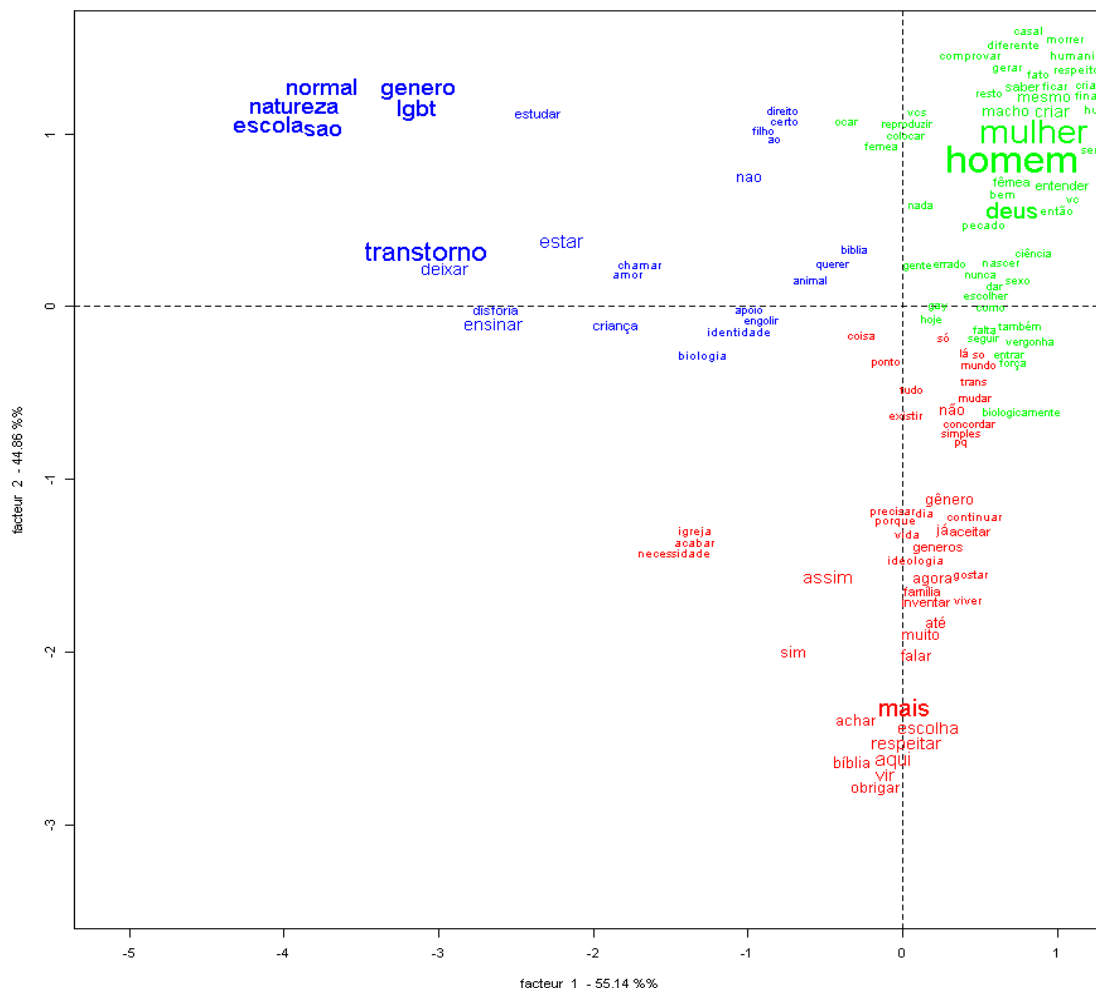
Muitos dos argumentos utilizados como forma de violência e discurso de ódio são voltados para a biologia e a psicologia.

A biologia é utilizada para afirmar que quando se nasce homem ou mulher será sempre aquele sexo que nasceu com o indivíduo, e também como uma questão de pessoas que se relacionam entre o mesmo sexo não podem gerar filhos. Segundo Leite e Meirelles (2021), ao falar de gênero, não se dispõe apenas na diferença entre “macho” ou “fêmea”, mas de masculino e feminino em diversas versões da masculinidades e feminilidades. Não devemos colocar o gênero apenas como uma definição biológica definida por XX e XY.

Alguns comentários utilizaram a vertente psicológica para reafirmar um argumento, de que a homossexualidade e transexualidade são transtornos mentais. Como afirma Tagliamento et al. (2020), tanto a homossexualidade quanto a transexualidade já foram consideradas um distúrbio mental pela Associação Americana de Psiquiatria (APA), após estudos que comprovam o contrário tais afirmação foram refutadas.

Na figura 2, foi gerada uma Análise Fatorial de Correspondência (AFC) baseada no corpus, onde é capaz de visualizar as 3 classes exibidas no Dendograma, e como as mesmas se relacionam entre si.

Figura 2. Análise Fatorial de Correspondência

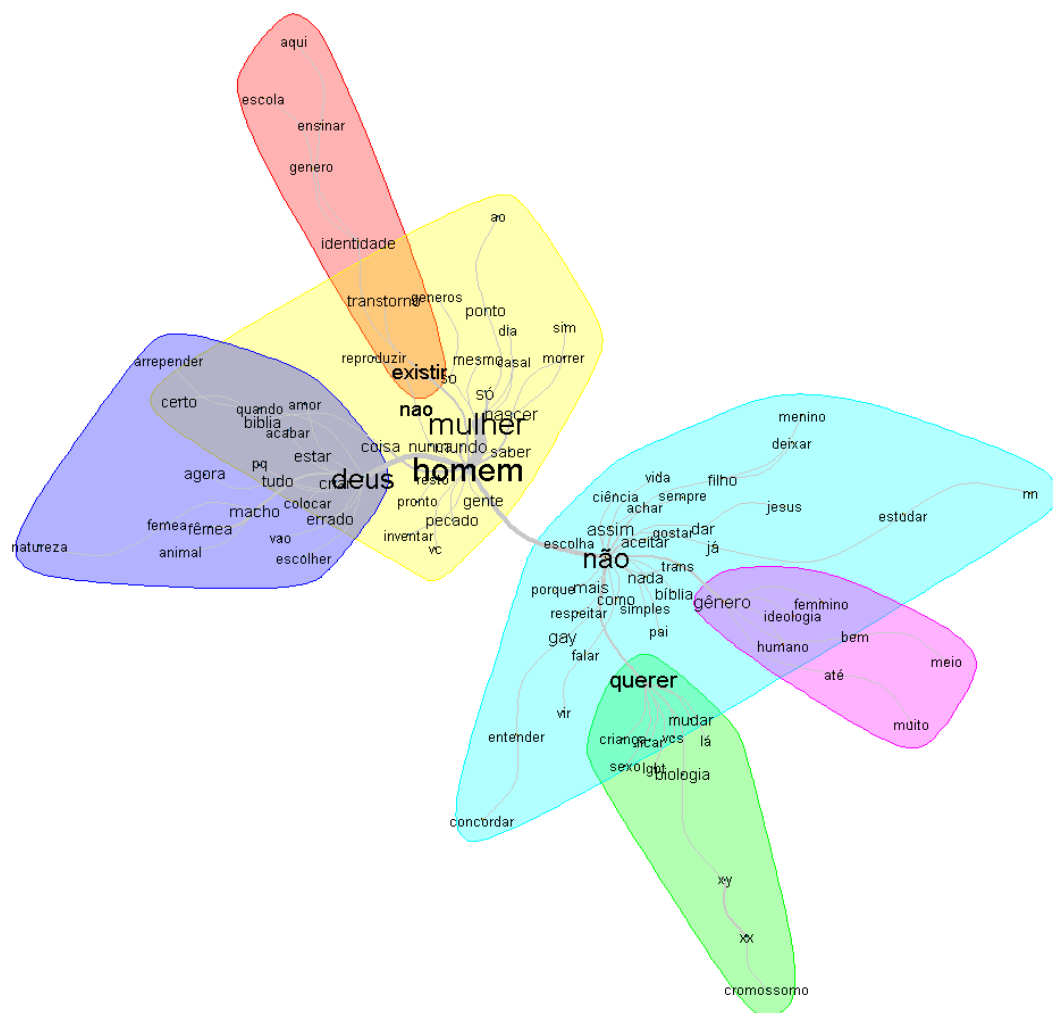


Fonte: Gráfico gerado pelo software Iramuteq. Próprio Auto

As classes, 2 em verde (Religiosidade) e 1 em vermelho (Não-Aceitação), estão mais próximas uma da outra. Isso mostra a concordância entre elas, ressaltando a questão da religião como um parâmetro de que uma fornece opinião para outra, assim demonstrada na maioria dos comentários. Ressaltando ainda mais que a religião, é umas das principais estruturas que corroboram para o discurso de ódio destilados pelas pessoas. A classe 3, biológica/Psicológica, não tem uma proximidade direta com as outras classes, deixando exposto que é uma estrutura que difere das outras duas em questão de conteúdo.

Na figura 3, apresenta-se uma Análise de Similaridade, com o objetivo de exibir as palavras que se interligam com base nos textos retirados dos comentários. Mostra-se que a palavra “homem” está como ponto focal se conectando com as palavras “mulher”, “deus”, “não”, “existir” e “querer”.

Figura 3. Análise de Similitude



Fonte: Gráfico gerado pelo software Iramuteq. Próprio autor

A palavra “homem” faz uma forte ligação com as palavras “deus” e “mulher” exibindo a conexão com a estrutura religiosidade fazem, ressaltando a questão heteronormativa e preceitos da doutrina.

A palavra “homem” faz conexão com o termo “nã”, “querer”, “gênero” e “existir”, que está relacionado a não-aceitação, a parte biológica e psicológica do indivíduo, ligando os fatores a sociedade que não aceita a sexualidade e identidade de gênero, trazendo explicações relacionadas a transtornos mentais, cromossomos, natureza e reprodução humana.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O referente artigo procurou analisar e identificar por meios digitais estruturas que alimentavam um sistema de violência dentro das redes, relacionadas aos temas da sexualidade e identidade de gênero.

Ao analisar os comentários expostos, carregados de um discurso preconceituoso e discriminatório, foi identificado 3 estruturas que alimentavam esse sistema. Tais estruturas foram olhadas por uma perspectiva Interseccional relacionada a violência contra a sexualidade e identidade de gênero.

Diante disso e dos dados analisados, fica exposto por meio deste artigo que as estruturas de Não-Aceitação, Religiosidade e Biológica/Psicológica são de cunho violento e utilizadas para oprimir e hostilizar a comunidade LGBTQIAP+. Sendo a religião um dos principais segmentos que é responsável pela grande parte influenciadora dos discursos extraídos.

Os resultados possibilitam uma reflexão sobre o quanto o ser humano ainda é necessário evoluir para coexistir em uma sociedade que deve aceitar e respeitar a individualidade e subjetividade de cada um.

Considera-se algumas limitações ao estudo, uma baixa base de pesquisas recentes sobre o determinado assunto, que versa sobre religião e aceitação das pessoas LGBTQIAP+.

Em conclusão, o estudo contribui para conhecimento público e científico sobre como a sexualidade e identidade de gênero ainda é vista e discutida nas mídias digitais, trazendo discussões e dados atualizados sobre o preconceito, discriminação e violência que a comunidade ainda recebe.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, E. O. **Música Independente Lgbtqia+ Brasileira: Estratégias De Comunicação Em Meio Digital**. 2021. Disponível em: <https://repositorio.ucs.br/xmlui/handle/11338/9422>. Acesso: 25, de maio, 2022;

ARAUJO, K. C. V. **SEXUALIDADE NA INTERNET: Análise de blogs sobre sexualidade e educação sexual**. 2014. Dissertação (Mestrado em Educação Escolar) - Faculdade de Ciências e Letras, UNESP, Campus Araraquara/SP, 2014.153p.
Disponível em: https://agendapos.fclar.unesp.br/agenda-pos/educacao_escolar/3249.pdf. Acesso: 25, de maio, 2022;

ARAUJO, E. V. F.; VILAÇA, M. L. C. Sociedade Conectada: Tecnologia, Cidadania e Inoiclusão. **Tecnologia, sociedade e educação na era digital** [livro eletrônico] / Márcio Luiz Corrêa Vilaça, Elaine Vasquez Ferreira de Araújo (organizadores), - Duque de Caxias, RJ: UNIGRANRIO, 2016. 300f.: il. eBook. ISBN: 978-85-88943-69-8.

BEARZOTI, P. Sexualidade: um conceito psicanalítico freudiano. **Arquivos de Neuro-Psiquiatria**, v. 52, n. 1, p. 113-117, 1994.

BENEVIDES, B. G.; NOGUEIRA, S. N. B. Dossiê dos assassinatos e da violência contra travestis e transexuais brasileiras em 2020 / Bruna G. Benevides, Sayonara Naidier Bonfim Nogueira (Org.). – São Paulo: **Expressão Popular, ANTRA, IBTE**, v. 80, 2020.

BRASILEIRO, H.; SILVA, F. V. Essa bichinha precisa morrer: registros discursivos da transfobia nas mídias digitais. Dalexon Sérgio da Silva; Glaucio Ramos Gomes (Organizadores) **Análises em (dis)curso: perspectivas, leituras, diálogos**. São Carlos: Pedro & João Editores, 2019. 442p. ISBN 978-85-7993-798-9 [Ebook]. Disponível em: <https://pedroejoaoeditores.com.br/wp-content/uploads/2019/03/dalexondiscorso.pdf>. Acesso: 25, de maio, 2022;

BUTLER, J. Regulações de gênero. Tradução: Cecília Holtemann. Revisão: Richard Miskolci. **Cadernos pagu**, p. 249-274, 2014. ISSN 0104-8333. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/0104-8333201400420249>. Acesso: 25, de maio, 2022;

BUZETTO, G. P. Discurso de Ódio nas Redes Sociais: Liberdade de Expressão ou Violação do Princípio da Dignidade da Pessoa Humana?. **Seminário Internacional Demandas Sociais e Políticas Públicas na Sociedade Contemporânea**, 2021.

CAMARGO, B. V.; JUSTO, A. M. IRAMUTEQ: um software gratuito para análise de dados textuais. **Temas em psicologia**, v. 21, n. 2, p. 513-518, 2013. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/tp/v21n2/v21n2a16.pdf>. Acesso: 25, de maio, 2022;

CAMARGO, S. A. P.; NETO, L. F. S. Sexualidade e gênero. **Revista da Faculdade de Ciências Médicas de Sorocaba**, v. 19, n. 4, p. 165-166, 2017. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/RFCMS/article/view/35351/pdf>. Acesso: 25, de maio, 2022;

COELHO, L.; DIAS, C. Sexo e Gênero. OAKLEY, A. **Sex, Gender and Society**. Nova York: Harper, 1972, p. 158-172. Vol.4, N.1, Jan - Abr. 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/feminismos/article/view/30206/17837>. Acesso: 25, de maio, 2022;

COLLINS, P. H; BILGE, S. **Interseccionalidade** [recurso eletrônico]. Tradução de Rane Souza. São Paulo: Boitempo, 2020. Disponível em: http://www.ser.puc-rio.br/2_COLLINS.pdf. Acesso: 25, de maio, 2022;

COSTA, E. R; OLIVEIRA, K. E; A Sexualidade Segundo a Teoria Psicanalítica Freudiana e o Papel dos Pais neste Processo. **Itinerarius Reflectionis**. vol. 2 n. 11, 2011. ISSN:1807-9342. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/rir/article/view/20332/19287>. Acesso: 25, de maio, 2022;

CUNHA, A. M.; MARIANO, M. R. C. P. “Jesus é travesti”: um olhar sobre a LGBTfobia em discurso polêmico no Instagram. **Revista Eletrônica de Estudos Integrados em Discurso e Argumentação**, Ilhéus, n. 20, v. 1, 2020. ISSN 2237-6984. DOI 10.17648/eidea-20-v1-2489. Disponível em: <https://periodicos.uesc.br/index.php/eidea/article/view/2489/1933>. Acesso: 25, de maio, 2022;

CUNHA, M. N. Construções imaginárias sobre a categoria “gênero” no contexto do conservadorismo político religioso no Brasil dos anos 2010. **Perspectiva Teológica**, v. 49, n. 2, p. 253-253, 2017. Disponível em: <https://www.faje.edu.br/periodicos/index.php/perspectiva/article/view/3752/3816>. Acesso: 25, de maio, 2022;

DAWSON, J. **Este livro é gay: E hétero, e bi, e trans..** WWF Martins Fontes, 2015. Disponível em: https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=f4MBCwAAQBAJ&oi=fnd&pg=PT31&dq=DAWSON,+J.+Este+livro+%C3%A9+gay:+E+h%C3%A9tero,+e+bi,+e+trans.+WWF+Martins+Fontes,+2015%3B&ots=o8qt_Plb&sig=GF7d1Glwxc3Vz4zTHGXwD3t5Hw0#v=onepage&q=DAWSON%2C%20J.%20Este%20livro%20%C3%A9%20gay%3A%20E%20h%C3%A9tero%2C%20e%20bi%2C%20e%20trans..%20WWF%20Martins%20Fontes%2C%202015%3B&f=false . Acesso: 25, de maio, 2022;

FIGUEIREDO, R.; SCHWACH, K.; WOLFE, B. M.; MCBRITTON, M.; MARQUEZINE, I. M. Mudança de Nome Social de Pessoas Transgêneras: identidade de gênero para além da biologia. **Bagoas - Estudos gays: gêneros e sexualidades**, [S. l.], v. 11, n. 17, 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/bagoas/article/view/11349>. Acesso em: 25, de maio, 2022;

FOUCAULT, M. História da sexualidade I: A vontade de saber Trad. **Maria Thereza da Costa Albuquerque e JA Guilhon Albuquerque**. Rio de Janeiro, Edições Graal, 1988. Do original em francês: Histoire de la sexualité I: la volonté de savoir. Disponível em: https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/1226/foucault_historiadalsexualidade.pdf. Acesso: 25, de maio, 2022

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social / Antonio Carlos Gil**. - 6. ed. - São Paulo: Atlas, 2008. ISBN 978-85-224-5142-5. Disponível em: <https://ayanrafael.files.wordpress.com/2011/08/gil-a-c-mc3a9todos-e-tc3a9cnicas-de-pesquisa-social.pdf>. Acesso: 25, de maio, 2022;

JESUS, J. G. Orientações sobre identidade de gênero: conceitos e termos. **Guia técnico sobre pessoas transexuais, travestis e demais transgêneros, para formadores de opinião**, v. 2, p. 42, 2012. Disponível em: <http://www.diversidadessexual.com.br/wp-content/uploads/2013/04/G%C3%8ANERO-CONCEITOS-E-TERMOS.pdf>. Acesso: 25, de maio, 2022;

KYRILLOS, G. M. Uma análise crítica sobre os antecedentes da interseccionalidade. **Revista Estudos Feministas**, v. 28, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/zbRMRDkHJtkTsRzPzWTH4Zj/?format=pdf&lang=pt>. Acesso: 25, de maio, 2022;

LEITE, V. S. M.; MEIRELLES, R. M. S. Perspectivas curriculares sobre a temática gênero e sexualidade no ensino de ciências e biologia: controvérsias no PCN e na BNCC?. **Revista Teias**, v. 22, p. 28-47, 2021. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistateias/article/view/61586/40227>. Acesso: 25, de maio, 2022;

MARTINS, A. C. L. Discurso de ódio em redes sociais e reconhecimento do outro: o caso M. **Revista Direito GV**, v. 15, 2019. ISSN 2317-6172. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rdgv/a/WPZBfgrv6Md957dSxz7Hh5h/?format=pdf&lang=pt>. Acesso: 25, de maio, 2022;

MENEGOTTO, C. A.; SANTOS, A. P. Movimentos Sociais, Gênero e Culturas Digitais. *In: X ENCONTRO REGIONAL SUDESTE DE HISTÓRIA ORAL. EDUCAÇÃO DAS SENSIBILIDADES: Violência, desafios contemporâneos*. 2013. Campinas – UNICAMP. ISBN 978-85-85562-40-3. Disponível em: https://www.sudeste2013.historiaoral.org.br/resources/anais/4/1372605535_ARQUIVO_MovimentosSociais,GeneroeCulturasDigitais.pdf. Acesso: 25, de maio, 2022;

MENSAL, CATÁLOGO. "**Sexualidade**." Cultura de Ponta. 2014. afroreggae.org. Disponível em: <http://www.afroreggae.org/wp-content/uploads/2014/05/cultura-de-ponta-sexualidade.pdf> Acesso: 25, de maio, 2022;

MENEZES, J. B.; LINS, A. P. C. Identidade de Gênero e Transexualidade no Direito Brasileiro. **Revista Brasileira de Direito Civil** | Belo Horizonte, v. 17, p. 17-41, jul./set. 2018. Disponível em: <https://rbdcivil.emnuvens.com.br/rbdc/article/view/269>. Acesso: 25, de maio, 2022;

MENUCCI, J.; NIELSSON, J.; REIS, P. (2020). Teoria Queer E Discurso De Ódio: Prenda Transgênera e a Análise de Comentários de Páginas Da Internet Linkadas Em Redes Sociais. **Revista Feminismos**, Vol.8, N.2, maio – agosto 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/feminismos/article/view/38256>. Acesso em: 26, de maio, 2022;

MIRANDA, E. F. A. **O discurso de ódio nas redes sociais: um limite para à liberdade de expressão**. Conteúdo Jurídico, Brasília - DF: 01, dez. 2021. Disponível em: <https://conteudojuridico.com.br/consulta/Artigos/54621/o-discurso-de-dio-nas-redes-sociais-um-limite-para-liberdade-de-expresso>. Acesso em: 25, de maio, 2022;

MOURA, M. A. **O Discurso Do Ódio Em Redes Sociais**. – 1, ed. Lura Editorial. – São Paulo, 2016. 176p. ISBN: 978-85-919931-0-9. Disponível em: [https://books.google.com.br/books?id=PH1rDQAAQBAJ&lpg=PT3&ots=2udSNixl-8&dq=MOURA%2C%20M.%20A.%20O%20discurso%20do%20C3%B3dio%20em%20redes%20sociais.%20Lura%20Editorial%20\(Lura%20Editora%20C3%A7%20C3%A3o%20Ei%20tr%20C3%B4nica%20LTDA-ME\)%202016%3B&lr&hl=pt-BR&pg=PT2#v=onepage&q=MOURA,%20M.%20A.%20O%20discurso%20do%20C3%B3dio%20em%20redes%20sociais.%20Lura%20Editorial%20\(Lura%20Editora%20C3%A7%20C3%A3o%20Ei%20tr%20C3%B4nica%20LTDA-ME\),%202016;&f=false](https://books.google.com.br/books?id=PH1rDQAAQBAJ&lpg=PT3&ots=2udSNixl-8&dq=MOURA%2C%20M.%20A.%20O%20discurso%20do%20C3%B3dio%20em%20redes%20sociais.%20Lura%20Editorial%20(Lura%20Editora%20C3%A7%20C3%A3o%20Ei%20tr%20C3%B4nica%20LTDA-ME)%202016%3B&lr&hl=pt-BR&pg=PT2#v=onepage&q=MOURA,%20M.%20A.%20O%20discurso%20do%20C3%B3dio%20em%20redes%20sociais.%20Lura%20Editorial%20(Lura%20Editora%20C3%A7%20C3%A3o%20Ei%20tr%20C3%B4nica%20LTDA-ME),%202016;&f=false). Acesso: 25, de maio, 2022;

NAPOLITANO, C. J.; STROPPIA, T. O Supremo Tribunal Federal e o discurso de ódio nas redes sociais: exercício de direito *versus* limites à liberdade de expressão. **Revista Brasileira de Políticas Públicas**. Vol. 7, nº3. Dez/2017. doi: 10.5102/rbpp.v7i3.4920. Disponível em: <https://www.cienciasaude.uniceub.br/RBPP/article/view/4920>. Acesso: 25, de maio, 2022;

RODRIGUES, B. Diversidade Sexual, Gênero e Inclusão Escolar. **Revista Brasileira de Educação Básica** | Vol. 2 | Número 6 | Nov. – Dez. 2017. Disponível em: <https://pensaraeducacao.com.br/rbeducacaobasica/wp-content/uploads/sites/5/2019/07/03-DIVERSIDADE-SEXUAL-G%C3%8ANERO-E-INCLUS%C3%83O-ESCOLAR.pdf>. Acesso: 25, de maio, 2022;

SILVA, A. R. P. Por uma Escola para Todos e Todas: Ensaio Sobre Gênero, Sexualidade e Diversidade Sexual em uma Perspectiva Inclusiva. **Revista Ensino de Ciências e Humanidades – Cidadania, Diversidade e Bem-Estar – RECH**, v. 3, n. 1, p. 325-344, 2019. ISSN 2594-8806325.

Disponível em: <https://www.periodicos.ufam.edu.br/index.php/rech/article/download/5814/4535/15721>. Acesso: 25, de maio, 2022;

SILVA, L.V.; BARBOSA, B. R. S. N. Sobrevivência no armário: dores do silêncio LGBT em uma sociedade de religiosidade heteronormativa. **Estudos de Religião**, v. 30, n. 3 • 129-154 • set.-dez. 2016 • ISSN Impresso: 0103-801X – Eletrônico: 2176-1078. Disponível em: <https://www.metodista.br/revistas/revistas-metodista/index.php/ER/article/view/6309/5485>. Acesso: 25, de maio, 2022;

SILVA, W. P. Discurso de ódio de caráter lgbtfóbico no facebook: um olhar pela linguística forense. *In: Anais do Simpósio Internacional de Ensino de Língua, Literatura e Interculturalidade (SIELLI) e Encontro de Letras*, v. 1, n. 1, p. 1-11, 2020. Disponível em: <https://www.anais.ueg.br/index.php/sielli/article/view/14274>. Acesso: 25, de maio, 2002.

STELLMANN, R. **A masculinidade na clínica**. Orientadora: Andréa Seixas Magalhães. 2007. 250 f.; 30 cm. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007. Disponível em: https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/9704/9704_1.PDF. Acesso: 25, de maio, 2022;

TAGLIAMENTO, G.; SILVA, S. S. C.; SILVA, D. B.; MARQUES, G. DE S.; HASSON, R., & SANTOS, G. E. Minha dor vem de você: uma análise das consequências da LGBTfobia na saúde mental de pessoas LGBTs. **Cadernos De Gênero E Diversidade**, v. 6, n. 3, p. 77-112, 2020. <https://doi.org/10.9771/cgd.v6i3.34558>. Acesso: 25, de maio, 2022.

VITALI, M. M. et al. “Homem é homem e mulher é mulher, o resto, sem-vergonhice”: representações sociais da transexualidade sobre comentários da internet. **Saúde e Sociedade**, v. 28, p. 243-254, 2019. Disponível em: <https://www.scielosp.org/pdf/sausoc/2019.v28n4/243-254/pt>. Acesso: 25, de maio, 2022;

ZANELLA, L. C. H. **Metodologia de pesquisa** / Liane Carly Hermes Zanella. – 2. ed. rev. atual. – Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração/UFSC, 2011. 134 p.: il. Disponível em: <https://www.atfcursosjuridicos.com.br/repositorio/material/3-leitura-extra-02.pdf>. Acesso: 25, de maio, 2022;

PSICANÁLISE E A EDUCAÇÃO SEXUAL INFANTIL NA FAMÍLIA E NA ESCOLA: Um Desafio Na Atualidade

Beatriz Emanuela da Silva Sousa¹
Aline Arruda Rodrigues Fonseca²

RESUMO

O presente trabalho abordou educação sexual infantil contendo enfoque nas contribuições da psicanálise para se compreender acerca da sexualidade infantil. Com tudo, o objetivo é compreender as dificuldades que a família e a escola possuem em falar sobre sexualidade para as crianças, podendo, desta forma, analisar os aspectos da educação sexual para crianças junto aos pais e escola. O trabalho é pautado no desenvolvimento de uma pesquisa de campo de cunho qualitativo descritiva através da plataforma Google Meet com 20 pais e 06 professores podendo desta forma compreender a importância do diálogo a respeito da temática na infância. O trabalho em questão tem o propósito de auxiliar um tripé entre família, escola e criança, estabelecendo controle das ideias para não transformar a educação sexual em uma erotização infantil. Os resultados obtidos desta pesquisa mostram uma escassez na temática, alguns pais acreditam que é um tema que deveria ser trabalhado em todo campo educacional, outros apenas no âmbito família, já nos relatos dos educadores demonstra que ainda consideram sexualidade o tabu ou assunto proibido a ser trabalhado em sala de aula, muito trouxeram que a própria escola barra esse assunto. A carência de educadores que quiseram contribuir com a pesquisa demonstra que educação sexual infantil ainda é comparada com erotização infantil.

Palavras-Chaves: Psicanálise; Sexualidade Infantil; Pais e Educadores.

ABSTRACT

The present work approached child sex education, focusing on the contributions of psychoanalysis to understand about child sexuality. With everything, the objective is to understand the difficulties that the family and the school have in talking about sexuality for the children, being able, in this way, to analyze the aspects of the sexual education for children with the parents and the school. The work is based on the development of a descriptive qualitative field research through the Google Meet platform with 20 parents and 06 teachers, thus being able to understand the importance of dialogue about the theme in childhood. The work in question has the purpose of helping a tripod between family, school and child, establishing control of ideas so as not to transform sex education into child eroticization. The results obtained from this research show a scarcity in the theme, some parents believe that it is a theme that should be worked on in every educational field, others only in the family scope, in the educators' reports it shows that they still consider sexuality the taboo or forbidden subject to be worked in the classroom, many brought up that the school itself bars this subject. The lack of educators who wanted to contribute to the research shows that child sex education is still compared to child sexualization.

¹ Graduanda do Curso de Psicologia, e-mail: emanuelybeatrizsousa@gmail.com.

² Profa. Orientadora Dra. em Psicologia. e-mail: prof1813@iesp.edu.br.

Key words: Psychoanalysis; Child Sexuality; Parents and Educators.

INTRODUÇÃO

A palavra “infância” gera representações bastante singulares no que se refere ao entendimento do que é ser criança. No consenso atual, pode ser designada como inocência e/ou ingenuidade, entre outros substantivos. Partindo dessa reflexão, para Müller (2007) historicamente, o que se entende como infância nos dias atuais percorreu inúmeras mudanças ao longo do processo de socialização, o que por sua vez desenvolveu preocupações nos meios acadêmicos e familiares.

É na infância que surge a curiosidade em observar o corpo, é nas relações familiares que desperta a diferença do masculino e feminino nas crianças, do corpo sexuado (PORTO, 2015), ou seja, é na fase infantil que a criança explora sua própria sexualidade por meio das brincadeiras, jogos e relações com outro e cabe a família e ao educador ter em mente que a sexualidade infantil está presente em tudo e para todos, por essa razão é inaceitável eliminar esse tema do convívio familiar/educacional. Ao se falar sobre sexualidade, é de suma importância entender que se trata de um processo essencial do ser humano, com isso, é importante compreender a temática em sua totalidade na área do conhecimento.

Para Feitosa e Callou (2011), a sexualidade ultrapassa o ato sexual propriamente dito, ela acompanha manifestações desde o nascimento até o envelhecimento dos indivíduos de formas diferentes em cada etapa do desenvolvimento, sendo marcada pela construção histórica e cultural, assim como, os afetos e sentimentos de forma singular. Segundo Silva (2007) a sexualidade está presente na atividade pelas relações do bebê com seus pais e as pessoas que lhe são mais próximas. Ou seja, as primeiras experiências sexuais são sentidas através do corpo e se transformam em aprendizagem para a criança que por sua vez sente e descobre significados do mundo ao qual está inserida por meio das sensações e o contato com outras pessoas.

A escola possui o objetivo de desenvolver cidadãos que possam contribuir para a visão do mundo de forma crítica, coerente e consistente sobre as questões da nossa sociedade. O educador, por sua vez tem o dever de tentar amenizar o tabu em torno da temática. Nos dias atuais, ainda podemos nos deparar com pensamentos no qual as crianças não possuam desejos, fantasias e prazeres. Conforme Suplicy (1990) uma criança que recebe orientação sexual e que possuem pais que traga essa pauta para o diálogo familiar tem a maior possibilidade de assimilar os conceitos a respeito da própria saúde e higiene. Isso quer dizer, que a educação sexual passada pelos pais não se trata apenas transmitir valores, mas de desenvolver respeito pelo outro. Por essas razões a escola torna-se um ambiente propício a abordar educação sexual, tendo em vista que ela caminha junto com a família, dialogando sobre o assunto, podendo gerar e receber esclarecimentos válidos, prestando dessa forma uma melhor educação sexual para as crianças.

De acordo com Ribeiro e Reis (2007) o papel da escola é de discutir preconceitos, crenças, sexualidade e tabus, sem ditar normas de certo ou errado, contribuindo para que o educador seja um dinamizador de ideias e não um expositor de matérias. Muitos educadores ainda hoje não estão preparados para debateres assuntos como sexualidade na infância e por essa razão acabam ignorando a curiosidade das crianças em torno do tema. À vista disso, os pais e a escola devem estar atentos para os questionamentos das crianças, as informações acerca do tema não podem ser antecipadas e muito menos negadas, deve ocorrer de forma natural,

sem que haja dúvidas ou que a criança entenda que está sendo engada, tanto a família quanto a escola deve ser pacientes em relação as descobertas das crianças (RIBEIRO; REIS, 2007).

Em concordância com Ribeiro e Reis (2007) quando a escola oferta um espaço para que os alunos possam esclarecer suas dúvidas e com isso continuem emitindo novos questionamentos, isto pode contribuir para o alívio da ansiedade, que por sua vez, interfere na aprendizagem dos conteúdos escolares. Por essas razões, se reconhece a criança como um ser que deve receber os cuidados da família e da sociedade em um ambiente de proteção, amor e compreensão, a família e a escola tem papéis fundamentais no crescimento físico e psicológico da criança.

Desse modo, ao observar uma lacuna persistente em abordar sexualidade na infância, surgiu a necessidade de falar sobre a temática. Se tem uma ideia errônea que sexualidade e sexo são semelhantes, a sexualidade encontra-se presente em todos os indivíduos e percorre todas as fases do desenvolvimento. “Sexualidade é autoidentidade, é a própria existencialidade” (FEITOSA; CALLOU, 2011).

Mesmo existindo pesquisas que demonstrem que a sexualidade é importante ser abordada no âmbito família e escolar, pode-se examinar uma certa resistência, que muitas vezes se transforma em omissão de ambas as partes, pais e educadores. O papel da escola não será tomar o lugar da família em relação a educação sexual, o esperado é que este assunto aconteça primeiro no seio familiar, por essa razão o trabalho da família e escola deve ocorrer em conjunto para possibilitar uma melhor aprendizagem. De acordo com Werebe (1998) a educação informal que é manifestada na família, é de grande importância no desenvolvimento da criança e na formação de valores. Para esse autor os pais são os primeiros educadores da sexualidade de seus filhos.

O foco desta pesquisa é possibilitar o diálogo sobre sexualidade na educação infantil, tendo em vista que falar sobre sexualidade ainda nos dias atuais gera um grande desconforto dentro da escola e da família, levando em consideração que esse tema por muito tempo era tido como inapropriado, vulgar e imoral. O que por sua vez gerou grande defasagem no conhecimento dos indivíduos acerca do próprio corpo e sua sexualidade. A temática foi pensada devido a necessidade de medrar a comunicação acerca da sexualidade infantil na educação e como esse assunto pode ser desenvolvido dentro da escola e da família.

De acordo com Freud (1989) a sexualidade é uma condição essencial do ser humano, ele foi o primeiro teórico a trazer para sociedade este tema, o que por sua vez, gerou questionamentos significativos, de acordo com o que se entendia na época a criança não possuía sexualidade, só daria início a partir da puberdade quando ocorreria atração de um sexo sobre o outro e que levaria a união sexual.

É de suma importância estudar educação sexual na escola atentando o vasto acesso das crianças aos meios midiáticos em nossa atualidade, o que acaba gerando muitas vezes influências prejudiciais. Por essas razões, se torna necessário confrontar ostabus impostos com os preconceitos enraizados que ainda estão presente na nossa sociedade, logo, torna-se fundamental proporcionar práticas educativas, onde pais e educadores consigam auxiliar as dúvidas e curiosidades dos pequenos de maneira flexível e lúdica, acolhendo suas subjetividades.

Ao propor educação sexual na escola e na família, torna-se uma problemática no que se refere as especialidades da temática e a possível fragilidade do sistema educacional na atualidade. Por essas razões, o problema desta pesquisa corresponde responder: será que a escola proporciona um lugar de fala para

conversar sobre educação sexual, e qual seria o papel da família no que se refere a educação sexual das crianças?

Devido a essas indagações surgiu a necessidade de pesquisar pais e educadores, e compreender se eles negligenciam a relação do desenvolvimento da sexualidade da criança e suas manifestações, tal negligência pode ser compreendida devido a criação e/ou falta de informação.

Diante deste panorama, o presente trabalho discutiu sobre as dificuldades que família e escola encontram em abordar sexualidade para crianças. O objetivo geral do presente trabalho tem como subsidio compreender as dificuldades que a família e a escola possuem em falar sobre sexualidade para as crianças, dessa forma poder estudar sob a ótica da psicanálise os aspectos da sexualidade infantil, analisando os aspectos da educação sexual junto a família e a escola, podendo dessa maneira examinar como pais e educadores compreendem a educação sexual infantil. Por essas razões torna-se necessário discorrer a importância em manter um diálogo apropriado com as crianças, tanto no ambiente familiar quanto o escolar, evidenciando a necessidade que educadores tem em se atualizarem e promoverem um ambiente inovador e criativo com momentos de ludicidade para que as crianças consigam expressar suas emoções e sentimentos sem serem reprimidas.

FUNDAMENTAÇÃO TEORICA

Este capítulo tem como objetivo apresentar as subseções que correspondem aos temas apropriados a pesquisa de campo deste projeto, com a finalidade de referendar a fundamentação teórica a pesquisa realizada. Busca ponderar questões da história social da criança ao longo dos séculos e como este fato percorreu inúmeras mudanças, assim como, a sexualidade infantil na visão da teoria psicanalítica, sexualidade na educação infantil e o papel de pais e educadores em lidar com este assunto dentro de casa e sala de aula. Para tal, torna-se importante discorrer brevemente sobre cada etapa do desenvolvimento psicossocial, assim como analisar as principais características e peculiaridade da infância.

HISTÓRIA SOCIAL DA CRIANÇA

Para se ter uma maior compreensão sobre a sexualidade da criança na sociedade contemporânea, antes de tudo carece conhecer a história da infância no mundo ocidental, tendo em vista que não se entendia a concepção de infância como hoje, significa dizer que não se via a criança como um ser singular que possui particularidades que a torna diferente do adulto. De acordo com os estudos de Philippe Ariés (1981 apud COSTA, 2007) expõem uma transformação significativa no sentimento da infância e da família ao decorrer dos séculos.

Na Idade Média se via a criança como um pequeno adulto, sem algo que pudessem as diferenciarem dos mesmos, sendo desconsideradas como alguém que merecessem cuidados especiais, isso não significava que elas fossem desprezadas, porém não se tinha consciência da importância de cuidados intelectuais, comportamentais e até mesmo emocionais, que por ventura passaram a ser considerados dependentes às crianças nos séculos seguintes. De acordo com Frabboni (1998, apud GOMES, 2015) durante esse período em que a criança era ignorada, não se compreendia qual era o lugar da mesma dentro da sociedade, elas não possuíam lugar nem vez e muitas destas crianças eram atrocidades cometidas

contra a infância neste período. O ambiente na qual a criança estava inserida era restrito ao mundo adulto, ou seja, era negado o direito da criança.

Assim, na Idade Média a aprendizagem e a socialização da criança vinha por meio de toda a comunidade a qual ela estivesse inserida. De acordo com Felipe e Guizzo (2003) as características e necessidades da infância passaram a ser reconhecidas a partir do século XVIII, onde consolidou a ideia de que a criança era um sujeito com direitos, merecedora de respeito e dignidade que por sua vez, deveriam ser preservados sua integridade física e emocional.

Diante do panorama histórico observa que no século XVI não existia pudor ao se falar sobre assuntos sexuais na presença de crianças, pois nesta época a criança era tida como um mini adulto. O sentimento de infância não existia nesta época, o que predominava era a “paparicação” segundo Áries (1981) esse sentimento era superficial, ou seja, era reservado apenas para crianças em seus primeiros anos de vida enquanto era um bebê engraçadinho, se a criança morresse logo era substituída por outra. Essa no conceito da infância se deu ao fato de que a criança era vista como adultos imperfeitos, segundo Heywood (2004) só nos anos seguintes que surgiu o sentimento que as crianças eram especiais e dignas de serem estudadas, ou seja, a sociedade começou a ter um novo olhar em relação a criança.

Na Renascença, a criança começou a ser reconhecida com particularidades passando a se tornar o centro do grupo familiar, passou a ser modificada a compreensões em torno da infância e gradativamente a criança passou a ser compreendida como inocente que necessitava de cuidados especiais. Desta forma, de acordo com Costa (2007) no decorrer dos séculos XVII e XVIII fortalece a ideia de inocência na infância que necessitava ser cuidada, assim a educação passou a ser uma preocupação das famílias, da sociedade e dos educadores.

É importante salientar que atualmente houve uma ressignificação no sentimento de infância que passou a compreender a criança como um ser subjetivo que necessita de cuidados e proteção nos aspectos físicos, emocionais e cognitivos, convém evidenciar que “compreender, conhecer e reconhecer o jeito particular das crianças serem e estarem no mundo é o grande desafio da educação infantil e de seus profissionais” (BRASIL, 1998, p.22). A partir do reconhecimento de que a infância é uma fase bastante peculiar do ser humano, começaram a ser criadas políticas públicas e programas que visassem a promoção e o bem estar da criança. Alguns desses serviços são; o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (BRASIL, 1998), afirma que as “crianças possuem natureza bastante singular, que as caracterizam como seres que sentem e pensam o mundo de um jeito próprio”. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9394, destaca a importância da educação infantil, em seu II título do Art. 2º mostra que “a educação é dever da família e do estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”. O Plano Nacional de Educação - PNE (BRASIL, 2014) estabeleceu metas de melhorias da qualidade de educação infantil, já o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA, 1991), ele reconhece tais direitos como prioridade absoluta.

De acordo com o Art. 11 “É assegurado acesso integral às linhas de cuidado voltadas à saúde da criança e do adolescente, por intermédio do Sistema Único de Saúde, observado o princípio da equidade no acesso a ações e serviços para promoção, proteção e recuperação da saúde”. Ou seja, todas essas políticas visam promover a ideia de que crianças e adolescentes possuem singularidades no seu desenvolvimento que as diferem do adulto, por estarem em fase de formação

necessitam de proteção e cuidados por parte da família, da sociedade e do Estado, a criança por sua vez, passou a ser tratada como indivíduo que possui direitos (ECA, 1991).

De acordo com Rousseau (1995 apud COSTA, 2007) a criança nasce inocente, possuem formas de pensar e sentir próprias de sua idade, ele partia do pensamento que a criança poderia ser educada e não apenas instruída, tendo em vista a natureza humana é maleável e pode ser mudada. Este pensamento foi bem aceito pelos pedagogos da Europa, o que ajudou para mudar a visão que a sociedade ainda tinha a respeito da criança. De acordo com Costa (2007) com o passar dos séculos, a criança passou a ser reconhecida em sua totalidade assumindo desta forma um papel central no seio familiar. Pode-se dizer que surgiu um melhor entendimento da infância e começou a haver preocupações como educação, higiene e saúde física.

Diante deste panorama histórico pode ser destacado que durante muito tempo houve um total desconhecimento da criança, o que percorreu por muitos séculos era que a criança era um ser assexuado, que não possuía desejos ou fantasias próprias, tal ideia veio a ser modificada com as teorias de Freud que por sua vez converteu todo conhecimento adquirido da infância. Rousseau (1995) enxergava que cada fase do desenvolvimento da criança possuiria possibilidades diferentes e decorrente disto exigia tratamento diferente. Segundo Cerizara (1990 apud SCHMIDT, 1997, p 41) “[...] ela existe para que a criança possa se educar e não deve ser encarada com desdém; trata-se de um período necessário à formação do homem. A criança não é um adulto inacabado, nem uma folha em branco. Ela possui valor nela mesma”.

SEXUALIDADE INFANTIL SEGUNDO A TEORIA PSICANÁLÍTICA

De acordo com Meira (2013) o termo sexualidade é bastante amplo, pois envolve fatores da personalidade, comportamento e do sentimento humano, podendo ser dinâmico e mutável. A sexualidade é uma proporção humana de extrema importância. Freud desenvolveu a teoria da sexualidade infantil, partindo de tratamentos clínicos em seu consultório, observando transtornos psicológicos apresentados em pacientes adultos, onde buscava tratar distúrbios de histeria. Pode-se observar que a criança não foi seu ponto de partida, visto que buscava solucionar os problemas emocionais de seus pacientes.

A teoria sobre sexualidade infantil veio a ser desenvolvida através de tratamentos clínicos. Freud (2006) passou a observar transtornos psicológicos buscando tratar os distúrbios de histeria de seus pacientes já adultos. Ou seja, a criança não foi seu principal objetivo de estudo, ele acreditava que os sintomas que seus pacientes tinham poderiam estar ligados a possíveis repressões ou censura de desejos que por sua vez advindas da infância. Segundo Freud (2006) a sexualidade nos acompanha desde o nosso nascimento até a morte. Esse marco não foi bem aceito pela sociedade da época, que possuía uma ideia que não existia sexualidade na infância. Ele explica em seu trabalho que o sujeito desde seu nascimento é dotado de afeto, desejos e conflitos.

Pode ser observado que mesmo nos dias atuais existe uma certa resistência de forma consciente ou inconscientemente em lidar com a questão de que desde o nascimento o indivíduo é um ser sexuado. Na edição de obras incompletas de Freud “Amor, sexualidade, feminilidade”, de 2018, afirma-se que o recém-nascido já possui sexualidade desde o momento que vem ao mundo. “Na verdade, ao vir ao mundo, o recém-nascido traz sexualidade consigo; certas sensações sexuais acompanham o

seu desenvolvimento durante o aleitamento e a infância, e de apenas poucas crianças podem passar despercebidas certas atividades e sensações sexuais antes de sua puberdade” (MORAES, 2018, p. 83).

De acordo com Altman e Maaloul (2009) se compreendia o termo sexual como uma expressão vital, o que Freud chama de libido, onde se está ligado ao prazer ou desprazer, ao vínculo, ao desejo, assim como a formação do psiquismo. Quer dizer, que a realização de um desejo será gerando o prazer, esse prazer pode estar relacionado tanto a sessão de saciedade de deglutir um alimento ou até mesmo pela descoberta de zonas erógenas que por sua vez ativam a libido.

Assim sendo, as crianças não estão exclusas destes impulsos, desde os primeiros anos de vida os bebês já manifestam instintos sexuais e a partir desta etapa da vida, podem ocorrer atos que reprimidos ou até mesmo arquivados de forma inconsciente apareçam ao longo do desenvolvimento do ser humano aparentemente sem conexão. Freud fez grandes contribuições para o desenvolvimento infantil de acordo com Nunes e Silva (2000), ele abordou saberes necessários para compreender a complexidade da formação sexual da criança. Desse modo, Freud (2006) estabeleceu cinco fases do desenvolvimento que seriam vivenciadas de forma universal, em cada estágio uma área específica do corpo é denominada por zona erógena, as classificando em cinco fases do desenvolvimento psicossocial:

Fase Oral

É a fase na qual a boca é a fonte de prazer da criança, ela ocorre entre 0 até os 2 anos de idade. A criança encontra satisfação em torno de todas as atividades orais, como morder, sugar, sorrir. O amamentar provoca prazer na criança, gerando o sentimento de

gratificação, Freud (2006) em sua obra Três Ensaios sobre a Sexualidade diz que a “satisfação deve ter-se associado com a necessidade de alimento. A atividade sexual apoia-se primeiramente numa das funções que servem à preservação da vida”.

Fase Anal

Esta fase predomina a autodescoberta corporal da criança, tendo em vista que ela começa a controlar a micção e a evacuação onde descobre uma nova fonte de prazer. Nesse período a criança recebe elogios dos pais por cumprir as exigências da higiene. De acordo com Freud (2006) essa fase marca o comportamento sexual da criança conforme as experiências sejam vivenciadas.

Fase Fálica

Essa fase ocorre aproximadamente dos 3 aos 6 anos de idade, neste período ocorre a descoberta pelos meninos e meninas dos seus órgãos sexuais. Ou seja, acontece reconhecimento da diferença genital e onde a criança começa a manipular suas genitálias, percebendo que tal ato pode gerar prazer.

Fase Latência

A latência é marcada como o período que a criança transfere sua energia para o fortalecimento do ego e o desenvolvimento do superego. A criança passa por transformações, e possui novos referenciais de identidade, o que irá contribuir para saber diferenciar os papéis sociais e sexuais,

Fase Genital

Essa fase se dá no início da puberdade, provocando mudanças no objeto de desejo que por sua vez não estará mais voltada para o próprio corpo, mas sim, para

o corpo do outro. É nesta fase que ocorre a maturidade psíquica e a maturação sexual que promove mudanças tanto para as meninas quanto para os meninos.

Por fim, de acordo com a teoria freudiana, a sexualidade é tudo aquilo que proporciona prazer, que encontra-se presente na atividade do ser humano. Com isso, é importante salientar que torna-se necessário pensar em uma educação adequada que contemple o desenvolvimento humano de forma clara, sem culpas e sem preconceitos.

EDUCAÇÃO SEXUAL INFANTIL

A sexualidade está presente em todas as faixas etárias, se manifestando em momentos individuais, coletivos, através de brincadeiras e jogos. A sexualidade encontra-se presente em todos os lugares, inclusive na escola. De acordo com Ribeiro (1990) a educação sexual é dada de forma ambígua na família, escola, amigos, bairro,

jornais, revistas. A educação sexual tange aos processos culturais que direcionam os sujeitos a atitudes e comportamentos entrelaçado às manifestações da sua sexualidade.

De acordo com Morais e Utzig (2013) a educação sexual tem como responsáveis os pais, amigos, revistas e todos os veículos da cultura que abordam valores e informações, ocorrendo de maneira formal ou informal. A educação sexual irá transcorrer por toda vida do indivíduo, tendo em vista que o aprender está no cotidiano onde passa-se a acumular informais sexuais. Seguindo o mesmo pensamento de Moraise Utzig (2013) a orientação sexual, fala-se de um processo formal, planejado e sistematizado, onde a discussão ocorre em ambientes específicos como sala de aula.

Segundo Vygotsky (1999) é através das brincadeiras e interações que constituem desafios que fogem do dia-a-dia, explorando os limites reais de atuação no mundo. Assim, o indivíduo passa a esforça-se para começar a apreender a realidade que o cerca. Conforme Silva (2007) é por meio da curiosidade sexual e o desejo que compreende de onde e como viemos ao mundo levando a entender como funcionam o mundo a sua volta, começa-se a conhecer e estabelecer relações afetivas. A escola e a família precisam oferecer um ambiente sadio e estimulador para as crianças, as desafiando a aprender de forma segura o mundo ao qual ela está inserida por interação lúdica, tendo em vista que a curiosidade é responsável pela aprendizagem.

Pode-se dizer que é através da interação e das brincadeiras que as crianças começam a descobrir seu próprio corpo e sua sexualidade, as informações chegam por meio de livros, amigos, escola e atualmente pela mídia e a forma como essas informações são compreendidos é que irá resultar em ideias errôneos e fantasiosos sobre a sexualidade.

Segundo Silva (2012) o trabalho com crianças na educação infantil não irá se limitar apenas ao conhecimento de letras, de atividades escritas, mas irá promover momentos lúdicos de aprendizagem onde possibilite que a criança se expresse de todas as maneiras. A educação infantil deve contar com brincadeiras como um fato indispensável para aprendizagem, Angotti (2006, apud SILVA, 2012, p. 21) “é necessário que ela se esparrame, que nade em um chão sem água, que sinta a necessidade de movimentar seu corpo de maneira diferente, que descubra que engatinhando poderá ir mais longe buscar o que quer.”

A PCN's (BRASIL, 1997) ressalta que a sexualidade não está apenas em portas de banheiros, muros e parede que se inscreve sobre a mesma no espaço escolar, ela invade a escola por meio das atitudes dos alunos dentro da sala de aula.

A sexualidade tem grande importância no desenvolvimento e na vida psíquica das pessoas, pois independentemente da potencialidade reprodutiva, relaciona-se com a busca do prazer, necessidade fundamental dos seres humanos. Nesse sentido, a sexualidade é entendida como algo inerente, que se manifesta desde o momento do nascimento até a morte, de formas diferentes a cada etapa do desenvolvimento. Além disso, sendo a sexualidade construída ao longo da vida, encontra-se necessariamente marcada pela história, cultura, ciência, assim como pelos afetos e sentimentos, expressando-se então com singularidade em cada sujeito (BRASIL, 1997, p. 81).

É importante que a educação sexual inicie quando a criança está em fase de desenvolvimento, principalmente em período escolar onde elas estão em contato com outras crianças, livros. O trabalho de educar deve acontecer no cotidiano, através de brincadeiras, conversas apropriadas para cada faixa etária, quando a criança esboça curiosidades e atitudes sobre a temática. Reconhecer a importância da sexualidade no âmbito escolar e familiar é compreender o desenvolvimento global da infância como prioridade.

PAPEL DOS PAIS E DA ESCOLA

A sexualidade é primeiramente abordada no espaço privado, pelas relações familiares. Assim, de forma explícita ou implícita, são transmitidos os valores que cada família adota como seus e espera que as crianças assumam (BRASIL, 1997). Os pais devem ser os primeiros educadores sobre sexualidade da criança essa educação em alguns casos ocorrem de forma inconsciente sem compreenderem o impacto de suas falas e atitudes. Conforme Werebe (1998) os pais nem sempre oferecem informações a respeito da sexualidade a seus filhos, seja porque não possuem conhecimentos ou por se sentirem constrangidos para abordar esse assunto.

Pode-se observar que ao abordar educação sexual para crianças há uma resistência vinda dos adultos que inconsciente ou consciente acabam reprimindo de forma rigorosa todas as manifestações e curiosidades das crianças. De acordo com Moraes (2018, p. 60) “Pode acontecer de os pais, em relação a esse interesse da criança, serem como que abatidos por uma cegueira, ou imediatamente se esforçarem por abafá-lo, quando não for possível ignorá-lo, se observações como as que serão relatadas não ocorrerem com maior frequência.”

O conceito de sexualidade se dá devido ao que recebemos de nossa família, o que ouvimos, vemos e sentimos irá desencadear no processo de formação que cada indivíduo carrega diante de dúvidas, questionamentos, repreensão e orientação. Assim, cabe a família educar sobre sexualidade e a escola orientar. A orientação sexual é oferecida nas escolas com o intuito de abordar assuntos trabalhados no ambiente familiar, pelos meios de comunicação e pela sociedade. “A escola, ao propiciar informações atualizadas do ponto de vista científico e explicitar os diversos valores associados à sexualidade e aos comportamentos sexuais existentes na sociedade, possibilita ao aluno desenvolver atitudes coerentes com os valores que ele próprio elegeu como seus” (BRASIL, 1997).

Conforme Feitosa (2011) a realização da discussão sobre sexualidade no ambiente escola gera resultados no rendimento escolar, devido ao alívio de tensões e preocupações sobre a mesma, assim como o respeito entre os alunos. Partindo deste pensamento, o educador que trabalha com educação infantil precisa estar preparado para falar sobre sexualidade, ao se abordar este tema abrisse um leque de discussões sobre dúvidas que muitas vezes podem estar associadas com questões que os próprios educadores e pais carreguem desde a infância.

Conforme a obra Amor, Sexualidade, Feminilidade, não há motivos para “esconder” questões ligadas a sexualidade das crianças, “A criança entra em contato com outras crianças, às suas mãos chegam livros que levam à reflexão; o próprio ato de fazer segredo dos pais quanto ao que, no entanto, já foi entendido aumenta o anseio de saber mais. Esse anseio, satisfeito apenas em parte, de maneira furtiva, aborrece o coração e estraga a fantasia (MORAES, 2018, p.83)”.

Conforme Aquino (1997) as manifestações da sexualidade infantil ocorrem através de carícias no próprio corpo e curiosidade pelo corpo do outro, nas brincadeiras, músicas de duplo sentido, nas perguntas. A curiosidade em torno da sexualidade ocorre de maneira diferente para cada indivíduo, com isso pode-se dizer que existem fatores de ordens distintas na aprendizagem e descobertas da temática. Segundo Feitosa (2011) no trabalho em educação sexual deve-se estar atento aos preconceitos, tabus, crenças e valores que se dão de forma singular para cada um. O diálogo sobre sexualidade ocorre como uma reflexão e possibilidade de poder construir informações se embasando no respeito sobre si e sobre o outro.

Dessa maneira, a importância de falar sobre sexualidade na infância é necessário devido a variedade de sentimentos e sensações que experimentado pelas crianças, por

isso o diálogo dentro da família e escola é imprescindível, tendo em vista que o esclarecimento dessas dúvidas auxiliam na seriedade da temática e contribuem nas relações da criança com o seu meio e seu próprio corpo.

MÉTODO

TIPO DE PESQUISA

O presente trabalho teve a finalidade de desenvolver um estudo que analisasse o diálogo entre criança, família e escola a respeito da educação sexual infantil. Com isso, este estudo apresentou a abordagem qualitativa que se preocupa com o nível de realidade que não pode ser quantificado, ou seja, ela trabalha com o universo de significados, motivação, aspirações, crenças, valores e atitudes (MINAYO, 2014).

O método da pesquisa é a descritiva, conforme Gil (2017) a pesquisa descritiva tem o objetivo de características de determinada população ou fenômeno, podendo ser elaboradas com a finalidade de identificar possíveis relações entre variáveis. Tratando-se de uma pesquisa de cunho de campo, conforme Gonsalves (2001) a pesquisa de campo pretende buscar a informação diretamente com a população pesquisada.

UNIVERSO, POPULAÇÃO E AMOSTRA

Para o levantamento de dados foi realizado uma pesquisa de campo com pais e professores da educação infantil. A técnica de escolha da amostra é a não

probabilística por conveniência, onde foi realizado estudos com 20 pais e 06 professores da educação infantil da rede pública e privada. Os critérios de inclusão foram: serem pais ou educadores de crianças de 7 anos até 12 anos, de ambos os sexos, trabalharem em instituição de ensino de educação infantil (educadores), já os critérios de exclusão concentram-se em serem menores de idade, não pertencerem a nenhuma instituição de ensino (educadores).

INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS

O instrumento utilizado para coleta de dados, consiste em dois formulários semi- estruturados, o primeiro formulário é para os pais e o segundo para os educadores, sendo elaborados pela pesquisadora com o porte teórica realizado nesta pesquisa. A entrevista ocorre através da plataforma do Google Forms, o intuito é compreender se pais e educadores estabelecem diálogo com as crianças sobre a temática estudada e obter resultados através das percepções dos mesmos.

As perguntas referentes aos formulários possuem o objetivo na educação sexual infantil, analisando desta forma os aspectos da educação sexual para crianças junto aos pais e a escola, assim como, propor orientação para pais e educadores sobre educação sexual.

ANÁLISE DOS DADOS

Ao se tratar de uma pesquisa qualitativa, se objetiva compreender o significado, conhecimento e interpretação dos indivíduos em determinadas situações. Tendo em vista, deliberou o método de análise de conteúdo com embasamento na teoria das representações sociais. Conforme Bardin (2016) a análise de conteúdo é um conjunto de técnicas de análise das comunicações. Seu conceito parte de algumas etapas para a consecução da análise, sendo divididas em pré-análise, exploração do material e tratamento dos resultados, inferência e interpretação (BARDIN, 2006).

No que se refere a esta pesquisa, os sujeitos do estudo foram os pais e educadores com o objetivo na educação sexual infantil. As crianças constroem suas próprias relações com o outro de forma coletiva a respeito da sexualidade por meio de diversas influências, uma dessas influências é a escola.

A análise estatística se deu por meio do método descritivo, onde busca atingir interpretações da realidade de cada entrevistado. Posteriormente a coleta de dados, iniciará a exposição dos discursos com o auxílio da leitura flutuante e a escolha dos documentos pretendendo analisar os conteúdos que levaram as declarações colhidas.

ASPECTOS ÉTICOS DA PESQUISA

Este estudo foi realizado considerando-se os aspectos éticos pertinentes a pesquisas envolvendo seres humanos, de acordo com a Resolução nº 466/12, CAAE:56305022.8.0000.5184.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Este trabalho de conclusão mostra os resultados relacionados com a literatura acerca da relação da psicanálise e a educação sexual infantil na família e na escola,

de acordo com Figueiró (2006) as crianças precisam experimentar todas as oportunidades de ver, rever, discutir e tornar a discutir um determinado tema se assim desejar, tendo em vista que a educar sexualmente é um processo formativo, portanto longo. Desse modo, serão apresentados os dados correlacionados de dois formulários, sendo o primeiro referente aos pais e o segundo aos educadores.

Participaram desta pesquisa 20 pais, com idade 25 a 45 anos, sendo do sexo biológico 75% feminino e 25% masculino, das mais diversas profissões. A respeito da escolaridade 10% fundamental completo, 10% médio incompleto, 50% graduação completo, 10% graduação incompleta e 5% doutorado. Consideram-se com uma renda econômica familiar média 70%, boa 25% e ruim 5%, a respeito de como classificam sua saúde 55% boa, 40% média e 5% ruim. Além disso, quando perguntado se levam em consideração as curiosidades de seus filhos 80% responderam que sempre levam em consideração e 20% as vezes.

Para mensurar como pais dialogam com seus filhos a respeito da educação sexual e se eles acreditam ser importante que esse tema seja trabalhado nas escolas, utilizou-se de 5 (cinco) perguntas, sendo 2 (duas) abertas e 3 (três) fechadas para avaliarem esta interação e o que pais compreendem sobre educação sexual infantil. Na primeira pergunta foi avaliado se os pais conversam com seus filhos sobre educação sexual, 40% responderam que não, 10% às vezes e 50% sim, já na segunda pergunta foi questionado como os pais classificam o ambiente familiar a respeito do diálogo sobre o tema, 25% consideram que consideram esse ambiente médio, 25% afirmaram que não conversam sobre a temática e 5% acham esse ambiente de diálogo ruim.

A respeito da terceira pergunta os entrevistados tinham que justificar suas respostas, que era perguntado se os pais acham importante a escola falar sobre sexualidade com as crianças e 95% responderam que sim e 5% não, sobre a resposta abertas foram divididas em 6 categorias, sendo elas:

Categorias	Porcentagem %
Prevenir algum tipo de abuso ou risco	25%
Levar em consideração a idade	10%
Deve ser responsabilidade dos pais	10%
Todo conhecimento é importante	15%
Escola junto com os pais	15%
Deve ser abordado na sala de aula	25%

Fonte: Dados da Pesquisa (2022)

Na quarta pergunta investigou se realmente os pais sabem o que é educação sexual, e 75% responderam que sim e 25% não, nesta questão também foi analisado as respostas dadas por esses pais, que foram subdivididos em 4 categorias, sendo elas:

Categoria 1 – O que é educação sexual?
“Responsabilidade, corpo, sentimento, autorização”
“Educação, ensinar, esclarecer, responsabilidade”
“Não sei sobre o assunto, não tive orientação quando criança”
“É responsabilidade dos pais”

Fonte: Dados da Pesquisa (2022)

Conforme os resultados apresentados Laviola (2006) acredita que as crianças manifestam sobre sexualidade primeiramente através dos comportamentos obtidos no seio familiar, expandindo a compreensão acerca do assunto, em seguida através das informações passadas pelos educadores. A família deve ser a ponte inicial para ser falado a respeito da sexualidade, tendo em vista que ela se constitui como uma representação social de extrema importância para o desenvolvimento e comportamentos no que se referente aos processos de educação sexual, assim como a escola deve possui responsabilidade e o dever de acolher todas as demandas trazidas pelas crianças.

Na pergunta 5 foi questionado quem seriam os responsáveis por levarem informações e diálogo com as crianças sobre educação sexual e classificassem em muito importante, importante e não importante quem seria esse responsável, os pais responderam que:

Conforme, Crivelari (2007) é importante que os ensinamentos transmitidos em torno da educação sexual, ocorra de forma segura e livre de preconceitos, desde cedo, para que na adolescência e vida adulta essas crianças possam tomar decisões mais responsáveis em torno da sua própria conduta sexual. A negação em torno da temática ocasiona problemas nas relações pais, filhos e educadores. Por isso torna-se mais saudável que as crianças sejam instruídas sobre estes assuntos para que dessa forma o desenvolvimento ocorra de maneira mais natural.

No segundo formulário, participaram da pesquisa educadores, com idades entre 24 a 53 anos, sendo 100% do sexo biológico feminino. No que diz respeito a escolaridade 66,7% graduação completa e 33,3% graduação incompleta. Consideram-se com uma renda econômica familiar média 66,7%, boa 16,7% e ruim 16,7%, a respeito de como avaliam sua saúde classificam como média 50% e boa 50%. Além disso, quando perguntado se levam em consideração as curiosidades das crianças 83,3% sempre e 16,7% Não, finjo que nem estou ouvindo.

Para avaliar como os educadores proporcionam um ambiente facilitador para suprir quaisquer dúvidas das crianças acerca da temática e se o próprio educador tem suporte para trabalhar junto com a família a educação sexual, foi desenvolvido um formulário com 5 (cinco) perguntas, sendo 3 (três) abertas e 2 (duas) fechadas para compreender se existe e um tripé entre família, escola/educadores e criança sobre a educação sexual infantil.

Na primeira pergunta foi investigado se os educadores levam em consideração as curiosidades das crianças, e 83,3% responderam que sempre e 16,7% não, finjo que não estou ouvindo. A segunda pergunta foi a respeito do pensamento desse educador e relação a sexualidade atualmente e quais níveis ele considera importante trabalhar, as respostas foram divididas em categorias, são elas:

Categoria 1 – Manifestação e Curiosidade
“Deve abordar as temáticas levando em consideração as especificidades do alunado desde as séries iniciais”
“Educação sexual não se configura a ensinar a fazer sexo”
“A própria escola barra o assunto”
“Trabalhar desde de cedo”, “níveis iniciais de ensino”
“Não há uma idade determinada para se tratar o tema”

Fonte: Dados da Pesquisa (2022)

Esses resultados corroboram principalmente com Vitiello (2020) o educador carrega consigo grande influência no processo de educação das crianças, por isso, o processo de educar deve ocorrer de forma contínua e duradoura. Por essa razão, os educadores precisam assim como os pais possuírem conhecimentos e habilidades para discorrer essa temática, o que nota-se em alguns relatos desta pesquisa é que muitos não sabem ou em alguns casos não aprenderam a ensinar tal assunto com as criança, o que por sua vez é considerado como tabu e visto com preconceito e pais que são contrários que esse tema seja trabalhado dentro da sala de aula.

No que se refere a segunda pergunta avaliou se a escola envolve a família nos projetos de educação sexual, 83,3% responderam que não e 16,7% sim. Já na terceira pergunta o educador foi questionado como a escola auxilia-o no trabalho de Educação Sexual, e 100% responderão que não recebem nenhum auxílio. Na quarta pergunta 50% dos educadores responderam que promovem dialogo em sala de aula sobre a temática e 50% responderam que não. Na última pergunta foi pedido que o professor falasse o que vem a ser educação sexual, suas respostas foram divididas em 4 categorias, são elas:

Categoria 2 – Educação Sexual
“Orientação e direcionamento”
“Identificar os possíveis casos de abuso”
“Faz parte dos ensinios que deveriam ter nas famílias”
“Implantar esse tipo de ensino de forma bem orientada e com a participação das famílias”

Fonte: Dados da Pesquisa (2022)

Em concordância com Reis e Ribeiro (2007) trabalhar educação sexual na escola deve ocorrer de forma integrada as atividades do dia-a-dia, seja elas, em situações como histórias, abordagem de conteúdos no cotidiano com os alunos, através de jogos e brincadeiras, ou em quaisquer situações que se apresentam e que podem ser aproveitadas. Em suma, decorrente ao grande avanço das crianças frequentado cada vez mais cedo a escolas a proposta de educação sexual deveria fazer parte de uma proposta pedagógica que possibilitasse e assegurasse que os

professores e todo núcleo escolar tivessem condições para atuarem como educadores sexuais, sem levar em consideração seus valores pessoais com acerca da construção da sua sexualidade. É importante que haja o reconhecimento em torno de reflexões e possam permitir o direito das crianças receberem esclarecimentos sobre suas dificuldades pessoais sobre a temática.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho teve como objetivo geral compreender as dificuldades que as famílias e as escolas possuem em falar sobre sexualidade com as crianças. Alcançando o mesmo, foi verificado no primeiro formulário que os pais ainda possuem uma resistência em abordar educação sexual com seus filhos, em alguns relatos da pesquisa nota-se que frisam bastante a respeito da idade e que é responsabilidade dos pais abordarem essa temática com as crianças, os pais em alguns casos costumam levar em consideração seus valores pessoais que é carregada por sua própria educação sexual, sem compreender a sexualidade como uma totalidade da educação de seus filhos.

Encontra partida, o segundo formulário respondido pelos professores fica notório que a escola não possibilita recurso para preparar esse educação acerca da educação sexual infantil, em um relato de uma professora, ela trouxe que a escola proíbe esse tema na grade curricular pedagógica, que esse assunto quando trago para dentro da sala de aula seja ignorado, ou seja, as escolas que essas profissionais trabalham não consideram a temática como uma prática pedagógica que possibilite que a criança explore suas curiosidades em sala de aula, e não incluem o tema nas atividades do dia-a-dia, sem diálogo com a família.

Devido a escassez de educadores que quisessem contribuir com a pesquisa, proporcionou limitações no trabalho, mostrando que a temática ainda é vista como um tabu, levando em consideração conhecimentos sobre o assunto de forma errônea e defasada. Torna-se importante, que haja mais estudos práticos sobre a sexualidade infantil no âmbito família e escolar, que ocorra uma preparação para todo corpo escolar, e que dessa forma possa compreender a educação sexual infantil com um direito de todo ser humano.

Dessa maneira, na psicologia este trabalho pode contribuir com a elaboração de projetos que possibilitem preparação para pais e educadores no que se trata sobre a temática, contribuindo para o desenvolvimento das crianças e constituição em torno da sexualidade. Que possibilite promover reflexões e compreensão diante das manifestações sexuais das crianças, que ocorra uma parceria entre escola e família facilitando que a criança vivencie sua sexualidade e curiosidades sem medo, visando garantir um desenvolvimento saudável e uma formação de adultos esclarecidos no que concerne à sexualidade.

REFERÊNCIAS

ARIÈS, P. *História social da criança e da família*. Rio de Janeiro: LTC, 1981. AQUINO, J. G. *Sexualidade na escola: alternativas teóricas e práticas*. 3. ed. São Paulo: Summus, 1997.

ALTMAN, Miriam; MAALLOULI, Muna. **Sexualidade na Infância**. 2009. Disponível em: <http://www.miriamaltman.psc.br/archives/sexualidade.html>. Acessado em 20 nov. 2021.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Lei nº 8.069 de 13 de julho de 1990. Brasília: Diário Oficial [da] República Federal do Brasil, 1990. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm. Acessado em: 10 nov. 2021.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996. Brasília, v. 134, n. 248, 23 dez 1996. P.27833- 27841. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acessado em: 10 nov. 2021.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros curriculares nacionais: pluralidade cultural, orientação sexual/ Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/ SEF, 1997. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/pcn/orientacao.pdf>. Acessado em: 16 nov. 2021.

BRASIL. Referencial curricular nacional para a educação infantil / Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental. — Brasília: MEC/SEF, 1998. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/rcnei_vol1.pdf. Acessado em: 14 nov. 2021.

BARDIN, L. Análise de conteúdo (L. de A. Rego & A. Pinheiro, Trads.). Lisboa: Edições 70, 2006.

BRASIL. Resolução nº 466, de 12 de dezembro de 2012. Dispõe sobre diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 13 jun. 2013. Disponível em: https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/cns/2013/res0466_12_12_2012.html#:~:text=A%20presente%20Resolu%C3%A7%C3%A3o%20incorpora%2C%20sob,comunidade%20cient%C3%ADfica%20e%20ao%20Estado. Acessado em: 18 nov. 2021. BRASIL. Lei n.13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF., 26 jun 2014. Disponível em: <https://pne.mec.gov.br/>. Acessado em: 14 nov. 2021.

BARDIN, Laurence. Análise de Conteúdo. Tradução: Luís Augusto Pinheiro. São Paulo: Edições 70, 2016.

COSTA, Terressinha. **Psicanálise com crianças**: passo a passo. 3. ed. Rio de Janeiro: Zahar.Com.Br, 2007.

CRIVELARI, M. Trabalhar a sexualidade: guia prático para professores de ensino fundamental. São Paulo: **Editora Lua**; 2007.

CARLOS, GIL,. A. Como Elaborar Projetos de Pesquisa, 6ª edição. Grupo GEN, 2017. 9788597012934. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597012934/>. Acesso em: 22 nov. 2021.

FREUD, Sigmund. Obras Completas. Rio de Janeiro: Imago, 1976. **O esclarecimento sexual das crianças**. (1907 - v. 9). Disponível em: <https://www.ufrgs.br/psicoeduc/chasqueweb/edu01011/freud-esclarecimento-sexual.pdf>. Acessado em: 20 nov. 2021.

FREUD, Sigmund. Três ensaios sobre a teoria da sexualidade. In: *Obras completas de Sigmund Freud Vol VII*. Tradução Vera Ribeiro. 2.ed. Rio de Janeiro: Imago, 1989. [edição standart brasileira; traduzido do alemão e do inglês]

FELIPE, J; GUIZZO, B. S. Erotização dos corpos infantis na sociedade de consumo. In: *Pró-posições*, Campinas, v. 14, n. 3 (42), p. 119-130, set./dez 2003.

FREUD, Sigmund. Um caso de histeria, Três ensaios sobre sexualidade e outros Trabalhos. 1901-1905. Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud Volume VII. **Imago Editora**. 2006. Rio de Janeiro.

FEITOSA, C. H. e CALLOU, V.T. Educação Sexual: Algumas reflexões. Id on Line **Revista de Psicologia**, Fevereiro de 2011, vol.1, n.13, p.32-41. ISSN 1981-1189. FIGUEIRÓ, Mary Neide Damico, **Formação de Educadores Sexuais**: adiar não é mais possível.– Campinas, SP: Mercado de Letras; Londrina, PR: Eduel. (Coleção Dimensões da Sexualidade), 2006.

- GONSALVES, E. P. Iniciação à pesquisa científica. Campinas, SP> Alinea, 2001. GOMES, Debora. História da criança: breves considerações sobre concepções e escolarização da infância. In: **EDUCERE - Congresso Nacional de Educação, XII**, 2015, Curitiba – Paraná.
- HEYWOOD, Colin. **Uma história da infância**: da Idade Média à época contemporânea no Ocidente. Porto Alegre: Artmed, 2004.
- MÜLLER, F. **Infâncias nas vozes das crianças**: culturas infantis, trabalho e resistência. Educação & Sociedade, Campinas, n. 95, p. 533-573, maio/ago 2007.
- LAVIOLA, Elaine Cardia. Reações de educadoras de creche diante de manifestações de sexualidade infantil. Seminário Internacional Fazendo Gênero 7. Florianópolis, **Editora mulheres**, 2006.
- MÜLLER, F. **Infâncias nas vozes das crianças**: culturas infantis, trabalho e resistência. Educação e Sociedade, São Paulo, v. 27, n. 95, pág. 553-573, 2006. MEIRA, Luís Batista. Sexos: Aquilo que os pais não falaram para os filhos. 77. ed. João Pessoa: **Editora Universitária/UEPB**, 2013. 132 p.
- MINAYO, M. C. de S. (Org.). O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde. 14ª ed. **Rio de Janeiro**: Hucitec, 2014. 408 p.
- MORAES, Maria R. Salzano. Feminilidade, in: Amor, Sexualidade, feminilidade/Sigmund Freud. Ed. Belo Horizonte: **Autêntica editora**, 2018. MORAES, Katia M. S; UTZIG, Antonia A. B. Sexualidade infantil: da curiosidade á aprendizagem. **Revista Científica Faest**, ISSN 2319-0345, v. 1, 06 jul. 2013.
- NUNES, C; SILVA, E. A educação sexual da criança: subsídios teóricos e propostas práticas para uma abordagem da sexualidade para além da transversalidade. Campinas: Autores Associados, 2000.
- PORTO, Esley. Sexualidade infantil: refletindo o papel da escola. Anais II CONEDU... Campina Grande: **Realize Editora**, 2015. Disponível em: <https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/16950>. Acesso em: 09 out. 2021.
- VYGOTSKY, Lev. Semionovich. Imaginação e criação em idade infantil. La Habana: Editorial Pueblo y Educación, **1999**.
- VITIELLO, N. (2020). A Educação Sexual Necessária. **Revista Brasileira De Sexualidade Humana**, 6(1). <https://doi.org/10.35919/rbsh.v6i1.793>.
- WEREBE, M. J. G. **Sexualidade, Políticas e Educação**. Autores e associados. São Paulo, 1998. 217 p.
- RIBEIRO, Paulo Rennes Marçal. **Educação sexual além da informação**. São Paulo: E.P.U, 1990.
- ROUSSEAU, Jean Jacques. Emílio ou da Educação. Tradução de Sérgio Milliet. 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, **1995**.
- RIBEIRO, Marcos; REIS, Wagner. (2007). Educação sexual: o trabalho com crianças e adolescentes. **Revista Brasileira De Sexualidade Humana**, 18(2). <https://doi.org/10.35919/rbsh.v18i2.389>.
- SUPLICY, M. (1990). **Papai Mamã e Eu**. São Paulo: FTD.
- SCHMIDT, Maria Auxiliadora Moreira dos Santos. *Infância Sol do Mundo: a primeira conferência nacional de educação e a construção da infância brasileira. Curitiba, 1927*. 1997. 216 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Paraná, 1997.
- SILVA, Maria Cecília Pereira da. Sexualidade começa na infância. São Paulo: Casa do psicólogo, 2007.
- SILVA, Patrícia Edíone da. *Relações de gênero e sexualidade na escola: uma investigação na prática docente*. 2012. 80 f. TCC (Graduação) - Curso de Pedagogia, Universidade Estadual da Paraíba, Campina Grande- Pb, 2012.

PSICOLOGIA E ADOLESCÊNCIA EM CONFLITO COM A LEI: uma revisão sistemática da literatura acerca dos papéis sociais do psicólogo

Brenda Marinho Alves
Luís Augusto de Carvalho Mendes

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo analisar a atuação do profissional de psicologia no acompanhamento de adolescentes em conflito com a lei em cumprimento de medidas socioeducativas. Para isso, foi realizada uma revisão sistemática da literatura com abordagem qualitativa, onde não há uma busca de resultados numéricos e sim no aprofundamento do tema abordado. A seleção dos artigos foi feita através das bases de dados: Biblioteca Virtual de Saúde (BVS) e o Periódicos CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior), por meio dos termos “adolescente” AND “conflito” AND “lei” e foram encontrados 3.896 artigos inicialmente. Após a aplicação dos critérios de inclusão e exclusão foram descartados 3.886, restando 10 artigos para a análise final. Os principais aspectos abordados nas pesquisas selecionadas são: medidas socioeducativas, a saúde dos jovens em conflito com a lei, o papel do psicólogo na produção de documentos jurídicos e a atuação do profissional de psicologia junto a jovens em cumprimento de medidas socioeducativas. O reduzido número de materiais encontrados para a realização das análises mostra como a pesquisa nessa área torna-se relevante à medida que a psicologia social necessita criar um campo definido de atuação possibilitando assim novas formas e novos olhares para essas situações. Os caminhos futuros giram em torno da necessidade de mais produções a respeito dos temas auxiliando assim que mais olhares estejam voltados aos adolescentes em conflito com a lei e ao papel social do psicólogo no acompanhamento destes.

Palavras-chaves: Psicologia Social; Adolescência; Medidas Socioeducativas; Adolescentes em Conflito com a Lei.

ABSTRACT

This article aims to analyze the role of the psychology professional in monitoring adolescents in conflict with the law, in compliance with socio-educational measures. To this end, a systematic review of the literature was carried out with a qualitative approach, where numerical results are not sought, but rather the deepening of the theme addressed. The articles were selected through the Virtual Health Library (VHL) and the CAPES journals (Coordination for the Improvement of Higher Education Personnel), using the terms "adolescent" AND "conflict" AND "law", and 3,896 articles were initially found. After applying the inclusion and exclusion criteria, 3,886 articles were discarded, leaving 10 articles for the final analysis. The main aspects addressed in the selected researches are: socio-educational measures, the health of young people in conflict with the law, the role of the psychologist in the production of legal documents, and the performance of the psychology professional with young people in compliance with socio-educational measures. The reduced number of materials found for the analysis shows how relevant research in this area is, since social psychology needs to create a defined field of action, thus enabling new ways

and new looks at these situations. The future paths revolve around the need for more productions on the themes, thus helping to focus more on adolescents in conflict with the law and the social role of the psychologist in monitoring them.

Keywords: Social Psychology; Adolescence; Socio-educational Measures; Adolescents in Conflict with the Law.

INTRODUÇÃO

Segundo a Organização Mundial da Saúde - OMS (1965, apud BRASIL 2005) a adolescência compreende o período da segunda década de vida, ou seja, dos 10 aos 19 anos. Enquanto isso, para a Lei Brasileira nº 8.069 (BRASIL, 1990), a faixa etária da adolescência está entre 12 e 18 anos. Sabendo que ambos os conceitos e delimitações excluem fatores biopsicossociais a respeito da vida desses adolescentes, o presente artigo busca interpretar através da revisão bibliográfica sistemática a atuação do psicólogo no acompanhamento de adolescentes em conflito com a lei em cumprimento de medidas socioeducativas.

Convém lembrar que adolescente em conflito com a lei é um fenômeno global e bastante antigo. Os primeiros relatos que temos de jovens e crianças envolvidas em infrações são do século XX, onde estes eram chamados de “delinquentes”, “jovens infratores” e “menores em perigo material ou moral”, colocando todos aqueles que eram considerados abandonados pelos seus responsáveis de alguma forma em um mesmo patamar. Esses jovens e crianças eram retirados de suas residências ou da rua e levados a orfanatos e abrigos. A partir da Lei n. 8.069 do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA (BRASIL, 1990), o adolescente que comete alguma contravenção à lei passa a ser: (a) identificado por meio de uma categoria jurídica objetiva, ou seja, como aquele que praticou uma conduta descrita em lei como crime ou contravenção (ato infracional), e, não obstante, (b) tal conduta necessita estar comprovada por meio de um processo judicial, bem como, (c) com a obrigatória observância do direito de defesa (Art. 111, ECA, igualdade de condições na relação processual).

Sendo assim, crianças com até 12 anos incompletos que cometem atos infracionais são submetidas a medidas de proteção previstas no art. 101 do ECA. Já os adolescentes (12 anos completos até 18 anos), ficam sujeitos a medidas socioeducativas (MSE) que compreendem, segundo o art. 112 da Lei n. 8.069 de 1990, (a) advertência, (b) obrigação de reparar o dano, (c) prestação de serviços à comunidade (PSC), (d) liberdade assistida (LA) (BRASIL, 1990).

O psicólogo pode ser considerado um dos profissionais mais importantes da equipe técnica fazendo o papel de escuta e elaboração de intervenções (SILVA; FELIPPE, 2019). Sendo assim, faz-se necessário que o profissional de psicologia saiba até onde cabe a ele entender os fenômenos a cerca destes direitos e o que fazer para assegurá-los.

Diante de tais reflexões surgiu a questão norteadora desta pesquisa: qual o papel do psicólogo no acompanhamento de adolescentes em conflito com a lei que cumprem medidas socioeducativas?

De acordo com Cordeiro e Spink (2019), a área da Psicologia Social no Brasil sofreu grandes mudanças após a conhecida crise de referência na década de 1970 onde começou “a fazer uma severa crítica ao modelo biologicista e, principalmente, a defender uma ciência comprometida com a transformação social” (CORDEIRO; SPINK, 2019, p. 717). Apesar dessas mudanças e das novas preocupações

enfrentadas pela área, ainda se encontra pouco material publicado a respeito dos seus desafios.

A Cartilha “Referência Técnica para Atuação de Psicólogas(os) em Programas de Medidas Socioeducativas em Meio Aberto” produzida pelo Conselho Federal de Psicologia (CFP) teve a sua publicação apenas no ano de 2012. Visto que, segundo Medeiros (2020), os adolescentes em conflito com a lei passaram a ser responsabilizados no século XIX, as orientações do CFP surgiram tardiamente, comprovando que ainda existe escassez na produção acadêmica a respeito dos temas.

A partir do que foi visto, justifica-se a relevância dessa pesquisa para que se consiga desenvolver mais pesquisas na área da psicologia social e sobre o papel do psicólogo na equipe multidisciplinar que acompanha os adolescentes em conflito com a lei enquanto estes estão em cumprimento das suas medidas socioeducativas.

Assim, o objetivo geral do artigo é compreender a atuação do profissional de psicologia no acompanhamento de adolescentes em conflito com a lei em cumprimento de medidas socioeducativas. Os objetivos específicos são: esquematizar a relação do psicólogo e o adolescente em conflito com a lei e analisar o papel do psicólogo na equipe que acompanha os adolescentes.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

ADOLESCÊNCIA

A adolescência é um estágio da vida humana que ocorre entre a primeira infância e a puberdade. Os jovens criam seus próprios espaços e formas de sentir, pensar, agir, escrever. As indiferenças do mundo exterior são compensadas pelo acolhimento no grupo dos conhecidos. A adolescência é um tempo de mudança em que o corpo físico se transforma e a personalidade socialmente iniciada. As mudanças psicológicas do adolescente são consideradas como sendo um evento que está ligado a mudanças de comportamentos ou atitudes. Algumas dessas mudanças incluem: incapacidade para lidar com situações de estresse, uma avalanche de novas responsabilidades e experiências, e significativa transformação na percepção dos próprios valores. Esses fatores podem ter gerado algum tipo de turbulência, ligada a sentimentos. (MEDEIROS, 2019)

Para Papalia e Feldman (2013) a adolescência dura dez anos, sendo o período um pouco antes dos onze anos até um pouco depois dos vinte anos, onde não há definição clara sobre o início e o término da fase. Pode se considerar o seu início com a puberdade, onde ocorre a maturação sexual, ou seja, capacidade de reprodução. As autoras apresentam que apenas no século XX a adolescência passa a ser uma fase maior da vida onde a puberdade começa mais precocemente e a vida profissional mais tardia, demandando assim mais tempo de amadurecimento educacional e profissional antes de assumir as incumbências da vida adulta.

Antes dessa evolução no conceito da adolescência, nas sociedades pré-industriais, pela necessidade de mão de obra as crianças passavam a ser tidas como adultos a partir do momento que as mudanças físicas começavam a acontecer e elas iniciavam o conhecimento profissional. Segundo Larson e Wilson (2004) “os adolescentes passam grande parte de seu tempo em seu próprio mundo, amplamente separado dos adultos.” (apud PAPALIA; FELDMAN, 2013, p. 386)

De acordo com Youngblade *et al.*, (2007), citado por Papalia e Feldman (2013, p. 387):

A adolescência oferece oportunidade para o crescimento não só em termos de dimensões físicas, mas também em competência cognitiva e social, autonomia, autoestima e intimidade. Os jovens que têm relações de apoio com os pais, a escola e a comunidade tendem a desenvolver-se de forma positiva e saudável.

Segundo Souza, Calazans e Moreira (2018), muitas vezes o adolescente acaba cometendo um ato infracional prevalecendo o fazer ao invés do dizer. Durante essa fase o ser passa pela puberdade que, além das mudanças físicas, traz consigo inúmeras alterações hormonais. Essas alterações ligadas a questões como novos ciclos de amizade, dificuldade de relacionamento com os pais e o desempenho escolar podem causar vulnerabilidade ao desequilíbrio biopsicossocial. Paludo e Koller (2005, apud BRASIL *et al.*, 2006) apresentam a violência, carência e precariedade de suporte social e afetivo e baixo nível socioeconômico como fatores de riscos ambientais para o desenvolvimento de uma adolescência problemática.

Segundo Piaget (1999), o ser humano passa por quatro estágios de desenvolvimento infantil sendo estes: sensório motor, pré-operatório, operatório concreto e operatório formal. O estágio sensório motor vai desde o nascimento até aproximadamente os dois anos e durante este, segundo Piaget, “os bebês aprendem sobre si mesmos e sobre seu ambiente” (PAPALIA, 2006, p. 197). Já o estágio pré-operatório (dos dois aos sete anos) onde a criança está em constante construção de ideias lógicas apesar de ter ainda conceitos confusos (RAPPAPORT; FIOI; DAVIS, 1981). O terceiro estágio ou operatório concreto (dos sete aos doze anos) quando se utilizam da lógica para construir os seus pensamentos (CAMARGOS; LEHNEN; CORTINAZ, 2019).

O quarto estágio e o mais importante para o presente artigo é o que Piaget (1999) chamou de operatório formal. Essa fase inicia-se aos doze anos e é marcada pela ocorrência do pensamento “hipotético-dedutivo” onde tira-se conclusões de hipóteses e não somente da observação real. Esse estágio passa a se desenvolver na fase da adolescência através de fatores maturacionais e vividos de acordo com o desenvolvimento neurológico e os ambientes amplos e diversificados das fases anteriores.

Para Vygotski (1996), os aspectos intelectuais dos adolescentes não tinham tanta visibilidade para os que estudavam o desenvolvimento humano na época, como é possível ver no trecho:

No sistema geral das trocas, na estrutura geral dos processos que integram o processo de maturação, Ch. Bühler confere ao intelecto um papel de todo insignificante, não reconhece o enorme significado positivo do desenvolvimento intelectual para a reestruturação básica, profundíssima, de todo o sistema da personalidade do adolescente (Vygotski, 1996, p.48).

Ele ainda fala sobre os aspectos psicológicos quando expressa que é necessário entender os interesses profundos da fase da adolescência para que se possa chegar à compreensão do desenvolvimento psicológico (MASCAGNA, 2009).

ADOLESCENTES EM CONFLITO COM A LEI: BREVE HISTÓRICO

De acordo com Medeiros (2020), na metade do século XIX, os adolescentes em conflito com a lei passaram a ser punidos sem distinção de idade através da Escola Clássica. Essa decisão provocou uma reação das classes médias urbanas,

que desenvolveu e propagou contra a Escola Clássica os ideais da psicologia. Alguns dos ideais fundamentais da psicologia foram os de estabelecer uma relação positiva com o adolescente, estabelecer um ambiente terapêutico de abrigo e orientar os pais a limitar sua participação na educação dos filhos.

Visto que essas penas aplicadas sem divisão de idades não ocorriam de forma efetiva e já no século XX, o Decreto lei 17.943-A de 12 de outubro de 1927, também conhecida como Código de Menores de Mello Mattos, se tornou a primeira lei que consolidou as leis de assistência e proteção a menores de dezoito anos. Este código dividia os menores em dois tipos: menores abandonados que englobava os vadios, mendigos e libertinos, conforme os artigos 28, 29 e 30; e os menores delinquentes que praticavam ou eram cúmplices de crime ou contravenção. Dentro deste código os menores sofriam as mesmas medidas de proteção consideradas muito severas como a internação nos reformatórios, mais conhecidos como internatos (MEDEIROS, 2020)

A Fundação Estadual para o Bem-estar do Menor – FEBEM, foi criada durante a Ditadura Militar, na década de 60, e tinha como propósito a disciplina, segurança e contenção dos menores internados. Dentro desta fundação ocorriam muitas denúncias de maus tratos e torturas, diante dessa situação na década de 70 é promulgada a Lei 6.697 de 10 de outubro 1979: o Código de Menores. Com esse código de 1979, houve um grande avanço nos direitos humanos visto que as medidas tinham um caráter protetivo. Mas ainda não havia avaliações da situação dos menores e todos eram punidos da mesma forma, independente do que tinha praticado. Apenas na Constituição Federal de 1988, as crianças e adolescentes passaram a ter seus direitos fundamentais assegurados.

MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS

Tendo ciência de que responsabilizar é diferente de punir, as medidas socioeducativas são penalidades judiciais aplicadas a menores que cometem crime, ato infracional ou contravenção penal. Segundo o artigo 112 do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA – Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990), as MSE são divididas em execução imediata, execução em meio aberto e execução em meio fechado.

Na medida de execução imediata encontra-se a advertência que ocorre de forma verbal e dirigida diretamente ao adolescente, podendo ser considerada a mais brandas das MSE. Ainda nessa mesma divisão, temos a obrigação de reparação de dano, utilizada quando ocorre dano material público ou privado e de algum modo o adolescente fica obrigado de recompensa-lo (BRASIL, 1990).

A execução em meio aberto divide-se em: Prestação de Serviços à Comunidade (PSC) e pela Liberdade Assistida (LA). A prestação de serviço à comunidade, de acordo com o ECA, tem um período máximo de seis meses para o seu cumprimento, tendo o máximo de oito horas semanais e não pode interferir na escola ou na jornada de trabalho. A PSC, prevista no artigo 112, inciso III do ECA, é uma das principais medidas aplicadas em meio aberto representando 36% das medidas aplicadas a adolescentes no ano de 2016 (SENTANO, 2016).

Essa medida socioeducativa demanda de uma entidade que deverá fiscalizar a execução deste serviço que o adolescente irá prestar. As atividades não são consideradas trabalho e possuem caráter pedagógico fazendo o indivíduo pensar o seu papel em comunidade e nas consequências dos seus atos. Por ter esse cunho educacional a prestação de serviço à comunidade é acompanhada por uma equipe

técnica composta por coordenador, assistente social, psicólogo, advogado, profissionais de nível superior e auxiliar administrativo. Esta equipe é responsável por construir junto com o adolescente e a família o Plano Individual de Atendimento – PIA, que prevê objetivos, metas e ações que serão executados durante o cumprimento da medida.

A liberdade assistida, segundo o artigo 112 do ECA, tem como intenção o acompanhamento, auxílio e orientação ao adolescente que cometeu o ato infracional. Esta medida socioeducativa restringe certos direitos do menor e funciona com um acompanhamento sistemático, sem que haja a necessidade de retirar esse jovem do seu convívio comunitário e familiar. Essa medida tem um prazo mínimo de seis meses e conta com o acompanhamento individualizado do adolescente pela equipe de serviço. A avaliação técnica, o Ministério Público ou o defensor podem conseguir prorrogação, revogação ou substituição por outra medida a qualquer tempo. Dois dos principais objetivos das medidas é a responsabilização e a proteção social do adolescente e dentro LA, e acompanhamento técnico individualizado irá garantir realização destes (CFP, 2012).

Em meio fechado, as MSE ocorrem na semiliberdade ou internação e em ambas é obrigatório que se tenha permanência na escolarização.

Nas medidas socioeducativas acontece o acompanhamento da equipe técnica durante o cumprimento da pena e é necessário que seja encaminhado periodicamente relatórios à autoridade judicial. Podendo haver também revisão efetividade e caso seja identificado qualquer incompatibilidade com os objetivos, substituição de medida.

A PSICOLOGIA E O ADOLESCENTE EM CONFLITO COM A LEI

Segundo o Conselho Federal de Psicologia as “medidas socioeducativas como área de atuação profissional de psicólogas(os) surgiu a partir de uma demanda da categoria, observada no V CNP, realizado em 2004” (CFP 2012, p. 20). Independentemente de onde esteja inserido, o psicólogo deve agir de acordo com o Código de Ética Profissional do Psicólogo (CFP, 2005) de modo a assegurar os direitos de todo indivíduo. Nesse sentido, a atuação do psicólogo junto aos adolescentes em conflito com a lei que cumprem medidas socioeducativas em meio aberto vai além das questões que circundam as decisões judiciais, mas também assiste e atua na garantia dos direitos desses adolescentes.

O contato da psicologia com o adolescente em conflito com a lei dá-se através da equipe técnica presente no Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) que fará o acompanhamento das medidas socioeducativas. O psicólogo atua junto com uma equipe multidisciplinar composta pelo coordenador do centro, assistente social, advogado, profissionais de nível superior e o auxiliar administrativo. A Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do Sistema Único de Assistência Social – NOB-RH/SUAS diz que é extrema importância à presença de todos estes profissionais para garantia da qualidade dos serviços (CFP, 2012).

O documento Referência Técnica para Atuação de Psicólogas(os) em Programas de Medidas Socioeducativas em Meio Aberto elaborado pelo Conselho Federal de Psicologia em 2012, norteia os profissionais sobre diversos conceitos e práticas de atuação com adolescentes em conflito com a lei. Nele é apresentado como ponto importante para a equipe multidisciplinar, onde o psicólogo está inserido

para o acompanhamento destes adolescentes, a elaboração do Plano Individual de Atendimento (PIA).

O psicólogo é um dos principais responsáveis em acompanhar e entender individualmente cada adolescente que está em cumprimento da medida socioeducativa e na elaboração e estabelecimento de objetivos que estejam ligados as necessidades do indivíduo e a possibilidade da realização do plano dentro do prazo determinado pelo Poder Judiciário ao cumprimento da medida. Um dos desafios para o psicólogo neste sentido é justamente o tempo determinado para que o adolescente cumpra a MSE, podendo haver o surgimento de demandas que ultrapassam o limite do ato infracional, mas que necessitam de atenção biopsicossocial (CFP, 2012).

No ano de 2021 o Conselho Federal de Psicologia compilou os materiais de a cerca das medidas socioeducativas trazendo assim as “Referências Técnicas para atuação de psicólogas(os) em medidas socioeducativas”. O material resultado do trabalho do Centro de Referências Técnicas em Psicologia e Políticas Públicas (CREPOP), conta com as dimensões ético-políticas da socio educação, a atuação em serviços específicos e outros temas que possibilitam delimitar o tema do psicólogo no contexto da socio educação (CFP, 2021).

MÉTODO

Este estudo refere-se a uma revisão sistemática da literatura com abordagem qualitativa. A pesquisa qualitativa não está em busca de resultados numéricos e sim no aprofundamento do tema abordado (GERHARDT; SILVEIRA, 2009). O processo da revisão sistemática supracitado possuiu como primeira etapa a definição do problema de pesquisa, seguido da definição de estratégia de busca (critérios de inclusão/exclusão), a terceira etapa foi a busca da literatura respeitando os critérios, seleção e análise do que foi coletado.

Segundo Sampaio e Mancini (2007) e Penteado e Gastaldello (2016), as etapas para o desenvolvimento de uma revisão sistemática são: I- elaboração de pergunta/questão norteadora; II- estratégia de busca (critérios de inclusão/exclusão); III- busca; IV- seleção dos artigos de acordo com os critérios escolhidos; V- análise da seleção final.

A questão norteadora da pesquisa foi: qual o papel do psicólogo frente ao acompanhamento de adolescente em conflito com a lei em cumprimento de medidas socioeducativa?

A seleção dos artigos foi feita através das bases de dados: Biblioteca Virtual de Saúde (BVS) e o Periódicos Capes (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior). Para isso, foram utilizados os termos combinados para a busca de artigos: “adolescentes conflito lei”. A busca foi feita *on-line* no mês de março do ano de 2022 e o período delimitado publicação dos artigos foi de 2000 a 2022.

Para os critérios de inclusão e exclusão dos artigos foi utilizado o Formulário do Teste de Relevância I conforme o quadro I (PENTEADO; GASTALDELLO, 2016).

Quadro I. Formulário do Teste de Relevância I.

FORMULÁRIO DE APLICAÇÃO DO TESTE DE RELEVÂNCIA I	Sim	Não
Critérios de inclusão		
1. O estudo relaciona o adolescente em conflito com a lei e os aspectos psicológicos?		
2. O estudo aborda o papel do psicólogo nas medidas socioeducativas?		
3. O estudo mostra a relação do adolescente em conflito com a lei e as medidas socioeducativas?		
Critérios de exclusão		
1. Foi classificado como carta, dissertação, tese ou matéria de jornal		
2. Tem mais de 22 anos de publicação		
3. Falta de relações com a psicologia		
4. Não está em português		

Fonte: Autoria própria

O processo da metodologia está presente no Fluxograma (Figura I) baseado no modelo de Penteadó e Gastaldello (2016, p. 298).

RESULTADO E DISCUSSÃO

A busca inicial resultou em 3.896 publicações em ambos os bancos de dados. Na Biblioteca Virtual de Saúde (BVS) foi pesquisado inicialmente o termo “adolescente conflito lei” e encontrados 242 publicações; ao ser aplicado o filtro “psicologia” houve um apanhado de 14 trabalhos; e o filtro “português” resultando num total de 10 artigos. Já no Periódicos Capes (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) foi pesquisado por “adolescente conflito lei” e identificado 3.654 artigos; com o filtro “psicologia” o apanhado foi de 141; no filtro “periódicos revisados por pares” ficaram 77 publicações; em “português” apresentou-se 70 e no filtro de “2000-2022” também resultando em 70 artigos.

Baseado no modelo de Penteadó e Gastello (2019, p. 299) foi feito através da tabela (Quadro II e Quadro III) a caracterização e distribuição das 10 publicações selecionadas após a aplicação do Formulário do Teste de Relevância I (Quadro I).

Quadro II. Caracterização e distribuição das publicações segundo ano de publicação, base dados, título e nome dos autores.

Nº	ANO/BASE DE DADOS	TÍTULO	AUTOR(ES)
1	2005/ Biblioteca Virtual da Saúde (BVS)	Adolescentes em conflito com a lei e medidas socioeducativas: limites e (im)possibilidades	Rosângela Francischini e Herculano Ricardo Campos
2	2011/ Periódicos CAPES	Desigualdade Social, delinquência e depressão: um estudo com adolescentes em conflito com a lei	Elza Maria de Souza, Fernanda Pires da Silva-Abrão e Janayana Oliveira Almeida
3	2011/ Periódicos CAPES	Adolescente em conflito com a lei: o relatório psicossocial como ferramenta para promoção do desenvolvimento	Liana Fortunato Costa, Maria Aparecida Penso, Maria Fátima Olivier Sudbrack, Olga Maria Pimentel Jacobina
4	2011/ Biblioteca Virtual da Saúde (BVS)	Uma experiência de intervenção em um projeto cultural: o psicólogo e a defesa dos direitos humanos nas instituições socioeducativas	Fabio Montalvão Soares

5	2014/ Periódicos CAPES	Medidas socioeducativas: cartas ao reinado do saber	Gislei Domingas Romanzini Lazzarotto
6	2014/ Biblioteca Virtual da Saúde (BVS)	Você já está Manjado: a saúde de adolescentes em conflito com a lei	Luciene Jimenez
7	2014/ Biblioteca Virtual da Saúde (BVS)	Psicologia e adolescentes em conflito com a lei: reflexões a partir do estágio	Lucas Rossato e Tatiana Machiavelli Carmo Souza
8	2016/ Periódicos CAPES	Adolescente em conflito com a lei: revisando as contribuições de variáveis sociais, familiares e individuais	Lizinará Pereira da Costa e Samara Silva dos Santos
9	2016/ Periódicos CAPES	A atuação do psicólogo com adolescentes infratores em medida socioeducativas	Gilbert Romer Soares e Delza Ferreira Mendes
10	2021/ Biblioteca Virtual da Saúde (BVS)	Atuação do psicólogo com adolescentes que cumprem medida socioeducativa: uma revisão sistemática da literatura	Sara Peres Dornelles Almeida, Juliana da Rosa Marinho e Jana Gonçalves Zappe

Fonte: Autoria própria

Quadro III. Caracterização e distribuição das publicações segundo ano de método e resultados obtidos. Paraíba, 2022.

Nº	MÉTODO	RESULTADOS OBTIDOS
1	Pesquisa bibliográfica	A prática do psicólogo no interior da instituição de cumprimento das medidas socioeducativas restringe-se, não raro, à utilização das referidas técnicas de medida e avaliação, com o objetivo de emitir laudo psicológico, que via de regra funciona como instrumento de discriminação e opressão. No entanto, é cada vez mais evidente a necessidade de um profissional que considere o campo da subjetividade no enfrentamento da problemática da violência, investigando sua constituição, seu desenvolvimento.
2	Pesquisa qualiquantitativa, incluindo um estudo transversal com uma amostra de conveniência de 51 adolescentes com idade entre 14 e 19 anos em situação de liberdade assistida. Paralelamente foi realizado um estudo qualitativo empregando-se a técnica de observação de processo em que quatro estudantes de medicina utilizaram um diário de campo para anotações dos comentários feitos pelos profissionais, pelos pais ou responsáveis e pelos adolescentes atendidos.	A própria instituição na figura de seus profissionais não está preparada e nem convencida da efetividade das medidas socioeducativas oferecidas. Essa falta de esperança de recuperação por parte dos profissionais sugere despreparo para que possam lidar com a questão. Se os próprios técnicos não acreditam é difícil crer que pais e adolescentes possam ver possibilidades de recuperação.
3	Pesquisa bibliográfica	Não é suficiente conhecer sobre o ato infracional, é preciso também adentrar as motivações que vêm da história de vida do adolescente, sua realidade sociocultural e comunitária e os conflitos familiares que o envolvem. Esta avaliação descentra o processo do ato infracional e o centra no sujeito e sua história, dando visibilidade ao adolescente em sua fase de transição e às complexidades que lhe são inerentes.
4	Pesquisa descritiva	A atuação do psicólogo deixa de estar atrelada aos formalismos protocolares do atendimento individual e da observação imparcial, passando a interagir dinâmica e diretamente com os grupos

		nas atividades.
5	Pesquisa descritiva	Há uma psicologização dos poderes modernos que torna mais sutil e mais individualizante suas formas de atuar sobre a vida do outro, destacando que a criminalização das condutas e a judicialização da vida são correlativas da patologização das condutas e da medicalização da vida.
6	O método qualitativo e exploratório foi instrumentalizado por meio de entrevistas semiestruturadas realizadas no mês de julho de 2012, individuais e uma em grupo com os socioeducadores que têm diferentes formações: Pedagogia, Psicologia, Serviço Social, Filosofia, Letras, Biologia; e trabalham na área em média há dois anos e meio.	A forma como a sociedade representa o adolescente infrator consolida uma prática discursiva de culpabilização psicológica, gerando ausência de proteção e de defesa dos seus direitos.
7	A amostra foi de 15 jovens de 14 a 21 anos em cumprimento de medidas socioeducativas, quer seja pela reincidência ou não, que participaram de grupos de conversas e dinâmicas com estagiários do curso de Psicologia.	O trabalho do psicólogo junto a jovens infratores pode voltar-se à busca pela reinserção social, de modo que o profissional desenvolva práticas que privilegiem a convivência e a dimensão coletiva. Entende-se que a Psicologia é chamada a construir atuações éticas e de excelência com adolescentes em conflito com a lei, de modo que o compromisso social da profissão se materialize em práticas democráticas
8	Pesquisa bibliográfica	O problema da delinquência estaria na falta ou no controle superficial exercido pelos pais, escola ou outras instituições sobre o comportamento do indivíduo.
9	Pesquisa bibliográfica	O psicólogo tem as seguintes atuações: análise de situação no intuito de diagnosticar a realidade através de pesquisas que facilita o planejamento de ações e recursos para ancorar de frente situações de risco, mobilizando vários segmentos, desenvolvendo promoção, responsabilização e defesa às traves de mecanismos dos direitos e humanização dos serviços, promovendo atendimento, prevenção sobre ações especializadas de atendimentos, incluindo socialmente a criança e ao adolescente, ou seja, inclusão social da mesma e sua família em promoções e ações que da possibilidade aos jovens empoderamento dos adolescentes com visitas ao protagonismo social.
10	Pesquisa bibliográfica com análise de 22 artigos buscado nas bases de dados: LILACS, PEPSIC e SCIELO entre o período de julho de 2018 a julho de 2019.	É imprescindível que o profissional da psicologia não se restrinja à mera avaliação, sendo necessário principalmente um trabalho interventivo, tanto com os adolescentes quanto com familiares e comunidades.

Fonte: Autoria própria

O restrito número de publicações que foi encontrado a respeito do estudo de revisão se encaixa em pesquisa qualitativa, quali quantitativa, bibliográfica e descritiva. Dentre destas, os principais aspectos abordados são: medidas socioeducativas, a saúde dos jovens em conflito com a lei, o papel do psicólogo na produção de documentos jurídicos e a atuação do profissional de psicologia junto a jovens em cumprimento de medidas socioeducativas.

No tocante das medidas socioeducativas foi possível identificar através do artigo de Lazzarotto (2014) a problematização que existe em torno das medidas atualmente. As principais questões estão no papel do Estado na tarefa de socioeducar onde a autora interpreta que “a medida socioeducativa está associada a um modo de garantir os direitos que não foram cumpridos nas políticas que rodeavam a vida desses sujeitos” (LAZZAROTTO, 2014, p. 504).

Quando se fala na saúde dos jovens em conflito com a lei e os principais fatores de risco, Souza, Silva-Abrão e Oliveira-Almeida (2011), Costa e Santos (2016) e Soares e Mendes (2016) falam sobre a relação turbulenta com os pais, a falta da presença paterna em casa e a falta de vigilância no comportamento do indivíduo. A pesquisa foi realizada em 2006 no Centro de Desenvolvimento Social de Ceilândia (CDSC), Distrito Federal, com 51 adolescentes em conflito com a lei, por meio de questionários com informações sociodemográficas e referentes a saúde. Além disso também foram feitas observações e conversas com os profissionais do CDSC, os pais e os próprios adolescentes.

Os dois últimos fatores apontados como fatores de risco são vistos na pesquisa de Souza, Silva-Abrão e Oliveira-Almeida (2011, p. 19) onde apresentam que a maioria dos jovens entrevistados residiam apenas com as mães, que também eram suas responsáveis legais. As mesmas autoras ainda apontam fatores de saúde frequentes entre os adolescentes como depressão e irritabilidade. Jimenez (2014) aponta que a sociedade enxerga o adolescente em conflito com a lei de forma culpabilizadora sendo estes não merecedores de “proteção e defesa de seus direitos” (2014, p. 539)

A pesquisa de Jimenez (2014) teve um método qualitativo e exploratório e contou com a realização de uma entrevista semiestruturada no mês de julho de 2012 “com os socioeducadores que têm diferentes formações: Pedagogia, Psicologia, Serviço Social, Filosofia, Letras, Biologia” (JIMENEZ, 2014, p. 540).

Costa *et al.* (2011) apresentam sobre o papel do psicólogo na produção de documentos jurídicos no tocante de entender as implicações da fase de transição que é a adolescente e abandonar de ver as avaliações sombrias a respeito do ato infracional. É preciso que se tenha muita cautela “para não transformar o infrator em delinquente” (COSTA *et al.*, 2011, p. 382). A avaliação proposta pelos autores aponta a descentralização do ato e foque nas motivações, na história do sujeito e em todas as complexidades que são perpassadas pela fase que é a adolescência.

O papel do psicólogo junto ao adolescente em conflito com a lei é visto por Francischini e Campos (2005) que abordam a importância do olhar subjetivo no embate do obstáculo que é a violência. Souza, Silva-Abrão e Oliveira-Almeida (2011), Costa e Santos (2016) apresentam que, de acordo com a experiência da pesquisa, foi identificado que os adolescentes por muitas vezes têm receio em conversar com os profissionais de psicologia devido a experiências passadas onde estes.

Nessa mesma pesquisa, em conversa com a equipe de psicólogos, foi detectado que o contato do profissional com os usuários do serviço “não possuía programas recreacionais ou educativos, limitando-se a entrevistas esporádicas para saber como o adolescente estava conduzindo sua vida” (SOUZA; SILVA-ABRÃO; OLIVEIRA-ALMEIDA, 2011, p. 23).

Soares (2011) traz a importância do psicólogo em projetos culturais onde este encontra-se totalmente inserido na realidade desse jovem que cumpre medidas socioeducativas possibilitando a libertação das amarras referentes aos protocolos da

observação neutra uma vez que se encontra interagindo diretamente com os indivíduos.

Rossato e Souza (2014) realizaram a pesquisa com 15 jovens de 14 a 21 anos em cumprimento de medidas socioeducativas através de grupos de conversas e dinâmicas com estagiários do curso de Psicologia. Eles apresentam a relação do psicólogo e o adolescente em conflito com a lei de uma perspectiva crítica, enxergando todo o contexto histórico para além do ato infracional em si. Os autores apresentam ainda que diversos adolescentes acabam sendo marcados negativamente por experiências passadas com psicólogo onde estes tinham “interesse em extrair informações e julgar as atitudes cometidas” (ROSSATO; SOUZA, 2014, p. 118).

Nesse aspecto é necessário, segundo os autores, que a atuação do profissional de psicologia atravesse essas questões no sentido de reconstruir essa relação, possibilitando assim uma prática capaz de reinserir socialmente o jovem, desenvolver práticas profissionais e fortalecer os vínculos familiares e comunitários. Soares e Mendes (2016) apontam o papel do psicólogo que atua nas medidas socioeducativas no desenvolvimento de medidas que façam a ponte entre Estado, família e sociedade, analisando a situação para identificar a realidade, promovendo reintrodução desde adolescente no ceio familiar e social.

Como já foi citado por outros autores, Almeida, Marinho e Zappe (2021) realizaram uma pesquisa bibliográfica feita através das bases de dados LILACS, PEPSIC e SCIELO, analisando 22 artigos coletados entre julho de 2018 e julho de 2019. As autoras apresentam a importância da não restrição do caráter avaliativo na prática do profissional de psicologia com o adolescente em conflito com a lei, fazendo-se necessário criar “oficinas culturais e estratégias inclusivas” (ALMEIDA; MARINHO; ZAPPE, 2021, p. 67).

Em resumo, pode-se defender que o papel do psicólogo junto a adolescentes cumprindo medidas socioeducativas é o de acompanhar de forma a garantir que os direitos destes não sejam negligenciados e que tenham tratamento justo e digno. Para além do acompanhamento desse jovem, o psicólogo ainda elabora documentos a fim de auxiliar as decisões judiciais acerca dos comportamentos em conflito com a lei, acompanham os responsáveis desse jovem e o contexto em que está inserido e participa da equipe que elabora o plano de intervenção.

O que podemos observar da análise do material bibliográfico é que na prática nem todas as predefinições feitas pelo ECA a respeito das medidas socioeducativas, visto que, essas medidas deveriam ter um caráter pedagógico e não punitivo ou considerado trabalho. Em relação ao psicólogo e o adolescente em conflito com lei também foi possível identificar que em alguns contextos dessa atuação também não há a idealização das referências previstas pelo CFP em 2012.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através da análise das publicações selecionadas para a revisão integrativa apurou-se que os objetivos da presente pesquisa foram alcançados de maneira eficaz. Foi possível compreender o papel do psicólogo no acompanhamento de adolescentes em conflito com a lei em cumprimento de medidas socioeducativas e esquematizar a relação do psicólogo com este adolescente. Para além dos objetivos propostos ainda foi possível na análise observar sobre a saúde dos adolescentes e como é o papel do psicólogo na produção de um documento jurídico influenciando as decisões dos poderes públicos.

Através desses achados é possível que os profissionais de psicologia tenham seus papéis sociais delimitados dentro das instituições que estão inseridos e, desta forma, possam atuar de forma mais efetiva no acompanhamento dos adolescentes em conflito com a lei. No tocando do papel social podemos identificar o acompanhamento desse jovem e da família como pontos centrais. Através desse acompanhamento é possível que se consiga de forma mais efetiva, por exemplo, elaborar os documentos jurídicos de competência do psicólogo e desenvolver o PIA também previsto pelo ECA.

Vale salientar como limitação que o reduzido número de materiais encontrados para a realização das análises mostra como a pesquisa nessa área é relevante à medida que a psicologia social necessita criar um campo definido de atuação possibilitando assim novas formas e novos olhares para essas situações. Essa limitação serve para o alerta sobre o olhar que não está voltado para esse ponto tão importante de maneira a incentivar a produção de material na área. Os achados da pesquisa podem ser aplicados na área da Psicologia no sentido em que compreende o papel de inserção do profissional de psicologia e assim auxilia no melhor entendimento do seu papel neste local.

Os caminhos futuros giram em torno de mais produções a respeito dos temas auxiliando assim que mais olhares estejam voltados aos adolescentes em conflito com a lei e ao papel social do psicólogo no acompanhamento destes.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Sara Peres Dornelles; MARINHO, Juliana da Rosa; ZAPPE, Jana Gonçalves. Atuação do Psicólogo com Adolescentes que Cumprem Medida Socioeducativa: uma revisão sistemática da literatura. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**, [S.L.], v. 21, n. 1, p. 51-72, 26 abr. 2021. Universidade de Estado do Rio de Janeiro. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1808-42812021000100004. Acesso em: 10 mar. 2022.

BRASIL, Kátia Tarouquella *et al.* Fatores de risco na adolescência: discutindo dados do df. **Paidéia (Ribeirão Preto)**, [S.L.], v. 16, n. 35, p. 377-384, dez. 2006.

BRASIL. Lei nº 12.594, de 18 de janeiro de 2012. **Brasília**, Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2012/Lei/L12594.htm. Acesso em: 10 out. 2021.

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Lei nº. 8.069, de 13 de julho de 1990. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8069.htm>. Acesso em 20 ago. 2021.

BRASIL; MINISTÉRIO DA SAÚDE; BRASIL. **Marco legal: saúde, um direito de adolescentes**. Brasília, DF: Editora MS, 2005.

CAMARGOS, Gustavo Leite; LEHNEN, Alexandre Machado; CORTINAZ, Tiago. **Crescimento, desenvolvimento e envelhecimento humano**. Porto Alegre: SAGAH, 2019.

Conselho Federal de Psicologia. **Referências técnicas para atuação de psicólogos (os) no âmbito das medidas socioeducativas** / Conselho Federal de Psicologia, Conselhos Regionais de Psicologia, Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas. 1. ed. Brasília: CFP, 2021.

Conselho Federal de Psicologia. **Referências técnicas para atuação do em Medidas socioeducativas em Meio Aberto** / Conselho Federal de Psicologia. - Brasília: CFP, 2012.

CORDEIRO, Mariana Prioli; SPINK, Mary Jane Paris. Apontamentos sobre a História da Psicologia Social no Brasil. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**, [S.L.], v. 18, n. 4, p. 1068-1086, 29 abr. 2019. Universidade de Estado do Rio de Janeiro.

COSTA, Liana Fortunato *et al.* Adolescente em conflito com a lei: o relatório psicossocial como ferramenta para promoção do desenvolvimento. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 3, n. 16, p. 379-387, set. 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pe/a/7MjJQyqrG6zpkhWmGYtbLPs/?lang=pt#>. Acesso em: 10 mar. 2022.

COSTA, Lizinara Pereira da; SANTOS, Samara Silva dos. Adolescente em conflito com a lei: revisando as contribuições de variáveis sociais, familiares e individuais. **Estud. Pesqui. Psicol.**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 16, p. 757-771, set. 2016. Disponível em:

http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1808-42812016000300006&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 10 mar. 2022.

FRANCISCHINI, Rosângela; CAMPOS, Herculano Ricardo. Adolescente em conflito com a lei e medidas socioeducativas: limites e (im)possibilidades. **Psico**, Porto Alegre, v. 3, n. 36, p. 267-273, dez. 2005. Disponível em:

<https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistapsico/article/view/1397>. Acesso em: 10 mar. 2022.

GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo. **Métodos de pesquisa**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/52806>. Acesso em: 10 nov. 2021.

JIMENEZ, Luciene; FRASSETO, Flávio Américo. Face da morte 1: A lei em conflito com o adolescente. **Psicologia & Sociedade**, v. 27, p. 404-414, ago. 2015.

JIMENEZ, Luciene. Você já está manjado: a saúde de adolescentes em conflito com a lei. **Rev. Psicol. Polít.**, São Paulo, v. 31, n. 14, p. 535-549, dez. 2014. Disponível em:

http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-549X2014000300008. Acesso em: 10 mar. 2022.

LAZZAROTTO, Gislei Domingas Romanzini. Medidas socioeducativas: cartas ao reinado do saber. **Psicologia em Estudo**, [S.L.], v. 19, n. 3, p. 503-514, set. 2014. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/pe/a/bVYKZ9RycVMJf4CYKMFxSzk/?lang=pt>. Acesso em: 10 mar. 2022.

LIMA, Késily Isabela da Silva *et al.* Adolescentes em conflito com a lei e a atuação do psicólogo em medidas socioeducativas. **Ciências Humanas e Sociais**, Alagoas, v. 5, n. 3, p. 11-24, nov. 2019. Disponível em: <https://periodicos.set.edu.br/fitshumanas/article/view/7010>. Acesso em: 20 ago. 2021.

MASCAGNA, Gisele Cristina. **Adolescência**: compreensão histórica a partir da escola de vigotski. 2009. 185 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Psicologia, Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2009. Disponível em: http://old.ppi.uem.br/Dissert/PPI-UEM_2009_Gisele.pdf. Acesso em: 20 maio 2022.

MEDEIROS, Juliana. **Medidas Socioeducativas em meio aberto**. 2020. Disponível em:

<https://www.gesuas.com.br/blog/medidas-socioeducativas-em-meio-aberto/>. Acesso em: 18 ago. 2021.

PAPALIA, Diane E.; FELDMAN, Ruth Duskin. **Desenvolvimento Humano**. 12. ed. Porto Alegre: Amgh, 2013.

PENTEADO, Regina Zanella; GASTALDELLO, Laiane Maria. Saúde e qualidade de vida de jornalistas: estudo de revisão. *Revista Brasileira em Promoção da Saúde*, [S.L.], v. 29, n. 2, p. 295-304, 30 jun. 2016. Fundação Edson Queiroz. Disponível em:

<https://periodicos.unifor.br/RBPS/article/view/4368>. Acesso em: 30 set. 2021.

PIAGET, Jean. **A Linguagem e o Pensamento da Criança**. [S.I.]: Martins Fontes, 1999.

PIAGET, J.. Intellectual Evolution from Adolescence to Adulthood. **Human Development**, [S.L.], v. 15, n. 1, p. 1-12, 1972.

- RAPPAPORT, Clara Regina; FIORI, Wagner da Rocha; DAVIS, Cláudia. **Psicologia do Desenvolvimento**. São Paulo: EPU, 1981.
- ROSSATO, Lucas; SOUZA, Tatiana Machiavelli Carmo. Psicologia e adolescentes em conflito com a lei: reflexões a partir do estágio. **Rev. Spagesp**, Ribeirão Preto, v. 1, n. 15, p. 112-122, 2014. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1677-29702014000100009. Acesso em: 10 mar. 2022.
- SAMPAIO, Rosana Ferreira; MANCINI, Marisa Cotta. Estudos de revisão sistemática: um guia para síntese criteriosa da evidência científica. **Revista Brasileira de Fisioterapia**, [S.L.], v. 11, n. 1, p. 83-89, fev. 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbfis/a/79nG9Vk3syHhnSgY7VsB6jG/?lang=pt>. Acesso em: 31 mar. 2022.
- Secretaria Nacional de Assistência Social. **Caderno de Orientações Técnicas: Serviço de Medidas Socioeducativas em Meio Aberto**. Brasília, 2016. 106 p.
- SENTANO, S. Paula. O caráter punitivo nas medidas socioeducativas. Rio Grande do Sul/RS 2016.
- SILVA, Ana Karolina Zaghetto; FELIPPE, Andreia Monteiro. A atuação do psicólogo na medida socioeducativa de semiliberdade para adolescentes em conflito com a lei. **Cadernos de Psicologia, Juiz de Fora**, v. 1, n. 2, p. 26-50, ago./dez. 2019. Disponível em: <https://seer.cesjf.br/index.php/cadernospsicologia/article/view/2481>. Acesso em: 20 ago. 2021.
- SOARES, Fabio Montalvão. Uma experiência de intervenção em um projeto cultural: o psicólogo e a defesa dos direitos humanos nas instituições socioeducativas. **Fractal: Revista de Psicologia**, [S.L.], v. 23, n. 1, p. 171-190, abr. 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/fractal/a/8qr8ghcRRFB5mJKWf7mjcks/?lang=pt>. Acesso em: 10 mar. 2022.
- SOARES, Gilbert Romer; MENDES, Delza Ferreira. A atuação do psicólogo com adolescentes infratores em medida socioeducativas. **Psicologia e Saúde em debate**, [S. I.], v. 2, n. Ed. Esp. 1, p. 117-137, 2017. Disponível em: <http://psicodebate.dpgpsifpm.com.br/index.php/periodico/article/view/50>. Acesso em: 27 abr. 2022.
- SOUZA, Elza Maria de; SILVA-ABRÃO, Fernanda Pires da; OLIVEIRA-ALMEIDA, Janayana. Desigualdade Social, Delinquência e Depressão: um estudo com adolescentes em conflito com a lei. **Revista de Salud Pública**, Bogotá, v. 1, n. 13, p. 13-26, fev. 2011. Disponível em: http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0124-00642011000100002. Acesso em: 10 mar. 2022.
- SOUZA, Juliana Marcondes Pedrosa de; CALAZANS, Roberto; MOREIRA, Jacqueline de Oliveira. Criminologia e Psicanálise: uma leitura dos atos infracionais na adolescência. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**, [S.L.], v. 17, n. 2, p. 725-743, 12 set. 2018. Universidade de Estado do Rio de Janeiro. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revispsi/article/view/37143/26261>. Acesso em: 10 nov. 2021.
- VIGOTSKI, Lev Semionovitch. **Obras escogidas IV**. Madrid: Visor Distribuciones, 1996.

A DANÇA COMO EXPRESSÃO ARTÍSTICA, CATARSE E ATIVIDADE TERAPÊUTICA

Bruna Martins Feijão¹
Aline Arruda Rodrigues da Fonseca²

RESUMO

A dança é, desde os primórdios da humanidade forma de expressão, de comunicação, de movimento e de vida. Neste estudo, objetivou-se analisar a existência de sentido para além de uma expressão artística que a vivência da dança traz, mas também de catarse, possibilitando uma ação terapêutica visando a saúde mental dos indivíduos praticantes, assim podendo ser instrumento de auxílio na dinâmica da psicoterapia. Diante disso realizou-se uma pesquisa de campo do tipo quali-quantitativa, na qual participaram 24 pessoas que praticam dança, (23) alunos e (1) professor, em centros de ensino de diferentes modalidades da atividade. O instrumento de coleta de dados foi um questionário do Google Forms enviado de forma individual. A análise dos dados, foi realizada de forma quali-quantitativa pelo Excel e sob a ótica do conteúdo de Bardin (2011). Espera-se com este trabalho demonstrar a potência da dança no acesso aos sentimentos e emoções, o bem-estar proporcionado com a prática e também a importância das atividades terapêuticas para conhecimento de psicólogos como instrumento útil para o paciente.

Palavras-chave: Dança; Atividade terapêutica; Catarse.

ABSTRACT

Dance has been, since the dawn of humanity, a form of expression, communication, movement and life. In this study, the objective was to analyze the existence of meaning beyond an artistic expression that the experience of dance brings, but also catharsis, enabling a therapeutic action aimed at the mental health of practicing individuals, thus being able to be an instrument of aid in the dynamics of dance psychotherapy. Therefore, a qualitative-quantitative field research was carried out, in which 24 people who practice dance, (23) students and (1) teacher, participated in teaching centers of different types of activity. The data collection instrument was a Google Forms questionnaire sent individually. Data analysis was performed in a qualitative-quantitative way by Excel and from the perspective of Bardin's content (2011). It is hoped with this work to demonstrate the power of dance in accessing feelings and emotions, the well-being provided with the practice and also the importance of therapeutic activities for the knowledge of psychologists as a useful tool for the patient.

Keywords: Dance; Therapeutic activity; Catharsis.

INTRODUÇÃO

¹ Graduanda no Curso de Psicologia no Centro Universitário UNIESP. E-mail: brunamartinsfj@hotmail.com.

² Profa. Orientadora Dra. em Psicologia em Psicologia Social. E-mail: prof1813@iesp.edu.br.

Frente à sociedade atual e à necessidade de atender as demandas do cotidiano, o corpo é convocado no dia-a-dia a um bom rendimento integral e quase que ininterrupto. Nesse cenário, o adoecer pode ser um processo paralisante e quase sempre reconhecido inicialmente no âmbito orgânico. Apesar dessa realidade, segundo Tanaka (2009) “O conceito do processo saúde- doença tem evoluído, nas últimas décadas, do foco principal nas doenças e morte (aproximações negativas) para concepções mais vinculadas à qualidade de vida da população, de produção social da saúde, ou seja, uma aproximação positiva”. Nesse sentido, Mendes (1999 apud TANAKA, 2009) traz que uma produção social que expressa a qualidade de vida de uma sociedade, sendo esta qualidade uma existência das vivências cotidianas, do que é desimpedido e prazeroso, individual ou coletivo, resulta-se em saúde.

Pensar em saúde como esse processo que não é estático, mas dinâmico, cotidiano e passível de ser vivenciado, é falar também dos meios e ferramentas que podem proporcionar esse bem-estar do indivíduo sendo neste trabalho apresentado como uma dessas ferramentas existentes, a dança. Todo o desenvolvimento do estudo foi em torno da possibilidade de pensar no dançar não apenas no que diz respeito ao movimento do corpo físico, mas também no âmbito da saúde mental envolvendo o dançar como um aliado ao processo psicoterapêutico em busca do bem-estar da pessoa que o pratica.

Como traz Brito (2019), a dança da modernidade se encontra no lugar de questionamento a estruturas que estão, ao decorrer da história, relacionando o corpo ao lugar de máquina e traz ao cenário atual o corpo atento ao próprio passo e aos limites. Atualmente, a dança está inserida na Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares (PNPIC) como consta no Art. 1º (BRASIL, 2017), foi incluída pela portaria nº 971/GM/MS, de 3 de maio de 2006 junto a algumas práticas: Arteterapia, Ayurveda, Biodança, Dança Circular, Meditação, Musicoterapia, Terapia Comunitária Integrativa, yoga e entre outras (BRASIL, 2017).

Nesse viés, Philippini (2004, apud COQUEIRO, 2010) traz a arteterapia como um dispositivo terapêutico que reúne diferentes saberes das diversas áreas do conhecimento, se apresentando como uma prática transdisciplinar, passando pelos processos de autoconhecimento e de transformação buscando a resgatar o homem em sua realidade integral. Diante de uma visão voltada à expressão, sob a ótica da saúde mental, como citado por Coqueiro, Vieira e Freitas (2010, p. 859) “A arte é então percebida como instrumento de enriquecimento dos sujeitos, valorização de expressão e descoberta de potencialidades singulares”.

Como menciona Vasques (2009, p. 8): “As atividades de Arteterapia cobrem um amplo espectro da experiência humana, incluindo experiências perceptuais, motoras, simbólicas e afetivas. Por esta razão, têm potencialidades de aplicação no tratamento dos mais diversos problemas que afetam o ser humano”.

É reconhecida, então, a possibilidade de utilização da produção de arte enquanto prática integrativa na manutenção da saúde, exercendo uma função terapêutica e quando aliada à clínica, ao fazer do psicólogo, podendo auxiliar no encontro do sujeito com sua própria expressão, com o que lhe é próprio. De acordo com Brito (2019) A arte e a clínica teriam em comum a possibilidade de promover deslocamentos, desestabilizando formas já instituídas, e desbloqueando, assim, nossa potência criadora.

Esse desbloqueio citado anteriormente decorrente do contato com a arte, na expressão artística, é o que pode ser relacionado à catarse e pode ser um dos efeitos da prática da dança enquanto produção de arte. Catarse, palavra que vem

originária da palavra Kátharsis, advinda da Grécia antiga com o significado de purgação, purificação espiritual, limpeza do corpo e da alma. Ao decorrer dos anos a catarse foi estudada e definida por alguns teóricos como Freud, pai da psicanálise, que a introduziu como um dos métodos auxiliares de sua prática clínica como relatado por Weixter (2016), quando Freud utilizava-se do chamado tratamento catártico deixando livre o paciente para falar suas visões, alucinações ou sentimentos analisando então essas falas e recorrendo a livre-associação das ideias em conjunto a essa abordagem. A catarse então foi associada à palavra, à fala mais especificamente, mas não somente.

Outros teóricos surgem para associar outras relações a essa definição. Como por exemplo, Weixter (2016, p.42) traz Vygotsky, outro teórico que se dedicou a estudar a catarse, agora como processo de conscientização e de relação com a arte. “Aborda que a reação estética começa pelos sentidos, ou seja, pela via da percepção sensorial, mas não se limita a esses, afirma que a reação estética como forma de compreensão da arte parte da imaginação e do sentimento” (VYGOTSKY, 1999, apud WEIXTER, 2016, p.42).

É nesse contexto de descoberta de sentidos, de reconhecimento subjetivo e espacial, de espaço para livre expressão interna e externa, não apenas através da linguagem, mas também do corpo que a dança se insere. “Muitos podem ser os motivos que fazem as pessoas moverem seus corpos, dançar; e alguns deles podem estar relacionados à busca de um bem-estar da sua saúde mental” (GONÇALVES, 2021, p.24). Como menciona Brito (2019), a cura é proposta também a partir do corpo pelas terapias que envolvem dança e movimentação. Sendo uma pesquisa de campo com caráter quali-quantitativo, exploratório, descritivo se objetivou relatar as possibilidades que existem na dança como expressão de arte, catarse individual, ferramenta prática e conjunta na constituição de um processo terapêutico e psicoterapêutico. Como objetivos específicos buscou-se traçar o perfil sociodemográfico das pessoas que praticam o dançar regularmente e estão matriculados em escolas de dança, levantando informações sobre tempo de prática e de modalidades praticadas, reconhecendo o momento no qual a catarse pode adentrar a ação e perceber onde os efeitos advindos podem auxiliar na vivência da psicoterapia. A dança, portanto, entraria como ferramenta aliada, acessível e possível, aos recursos terapêuticos existentes.

A pesquisa foi realizada com 24 pessoas, entre professores e alunos de variadas escolas de dança com idades entre 18 a 60 anos, que praticam a dança periodicamente, e frequentam essas escolas. Para a coleta de dados foram utilizados questionários criados de forma virtual para apreender os dados sociodemográficos e outras questões que responderam o problema de pesquisa sendo esse analisar o papel da dança como catarse e a possibilidade de intervenção terapêutica visando a saúde mental.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Quando se fala a respeito de dança, se pode falar a respeito de corpo, de movimento, de expressão, de música, de arte e de tantas outras possibilidades que a dança traz consigo. Mencionar o corpo é fazer menção à singularidade do ser, o que materializa a existência do indivíduo que é expressa no movimento. Conforme Bernstein, Bertherat (2010, p.3) cita, “Nosso corpo somos nós. É nossa única realidade perceptível. Não se opõe à nossa inteligência, sentimentos, alma. Ele os

inclui e dá-lhes abrigo. Por isso tomar consciência do próprio corpo é ter acesso ao ser inteiro”.

Desse modo, trazendo um visão psicanalítica, como traz Lazzarini (2006), para a psicanálise o corpo já não pode ser definido apenas pelos conceitos puros somáticos, orgânicos, mas também na articulação singular, subjetiva na qual o sujeito não apenas tem um corpo, mas é um corpo.

No contexto de corpo e de movimento, o ato de se expressar através do movimento, através da dança em específico, faz parte da história de cada corpo e advém junto à história da humanidade. “A dança esteve, assim, presente desde a origem da humanidade, nos ritos de passagem, nas festas, na preparação para a luta, na dança da chuva ou da fertilização, servindo ao propósito de transcendência, êxtase, sedução, integração social, religião e cura” (BRITO, 2019, p. 27).

Para além de uma expressão de linguagem de gestos e oral, a dança também foi utilizada pelo homem como meio de comunicação. No dia-a-dia dos povos mais antigos, independente da cultura, eles dançavam em todos os acontecimentos, do agradecer até aos casos de mortes influenciando a prática por gerações (MARBÁ; SILVA; GUIMARÃES, 2016). A partir dessas atribuições, traz-se a menção ao aspecto relacional do indivíduo, a relação deste com o mundo. Como mencionado por Borges (2019), no que tange as pesquisas sobre psicanálise e dança contemporânea, nos campos práticos e teóricos, existem operações de desconstrução da individualidade corporal, nos quais o corpo não se delimita apenas ao alcance dos movimentos, mas também se constrói a partir de uma dimensão relacional com o Outro.

A prática do dançar pode então fazer referência à uma melhor percepção individual e também do outro, outro que se encontra nas relações sociais traçadas na vida diária. O corpo na dança aponta a uma nova compreensão da corporalidade, em que o pensamento se faz corpo e o corpo que dança se faz pensamento, tornando-se um amplo território de pesquisas para múltiplas experimentações, explorações e descobertas (JOSÉ, 2011).

Aliando a dança a um fazer artístico, a arte, pode-se relembrar, assim como fez (ROLNIK, 2015, apud BRITO, 2019) nos ajuda a lidar com a dimensão trágica da vida, enfrentando as facetas que continuamente morrem e nascem em nós. Somado a isso, “a arte permite a expressão de emoções que proporcionam o equilíbrio do indivíduo com o meio, levando à sua reorganização psíquica” (FARIA; DIAS; CAMARGO, 2019, p. 9).

Quanto à arte em si, essa envolve diferentes fatores quanto à sua definição e somado a isso quanto à possibilidade de exercer algum fim de ordem terapêutica no que tange ao âmbito da saúde mental. Segundo estudos de bases filosóficas, não há definição pronta para o que se é arte. Almeida (2014) resgata que a tentativa de definir o conceito desta foi o foco principal da filosofia da arte de tradição analítica da metade do século XX.

E é a partir da percepção do que se pode encontrar a respeito de conceituar a arte, que se relembra sua importância na criação, por exemplo, da abordagem psicanalítica quando a história traz o principal fator tratado na arte, o sujeito. Freud, na criação da psicanálise, coloca a arte, no caso, a escrita como um fator primordial em sua descoberta e que traz à clínica psicanalítica uma expansão para além da psicopatologia, dos estudos da histeria, mas para chegar ao universal, a constituição do sujeito (RIVERA, 2007).

Diante desse olhar para o sujeito que a arte abre a possibilidade de uma expressão que movimenta internamente e externamente o indivíduo que a vivencia.

Como menciona Rivera (2005, p.16), no geral, o artista aspira a um tipo de autoliberação que por meio de sua obra ele a partilha com outras pessoas que de algum modo podem sofrer restrições de desejos internos.

A movimentação interna pode se dar em torno daquilo que muitas vezes é desconhecido ao próprio sujeito, mas que pode estar trazendo desconforto e angústia. O movimento corporal, além de expressão, pode encontrar o meio terapêutico. A experiência da arte, da dança como vivência artística mais diretamente pode ser terapêutica por, no âmbito da saúde mental, como citado por Brito (2019), provocar uma movimentação da angústia, uma transformação, ainda que não venha atrelada a uma emoção positiva ou cura total, mas que traz deslocamentos considerados importantes ao sujeito que a vivência. Em meio a expressão artística, se abre uma possibilidade de vivenciar uma catarse.

A definição de catarse, na psicologia, pode-se entender como liberação de emoções, de sentimentos e de tensões reprimidas, isto é, uma reação para fora. Ademais, para a psicanálise, catarse significa a ação que traz à consciência recalques do inconsciente sendo capaz de libertar a pessoa em análise de sintomas psiconeuróticos advindos desse bloqueio (ALMEIDA, 2010).

Já para Lacan como menciona Vives (2020, p. 19) é:

Pode ser entendida da seguinte forma: a catarse consistiria, assim, em uma purgação do imaginário — isto é, de tudo o que vem oferecer uma completude ao homem (eu [moi], identificação com signos a partir dos quais ele tenta se apreender e se compreender) a partir de uma imagem. Mas de uma imagem particular. Uma imagem ofuscante, nos indica Lacan. Uma imagem que, “ao encher a vista”, faz com que o olhar brote como objeto a. Não uma imagem que preenche e tranquiliza, mas uma imagem que acena para um além da representação.

Como se pode observar, catarse traz uma prática concreta que ao entrar em contato pode trazer benefícios ao sujeito que a vivencia. Trazendo uma nova elaboração aos sentimentos, a catarse é uma elaboração superior da consciência, é forma de compreensão da vida que leva a uma ação transformadora de uma realidade (BARBOSA, 2019). Obtendo-se essa prática junto ao dançar, pode-se chegar em lugares não acessados ainda sujeito, fora ou dentro do próprio processo terapêutico.

Após um trajeto histórico, social, econômico em que atravessa a humanidade o dançar também acompanha e não só acompanha, mas é atravessado por tais fatores. Sob uma nova percepção, a dança moderna faz menção à sua origem na antiguidade clássica quando retorna com expressão pessoal, buscando harmonizar a vida e a arte, retomando uma consciência corporal, subjetiva, do ser que dança. Questionando a lógica de perfeição e de sincronismo da atualidade industrial em que se tem a exigência de movimentos eficazes, de controle, de técnicas padronizadas e repetitivas que levam a uma exaustão (BRITO; GERMANO; SEVERO, 2021).

Diante de tais conceitos, faz-se necessário pensar para além da prática, uma vivência que ao ser inserida no dia-a-dia do sujeito, em variadas formas de fazer e expressão, a partir de variados sentidos pode ser terapêutica além de tantos outros benefícios envolvidos. É a partir dessa concepção de possível auxílio para a vida saudável do sujeito que a dança é realcionada a esse espaço de fazer do psicólogo e aqui, relacionada a abordagem psicanalítica. Como menciona Bertotti (p. 15, 2016):

Potencialmente promovedora de indagações, a dança permite sempre mais apontamentos de (im)possibilidades para seguir os trilhos da pesquisa. Distanciamentos e diligências forçam alcances entre arte e psicanálise, mas não há analogias conciliadoras nem relações. Há repulsões, rupturas, irrupção de contestações. Interessa à psicanálise o processo de criação no que ele a interpela a incitar rearranjos.

Como uma prática corporal, a dança pode ser também compreendida como integrante da saúde ampliada, como uma maneira de criação e recriação da vida, na realização de escolhas que pautam uma vida saudável (TIRINTAN; OLIVEIRA, 2021).

MÉTODO

TIPO DE PESQUISA

Trata-se de uma pesquisa de campo com caráter quali-quantitativo, exploratório, descritivo e com a finalidade de sintetizar, de analisar e de discutir a respeito de métodos e efeitos sobre a dança como expressão de arte e possibilidade para além de uma forma catártica, um auxílio terapêutico (MENDES; SILVEIRA; GALVÃO, 2008). Uma pesquisa que se utiliza dos métodos que são mistos, qualitativos e quantitativos tem por objetivo tornar mais geral os resultados que são de ordem qualitativa, ou ir mais profundo na análise dos resultados quantitativos, além de se certificar dos resultados qualitativos e quantitativos (GALVÃO, 2017).

PARTICIPANTES

Esta pesquisa se apresenta com uma amostragem, compreendida por 24 participantes com idades variadas entre 18 e 53 anos, com uma maioria do gênero feminino (22), com tempo de prática entre 1 mês e 20 anos. Utilizou-se como critérios de inclusão, ter idade igual ou superior a 18 anos até 60 anos e praticar a dança de forma regular.

INSTRUMENTOS

Para a coleta de dados foram utilizados questionários criados de forma virtual para apreender os dados sociodemográficos (idade, sexo, renda familiar, escola de dança onde pratica, professor de dança ou aluno, qual a modalidade de dança e a quanto tempo pratica) e outras questões previamente formuladas que responderam o problema de pesquisa sendo o de analisar o papel da dança como catarse e a possibilidade de intervenção terapêutica visando a saúde mental.

PROCEDIMENTOS ÉTICOS

A pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética do Centro Universitário da Paraíba- UNIESP com o parecer de n.º 5.339.141 e CAAE 57305122.1.0000.5184. Este estudo foi realizado considerando-se os aspectos éticos pertinentes a pesquisas envolvendo seres humanos de acordo com a Resolução nº 466/12.

PROCEDIMENTOS DE COLETA DE DADOS

A partir da temática escolhida para ser abordada foi realizada uma busca ativa a pessoas que praticam dança em escolas voltadas para este ensino e em seguida a aprovação do projeto de pesquisa foi enviado o formulário do *Google Forms* para colher as respostas daquelas pessoas que se prontificaram a responder. No formulário, utilizou-se em uma das questões a Técnica de Associação Livre de Palavras (TALP), como definida por Nobrega e Coutinho (2008), “A TALP faz parte das chamadas técnicas projetivas, orientada pela hipótese de que a estrutura psicológica da personalidade do sujeito torna-se consciente por meio de manifestações de condutas, reações, evocações, escolhas e criação (apud COUTINHO; BÚ, 2017, p.2)”. Ainda sobre a base da técnica da associação livre, essa que como definida por Jorge (2007, p.19):

A regra técnica da associação livre tem por objetivo fazer com que o paciente fale tudo o que atravessar a sua mente, com ou sem sentido, qualquer conteúdo, mesmo que de natureza constrangedora. Tornou-se um princípio básico do método investigativo freudiano, que aplicaria de maneira sistemática o procedimento técnico da livre associação, desde o início de cada tratamento e durante todas as sessões, sem exceção à regra. Utilizada como termo técnico, a associação livre define o modo de pensar incentivado no(a) paciente pela recomendação do(a) analista.

PROCEDIMENTOS DE ANÁLISE DE DADOS

Para a análise dos resultados sociodemográficos coletados foi utilizado o programa EXCEL e analisados por meio de estatística. No que se refere aos dados coletados nas questões quali-quantitativas foi-se utilizado para além do programa EXCEL, o programa de análise de conteúdo de Laurence Bardin. “Categoria, em geral, é uma forma de pensamento e reflete a realidade, de forma resumida, em determinados momentos. Na perspectiva da análise do conteúdo, as categorias são vistas como rubricas ou classes que agrupam determinados elementos reunindo características comuns.” (BARDIN, p.384, 2011).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Conforme já mencionado, o objetivo deste trabalho de discutir a respeito das possibilidades que existem entre a dança como expressão de arte, da catarse e ferramenta prática de auxílio de um processo terapêutico, e foi possível obter respostas do questionário enviado via *Google Forms* com o alcance de 48% (24 pessoas) frente à quantidade de pessoas almejadas no corpus do estudo (50). No total, responderam aos questionários sociodemográfico e estruturado, 24 pessoas, dentre elas alunos (96%) e professores (4%) de escolas de dança.

Participaram da pesquisa 24 pessoas com idade entre 18 anos e 53 anos, sendo do sexo feminino 92% (22) e sexo masculino 8% (2). Demonstrando, no público delimitado, a prevalência majoritária do sexo feminino na prática da dança.

Ao serem questionados sobre a quantidade de aulas realizadas no período semanal, se obteve as seguintes respostas, sendo maioria de 2 a 3 vezes por semana (58,33%). Sobre a quantidade de tempo que se pratica a dança, as respostas obtidas foram de 1 ano (29,17%), 2 a 5 anos (45,83%), 6 a 10 anos (12,50%), 11 a 15 anos (4,17%) e entre 16 a 20 anos (8,33%) demonstrando um cenário variado da realização prática do dançar. Quando questionados sobre a

modalidade de dança, apareceram as mais diversas práticas como ballet clássico (33,33%), dança do ventre (27,27%), dança contemporânea (27,27%), flamenco (3,03%), dança popular (3,03%), polidance (3,03%), jazz (3,03%).

Na continuidade das questões propostas foi perguntado se a dança é praticada pelos participantes da pesquisa para além do momento de aula, em outros momentos da vida cotidiana e as respostas foram que praticam apenas em sala de aula 41,67% (10) das pessoas e que praticam dança em outro momento fora sala de aula 58,33% (14) pessoas respondentes.

Diante das respostas de não prática de dança externamente, traz-se a questão do que seria dançar para cada indivíduo, pois pode não ser um ritmo específico, mas a dança, o movimento, estão presentes na vida cotidiana. Como traz Lopes (2018), pensar sobre a origem do movimento, que não nos imaginamos sem a experiência de tê-lo no ser vivo, é sentir que desde sempre ele existe. A partir do movimento, vastas possibilidades experienciais e origem indeterminada. Neste sentido, estamos falando de um movimento sem o acréscimo de técnicas ou até rigidez de movimentos específicos. Do dançar como simples movimento, diferente do dançar voltado para o fazer artístico, por exemplo. Continua Lopes (2018, p.29):

Dançando, quando não se está preocupado, motivando seus movimentos por um limite, por uma espera delimitada a atingir, provamos graus de borrões de um horizonte de espera. Já não estamos motivados por chegar a algum lugar, mas também não estamos dormindo, ou sentados no sofá, ou beijando. Estamos dançando, estamos nos movendo, nos movendo e jogando com essa possibilidade que temos e deixando que o movimento nos tome pelas mãos, pelos pés, por todo o corpo, sem a necessidade de mover-se para fazer alguma coisa, saboreando o movimento pelo movimento.

Faz-se necessário lembrar do movimento para além de expressão artística, ou de expressão artística somente. Sabe-se que a dança causa impacto sendo assistida, coreografada e bem executada, mas não apenas neste sentido. Como traz Brito (2019), “Desta forma, quando o corpo passa a moldar-se ao olhar da plateia, nascem as cinco posições dos pés no balé e enfraquece-se a dança como expressão natural da vida.”

Iniciou-se a partir de então no trabalho, as questões referentes à temática específica do da função terapêutica da arte, aqui como dança em específico, a possibilidade de catarse e expressão advindas da prática. Relacionando a prática ao sentir integral, físico e emocional aqui delimitados, foi perguntado como se sentiam ao dançar. Obteve-se como resposta relacionados à mente e ao corpo:

Como você se sente quando dança (fisicamente e emocionalmente)?

Fisicamente	Porcentagem
Relaxamento	50,00%
Força	25,00%
Percepção	25,00%

Fonte: Dados da pesquisa (2022)

Reforçando o que se menciona aqui a respeito do dançar: “Essa prática de atividade leva o indivíduo a ter mais motivação, autoestima e autodeterminação. Desse modo pode-se nos sentir mais tranquilos e mais felizes conosco e com outras

pessoas ao nosso redor” (SZUSTER, 2011, apud MARBÁ; SILVA; GUIMARÃES, 2016).

De forma notória, mediante aos resultados, as falas de ordem mental, no sentir emocional, são mais faladas quando questionados sobre o sentir pós dança. Há uma proporção de sete palavras a nível de bem-estar mental, em detrimento de três palavras sobre o bem-estar físico podendo ser lido este resultado como a influência positiva da dança para a saúde mental dos participantes da pesquisa, assim como de um bem-estar físico. Esse, já é um bem-estar esperado e por vezes, o único perceptível na dificuldade de olhar para o sentir vivenciada pelos sujeitos.

Como mencionado por uma das participantes da pesquisa, “É nessa hora que eu esqueço os problemas, largo o escritório, a rotina louca e me dedico de corpo e alma.” Existe uma dedicação integral, um sujeito dança e dança de corpo e alma.

Ainda diante da pergunta em questão, uma das participantes relata que:

Eu sinto meu corpo ativo e presente, principalmente em semanas em que tudo é muito corrido e mal dá para escutar o próprio corpo, apenas cumprir funções do dia-a-dia que não envolvem se mexer tanto. Sinto que os movimentos do corpo colocam também em movimento as emoções, permitindo um fluxo entre o que me afetou e que não chegou a virar palavra. É como se a dança fosse a comunicação entre o corpo e o além do corpo, a possibilidade de encontro. E é incrível como a dança possibilita dizer coisas que só consigo "colocar para fora" por meio dela, as quais muitas vezes eu nem tinha consciência do quanto que eu estava carregando comigo. Ao mesmo passo que treinar aumenta o repertório de movimentos do corpo (e, assim, o vocabulário corporal também), o que acaba por me ajudar a me expressar melhor, quando me liberto de preocupações com técnica, forma e até sentido do movimento, sinto que o que há de mais sincero vem à tona. É um ciclo entre treinar para se aperfeiçoar, mas também deixar o corpo emergir em meio ao que foi treinado. Sinto que a água parada de emoções e sentimentos que não foram vividos em sua inteireza se tornam rio fecundo, fazendo com que eu possa me nutrir disso.

Esse “A dança possibilita dizer coisas que só consigo colocar para fora por meio dela” mencionado pela participante, relembra essa importante possibilidade de dizer, para além das palavras, dizer dançando. Colocar para fora aqui, relembra o conceito de catarse descrito neste trabalho. Relacionar a dança a uma possibilidade terapêutica, adentrando ao cenário da psicoterapia, é também trazer o corpo para destaque. Destaque esse que por muitos anos esteve silenciado somente pela fala (BRITO, 2019). A dança pode ser, nesse contexto, uma potência comunicadora de um estado corporal, que expressa o que a palavra pode não ser capaz de expressar (FILGUEIRA, *et al*, 2017).

Quando a participante da pesquisa traz “as quais muitas vezes eu nem tinha consciência do quanto que eu estava carregando comigo” pode-se citar o trabalho de contato com o inconsciente através da dança, trago pela bailarina Pina Baush, como menciona Travi (2014), “Contrassenso de um fazer, acontece exatamente quando o sujeito só pode movimentar-se pelo desconhecimento. O passo da Pina expõe esse desconhecimento como não saber, insabido exposto pela técnica de dança através do tropeço, do esquecimento, de modo que, por isso, torna-se bendito”.

É sobre esse contato, esse movimento que acontece não apenas externamente, mas também internamente que acontece no dançar que relacionamos ao processo catártico. A vivência dessa experiência é subjetiva, a partir de inúmeras possibilidades do dançar. Sobre a catarse, a partir da definição e se ao dançar a

sentia na vivência, 92% dos participantes afirmam que percebem e 8% nunca perceberam. Rearfirmado esse caráter subjetivo da prática.

Utilizando-se o método da associação livre faz-se menção a sua utilização inicial. “Com o método de associação livre, Freud enfatiza a escuta para indagar o que se passa no corpo de cada uma, com o que se faz presente e, ao mesmo tempo, ausente, invisível aos exames médicos, ao olho com o qual pode contar a medicina.” (Bertotti, 2016). Utilizando-se dela como instrumento, como mencionado por Coutinho e Bú (2017) “A TALP mostra-se assim, como um instrumento de pesquisa que apoia-se sobre um repertório conceitual no que concerne ao tipo de investigação aberta, permitindo evidenciar, face a diferentes estímulos, universos semânticos através da saliência dos universos comuns de palavras”, foi realizada então a pergunta com referência a palavra dança, pedindo para escrever as 3 primeiras palavras que vinham à mente dos respondentes. Obtendo-se os seguintes resultados:

Ao falar em dança, cite as 3 primeiras palavras que vem a sua mente.

Palavras	Porcentagem
Força	33,90%
Alegria	11,86%
Liberdade	10,17%
Movimento	6,78%
Amor	5,08%
Corpo	3,39%
Leveza	3,39%
Música	3,39%

Fonte: Dados da pesquisa (2022)

Algumas palavras tiveram maior incidência de menção nas respostas como força (33,90%), alegria (11,86%), liberdade (10,17%) e tantas outras menções como à arte, música, cultura, empoderamento, prazer, amor e entre outras. De forma a serem mais citadas as referências ao bem estar mental novamente estão como relação principal com a dança diante das informações trazidas pelos participantes.

Quando questionados se ao dançar conseguiam, para além da técnica, expressar de forma espontânea os movimentos do corpo as respostas foram as seguintes:

8% - Não, me preocupo mais com a expressão e esqueço a técnica.
25% - Não, me preocupo mais com a técnica.
67% - Sim, consigo unir técnica e expressão espontânea.

Trazendo a importância da liberdade de produção do outro e importância deste espaço de criação livre. Como cita Braga (2014), possibilitar que o outro produza. Ora, pouco saber sobre o corpo do outro é convidá-lo ao universo da criação, sendo ele, aluno, o protagonista de sua própria dramaturgia

O questionário era finalizado com a pergunta sobre a prática de psicoterapia, onde foi obtido os valores de 25% faziam durante o período da coleta de dados, 46%

já havia feito, mas estava parado naquele momento e 29% dos respondentes nunca fizeram psicoterapia.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do objetivo deste trabalho em ver as possibilidades trazidas através da prática da dança, não apenas enquanto expressão artística, movimento, mas de catarse e possibilidade terapêutica foi possível perceber junto aos resultados obtidos, as inúmeras relações traçadas com o dançar na atualidade. Para além de uma prática de movimentos e técnicas, para algumas pessoas, a dança entra com a possibilidade de trazer auxílio e bem-estar tão buscado em uma sociedade em alta de adoecimento físico e mental. Pode-se mencionar que o bem-estar relacionado ao corpo físico da prática da dança é reconhecido há bastante tempo, mas a relação dessa prática com a saúde mental e os efeitos acessados para a mente, as emoções, as organizações psíquicas, são de ordem mais sensível e perceptível à aqueles que estão atentos à esse cuidado além do orgânico.

Foi identificado no trabalho o perfil sociodemográfico dos participantes com informações adicionais sobre o tempo de prática de dança, as diferentes modalidades praticadas por eles além da identificação do momento em que o dançar tornou-se possibilidade de expressar e método catártico.

Neste trabalho, não apenas falou-se a respeito da prática da dança enquanto indivíduo que pratica, mas também para o profissional de psicologia que pode considerar os efeitos dessa prática enquanto material provindo de seus pacientes, para auxílio nessa percepção e bem-estar do sujeito. Trazendo essa inserção das práticas terapêuticas acessíveis ao fazer do profissional de psicologia, expandido a possibilidade do sujeito de expressar sua individualidade e sentidos.

Foi possível escrever sobre a temática, apesar de dificuldades claras quanto à escrita pois a partir de uma vivência pessoal como delimitar à escrita normativa o movimento que vivenciado pessoalmente é livre e sem ensaios em sua grande maioria. É apenas dançado. Como colocado por Hanstein (1999 apud Dantas 2017), “A pesquisa em dança não deve afastar o pesquisador da experiência da dança. Como salienta a autora, não devemos esquecer de que no âmago da pesquisa em dança encontra-se o ato de dançar e a experiência da dança, que são únicos para cada dançarino.”

Ademais, foi possível perceber essa distinção também sobre o dançar que a partir dele provém algum sentido ou a vivência de um sentir, do dançar que simplesmente se encaixa no fazer técnico apesar de trazer também algum bem-estar como do corpo físico mencionado pelos participantes. Tem-se então algumas possibilidades de futuros estudos da função terapêutica da dança e em que momento se pode ser acessada. Além de estudos referentes a essa associação do movimento, do dançar à prática da psicologia, em termos de utilização concreta pelos profissionais da área.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, A. **Definição de arte**. Lisboa, Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa, 2014. Disponível em: <https://repositorio.ul.pt/handle/10451/15422> Acessado em: 01 dez. 2021.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BARBOSA, M. F. S. **Vigotski e Psicologia da Arte: horizontes para a educação musical.**

Cadernos Cedes, v. 39, p. 31-44, 2019. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/ccedes/a/sdRzmVvSwGLpBMQR83yF4Tg/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 24 mar. 2022.

BERNSTEIN, C; BERTHERAT, T. **O corpo tem suas razões.** 21ª edição. São Paulo: Editora WMF, 2010.

BERTOTTI, F. V. **Em torno dos passos: ensaio sobre dança e psicanálise.** 2016. 138 f.

Dissertação (Mestrado em Psicologia Clínica e Cultura)—Universidade de Brasília, Brasília, 2016.

Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/21595>. Acesso em: 20 mai. 2022.

BORGES, C.F.; BAPTISTA, T. W.de F. O modelo assistencial em saúde mental no Brasil: a trajetória da construção política de 1990 a 2004. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 24, p. 456- 468, 2008. Disponível em:

https://www.scielosp.org/article/ssm/content/raw/?resource_ssm_path=/media/assets/csp/v24/n2/24.pdf. Acesso em: 01 dez. 2021.

BORGES, F. G. A. **Por uma rítmica dos corpos falantes: ressonâncias entre a psicanálise e a dança contemporânea.** Tese (doutorado em Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano) – Instituto de Psicologia, University of São Paulo, São Paulo, 2019. Disponível em:

<https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/47/47131/tde-12122019-170904/en.php>. Acesso em 20 mai. 2022.

BRAGA, C. S. **Psicanálise, Dança e Educação: caminhos e percalços.** Leitura Flutuante. Revista do Centro de Estudos em Semiótica e Psicanálise, v. 6, n. 2, 2014. Disponível em:

<https://revistas.pucsp.br/leituraflutuante/article/view/21055>. Acesso em: 20 mai. 2022.

BRASIL. Portaria Nº 849, DE 27 DE MARÇO DE 2017. Disponível em:

https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2017/prt0849_28_03_2017.html. Acesso em: 19 mai. 2022.

BRITO, R. M. de M. **Dança e transformação: a potencialidade terapêutica do corpo em movimento.** 305f. Tese - Universidade Federal do Ceará, Programa de Pós-graduação em

Psicologia, Fortaleza (CE), 2019. Disponível em: <http://repositorio.ufc.br/handle/riufc/43398>. Acesso em: 20 mar. 2022.

BRITO, R. M. D. M., GERMANO, I. M. P., & SEVERO J. R. **Dança e movimento como processos terapêuticos: contextualização histórica e comparação entre diferentes vertentes.** *História, Ciências, Saúde-Manguinhos*, 28, 146-165, 2021. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/hcsm/a/WSFdKbSxtSygsP9BNwdWdRt/?lang=pt&format=html>. Acesso em: 24 mar. 2022.

COQUEIRO, N.; FREIRE, F. R. R.; VIEIRA, and M. M. C.; **Arteterapia como dispositivo terapêutico em saúde mental.** *Acta Paulista de Enfermagem* 23 (2010): 859-862. Disponível

em:<https://www.scielo.br/j/ape/a/9LVK4BKMMB5mrwXwjDbWgfh/abstract/?format=html&lang=pt&stop=next>. Acesso em: 01 dez. 2021.

COUTINHO, M. da P. de L. et al. A técnica de associação livre de palavras sobre o prisma do software tri-deux-mots (version 5.2). **Revista Campo do Saber**, v. 3, n. 1, 2017.

Disponível em: <https://periodicos.iesp.edu.br/index.php/campodosaber/article/view/72/58>. Acesso em: 24 mai. 2022.

DANTAS, M. F. **A pesquisa em dança não deve afastar o pesquisador da experiência da dança: reflexões sobre escolhas metodológicas no âmbito da pesquisa em dança.** *Revista da Fundarte. Montenegro, RS. Vol. 7, n. 13/14 (jan./dez. 2007), p. 13-18*, 2007. Disponível em:

<https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/225505> Acesso em: 20 mai. 2022.

DE ANDRADE FILGUEIRA, L. M. et al. **Um estudo qualitativo sobre a dança como potência de vida na velhice.** *Revista Kairós-Gerontologia*, v. 20, p. 271-292, 2017. Disponível em:

<https://revistas.pucsp.br/kairos/article/view/48069>. Acesso em: 24/03/2022. DE ALMEIDA, W. C. Além da catarse, além da integração, a catarse de integração. **Revista brasileira de psicodrama**, v. 18, n. 2, p. 72-95, 2010. Disponível em: <https://revbraspsicodrama.org.br/rbp/article/view/129>. Acesso em: 23 de mar. 2022

FARIA, P. M. F. de; DIAS, M. S. de L.; CAMARGO, D. de. **Arte e catarse para Vigotski em Psicologia da Arte. Arq. bras. psicol.**, Rio de Janeiro, v. 71, n. 3, p. 152-165, dez. 2019. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-52672019000300012&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 24 mar. 2022

GALVÃO, M. C. B.; PLUYE, P.; RICARTE, I. L. M.; Métodos de pesquisa mistos e revisões de literatura mistas: conceitos, construção e critério de avaliação. InCID: **Revista de Ciência da Informação e Documentação**, v. 8, n. 2, p. 4-24, 2017. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/incid/article/view/121879>. Acesso em: 20 mar. 2022

GONÇALVES, G. G. **A dança como uma estratégia de cuidado em saúde mental sob uma perspectiva psicanalítica**, 2021. Disponível em: <https://repositorio.uniceub.br/jspui/handle/prefix/15170> Acesso em: 20 mai. 2022.

JOSÉ, A. M. de S. **Dança contemporânea: um conceito possível?** 2011. Disponível em: <https://ri.ufs.br/handle/123456789/985>. Acesso em: 13 mai. 2022.

LAZZARINI, E. R.; VIANA, T. de C. **O corpo em psicanálise. Psicologia: Teoria e pesquisa**, v. 22, n. 2, p. 241-249, 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ptp/a/bVjD4hvChNCWssn8jbd5pSM/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 13 mai. 2022.

LOPES, V. F. **An-danças: movimentos do corpo no cotidiano e na dança**. 2018. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11449/154885>>. Acesso em: 22 mai. 2022.

MARBÁ, R. F.; SILVA, G. S. da; GUIMARÃES, T. B. Dança na promoção da saúde e melhoria da qualidade de vida. **Revista Científica do ITPAC, Araguaína**, v. 9, n. 1, 2016. Disponível em <https://assets.unitpac.com.br/arquivos/Revista/77/Artigo_3.pdf> Acesso em: 22 mai. 2022.

MENDES, K. D. S.; SILVEIRA, R. C. de C. P.; GALVÃO, C. M.; Revisão Integrativa: método de pesquisa para a incorporação de evidências na saúde e na enfermagem. **Revista Texto & contexto enfermagem**, Florianópolis, v. 17, n. 4, p. 758-764, nov. 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tce/a/XzFkq6tjWs4wHNqNjKJLkXQ/?lang=pt>. Acesso em: 29 nov. 2021.

RIVERA, T. **O sujeito na psicanálise e na arte contemporânea. Psicologia Clínica** 19 (2007): 13-24. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pc/a/GdsnHJGVbB68ZQ44Y4bCRHt/abstract/?format=html&lang=pt&stop=previous>. Acesso em: 30 de nov. 2021.

RIVERA, T. **Arte e psicanálise**. 2º edição. Rio de Janeiro: Editora Jorge Zahar, 2005.

SOUZA, M. T.; SILVA, M. D. da; CARVALHO, R. de. **Revisão integrativa: o que é e como fazer. Einstein (São Paulo)**, São Paulo, v. 8, n. 1, p. 102-106, mar. 2010. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/s1679-45082010rw1134>. Acesso em: 29 nov. 2021.

TANAKA, O. Y; RIBEIRO, E. L. **Ações de saúde mental na atenção básica: caminho para ampliação da integralidade da atenção. Ciência & Saúde Coletiva**, v. 14, n. 2, p. 477-486, 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/GVcLNjDfYtLPcL8qxC64JVQ/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 13 de mai. 2022.

TIRINTAN, M. M.; OLIVEIRA, R. C. de. Os impactos da experiência da dança em sua relação com a saúde. **Physis: Revista de Saúde Coletiva**, v. 31, 2021.

TRAVI, M.T. F. **Caminhos para dançar-se: Elementos da psicanálise no processo criativo de Pina Bausch**. 2014. Disponível em: < <https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/103913> > Acesso em: 22/05/2022.

WEIXTER, R. R. A. **catarse musical na reeducação dos sentidos: formação, música e educação em Theodor Adorno e Georges Snyders**. 2016. 169 f. 2016. Tese de Doutorado. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória. Disponível em: portais4.ufes.br/pdf. Acesso em: 01 dez. 2021.

VASQUES, M. C. P. C. F. **A arteterapia como instrumento de promoção humana na saúde mental**. 2009. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11449/98472>>. Acesso em: 01. Dez. 2021

VIVES, Jean-Michel. **Pavor e compaixão: da catarse trágica ao trágico do ato analítico**. 2020.

A RECONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE FEMININA APÓS A SEPARAÇÃO CONJUGAL

Célia Simone Chaves Bandeira
Ana Flávia Borba Coutinho

RESUMO

O número de divórcios, em todo o país, cresceu consideravelmente nos últimos anos, principalmente durante a pandemia. O presente trabalho pesquisou sobre a reconstrução da identidade feminina, após o fim do casamento, e quais seriam as maiores dificuldades vivenciadas pela mulher. O objetivo principal é compreender o processo de reconstrução da identidade feminina após a separação conjugal. Enquanto os específicos são assim definidos: identificar obstáculos à reconstrução da identidade feminina após a separação conjugal; entender as dificuldades enfrentadas pela mulher que passou por uma separação conjugal; discutir os problemas emocionais vivenciados pelo universo feminino após o fim do casamento; e descobrir estratégias de enfrentamento utilizadas pelas mulheres, vislumbrando a reconstrução da identidade. Trata-se de uma pesquisa de campo, qualitativa. Foram entrevistadas cinco mulheres, idades entre 30 e 75 anos, com níveis de escolaridade médio ou superior, que passaram por separação conjugal e não casaram novamente. Na análise dos dados, emergiram três categorias temáticas: 1-Sentimentos predominantes após separação; 2-Reconstrução da identidade e ressignificação de sentimentos; 3-Dificuldades enfrentadas e estratégias. Foram contemplados os principais pontos extraídos no desenvolvimento deste estudo. Os resultados demonstraram que a mulher ressignifica sentimentos e se vê envolvida na reconstrução de sua identidade. São incorporados valores, metas, sonhos e comportamentos distintos do período da conjugalidade. Há verdadeiro divisor de águas: um antes e depois.

Palavras-Chaves: separação conjugal; identidade feminina; reconstrução da identidade.

ABSTRACT

The number of divorces across the country has grown considerably in recent years, especially during the pandemic. The present work researched on the reconstruction of the feminine identity, after the end of the marriage, and what would be the biggest difficulties experienced by the woman. The main objective is to understand the process of reconstruction of female identity after marital separation. While the specifics are defined as follows: identifying obstacles to the reconstruction of female identity after marital separation; understand the difficulties faced by women who have gone through a marital separation; discuss the emotional problems experienced by the female universe after the end of the marriage; and discover coping strategies used by women, with a view to rebuilding their identity. This is a qualitative field research. Five women were interviewed, aged between 30 and 75 years, with levels of secondary education or higher, who had gone through marital separation and had not remarried. In the data analysis, three thematic categories emerged: 1-Predominant feelings after separation; 2-Reconstruction of identity and resignification of feelings; 3-Difficulties faced and strategies. The main points extracted in the

development of this study were considered. The results showed that the woman re-signifies feelings and finds herself involved in the reconstruction of her identity. Values, goals, dreams and behaviors distinct from the period of conjugality are incorporated. There is a real watershed: a before and after.

Keywords: marital separation; female identity; identity reconstruction.

INTRODUÇÃO

O número de divórcios, em todo o país, cresceu consideravelmente nos últimos anos, principalmente durante a pandemia. Nos cinco primeiros meses de 2021, foram registradas 29.985 separações, período recorde de desenlaces no país, conforme levantamentos do Colégio Notarial do Brasil, divulgados no site da instituição (CNB, 2021), organização representante dos 9.778 cartórios de notas.

Esse crescente número suscita reflexões em vários campos, atingindo homens e mulheres de diferentes idades, crenças, segmentos sociais e orientações sexuais. Ante o término de uma relação matrimonial, o universo feminino pode enfrentar diversos problemas, inclusive formas de violência, sobretudo durante tomadas de decisões e ressignificações de sentimentos. Diante da relevância do tema, o presente trabalho de pesquisa ateve-se ao estudo do processo de reconstrução da identidade feminina, após a separação conjugal.

O conceito de identidade constitui elemento crucial ao desenvolvimento deste trabalho, assim como a compreensão acerca de todo o processo de reconstrução da figura feminina. Segundo Grandesso (2006), a sociedade costuma adotar visões tradicionais relativas à identidade, que podem e devem ser questionadas. Para a autora, tratam-se de paradigmas inacabados, porque a identidade é construída sob pilares relacionais, portanto, estará sempre em pleno desenvolvimento, vivenciando mudanças constantes.

Silva (2000) define a identidade como uma relação social, que caminha simultaneamente a valores culturais, imposições, hierarquias e normatizações de poder. Ao longo da sua construção, há disputas, crises e influências de padrões comportamentais, que podem moldá-la de várias formas. Ora, o binômio casamento e separação está demasiadamente presente na cultura brasileira. Portanto, essa pesquisa estudou como a reconstrução da identidade acontece após o término do matrimônio, entre o universo feminino, considerando o leque de transformações e sentimentos imersos em tais episódios.

De acordo com Silva (2000), a identidade também traduz e reflete formatos de delimitação de territórios e conceitos: o que somos e o que não somos; o “eu” e a alteridade; o que fica dentro ou fora. São processos que retratam também as relações de poder, frequentemente constatadas no decorrer da conjugabilidade, notadamente ao final. Para Silva (2000, p. 82), “essa demarcação de fronteiras, essa separação e distinção, supõem e, ao mesmo tempo, afirmam e reafirmam relações de poder”.

Ao falar sobre reconstrução, Grandesso (2006) chama a atenção para um processo de ressignificação, e não de recuperação ou resgate de algum elemento esquecido. Ou seja, predominam vieses associados ao novo, sem prescindir das particularidades do indivíduo. A autora também pontuou a importância da diversidade na formação da identidade, originária do conjunto de diferenças, seus significados e transformações.

As mudanças ocorrem a todo instante, em razão também de modificações socioculturais e, conseqüentemente, da introdução de outros conceitos, padrões comportamentais e formatos de relações conjugais. Segundo Carneiro (1998), somente a partir do século XVIII, a sociedade passou a vislumbrar o casamento nos modelos atuais, pautados por expectativas de trocas de sentimentos e desejos.

Até a idade média, tratava-se de uma decisão delegada aos pais, considerada um negócio. O sexo feminino não possuía direito de escolha, e sim tão somente o dever de ser fiel, sob pena de pagar com a própria vida ou o abandono total. A mulher contemporânea carrega expectativas de amor e felicidade, ao decidir enveredar pelos caminhos do matrimônio. Mas, na visão de Araújo (2002), esses anseios e idealizações também culminam com rupturas e desilusões, em razão da avalanche de frustrações.

Carneiro (2003) traz a discussão acerca da desconstrução da identidade durante a separação conjugal, comumente marcada por enfrentamentos de conflitos e dilemas identitários, onde multiplicidade de identidades (individuais e coletivas) costumam ser acionadas e ressignificadas constantemente, em função de diferentes contextos e esferas sociais, que se interpenetram. De acordo com ela, os cônjuges vivenciam processo de ressignificação das identidades individuais, de forma lenta, sofrida e solitária.

O ser humano, principalmente a mulher, perpassa por caminhos tortuosos, embora também gratificantes, no afã de reconstruir a própria identidade. Diante da relevância e atualidade do tema, sempre tão latente no universo feminino, o problema de pesquisa deste artigo é compreender se há, de fato, um processo de reconstrução da identidade feminina após o desenlace matrimonial, e quais seriam as maiores dificuldades. Ou seja, quais os obstáculos à conquista dessa nova identidade individual?

Trata-se de uma fase de transição, onde, na maioria das vezes, a mulher encontra-se bastante combalida, submersa em oceano de dúvidas e lampejos de certezas. O trabalho em curso está centrado nas principais razões pelas quais o segmento feminino experimenta esse processo de reconstrução da identidade, conforme a literatura existente e relatos variados. Livros, pesquisas científicas, jornais, revistas, redes sociais de comunicação, vídeos em canais da internet e publicações em geral apontam para um sofrimento devastador, enfrentado pela mulher após a separação conjugal.

Ao longo dos anos, a sociedade brasileira propaga um modelo sociocultural com vieses machistas, patriarcais e também misóginos, com diversas formas de violência contra as mulheres. Após a separação conjugal, diante do desafio de ressignificar sua própria identidade e reconfigurar papéis sociais, o sexo feminino depara-se com tais arquétipos nos diferentes contextos: familiares, profissionais, afetivos, culturais e também pessoais.

São paradigmas integrantes de um tecido social coercitivo à figura da mulher, notadamente no momento da separação conjugal. Em 1978, o cantor, compositor, dramaturgo e escritor Chico Buarque de Holanda compôs a música "Geni e Zepellin", para o espetáculo Ópera do Malandro. A letra traz uma crítica à objetificação da mulher, tradicionalmente apedrejada pela sociedade, mesmo quando corpo e alma gritam, em silêncio ensurdecido, por socorro.

Após o desenlace, com ou sem alardes, a mulher enfrentará o desafio de reconstruir a identidade individual, imersa nesse modelo de sociedade. Grunspun (2000) aponta diferentes fases envolvidas em todo o processo, que, segundo ele, não há como esquivar-se, pois se fazem inexoráveis. São ciclos que envolvem

desde os sentimentos de descontentamento, distanciamento, desconfiança e ressentimento às sensações de culpa, medo, amor, ódio, insegurança, depressão, ansiedade e luto, culminando com o início do período de aceitação.

Grunspun (2000) denomina a última fase de “aceitação crescente”, quando o casal passa a vislumbrar, de fato, novas redescobertas para o futuro, além de uma outra identidade. De acordo com o autor, cada pessoa chegará a essa etapa no seu tempo. Depende de inúmeras variáveis internas e externas. O presente trabalho enveredou por tais vertentes, onde o estudo acerca da pavimentação da reconstrução da identidade feminina, após a separação conjugal, constitui a principal ênfase do problema pesquisado.

O aprofundamento de estudos sobre a reconstrução da identidade feminina, após a separação conjugal, consubstancia-se instrumento primordial para uma melhor compreensão acerca do universo feminino, com suas dores e conflitos. O retrato obtido é fundamental ao amadurecimento e exercício de novos paradigmas e discussões nesse campo, que também envolve saúde da mulher, autonomia financeira, representações sociais, empoderamento, responsabilidade, respeito e conquista de espaços ainda não ocupados.

Portanto, pesquisar sobre término do matrimônio e processo de reconstrução da identidade, contribui substancialmente à reformulação de conceitos e experiências vivenciadas pelo sexo feminino. Segundo Anton (2000), o matrimônio surge também como necessidade de companhia e afago, assim como desejo de manter-se em grupo.

De acordo com a autora, caminhar sozinho é uma experiência satisfatória, além de engrandecedora, na vida de algumas pessoas, mas também pode ser razão de emoções negativas, marcadas por sensações de abandono e exclusão. O trabalho em curso exerce grande importância à medida em que contribui para o aprofundamento acerca de tais sentimentos inerentes ao universo feminino, inclusive o luto vivenciado após a separação conjugal, e suas consequências na vida da mulher.

Neste contexto, o objetivo principal deste artigo é compreender o processo de reconstrução da identidade feminina após a separação conjugal. Enquanto os específicos são assim definidos: identificar obstáculos à reconstrução da identidade feminina; entender as dificuldades enfrentadas pela mulher que passou por uma separação conjugal; discutir os problemas emocionais vivenciados pelo universo feminino após o fim do casamento; e descobrir estratégias de enfrentamento utilizadas pelas mulheres, vislumbrando a reconstrução da identidade.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE FEMININA

O referencial teórico apresenta três questões cruciais ao desenvolvimento desse projeto de pesquisa: a construção da identidade feminina; resignificação de sentimentos após a separação conjugal; luto e culpas. A formação da identidade feminina, no Brasil, está umbilicalmente vinculada ao matrimônio, entrelaçada à supremacia masculina (RANGEL, 2008).

Durante longo período, a mulher buscou cumprir suas funções sociais única e exclusivamente por meio do casamento, restringindo-se aos cuidados com a casa, filhos e marido. Segundo Rangel (2008, p. 13), “a permanência da mulher nesse

mundo era tida como um ideal”. A inferioridade feminina era propalada nas diversas camadas sociais.

No Brasil Colônia, o universo masculino mantinha total controle sobre os ambientes domésticos. Para as mulheres, restava apenas o dever de obedecer aos pais, irmãos e marido. De acordo com Araújo (2006), prevalecia o regime de confinamento, segundo o qual, elas podiam sair apenas aos domingos, para ir à Igreja, onde recebiam ensinamentos que reforçavam ainda mais os sentimentos de submissão e inferioridade em relação aos homens.

Rangel (2008) afirma se tratar de uma época em que não casar, ainda cedo, constituía sinônimo de fracasso total. A educação feminina vislumbrava o casamento como única forma de realização. Ser solteira, aos 15 anos, já despertava preocupação e apreensão. Freyre (2006) relata que o rótulo de “solteirona” era cravado antes dos 20 anos. Os pais começavam a pedir aos santos, fazer promessas e empreender todos os esforços possíveis, a fim de arrumar maridos para as filhas, conforme suas conveniências.

As uniões visavam tão somente a preservação e expansão de bens materiais, em substituição ao amor-paixão. Após o casamento, a mulher amargava rotinas e estilos de vida que a levavam ao envelhecimento precoce, quando não morriam de parto, recém-casadas. De acordo com Freyre (2006), eram rendidas pelo tempo muito rapidamente, transformando-se em senhoras bem distantes da juventude de outrora. Aos 20 anos, pareciam matronas decadentes, entregues à vida doméstica, sem direito algum.

O discurso religioso reverberava estereótipos que exerciam forte influência sobre o tecido social. A mulher deveria manter a discrição, a honradez, ser virtuosa e procriar. A beleza física era vista até mesmo como uma ameaça ao modelo de união disseminado pela Igreja. Para Priore (2019), existia uma espécie de imputação de penalidade ao corpo feminino, que podia trazer riscos ao homem, conduzindo-o à perdição. Ou seja, era um tempo em que o processo de construção da identidade feminina se dava essencialmente por meio dos papéis de esposa e mãe.

A escritora Beauvoir (1980) chama à atenção para assimetrias presentes nos casamentos, consubstanciadas por relações que sequer produzem reciprocidades, tampouco alguma forma de equiparação de oportunidades e vivências. O matrimônio, segundo ela, transformava o sexo feminino pura e simplesmente em objeto da superioridade masculina.

Para Beauvoir (1980, p. 166), “o casamento sempre se apresentou de maneira radicalmente diferente para o homem e para a mulher. Ambos os sexos são necessários um para o outro, mas essa necessidade nunca engendrou nenhuma reciprocidade”. Diante dessa herança pesada, a mulher precisou lidar com desafios e adversidades de toda natureza, a fim de redefinir sua identidade e o papel social a ser desempenhado, lenta e gradativamente, acompanhando arsenal de mudanças que envolvem aspectos multifacetados, inclusive nas searas políticas e jurídicas. Simultaneamente, haviam transformações mentais, socioculturais e econômicas.

O avanço da revolução industrial constitui marco importante nesse processo, à medida em que a mulher, até então alijada do ciclo de desenvolvimento, ingressa em vários setores da sociedade. Passa a participar de atividades culturais, políticas, sindicais e, sobretudo, profissionais. Segundo Vaitsman (1994), possibilidades e interesses são ampliados, frestas descortinam-se, transpondo a aspiração única de casar e exercer a maternidade.

De acordo com o autor, no Brasil, somente a partir de 1943, a mulher teve o direito de trabalhar sem o aval do marido, desde que fosse necessário à sua

sobrevivência e dos filhos. Na década de 1950, segundo Priore (2019), a separação conjugal soava como ameaça em potencial sobre as esposas. O ambiente de profunda dependência financeira, aliada às representações sociais e também aos componentes que pontuam a dependência emocional, geravam situações que conduziam à indissolubilidade do matrimônio, mesmo que a felicidade conjugal passasse ao largo.

A partir da década de 1960, inicia-se um processo de liberação sexual, impulsionado pelo surgimento da pílula anticoncepcional e movimentos ligados aos direitos civis. Há uma aceleração da participação feminina nos diversos setores da sociedade, notadamente nas esferas reivindicativas. O movimento das mulheres trabalhadoras ganha projeção em âmbito nacional.

Também foi fundamental o ingresso da mulher no sistema educacional. Vaitsman (1994) afirma ter sido o magistério a porta de entrada para os avanços nesse campo. Com a expansão do ensino secundário, no Brasil, a mulher teve acesso à educação superior e pôde alçar novos voos. O curso pedagógico (ou normal) já não era a única opção, tampouco atraía o universo feminino na mesma dimensão, sobretudo a parcela com melhor condição social.

Na década de 1970, emerge o feminismo, com bandeiras libertárias, incentivadoras do surgimento de uma nova mulher. Rangel (2008, p. 29) faz reflexão acerca da crise do modelo conjugal, que perpassa até a atualidade. “Os papéis de gênero não estão bem definidos, de maneira que as fronteiras entre o público e o privado são mais flexíveis, mais permeáveis”.

Durante o casamento, a mulher, habitualmente, vivencia os desafios e oportunidades de experimentar uma carreira profissional, conciliando com a maternidade e uma avalanche de investimentos afetivos em prol da instituição família. Giddens (2005) abordou a teoria da socialização de gênero, segundo a qual, existe uma imposição acerca de quais comportamentos seriam adequados e/ou inadequados às meninas. Tratam-se de construções sociais resultantes do machismo estruturado, que castiga o universo feminino por toda a vida.

Os contextos históricos e socioculturais contribuem substancialmente à formação da identidade feminina. Ora, amor-paixão, identidades conjugais e individuais, além de situações marcadas por enlaces e rompimentos, também constituem comportamentos ligados a uma época, que vai desde o período colonial à atualidade. Da rigidez familiar patriarcal à contemporaneidade (PRIORE, 2019).

A RESSIGNIFICAÇÃO DA IDENTIDADE PÓS-SEPARAÇÃO

O processo de reconstrução da identidade, um dia vivenciada sob a alcova da conjugalidade, requer a descoberta de vários novos significados, que, na compreensão de Silva (2000), juntam-se às diferenças intrínsecas aos seres humanos. Tratam-se de fatores entremeados por exclusões e inclusões, atravessados por subjetividades e reações das mais variadas.

Quem divorcia não mais faz parte do grupo de casados e, provavelmente, precisará configurar outro formato identitário, porque sua identidade conjugal não mais existe. Para Silva (2000, p. 84), há dois pólos envolvidos nesses ciclos de concepção e reconstrução. “De um lado, estão aqueles processos que tendem a fixar e a estabilizar a identidade; de outro, os processos que tendem a subvertê-la e a desestabilizá-la”. São construções eminentemente mutáveis e inacabadas, afloradas sob valores socioculturais também em constante movimento.

Durante a separação, segundo Carneiro (2003), constata-se uma desconstrução gradual da identidade conjugal, suscitando espécie de reorganização das individualidades. Ou seja, os cônjuges experimentam a resignificação de suas identidades, de maneira particular, geralmente enfrentando uma simbiose de sofrimento e solidão. Há também, conforme a autora, junção de desejos, histórias, sonhos e projetos. Seriam dois corpos em um? Dois seres em um?

São muitas dores, relatadas por Caruso (1986) como uma das mais sofridas situações pelas quais uma pessoa pode passar ao longo de sua existência. Ao falar sobre o final de uma relação amorosa, o autor (1986, p.11) faz analogia à morte em vida, por um não mais existir na consciência do outro. “Uma das mais dolorosas experiências na vida humana – e talvez a mais dolorosa – é a separação definitiva daqueles a quem se ama. Na verdade, tal fato não é estranho a nenhum ser humano, podendo provocar sentimentos de rebeldia ou de resignação”.

De acordo com Caruso (1986), o pensamento acerca da efemeridade de tudo, “inclusive a presença do ser amado” (1986, p.11), produz um certo alento. Mas, o processo de separação lento e progressivo, que se sucede ao distanciamento afetivo do casal, constitui ferida emocional latejante igual doença crônica, que dói de maneira diferente em cada pessoa, com episódios de recaídas, além de algumas idas e vindas. Portanto, as razões e efeitos devem ser avaliados a partir das singularidades, sem incorrer no equívoco da busca pela homogeneização.

Carneiro (2003) explica que o casamento impõe o estabelecimento de uma nova identidade, definida por Singly (1998) como um “eu” conjugal, que irá formar-se à luz das relações consolidadas entre o casal e suas interatividades. De acordo com a autora, a maior demanda de separações advém da iniciativa feminina. Ao perceber que a relação não vai bem, principalmente nas nuances amorosas, a mulher é menos relutante na hora de se manifestar.

Com relação ao processo de redefinição da identidade feminina, deve-se considerar alguns componentes, a exemplo dos contextos socioculturais nos quais a mulher vivencia suas principais experiências e encontra-se inserida. Para Carneiro (2003), o sexo feminino tornou-se “amorosamente mais exigente” e, conseqüentemente, com maior disposição à atribuição de novos significados às suas vidas. Esse fenômeno decorre principalmente da aquisição de autonomia financeira, à medida em que o mercado de trabalho também passou por reconfigurações.

A propósito de todos os dissabores e conflitos, a sociedade contemporânea vivencia momento de crescimento expressivo do número de divórcios, conforme levantamentos estatísticos divulgados pelo Instituto Brasileiro de Direito de Família (IBDFAM), em 2020, relativos ao ano de 2019. Os dados mostram o seguinte retrato: brasileiros se casam menos e permanecem na união civil por menor período.

Os números revelam que, a cada ano, a dissolução da conjugalidade acontece mais rápido. Em 2018, a duração média da união correspondia a 17,6 anos. No ano de 2019, essa média caiu para 13,8 anos. Os dados apresentados registram cerca de 1,02 milhão de casamentos no Brasil, em 2019, aproximadamente 29 mil a menos que em 2018. O contingente de casamentos caiu pela quarta vez consecutiva, segundo informações veiculadas pelo IBDFAM, por meio do seu site (2020).

LUTO E CULPAS

Durante o processo de separação conjugal, a mulher pode experimentar, intensa ou moderadamente, sentimentos de luto e culpa. Para Freud

(1917/2006), o luto constitui uma resposta à perda, que deverá ser superada após certo tempo. O autor considera o luto uma “reação à perda de um ente querido, à perda de alguma abstração que ocupou o lugar de um ente querido, como o país, a liberdade ou o ideal de alguém, e assim por diante” (FREUD, 1917/2006, p. 249).

Freud (1930/2010) trata a culpa com propriedade ao falar sobre esse sentimento e suas expressões, transportando-o ao complexo de Édipo. “Matar o próprio pai ou abster-se de matá-lo não é, realmente, a coisa decisiva. Em ambos os casos, todos estão fadados a sentir culpa, porque o sentimento de culpa é a expressão tanto do conflito devido à ambivalência quanto da eterna luta entre Eros e o instinto de destruição ou de morte” (FREUD, 1930/2010, p. 135).

O ser humano experimenta a culpa muito precocemente, em razão de um desejo proibido. De acordo com Gellis e Hamud (2011), revive-se esse sentimento “a cada nova tentação”, principalmente como uma maneira de “proteger-se contra a ansiedade provocada pelas tentações”. O autor aborda também o conceito de um chamado “masoquismo moral”, associando-o à percepção inconsciente de culpa e uma satisfação do ser humano vinculada à posição de vítima.

Gonçalves (2019, p.279) chama à atenção para uma culpa crônica, quando parece haver sempre um débito a ser pago. “Endividado, o ser humano não se vê livre, ao contrário, submete-se ao trabalho árduo para conseguir livrar-se da dívida. Mas outras dívidas fazem-se necessárias durante esse processo, e a liberdade parece cada vez mais distante”.

Diante dos elevados números de separações e tantas subjetividades, sofrimentos psíquicos e também conquistas existenciais, envolvendo termos de relações conjugais, alguns questionamentos tornam-se imprescindíveis sob o ponto de vista epistemológico. Como as mulheres veem esses episódios de rupturas? Quais as estratégias de enfrentamento, a fim de tornar os desenlaces menos doloridos? Há, de fato, um processo de reconstrução da identidade? São perguntas respondidas pelo próprio universo feminino, durante entrevistas que terão seus formatos detalhados na seção a seguir.

METODOLOGIA

Trata-se de um estudo de caso sobre a problemática da reconstrução da identidade feminina, após a separação conjugal. Segundo Gil (2002), esse modelo de pesquisa possibilita o amadurecimento de ideias, assim como algumas inferências, à medida em que prevê o aprofundamento de conhecimentos acerca de número reduzido de objetos, favorecendo amplitude de detalhamentos e saberes. “Consiste no estudo profundo e exaustivo de um ou poucos objetos, de maneira que permita seu amplo e detalhado conhecimento, tarefa praticamente impossível mediante outros delineamentos já considerados” (GIL, 2002, p. 54).

Foram entrevistadas cinco mulheres, idades entre 30 e 75 anos, com níveis de escolaridade médio ou superior, pertencentes a segmentos sociais diversificados, que passaram por separação conjugal e ainda não vivenciam novo casamento. O presente estudo excluiu mulheres divorciadas que constituíram outra relação matrimonial ou fugiram à faixa etária escolhida, assim como aquelas que recusaram-se a assinar o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

As entrevistas foram efetuadas no formato semiestruturado, a fim de extrair o máximo de informações possíveis, no espectro estudado, assim como tornar o diálogo dinâmico e flexível. Realizadas em local tranquilo, livre de barulhos e acolhedor, em horários previamente agendados, conforme particularidades dos

participantes, aconteceram presencialmente, apesar de ter sido oferecida a opção da plataforma google meet. Todos os diálogos foram devidamente gravados, por meio da utilização de um aparelho celular, mediante autorização dos entrevistados. Antes de iniciar a entrevista (Apêndice B), foi preenchido um questionário com dados sociodemográficos (Apêndice C).

As informações colhidas foram analisadas sob o prisma qualitativo, por tratar-se de realidades impossíveis de serem quantificadas. São elementos entremeados por subjetividades, comportamentos, crenças, emoções, valores e atitudes que atingem as profundezas das relações humanas (MINAYO, 2002). Segundo a autora, tratam-se de fenômenos que não podem ser balizados e avaliados diante da operacionalização de variáveis.

Os dados obtidos foram categorizados e estudados à luz da análise de conteúdo proposta por Bardin (2011), constituída por um corpus de cinco entrevistas. O primeiro passo da análise de conteúdo foi a leitura flutuante do material, que consiste numa leitura inicial de todos os dados coletados, sem grande controle. Em seguida, foram realizadas leituras mais orientadas e concisas. O segundo passo foi a codificação das unidades de análise, onde se codificam os temas por unidade de registro. O terceiro passo aconteceu por meio da nomeação de categorias e subcategorias do corpus. O quarto e último passo consistiu no tratamento dos resultados, visando a descrição e interpretação das categorias.

Os entrevistados tiveram suas identidades preservadas. Foi assegurado sigilo total. Cada participante assinou TCLE, para realização e gravação das entrevistas. A presente pesquisa foi submetida ao comitê de ética do Centro Universitário Uniesp. O órgão emitiu parecer favorável, nº 5.299.540. Após a aprovação, a pesquisadora desenvolveu a etapa relativa à coleta de dados, que passarão a ser minuciosamente apresentados e discutidos na seção alusiva aos resultados e discussões.

RESULTADO E DISCUSSÃO

Segue a Tabela 1 contendo, de forma resumida, algumas das informações extraídas durante a série de entrevistas.

Tabela 1 – Informações das participantes

DADOS	M1	M2	M3	M4	M5
Idade	35	54	37	51	42
Escolaridade	Superior	Superior	Superior	2º grau	Superior
Profissão	Professora	Gestora	Enfermeira	Cabeleireira	Advogada
Duração do casamento	10 anos	2 anos	4 anos	20 anos	15 anos
Nº de filhos	Dois	Um	Zero	Zero	Quatro
Decisão de separar	Mulher	Mulher	Mulher	Mulher	Mulher
Tempo de separação	3 meses	8 meses	3 meses	7 anos	2 anos
Seria capaz de voltar	Não	Não	Não	Não	Não
Está namorando	Sim	Não	Sim	Não	Sim

Fonte: autora da pesquisa.

A apresentação dos resultados e discussão foi dividida em três categorias temáticas (1 - Sentimentos predominantes após separação; 2 - Reconstrução da identidade e ressignificação de sentimentos; 3 - Dificuldades enfrentadas e estratégias). Após a leitura do material e agrupamento das falas, foi feita a nomeação das categorias que contemplam os principais pontos relativos ao estudo

em curso. Seguem abaixo a análise dos conteúdos extraídos, contextualizados e fundamentados teoricamente, por meio da literatura existente.

SENTIMENTOS PREDOMINANTES APÓS A SEPARAÇÃO

Culpa, alívio, solidão, luto, libertação, tristeza, alegria, esperança, medo e autonomia são algumas das sensações e sentimentos mais recorrentes, vivenciados pelas mulheres entrevistadas, no período que sucedeu à separação conjugal. M1 afirmou ter sido atravessada por forte sentimento de culpa, principalmente nos primeiros dias. Com dois filhos pequenos, se viu como “leviana”, por ter tomado a decisão do desenlace. Também temeu não dar conta de criá-los a partir daquele momento, a despeito de o ex-companheiro jamais ter dividido a tarefa de cuidar e educar as crianças. Teve participação ínfima, conforme relatou M1.

Freud (1930/2010) trata a culpa com propriedade ao falar sobre esse sentimento e suas expressões, transportando-o ao complexo de Édipo. “Matar o próprio pai ou abster-se de matá-lo não é, realmente, a coisa decisiva. Em ambos os casos, todos estão fadados a sentir culpa, porque o sentimento de culpa é a expressão tanto do conflito devido à ambivalência quanto da eterna luta entre Eros e o instinto de destruição ou de morte” (FREUD, 1930/2010, p. 135).

Gonçalves (2019, p.279) chama à atenção para uma culpa crônica, quando parece haver sempre um débito a ser pago. “Endividado, o ser humano não se vê livre, ao contrário, submete-se ao trabalho árduo para conseguir livrar-se da dívida. Mas outras dívidas fazem-se necessárias durante esse processo, e a liberdade parece cada vez mais distante”. Em contrapartida, M2 assegurou jamais ter sentido culpa, e sim uma simbiose de tristeza, alegria e também solidão.

Aos 54 anos, há dias em que sente falta da companhia do ex-marido, sobretudo nos horários do café da manhã, jantar e finais de semanas, quando os dois assistiam a filmes, passeavam e costumavam conversar amenidades. Houve uma espécie de luto, seguido de processo depressivo, atribuído não somente à separação, mas a um conjunto de mudanças biopsicossociais.

Para Freud (1917/2006), o luto constitui uma resposta à perda, que deverá ser superada após certo tempo. O autor considera o luto uma “reação à perda de um ente querido, à perda de alguma abstração que ocupou o lugar de um ente querido, como o país, a liberdade ou o ideal de alguém, e assim por diante” (FREUD, 1917/2006, p. 249). Observa-se também uma ausência de interesse pelas demais coisas, associada a uma certa dificuldade para a adoção de um novo objeto de amor e desejo.

Atualmente, M2 vive essa fase de desinteresse pelo mundo externo. “Não sinto vontade de me arrumar e sair de casa. Acho tudo lá fora meio sem graça e desinteressante. Prefiro ficar em casa”, afirmou, com olhos marejados, voz trêmula e visivelmente emocionada. Apesar disso, apontou vantagens em estar sozinha. “Nasci para ser só, ter meu espaço e independência, sem precisar dar explicações para ninguém. Não sou mulher para casamento”.

M3 mostrou-se satisfeita com a sensação de liberdade e autonomia, após a separação. Uma coisa a aflige e corrói a alma: culpa, por ter traído o marido. “Se o tempo voltasse, não faria novamente. Ele desconfiou, em razão de mudanças comportamentais e mensagens vistas no telefone. Fiquei muito mal e arrependida. Acontece que me apaixonei por outro”. A decisão de separar foi comunicada após um ano de pensamentos recorrentes acerca de como seria o desfecho. “Faltava coragem para falar. Chorava sozinha, escondida, porque sentia que o meu amor

tinha acabado. Nem para casa desejava retornar. Eu sofria e o fazia sofrer”, afirmou M3.

De acordo com Carvalho (1997), o ser humano carrega consigo uma culpa não decorrente de crime algum ou atitude, e sim à sua própria existência. Ao constatar-se imperfeito, condena-se impiedosamente, de maneira disfuncional e desestruturadora do seu eu. Seria uma forma de punir a imperfeição, mesmo ocasionando dores e desamparos. “Na culpa, sentimos que não podemos ser nós mesmos. Não encontramos lugar, experimentamos algo como rejeição ou iminência de morte ... O mundo não nos aninha. É algo como uma vergonha não localizada, gratuita, que nos deixa desconfortáveis” (CARVALHO, 1997, p. 46).

Vítima de violência doméstica (física e psicológica), M4 informou ter experimentado sentimentos de alívio, libertação, autonomia e alegria ao “conseguir fugir de casa”. Registrou queixa em uma delegacia especializada e requereu medidas protetivas, por sentir insegurança e medo do que ainda podia ocorrer. A exemplo de M1 e M5, ela afirmou que o casamento interferia negativamente em vários segmentos da sua vida, principalmente nos campos profissionais, emocionais, familiares e nas relações sociais.

As duas mulheres (M1 e M4) consideram os ex-cônjuges acomodados, abusivos e tóxicos, além de apresentarem traços de personalidade doentios e perturbadores. M4 não chegou a ter filhos. Um fato que, na sua opinião, facilitou o desfecho, notadamente a tomada de decisão. “Acho que teria enlouquecido se tivesse filhos. Como faria para trabalhar, ser mãe e suportar tudo que passei?”, perguntou, sem conter as lágrimas.

Para Carneiro (2003), o sexo feminino tornou-se “amorosamente mais exigente”, por várias razões, notadamente devido à conquista de autonomia financeira, à medida em que o mercado de trabalho também passou por reconfigurações. Afinal, pode ser impensável falar em liberdade e empoderamento feminino sem a interrupção dos ciclos de dependência financeira.

Durante boa parte do casamento, M1 e M2 assumiram os papéis de provedoras de suas casas. Também eram responsáveis pelas principais decisões e atitudes, apesar dos cansaços físico e mental, decorrentes de longas e árduas jornadas, nos ambientes externos (trabalho) e internos. Essa sobrecarga de funções, na avaliação de ambas, não constitui nada interessante. Ao contrário, torna a mulher mais fadigada, aborrecida, rendida e com menos tempo para investir em si mesma.

Separada há dois anos, bem no início da pandemia do coronavírus, a fala de M5 reproduz sentimentos de alívio, libertação e esperança de ciclos melhores. Um tempo que, conforme informou, não tardou a chegar. “Já estou namorando, apaixonada e também me amando muito. Não sei porque esperei tanto para tomar essa decisão”, relatou, com serenidade e firmeza.

Das mulheres entrevistadas, apenas uma (M4) se separou antes do momento pandêmico. O número de divórcios, em todo o país, cresceu consideravelmente durante a pandemia. Somente nos cinco primeiros meses de 2021, foram registradas 29.985 separações, período recorde de desenlaces, conforme levantamentos do Colégio Notarial do Brasil, divulgados no site da instituição (CNB, 2021), organização representante dos 9.778 cartórios de notas.

M5 assegurou ter feito tudo para manter seu núcleo familiar, até se deparar com uma relação bastante cambaleante, aos frangalhos. Essa convicção a isenta de quaisquer culpas, além de mostrar acentuada resignação, por ter vivido anos e anos de dedicação aos filhos, marido e casa. De acordo com ela, o ex-marido sempre foi “ausente”, “egoísta” e alheio às demandas familiares.

Apesar de residirem na mesma casa, compartilhavam vidas que não mais andavam juntas. O cotidiano de distanciamento, a seu ver, contribuiu para minar a dor da ausência. “Sentir falta de quê? ”, indagou. “Eu e meus filhos já vivíamos sem ele, uma pessoa que não fazia questão de família. Sempre viveu como solteiro”. Ou seja, M5 pode ter sofrido o luto da perda ainda durante o casamento, quando ela descreve uma solidão a dois, bastante dolorosa, sob a alcova, como abordou Caruso (1986). Resolveu então matá-lo do seu consciente e cessar de vez aquela dor emocional.

Anton (2000) enxerga o matrimônio como um desejo de unir vidas, ávidas por companhia e afago, além da necessidade de juntar-se em grupo. O cônjuge passa a ser também uma referência organizadora. As mulheres entrevistadas trazem relatos de sonhos despedaçados, no momento da ruptura, que vão ao encontro dessa percepção da autora: desejo de companhia e aconchego.

RECONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE E RESSIGNIFICAÇÃO DE SENTIMENTOS

M1 afirmou ter nascido, no seu âmago, uma nova mulher. Independente, dona de si e “sem medo de ser quem é”. Ao falar sobre uma possível reconstrução da sua identidade, fez menção ao resgate de sonhos e ideais acalentados ainda na adolescência, quando enxergava-se como alguém “forte e empoderada”. O casamento, a seu ver, confiscou tais percepções, sobretudo por meio da introjeção de episódios de dor, aprisionamento e profundo desrespeito.

Atualmente, aos 35 anos, ela disse, categoricamente, “não mais precisar de matrimônio para ser uma mulher”. Para isso, “despiu-se da identidade conjugal e adquiriu uma individual”, atendendo a um desejo muito particular. O ex-parceiro relutou bastante diante da proposta de separação. Inclusive, verbalizou ameaças de pôr fim à própria vida, lançou mão de chantagens envolvendo os filhos e resistiu de várias maneiras.

Carneiro (2003) explica que o casamento impõe o estabelecimento de uma nova identidade, definida por Singly (1998) como um “eu” conjugal, que irá formar-se à luz das relações consolidadas entre o casal e suas interatividades. De acordo com a autora, a maior demanda de separações advém da iniciativa feminina. Ao perceber que a relação não vai bem, principalmente nas nuances amorosas, a mulher é menos relutante na hora de se manifestar.

M1, M2, M3, M4 e M5 são unânimes ao dizer que a decisão de separar partiu delas, por razões diferentes. Essa informação também revela o surgimento de uma nova mulher no contexto social brasileiro. Segundo Priore (2019), até um passado recente, a separação conjugal constituía ameaça em potencial sobre as esposas. A profunda dependência financeira, associada às representações sociais, entre outros componentes, provocavam situações que conduziam à indissolubilidade do matrimônio, mesmo com a infelicidade batendo todas as portas, frestas e entranhas.

Após uma série de discussões e mediante o desgaste da relação, M2 abordou o ex-marido, conforme relatou, de “forma amigável e civilizada”. Não haviam filhos, e sim uma convivência que durara dois anos, repleta de dissabores emocionais e brigas familiares, envolvendo outras pessoas no ambiente doméstico. De acordo com ela, a felicidade fora embora desde cedo, quando a relação mal começara.

Após a separação, M2 acredita ter vivenciado uma fase de ressignificação de sentimentos, por vezes represados. As mudanças, na sua opinião, abrangeram todo o entorno familiar, e não apenas o casal, que dividia a morada com parentes de M2.

Em vez de reconstrução da identidade, ela prefere falar em “sentimentos ressignificados”.

M2 modificou também seu estilo de vida, inclusive passou a residir em um flat, adotando um modelo mais introspectivo e solitário. “Vivi muito tempo em função dos outros, principalmente da família. Agora, quero me preocupar mais comigo, cuidar de mim e curtir a solidão. Pra que se doar tanto? ”, questionou, em tom emocionado, com lágrimas nos olhos.

São muitas dores, relatadas por Caruso (1986) como uma das mais sofridas situações pelas quais uma pessoa pode passar ao longo de sua existência. Ao falar sobre o final de uma relação amorosa, o autor (1986, p.11) faz analogia à morte em vida, por um não mais existir na consciência do outro. “Uma das mais dolorosas experiências na vida humana – e talvez a mais dolorosa – é a separação definitiva daqueles a quem se ama. Na verdade, tal fato não é estranho a nenhum ser humano, podendo provocar sentimentos de rebeldia ou de resignação”.

Ao referir-se à separação conjugal, M3 narrou a tristeza, sobretudo na fase inicial, de saber que aquele elo acabou. Não mais formam um casal, apesar da boa e longa convivência, que durou até ela decidir que chegara ao final. O amor-paixão cessou, e já havia esvaído a última gota, quando passaram a viver em casas separadas. “Apesar de desejar a separação, sofri a falta, sim. Chegar em casa, ficar sozinha e saber que ele não voltaria, me doeu. Ficaram a amizade, mesmo que distante, além do respeito e querer bem. É uma boa pessoa, mas, infelizmente, deixei de amá-lo”.

M3 e M5 também relataram a conquista de uma nova identidade, adquirida simultaneamente a um processo de individuação, quando a vivência conjugal torna-se cada vez mais distante. Grandesso (2006) percebe a identidade como algo em construção, formando-se conjuntamente aos espaços relacionais, sob constantes mudanças, e jamais de forma inerte.

M4 demonstra sentimentos de rebeldia, em razão de ter dividido o lar com um parceiro visto por ela como “doente”, que “atrasava” seus dias. Cabeleireira com vasta experiência, afirmou ter ganho aura nova, após a separação. Se percebe mais bonita, forte e capaz, sem ninguém para tolher o potencial acumulado. “Sou outra mulher, mais livre e feliz. Reconstruí minha identidade, sim, com força e sem olhar para trás. Simplesmente, segui”.

Durante a separação, segundo Carneiro (2003), constata-se uma desconstrução gradual da identidade conjugal, suscitando espécie de reorganização das individualidades. Ou seja, os cônjuges experimentam a ressignificação de suas identidades, de maneira particular, geralmente enfrentando uma simbiose de tristeza e solidão. Há também, conforme a autora, desejos, histórias, sonhos e projetos fusionados.

Das mulheres entrevistadas, M2 e M3 são as únicas que realçam aspectos positivos dos ex-maridos. As demais não mencionam eventuais qualidades, tampouco tecem alguma forma de elogio. Ao contrário, enumeram sucessão de acontecimentos e percepções que revelam comportamentos egoístas, manipuladores, violentos e frios.

A escritora Beauvoir (1980) chama à atenção para assimetrias presentes nos casamentos, consubstanciadas por relações que sequer produzem reciprocidades, tampouco alguma forma de equiparação de oportunidades e vivências. O matrimônio, segundo ela, pode transformar o sexo feminino pura e simplesmente em objeto da superioridade masculina. Para Beauvoir (1980, p. 166), “o casamento sempre se apresentou de maneira radicalmente diferente para o homem e para a

mulher. Ambos os sexos são necessários um para o outro, mas essa necessidade nunca engendrou nenhuma reciprocidade”.

DIFICULDADES ENFRENTADAS E ESTRATÉGIAS

A separação conjugal provoca, habitualmente, mudanças significativas na vida das pessoas envolvidas, abrangendo o casal e também o entorno familiar. Além de citar sofrimentos de ordem emocional, as cinco mulheres abordaram fatores logísticos, a exemplo de mudanças de endereço; ajustes orçamentários; ingresso no mercado de trabalho; readaptação dos filhos; dificuldades financeiras; e brigas judiciais.

M1 e M5 expuseram o temor de não dar conta das novas demandas pós-separação, notadamente os boletos a pagar. Com dois filhos pequenos, M1 precisou reinventar-se para chegar ao final do mês com tudo em dia. Seu ex-parceiro desembolsa uma magra pensão. “Eu me viro como posso para custear as despesas de água, luz, aluguel, feira, educação de duas crianças e lazer. Não é fácil, mas sigo firme, consciente de que faço o meu melhor”, afirmou.

Professora do ensino infantil, ela assume jornada tripla de trabalho. Depois de despedir-se do último aluno, finalzinho da tarde, inicia as atividades domésticas e cuidados maternos. Mora sozinha com os filhos menores. Silva (2000) observa modificações nos modelos familiares, marcadas por residências que passaram a ser chefiadas por mães solteiras ou pais, no mesmo formato.

Após uma vida de dedicação exclusiva ao núcleo familiar mais próximo (filhos e marido), M5 resolveu procurar emprego. Logo após o término do casamento, providenciou currículos e iniciou verdadeira peregrinação. “Estou atrás de um lugar no mercado de trabalho. É o que mais vislumbro nesse momento, porque sei como é importante não depender de ninguém, principalmente de marido”.

Durante o matrimônio, ela foi impedida de trabalhar, em razão de supostos ciúmes nutridos pelo cônjuge. Giddens (2005) abordou a teoria da socialização de gênero, segundo a qual, existe uma imposição acerca de quais comportamentos seriam adequados e/ou inadequados às meninas. Tratam-se de construções sociais resultantes do machismo estruturado, que castiga o universo feminino por toda a vida.

Rangel (2008, p. 29) faz reflexão acerca da crise do modelo conjugal, que perpassa até a atualidade. “Os papéis de gênero não estão bem definidos, de maneira que as fronteiras entre o público e o privado são mais flexíveis, mais permeáveis”. Durante o casamento contemporâneo, a mulher, geralmente, vivencia os desafios e oportunidades de experimentar uma carreira profissional, conciliando com a maternidade e uma avalanche de investimentos afetivos em prol da instituição família.

Atualmente, muitas mulheres buscam transpor barreiras profissionais e também emocionais, conquistando o direito de ir e vir. Uma autonomia que, na opinião das cinco mulheres entrevistadas, não tem preço. M1, M4 e M5 percebem seus casamentos como um fiasco, onde os aspectos negativos superam, consideravelmente, qualquer outro elemento que venha a ser positivo.

Esse tipo de análise foi utilizado, inclusive, como estratégia de enfrentamento às dificuldades. “Se era tão ruim, pra que alimentar sofrimento de perda? ”, perguntou M5, em forma de desabafo. Ao descreverem o fim de suas relações conjugais, M2 e M3 trazem outros conteúdos, segundo os quais, há uma dificuldade latente para driblar a dor da falta. Seja a perda do amigo, da companhia para assistir

a um filme ou mesmo do amante. “Há uma carência, sim. Estou sem namorado e, às vezes, o corpo pede, a alma também”, disse M2.

De acordo com Caruso (1986), o pensamento acerca da efemeridade de tudo, “inclusive a presença do ser amado” (1986, p.11), produz um certo alento. Mas, o processo de separação lento e progressivo, que se sucede ao distanciamento afetivo do casal, constitui ferida emocional latejante igual doença crônica, que dói de maneira diferente em cada pessoa, com episódios de recaídas, além de algumas idas e vindas.

Portanto, razões e efeitos do rompimento de laços conjugais devem ser avaliados a partir das singularidades, sem incorrer no equívoco da busca pela homogeneização. Na seção seguinte, serão delineadas algumas considerações a respeito desse trabalho de pesquisa, a fim de analisar os objetivos alcançados, eventuais limitações e perspectivas para novos estudos nessa área.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com relação ao problema investigado, a pesquisa desenvolvida aponta questões fundamentais à compreensão do processo de reconstrução da identidade feminina, após a separação conjugal. Foi revelada uma espécie de radiografia, constatando que, de fato, há uma reconstrução identitária. O objeto de investigação foi visto e compreendido à luz da literatura existente, assim como por meio das falas de mulheres pertencentes a diferentes segmentos sociais.

O objetivo principal, que consiste na compreensão do processo de reconstrução da identidade feminina, após a separação conjugal, foi amplamente contemplado. Atestou-se que a mulher ressignifica sentimentos e se vê envolta à reconstrução de sua identidade. São incorporados valores, metas, sonhos e comportamentos distintos do período da conjugalidade. Há verdadeiro divisor de águas: um antes e depois.

Após o fim do casamento, o sexo feminino adquire uma identidade individual, em substituição àquele modelo conjugal. Durante as diversas narrativas, as participantes reforçam a ideia de que nasce uma nova mulher, mais empoderada, amadurecida, livre, destemida e preparada para enfrentar quaisquer adversidades. Há uma necessidade latente de despir-se da identidade conjugal, a fim de lançar mão de uma individual, muito mais própria.

O primeiro objetivo específico, buscando identificar os obstáculos à reconstrução dessa identidade feminina, promoveu reflexões cruciais inerentes às experiências vivenciadas no decorrer de uma separação conjugal. Sejam emocionais, financeiros, logísticos, entre outros tipos, os desafios a serem enfrentados não são poucos, por envolver transformações e adaptações em importantes segmentos da vida.

A despeito de todos os direitos conquistados, a mulher depara-se com medos, preconceitos, culpas, dores emocionais e várias formas de sofrimento psíquico. São diferentes etapas e momentos até chegar à fase da superação, geralmente coroada também por sentimentos de aceitação e acomodação das situações. Na verdade, o sofrimento começa muito antes da oficialização do desenlace.

A decisão de separar pode demorar anos para ser comunicada ao cônjuge, devido temores, preocupações e inseguranças, sobretudo quando há filhos pequenos. Há muitas lágrimas, expectativas reprimidas, desejos dissimulados e segredos guardados, em meio a silêncio ensurdecedor, na alcova de cada dia. Algumas mulheres experimentam o medo que o medo dá.

O segundo objetivo específico, visando entender as dificuldades enfrentadas pela mulher que passou por uma separação conjugal, depara-se, notadamente, com fatores envolvendo saúde emocional e rearranjos logísticos. Constatou-se riscos iminentes de depressão e melancolia, além de problemas financeiros, por envolver muitas transformações na trajetória pessoal e estilo de vida.

As entrevistadas relataram a necessidade de mudanças de endereços e nas rotinas domésticas, associadas a ajustes orçamentários, brigas judiciais, readaptações dos filhos e modificações de ordem mais subjetivas e sentimentais. Em alguns casos, a angústia da solidão também apavora e gera conflitos. Para determinadas mulheres, estar só pode até ser prazeroso, por essa pessoa lidar bem com uma possível solidão. Mas, para outras, trata-se de algo devastador, do ponto de vista emocional.

Com relação ao terceiro objetivo específico, que pretendia discutir os problemas emocionais vivenciados pelo universo feminino, após o fim do casamento, faz-se necessário abordar o processo de ressignificação de sentimentos, por vezes fusionados a costumes, rotinas interligadas e vidas que andaram juntas por muitos anos. São ressignificados sonhos e projetos até então compartilhados. Há atitudes e desejos retraídos, comportamentos redimensionados e muitas outras coisas a serem repaginadas.

O quarto objetivo específico concentrou-se na descoberta de estratégias de enfrentamento utilizadas pelas mulheres, vislumbrando a reconstrução da identidade. Essas estratégias passeiam entre sentimentos recalcados; pensamentos acerca do caráter efêmero das relações afetivas; desejos de viver um novo amor; investimentos na carreira profissional; e o reencontro com o direito de ir e vir, sem precisar dar satisfação a ninguém. Ou seja, há uma reconquista da liberdade perdida durante o matrimônio.

A despeito de se tratar de um estudo com baixo contingente de participantes, os objetivos foram devidamente alcançados. Foi obtido um retrato dos vários elementos que perpassam a reconstrução da identidade feminina após a separação conjugal.

Há ainda muito o que se pesquisar nesse campo, a exemplo das percepções e sentimentos presentes no universo masculino, após o término do matrimônio. Seria interessante uma análise comparativa, a partir de informações extraídas entre os dois universos. Trabalhos futuros devem focar nesse aspecto, entre outros mais abrangentes.

O presente estudo restringiu-se ao universo feminino, instigando, agora, o desenvolvimento de novas pesquisas. Durante as entrevistas, duas participantes sugeriram a criação de um grupo, com o propósito de dar voz às mulheres pós-separação. Seria um espaço feminino, onde cada uma poderia falar o que sente e deseja, assim como ser acolhida e ajudada.

A autora da pesquisa pretende viabilizar essa ideia, por entender se tratar de um momento bastante delicado na existência da mulher. Há uma transição conflituosa e solitária, razão pela qual faz-se necessário uma escuta acolhedora, comprometida com a saúde mental e bem-estar do universo feminino.

Esse grupo também proporcionará a criação de uma rede de apoio, onde uma mulher ajudará a outra naquilo que mais dói e aflige, sob a coordenação de um profissional com formação em psicologia. Em suma, a pesquisa empreendida não só cumpriu os objetivos propostos, como também suscitou a criação de novos trabalhos e projetos nessa área.

REFERÊNCIAS

- ANTON, Iara L. Camaratta. **A Escolha do cônjuge**. Porto Alegre: Artmed, 2000.
- ARAÚJO, Maria de Fátima. Amor, casamento e sexualidade: velhas e novas configurações. **Psicol. Cienc. Prof.** v. 22, n. 2, Brasília, jun. 2002. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1414-98932002000200009> . Acesso em: 29 Ago. 2021.
- ARAÚJO, E. **A arte da sedução**: sexualidade feminina na colônia. São Paulo: Contexto, 2006.
- BRASIL. Conselho Nacional de Saúde. **Resolução nº 466**, de 12 de dezembro de 2012. Trata das pesquisas em seres humanos e atualiza a resolução 196. Brasília: Diário Oficial da União, 2013. Disponível em: <http://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2012/Reso466.pdf> . Acesso em: 29 de Set. 2021.
- BRASIL. Conselho Nacional de Saúde. **Resolução nº 510, de 07 de abril de 2016**. Trata das especificidades éticas das pesquisas nas ciências humanas e sociais e de outras que se utilizam de metodologias próprias dessas áreas. Brasília: Diário Oficial da União, 2016. Disponível em: <http://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2016/Reso510.pdf> . Acesso em: 09 de Set. 2021.
- BEAUVOIR, S. **O segundo sexo**: a experiência vivida. vol. II. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.
- BUARQUE, Chico. **Geni e o Zepelim**. 1977-1978. Disponível em: http://chicobuarque.com.br/construcao/mestre.asp?pg=genieoze_77.htm . Acesso em: 23 de Set. 2021.
- BUARQUE, Chico. **Ópera do Malandro**. Comédia musical. São Paulo: Livraria Cultura Editora, 1978.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.
- CARVALHO, C.F.V. **O animal culpado**: a liberdade pelo não. Petrópolis: Vozes, 1997.
- CARUSO, I. **A separação dos amantes**: uma fenomenologia da morte. São Paulo: Diadorim Cortez, 1986.
- CARNEIRO, Terezinha Feres. Casamento contemporâneo: o difícil convívio da individualidade com a conjugalidade. **Psicol.Reflex. Crit.** v. 11, n.2, Porto Alegre, 1998. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-79721998000200014>. Acesso em: 26 Ago. 2021.
- CARNEIRO, Terezinha Feres. Separação: o doloroso processo de dissolução da conjugalidade. **Estud.Psicol.** v. 8, n. 3, Natal, 2003. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-294X2003000300003>. Acesso em 26 Ago. 2021.
- COLÉGIO NOTARIAL DO BRASIL - CONSELHO FEDERAL. Disponível em: <https://www.notariado.org.br/divorcios-extrajudiciais-sao-destaque-em-materia-do-q1/> . Acesso em 30 Ago. 2021.
- FREYRE, G. **Casa-grande e senzala**. São Paulo: Global, 2006.
- FREUD, S. (2006). **Luto e melancolia**. In T. de O. Brito, P. H. Britto, C. M. Oiticica (Trad.), Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud (Vol. 14, pp. 243-265). Rio de Janeiro: Imago. (Obra original publicada em 1917).
- FREUD, S. (1930). **O mal-estar na civilização**. In P. C. de Souza (Trad.), Obras Completas (Vol. 18). São Paulo: Cia. Das Letras, 2010. (Obra original publicada em 1930).
- GRANDESSO, Marilene A. **Sobre a reconstrução do significado**: uma análise epistemológica e hermenêutica da prática clínica. 2. Ed. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2006.
- GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed., São Paulo: Atlas, 2002.

GELLIS, André; HAMUD, Maria Isabel Lima. Sentimento de culpa na obra freudiana: universal e inconsciente. **Psicologia USP**, v. 22, n. 3, p. 635-654, 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pusp/a/ZWDxQkLTpwyfVBdGQcQqH3q/?lang=pt>. Acesso em: 14 abr. 2022.

GIDDENS, Anthony. **Sociologia**. 4. ed. , Porto Alegre: Artmed, 2005.

GRUNSPUN, Haim. **Mediação familiar**: o mediador e a separação de casais filhos. São Paulo: LTr, 2000.

GONCALVES, Davidson Sepini. O sentimento de culpa em Freud: entre a angústia e o desejo. **Psicol. rev. (Belo Horizonte)**, v. 25, n. 1, p. 278-291, jan. 2019.

IBDFAM – INSTITUTO BRASILEIRO DE DIREITO DE FAMÍLIA. Belo Horizonte, 2020.

MINAYO, Maria Cecília de S. (Org.). **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. Petrópolis: Vozes, 2002.

MINAYO, Maria Cecília de S. (Org.). **O desafio do conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. São Paulo: Hucitec, 2004.

PRIORE, Mary Del. **História do amor no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2019.

RANGEL, Vanessa Gerosa da Silva. **O término do casamento**: o luto feminino decorrente da separação. Recife, 2008. Disponível em: http://tede2.unicap.br:8080/bitstream/tede/108/1/dissertacao_vanessa_gerosa.pdf . Acesso em 12 de Set. 2021.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Identidade e diferença**. São Paulo: Vozes, 2000.

Singly, F. **Um drôle de je**: le moi conjugal. Paris: Dialogue, 1988.

VAITSMAN, J. **Flexíveis e plurais**: identidade, casamento e família em circunstâncias pós-modernas. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

PSICANÁLISE: SIMBOLISMO, ANÁLISE E INFLUÊNCIA DAS INTERPRETAÇÕES DOS SONHOS

Eduardo Ribeiro dos Santos¹
Aline Arruda Rodrigues da Fonseca²

RESUMO

Psicanálise e sonhos, a relação entre esses dois termos é inegável, a Psicologia como um todo trabalha esse conjunto, sobretudo a abordagem de base analítica. O trabalho a seguir, está destinado a compreender a associação que as pessoas tendem a fazer com os sonhos bem como a influência que eles podem exercer em sua rotina, além disso, descrever os principais tipos de sonhos baseados na literatura. tratou-se de uma revisão na literatura acerca da relação entre esses dois conceitos e principalmente, relacionar com os aspectos principais dos sonhos bem como um comparativo baseado em autores clássicos e o que o senso comum mostra a respeito, ou seja, a interpretação e influência que os sonhos podem exercer na vida das pessoas. Para isso, foi desenvolvido uma pesquisa pautada sobretudo em artigos científicos e livros clássicos como manuais de interpretação de sonhos de Jung e a obra de Freud, interpretação dos sonhos. Assim, espera-se que com essa pesquisa, esse tema ganhe mais notoriedade, mais embasamento e mais discussões dentro da Psicologia de base analítica, uma vez que, essa temática desperta interesse na sociedade como um todo e por isso, deve ser obra de estudos científicos.

Palavras-chaves: Sonhos; Psicologia; Psicanálise; Influência.

ABSTRACT

Psychoanalysis and dreams, the relationship between these two terms is undeniable, Psychology as a whole works with this set, especially the analytically based approach. The following work is aimed at understanding the association that people tend to make with dreams as well as the influence they can exert on their routine, in addition to describing the main types of dreams based on literature. it was a review in the literature about the relationship between these two concepts and mainly, relate to the main aspects of dreams as well as a comparison based on classic authors and what common sense shows about it, that is, the interpretation and influence that dreams can have on people's lives. For this, a research was developed based mainly on scientific articles and classic books such as Jung's dream interpretation manuals and Freud's work, dream interpretation. Thus, it is expected that with this research, this theme will gain more notoriety, more foundation and more discussions within analytically based Psychology, since this theme arouses interest in society as a whole and therefore, it should be the work of studies scientific.

Keywords: Dreams; Psychology; Psychoanalysis; Influence.

INTRODUÇÃO

¹ Graduando do curso de Psicologia, e-mail: ipedurd1@gmail.com.

² Profa. Orientadora Dra. em Psicologia Social, e-mail: prof1813@iesp.edu.br.

O sono afeta diretamente as necessidades fisiológicas do corpo. Ele é a ação que visa limpar o sistema nervoso, é a hora de expurgar a atividade celular acumulada e os radicais livres. Nem todos têm um tempo ideal para dormir, cada um tem as suas necessidades e é inútil comparar as pessoas nesse quesito. De modo geral, conforme Barros et al. (2019) a faixa considerada mais saudável é o repouso dos adultos de 7 a 9 horas à noite e baixa qualidade do sono pode causar danos às atividades pessoais diárias, afetar o desempenho no trabalho e a qualidade de vida de forma geral.

Na ocorrência do sono, o cérebro trabalha as memórias adquiridas no decorrer do dia, isso porque o ciclo do sono é composto em duas fases, ou dois estágios: NREM (movimento não rápido dos olhos), que corresponde a maior parte do sono, subdividido em estágios que variam da transição da vigília ao sono profundo, e REM (movimento rápido dos olhos), na qual o cérebro trabalha ativamente. Os sonhos do sono REM são fantasiosos ou não, de forma geral, eles são intensos, de acordo com Rodrigues (2021), em outros estágios, eles são mais simples e mais difíceis de lembrar, ou seja, você está sonhando todas as noites, em todos os estágios.

Sonhos são experiências que possuem os mais variados significados, a depender de quem o interpreta e como os interpretam. Eles estão presentes e vêm sendo discutidos desde a antiguidade pelos mais distintos povos, entretanto, o pioneiro na interpretação dos sonhos pela linha da ciência foi Sigmund Freud, o criador da Psicanálise descreveu sua teoria no livro "Interpretação dos sonhos (1900)", uma vez que afirma o sonho ser algo distinto da realidade SILVA, (2019).

A análise dos sonhos é uma técnica terapêutica conhecida por sua aplicação na psicanálise. Freud considerava os sonhos o "caminho real" do inconsciente, e a análise do desenvolvimento ou interpretação dos sonhos é uma forma de explorar esse material inconsciente. Na teoria psicanalítica, os sonhos são uma forma de acessar o inconsciente, ou seja, desejos inconscientes e conflitos. Os sonhos possuem conteúdo manifesto e conteúdo latente. O conteúdo manifesto inclui informações sobre sonhos.

O conteúdo latente representa o significado simbólico reprimido no sonho (SILVA, 2019).

Durante seus estudos sobre os sonhos, Sigmund Freud descreve 4 (quatro) mecanismos que facilitam a compreensão dos pensamentos oníricos, condensação que diz respeito ao fato de uma única representação condensar várias outras associativas. O deslocamento, ou seja, os aspectos dos sonhos podem ter menos importância, mesmo que de fato sejam importantes, enquanto outros de menos destaque ganham mais importância. O simbolismo que são os pensamentos distorcidos e metáforas que simbolizam o valor real do sonho e por fim, a dramatização, nesse processo, os fragmentos dos sonhos é que são transformados em cenas (SUSEMIHL, 2017).

A proposta deste trabalho, diante da problemática em questão foi a discussão dos sonhos e das representações que as pessoas tendem a fazer diante deles, além disso, destacar os principais autores e seus pensamentos acerca dessa temática, tudo isso com um viés psicanalítico, tendo em vista que essa escola traz consigo grandes contribuições a respeito dos sonhos. A forma abordada para destrinchar a pesquisa será tomar a ciência psicanalítica como norteador e objeto da análise, buscando construir pensamentos e formulações de diversos autores com essa base. Neste sentido, a metodologia proposta para o alcance desses objetivos será uma

pesquisa conceitual na literatura tomando a Psicanálise como fundamento para tal, uma pesquisa integrativa.

Portanto, com a apresentação das principais ideias centradas nessa pesquisa, espera-se que ela de fato possa vir a contribuir com a sociedade uma vez que visa esclarecer as principais dúvidas quando a origem dos sonhos, os grandes pensadores dessa temática, bem como suas teorias acerca disso e desenvolver mais estudos nessa perspectiva para que assim, a sociedade de forma geral, venha a tomar consciência dessas discussões.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

O sono e os sonhos são objeto de estudo de diversas áreas do conhecimento, sobretudo a Psicologia de base analítica. A relação entre esses dois assuntos é inegável, uma vez que um acaba por ser complemento do outro. Nesse sentido, a seguir, tem-se uma base pautada na ciência psicológica cujo objetivo é descrever a interação de ambos os temas como a rotina de cada indivíduo bem como as influências que eles tendem a exercer no cotidiano, seja de forma individual ou coletiva. Somado a isso, a descrição acerca dos principais sonhos (SUSEMIHL, 2017).

O sono é um estado fisiológico e que não pode ser evitado. É estado diferenciado de consciência. Em concordância a Certo (2016) no corpo humano, o sono é um processo ativo e essencial. Durante o sono, as pessoas não se movem propositalmente e seus olhos podem estar fechados ou não. Os indivíduos não respondem a determinados estímulos auditivos, visuais ou mesmo dolorosos, que devem ser mais fortes para serem percebidos. Além de ser um momento muito relaxante, o sono também é um processo importante do nosso corpo. Sem ele, além de irritabilidade e cansaço, nosso corpo também terá problemas graves, como comprometimento da memória, habilidades cognitivas e motoras.

Somado a isto, temos os sonhos, descrito por Bezerra (2020) estes sendo um paralelo ao sono, os sonhos são elementos presentes na humanidade há bastante tempo e na mesma proporção, desperta interesse em todo seu processo nos mais variados teóricos. O sonho faz parte do sono e por consequência, uma boa noite de sono garante o processo de sonhar, uma vez que é durante uma fase do sono que o mesmo ocorre.

De forma geral, é ter consciência do mundo exterior, estar em estado de vigília significa um estado ordinário da consciência, em níveis adequados, temos pensamentos conscientes e isso o diferencia do sono, entretanto, é importante destacar que o mesmo corresponde a um complemento do estado de sono, de acordo com Gomes, Quinbones e Engelhardt (2010), a vigília é um estado cerebral ativo e resultante de vários mecanismos de intensidade e distribuição ao longo do dia a dia.

Sabe-se que o sono é essencial para o ser humano, nesse sentido e visando compreendê-lo ainda mais, é necessário ressaltar suas fases e importância no processo de forma geral, a exemplo, o sono NREM e o sono REM. O sono NREM é uma fase extremamente importante para o corpo pois é nela que ocorre a recuperação da energia física do corpo justamente por ser nela que ocorre o descanso profundo e a menor atividade neural, afirma ainda Aloe, Azevedo e Hasan (2005) que é possível dividi-lo em quatro estágios que variam de um similar a vigília até o sono profundo. Logo, de acordo com Magalhães e Mataruna (2007) pode-se dividir o sono NREM em quatro estágios, sendo eles descritos abaixo:

Sono Leve (Estágio 1) Esta é uma fase de sono muito leve que dura cerca de 10 minutos. Quando você fecha os olhos e seu corpo começa a adormecer, começa a primeira fase do sono, mas, por exemplo, ainda é possível ser facilmente acordado por qualquer som que ocorra no quarto.

Sono Leve (Estágio 2) é similar a um sono leve, o corpo do indivíduo já se encontra relaxado, entretanto, o cérebro ainda está bastante ativo e é possível ser acordado com grande facilidade, como por exemplo, com alguém fazendo algum som por perto. Essa fase dura aproximadamente 20 minutos.

Sono Profundo (Estágio 3) como o nome já sugere, é uma fase de sono profundo na qual os músculos do corpo encontram-se relaxados e não é tão fácil ser acordado, além disso, é um estágio de extrema importância pois é justamente nela que o indivíduo vai se recuperando dos acontecimentos ao longo do dia. Tem uma duração de aproximadamente trinta minutos.

Sono Profundo (Estágio 4) com duração de cerca de quarente minutos, é o estágio profundo do sono, diferencia-se do estágio 3 apenas pelo tempo e porque nesse estágio os movimentos cerebrais acontecem com certa lentidão.

O sono é composto por algumas fases, o REM acontece apenas na última, antes de chegar até ela, o corpo tem o sono leve. O REM é uma das fases mais difíceis de se atingir, o sono REM é caracterizado e conhecido por ser nele em que os sonhos acontecem, a sigla REM significa *Rapid Eye Movement*, ou seja, movimento rápido dos olhos, além disso, é nessa fase que acontece a maior atividade cerebral e a consolidação da memória, conforme Rodrigues (2021) o ciclo do sono dura 90 minutos e aumenta gradativamente podendo chegar até a 100 minutos por ciclo, o que leva então a uma média de 4 a 5 ciclos por noite para um adulto saudável.

A compreensão dos sonhos é algo que vem sendo tratado não só como místico, mas também como fenômenos naturais. Ele é objeto de estudo de diversos teóricos, Freud, por exemplo, relatava os sonhos como regulação dos impulsos e desejos, para ele, seria então uma vontade do inconsciente. Acerca dos sonhos, diversos avanços ocorreram nesse campo, avanços científicos, porém, conforme descrito por Silva e Nappo (2019) tais avanços não foram bem aceitos na sociedade de forma geral, logo, a crença popular prefere então, levar os sonhos como alguma verdade oculta, ou seja, mensagens para aquele que o sonho e mundo a sua volta.

Sonhar acaba por ser uma atividade consciente, embora não haja controle por parte do indivíduo, assim, tal assunto desperta o interesse na sua resolutividade. Os sonhos são uma sequência de experiências ricas e eventos subjetivos, eles refletem interesses pessoais e personalidades bem como emoções e preocupações que em muitos casos, são experimentados nos momentos em que os indivíduos estão acordados. Assim sendo, destacam-se algumas interpretações acerca de tipos de sonhos, Larrocheski e Ladesma (2021, p. 585) descrevem esses exemplos como:

Relatos de pessoas sobre o que sonharam na noite anterior, entusiasmadas ou assustadas, afinal, os sonhos desencadeiam nos seres humanos sentimentos e emoções. Sonhos mais assustadores, monstruosos ou de perseguição tendem a causar medo e tensão, enquanto sonhos em que se pode voar, levitar ou ter superpoderes tende a causar sensações de liberdade, bem-estar, sentimentos de alegria e felicidade. Existem também os sonhos que surgem como um presságio, uma mensagem, um algo simbólico. Através deles sensores de alerta podem ser ativados, como sonhar com um acidente e desencadear maior atenção no trânsito, ou sonhar com bebês e supor que alguém próxima está ou ficará grávida, ou

ainda como um ato simbólico de resolução de conflito, carinho, lembranças de entes queridos que não estão mais presentes ou algo que os recorde.

Nessa perspectiva, o que de fato os sonhos representam? Tal indagação é motivo de estudo em todo o mundo desde a antiguidade, enquanto uns recaem sobre pensamentos místicos e crenças divinas, outros levam em consideração a ciência e o que de fato ela diz acerca dessa temática. Entretanto, o que de fato se sabe é o poder que ele tem e a influência que o mesmo exerce na vida das pessoas, sejam por acreditar na ciência ou nas crenças passadas. (SILVA; NAPPO 2019).

Todas as pessoas sonham, todas as noites e eles podem ser únicos ou diversos, levando em consideração o ciclo do sono, uma pessoa pode ter em média de quatro a seis ciclos em que ocorrem os sonhos. Somado a isto, tem-se sua natureza, sabe-se que eles podem ser assustadores, mágicos, melancólicos, aventureiros ou de cunho sexual. Assim, a interpretação e o interesse nessa temática é algo que ganha crescimento com o passar dos anos, as pessoas têm interesse em saber e compreender as mensagens transmitidas através dos sonhos, logo, compreendê-lo passa a ser fundamental tendo em vista que dependendo de sua interpretação, ele pode influenciar na rotina do indivíduo (CHENIAUX, 2006).

A revelação dos sonhos é um assunto levado a sério. Também é comum que pessoas confiem em sonhos, e sigam seus conselhos. Normalmente as mensagens enviadas são muito claras, quando se tem sonhos, eles precisam ser analisados e interpretados. Às vezes, podem ser conselhos para superar momentos ou um aviso do que está para acontecer, ao menos é assim que parte da população acredita. Partindo dessa perspectiva, quando o sonho acontece repetidamente, ou seja, durante vários dias seguidos, esses pensamentos e influências ficam cada vez mais fortes, pois assim como na antiguidade, as pessoas tendem a ter o pensamento de que ele pode ser um aviso divino, (SILVA. 2000).

Assim sendo, é nítido o poder que os sonhos podem desencadear na vida das pessoas, ou seja, a influência na sociedade que eles exercem, e entende-se por Influências Sociais segundo (OLIVEIRA. 2012, p. 14) “como sendo o que ocorre quando o comportamento de uma pessoa faz com que outra mude de opinião ou execute uma ação que, de outro modo, não executaria”, nesse caso, os sonhos.

Ao tomar como base alguém que vê os sonhos como algo divino ou místico, tem sua crença voltada nessas questões extremamente forte, se essa determinada pessoa sonha que ao passar por um local, seja indo ao trabalho, por exemplo, algo ruim vai acontecer com ela, o sonho vai exercer um papel de influenciador pois aquele indivíduo tende a realizar e traçar rotas alternativas, rotas essas que venham a fugir desse “acontecimento” que ela acredita, ou seja, a mensagem que o sonho está lhe transmitindo. Nessa perspectiva, a compensação do sonho vai ocorrer quando a pessoa realizar esses desvios pois assim, entende os sonhos como uma mensagem para evitar aquele lugar, naquele horário e naquele dito dia. Tais pensamentos e ideias, de acordo com Silva (2000) estão presentes desde a antiguidade, nos povos egípcios e gregos, por exemplo.

Somado a isto, segue-se ainda a ideia de que os pensamentos e sonhos também exercem desejos divinos, ou seja, uma pessoa tem um determinado sonho e acredita nele como uma vontade de algo superior a si, por exemplo, um homem tem um determinado vício em jogos aleatórios, em uma noite, ele acaba sonhando com alguns números, logo, por intermédio dos sonhos, ele tende a creditar que se trata um desejo de um ser maior para que ele consiga tal objetivo, que seria a vitória naquele jogo (SILVA, 2000).

Portanto, diante dos exemplos citados acima, percebe-se o poder que os sonhos tendem a exercer no cotidiano. De fato, alguns acreditam que eles são por intermédio divino, um aviso, mensagem ou até mesmo um desejo de um ser maior e que pretende ou que realiza a comunicação por meio dos sonhos (OLIVEIRA, 2012).

Além disso, tal poder de influência é tão presente que mesmo não tendo essa visão de um ser divino, alguns até tendem a ser influenciados por outros haja vista que os influenciadores acreditam nessa visão de comunicação por meio dos sonhos, logo, conforme Oliveira (2012), conseguem exercer extensão do seu pensamento e das suas crenças para além da sua vida.

Somado a isto, é notório as influências na rotina das pessoas, os sonhos, sejam ele de natureza mágica, aventureira, melancólica, entre outros, vai exercer esse poder, a tomada de decisão pode vir a estar afetada por intermédio deles, nos exemplos acima, tais ações não foram planejadas, pelo contrário, entretanto, após uma noite de sono no qual o indivíduo tem essas manifestações no sono REM, tendem com bastante frequência a realizar essa mudança de atitude e de ação, e por atitude, entende-se segundo Aronson, Wilson e Akert, (2015, p. 165) como sendo uma avaliação duradoura feitas de pessoas. As atitudes desempenham um papel importante no modo como as pessoas se dão com a informação no mundo social em que estão, nesse caso, como elas se dão com os sonhos e o conteúdo que eles repassam.

A psicanálise é o campo de estudo da mente humana, sua criação ocorreu por meio de Freud no século XIX e de acordo com Val et al; (2017, p. 1290):

[...] a partir de seus estudos com pacientes histéricos, iniciou a construção da teoria psicanalítica. Os sintomas desses sujeitos eram caracterizados por alterações decorrentes de inibições ou excitações sensoriais e motoras – paralisias, desmaios, tremores, cegueiras e afonias – que não correspondiam à realidade biológica e que não cediam aos tratamentos convencionais. Escutando esses pacientes, Freud elaborou o conceito de inconsciente, outorgando importância decisiva para a participação do psiquismo na gênese dessas manifestações. O surgimento da Psicanálise provocou uma ruptura epistemológica com o pensamento médico-biológico dominante, ao conceber um corpo regido por mecanismos que escapam à razão.

Nessa perspectiva, a Psicanálise torna-se influência no século XIX, vem como uma novidade no acompanhamento das pessoas, somado a isto, vem a questão dos sonhos, a relação de ambas. Numa visão psicanalítica de Freud, os sonhos representam desejos reprimidos do inconsciente, eles podem revelar de desejos até traumas que foram reprimidos (MILHORIM; CASARINI; COMIN, 2013, p. 88).

Nesse sentido, ele atua como uma das formas que se tem para chegar até o inconsciente, sejam eles dos mais variados tipos, de melancólicos até pesadelos (CELES, 2005).

Sendo os sonhos as mais sinceras representações do inconsciente, o interesse pelos estudos nessa temática não parte apenas da Psicanálise, outras abordagens psicológicas também demonstram interesse nesse assunto, a humanista e fenomenológica, por exemplo, vê “os sonhos a partir da concepção de imagem de Sartre como um objeto irreal, e produto da consciência imaginante” (MILHORIM; CASARINI; COMIN, 2013, p. 88). Portanto, a definição do conceito de sonhos bem como a sua interpretação e estudo, varia com o conhecimento e as definições do seu pesquisador, embora pensadores clássicos tenham mais relevância e influência, há ainda outras definições acerca desse tema que devem ser

levados em consideração, mas de volta a Psicanálise, tal abordagem da Psicologia, vê nos sonhos grande conteúdo a ser estudado, haja vista que para o criador dessa linha de pensamento, todo sonho tem um significado que tem sua origem por intermédio dos pensamentos reprimidos (MILHORIM; CASARINI; COMIN, 2013, p. 88).

Ainda na psicanálise, os sonhos possuem um conteúdo manifesto e um latente, logo, sua interpretação pode gerar dúvidas e incertezas sobre alguns significados, portanto. Nesse sentido, Bissoli (2005) destaca “os sonhos como formação de compromisso entre duas instâncias psíquicas (consciente e inconsciente)” tem-se ainda os mecanismos do sonho os quais são trabalhos do mesmo.

Na Psicanálise, segundo Milhorim, Casarini e Comin (2013) os sonhos são vistos como a forma mais fácil de vasculhar o inconsciente humano, uma vez que é no inconsciente que estão os desejos mais reprimidos. Freud é conhecido como o pai dessa teoria e por consequência, desenvolveu sua teoria de interpretação dos sonhos com grande destaque e respeito no mundo todo, além disso, é nos estudos de Freud que estão as confirmações de que os sonhos são as representações dos desejos reprimidos, ou seja, vontades que não foram saciadas muitas vezes por fugir do dito normal da sociedade.

Numa perspectiva psicanalítica de Freud, os sonhos estão ligados diretamente ao inconsciente, ele relata ser os sonhos as manifestações dos desejos e ansiedades mais intensas do inconsciente humano (SILVA, 2012).

Nesse sentido, a descrição dos sonhos para Freud fica clara, suas afirmações e estudos remota sempre ser nos sonhos as manifestações dos pensamentos reprimidos, ou seja, tudo aquilo que em sua grande maioria seria julgado pela sociedade como incorreto e tido como anormal, logo, seriam nos sonhos o local onde tais pensamentos e desejos reprimidos iriam ser repelidos. Assim, os sonhos são fenômenos psíquicos e que quando relatados corretamente, podem ter uma interpretação fiel por parte do analista (SILVA, 2012).

Quanto aos mecanismos do sono, Sigmund Freud descreve quatro, estes sendo condensação, deslocamento, simbolismo e dramatização. Na condensação, várias interpretações passam a ser apenas uma após associação do cérebro, no deslocamento, um determinado aspecto pode vir a ganhar menos importância, logo a intensidade pode variar, o simbolismo, que tende a ser a organização dos pensamentos vindo do inconsciente, logo, estes podem ser metáforas simbolizando o real, e por fim, a dramatização, todas as partes dos sonhos são transformados em cenas (CHENIAUX, 2006).

Em contrapartida a Sigmund Freud, temos outro teórico que dedicou grande parte da sua obra a estudar o material psíquico, os sonhos, além disso, foi o criador da Psicologia Analítica, o responsável por tudo isso foi Carl Gustav Jung. Uma vida dedicada a análise de sonhos, Jung traz consigo uma grande coletânea e materiais ricos nesse quesito (SÁ; FERNANDES, 2016).

Outro ponto importante e que diverge de Freud é seu pensamento sobre os sonhos, enquanto Freud acreditava ser os sonhos desejos do inconsciente, Jung não pensava dessa forma, ele via os sonhos como uma revelação e não um desejo, logo, eles não escondiam, mas sim revelavam os desejos, mesmo que de uma forma no qual as pessoas estão habituadas a compreender, ou seja, daí a necessidade da interpretação, (SÁ; FERNANDES, 2016).

Nesse sentido, a interpretação dos sonhos, segundo Susemihl (2017) vem como uma ação necessária para sua compreensão, uma vez que eles estão em sua

grande maioria numa forma considerada robusta ao entendimento humano. A análise e o simbolismo vêm como uma forma de ajuda e contribuição ao real sentido dos sonhos, na visão da Psicologia, sobretudo a de cunho analítico, tais aspectos emergem com essa finalidade.

A relação Psicoterapêutica na visão analítica de Jung, vem como uma abordagem diferenciada a partir da perspectiva em que tem a ideia do psicólogo frente a frente com o paciente, tal relação é encarada como um processo dialético. Nessa linha, Dornelas e Eleotério (2019) descrevem o método terapêutico junguiano em três metodologias, a relação transferencial, imaginação ativa e a interpretação simbólica – interpretação dos sonhos.

Para Jung, os sonhos são significativos, entretanto, questionar o sonhador pode não trazer resultados esperados e o analista deve-se partir nesse sentido, direto para a associação. Em relação ao significado dos sonhos, ele primeiro fez uma análise das projeções estabelecendo uma diferença, nessa perspectiva, as imagens dos sonhos expressam a subjetividade, são partes integrantes dos pensamentos, não por razões externas, mas por razões desconhecidas (MESSIAS, 2016).

Pensar nos sonhos sob uma visão da Psicologia Analítica de Jung, é analisar e associar os símbolos com a finalidade de chegar na interpretação, isso porque os sonhos representam aquilo que precisa de atenção, afinal, quando uma pessoa sonha, ela está realizando a narrativa de um acontecimento. Logo, (GRINBERG, 2003, p. 178 apud DORNELAS; ELEOTERIO, 2019, p. 7) “Os analistas junguianos costumam enfatizar os sonhos para obter uma compreensão dos símbolos e uni-los à história individual do cliente e, em especial, ao seu ponto de vista consciente”.

Portanto, conforme Santos e Serbena (2017), os sonhos são processos psíquicos que orientam o ego para uma atitude adaptativa. Partindo dessa visão, sua associação com o senso comum acaba por não ter uma ligação coerente, haja vista que há interferência do sonhador nesse ponto, pode vir apenas a suprir a necessidade que ele tem no momento, ou seja, a falta que ele está sentindo e por isso, tende a associar o sonho a essa falta, sem qualquer ligação coerente.

Ainda assim, (MESSIAS, 2016, p.28) descreve alguns exemplos de sonhos e suas associações ligadas a cultura e diversidade, tendo em vista a pluralidade que há, tais fatores sociais acabam por ser importantes e determinantes nessas análises, logo:

Ter uma relação sexual maravilhosa nos sonhos normalmente não tem relação alguma com sexo. Os símbolos são imagens que substituem outro objeto, outro acontecimento. Os sonhos guardam linguagem simbólica. Consequentemente, as condições orgânicas e psicológicas como mal estar alimentar, frustração, recalque, neuroses são insuficientes para justificar a natureza dos sonhos. Ou seja, uma noite em que alguém está alegre pode produzir um sonho de tristeza, pessimismo e desastres. Uma alimentação inconveniente e estimulante pode gerar sonhos leves, otimistas, bem sucedidos. Visualizar facas, cães raivosos, assassinos tem significado positivo ou negativo depende do contexto e dos códigos linguísticos de cada povo, de cada pessoa.

Portanto, conforme Messias (2016) os sonhos podem exercer diferentes significados quando levado em consideração alguns fatores como a cultura e a diversidade da pessoa que o teve bem como da pessoa que está interpretando, ou seja, os sonhos são variáveis quando levado em consideração essas variantes.

A Psicologia encara os sonhos a partir de uma abordagem, sua análise pode ter uma variação se considerada esse fator, no que diz respeito a psicologia de base analítica, tal fenômeno representa mais do que um desejo do inconsciente, pode-se descrevê-los como além disso, eles representam uma mensagem que vem à tona. (SÁ; FERNANDES, 2016).

Logo, apresentar os sonhos mais comuns seria como descrever uma receita qualquer, a pluralidade nessa temática é extraordinária e justamente essa diversidade que torna o tema mais interessante e mais estudado. Todos os sonhos são contextuais e todos podem ser analisados, partindo dessa perspectiva, é possível listar alguns, entretanto, tais modelos servem como exemplos para uma análise mais profunda nessa questão (HALL, 2007).

O incesto, por exemplo, seja com um dos pais ou até mesmo com o irmão ou irmã, não necessariamente está ligado a algo negativo, ele pode representar um contato do ego, já na parte de um dos irmãos, pode estar assimilado a qualidades da sombra. Já os sonhos que envolvem o luto, quando este é patológico, a imagem do ente pode parecer como um abandono do ego, para uma conclusão saudável, todo o processo do luto pode durar de seis a oito meses (HALL, 2007).

Além disso, tem-se os sonhos com casas ou automóveis, estes por sua vez, podem representar partes do ego e nos casos dos automóveis, tendem a ser a forma como o ego se movimenta ao longo do dia, nas suas mais variadas atividades. Os sonhos com mortes, quase nunca diz respeito a perda real, na verdade, na maioria dos sonhos, eles apontam para o processo arquetípico de transformação e de forma geral, os sonhos com mortes parentais apontam mudanças na estrutura edipiana de complexos, por outro lado, quando a própria pessoa sonha que está matando, isso relata o grau de envolvimento do indivíduo com o processo (HALL, 2007).

Somado a isto, tem-se os sonhos com serpentes, elas podem refletir num significado fálico ou até a associação do pênis. Esse tipo de sonho, pode além disso, está relacionado a energias instintivas, ou até mesmo a sabedoria, a cura e ao ato de provar algo a si mesmo, logo, cabe ao analista a interpretação, levando em consideração o contexto do sonho e ao relato do paciente (HALL, 2007).

Somado a isto, na psicologia junguiana, os sonhos são processos naturais, interpretar um sonho pode ter uma variação, cabe ao analista estar ciente disso, um sonho ainda, pode ter mais de uma interpretação, logo, não se deve ficar preso a primeira análise. Ainda na perspectiva de Hall (2007) os sonhos não são sonhados para serem analisados, mas sim para reforçar e trazer à tona material do inconsciente humano.

METODO

Este trabalho foi elaborado por meio de uma revisão integrativa que segundo Mendes, Silveira e Galvão (2008) tem como objetivo a análise e sintetização de pesquisas relevantes sobre a temática em questão. Ele segue o modelo composto em seis fases: A elaboração da pergunta norteadora com apresentação das palavras chaves, o estabelecimento dos critérios de exclusão e inclusão dos estudos, a amostragem sistematizada em diversas fontes de informação, a coleta de dados, a análise desses dados e a apresentação da revisão.

Este trabalho busca a compreensão acerca das influencias que as pessoas têm dos sonhos, ou seja, como os principais tipos de sonhos podem exercer influência a ponto de alterar a rotina de uma sociedade?

Como critérios de inclusão, foram utilizados trabalhos literários públicos no idioma português e livros clássicos que tiveram suas versões traduzidas também para o português. Para isso, fez-se necessário as seguintes palavras chaves: psicologia, sonhos, psicanálise, influência. Já para os critérios de exclusão, os artigos publicados em outros idiomas diferentes do português assim como os livros que não tivera, as traduções para a língua portuguesa. E o critério temporal, foi composto por todas as publicações entre os anos 2000 e 2021. A consulta de dados ocorreu por meios de publicações de autores de referências na temática em questão, através das palavras chaves destacadas na tabela a seguir e levando em consideração o intervalo de tempo de 2000 até 2021.

Quadro 1 – Publicações disponíveis entre os anos 2000 e 2021, seleção dos artigos nos buscadores BVS e Medline, Google Acadêmico, SciELO, CAPS

BUSCADORES	PALAVRAS CHAVES				TOTAL
	Psicologia	Sonhos	Psicanálise	Influência	
BVS e Medline	-	7	1	-	8
Google Acadêmico	1	4	5	1	11
SciELO	-	8	2	-	10
CAPEL	-	-	-	1	1
TOTAL	1	19	8	2	30

Fonte: Dados da pesquisa

A busca de dados apresentou oito artigos no BVS e Medline, 11 publicações no Google Acadêmico, 10 no SciELO e 1 no CAPES, dos quais totalizam 30 publicações, sejam artigos ou livros acerca da temática. Para a análise dos dados, foi criado um instrumento que compõe as seguintes informações: dados de identificação do artigo ou livro (título, autores, nome do periódico, ano de publicação, volume e número), tipo de estudo, objetivo de estudo e definição acerca das palavras chaves.

Posteriormente, foi utilizado a categorização de Laurence Bardin (2011), ou seja, a análise de conteúdo composta por três fases, são elas:

Quadro 2 – Categorização dos resultados

	1 - PRÉ-ANÁLISE	2 - EXPLORAÇÃO DO CONTEÚDO	3 - TRATAMENTO DO RESULTADO
FASE	30 publicações foram selecionadas	2 livros e 10 artigos foram selecionados após leitura crítica	Apresentados num quadro descritivo sobre os processos envolvidos no artigo
	18 artigos foram excluídos após leitura crítica do resumo	2 livros e 10 artigos foram selecionados após leitura crítica dos mesmos	

Fonte: Dados da pesquisa

Para avaliação dos resultados, foi elaborado quadro descritiva para comparar os dados obtidos dos artigos e livros. Os resultados são obtidos no quadro abaixo:

Quadro 3 – Tratamento dos resultados, separação dos artigos

TÍTULO	AUTORES	OBJETIVO	PRINCIPAIS RESULTADOS	REVISTA	ANO DE PUBLICAÇÃO
--------	---------	----------	-----------------------	---------	-------------------

Jung e a interpretação dos sonhos	HALL, James A	Descrever a interpretação dos sonhos na perspectiva junguiana	Listou dos principais tipos de sonhos e a interpretação deles a partir da visão de Jung	Editora Cultrix	2007
Psicologia Social	ARONSON, Elliot; WILSON, Timothy D. & AKERT, Robin M	Apresentar os principais conceitos da Psicologia Social e como ela está presente na sociedade	Definições dos fenômenos sociais e os processos que englobam a Psicologia Social	Editora. Rio de Janeiro: LTC,	2015
Mecanismos do ciclo sono-vigília.	ALOE, Flavio. AZEVEDO, Alexandre Pinto. HASAN, Rosa	Relatar os principais conceitos dos sonhos, bem como descrever os mecanismos envolvidos no processo sono-vigília	Demonstração de que agentes como drogas, podem ser estimulantes nos processos do sono	Revista Brasileira de Psiquiatria	2005
O manejo dos sonhos na psicoterapia psicanalítica	BISSOLI, Sidney da Silva Pereira	Reforçar os conceitos dos sonhos na clínica sob o olhar da Psicanálise	Reafirmação de conceitos e processos dos sonhos numa visão psicanalítica	Revista Científica Eletrônica de Psicologia	2005
Os sonhos: integrando as visões psicanalíticas e neurocientíficas	CHENIAUX, Elie	Comparar as visões da Psicanálise e da Neurociência sobre os sonhos	A psicanálise tem inspirado e guiado investigações neurocientíficas, e achados da neurociência têm sido úteis para um maior refinamento da teoria psicanalítica.	Revista Psiquiatria RS	2006
Análise junguiana dos sonhos: o fazer e percursos na	DORNELAS, K. C. A. ELEOTÉRIO, I. S	Examinar a utilização dessa prática por psicoterapeutas de orientação	Demonstração de como a intervenção com os sonhos atua terapêuticamente	Revista Pesquisas e Práticas Psicossociais	2019
América Latina?		junguiana	e para a saúde psíquica		

A construção dos sonhos: abordagem multidisciplinar	IARROCHES KI, Larissa Zucco. LADESMA, Fabio Ricardo	Conhecer a importância dos sonhos em diversas abordagens, não restrito apenas a Psicanálise	Reflexões sobre os sonhos e relatar o olhar reflexivo que é necessário para a compreensão dos sonhos nas diferentes abordagens	Revista Húmus	2021
Simbologia dos sonhos e culturalidade	MESSIAS, Ivan dos Santos	Analisar o desdobramento dos sonhos cujas funções incidem na conservação e manutenção do corpo humano	Enfatização da função terapêutica no processo dos sonhos	Revista Psicologia, Diversidade e Saúde	2016
Os sonhos nas diferentes abordagens psicológicas: apontamentos para a prática psicoterápica	MILHORIM, Thaís Kristine. CASARINI, Karin A. COMIN, Fabio Scorsolini	Apresentar uma revisão interativa sobre os sonhos nas diferentes abordagens psicológicas	Reafirmação que não há uma abordagem certa, mas sim que há várias visões acerca dessa temática	Rev. SPAGESP	2013
Psicologia analítica e a interpretação dos personagens dos sonhos lúcidos	SÁ, Jose Felipe Rodrigues. FERNANDES, Ermelinda Ganem	Uma análise das características marcantes do processo dos sonhos	Descrição do conceito junguiano de "sombra"	Fractal, Rev. Psicol	2016
O sonho e a psicanálise freudiana	SILVA, Giovana Rodrigues	Análise da teoria freudiana e compressão dos processos do inconsciente manifesto através dos sonhos	Confirmação da teoria freudiana como essencial para a compressão dos processos envolvidos no sonho	Revista EnsiQlopédia – FACOS/CE NEC	2012
Interpretação dos sonhos, sem fim	SUSEMIHL, Elsa Vera Kunze Post	Apresentação de práticas clínicas sobre a temática	Reafirmação de que não há uma teoria correta	Jornal de Psicanálise	2017

Fonte: Dados da pesquisa

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados desta pesquisa encontram-se através de gráficos e quadros, a seguir um gráfico com a descrição dos buscadores utilizados para a construção da pesquisa. Os principais indicadores utilizados encontram-se descritos no gráfico, 37% foram por meio do Google Acadêmico, 33% no SciELO, 27% BVS Medline e 3% no CAPS.

Com relação a distribuição das publicações, 63% corresponde à palavra-chave sonhos, 27% a Psicanálise, 7% a influência e 3% a Psicologia. Importante ressaltar que do total das 30 publicações utilizadas, 2 foram livros clássicos e 28 artigos e periódicos. Além disso, a palavra-chave **sonhos** foi a mais buscada durante toda a consulta.

Quadro 4: Classificação dos artigos de acordo com suas características.

CARACTERÍSTICAS DAS PUBLICAÇÕES	AUTORES
Informações sobre o sono	ALOE, Flavio. AZEVEDO, Alexandre Pinto. HASAN, Rosa. Mecanismos do ciclo sono- vigília. Rev Bras Psiquiatr. 2005, 27 (supl I) 33-39
Visão Junguiana dos sonhos	HALL, James A. Jung e a interpretação dos sonhos. Tradução Álvaro Cabral. São Paulo. Editora Cultrix. 2007
	DORNELAS, K. C. A. ELEOTÉRIO, I. S. Análise junguiana dos sonhos: o fazer e percursos na América Latina? Pesquisas e Práticas Psicossociais 14(4), São João del-Rei, outubro- dezembro de 2019.
	SÁ, Jose Felipe Rodrigues. FERNANDES, Ermelinda Ganem. Psicologia analítica e a interpretação dos personagens dos sonhos lúcidos. Fractal, Rev. Psicol. v. 28 – n 1, p 146-152, 2016.
Psicologia social e seus fenômenos	ARONSON, Elliot; WILSON, Timothy D. & AKERT, Robin M. Psicologia Social. 8 a. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2015.
Visão Psicanalítica	BISSOLI, Sidney da Silva Pereira. O manejo dos sonhos na psicoterapia psicanalítica. Revista Científica Eletrônica de Psicologia. Vol. 3, No. 04, maio de 2005
	CHENIAUX, Elie. Os sonhos: integrando as visões psicanalíticas e neurocientíficas. Rev. Psiquiatr RS maio/ago 2006, vol. 28. no. 2: 169-177
	SUSEMIHL, Elsa Vera Kunze Post. Interpretação dos sonhos, sem fim. JORNAL de PSICANÁLISE 50 (93), 111-126. 2017
	MESSIAS, Ivan dos Santos. Simbologia dos sonhos e culturalidade. Revista Psicologia, Diversidade e Saúde. Salvador. 2016. Vol. 1. N.24
Os sonhos em diferentes abordagens	SILVA, Giovana Rodrigues. O sonho e a psicanálise freudiana. Revista EnsiQlopédia – FACOS/CENEC Osório, Vol. 9 – Nº 1, out. 2012
	MILHORIM, Thaís Kristine. CASARINI, Karin A. COMIN, Fabio Scorsolini. Os sonhos nas diferentes abordagens psicológicas: apontamentos para a prática psicoterápica. Rev. SPAGESP. vol. 14 no. 1 Ribeirão Preto 2013
	IARROCHESKI, Larissa Zucco. LADESMA, Fabio Ricardo. A construção dos sonhos: abordagem multidisciplinar. Revista Húmus. vol. 11 no. 31, 2021

Fonte: Dados da Pesquisa.

No que se refere ao sono e todo o processo por trás dele, Aloe; Azevedo e Hasan (2005) o descrevem composto por fases, sejam elas a REM e a Não REM, assim, é possível a compreensão de como funciona o sono e tudo o que o envolve. Entender o funcionamento dos mecanismos do sono é essencial para análise dos sonhos, logo, ambos os processos corroboram para uma interpretação assertiva, buscando sempre o aprofundamento nas questões envolvendo o cérebro humano.

Após compreender o processo do sono, a visão que os teóricos têm da interpretação dos sonhos fica mais visível, na psicologia junguiana, por exemplo, Sá; Fernandes (2016) descrevem os sonhos como além de desejos do inconsciente, ou seja, o conteúdo em si representa uma mensagem que vem à tona no momento do sono, uma manifestação inconsciente.

Somado a isto, a visão de Jung sobre os processos oníricos juntamente com a relação de influência que o mesmo exerce no dia a dia, colaboram com a descrição de Aronson; Wilson e Arket (2015) ao afirmar que influência se trata do poder que uma pessoa ou algo tem sobre outra.

Assim, sendo, é nítido a alteração em todo cotidiano de uma pessoa após um determinado sonho, os autores em si corroboram com a pesquisa nessa confirmação. Por exemplo, se um indivíduo tem um sonho com tragédia, na visão junguiana, os sonhos descrevem uma mensagem e conseqüentemente trazendo para os fenômenos da Psicologia Social, esse sonho vai exercer influência diretamente na vida dessa pessoa, fazendo então, ela alterar todo o seu dia.

Essa influência também é notória na visão freudiana sobre os sonhos, conforme Cheniaux (2006), essa temática é de interesse em grandes pesquisadores e autores de base psicanalítica, uma vez que o autor afirma haver alterações na rotina das pessoas após um sonho.

Além disso, é possível descrever os sonhos nas mãos variadas abordagens, de acordo com Iarocheski e Ladesma (2021) numa abordagem multidisciplinar, os sonhos despertam nas pessoas várias emoções, ou seja, vários sentimentos que podem exercer grande influência no ser humano. Sendo então o sonho um processo decorrente do sono e este sendo natural do ser humano, de fato ele tem poder de exercer influência a depender do seu tipo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho teve como objetivo descrever a influência que os sonhos têm na rotina das pessoas, bem como listar os principais tipos de sonhos, assim, fazer uma correlação entre influência e sonhos. Diante disso, foi verificado que ao ter um sonho, o indivíduo de forma geral, faz associação a sua vida e conseqüentemente realiza uma alteração em toda sua rotina, por exemplo, ao sonhar com alguma tragédia.

Por outro lado, este trabalho não buscou abordar toda a temática tendo em vista suas limitações, como por exemplo, a dificuldade de encontrar publicações sobre influências e sonhos, bem como de localizar material recente sobre o tema e a abordagem psicanalítica. Portanto, fica evidente a importância no desenvolvimento de pesquisas futuras acerca da temática, tendo em vista as influências sofridas pelos sonhos e a alteração de rotina do indivíduo.

Além disso, é importante destacar que o estudo e a interpretação dos sonhos, trouxe para o campo da Psicologia uma análise mais profunda sobre o inconsciente e até mesmo de emoções reprimidas, assim, essa contribuição destaca-se como

uma área que exerce grande influência na ciência psicológica, na psiquê humana como um todo.

REFERÊNCIAS

- ALOE, Flavio. AZEVEDO, Alexandre Pinto. HASAN, Rosa. Mecanismos do ciclo sono-vigília. **Rev Bras Psiquiatr.** 27 (supl I) 33-39, 2005.
- ARONSON, Elliot; WILSON, Timothy D. & AKERT, Robin M. **Psicologia Social.** 8 a. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2015.
- BARDIN, Laurence. Análise de Conteúdo. São Paulo: Edições 70, 2011, 229 BARROS, M.B.A et al. Qualidade do sono, saúde e bem-estar em estudo de base populacional. **Rev Saude Publica.** 2019;53:82.
- BEZERRA, Ana Carolina. A história e a ciência dos sonhos. **Cienc. Cult.** vol. 72 no. 1 São Paulo jan/mar. 2020.
- BISSOLI, Sidney da Silva Pereira. O manejo dos sonhos na psicoterapia psicanalítica. **Revista Científica Eletrônica de Psicologia.** Vol. 3, No. 04, maio de 2005.
- BULGARELLI, Cristóvão Giovani. SANTOS, Dayanna Pereira. Inconsciente, linguagem e pensamento. *Estilos Clin.* São Paulo, v. 23, n. 3, set/dez. 2018, 655-669 CARONE, André. O escritor Freud e a Psicanálise. **Cienc. Culto.** vol. 6 no. 2 São Paulo 2009.
- CARVALHO, Vitor Orquiza. HONDA, Helio. Fundamentos da associação livre: uma valorização da técnica da psicanálise. **Analytica** vol. 6 no. 10 São João Del Rei jan/jun. 2017 47-56.
- CELES, Luiz Augusto. Psicanálise é trabalho de fazer falar e fazer ouvir. *Psyche (São Paulo)* v.9 n.16 São Paulo dez. 2005.
- CERTO, Ana Catarina Trindade. **Qualidade do sono e suas implicações ao nível da ansiedade, depressão e stress nos estudantes do ensino superior.** Tese Mestrado em Enfermagem. Instituto Politécnico de Bragança Escola Superior de Saúde. Bragança, p 23. 2016.
- CHENIAUX, Elie. Os sonhos: integrando as visões psicanalíticas e neurocientíficas. **Rev. Psiquiatr RS.** vol. 28. no. 2: 169-177, 2006.
- DORNELAS, K. C. A. ELEOTÉRIO, I. S. Análise junguiana dos sonhos: o fazer e percursos na América Latina? **Pesquisas e Práticas Psicossociais** 14(4), São João del- Rei, outubro-dezembro de 2019.
- GOMES, Marleide da Mota. QUINBONES, Marcos Schmidt. ENGELBARDT, Elias. Neurofisiologia do sono e aspectos farmacoterapêutico dos seus transtornos. **Rev. Bras. Neurol.** vol. 46 no. 1 jan/fev 2010 p. 6-15.
- HALL, James A. Jung e a interpretação dos sonhos. Tradução Álvaro Cabral. São Paulo. Editora Cultrix. 2007.
- IARROCHESKI, Larissa Zucco. LADESMA, Fabio Ricardo. A construção dos sonhos: abordagem multidisciplinar. **Revista Húmus.** vol. 11 no. 31, 2021.
- MAGALHÃES, Flavio. MATARUNA, Jose. Medicina da noite: Parte I – bases gerais, cronobiológicas e clínicas. Rio de Janeiro: **Editora FIOCRUZ,** , pp 103-120, 2007.
- MENDES, Karina Dal Sasso. SILVEIRA, Renata Cristina de Campos Pereira. GALVÃO, Cristina Maria. Revisão Integrativa: Método de pesquisa para a incorporação de evidências na saúde e na enfermagem. **Texto Contexto Enferm,** Florianópolis, Out-Dez; 17(4): 758-64, 2008.

MESSIAS, Ivan dos Santos. Simbologia dos sonhos e culturalidade. **Revista Psicologia, Diversidade e Saúde**. Salvador. vol. 1. N. 24, 2016.

MILHORIM, Thaís Kristine. CASARINI, Karin A. COMIN, Fabio Scorsolini. Os sonhos nas diferentes abordagens psicológicas: apontamentos para a prática psicoterápica. **Rev. SPAGESP**. vol. 14 no. 1 Ribeirão Preto, 2013.

OLIVEIRA, Vilmar Pereira de. *A influência do gosto musical no processo de construção da identidade na juventude*. 2012. 95f. Monografia (Conclusão do curso) – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Faculdade de Psicologia, Belo Horizonte. 2012.

RODRIGUES, Fabiano de Abreu. Dormir pouco ou tarde causa disfunções que acarretam em doenças, envelhecimento precoce e morte prematura. **Brazilian Journal of Development**, Curitiba, v.7, n.3, p. 24650-24664 mar 2021.

SÁ, Jose Felipe Rodrigues. FERNANDES, Ermelinda Ganem. Psicologia analítica e a interpretação dos personagens dos sonhos lúcidos. **Fractal, Rev. Psicol.** v. 28 – n 1, p 146-152, 2016.

SANTOS, Jessica Caroline. SERBENA, Carlos Augusto. Trabalho com sonhos em saúde mental na perspectiva da psicologia analítica. **Rev. Mental** - v. 11 - n. 21 - Barbacena-MG - p. 501-526, 2017.

SIGMUND, Freud. **A interpretação dos sonhos (1900)**. Tradução Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras. vol 4, p.33, 2019.

SILVA, Thiago Rovai. NAPPO, Solange Aparecida. Crack e sonhos: a visão dos usuários. **Ciência e Saúde Coletiva**, vol. 24 no. 3 1091-1099, 2019.

SILVA, Giovana Rodrigues. O sonho e a psicanálise freudiana. **Revista EnsiQlopédia – FACOS/CENEC Osório**, Vol. 9 – Nº 1, Out. 2012.

SILVA, Francynete Melo. Uma análise behaviorista radical dos sonhos. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, vol. 13 no. 3, p. 435-449, 2000.

SUSEMIHL, Elsa Vera Kunze Post. Interpretação dos sonhos, sem fim. **JORNAL de PSICANÁLISE** 50 (93), 111-126. 2017.

VAL, A.C et al. Psicanálise e Saúde Coletiva: aproximações e possibilidades de contribuições. **Physis Revista de Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, vol. 27, no. 4, p. 1287-1307, 2017.

A ARTETERAPIA COMO FACILITADORA DO PROCESSO TERAPÊUTICO: UMA VISÃO INTEGRATIVA

Eliane Severina da Silva¹
Aline Arruda Rodrigues da Fonseca²

RESUMO

O presente trabalho trata da visão integrativa da arteterapia nos procedimentos terapêuticos envolvendo patologias psicológicas. O objetivo dessa pesquisa foi apresentar essas contribuições no desenvolvimento da terapia, bem como analisar os processos psicoterapêuticos nas suas diferentes aplicações e também apontar os seus benefícios durante o tratamento. A arteterapia ficou conhecida no século XIX por meio do Alemão Johann Christian, que começou a estudar a relação da arte com a psiquiatria, o qual, afirmava que a arte quando trabalhada com o lado médico, poderia trazer grandes benefícios para o paciente ou até mesmo prevenir tais disfunções nas pessoas. Essa pesquisa teve como base alguns autores como Rezende (2021), Reis (2014), Andriollo (2013), Freud (2012), Andrade, L (2000), Jung (2001), Carvalho (1995), dentre outros autores também importantes. Assim, com base nas pesquisas, chega-se ao resultado de que a arteterapia pode trazer a beneficiação e melhoras no tratamento de doenças psicossomáticas, desenvolvendo o autoconhecimento, a autoestima, e a autoconfiança, bem como a criatividade, a desenvoltura, a sensibilidade e o melhoramento dos traços de personalidade.

Palavras-chave: Arteterapia; Processos Psicoterapêuticos; Patologias Psicológicas; Benefícios. Tratamento.

INTRODUÇÃO

Na época atual em que se vive, surgiu a necessidade de práticas no dia a dia que auxiliem o indivíduo a desacelerar e tentar levar sua rotina de forma mais aprazível e tênue, assim como propõe a arteterapia, que por meio da arte fomenta também o autoconhecimento, a criatividade e a redução de níveis de tensão. Seu caráter lúdico proporciona relaxamento, redução da ansiedade e gera conforto. Esta prática possibilita que seus utilizadores trabalhem as frustrações, os medos e as angústias de forma mais leve (COQUEIRO; VIEIRA; FREITAS, 2010).

Diante da atual situação, de estresse, de doenças psicossomáticas e psicológicas, na população brasileira, pode-se observar que as pessoas estão com as rotinas cada vez mais aceleradas e vivendo uma verdadeira corrida contra o tempo. Junto a isto, sabe-se que as redes sociais, muitas vezes, são utilizadas como uma fuga, o que acaba gerando ainda mais ansiedade e, conseqüentemente, outras várias questões psicológicas surgem de modo que muitos não percebem inicialmente, e assim, buscam ajuda apenas quando as conseqüências tomam grandes proporções.

Arteterapia pode ser definida como uma atuação profissional que une conhecimentos de diversas áreas, com o intuito de resgatar o ser humano em sua plenitude, trabalhando também a transformação e o autoconhecimento (PHILIPPINI,

¹ Graduanda do curso de Psicologia, e-mail: ely-ani@hotmail.com.

² Profa. Orientadora Dra. em Psicologia Social. E-mail: prof1813@iesp.edu.br.

2004). Seus recursos possibilitam que o homem seja visto como um todo, pois a expressão por meio da arte traz à tona aquilo que se encontra na consciência e na inconsciência (JUNG, 2011).

Estimulando a expressão de emoções e sentimentos por meio da arte, muitas vezes é possível identificar temores e desejos intimamente ocultos, os quais, em alguns casos, nem a própria pessoa tem noção da existência. A ponte criada entre o real e o imaginário nestes momentos faz com que tais fatores venham a ser revelados de forma que o indivíduo não perceba, pois se trata de algo natural e leve (LOIOLA; ANDRIOLA, 2017).

A utilização da arte como meio de promover saúde, envolve diversas formas de linguagem através de técnicas para se expressar, como dramatização, literatura, pintura, desenho, poesia, dança, música e modelagem. Sua área de atuação está cada vez mais ampla e vem abrangendo contextos não apenas clínicos e educacionais, mas também os organizacionais e comunitários (REIS, 2014).

A proposta dessa pesquisa é, portanto, entender como a arteterapia pode ajudar os indivíduos a prevenir transtornos, bem como ajudá-los e tratá-los mediante suas doenças existentes. Espera-se que essa proposta venha de fato contribuir no trabalho terapêutico dos profissionais, como também, trazer benesses no desenvolvimento dos pacientes que apresentam dificuldades em seu dia a dia com tais transtornos emocionais.

REFERENCIAL TEÓRICO

Pode-se dizer que os recursos terapêuticos envolvendo a arte, iniciaram-se no século XIX por meio do Alemão Johann Christian (1759-1808). Este profissional começou a estudar a relação da arte com a psiquiatria, e afirmava que esta, sendo trabalhada junto com o lado médico psicológico poderia trazer grandes benesses para o paciente que sofresse de algum tipo de patologia clínica mental (BINDER; EOLVIN K; SCHALLER; KARL; CLUSMANN; HANS, 2007).

A arteterapia também teve sua origem por meio dos pensamentos de Steiner. Steiner (1990) alegava que o homem era um “ser espiritual”, que precisava entender seus pensamentos e comportamentos por meio de estímulos externos. Ele aborda que a ciência espiritual ajuda muito no desenvolvimento da percepção sensorial e sentimental dos seres humanos.

No começo do século XX, Jung (1875-1961) também aplicou esses métodos em meio ao tratamento psicoterápico dos seus pacientes, sendo o primeiro a utilizar tais procedimentos em um consultório clínico, e assim, sendo também possível compreender melhor o desenvolvimento deles e ver a melhora por meio do tratamento. Esse processo também foi benéfico durante os pós-guerras nos países, em que muitas pessoas e soldados de guerra ficavam psicologicamente abalados depois de tanta destruição e mortes nos locais atingidos (ANDRADE, 2000).

Outro teórico muito importante nesse desenvolvimento foi Freud (1856-1939). Este foi capaz de desenvolver suas próprias teorias, inclusive, as reflexões referentes aos pensamentos e aos sentimentos humanos. Em uma dessas teorias, Freud (1990) testifica que os pensamentos são “imagens mentais” ou “imagens simbólicas” que precisam ser entendidas, compreendidas e expostas, e umas das formas disso acontecer, seria por intermédio da psicoterapia e por meio da escrita e dos desenhos, pois eles ajudam o ser humano a “organizar” sua mente em relação a tudo aquilo que se sente. E no decorrer disso, a arte foi ganhando espaço nos

processos terapêuticos da época, dos quais, estendem-se até os dias de hoje (ANDRADE, 2000).

Muitos outros médicos europeus se interessaram também em testar a arte como forma de impulsionar o tratamento dos seus pacientes, dentre eles, Dantas (1900), Fusac (1900) e Morselli (1894). Alguns deles fizeram testes com seus pacientes saudáveis e com os “doentes”, dos quais tiveram resultados promissores. Assim, utilizavam a escrita para falar os seus sentimentos, os desenhos para expor o que pensavam, a pintura para expressar a forma como se sentiam e a música como ferramenta de melhorar o seu humor, pois utilizavam a teoria de Freud que dizia que o inconsciente é relatado muito mais por “imagens mentais”, do que por palavras expressas em si (REIS, 2014).

Além desses autores, dois médicos brasileiros também auxiliaram no desenvolvimento da arteterapia, sendo eles, Osório César (1929), que ficou conhecido também pela obra “A expressão artística nos alienados” e Nise da Silveira (1956) que ficou conhecida pela criação da clínica “Casa das Palmeiras”. Estes da mesma forma aplicaram em suas formas terapêuticas o recurso da arte, observando o comportamento, os relacionamentos afetivos, a expressão corporal e o lado sexual dos seus pacientes, tendo êxitos reais nos procedimentos tomados por meio desse processo (ADRIOLLO, 2003). Por intermédio de todos esses autores, a arteterapia ganhou espaço e tem se tornado uma grande aliada para os médicos e psicólogos da contemporaneidade (CARVALHO, 1995).

A autora precursora da psicanalítica foi Margaret Naumburg (1890-1983), juntamente com sua irmã Floresce, que desenvolveram o despertar para o lado da relação do consciente com o inconsciente e dos pensamentos com as palavras, dos quais também foram abordados pelo teórico Freud, o qual, ficou bastante conhecido nessa abordagem. Elas também se envolveram no processo de tratar os pacientes com o lado artístico, pois para Naumburg (1973) a arte ajuda o lado mental do ser humano. O lado psicanalítico está ligado aos pensamentos, aos sonhos, aos medos, às memórias e aos conflitos internos do indivíduo. Sendo levado em conta tudo isso durante o processo de psicoterapia, inclusive, o lado sexual, o criativo e o intelectual do ser humano (ANDRADE, 2000).

O embaixador dessa abordagem foi Carl Gustav Jung (1876–1961). Neste método o ser humano é visto como um ser mais criativo, capaz de ser autor da sua própria história e de mudá-la quando preciso, é também um ser mais expressivo e autônomo. Nela identicamente está presente, o lado das histórias reprimidas, das imagens do inconsciente, das palavras, dos impulsos, dos desejos, das emoções, das experiências vividas, dos afetos e o lado do desenvolvimento da personalidade (JUNG, 2001).

A abordagem gestáltica na arteterapia foi desenvolvida por Janie Rhyne (1913- 1995), que distendeu várias técnicas e materiais artísticos, tanto do lado psicoterapêutico em si, quanto do lado educacional. Essa abordagem leva o indivíduo a refletir sobre seu modo de vida e sobre sua própria percepção de sujeito. O ser vai entender a formação da sua personalidade, perceber quais são os momentos que ele está vivenciando, quais são as relações de realidade-fantasia, o desejo de crescer e se desenvolver como ser humano, entender a individualidade e a intensidade de cada pessoa, e vai entender também os novos caminhos que se pretende desenvolver e seguir na sua vida futura (RYNE, 2000).

A linguagem plástica está ligada à criação produtiva de imagens e formas, caracterizada e expressa por meio de desenhos, de pinturas, de escultura, de arquitetura e da fotografia. Essa linguagem é um meio de comunicação muito

utilizada na arteterapia, pois por meio dela é possível acessar pensamentos, imagens mentais e sentimentos do indivíduo em tratamento, além de desenvolver a criatividade, a sensibilidade e a inteligência artística do ser humano, mesmo que não esteja em algum tipo de terapia, trazendo assim, eficiência e benefício ao cérebro (SANTAELLA, 2005). Pode-se utilizar vários materiais, dentre eles, papel, pincéis, tintas, panos, madeira, gesso, argila, terra ou outro material disponível, tudo isso pode ser trabalhado e oferecido para que haja um melhor rendimento nas atividades propostas. Como são atividades também manuais, trazem a atenção plena do indivíduo naquilo que realmente está fazendo, melhorando então a ansiedade ou a tristeza, por exemplo (SANTAELLA, 2005).

A linguagem sonora é uma das mais utilizadas durante o processo terapêutico, pois é um meio que traz relaxamento, tranquilidade, desenvolvimento das sensações, dos afetos, das relações, das emoções e dos sentimentos. Por meio da música, por exemplo, o paciente pode experimentar diversos tipos de sensações, sendo comprovado pela ciência que esta, ajuda no tratamento da ansiedade e da depressão, por causa dos estímulos que esta causa no cérebro.

Rousseau (1996a, p. 259) afirma que:

Desde que um homem foi reconhecido por outro como um ser sensível, pensante e semelhante a ele próprio, o desejo ou a necessidade de comunicar- lhe seus sentimentos e pensamentos fizeram-no buscar meios para isso. Tais meios só podem provir dos sentidos, pois estes constituem os únicos instrumentos pelos quais um homem pode agir sobre outro. Ai está, pois, a instituição dos sinais sensíveis para exprimir o pensamento. Os inventores da linguagem não desenvolveram esse raciocínio, mas o instinto sugeriu-lhes a consequência.

Como expõe Rousseau (1996) o ser humano tem a necessidade de se comunicar expressar aquilo que sente e pensa, e um dos meios para que isso aconteça é a música. Esta tem a capacidade de expressar aquilo que o ser humano sente por meio de letras cantadas, e com isso, ajuda muitos a se identificarem e lidarem com a sua introspecção e sentimentos.

Oliveira (2001, p. 99) expõe que:

Musicalizar significa desenvolver o senso musical das crianças, sua sensibilidade, expressão, ritmo, "ouvido musical", isso é, inseri-la no mundo musical, sonoro. O processo de musicalização tem como objetivo fazer com que a criança se torne um ouvinte sensível de música, com um amplo universo sonoro.

De acordo com Oliveira (2001) a música é um instrumento que também pode atuar nos sentimentos e na sensibilidade da criança, e isso, faz com que ela se desenvolva de uma melhor forma emocionalmente, pois esta aprende a expressar suas emoções de uma maneira mais espontânea e clara.

Pode-se trabalhar a sonoridade também por meio da aprendizagem de um instrumento, do qual traz grandes benefícios também ao cérebro, já que ao aprender coisas novas este se desenvolve cada vez mais. Acentuando também, conforme Oliveira (2001) as meditações guiadas, que ajudam cientificamente no tratamento da insônia, do estresse, da ansiedade, e da depressão, quando são trabalhadas diariamente.

Uma das terapias utilizadas em pacientes recentemente, tem sido a biblioterapia, que é uma das práticas terapêuticas eficazes na luta contra o estresse,

contra a depressão e outros casos clínicos emocionais. Observa-se, que alguns estudos experimentais realizados pela Psicologia Cognitiva abordam sobre os mecanismos de leitura e sua ativação no cérebro do leitor (LEÃO, 2020).

A leitura em si é retirar significações de um texto, pois esta reflete em nós como um espelho. Esta pode estimular a expansão da capacidade da mente, ajudar a expressar os sentimentos, prevenir doenças, melhorar a autoestima, e não somente trazer contribuições à compreensão do leitor, mas no desenvolvimento da audição, da fala e da visualização de imagens (LEFFA, 1999).

A leitura também traz uma bagagem de experiências do leitor, trabalhando também o conhecimento prévio. Essa linguagem literária pode ser trabalhada por meio da leitura de contos, de fábulas, de poesias, poemas, letras de música, de novelas, romances, livros científicos e dentre outros também importantes na aplicação desse processo (LEFFA, 1999).

A linguagem dramática está ligada ao lado mais “cênico” da vida, por meio do teatro e apresentações; só que na arteterapia, não é feito da forma “presa” de sequência de fatos e falas como em uma peça teatral de fato, mas é feita de forma espontânea, sem criações de fala em si, em que o indivíduo expõe seus pensamentos e suas emoções reais, liberando assim, suas tensões e preocupações de forma mais leve e dinâmica (KOWALSKI, 2001).

Esse procedimento pode desenvolver a criatividade, a imaginação, a argumentação e o lado crítico do indivíduo, juntamente com a melhoria dos sentimentos e dos estados clínicos existentes. É possível perceber o desenvolvimento de quem pratica esse método, pois melhora também a sua comunicação verbal e corporal, trazendo mais espontaneidade, memorização, concentração, menos timidez, uma maior capacidade de lidar com conflitos e pessoas e o desenvolvimento da autoestima (KOWALSKI, 2001).

De acordo com Tenenbaum (1999), “o funcionamento corporal objetivo tornar o futuro médico capaz de melhor identificar onde poderá estar a doença no corpo do seu futuro paciente.” A linguagem corporal é importante em todos os seus aspectos. Além de influenciar positivamente na vida do ser humano, esta pode influenciar negativamente no modo que você se comunica através dela. A forma que o sujeito se comporta corporalmente é observada pelas pessoas e pode demonstrar nervosismo, ansiedade, tristeza, tédio, estresse e indiferença, e isso é demonstrado pela maneira que se anda, senta-se, a maneira como se mexe as mãos (gestos) e o modo que se olha (expressões faciais). E trabalhar essa questão, torna-se um ponto muito importante no seu desenvolvimento.

Essa linguagem é tão marcante e significativa que é estudada por várias áreas da ciência, dentre elas, a neurociência, a psicologia, a proxêmica, e a oratória. Na arteterapia a linguagem corporal pode ser trabalhada por meio do relaxamento (massagens, acupuntura), técnicas de respiração, danças expressivas e criativas, ou alguma outra técnica que envolva o corpo em si, como por exemplo, os exercícios físicos aeróbicos. “Toda atividade que desenvolve a fantasia, a capacidade formativa e a decisão, contribui para a reintegração física e psíquica” (AGUILAR, 2001).

A forma como o corpo se comporta, age diretamente em nossa psique, como da mesma maneira, o nosso lado psicológico age diretamente em nosso corpo, e é por isso que essa linguagem é relevante de se trabalhar e de se levar adiante, pois os dois (corpo- mente) precisam estar bem alinhados para que haja um melhor funcionamento da terapia e do desenvolvimento humano (BORG, 2011).

Todas essas linguagens citadas e explanadas no tópico anterior servem como forma de expressão do ser humano, e por meio delas é possível desenvolver e

adquirir o entendimento dos próprios sentimentos e da própria personalidade. Tais práticas não são utilizadas para analisar coisas externas, estéticas e aparentes, não levando em conta, por exemplo, os resultados manuais em si, mas as respostas e conclusões no tratamento dos casos clínicos patentes ou na prevenção de tais patologias (REZENDE, 2019).

A avaliação é feita por meio das conclusões dos tratamentos, podendo ser analisada através dos desenhos feitos, das entrevistas, dos textos escritos, das falas expostas e das técnicas terapêuticas em si, podendo analisar também as concepções cognitivas, perceptivas e emocionais do indivíduo, e a partir disso, traçar as estratégias interventivas no caso do paciente (REZENDE, 2019).

A arteterapia pode ser utilizada também, não somente como forma de tratamento, mas como meio de evitar e prevenir essas doenças emocionais presentes. Podendo trazer mais relaxamento, mais tranquilidade, mais desenvoltura e criatividade à rotina das pessoas que desejam utilizar tais práticas e métodos (REZENDE, 2019).

Pode ser aplicada no tratamento e na reabilitação do paciente como já foi dito anteriormente. Esse tratamento pode ser feito concomitantemente com outros tipos de tratamentos (psicoterapia / medicamentosa) ou feito de forma separada, como também pode ser feita em grupo ou individualmente. Essa questão se dá pela avaliação em si (REZENDE, 2019).

Esse processo terapêutico pode ser trabalhado nos casos clínicos de tratamento médico, sendo trabalhado até mesmo nas clínicas/consultas. Pode estar presente também na *área educacional*, com atividades grupais e atividades sociais presentes no ambiente, pois ajuda muito os próprios alunos a desenvolverem seu autoconhecimento e seus problemas emocionais (REZENDE, 2019).

É um procedimento que pode atuar no campo organizacional de alguma instituição, trazendo um melhor clima organizacional, melhorando o trabalho em equipe, as atividades diárias de convivência e integração e os conflitos existentes. E também pode ser aplicado no campo hospitalar, onde pacientes precisam de atividades mais lúdicas para melhorar seu estado emocional e social, tendo o enfoque de dar qualidade de vida e esperança a tais pessoas que precisam (REZENDE, 2019).

A arteterapia se tornou um canal de possibilidades humanas, em que independentemente do ambiente ou dos estados emocionais que as pessoas estejam, estas podem ter esperança de ter dias melhores e de ter reais resultados em sua qualidade de vida. Portanto, esse procedimento tem sido acessível a todos os lugares e a todas as pessoas que precisam e desejam ter esse acompanhamento de forma eficaz e eficiente. (REZENDE, 2019).

Como tem sido exposto, a arteterapia tem trazido grandes melhoramentos nos casos clínicos de patologias mentais, como a ansiedade e depressão, por exemplo, pois por meio dela o indivíduo tem conseguido evoluir de forma vertiginosa e tem conseguido um melhor desenvolvimento na sua qualidade de vida. (ANDRADE, 2000). Sabe-se que cada vez mais as rotinas, os estímulos externos e o dia a dia têm trazido estresse e ansiedade para todos, e como forma de melhorar isso, e de agir diretamente nessas patologias, a arteterapia tem sido uma “fuga” e um meio de progresso para os pacientes, e não somente para eles, mas todas as pessoas que queiram prevenir tais disfunções no organismo (ANDRADE, 2000).

Esse processo terapêutico pode trazer o desenvolvimento do cérebro, relaxamentos, melhora do desempenho sexual, melhora do humor depressivo e ansioso, pode desenvolver a criatividade, o prazer pela vida, melhorias da

autoestima, melhorar no processo de autoconhecimento, pode prevenir doenças físicas, pode proporcionar uma desaceleração dos pensamentos, uma melhor expressão dos sentimentos, ser mais crítico e autônomo e organizar melhor os objetivos e planos futuros (FREUD, 2012)

"Arte é a expressão mais pura que há para a demonstração do inconsciente de cada um. É a liberdade de expressão, é sensibilidade, criatividade, é vida" (JUNG, 1977). Para Jung, a arte é a vida, é o que traz o prazer pela própria vida e traz a significação dos seus dias, e por isso se torna tão essencial para o ser humano, da qual, pode ser desenvolvida por meio das linguagens expostas: plástica, sonora, literária, dramática e corporal.

Por meio de uma arte o sujeito é capaz de transmitir aquilo que sente e que pensa, ou seja, seus sonhos, seus desejos, suas angustias, suas tristezas, suas alegrias, seus medos, e é justamente com esse objetivo que a arte atua, na finalidade de resgatar o sujeito a sua qualidade de vida (JUNG, 2001; FREUD, 2012). Como afirma Urrutigaray (2006), transcende a passagem de informações para direcionar o indivíduo para a vida.

Como expõe Urrutigaray (2006), a arteterapia é um instrumento que produz o autoconhecimento e dirige o indivíduo na caminhada da vida, pois quando este entende seus pensamentos e adquire conhecimentos sobre si mesmo, consegue lidar mais fácil com as dificuldades que enfrenta, inclusive com o seu processo de cura.

Vê-se que esta tem atuado como um processo integrativo, não somente nas aparências clínicas, mas tem ajudado a integrar estudantes em suas salas de aulas, tem auxiliado também os funcionários em suas respectivas relações em empresas e tem amparado relações familiares, trazendo intervenções e esclarecimentos sobre seus papéis e comportamentos. Pode-se dizer que tais autores/médicos/psicólogos/teóricos que criaram e utilizam a arte como aliada, foram, são e estão muito satisfeitos com os resultados obtidos, pois esta tem ajudado a transformar a vida de muitos indivíduos que precisam (URRUTIGARAY, 2006).

Podem ser desenvolvidas durante os processos de terapia algumas atividades relacionadas à arte. Como foi exposto, existem 5 linguagens, a plástica, a sonora, a literária, a dramática e a corporal, e por intermédio delas é possível criar e executar atividades que fortaleçam o tratamento e a cura dos pacientes (SANTAELLA, 2005). Abaixo foram elaborados alguns exemplares de atividades próprias que podem ser aplicadas durante esse processo terapêutico da arteterapia.

Uma das atividades que pode ser efetuada é pedir ao paciente/indivíduo que desenhe ou escreva algo que relate algum sentimento que esteja naquele momento, e depois este vai pintar aqueles sentimentos que quer continuar sentindo e tentar explicar o porquê que não deseja sentir os outros. Essa atividade vai ajudar no autoconhecimento dos seus próprios sentimentos e na expressão deles, bem como vai organizá-los em sua mente. Outra atividade que pode ser aplicada é pedir que o paciente/indivíduo escolha uma música que tenha uma letra que ele se identifique, pois assim, se este não souber relatar o que está sentido, a música poderá traduzir o que este tem carregado em sua mente. E ao decorrer da atividade vai entender o que sente, e então, sentir-se melhor (SANTAELLA, 2005).

Pode-se pedir que o paciente/indivíduo crie a história de um personagem e "interprete" aquele personagem na vida real, levando em conta a sua espontaneidade, pois geralmente essas histórias criadas, são referentes à sua história de vida própria ou tem algo que se assemelhe a ele. Fazendo assim, com

que ele trabalhe sua criatividade e sensibilidade. Outro exemplar essencialmente eficaz é pedir que este escreva todos os pensamentos obtidos durante o dia, e depois tente criticá-los para saber se são reais ou se são apenas imagens mentais distorcidas da realidade. Isso vai ajudar no seu senso crítico e vai desacelerar os seus pensamentos, bem como melhorar seu autoconhecimento (SANTAELLA, 2005).

A dança criativa também é uma ótima atividade. O paciente/indivíduo pode escolher uma música que represente seu humor naquele dia e tente dançar de acordo com seu ritmo e humor. Essa atividade vai ajudar a se expressar, a trabalhar sua espontaneidade e ajudar a melhorar o ânimo e a disposição em que este se encontra. Pode-se trabalhar atividades de leitura também, livros que ajudem a lidar melhor com seus sentimentos, ou contos, ou fábulas, ou poesias e poemas que ajudem a se expressar e ajudem no seu processo de autoconhecimento e autoestima. A leitura por si só, já é um processo terapêutico (SANTAELLA, 2005).

As atividades manuais também são de grande valia, como por exemplo, fazer bonecos/animais de argila, usar massinhas de modelar, costurar ou tricotar algum pano, fazer pinturas em quadros ou panos, etc, pois essas atividades feitas de modo manual, ajudam a melhorar a atenção, a concentração e, conseqüentemente, ajudam a melhorar a ansiedade e o humor.

Brincadeiras lúdicas também podem ser integradas na arte, como por exemplo, brincadeiras de mímicas, de dança de roda, de desenhos e pinturas, pois da mesma forma, estas ajudam o paciente a desenvolver sua criatividade e melhorar seu estado de espírito.

Todas essas atividades são exemplos de exercícios que podem ser executados durante as sessões ou fora delas também, para que o paciente/indivíduo obtenha êxito em seu desenvolvimento patológico ou mental. Muitos outros modelos podem ser efetuados e construídos de acordo com a necessidade maior que se apresenta e de acordo com a realidade obtida em suas avaliações, e desse modo, será possível alcançar resultados eficientes no tratamento ou no dia a dia de qualquer indivíduo, pois o papel da arteterapia é esse, trazer melhorias, restabelecimento, evolução e cura.

MÉTODO

O trabalho foi feito por meio de uma revisão integrativa, que de acordo com Mendes, Silveira e Galvão (2008) tem como finalidade à análise e sintetização de pesquisas importantes sobre a temática em questão, que alude a importância da arteterapia no processo terapêutico dos pacientes. Ele segue o modelo composto em seis fases: A elaboração da pergunta norteadora com apresentação das palavras chaves, o estabelecimento dos critérios de exclusão e inclusão dos estudos, a amostragem sistematizada em diversas fontes de informação, a coleta de dados, a análise desses dados e a apresentação da revisão.

O seu objetivo é de alcançar resultados nas pesquisas relacionadas as contribuições da arteterapia no processo terapêutico, trazendo diferentes aplicações e benefícios ao paciente. Nesse sentido, usou-se também a plataforma Scielo e livros de leitura corrente, sendo estes: Terapias expressivas (ANDRADE, 2000), Arteterapia como dispositivo terapêutico em saúde mental, (COQUEIRO; VIEIRA; FREITAS, 2004) Arteterapia: a arte como instrumento de trabalho do psicólogo (REIS, 2014), e outros sites também confiáveis.

O trabalho busca desenvolver e compreender a importância de criar novos métodos que ajudem os pacientes em seu tratamento, e um desses recursos é utilizar a arte como um auxílio no desenvolvimento desses clientes que sofrem com algumas doenças psicossomáticas, então, de que forma a arteterapia pode contribuir no processo terapêutico, e quais são os seus benefícios?

Como critérios de inclusão, foram usados e aproveitados trabalhos literários públicos no idioma, português. Para esse fim, fez-se necessário as seguintes palavras-chave: Arteterapia, Processos Psicoterapêuticos, Patologias Psicológicas, Benefícios e Tratamento. Para os critérios de exclusão, os artigos publicados em português, e algumas bases de artigos em inglês. Os critérios temporais foram compostos pelas publicações entre os anos 1990 e 2021.

A consulta de dados se deu por meios de publicações de autores de referências na temática em questão, por meio das palavras-chave destacadas na tabela abaixo, sendo levado em consideração o intervalo de tempo dos anos 1990 até 2021.

Quadro 1 – Publicações disponíveis entre os anos 1990 e 2022

BUSCADORES					TOTAL
	Arteterapia	Processos Psicoterapêuticos	Patologias Psicológicas	Benefícios e Tratamento	
Outro (s)	-	-	-	-	-

Fonte: Dados da Pesquisa.

A busca dos dados encontrados foi pelo site de busca do Google Acadêmico e pela plataforma Scielo. Como exposto no quadro, foram citados trechos de autores no total de 35 obras, tendo então, 21 artigos e 14 obras literárias.

Na parte da análise dos dados, foi utilizado a categorização de Laurence Bardin (2011), isto é, a verificação do conteúdo formada por três fases:

Quadro 2 – Seleção dos artigos no buscador Google Acadêmico

	1- PRÉ- ANÁLISE	2- EXPLORAÇÃO DO CONTEÚDO	3 – TRATAMENTO DO RESULTADO
FASE	45 Publicações foram selecionadas	14 livros e 21 artigos foram selecionadas após a leitura crítica	Apresentados em um quadro descritivo sobre os processos envolvidos no artigo. Na leitura crítica ficaram, 21 artigos e 14 livros.
	10 Publicações foram excluídas após a leitura crítica da pesquisa	14 livros e 21 artigos foram selecionados após leitura crítica	

Fonte: Dados da Pesquisa.

Alguns dos resultados obtidos nos artigos e publicações relatados acima, estão adequados no quadro abaixo:

Quadro 3 – Seleção dos artigos nos buscadores Google Acadêmico e Scielo

Título	Autores	Objetivo	Principais resultados	Revista	Ano de Publicação
Arteterapia: a arte como instrumento no trabalho do Psicólogo	Alice REIS	Realizar uma revisão de literatura sobre a arteterapia como um instrumento artístico de finalidade terapêutica, no campo específico da psicologia.	Seja a atividade artística concebida como projeção do inconsciente na psicanálise, seja expressão do self na Psicologia analítica ou como função de contato na autopercepção dentro da gestalt-terapia, a arteterapia se revela em todas elas como um meio de objetivação da subjetividade.	Revista Scielo;	2014
A Arte da Linguagem Corporal	BORG, James;	Aprender a usar de diversas formas a linguagem corporal;	As diversas Linguagens corporais, desenvolvem o lado da autoconfiança, criatividade, autoconhecimento, desenvolvimento físico, etc	Editora Saraiva;	2011

<p>Arteterapia como dispositivo terapêutico em saúde mental</p>	<p>COQUEIRO,N; VIEIRA, F; FREITAS,M;</p>	<p>Relatar a aplicação da arteterapia na prática cotidiana, tomando por objeto a experiência desenvolvida em um dos grupos terapêuticos do Centro de Atenção Psicossocial da Secretaria Executiva Regional III, órgão da esfera municipal de Fortaleza;</p>	<p>Mediante a interpretação e a reflexão das vivências na relação terapêutica, a pessoa vai se apropriando dos seus próprios conteúdos, conhecendo a si mesma e se tornando assim sujeito ativo do processo terapêutico</p>	<p>UPF</p>	<p>2004</p>
<p>Linhas teóricas em arte-terapia;</p>	<p>ANDRADE, L;</p>	<p>Apresentar sobre os recursos artísticos que podem ser utilizados na psicoterapia;</p>	<p>É possível aplicar os tipos de recursos artísticos que nas práticas psicoterápicas;</p>	<p>Editorial PSY II</p>	<p>1995</p>
<p>Teorias Expressivas</p>	<p>ANDRADE, L, Q;</p>	<p>Descrever as diferentes teorias existentes que podem ser aplicadas;</p>	<p>Vê-se os tipos de teorias expressivas como: visuais, sonoras, sensoriais, etc, trazendo melhorias nas patologias mentais;</p>	<p>Vetor, SP</p>	<p>2000</p>

<p>A psicologia da arte no olhar de Osório Cesar: leituras e escritos</p>	<p>ANDRIO LO, A;</p>	<p>Relatar a forma que o autor César vê a arte dentro da psicologia;</p>	<p>É de fundamental importância trabalhar a arte com os pacientes que possuem algum transtorno. Este relata também, os resultados obtidos por meio dela;</p>	<p>Ciên e Prof.</p>	<p>2003</p>
<p>Memórias, Sonhos reflexões</p>	<p>JUNG, C, G;</p>	<p>Abordar sobre como são construídos as memórias, os sonhos e as reflexões na mente humana;</p>	<p>É mostrado a forma como esses recursos estão presentes na mente humana e como é importante usá-los para o lado benéfico;</p>	<p>21a ed., A. Jaffé, Ed</p>	<p>2001</p>
<p>A Expressão Artística nos Alienados.</p>	<p>CÉSAR, O;</p>	<p>Descrever as experiências obtidas com os alienados nos hospitais psiquiátricos;</p>	<p>Relatado as experiências e a forma como a arte resulta em suas melhorias nas patologias;</p>	<p>Symbolos nas Artes</p>	<p>1929</p>
<p>Chegando ao inconsciente.</p>	<p>JUNG, C, G;</p>	<p>Apontar e Relatar como o ser humano age no inconsciente;</p>	<p>Aborda a importância de saber como usar o lado inconsciente de forma benéfica;</p>	<p>Nova Fronteira</p>	<p>1977</p>

Espírito na arte e na ciência	JUNG, C;	Apresentar sobre como a arte e a ciência contribui no desenvolvimento do espírito;	A arte é muito bem vista pelos psicólogos e psiquiatras desde muito antes;	Vozes, vol. 15, 4ª ed.	2011
A Arteterapia como Instrumento do Psicólogo na Clínica	LOIOLA, R; ANDRIOLA, C;	Relatar como a arteterapia é importante no auxílio do psicólogo clínico;	É possível constatar que a arteterapia é de fundamental importância do trabalho clínico dos pacientes;	REVISTA DE PSICOLOGIA, v. 11	2017
Psicologia cognitiva: abordagens contemporâneas da cognição	LEÃO, Lourdes;	Descrever sobre a Psicologia cognitiva;	Relata os resultados das abordagens feitas de acordo com a psicologia cognitiva, da qual é positiva;	Apriss	2020
Musicalização na educação infantil	OLIVEIRA, D;	Abordar sobre a importância da linguagem auditiva no tratamento das crianças;	A musicalização é uma importante estratégia e método utilizados no tratamento infantil, bem como, no campo adulto;	ETD – Educação Temática Digital	2001

El lenguaje de las artes plásticas: sensibilidad, creatividad y cultura.	REDUELLO, Rosália;	Apontar que a arte plástica pode trabalhar a sensibilidade, criatividade e a cultura do indivíduo;	Vê-se que a arte pode desenvolver o ser humano em diversos aspectos, inclusive, na sensibilidade e criatividade;	Ministerio de Educación	2005
Investigando Psicanaliticamente as Psicoses	TENENBAUM, D.	Investigar a origem e o tratamento das psicoses humana;	Constata a forma que as psicoses são formadas, tendo tratamentos específicos por meio da psicoterapia e dos medicamentos específicos;	Sette Letras	1999
Interpretando imagens, transformando emoções.	URRUTIGARAY, Maria Cristina;	Mostrar a importância das imagens no desenvolvimento das emoções;	As imagens e arte trazem o desenvolvimento das emoções no ser humano, pois elas são capazes de desenvolver a sensibilidade e emotividade no ser humano;	Wak Ed	2006

Fonte: dados da pesquisa.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Para chegar aos resultados e as conclusões necessárias acerca do tema proposto, foram utilizados diversos artigos publicados sobre o assunto. Múltiplos

autores como (REIS, 2014; BORG, 2011; COQUEIRO; VIEIRA; FREITAS, 2004; ANDRADE, 2000, dentre tantos outros também importantes), foram mencionados e usados como base, por meio de seus pensamentos e pesquisas, trazendo grandes contribuições nesse meio que ainda se tem tanto para ser explorado e estudado, trazendo assim, grandes benesses ao trabalho de psicólogos e ao tratamento de seus pacientes.

Os resultados obtidos aparecem por meio de gráficos e quadros. Adiante, têm-se um gráfico com a descrição dos dois buscadores que foram usados ao longo do desenvolvimento da análise e pesquisa. Os buscadores de pesquisa utilizados foram o Google Acadêmico com 88% e a Plataforma do Scielo com 12 % dos resultados.

Em relação a distribuição das publicações ficaram divididas assim, 70,60% corresponde à palavra-chave Arteterapia, 30,80% à Processos Psicoterapêuticos, 10,14% à Patologias Psicológicas e 10,90% à Benefícios e Tratamentos. É de fundamental importância ressaltar que do total das 45 publicações, 14 foram livros e 21 artigos. E a palavra-chave, arteterapia, foi a mais buscada durante toda a consulta registrada.

CARACTERÍSTICAS DAS PUBLICAÇÕES	AUTORES
Sobre a Arteterapia	CARVALHO, M. M. M. J. (1995). O que é arte-terapia . In M. M. M. J. Carvalho (Org.), A arte cura? Recursos artísticos em psicoterapia (pp. 23-26). Campinas, SP: Editorial Psy II.
	COQUEIRO, N.; VIEIRA, F.; FREITAS, M. Arteterapia como dispositivo terapêutico em saúde mental . Relato de Experiência. Acta Paulista de Enfermagem. Fortaleza, v. 23, p. 859-862, 2010. Disponível em: https://www.scielo.br/j/ape/a/9LVK4BKMMB5mrwXwjDbWgfh/?lang=pt . Acesso em: 17 setembro 2021.
	LOIOLA, R; ANDRIOLA, C. A Arteterapia como Instrumento do Psicólogo na Clínica . REVISTA DE PSICOLOGIA, v. 11, n. 35, p. 18-31, 2017.
	PHILIPPINI, A. Transdisciplinaridade e arteterapia . In: Ornazzano G., organizadora. Questões de arteterapia. Passo Fundo: UPF; 2004.
	REZENDE, Ana Paula. Arteterapia – Jung/Nise da Silveira . Casa Pirlampo, 2021.
	REIS, A. Arteterapia: a arte como instrumento de trabalho do psicólogo . Psicologia: Ciência e Profissão, 34, 142-157. Santa Catarina, 2014. Disponível em: https://www.scielo.br/j/pcp/a/5vdgTHLvfkzynKFHnR84jqP/?lan_g=pt . Acesso em: 19 setembro 2021.
Emoções	CASA DAS PALMEIRAS. A Emoção de Lidar . Uma Experiência em Psiquiatria Rio de Janeiro: Alhambra, 1986.

	URRUTIGARAY, Maria Cristina. Interpretando imagens, transformando emoções . Rio de Janeiro, Wak Ed., 2006.
Psicologia/ Psiquiatria	ANDRIOLO, A. (2003). A psicologia da arte no olhar de Osório Cesar: leituras e escritos . <i>Psicol.: Ciên. e Prof.</i> , 23(4), 74-81. doi: http://dx.doi.org/10.1590/S1414-98932003000400011
	C.G. JUNG. Psychological Types . Princeton University Press, 1971. pp. 136–147.
	LEÃO, Lourdes Meireles. Psicologia cognitiva: abordagens contemporâneas da cognição / Lourdes Meirelles Leão. 1 ed – Curitiba, Apriss, 2020.
	TENENBAUM, D. (1999) Investigando Psicanaliticamente as Psicoses . Sette Letras, R.J.
Linguagens Artísticas	ANDRADE, L. Q. (2000). Terapias expressivas . São Paulo: Vetor. Disponível em: https://www.scielo.br//pcp/a/5vdgTHLvfkzynKFHnR84jqP/?format=pdf&lang=pt . Acesso em 15 de outubro de 2021.
	BORG, James. A arte da linguagem corporal: diga tudo o que pensa sem precisar falar / James Borg; [tradução Gustavo Mesquita]. – São Paulo. Saraiva, 2011.
	CESAR, O. A Expressão Artística nos Alienados . (Contribuição Para o Estudo dos Symbolos na Arte) São Paulo: Oficinas Graphics do Hospital de Juquery, 1929.
	OLIVEIRA, Dé "Linguagem literária" bora Alves de. Musicalização na educação infantil . ETD – Educação Temática Digital, Campinas, v.3, n.1, p.98-108, dez. 2001. Disponível http://www.domain.adm.br/dem/licenciatura/monografia/mauriciogarritano.pdf . Acesso em 08 de outubro de 2021.
	PALÓPOLI, María del Carmen. Didáctica de las artes plásticas . Editorial Bonum, 2005.
	REDRUELLO, Rosalía Elena Aranda. El lenguaje de las artes plásticas: sensibilidad, creatividad y cultura . Ministerio de Educación, 2005.
	SANTAELLA, Lucia. Matrizes da linguagem e pensamento: sonora, visual, verbal: aplicações na hiperídia . – 3d. – São Paulo: Iluminuras: FAPESP, 2005.
	SPRAVKIN, Mariana. Artes plásticas: caminos para crear, apreciar y expresar . Noveduc Libros, 2003.

Fonte: Dados da pesquisa.

Após compreender o processo traçado da pesquisa sobre arteterapia na tabela, é possível entender e perceber que esta, é bem abordada e defendida em

todas as obras e artigos pesquisados. Autores como Coqueiro (2010), Loiola (2017), Andriollo (2013) e Resende (2021) apontam diretamente a arteterapia com um instrumento de atuação nos processos e a sua importância durante toda a parte de tratamento psicológico do paciente.

Vê-se, que a arteterapia traz grandes processos de evolução dos indivíduos em meio aos transtornos mentais existentes. É nitida a evolução dos pacientes quando se utiliza a arte em meios aos processos de patologias clínicas, pois como aborda Urrutigaray (2006), a arteterapia é um instrumento que produz o autoconhecimento, desenvolve a criatividade e dirige o indivíduo de forma mais autônoma na caminhada da vida.

Com isso, pode-se entender que esta quando é bem trabalhada e aplicada, traz resultados processuais eficazes nos tratamentos, pois a linguagem artística, defendida por vários autores como: Borg (2011), Oliveira (2021), e Redruello (2005), traz o desenvolvimento da personalidade, da sensibilidade, da criatividade e da autonomia do ser humano.

Além disso, é possível compreender que tipo de problema o indivíduo possui por meio também de sua linguagem corporal, sua forma de falar, agir e se posicionar. De acordo com Tenenbaum (1999), "o funcionamento corporal objetivo pode tornar o futuro médico capaz de melhor identificar onde poderá estar a doença no corpo do seu futuro paciente." Analisa-se dessa forma, que a arte corporal pode ajudar os psiquiatras nessa missão.

"Arte é a expressão mais pura que há para a demonstração do inconsciente de cada um. É a liberdade de expressão, é sensibilidade, criatividade, é vida" (JUNG, 1977). Essa visão é bem defendida por Jung, pois o autor confirma que a atuação da arte na vida do ser humano é importante em seu desenvolvimento, e de forma muito benéfica.

Tais autores citados procuraram meios de melhorar a vida desses pacientes, pois como aborda Rousseau (1996a, p. 259) "Desde que um homem foi reconhecido por outro como um ser sensível, pensante e semelhante a ele próprio, o desejo ou a necessidade de comunicar-lhe seus sentimentos e pensamentos fizeram-no buscar meios para isso...". É necessário encontrar meios que tragam melhorias nos tratamentos atuais, e um desses meios que tem sido defendido e investido, é a arteterapia, tendo resultados bem positivos.

O primeiro objetivo dessa pesquisa era com a finalidade de descrever o processo histórico da arteterapia até a modernidade, e vê-se que esse objetivo foi cumprido, porque a análise e a descrição do processo da arteterapia foi feita logo no início do trabalho, trazendo a evolução e a utilização da arte desde as primeiras atuações no âmbito psicológico. Foi utilizado autores como Steiner (1990), Andrade (2000), Freud (2012), Reis (2024), Andriollo (2013), Carvalho (1995) e outros, nessa etapa.

O segundo objetivo era analisar o processo psicoterapêutico em suas diferentes aplicações, e essa etapa da pesquisa também foi cumprida, pois foi trazida formas distintas de atuar no processo, como a linguagem plástica, sonora, literária, dramática e corporal, juntamente, com as práticas aplicadas da avaliação, prevenção, tratamento e reabilitação. Com pensamentos dos autores: Aguillar (2001), Borg (2011), Rezende (2019), Leffa (1999) e outros.

O terceiro objetivo com a finalidade de apontar os benefícios da arteterapia no processo psicoterapêutico também foi cumprido, pois foi apontado a beneficiação da arteterapia nos processos curativos e os métodos que podem ser aplicados durante as terapias. Os benefícios foram defendidos por vários autores como Andrade

(2000), Freud (2012), Urrutigaray (2006), Santaella (2005) e etc. Podendo apontar alguns desses benefícios aqui, como: desenvolvimento do cérebro, relaxamentos, melhora do desempenho sexual, melhora do humor depressivo, desenvolvimento da criatividade, o prazer pela vida, melhorias da autoestima, melhorias no processo de autoconhecimento, a prevenção de doenças físicas, desaceleração dos pensamentos, melhor expressão dos sentimentos, ser mais crítico e autônomo e organizar melhor os objetivos e os planos futuros.

A pesquisa foi delimitada nesses 3 objetivos, pois este trabalho não buscou abordar toda a temática existentes sobre o assunto, por causa das suas limitações e das suas muitas pesquisas vigentes. Sendo importante ressaltar, que é de fundamental importância estudos futuros que investiguem e examinem mais à cerca do assunto proposto, com outros artigos científicos, dissertações de mestrado, e até mesmo, pesquisas de doutorado.

É possível que logo mais a pesquisa seja utilizada em uma pós graduação ou algo desse ramo, como dito anteriormente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho teve como objetivo apresentar as contribuições no desenvolvimento da terapia por meio da arteterapia, bem como analisar os processos psicoterapêuticos nas suas diferentes aplicações, mostrando também, os seus benefícios durante o tratamento. Tendo atingido o objetivo proposto, foi verificado que a arteterapia é vista com um instrumento poderoso na eficiência dos tratamentos, pois esta, age diretamente no cérebro humano, fazendo com que os pacientes trabalhem sua criatividade, seu foco único, sua autoestima, sua autonomia, a sensibilidade, a expressividade, o lado intelectual, e até mesmo, o seu lado sexual.

A arteterapia atua como facilitadora do processo, trabalhando as imagens mentais de forma positiva e expressiva, e por isso, tem ganhado espaço nos processos terapêuticos da época. É importante que o indivíduo saiba trabalhar seus pensamentos, para que então, possa desenvolvê-los. Ao entendê-los, é possível agir na causa e nos gatilhos emocionais existentes, podendo organizá-los da forma correta e coerente com a sua realidade vivida.

Durante a pesquisa, vê-se que para conseguir organizar tais pensamentos, é preciso anotar, falar ou expressar de alguma forma essas ideias, seja através de texto, teatro, música ou falas, e então, tentar entendê-los e agir sobre eles, fazendo então, com que o inconsciente venha à tona. A arte tem esse papel de aproximar e melhorar pensamentos, bem como pessoas, de melhorar relacionamentos, a expressão corporal e verbal, trazendo também, os sonhos, os pensamentos, as memórias, as falas reprimidas e os conflitos ao consciente.

Portanto, é possível entender que a arteterapia traz grandes evoluções nos tratamentos de transtornos mentais, como ansiedade, depressão, crises de pânico, e outros. Esta desenvolve a personalidade, a realidade e o desejo de crescer como ser humano. Pode-se utilizar a linguagem verbal, corporal, visual, sonora e dramática. Todas essas linguagens citadas e explanadas na pesquisa servem como forma de expressão do ser humano, e por meio delas é possível desenvolver e adquirir o desejado melhoramento da doença.

Assim, este trabalho não buscou abordar toda a temática sobre o tema, trazendo apenas uma explanação das coisas principais a serem trabalhadas, das quais também foram bem exploradas. Sendo importante também, como dito

anteriormente, estudos futuros que investiguem e examinem mais à cerca do assunto proposto, com outros artigos científicos, dissertações de mestrado, e até pesquisas de doutorado.

Na Psicologia este trabalho aponta para a importância de levar os profissionais da saúde mental a terem novos recursos na sua atuação de processo terapêutico, de forma eficaz e eficiente, fazendo com o que trabalhos destes profissionais sejam mais diligentes, dinâmicos e melhores.

REFERÊNCIAS

AGUILAR, L. **Expressão e Educação Dramática** – Guia Pedagógico para o 1.º Ciclo do Ensino Básico. Lisboa: IIE., 2001.

ANDRADE L. Q. Linhas teóricas em arte-terapia. In M. M. M. J. de Carvalho (Org.), **A Arte Cura? Recursos artísticos em psicoterapia** (pp. 39-54). Campinas, SP:Editorial Psy II, 1995.

ANDRADE, L. Q. **Terapias expressivas**. São Paulo: Vetor. 2000.

ANDRIOLO, A. **A psicologia da arte no olhar de Osório Cesar: leituras e escritos**. *Psicol.: Ciên. Prof.*, 23(4), 74-81. 2003.

BINDER DEILVIN K.; SCHALLER, KARL; CLUSMANN, HANS. "The Seminal Contributions of Johann-Christian Reil to Anatomy, Physiology, and Psychiatry". *Neurosurgery*. 61 (5), 2007. 1091–1096.

BORG, J. **A arte da linguagem corporal: diga tudo o que pensa sem precisar falar** / James Borg; [tradução Gustavo Mesquita]. – São Paulo. Saraiva, 2011.

BRASIL, **Nise da Silveira**. COGEAE/PUC-SP 1992.

CARVALHO, M. M. M. J. **O que é arte-terapia**. In M. M. M. J. Carvalho (Org.), **A arte cura? Recursos artísticos em psicoterapia** (pp. 23-26). Campinas, SP: Editorial Psy II, 1995.

CESAR, O. **A Expressão Artística nos Alienados**. (Contribuição Para o Estudo dos Symbolos na Arte) São Paulo: Oficinas Graphics do Hospital de Juquery, 1929.

COQUEIRO, N.; VIEIRA, F.; FREITAS, M. **Arteterapia como dispositivo terapêutico em saúde mental**. Relato de Experiência. *Acta Paulista de Enfermagem*. Fortaleza, v. 23, p. 859-862, 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ape/a/9LVK4BKMMB5mrwXwjDbWgfh/?lang=pt>. Acesso em: 17 setembro 2021.

CÂMARA, F. A. **"Vida e obra de Nise da Silveira"** [Journal of Psychiatry On-Line Brazil], 2002.

FREUD, S. Arte, literatura e os artistas. in>: IANNINI, Gilson; TAVARES, Pedro Heliodoro (Org.) **Obras incompletas de Sigmund Freud**. BH: Autêntica Editora, 2012.

JUNG, C. G. **Memórias, sonhos reflexões** (21a ed., A. Jaffé, Ed., D. F. Silva, trad.). Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.

JUNG, C. G. Chegando ao inconsciente. In C. G. Jung & M. L. von Franz (Orgs.). **O homem e seus símbolos** (M. L. Pinho, trad., pp. 18-103). Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1977.

JUNG, C. **Espírito na arte e na ciência**. Obra Completa. Petrópolis: Vozes, vol. 15, 4ª ed. 2011.

KOWALSKI, I. **"A Formação para a Educação Artística – Expressão Dramática na Educação de Infância e no 1.º Ciclo do Ensino Básico"** in: *Educare Apprendere* n.º1. Lisboa: CIED – Escola Superior de Educação de Lisboa (pp 53-64), 2001. Disponível em: <https://www.ipleiria.pt/esecs/wp->

[content/uploads/sites/15/2020/09/Livro_e_aExpressao_Dramatica.pdf](#). Acesso em: 07 de outubro de 2021.

LOIOLA, R; ANDRIOLA, C. **A Arteterapia como Instrumento do Psicólogo na Clínica**. REVISTA DE PSICOLOGIA, v. 11, n. 35, p. 18-31, 2017.

LEÃO, L. M. Psicologia cognitiva: abordagens contemporâneas da cognição Lourdes Meirelles Leão. 1 ed – Curitiba, Apriss, 2020.

LEFFA, V. J. Perspectivas no estudo da leitura; Texto, leitor e interação social. In:

LEFFA, V.J.; PEREIRA, A. E. (Orgs.) **O ensino da leitura e produção textual; Alternativas de renovação**. Pelotas: Educat, 1999. p. 13-37. Disponível em:
<https://www.leffa.pro.br/textos/trabalhos/perspec.pdf>. Acesso em 12 de outubro de 2021.

OLIVEIRA, D. "**Linguagem literária**" bora Alves de. **Musicalização na educação infantil**. ETD – Educação Temática Digital, Campinas, v.3, n.1, p.98-108, dez. 2001. Disponível em:
<http://www.domain.adm.br/dem/licenciatura/monografia/mauriciogarritano.pdf>. Acesso em 08 de outubro de 2021.

PALÓPOLI, M. C. **Didáctica de las artes plásticas**. Editorial Bonum, 2005.

PEREZ, L. C. A; **Brasil Escola**. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/literatura/linguagem-literaria.htm>. Acesso em 30 de setembro de 2021.

PHILIPPINI, A. **Transdisciplinaridade e arteterapia**. In: Ornazzano G., organizadora. Questões de arteterapia. Passo Fundo: UPF; 2004.

REDRUELLO, R. E. A. **El lenguaje de las artes plásticas: sensibilidad, creatividad y cultura**. Ministerio de Educación, 2005.

REIS, A. **Arteterapia: a arte como instrumento de trabalho do psicólogo**. Psicologia: Ciência e Profissão, 34, 142-157. Santa Catarina, 2014. Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/pcp/a/5vdqTHLvfkzynKFHnR84jqP/?lang=pt>. Acesso em: 19 setembro 2021.

REZENDE, A. P. **Arteterapia – Jung/Nise da Silveira**. Casa Pirlampo, 2021.

RHYNE, J. **Arte e gestalt: padrões que convergem** (M. B. P. Norgren, trad.). São Paulo: Summus. 2001.

SANTAELLA, L. **Matrizes da linguagem e pensamento: sonora, visual, verbal: aplicações na hipermídia**. – 3d. – São Paulo: Iluminuras: FAPESP, 2005.

SILVEIRA, N. **A Emoção de Lidar**. Casa das Palmeiras. Uma Experiência em Psiquiatria Rio de Janeiro: Alhambra, 1986.

SPRAVKIN, M. **Artes plásticas: caminos para crear, apreciar y expresar**. Noveduc Libros, 2003.

STEINER. "**The Mission of Spiritual Science**", **lecture 1 of Metamorphoses of the Soul: Paths of Experience**, 1990. Vol. 1. Disponível em: <https://wn.rsarchive.org/GA/GA0058/19091014p01.html>. Acesso em: 03 de outubro de 1990.

TENENBAUM, D. **Investigando Psicanaliticamente as Psicoses**. Sette Letras, R.J. 1999.

URRUTIGARAY, M. C. **Interpretando imagens, transformando emoções**. Rio de Janeiro, Wak Ed., 2006.

VILSON J. Leffa. **Perspectivas no estudo da leitura**. Porto Alegre: Sagra: DC Luzzatto, 1996.

IMPACTOS DA PANDEMIA DE COVID-19 NA ESCOLARIZAÇÃO DE ADOLESCENTES

Hugo Rocha dos Santos
Lindoal Luiz de Oliveira

RESUMO

A presente pesquisa objetiva identificar os impactos causados pela pandemia no processo de escolarização dos adolescentes. O processo de escolarização diante do cenário atual da pandemia da COVID-19 sofreu provisoriamente a transição do ensino presencial para o ensino remoto emergencial, com a finalidade de proporcionar a continuidade do ensino-aprendizagem. Trata-se de uma pesquisa descritiva, de campo, de cunho qualitativo, com aplicação de questionário on-line. A população-alvo foi formada por estudantes do ensino fundamental II e ensino médio que se encontravam regularmente matriculados nas instituições educacionais pública e privada, onde participaram um total de 50 estudantes, de ambos sexos, com idades entre 11 a 17 anos, que estudam na cidade de João Pessoa, Paraíba. Esse processo de adequação do ensino por webconferência exigiu extraordinariamente a capacitação didático-pedagógica dos docentes e discentes em minimizar os impactos de aprendizagem em decorrência da transição temporária do ensino presencial para o ambiente virtual, além do domínio, variações e controle do professor nas apresentações, com o intuito de tornar as aulas mais atrativas, estimulando os alunos a se interessarem nas aulas e no conteúdo explanado, visando o ensino-aprendizagem com qualidade. No entanto, os resultados apontam que foi perceptível o impacto da pandemia de COVID-19 na escolarização dos adolescentes do ensino público e privado, notadamente dificuldade no processo de aprendizagem de assuntos e conteúdo escolar, além do comprometimento na atenção do discente.

Palavras-chaves: Impactos; COVID-19; Escolarização; Adolescentes.

ABSTRACT

This paper aims to identify the impacts of the pandemic on the education process of teenagers. The current scenario of the COVID-19 Pandemic made the education process temporarily switch from face-to-face to emergency remote teaching to continue the learning-teaching process. This is descriptive and field research with a qualitative approach and application of an online questionnaire. The target population consisted of middle school and high school students who were regularly enrolled in public and private schools. Fifty female and male students attended this survey. They were between the age of 11 and 17 years old that study in the city of João Pessoa, Paraíba. This process of adapting teaching via web conferencing required an extraordinary didactic-pedagogical training from teachers and students in order to minimize the impacts of temporarily transitioning from face-to-face teaching to the online environment. In addition to the teacher's mastery, style and management in presentations in order to make classes attractive by stimulating students to be interested in classes and in the subject taught. It aims a learning-teaching with quality. However, the results point that the impact of the Pandemic COVID-19 on the education process of teenagers at public and private schools was noticeable. It was

clear a difficulty in the learning school subjects and content, furthermore the commitment to student attention.

Keywords: Impacts; COVID-19 Pandemic; Education Process; Teenagers.

INTRODUÇÃO

O cenário mundial tem enfrentado uma disseminação causada pelo coronavírus SARS-CoV-2, que se iniciou no último mês de 2019, na cidade de Wuhan, província de Hubei, China (BRASIL, 2021a), requerendo a necessidade de isolamento social com o intuito de reduzir as chances de transmissão do vírus. Diante desta realidade, o Ministério da Educação/Gabinete do Ministro, lançou a portaria Nº 343, de 17 de março de 2020 que “Dispõe sobre a substituição das aulas presenciais por aulas em meios digitais enquanto durar a situação de pandemia do Novo Coronavírus - COVID-19” (BRASIL, 2020b). Conforme Fonseca *et al.* (2021), o início desta supracitada pandemia, causou impacto mundial na educação, atingindo 1,5 bilhão de alunos e 60,3 milhões de professores de 165 países foram afetados pelo fechamento de escolas (CUNHA, 2020). Diante desse cenário, foi necessária uma readequação no ensino e novas formas de possibilitar esse processo em âmbito mundial.

A pandemia afetou os segmentos sociais, incluindo a educação, causando a interferência no aprendizado, nos sonhos e nas perspectivas (MÉDICI; TATTO; LEÃO, 2020), portanto, nesta nova realidade, os professores(as) encontraram-se diante de um novo desafio, uma repentina mudança de ambiente, agora atuando no ensino remoto, sendo necessário, a ampliação de novas competências e habilidades, adaptando e aplicando os princípios de aprendizagem, com aulas atrativas e estimulantes para a apreensão dos discentes, acerca do conteúdo explanado (GARCIA *et al.*, 2020). Dessa forma, os alunos também precisaram se adaptar à nova metodologia de ensino e aprendizagem. Tal modificação no cenário da educação promoveram o interesse pelo estudo da temática em nível nacional.

A pertinência para investigar a temática surge com a importância de produzir novos conhecimentos de maneira explicativa e direta, concernente a identificação dos impactos causados pela pandemia da COVID-19 no processo de escolarização dos adolescentes. A presente pesquisa tem a finalidade de contribuir na continuidade do processo de escolarização, tanto no presente quanto futuro, sendo esta pesquisa de cunho colaborativo e adaptativo, dependendo de como será o ser humano no futuro, enquanto modo de ser e estar, incluindo a cultura, o aprender e apreender. A temática enfatiza tanto o processo de escolarização, no sentido de estar intrínseca à educação, quanto a percepção vivencial dos estudantes participantes diante do processo de escolarização através das aulas remotas emergenciais.

Está modalidade de ensino requer acesso à internet, de equipamentos eletrônicos - celular, computador, notebook, tablet, o que, para Cunha (2020) evidencia-se a desigualdade na acessibilidade de estudantes nos sistemas privados, acerca de recursos e estratégias, e na inacessibilidade à internet que muitos estudantes de escola pública enfrentam, nesta lógica, causando a descontinuidade do processo de escolarização. O processo de aprendizagem conforme a estrutura da teoria apresentada por Illeris (2013), envolve aspectos biopsicossociais, político e pedagógico, portanto, quando se refere a aspectos sociais, relaciona-se à importância das condições externas que influenciam na aprendizagem do discente, sendo assim, conforme Afonso e Sousa (2018), a infraestrutura escolar interfere

negativamente no processo de ensino e aprendizagem, exemplo do tamanho e localização das salas e o nível de ruído, portanto, diante do processo de mudança emergencial de contexto no processo de escolarização, percebe-se a ampliação dos mais diversificados ambientes que os discentes estão inseridos, os quais tem a influência de propiciar ou interferir na aprendizagem, deixando notórias condições externas que têm potencial de serem percebidas com feição disparate, como o ruído, o espaço e a mobília adequada.

No processo de aprendizagem precisa ocorrer a relação professor-aluno, com características afetivas e compreensivas, com o intuito de tornar o ambiente favorável na formação do conhecimento (BELO; OLIVEIRA; SILVA, 2021), portanto, percebe-se que o ensino remoto emergencial tem a possibilidade de interferir ou manter a continuidade das relações interpessoais entre aluno-aluno e professor-aluno, entretanto, dependendo da singularidade dos sujeitos e dos casos.

Diante do exposto, as mudanças emergenciais direcionaram os alunos a esta nova realidade inesperada, portanto, tendo grande possibilidade de causar impactos no processo de escolarização de estudantes adolescentes. Diante deste cenário, surge o principal questionamento da pesquisa: Quais são os impactos causados pela pandemia em estudantes adolescentes no processo de escolarização? Nesse direcionamento, o presente estudo tem como objetivo geral identificar os impactos causados pela pandemia no processo de escolarização dos adolescentes, e como objetivos específicos de descrever o perfil sociodemográfico dos participantes do estudo; identificar os principais impactos originados pela pandemia no processo de escolarização de adolescentes; e comparar os principais impactos ocasionados pela pandemia no processo de escolarização de adolescentes de escolas públicas e privadas.

REFERENCIAL TEÓRICO

A escolarização é um processo que está constituído intrinsecamente na educação, portanto, não deve ser confundido com a educação, considerando a semelhança entre as palavras, educação-escolarização. A educação diante do seu processo é percebida e compreendida como um todo, tem uma visão mais abrangente, um processo que permeia durante toda a existência do sujeito, seria este processo contínuo, que transpassa o ambiente escolar, a tarefa escolar, que essencialmente precisasse da presença e realização dos referentes papéis de pais ou responsáveis, os eventos que o estudante vivencia fora do contexto escolar (relacionamento social, aprendizagens de valores e conhecimentos) (CORTELLA, 2014), onde está relacionado a educação informal, que pode ocorrer nas instituições “mais fechadas – igrejas e escolas”, mas está mais interligada ao cotidiano, que concebe situações de experiências e vivências sem planejamento, mas que “[...] ensinam modos de ser, valores e conteúdos que ajudam o indivíduo a situar-se em seu grupo social, a ser-um-com-os-outros, ou seja, identificar-se com o grupo, desenvolvendo um sentimento de pertença” (CARMO, 2012, p. 37).

Em outro ângulo, a escolarização acontece durante uma parte da existência do ser humano, quando se encontra no ambiente escolar e termina a carga horária diária ou quando se conclui a Educação Básica, processo este que se desenvolve no contexto escolar, a Escola sendo a responsável por cuidar da escolarização, possibilitando o acesso ao conhecimento, a aprendizagem, ao letrado, relacionamento social, na aprendizagem de valores, experiências de vivências (CORTELLA, 2014). Na concepção de Faria Filho, Rosa, Inácio (2003), a escola é

considerada como produto e produtora do meio, que possibilita o relacionamento social, onde juntamente está relacionado às representações sociais e principalmente exercendo o papel de transmissor de conhecimentos, de educador, no processo de ensino-aprendizagem. A aprendizagem vai além dos novos conhecimentos, segundo Nunes e Silveira (2009, p. 13), o sujeito “[...] apropria-se de ou torna seus certos conhecimentos, habilidades, estratégias, atitudes, valores, crenças ou informações”, assim diversificando as formas de aprendizagem, considerando a singularidade do ser humano na sua formação de ser.

O processo de escolarização diante do cenário atual da pandemia de COVID-19, sofreu provisoriamente a transição do ensino presencial para a modalidade de Ensino Remoto Emergencial, com a finalidade de proporcionar a continuidade do ensino-aprendizagem. O Ensino Remoto Emergencial exigiu extraordinariamente a capacitação dos docentes e discentes (CAMACHO, 2020), novo planejamento pedagógico que forneça conciliação com o ensino remoto, tendo a finalidade de minimizar os impactos de aprendizagem em decorrência da transição temporária do ensino presencial para o remoto. Nessa lógica, as aulas acontecem através da webconferência, de forma expositiva e simultânea entre docentes e discentes, permitindo participação e discussão, disponibilização das aulas gravadas e utilização do ambiente virtual de aprendizagem (BEHAR, 2020).

Neste processo de Ensino Remoto Emergencial, possivelmente, ocorreram desafios não apenas para os docentes, mas também para os discentes, quando considera-se o único período de desenvolvimento no ciclo de vida, a adolescência (PAPALIA; MARTORELL, 2022). A adolescência ocorre entre a fase da Terceira Infância e a fase Adulter Emergente e Jovens Adultos, portanto, envolve mudanças físicas, cognitivas, emocionais e sociais, onde assume diversas formas conforme questões sociais, econômicas e culturais (PAPALIA; MARTORELL, 2022). Os adolescentes apresentam maior tendência a comportamentos de risco e imprudência, agindo com impulsividade, juntamente apresentando dificuldade na concentração de objetivos a longo prazo, portanto, tendo a contribuição do desenvolvimento cerebral em alguns comportamentos característicos desta fase do desenvolvimento, incluindo a dificuldade na concentração (PAPALIA; MARTORELL, 2022). Sendo assim, o Ensino Remoto Emergencial demanda domínio, variações e controle do professor nas apresentações, com o intuito de tornar as aulas mais atrativas, estimulando os alunos a se interessarem nas aulas e no conteúdo explanado.

Durante o Ensino Remoto Emergencial, o docente terá que acompanhar e verificar a aprendizagem dos alunos, isto é, considerando a continuidade dos componentes curriculares, conteúdos, avaliação e interação - participação e discussão - (GARCIA *et al.*, 2020), diante da notoriedade fundamental da relação interpessoal e do diálogo entre professor-aluno e aluno-aluno no processo de ensino-aprendizagem (COSTA; SILVA, 2020). Na realização do Ensino Remoto Emergencial, segundo Costa e Silva (2021) a relação pedagógica personalizada (*relação professor-aluno*) possibilita a qualificação do processo didático, destacando a importância fundamental desta relação na realização da educação e no ensino-aprendizagem com qualidade. Contudo, mesmo havendo a adaptação em escala global nas formas de ensinar, aprender e interagir no novo contexto de “sala de aula” e ensino remoto (CUNHA, 2020), ainda há necessidade do contato social (COSTA; SILVA, 2021).

METODOLOGIA

Trata-se de uma pesquisa descritiva, de campo, de cunho qualitativo, com aplicação de questionário on-line. Conforme Gil (2018), a pesquisa descritiva tem a finalidade de descrever as características de estipulada população ou fenômeno. Mediante sua aplicabilidade, proporciona a identificação das possíveis relações entre variáveis ou até mesmo na determinação da natureza dessa relação.

A população-alvo foi formada por participantes regularmente matriculados nas instituições de ensino público e privado, onde participaram um total de 50 estudantes, de ambos sexos. Foram elencados como critério de inclusão: ter entre 11 a 17 anos de idade, ser estudante regularmente matriculado nas instituições de ensino público e privado, assinar o Termo de Assentimento, e o responsável assinar Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). A idade selecionada está relacionada à fase do desenvolvimento, a adolescência (11 anos a aproximadamente 20 anos), considerando o período da transição da Terceira Infância (6 a 11 anos) para a adolescência (PAPALIA; MARTORELL, 2022), portanto, escolhendo a idade de 17 anos como limite, considerando a idade que comumente conclui-se a Educação Básica. Foram excluídos da pesquisa os estudantes fora da faixa-etária adotada, os que não assinaram o Termo de Assentimento, e os que não tiveram a assinatura do responsável no Consentimento Livre e Esclarecido/Termo de Anuência.

A coleta de dados efetuou-se através do questionário on-line, aplicado com adolescentes residentes na cidade de João Pessoa-PB. A escolha deveu-se às dificuldades de acessibilidade física em virtude da pandemia. O instrumento para coleta de dados foi composto por um questionário sociodemográfico contendo questões para identificação dos participantes e um roteiro de entrevista com questões norteadoras que contemplaram os objetivos do estudo.

Os dados coletados no roteiro de entrevista foram analisados por meio do Software Iramuteq, na sua versão 0.7 alpha 2 do ano de 2020, que permite análises estatísticas em corpora de texto, em tabelas de indivíduos/personagens. Realizou-se através do Software Iramuteq a análise de texto (estatísticas, análise de similitude e nuvem de palavra) expostas em figuras.

O projeto de pesquisa foi submetido ao protocolo de pesquisa que envolve seres humanos através do sistema CEP/CONEP para avaliação dos preceitos éticos e aprovação, com CAAE: 56304821.8.0000.5184. As pessoas submetidas a presente pesquisa foram esclarecidas a respeito dos objetivos do estudo e sucedeu a solicitação aos responsáveis legais, a autorização para participar da entrevista. Todo o processo foi realizado de acordo com a Resolução 466/2012 e a Resolução 510/ 2016 do Conselho Nacional de Saúde que trata da pesquisa com seres humanos (BRASIL, 2012c), (BRASIL, 2016d).

RESULTADO E DISCUSSÃO

Tabela 1: Dados Sociodemográficos dos estudantes participantes da pesquisa.

Quantidade e Porcentagem	Idade	Sexo	Nacionalidade	Escolaridade: Ensino Fundamental II (E.F); Ensino Médio (E.M)

	11 anos (2) - (4%) 12 anos (2) - (4%) 13 anos (7) - (14%) 14 anos (8) - (16%) 15 anos (9) - (18%) 16 anos (12) - (24%) 17 anos (10) - (20%)	Masculino (14) -(28%) Feminino (36) -(72%)	Brasileira (49) - (98%) Portuguesa (1) - (2%)	6º ano (E.F) (0) - (0%) 7º ano (E.F) (3) - (6%) 8º ano (E.F) (9) - (18%) 9º ano (E.F) (8) - (16%) 1º ano (E.M) (5) - (10%) 2º ano (E.M) (7) - (14%) 3º ano (E.M) (18) - (36%)
--	---	---	--	--

Fonte: Dados da própria pesquisa, 2022.

O resultado alcançado através da coleta de dados acerca da idade dos participantes estudantes de escola pública e privada, o total de 50 respostas conforme a meta estabelecida. Como maior resultado de frequência de participantes concernente a idade, (24%) possuem 16 anos de idade. O resultado atingido acerca do sexo masculino e feminino dos estudantes participantes, a maioria dos participantes (72%), são do sexo feminino. Relacionado à nacionalidade, resultou-se como nacionalidade brasileira o total de (98%), enquanto compreende a nacionalidade portuguesa como minoria, apontando (2%). O resultado concernente à escolaridade, teve com maior número de frequência de respostas o 3º ano do Ensino Médio (E.M), totalizando (36%).

Tabela 2: Dados do tipo de escola, local de estudo, acesso à internet e modo de acesso às aulas dos estudantes participantes de escola pública e privada.

	Tipo de Escola	Local de Estudo	Acesso à internet em casa	Modo de acesso às aulas
Quantidade e Porcentagem	Privada (25) - (50%) Pública (25) - (50%)	Cômodo reservado em casa (27) - (54%) Cômodo coletivo em casa (21) - (42%) Fora de casa (2) - (4%)	Participantes (50) - (100%)	Notebook (2) - (4%) Celular e Notebook (5) - (10%) Computador (9) - (18%) Computador e Celular (16) - (32%) Aparelho Celular (18) - (36%)

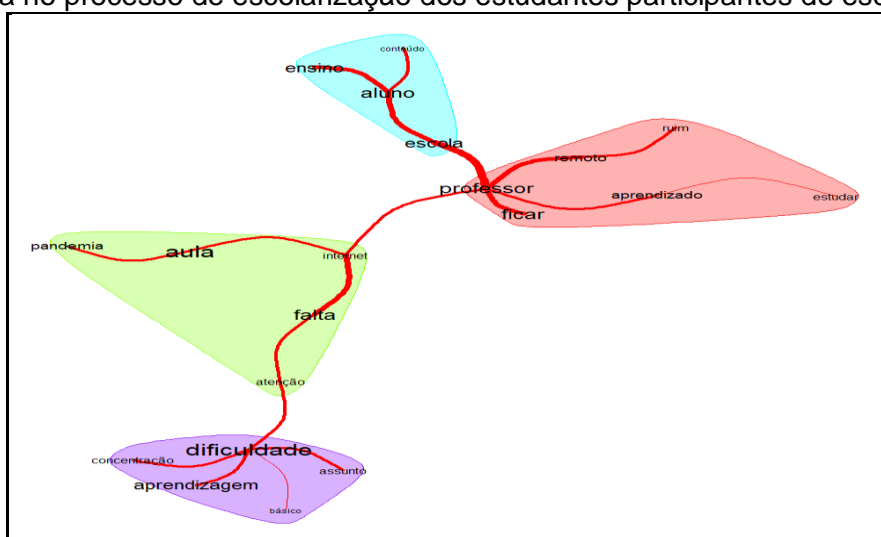
Fonte: Dados da própria pesquisa, 2022.

Através do resultado da coleta de dados, a escola privada totalizou (50%), enquanto que a escola pública apresenta igualmente (50%), onde alegam ter acesso

à internet em casa, totalizando (100%). Concernente ao local de estudos, os principais resultados com maior número de frequência de respostas foram Cômodo reservado em casa (54%) e Cômodo coletivo em casa (42%). O resultado da pesquisa acerca do acesso às aulas, foi compreendido como maiores frequências de respostas a utilização do Aparelho Celular (36%) e o uso do Computador e Celular (32%).

Na nona questão do questionário da pesquisa (**9 - Na sua opinião, a pandemia causou algum impacto na sua escolarização (aprendizagem)?**), o resultado afirma que (100%), totalizando cinquenta dos estudantes participantes, asseguram que a pandemia da COVID-19 causou algum impacto na sua escolarização.

Figura 3: Análise de texto Similitude (Iramuteq), concernente à identificação dos impactos da pandemia no processo de escolarização dos estudantes participantes de escola **privada**.

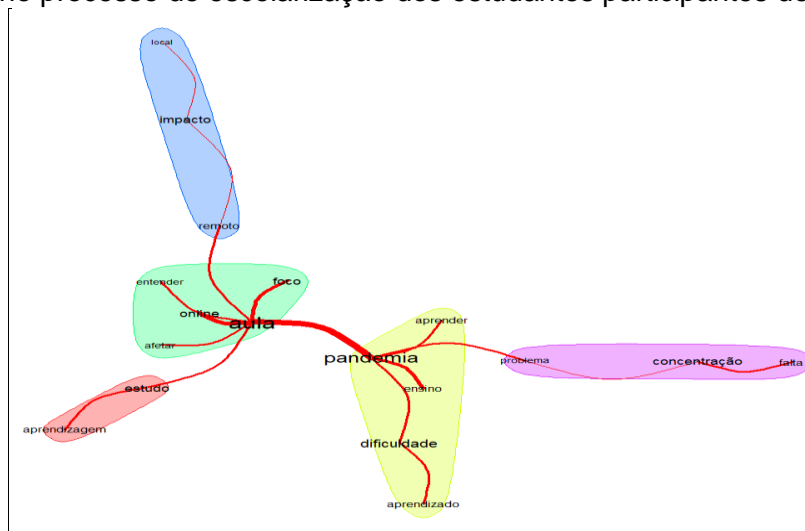


Fonte: Dados da própria pesquisa, 2022. **Legenda:** Análise de texto Similitude, acerca da identificação dos impactos da pandemia no processo de escolarização, com organização dos principais pontos dos relatos e agrupamento dos conjuntos de palavras e suas conexões.

Os impactos identificados no processo de escolarização, estão relacionados às aulas remotas, como questões que "afetaram" na aprendizagem dos discentes, e sendo notório a falta e impacto na aprendizagem, todavia, sendo identificado apenas um estudante participante de escola privada que não foi impactado. Evidenciou-se interferência na continuidade da aprendizagem, através da ausência de "aula" durante a transição das aulas presenciais para as aulas remotas. A palavra "professor" foi acentuada com maior frequência, sendo relacionada a falta de contato direto "presencial" entre professor-aluno, comunicação "ruim" entre professor-aluno e entre aluno-aluno, falta de atenção do docente a um dos meios de comunicação (*chat*) durante a aula, além do mais, adentrando a falta de professores nas escolas, a demora para os docentes e discentes se adaptarem às aulas remotas, problemas técnicos na internet tanto do docente quanto do discente (**obs. aluno participante declara a falta de internet de outros colegas**), a falta de preparação do professor e da escola para as aulas remotas (*quadro no fundo - não enxergava direito; imagem embaçada*), onde não transmitiu todos os conteúdos previstos durante o ano, e sem estimular os alunos no aprofundamento dos conteúdos. O resultado identificou que as aulas remotas causaram impactos na escolarização, com interferência e dificuldade na aprendizagem de assuntos e conteúdo (*falta de conhecimentos*

básicos), dificuldade e falta de concentração, falta de atenção, com diminuição e falta de motivação para estudar, falta na rotina presencial e crises de ansiedade.

Figura 4: Análise de texto Similitude (Iramuteq), concernente à identificação dos impactos da pandemia no processo de escolarização dos estudantes participantes de escola **pública**.



Fonte: Dados da própria pesquisa, 2022. **Legenda:** Análise de texto Similitude, acerca da identificação dos impactos da pandemia no processo de escolarização, com organização dos principais pontos dos relatos e agrupamento dos conjuntos de palavras e suas conexões.

Durante a transição das aulas presenciais para as aulas remotas os alunos ficaram sem aulas, assim interferindo na continuidade no processo de escolarização, ademais, com a chegada das aulas remotas, foi identificado impactos na aprendizagem, considerando que a mesma afastou os discentes dos "estudos presenciais", falta de comunicação entre os estudantes, falta de organização (*início*), afetando na rotina dos estudos (*relato singular de procrastinação, ocasionou estresse e cansaço emocional*), na motivação dos estudos e na participação das aulas, no local de estudo (*saindo do local apropriado para um local inapropriado; local de estudo em casa com distrações*), e ocasionando dificuldade na aprendizagem por falta de estrutura.

As aulas remotas, conforme o resultado da pesquisa, foram notórios problemas na internet tanto do discente quanto do docente, como também, adentrando distrações através da utilização dos meios de acesso às aulas remotas (*notebook ou celular*). Em prosseguimento, às aulas remotas estão interligadas a dificuldade de aprender, não entender, baixo rendimento, portanto, destacando relato singular como interferência na aprendizagem a falta de estrutura para o ensino remoto, já outro relato, sendo identificado a falta de adaptação. Dando continuidade, as aulas remotas causaram falta e dificuldade de ter atenção (*foco, concentração*) nas aulas e estudos, ademais, causando "impacto" na saúde mental (*estresse, ansiedade*), "impacto" educacional, socioemocional, socialização, e dificuldade na socialização causou "impacto" (*crise de pânico*).

Observa-se que na questão dez (**10 - Se sim, quais foram os impactos da pandemia no seu processo de escolarização?**), ocorrem a identificação de impactos semelhantes no processo de escolarização entre os relatos dos participantes de escolas privada e pública, como "*impactos na aprendizagem, problemas na ausência de aula (transição - aula presencial para aula remota), falta na comunicação aluno-aluno, problemas na atenção, problemas na internet,*

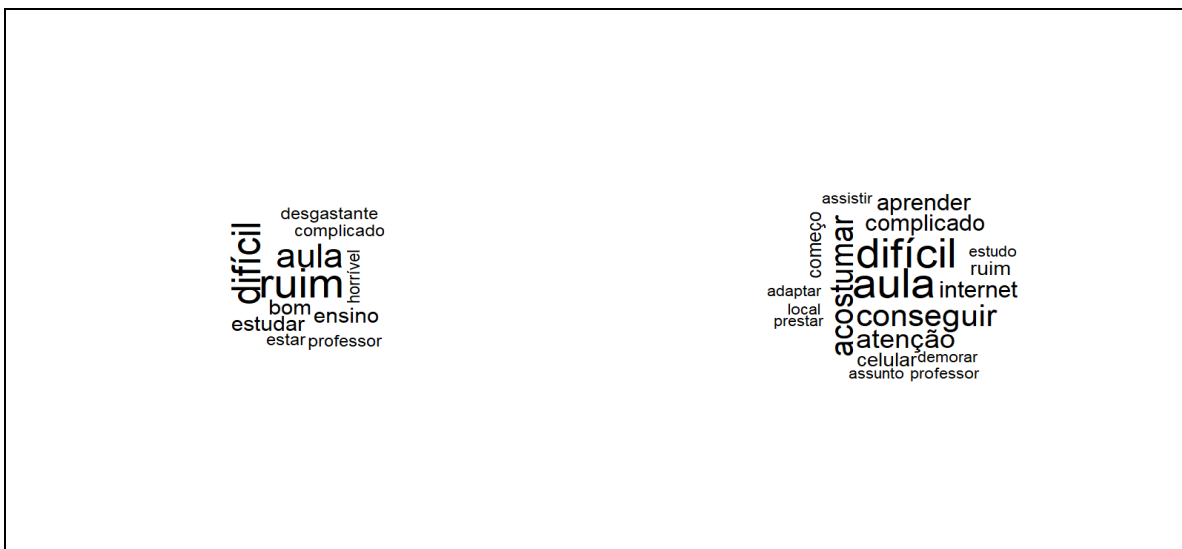
diminuição da motivação, ansiedade". Como diferenças, na questão dez ocorreu relato de participantes na escola privada, *"a falta de preparação do professor e da escola para as aulas remotas"*. Enquanto na escola pública, foi identificado *"problema no local de estudo e distrações durante as aulas, através da utilização de equipamentos eletrônicos"*. Ainda nessa linha de pensamento, destaca-se a ausência de contato direto entre professor-aluno, *comunicação ruim* entre professor-aluno, aluno-aluno, onde está interligado ao afastamento dos estudos/aulas presenciais, ademais, adentrando a *falta de atenção* do docente a um dos meios de comunicação (*chat*) durante a aula.

A aprendizagem sendo dificultada pela descontinuidade do contato íntimo e presencial entre professor-aluno, aluno-aluno, nesta situação, o papel do professor é de estar em comunicação com regularidade, para que o distanciamento de localização devido a pandemia (*COVID-19*), não seja obstáculo para que o discente não sinta a presença do docente e dos colegas (MOREIRA; HENRIQUES; BARROS, 2020), nessa lógica, na aprendizagem deve ser considerado o ambiente (LOPES, 2015), todavia, sobrepujando o ambiente físico, tendo ambiente que inclui e conserva o clima de afetividade, que está relacionado aos comportamentos apresentados pelos professores e alunos, proporcionando atenção, respeito, empatia, reconhecimento de esforços e estímulos que proporcionem o aumento da confiança, o erro percebido como tentativa de acerto, ouvir e acolher os discentes, portanto, explicitando no comportamento do docente tais características na relação-interação com o discente (CARMO, 2012).

Em prosseguimento, foi identificado dificuldade e falta de atenção (*concentração, foco*) em ambos participantes de escola privada e pública, onde sabe-se que a atenção é um dos processos psicológicos básicos e a falta de atenção, pode impedir o aluno de escutar, visualizar e reter informações importantes do assunto, que está sendo ministrado pelo docente, por estar focando sua energia de atenção em outro(s) estímulo(s), portanto, dificultando ou interferindo na aprendizagem, considerando que a aprendizagem inclui processos de "[...] perceber, analisar, comparar, testar, repetir, descobrir, entre outros" (RODRIGUES, 2016, p. 39). Em continuidade, observa-se semelhanças (*privada e pública*) acerca da afetação na *motivação dos estudos*, sendo juntamente notório **"ansiedade"**, nessa lógica, fazendo relação na possibilidade de interferir na aprendizagem, considerando que o processo de aprendizagem envolve fatores e processos psicológicos como a – "[...] inteligência, capacidade de aprendizagem, habilidades, estratégias, metacognição, motivação, enfoques de aprendizagem, afetos, emoções, autoconceito" (COLL *et al.*, 2007, p. 10).

No relato de participantes da escola pública, foi notório a identificação de dificuldade na socialização causou "impacto" (*crise de pânico*), impacto socioemocional e na socialização, portanto, sendo possível o comprometimento da aprendizagem, salientando que o processo de aprendizagem está composto pelo físico, cognitivo e emocional (RODRIGUES, 2016), assim como, o emocional está relacionado a socialização, onde "do ponto de vista emocional não se concebe o ser humano enquanto ser isolado" (CUNHA, 2021, p. 38).

Figura 5: Análise de texto Nuvem de palavra (Iramuteq), concernente à identificação das experiências dos estudantes participantes de escola **privada (A)** e **pública (B)**, em estudar através do ensino remoto durante a pandemia.



Fonte: Dados da própria pesquisa, 2022. **Legenda:** Análise de texto Nuvem de palavra, concernente à identificação das experiências dos participantes de **escola privada (A)** e **pública (B)** em estudar através do ensino remoto durante a pandemia, denotando palavras com maior número de frequência.

Partindo da **escola privada (A)**, o ensino (*aula*) remoto foi identificado palavras como "complicado", "horrível", "desgastante", "ruim". A palavra ruim está relacionada à várias situações, portanto, sendo ruim por causar impacto na aprendizagem, em tirar dúvidas e por tornar as aulas mais difíceis através da câmera "ruim" do docente. O ensino remoto, também foi apontado como "péssimo", por diminuir o rendimento escolar, chegando a momento de o discente não saber o que estudava. Em prosseguimento, alguns discentes notificaram o ensino (*aula*) remoto como "difícil", difícil de entender e aprender os assuntos, sem se adaptar, difícil por não ter o costume de estudar "sem a presença de colegas e professores presencialmente", dificuldade no ensino. Dando continuidade, os alunos declararam problemas durante as aulas, partindo da internet (*docente*), desconexão das aulas, dificuldade em concentrar-se e diminuição na vontade de estudar e assistir aulas, todavia, foi identificado como experiência positiva no ensino remoto: "aulas diferentes e legais, uma parte boa, bom".

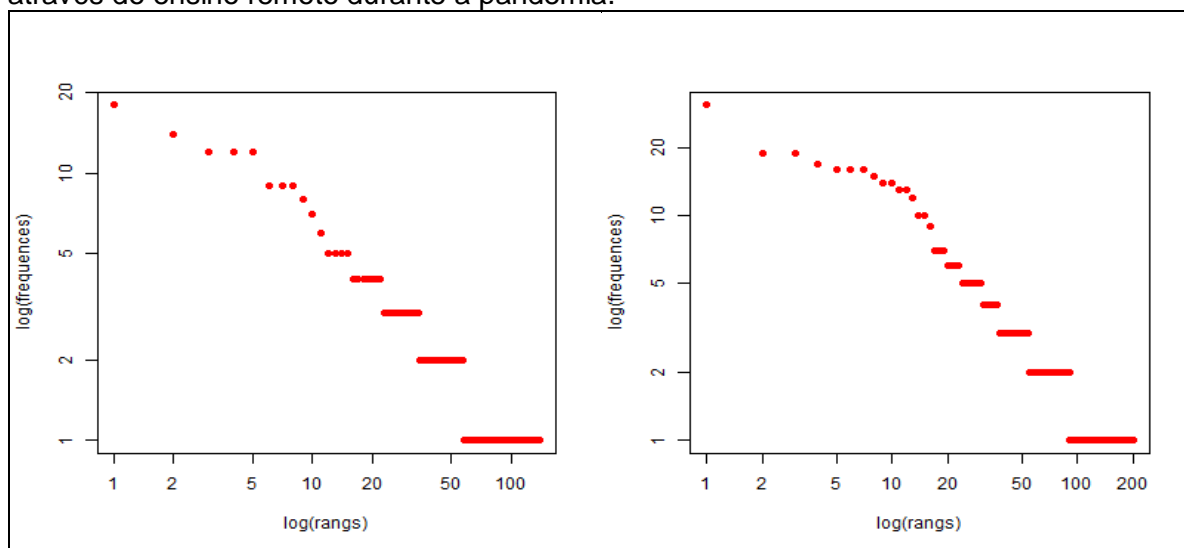
A pesquisa esclarece, agora a respeito da **escola pública (B)**, que alguns discentes notificaram o ensino remoto como ruim, insuportável, como também, sendo identificado como fácil, bom (*ficar em casa*) e ruim (*não aprende*) ao mesmo tempo. Durante a experiência dos estudantes participantes no ensino remoto, foram identificadas interferências na aprendizagem, sendo o processo de aprendizagem mais "complicado", "demorado", e com diminuição no rendimento. Nessa lógica, acerca dos impactos na aprendizagem ocasionado pelo ensino remoto, foi notório a palavra "difícil", portanto, sendo difícil na aprendizagem de assuntos, em prestar atenção (*concentração, foco - distrações; pedidos familiares*), em se adaptar, na vontade de estudar, problemas com a internet (*discente e docente*), todavia, tendo alguns com dificuldade (*difícil*) de adaptar-se apenas no começo.

Percebe-se que o ensino remoto afetou na aprendizagem, portanto, tendo relato singular que compara o ensino remoto com as aulas presenciais, declarando que teria maior rendimento, tendo maior aprendizagem, assim como, sendo identificado em outro relato singular, que a mudança na forma de aprendizagem e no "local de estudo", tornou as aulas remotas (*ensino remoto*) "estressante", assim acarretando aumento da ansiedade, crises de choro e desmotivação para assistir às

aulas. A interferência da aprendizagem também está interligada ao afastamento das aulas presenciais, ademais, tendo desmotivação concernente a ausência de local de estudo apropriado, e com distrações (*barulho*) e interrupções.

O ensino remoto causou dificuldades tanto aos professores, quanto aos alunos. Os professores não conseguiram alcançar seu máximo durante as aulas (*falta de participação, interrupção, problema na internet, câmeras ruins*) e não conseguindo transmitir todo o conteúdo didático anual, portanto, afetando na aprendizagem dos alunos e na continuidade do processo de escolarização. Os alunos tiveram dificuldade em aprender, ocorrendo demanda de energia e esforço, mas sem sucesso de conseguir aprender. A aprendizagem também foi interferida por outras variáveis, tendo como exemplo o "celular", onde foi identificada a experiência do ensino remoto com o celular como horrível, ademais, sendo necessário celular mais avançado, portanto, causando de princípio desânimo, dificuldade na aprendizagem e sendo exigido mais atenção.

Figura 6: Análise de texto Estatísticas (Iramuteq), relacionado à identificação das experiências dos estudantes participantes de escola **privada (A)** e **pública (B)**, em estudar através do ensino remoto durante a pandemia.



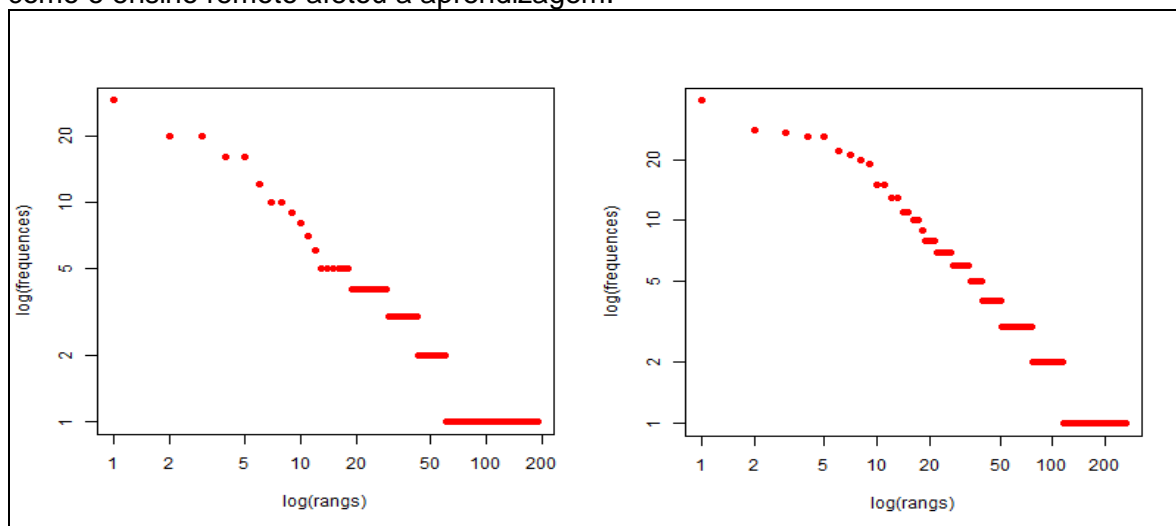
Fonte: Dados da própria pesquisa, 2022. **Legenda:** Análise de texto Estatísticas, relacionado à identificação das experiências dos participantes de **escola privada (A)** e **pública (B)** em estudar através do ensino remoto durante a pandemia, com número de textos, número de ocorrências, número de formas e número de hapax.

No resumo dos resultados alcançados na análise de texto Estatísticas da **escola privada (A)**, teve como número de textos (25), número de ocorrências (328), número de formas (139) e número de hapax (82 – 25.00% de ocorrências – 58.99% de formas). Dando notoriedade ao número de hapax, o mesmo significa o total de palavras explícitas com única frequência. Nessa lógica, foi identificado no "Hapax", a percepção do participante sobre a aula remota como "chato e tedioso". Enquanto no resumo dos resultados alcançados na análise de texto Estatísticas de **escola pública (B)**, teve como número de textos (25), número de ocorrências (584), número de formas (199) e número de hapax (109 – 18.66% de ocorrências – 54.77% de formas). Foi identificado como palavras únicas (*Hapax*) acerca do Ensino Remoto: "suportar", "péssimo", "terrível", falta de "motivação" na realização das atividades impostas.

Em prosseguimento, percebe-se semelhanças entre os relatos dos participantes de escolas privadas e públicas na questão onze (**11 - Diante do cenário pandêmico, se fez necessário o início temporário do Ensino Remoto Emergencial. Dado o exposto, como foi para você estudar por meio do ensino remoto?**), partindo do "impacto na aprendizagem, dificuldades na adaptação, problemas na internet, problemas na atenção, diminuição na vontade de estudar". Como diferenças nos relatos de participantes da escola pública, sendo identificado "a mudança do local de estudo presencial tornou mais estresse, local de estudo inapropriado, distrações e problemas por estudar com celular".

Enquanto semelhanças de palavra, destaca-se a que está relacionada às aulas "presenciais" (*presencial*), onde na privada faz sentido a falta de costume no ato de estudar, sem a presença de colegas e professores, portanto, podemos destacar a importância do diálogo, o contato mais íntimo, interpessoal entre professor-aluno e aluno-aluno, conforme (SOUTO *et al.*, 2021, p. 25148) existe a dificuldade do ser humano no isolamento social, quando considera-se que o ser humano é "[...] um ser social, ser individualizado e, ao mesmo tempo, coletivo". Enquanto que na escola pública, a palavra (*presencial*) está relacionada à melhor rendimento na aprendizagem em aulas presenciais, comparado com o baixo rendimento no ensino remoto.

Figura 7: Análise de texto Estatísticas (Iramuteq), relacionado à identificação das experiências dos estudantes participantes de escola **privada (A)** e **pública (B)**, acerca de como o ensino remoto afetou a aprendizagem.

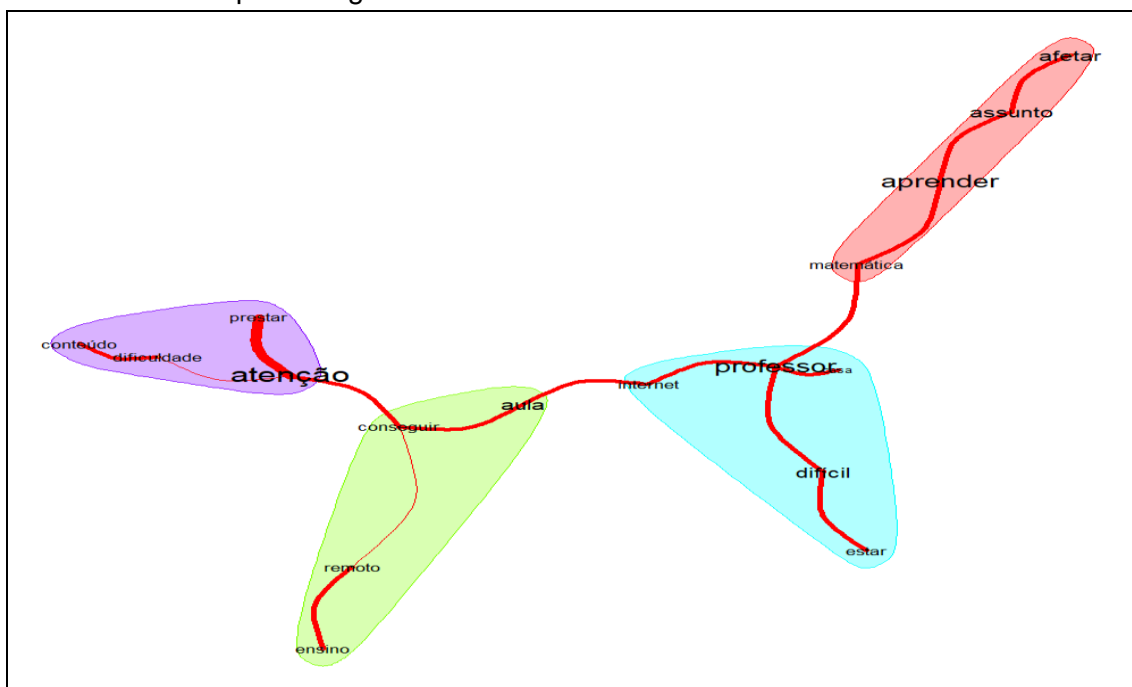


Fonte: Dados da própria pesquisa, 2022. **Legenda:** Análise de texto Estatísticas, acerca da identificação das experiências dos participantes de **escola privada (A)** e **pública (B)**, de como o ensino remoto afetou na aprendizagem, com número de textos, número de ocorrências, número de formas e número de hapax.

No resumo dos resultados alcançados na análise de texto Estatísticas **de escola privada (A)**, teve como número de textos (25), número de ocorrências (439), número de formas (187) e número de hapax (127 – 28.93% de ocorrências – 67.91% de formas). Os resultados apresentados pela análise de texto Estatística, no "Total" denotam que a palavra "sim" aparece vinte vezes, como "não" quatro vezes. Na análise de texto Estatística no "Hapax" a palavra "certeza", está relacionada na afirmação do participante que o ensino remoto afetou na aprendizagem, portanto, sendo interpretada como "sim".

Enquanto no resumo dos resultados alcançados na análise de texto Estatísticas de **escola pública (B)**, teve como número de textos (25), número de ocorrências (809), número de formas (259) e número de hapax (145 – 17.92% de ocorrências – 55.98% de formas). Os resultados apresentados pela análise de texto Estatística, no "Total" denotam que a palavra "sim" aparece vinte e uma vezes. Na análise de texto Estatística no "Hapax" as palavras "evoluir" (*não evoluir na aprendizagem*), "terrível" (*experiência terrível*) e "pouco" (*afetou pouco na aprendizagem*), foram interpretadas como "sim". Nos resultados de análise de texto Estatística, no "Total" foi identificado a palavra "muito" (*afetou muito na sua aprendizagem*), portanto, sendo interpretada como "sim". Dado o exposto, como resultado acerca da primeira pergunta incluída na questão doze (**12 - Na sua opinião, o ensino remoto afetou a sua aprendizagem de alguma maneira?**), vinte e um participantes de escola privada afirmaram terem sido afetados, e os demais (quatro participantes de escola privada) afirmaram o oposto, enquanto que todos os participantes da escola pública (*vinte e cinco*) declararam ter a aprendizagem afetada pelo ensino remoto.

Figura 8: Análise de texto Similitude (Iramuteq), relacionado à identificação das experiências dos estudantes participantes de escola **privada**, acerca de como o ensino remoto afetou a aprendizagem.

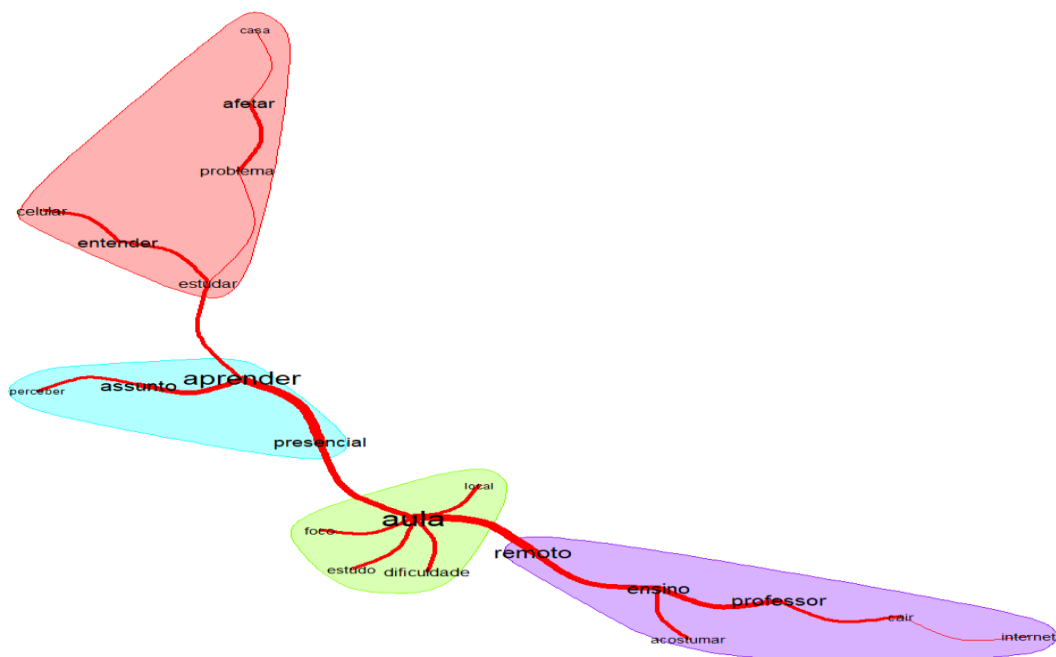


Fonte: Dados da própria pesquisa, 2022. **Legenda:** Análise de texto Similitude, acerca da identificação das experiências dos participantes de como o ensino remoto afetou na aprendizagem, com organização dos principais pontos dos relatos e agrupamento dos conjuntos de palavras e suas conexões.

Foi identificado relatos com dificuldade (*difícil*) em prestar atenção, onde ocorreu a tentativa, contudo, não conseguindo ter atenção (*foco*) nas aulas, ademais, sendo acrescentado em conexão à atenção as distrações (*barulho*) que aconteciam no local de estudo (*casa*) e na falta de estímulo que o ensino remoto apresentou. Evidenciou-se que o ensino remoto exigiu pressa dos alunos para a aprendizagem de novos assuntos, sendo notório a palavra "engolir", assim como, sendo identificado dificuldade (*difícil*) e não aprendizagem de conteúdos e assuntos,

onde adentra juntamente a ausência do contato entre professor-aluno presencialmente, como dificuldade na aprendizagem. O ensino remoto apresentou problemas na internet (*docente e discente*), havendo como consequência da internet dias perdidos de aulas, e aulas desconectando. A pesquisa notabiliza interferência na continuidade no processo de escolarização, concernente a falta de docentes por determinado tempo, ademais, havendo demora na adaptação e falta de experiência dos docentes através do ensino remoto, e sendo como relato “singular” a falta de colaboração do docente na forma de ensinar remotamente.

Figura 9: Análise de texto Similitude (Iramuteq), relacionado à identificação das experiências dos estudantes participantes de escola **pública**, acerca de como o ensino remoto afetou a aprendizagem.



Fonte: Dados da própria pesquisa, 2022. **Legenda:** Análise de texto Similitude, acerca da identificação das experiências dos participantes de como o ensino remoto afetou na aprendizagem, com organização dos principais pontos dos relatos e agrupamento dos conjuntos de palavras e suas conexões.

O Ensino Remoto foi identificado como causador do baixo rendimento, como dificultador do entendimento e aprendizagem, havendo casos que não ocorreram aprendizagem de assuntos. Indo mais além, foi identificado a preferência pelas aulas presenciais, sendo melhor no aumento do rendimento da aprendizagem, havendo comparação com as aulas remotas, onde ocorreu baixo rendimento na aprendizagem. O Ensino Remoto, foi experienciado pelos discentes, com dificuldade em adaptar-se (*acostumar*), onde levou tempo para acostumar-se, ademais, sendo experienciado com esforço para manter e não conseguir prestar atenção (*concentração, foco*), afetando além do conhecimento, "impactou" a motivação para estudar, assim acarretando e afetando o discente através da "ansiedade e insônia" (*relato singular*) e afetando a socialização.

No estudo, foi notório que todos participantes tiveram acesso às aulas remotas (**tabela 2**), todavia, foi identificado que estudar pelo celular tornou mais difícil para aprender, causando menor rendimento no entendimento de assuntos,

assim como, apontando que o celular e computador causaram distrações, juntamente com as distrações (*barulho, pedidos para fazer algo*) no local de estudo (*casa*), sem lugar próprio para estudar, local inapropriado para estudo, tendo a falta de mesa e cadeira (*relato singular*). O Ensino Remoto, apresentou dificuldades concernentes a ausência da presença física do professor, falta do entendimento do assunto transmitido pelos professores, por apresentar problemas no áudio, além do mais, foi identificado problemas na internet (*docente e discente*), falta de adaptação (*discente e docente*), e ocorrendo a falta na transmissão e aprendizagem do conteúdo didático anual.

Observa-se que os resultados apresentados pelos estudantes de escola privada e pública, não são discrepantes concernentes à primeira pergunta inserida na questão doze (**12 - Na sua opinião, o ensino remoto afetou a sua aprendizagem de alguma maneira?**), onde apontaram a aprendizagem afetada quase que unanimemente, salientando-se que a aprendizagem é resultado do processo experimental, sendo construída pessoalmente pelo sujeito conforme a sua singularidade (TABILE; JACOMETO, 2017), mas que possui sua complexidade, adentrando “[...] aspectos cognitivos, emocionais, orgânicos, psicossociais e culturais” (TABILE; JACOMETO, 2017, p. 76). Enquanto semelhanças nas respostas dos participantes de escola privada e pública, concernentes a segunda pergunta inserida na questão doze (**12 - Se sim, fale um pouco sobre isso.**), identifica-se como nas demais respostas das questões passadas, interferência, impacto, dificuldade na aprendizagem, dificuldade de manter/ter *concentração, atenção*, que está relacionada ao ensino remoto e interligada a distrações (*barulho, pedidos para fazer algo*) que acontecem no local de estudo, atentando que conforme (FONSECA *et al.* 2021) o ambiente familiar pode causar impactos na atenção do discente às aulas, através da interação e/ou conflitos nesse contexto, dessa maneira, sendo fundamental para a concentração o local de estudo silencioso. Nessa lógica, o local de estudo deve ser dotado de condições externas que colaborem na aprendizagem, indo além do silêncio, como a mobília apropriada, biblioteca - recurso didático (CARMO, 2012).

Na questão doze ainda identifica-se semelhanças nas respostas entre os participantes de escolas privadas e públicas, como *"impacto na aprendizagem, ausência do contato presencial entre professor-aluno, problemas com a internet"*. Como diferenças identificadas na questão doze, participantes da escola privada relataram *"a falta de colaboração do docente na forma de ensinar remotamente, falta de experiência do professor, demora do docente em adaptar-se, falta de estímulo no ensino remoto"*, enquanto nos relatos dos participantes de escola pública, observa-se como diferenças a *"diminuição da motivação, dificuldade na adaptação dos discentes, local de estudo inapropriado, ansiedade, insônia e socialização"*.

É perceptível que nas questões dez e onze, tanto a escola privada quanto a escola pública apontam para as aulas presenciais, para o contato mais íntimo com professor e/ou colegas (*alunos*), onde conforme Marcondes e Degásperi (2014, p. 6), o ensino presencial possibilita a permissão do contato visual para o “[...] docente compreender as percepções do aluno através das expressões corporais, verificando de forma imediata se o aluno atingiu ou não a compreensão do tema proposto, possibilitando, assim, a apresentação de novas explicações sobre o mesmo tema”.

Em continuidade, outra semelhança nas respostas de *escolas privadas e públicas*, foi a ausência da presença física do professor, a ausência do contato entre professor-aluno presencialmente como dificuldade na aprendizagem. Por este ângulo, observa-se a importância do contato interpessoal entre professor-aluno na

aprendizagem. Conforme Costa e Silva (2021), este contato é necessário durante o processo de ensino-aprendizagem, considerando que ocorre a harmonia entre as relações professor-aluno com o processo de ensino-aprendizagem, os quais estão incorporados no processo pedagógico e no sucesso do ato educativo. O bom relacionamento entre ambos estabelece de modo eficaz a aprendizagem (SILVA; BORGES; MENDES, 2021). Tendo em vista que “não há docência sem discência” (FREIRE, 2002, p.12), existe responsabilidade e ação do docente no ensinar e a ação do discente no aprender. O aluno diante do processo de aprendizagem, deve exercer atitudes que irão colaborar no alcance e aquisição da aprendizagem, como a organização, dedicação, planejamento e interesse para aprender através do mundo digital (CUNHA, 2020).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho pretendeu investigar a presente temática, surgindo com a importância de produzir novos conhecimentos de maneira explicativa e direta, concernente a identificação e compreensão dos impactos causados pela pandemia da COVID-19 no processo de escolarização dos adolescentes, através da investigação de modo descritivo, de campo, de cunho qualitativo, com aplicação de questionário on-line, contendo questionário sociodemográfico e um roteiro de entrevista com questões que nortearam e contemplaram os objetivos do estudo.

Tendo a finalidade de identificar os impactos causados pela pandemia no processo de escolarização dos adolescentes, definiu-se os objetivos específicos. O presente estudo alcançou o objetivo geral, onde foi perceptível a ocorrência de impacto na escolarização dos adolescentes participantes da pesquisa, como está explícito nos resultados e discussão (*nona questão*). O primeiro objetivo específico foi descrever o perfil sociodemográfico dos participantes do estudo. O segundo objetivo específico da pesquisa foi identificar os principais impactos originados pela pandemia no processo de escolarização de adolescente, onde foi notório como principal impacto, "o impacto na aprendizagem dos discentes, ocorrendo dificuldade e não aprendizagem de assuntos e conteúdo". O terceiro objetivo específico foi de comparar os principais impactos ocasionados pela pandemia no processo de escolarização de adolescentes de escolas públicas e privadas, onde foi evidente a proximidade nas semelhanças na identificação de impactos na escolarização, portanto, não havendo discrepâncias, sendo ambas explicitamente impactadas na escolarização, todavia, destacando como principais impactos, "o impacto na aprendizagem dos discente, problemas com a internet, dificuldade na atenção e impacto na motivação".

Sendo assim, os resultados da pesquisa resultaram na definição e confirmação da referenciada temática, afirmando que realmente aconteceu "impactos da pandemia de COVID-19 na escolarização de adolescente", portanto, respondendo o problema de pesquisa: Quais são os impactos causados pela pandemia em estudantes adolescentes no processo de escolarização?

Em pesquisas futuras, pode-se melhorar na abrangência de informações, adentrando nas percepções e experiências dos docentes, acerca dos impactos da pandemia de COVID-19 na escolarização de determinado público, dando importância a participação nítida do professor no processo de escolarização, no processo de ensino-aprendizagem, tendo em mente, que este profissional está em contato seja presencialmente ou virtualmente, com o discente.

REFERÊNCIAS

- AFONSO, A. F.; SOUSA, A. G. A Influência do Ambiente Escolar na Aprendizagem: Desafios para Professores em Formação Inicial. **Revista Pesquisa e Debate em Educação** - Programa de Pós-Graduação Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública. v. 8. n. 1. jan./jun. Juiz de Fora: Universidade Federal de Juiz de Fora, 2018.
- BELO, P. A. P.; OLIVEIRA, R. M.; SILVA, R. C. Reflexos da relação professor-aluno para a aprendizagem no contexto formal de ensino. Práticas Educativas, Memórias e Oralidades. **Revista Interdisciplinar do PEMO**. v. 3, n. 2, 2021. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/revpemo/article/view/3880/4029>. Acesso em: 22 nov. 2021.
- BEHAR, P. A. O Ensino Remoto Emergencial e a Educação a Distância. **Jornal da Universidade**. Rio Grande do Sul: UFRGS, 2020. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/coronavirus/ba-se/artigo-o-ensino-remoto-emergencial-e-a-educacao-a-distancia/>. Acesso em: 14 set. 2021.
- BRASIL. Ministério da Saúde. **O que é a Covid-19?** Saiba quais são as características gerais da doença causada pelo novo coronavírus, a Covid-19. Brasília, 2021a. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/coronavirus/o-que-e-o-coronavirus>. Acesso em: 31 ago. 2021.
- BRASIL. Ministério da Saúde. **Portaria Nº 343, de 17 de março de 2020**. Dispõe sobre a substituição das aulas presenciais por aulas em meios digitais enquanto durar a situação de pandemia do Novo Coronavírus - COVID-19. Diário Oficial da União. Brasília, 2020b. Disponível em: <https://www.in.gov.br/web/dou/-/portaria-n-343-de-17-de-marco-de-2020-248564376>. Acesso em: 31 ago. 2021.
- BRASIL. Ministério da Saúde. **Resolução Nº 466, de 12 de dezembro de 2012**. Brasília, 2012c. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/cns/2013/res0466_12_12_2012.html. Acesso em: 14 set. 2021.
- BRASIL. Ministério da Saúde. **Resolução Nº 510, de 07 de abril de 2016**. Brasília, 2016d. Disponível em: <https://www.in.gov.br/web/dou/-/resolucao-n-510-de-7-de-abril-de-2016-22917558>. Acesso em 14 set. 2021.
- CAMACHO, A. C. L. F. Ensino remoto em tempos de pandemia da covid-19: novas experiências e desafios. **Online Brazilian Journal of Nursing**. v. 19, n. 4. Summer Edition, 2020. Disponível em: <http://www.objnursing.uff.br/index.php/nursing/article/view/6475/pdf-pt>. Acesso em: 22 nov. 2021.
- CARMO, J. S. **Fundamentos psicológicos da educação**. 1. ed. Curitiba: InterSaberes, 2012.
- COLL, C. *et al.* **Desenvolvimento psicológico e educação: Psicologia da educação escolar**. 2. ed. v. 2. Porto Alegre: Artmed, 2007.
- CORTELLA, M. S. **Educação, Escola e Docência: novos tempos, novas atitudes**. São Paulo: Cortez, 2014.
- COSTA, J. S.; SILVA, E. F. As Influências da Relação Pedagógica Professor-Aluno no Processo de Ensino-Aprendizagem: O Diálogo como Fundamental para o Ato Educativo. CASTRO, P. A. (org.). **VII Congresso Nacional de Educação (CONEDU): Educação como (re)Existência: mudanças, conscientização e conhecimentos**. Campina Grande: Editora Realize, 2020.
- COSTA, J. S. C.; SILVA, E. F. As influências da relação pedagógica professor-aluno no processo de ensino-aprendizagem no Ensino Fundamental. GONÇALVES, M. C. S., JESUS, B. G. (org.) **Educação Contemporânea: Educação Básica**. 1 ed. v. 21. Belo Horizonte: Poisson, 2021.
- CUNHA, P. A. A pandemia e os impactos irreversíveis na educação. **Revista Educação**. ed. 278. ago. 2020. Disponível em: <https://revistaeducacao.com.br/2020/04/15/pandemia-educacao-impactos/>. Acesso em: 31 ago. 2020.

CUNHA, C. E. P. **Aprendizagem e Ansiedade no Ensino Remoto de Emergência em alunos do 6º ano do 2º Ciclo do Ensino Básico**. Dissertação de mestrado não publicada. Instituto Politécnico de Lisboa. Escola Superior de Educação, Lisboa, 2021.

FARIA FILHO, L. M. F.; ROSA, W. M.; INÁCIO, M. S. O método mútuo e a formação docente no Brasil no século XIX: a qualificação da escola e a desqualificação do trabalho docente. **Revista Educação em Foco**, Universidade Federal de Juiz de Fora, v. 7, n. 2, set./fev. 2002/2003.

FONSECA, G. C. *et al.* As vozes de alunos do ensino médio acerca do ensino remoto emergencial: possibilidades e desafios na aprendizagem. **Research Society and Development**. v. 10, n. 8, 2021.

FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia**: Saberes necessários à prática educativa. 25 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2002. Disponível em: http://www.apeoesp.org.br/sistema/ck/files/4-%20Freire_P_%20Pedagogia%20da%20autonomia.pdf. Acesso em: 17 nov. 2021.

GARCIA, T. C. M. *et al.* **Ensino Remoto Emergencial**: Proposta de design para organização de aulas. SEDIS/UFRN. Natal, 2020.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2018.

ILLERIS, K. Uma compreensão abrangente sobre a aprendizagem humana. ILLERIS, K. (org.) **Teorias contemporâneas da aprendizagem**. Porto Alegre: Penso, 2013.

LOPES, K. B. **Psicologia da Aprendizagem**. Cuiabá: UFMT, 2015.

MARCONDES, L. N. L.; DEGÁSPERI, A. A Afetividade como Instrumento no EAD. **Revista Científica de Educação a Distância**, v. 6, n. 10, jul. 2014. Disponível em: <https://periodicos.unimesvirtual.com.br/index.php/paideia/article/view/373/375>. Acesso em: 29 abr. 2022.

MÉDICI, M. S.; TATTO, E. R.; LEÃO, M. F. Percepções de estudantes do Ensino Médio das redes pública e privada sobre atividade remotas ofertadas em tempos de pandemia do coronavírus. **Revista Thema**, v. 18, p. 136-155, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ifsul.edu.br/index.php/thema/article/view/1837/1542>. Acesso em: 22 nov. 2021.

MOREIRA, J. A. M.; HENRIQUES, S.; BARROS, D. Transitando de um ensino remoto emergencial para uma educação digital em rede, em tempos de pandemia. TERÇARIOL, A. A. L.; TEIXEIRA, R. A. Pedagogia em diferentes espaços educativos. **Dialogia**. n. 34, p. 351-364, jan./abr. São Paulo, 2020. Disponível em: <https://periodicos.uninove.br/dialogia/article/view/17123/8228>. Acesso em: 29 abr. 2022.

NUNES, A. I. B. L.; SILVEIRA, R. N. **Psicologia da Aprendizagem**: processos, teorias e contextos. 2. ed. Brasília: Liber Livro, 2009.

PAPALIA, D. E.; MARTORELL, G. **Desenvolvimento Humano**. 14 ed. Porto Alegre: AMGH, 2022. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786558040132/>. Acesso em: 08 jun. 2022.

RODRIGUES, A. M. **Psicologia da Aprendizagem e da Avaliação**. São Paulo: Cengage Learning, 2016.

SILVA, S. A.; BORGES, L. H. F.; MENDES, A. A. Relação Professor-Aluno: Desafios e Perspectivas dos Professores na Busca pela Qualidade no Ensino-Aprendizagem. **I Congresso Internacional de Psicologia – Faculdade América**. v. 1. 2021.

SOUTO, R. R. *et al.* Prejuízos na saúde mental em crianças e adolescentes no contexto da pandemia do Covid-19. **Brazilian Journal of Health Review**, v. 4, n. 6, p. 25146-25158, nov./dez. Curitiba, 2021. Disponível em: <https://www.brazilianjournals.com/index.php/BJHR/article/view/39622>. Acesso em: 29 abr. 2022.

TABILE, A. F.; JACOMETO, M. C. D. Fatores influenciadores no processo de aprendizagem: um estudo de caso. **Revista Psicopedagogia**, v. 34, n. 103, p.75-86. São Paulo, 2017. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-84862017000100008. Acesso em: 22 de mai. 2022.

INCLUSÃO DE JOVENS AUTISTAS NO ENSINO SUPERIOR: Desafios e Realidades

Iaelly Lopes Gadelha
Ana Flavia Borba Coutinho

RESUMO

O Transtorno do Espectro do Autismo (TEA), ou simplesmente autismo, é um transtorno de neurodesenvolvimento caracterizado por dificuldades de interação social, comunicação e comportamentos repetitivos e restritos. Ainda que os sintomas variem de caso a caso, esses elementos são determinantes para realizar o diagnóstico de autismo. A inclusão no ensino superior é um direito e também um desafio. Neste contexto, o presente trabalho tem como objetivo geral: Identificar os desafios enfrentados na inclusão de jovens com Transtorno do Espectro do Autismo no ensino superior. E como objetivos específicos: Identificar as dificuldades enfrentadas pelo estudante com Transtorno do Espectro Autista (TEA) em seu processo de adaptação à universidade; Elencar os desafios dos pais de autistas na inclusão do filho no ensino superior; Verificar o processo de inclusão dos jovens com autismo no ensino superior, destacando a realidade enfrentada por eles. Considera-se que o objetivo foi atingido, uma vez que a partir das entrevistas realizadas foi possível perceber que os desafios giram em torno da dificuldade de socialização oriunda do próprio diagnóstico que os alunos possuem.

Palavras-chaves: Transtorno do Espectro do Autismo. Inclusão no ensino superior. Acessibilidade.

ABSTRACT

Autism Spectrum Disorder (ASD), or simply autism, is a neurodevelopmental disorder characterized by difficulties in social interaction, communication, and repetitive and restricted behaviors. Although symptoms vary from case to case, these elements are determinant to perform the diagnosis of autism. Inclusion in higher education is a right and also a challenge. In this context, the present work has as general objective: To identify the challenges faced in the inclusion of young people with Autism Spectrum Disorder in higher education. And as specific objectives: Identify the difficulties faced by students with Autism Spectrum Disorder (ASD) in their university adaptation process; List the challenges of parents of autistic people in the inclusion of their child in higher education; Verify the inclusion process of young people with autism in higher education, highlighting the reality faced by them. It is considered that the objective was achieved, since from the interviews it was possible to perceive that the challenges revolve around the difficulty of socialization arising from the very diagnosis that the students have.

Keywords: Autism Spectrum Disorder. Inclusion in higher education. Accessibility

INTRODUÇÃO

Segundo o Manual de Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais 5º (DSM-5) (2014), o Transtorno do Espectro do Autismo (TEA) é um transtorno de

neurodesenvolvimento caracterizado por dificuldades de interação social, comunicação e comportamentos repetitivos e restritos. Ainda que os sintomas variam de caso a caso, esses elementos são determinantes para realizar o diagnóstico de autismo. Com a identificação precoce e com acompanhamento correto, como as terapias comportamentais, educacionais e familiares, pode-se reduzir os sintomas, além de fornecer apoio ao desenvolvimento e à aprendizagem da criança. O transtorno não tem cura, mas o tratamento ajuda no controle de comportamentos sociais inadequados (BOSA, 2006).

A situação mais comum é que as preocupações dos pais e profissionais recaem mais no atraso na fala da criança do que nos aspectos sociais do comportamento. O diagnóstico preciso não é uma tarefa fácil para o profissional, já que pode haver problemas para distinguir entre crianças com autismo e crianças não verbais com déficits de aprendizado ou prejuízo da linguagem. Atrasos desnecessários no diagnóstico têm implicações práticas importantes, já que o desenvolvimento de estratégias de comunicação efetivas, ainda que simples, em um estágio precoce da vida auxiliam a prevenir o comportamento disruptivo (BOSA, 2006).

Segundo a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, a educação inclusiva é fundamentada na concepção de direitos humanos, que conjuga igualdade e diferença como valores indissociáveis. A Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtornos do Espectro Autista, regulamentada pelo Decreto nº 8.368 (BRASIL, 2014), certifica o direito à educação em todos os níveis. Em 2015 foi aprovada a Lei nº 13.146 (BRASIL, 2015), que firma o direito de acesso ao sistema educacional inclusivo da pessoa com deficiência desde a educação infantil até a educação superior.

Devida a gradação da preponderância do Transtorno do Espectro Autista (TEA) correlacionado com intervenções precoces necessárias para o desenvolvimento e um melhor parecer, em políticas inclusivas na educação de pessoas com deficiência, resultou na ampliação do acesso dos autistas no ensino superior. Ainda assim, ao ser comparado com outras deficiências, o TEA apresenta maiores índices de abandono acadêmico, menor empregabilidade e mais comorbidades psiquiátricas (GELBAR; SMITH; REICHOW, 2014; VAN HEES; MOYSON; ROEYERS, 2014).

A educação superior é fator importante para melhorar a empregabilidade e para a independência financeira, além de contribuir para a participação das pessoas com TEA na comunidade (VANBERGEIJK; KLIN; VOLKMAR, 2008; VOLKMAR; WOLF, 2013). Sem apoio esses indivíduos são mais propensos a enfrentar o aumento da pobreza, taxas de desemprego mais altas, oportunidades precárias de progresso no emprego e discriminação. Há uma clara necessidade de encontrar intervenções eficazes para que os autistas possam levar vidas plenas e produtivas (VOLKMAR; WOLF, 2013).

A pessoa com TEA apresenta dificuldades no meio social, então a presença de um tutor ou até mesmo professores habilitados para trabalhar com esses alunos são essenciais, para que não ocorra dificuldade na interação social e também na aprendizagem. Alguns autistas são invisíveis para seus colegas e professores: apesar das limitações impostas pelo transtorno, suas Necessidades Educacionais Especiais (NEE) passam despercebidas durante sua vida acadêmica. Outros alvos de bullying desejam a invisibilidade.

Nesse contexto, o presente artigo tem como objetivo geral identificar os desafios enfrentados na inclusão de jovens com Transtorno do Espectro do Autismo

no ensino superior. E como objetivos específicos identificar as dificuldades enfrentadas pelo estudante com Transtorno do Espectro Autista (TEA) em seu processo de adaptação à universidade; Elencar os desafios dos pais de autistas na inclusão do filho no ensino superior; Verificar o processo de inclusão dos jovens com autismo no ensino superior, destacando a realidade enfrentada por eles.

Para obter os dados necessários para o trabalho, a pesquisa realizada foi a de campo, com abordagem qualitativa. Onde participou 04 (quatro) jovens com diagnóstico de TEA que cursam o Ensino Superior e 04 (quatro) responsáveis sendo mãe ou pai, de forma online, por meio do Formulário Google ou entrevista por Google Meet.

Diante do cenário atual, onde se busca a inclusão das pessoas com deficiência na sociedade, é importante discutir e entender ainda mais questões relacionadas ao preconceito e à exclusão. As oportunidades da vida devem ser oferecidas a todos, sem distinção. E a possibilidade de qualificação e formação intelectual em uma área do saber é muito importante. Neste sentido, surge a seguinte pergunta de pesquisa: Quais os desafios enfrentados na inclusão de jovens com Transtorno do Espectro do Autismo no ensino superior?

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Estudos epidemiológicos do TEA ao longo do tempo se tornam difíceis ou talvez até impossíveis ao considerarmos a grande variação de seus critérios diagnósticos (RAPIN; TUCHMAN, 2011). Há duas décadas, estimava-se que o TEA afetava de 1 a 5 em cada 10.000 crianças (ASSUMPÇÃO JÚNIOR; PIMENTEL, 2000). Atualmente estima-se uma prevalência de 1:48 (BAIO et al., 2018). O aumento geral da prevalência de TEA é multifatorial e inclui a melhora no reconhecimento dos sintomas do TEA, o aumento do diagnóstico tardio e a capacidade de identificar crianças mais precocemente (ADREON; DUROCHER, 2007).

Os pais dos indivíduos com TEA são normalmente os primeiros a verificar que algo diferente está acontecendo com seu filho. Nesse momento, começa a busca por auxílio, sendo um período de incertezas o que antecede o processo de elaboração e formação do diagnóstico. No entanto, cabe salientar sobre a importância da forma como esse diagnóstico é elaborado pelos pais das crianças com TEA. Schulman (2002) afirma que, assim que o diagnóstico é comunicado, é importante dirigir os pais aos recursos úteis, o que auxilia na sensação de que existe algo para fazer.

Segundo Constantinidis et al. (2018), a necessidade do familiar de compreender a vivência com o filho, a observação do comportamento diferente, vem formulada pelo pedido de um diagnóstico. Desta forma, o autismo deixa de ser algo inominável e passa a ser algo concreto, dando uma orientação para aqueles que vivenciam com a criança. Assim, o diagnóstico não é só necessidade de profissionais, que muitas vezes se furtam da tarefa de conversar sobre o tema com a família, mas também dos familiares.

Enfrentar essa nova e inesperada realidade causa sofrimento, confusão, frustrações e medo a essas mães (NAJARSMEHA; CEZAR, 2011), que podem ser bastante atingidas emocionalmente, pois se deparam com a perda do filho imaginado por elas e, por isso, correm o risco de apresentar sentimentos como tristeza, frustração, ambivalência e negação, os quais podem alterar o relacionamento mãe-criança (SANINI et al., 2010). É grande a perspectiva de futuro

para essa criança, e os pais imaginam um futuro ideal para ela, que um dia cursará os seus estudos, será um profissional de sucesso e realizado.

De acordo com a organização profissional de psiquiatras e estudantes de psiquiatria nos Estados Unidos (AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION, 2013), devida a publicação do DSM-5, em 2013 foi instituído como diagnóstico único o TEA com diferentes níveis de gravidade, um transtorno do neurodesenvolvimento definido por comprometimento do relacionamento social, repertório repetitivo e estereotipado de comportamentos, dificuldades de linguagem e insistência em determinadas rotinas não funcionais. Contudo, nem sempre o TEA foi compreendido da mesma maneira, os manuais apresentaram diferentes classificações e quadros nosológicos sobre o que o autismo ao longo das décadas, que já foi entendido como uma doença, desordem e hoje é tido como um transtorno (FERNANDES; TOMAZELLI; GIRIANELLI, 2020).

Na mais recente classificação, no DSM-5 (APA, 2014) o autismo pertence à categoria denominada transtornos de neurodesenvolvimento, recebendo o nome de transtornos do espectro do autismo (TEA). Assim, o TEA é definido como distúrbio do desenvolvimento neurológico que deve estar presente desde a infância, apresentando déficit nas dimensões sócio comunicativo e comportamental.

Os níveis de gravidade do TEA são 3 (APA, 2014):

Nível 1 – Leve - na ausência de apoio, déficits na comunicação social causam prejuízos notáveis. Dificuldade para iniciar interações sociais e exemplos claros de respostas atípicas ou sem sucesso a aberturas sociais dos outros. Pode aparecer apresentar interesse reduzido por interações sociais. Inflexibilidade de comportamento causa interferência significativa no funcionamento em um ou mais contextos. Dificuldade em trocar de atividade. Problemas para organização e planejamento são obstáculos à independência (APA, 2014).

Nível 2 – Moderado - déficits graves nas habilidades de comunicação social verbal e não verbal; prejuízos sociais aparentes mesmo na presença de apoio; limitação em dar início a interações sociais e resposta reduzida ou anormal a aberturas sociais que partem de outros. Inflexibilidade de comportamento, dificuldade de lidar com a mudança ou outros comportamentos restrito-repetitivos aparecem com frequência suficiente para serem óbvios ao observador casual e interferem no funcionamento em uma variedade de contextos. Sofrimento e/ou dificuldade de mudar o foco ou as ações (APA, 2014).

Nível 3 – Severo - déficits graves nas habilidades de comunicação social verbal e não verbal causam prejuízos graves de funcionamento, grande limitação em dar início a interações sociais e resposta mínima a aberturas sociais que partem de outros. Inflexibilidade de comportamento, extrema dificuldade em lidar com a mudança ou outros comportamentos restrito-repetitivos interfere acentuadamente no funcionamento em todas as esferas. Grande sofrimento/dificuldade para mudar o foco e ações (APA, 2014).

O DSM-5 e a CID-11 entendem o autismo dentro de um único espectro ou categoria, variando em níveis de gravidade, baseado na funcionalidade (DSM-5); ou em níveis de deficiência intelectual e linguagem funcional (CID-11) (SILVA, 2015). Assim, quanto menor o grau de comprometimento do nível, melhor tende a ser o prognóstico do paciente. Já o CID-11 considera, de forma mais clara, a deficiência intelectual e a linguagem funcional, e os diferentes diagnósticos são enquadrados em função do nível de prejuízos nestas habilidades cognitivas. Enquanto os manuais mais recentes (DSM-5 e CID-11) consideram um espectro, adotam não apenas critérios comportamentais e indicadores do desenvolvimento, mas também critérios

cognitivos e de adaptação ao meio (funcionalidade/ atividades da vida diária) (SILVA, 2015).

A cognição, isoladamente, nunca foi critério diagnóstico para o autismo. Alguns estudos que avaliaram crianças com autismo clássico estimam que cerca de 70% delas têm QI abaixo de 70, tendo a maioria entre 50 e 70 e um quarto abaixo de 50 (ALLEN; COURCHESNE, 2001; SCHMIDT; BOSA, 2011). Embora aspectos cognitivos não sejam garantia de independência adulta no autismo, estes continuam sendo um dos preditores mais claros de resultados escolares positivos (STEVENS et al., 2000).

Definitivamente o comprometimento na área social é o sinal mais proeminente e persistente ao longo dos anos de vida da pessoa com autismo, sendo considerado um dos pontos centrais da síndrome (HAPPÉ; RONALD; PLOMIN, 2006; SIGMAN et al., 2004). Os sintomas devem estar presentes nas primeiras etapas do neurodesenvolvimento e podem não estar totalmente manifestos até que a demanda social exceda suas capacidades ou podem ficar mascarados por algumas estratégias de aprendizado ao longo da vida. Devem causar prejuízo clinicamente significativo nas áreas social, ocupacional ou outras áreas importantes de funcionamento atual do paciente, e não devem ser mais bem explicados por deficiência cognitiva ou atraso global do desenvolvimento (AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION, 2013).

Com o passar dos anos o Brasil passou a entender que o acesso à escola é um direito de todos, propondo ações educacionais voltadas à integração das pessoas com deficiência. Esse movimento inicia-se timidamente por meio de campanhas assistenciais e iniciativas isoladas do Estado, até que a Constituição de 1988, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), em 1990, e a Lei de Diretrizes e Bases (LDB), em 1996, entre outros documentos internacionais, determinam a matrícula de todas as crianças na rede regular de ensino. Com isso, definem respostas adequadas à aprendizagem de crianças com autismo/transtornos globais do desenvolvimento (BRASIL, 2007).

Portanto, o desafio atual encontra-se ligado à escolarização de pessoas com autismo no ensino regular de forma de inclusão educacional e social. O tratamento cede lugar à educação, sendo desenvolvido em ambientes naturalísticos e objetivando não apenas a presença de todos os alunos no mesmo local, mas a sua participação, sua aceitação e sua aprendizagem (HUMPHREY, 2008).

A transição para o ensino superior é estressante para qualquer estudante (MORETT; HÜBNER, 2017), porém, para as pessoas com TEA, as deficiências nas habilidades de comunicação social amplificam este estresse (SHMULSKY; GOBBO, 2013). Em face da ampla diversidade da apresentação, a assistência deve ser individualizada. A trajetória de desenvolvimento de cada autista é única e a gravidade dos sintomas pode variar em relação ao tempo, o que torna mais difícil estabelecer um programa que sirva para todos (GELBAR; SMITH; REICHOW, 2014).

Houve um crescimento importante no número de pessoas com espectro autista ingressando na educação superior nos últimos anos. Pode-se notar esse crescimento a partir da comparação dos dados do Censo de Educação Superior de 2011, ano em que foi inserido as categorias de necessidades especiais no censo e os do último Censo de 2018. Segundo o Censo de Educação Superior de 2011 haviam matriculados em todo o Brasil 2.346.695 alunos e apenas 68 alunos foram diagnosticados com TEA. No ano de 2018 foram matriculados 8.450.755 alunos sendo que 1122 alunos foram diagnosticados com TEA (INEP, 2011, 2018).

Por meio da circular nº 277 MEC/GM, o Ministério da Educação orienta as IES a repensarem o processo de ingresso às instituições, e ressalta que devem desenvolver ações que visem atender uma permanência de qualidade a esses alunos (ROCHA; MIRANDA, 2019). Para que aconteça o ensino inclusivo, é de fundamental importância que a comunidade acadêmica invista em materiais pedagógicos, em qualificação de professores, em infra-estrutura adequada para ingresso, acesso e permanência e estar atento a qualquer forma discriminatória (MOREIRA, 2005, apud ROCHA; MIRANDA; 2009). O próprio Plano Nacional de Educação - PNE-, Lei nº10. 172/01 (BRASIL, 2001), além de determinar a formação inicial do professor, ressalta que é importante que este professor tenha convicção do seu crescimento profissional valorizando o processo de continuidade da formação. Sendo assim, uma das qualificações do professor sugere que vá ao encontro da inclusão escolar de alunos com deficiência.

A capacitação do professor para atuar no ensino regular, conforme as diretrizes legais da Resolução nº 2/2001, em seu art. 18 diz que:

§ 1º São considerados professores capacitados para atuar em classes comuns com alunos que apresentam necessidades educacionais especiais aqueles que comprovem que, em sua formação, de nível médio ou superior, foram incluídos conteúdos sobre educação especial adequados ao desenvolvimento de competências [...]

Com isso, é importante garantir um tratamento igualitário de aprendizagem na sala, de modo que o professor precisa de maneira gradual desfazer-se de “práticas pedagógicas homogêneas que se configuram por um conteúdo curricular, e em uma aula, uma atividade mesmo tempo de 12 realizações das atividades para toda a turma” (BRASIL, 2006, p. 320). Não seria difícil, portanto, pensar na dificuldade de o aluno ser incluído em uma atividade não diferenciada, ou ser excluído totalmente da tarefa proposta. É imprescindível que o aluno seja respeitado tanto na maneira de aprender como no ritmo para a realização da atividade.

O ingresso de aluno autista na rede regular de ensino não é tão fácil quanto possa parecer, pois as características do autismo dificultam a elaboração de propostas pedagógicas, conforme Melo, Lira e Facion (2008). A inclusão de aluno no ensino regular, de acordo com estes autores desafia o professor da classe comum por exigir que adapte os recursos de ensino considerados tradicionais e formule estratégias em consonância com as características individuais do aluno autista.

É importante destacar que desde março de 2020, quando a COVID-19 foi caracterizada pela Organização Mundial da Saúde (OMS) como uma pandemia, as aulas de cursos presenciais estão sendo realizadas na modalidade remota. Na cidade de João Pessoa/PB, durante todo o ano de 2021, as aulas dos cursos superiores passaram por momentos presenciais e remotos, a depender dos decretos municipais que mudavam quinzenalmente. Por isso, os alunos do presente estudo podem ter passado por mudanças no formato de ensino da graduação.

METODOLOGIA

Para obter os dados necessários para o trabalho foi realizada uma pesquisa de campo, com abordagem qualitativa. A pesquisa de campo, como propõe Kaufmann (2013), consiste na coleta de dados direta com participantes, a fim de se investigar onde e como um determinado fenômeno ocorre. Nesse mesmo sentido, a

abordagem qualitativa entende que há, entre o sujeito e o seu mundo real, uma relação íntima.

Participaram do estudo quatro (04) jovens com diagnóstico de TEA que estão cursando o ensino superior e seus respectivos familiares, sendo eles mãe ou pai do estudante, resultando num total de oito (08) participantes da pesquisa. A pesquisa foi realizada de forma online, por meio do Formulário Google e Google Meet, com a colaboração destes alunos ingressados em Centro Universitário particular na cidade de João Pessoa nos cursos de Administração, Sistemas de Informação, Design de Interiores e Psicologia.

Os dados foram coletados através de um questionário sociodemográfico que visa caracterizar o perfil dos participantes, além de uma entrevista semi-estruturada, com questões subjetivas relacionadas com as hipóteses e objetivos da temática, procurando explorar o quanto mais as vivências dos participantes, identificando suas dificuldades, expectativas e toda a caminhada até o atual momento.

Dos oito participantes, estudantes e pais, apenas uma estudante e sua mãe optaram por fazer a entrevista por chamada de vídeo pelo Meet, tendo em torno de 40 min. com a mãe e 15min a jovem. Os demais fizeram a entrevista pelo formulário Google, disponibilizado através de link (Apêndice 1 e 2). Cada formulário teve nove questões, incluindo um breve sociodemográfico, construídas pelas autoras do trabalho a fim de compreender e interpretar as experiências.

RESULTADO E DISCUSSÃO

Dados dos Estudantes

O questionário sociodemográfico mostrou que, dos participantes que são estudantes de ensino superior, a idade varia entre 18 e 22 anos. Esse achado corrobora com a literatura atual que mostra que a idade dos estudantes com TEA no ensino superior se concentra na faixa etária dos 20 anos (SILVA et al., 2020). Com relação ao sexo dos participantes, metade são do sexo feminino e a outra metade do sexo masculino. Os participantes fazem diferentes graduações, a saber: Administração, Sistema de Informação, Design de Interiores e Psicologia. A partir disso, vê-se que os alunos com TEA participantes desta pesquisa estão distribuídos em diferentes áreas do conhecimento. Dos quatro (04) jovens entrevistados, a maioria dos participantes (n=3) está no primeiro período de curso, enquanto um está no sétimo período. É importante que instituições de ensino superior, principalmente nos cursos de saúde, devem promover uma ampliação e maior qualificação do ensino inclusivo, para estimular e acolher essas pessoas com TEA e todos que acabam se envolvendo no processo, assim assegurando também uma maior qualidade de vida e inclusão social. A Tabela 1 sintetiza os dados sociodemográficos dos estudantes com TEA.

Tabela 1: Dados sociodemográficos dos estudantes da pesquisa

Aluno Variável	A1	A2	A3	A4
Idade	22	19	18	21
Sexo	Masculino	Masculino	Feminino	Feminino
Curso	Administração	Sistema de Informação	Design de Interiores	Psicologia

Fonte: elaborado pelo autor, 2022.

A partir da análise das entrevistas realizadas com os jovens e seus responsáveis, foi possível organizar categorias para os alunos e os responsáveis. Da análise dos dados das entrevistas dos jovens com TEA, surgiu a Classe Temática denominada Inclusão no Ensino Superior, e nela foram elencadas seis categorias, nomeadamente: 1- Adaptação; 2- Apoios na faculdade; 3- Dificuldades; 4- Apoio familiar; 5- Importância do curso; 6- Futuro após formatura. A Tabela 2 faz uma síntese das categorias com exemplos de respostas dadas pelos entrevistados.

Tabela 2. Categorias de análise dos alunos entrevistados

	CATEGORIAS	UNIDADES TEMÁTICAS	f	%
	I N C L U S Ã O N O E N S I N O S U P E R I O R	Adaptação	“... foi meio turbulento (), tive dificuldade (2), iniciei agora o primeiro mês presencial (), fiquei ansioso para o retorno das aulas presenciais (), no início tive medo de não me adaptar (), por tudo ser novo para mim (), estou me adaptando bem (2), com 2 meses de curso consegui me adaptar bem (), aqui tem mais matéria, mais conteúdo que minha antiga faculdade (), todas atividades eram em grupo e aqui a maioria é individual ()”	12
Apoios na faculdade		“... núcleo de apoio (2), coordenação do curso (2), meus pais (), minha madrinha (), os professores me acolheram (), não tive uma ajuda especializada ()”	8	14,55
Dificuldades		“... compreensão das aulas (2), interação social (2), questões muito extensas (), conseguir me expressar bem (), sou um pouco tímida (), tiro as dúvidas com os professores (2), dificuldade na novidade () sites e tecnologia (), dificuldade em me organizar (), por ser introvertida não tenho liberdade em conversar com professores que não conheço ()”	15	27,28
Apoio Familiar		“... me ajudando com o dever de casa (), estudam comigo (), sempre me apoiaram e continuam apoiando (2) me incentivam a estudar (), quando necessário pagam professores particulares (2), ajudam na compreensão de enunciados ()”	8	14,55
Importância do curso		“... me ajuda na compreensão das notícias do mundo e da atualidade (), posso desenvolver habilidades na área em que me identifico (3), ingressar no mercado de trabalho (2)”	6	10,90
Futuro após formatura		“... não pensei nisso ainda (), me especializar na minha área (2), ingressar no mercado de trabalho (2), pretendo fazer outro curso ()”	6	10,90
$\Sigma=55$ %=100				

Fonte: elaborado pelo autor

A primeira categoria, denominada **Adaptação**, fala sobre as questões que surgiram logo no início da graduação, na passagem do ensino médio para o superior. No geral, os participantes mencionaram receios e ansiedades sobre o começo dessa nova etapa, mas afirmaram que têm conseguido superar as dificuldades.

... foi meio turbulento... tive dificuldade... iniciei agora o primeiro mês presencial... fiquei ansioso para o retorno das aulas presenciais... no início tive medo de não me adaptar... por tudo ser novo para mim... estou me adaptando bem... com 2 meses de curso consegui me adaptar bem... aqui tem mais matéria, mais conteúdo que minha antiga faculdade... todas as atividades eram em grupo e aqui a maioria é individual

Como afirma Gomes e Canova (2019, p. 1), “a ansiedade é um aspecto inevitável do autismo” e vê-se que esta ansiedade aparece, por vezes, de forma sutil, em todas as fases da vida dos indivíduos com TEA. Justamente por se tratar de um novo ambiente, com padrões e regras diferentes, os jovens autistas podem se sentir ansiosos e apresentar dificuldades de adaptação ao ingressar no ensino superior, que podem ser superadas com suporte da instituição que acolhe tais jovens. Apesar das dificuldades, os jovens admitem que tenham superado os desafios e é importante que esses jovens tenham acesso às graduações, para que possam ter, cada vez mais, uma vida independente e funcional.

A segunda categoria encontrada foi intitulada **Apoios na Faculdade**, e fala sobre a rede de apoio que os jovens têm construído para conseguir superar os desafios do ensino superior. De acordo com as falas dos participantes, é possível notar que esse apoio advém de diversas esferas, destacaram os familiares, professores e o núcleo de apoio da faculdade como os pilares da rede de apoio que ajudam nas dificuldades encontradas até o momento da pesquisa. O relato a seguir é um exemplo dessa categoria.

“... núcleo de apoio... coordenação do curso... meus pais... minha madrinha... os professores me acolheram... não tive uma ajuda especializada”.

Um estudo realizado por Nunes, Azevedo e Schmidt (2013) mostrou que uma das principais barreiras na aprendizagem de indivíduos com TEA é a falta de uma rede de apoio capaz e organizada para suprir as demandas do aluno. Com isso, é importante investir na consolidação de apoios para as eventuais dificuldades que os jovens autistas vão passar no período da faculdade. Vale ressaltar que desde 2015 o Brasil possui a Lei N° 13.146 (BRASIL, 2015) que institui a criação de núcleos de apoio nas instituições de ensino superior, para justamente ter um apoio mais personalizado para esse público que está em crescimento. Pelos dados encontrados, observa-se que são importantes, tanto para os alunos, como para os professores e pais dos alunos.

Ainda, a terceira categoria identificada nas entrevistas realizadas foi com relação às Dificuldades, encontradas no dia a dia no ensino superior. No geral, os participantes falaram sobre a dificuldade de compreender os conteúdos repassados em salas de aula, de interagir com os pares e também de se expressar de forma compreensível e inteligível. Além disso, os participantes mencionaram também o receio de estabelecer contato com os professores desconhecidos e barreiras na parte da organização para conciliar os estudos com as demais atividades exercidas em outras esferas da vida. O relato a seguir é um recorte dessa categoria de análise.

“... compreensão das aulas... interação social... questões muito extensas... conseguir me expressar bem... sou um pouco tímida... tiro as dúvidas com os professores... dificuldade na novidade... sites e tecnologia... dificuldade

em me organizar... por ser introvertida não tenho liberdade em conversar com professores que não conheço”

É importante lembrar que os entrevistados passaram por um momento duradouro de ensino remoto devido à pandemia do COVID-19, o que pode ter aumentado a ansiedade para o retorno das aulas presenciais, existindo o questionamento se irá se adaptar ou não, o que mostra a importância do apoio da faculdade nesse sentido.

No geral, sabe-se que as crianças com TEA têm a interação social comprometida, uma vez que a troca social nem sempre é interessante ou de fácil acesso, sendo, por vezes, uma situação aversiva (APA, 2014). Nesse sentido, essas mesmas crianças crescem e se tornam jovens e adultas. Percebe-se, a partir das falas dos entrevistados, que as dificuldades de criar e sustentar relações sociais se mantêm até a fase adulta, uma vez que isso tem aparecido no ensino superior. Como discutem Shibuta, Costa e Santos (2021), o indivíduo com TEA geralmente tem trocas sociais bem restritas e limitadas, o que acaba sendo um desafio em se tratando da fase escolar e universitária.

Com relação à quarta categoria, esta foi denominada Apoio Familiar, e realça aspectos específicos do apoio da família frente aos desafios enfrentados pelos entrevistados no ensino superior. Os participantes relataram que os pais auxiliam nas atividades de casa, nos momentos de estudo e, quando necessário, proporcionam professores particulares que possam dar o suporte necessário para o aprendizado deles. Os entrevistados, apesar de serem funcionais, ainda apresentam dificuldades que são características do próprio transtorno que possuem. O trecho a seguir ilustra o apoio da família no enfrentamento dos desafios da faculdade.

“... me ajudando com o dever de casa... estudam comigo... sempre me apoiaram e continuam apoiando... me incentivam a estudar... quando necessário pagam professores particulares... ajudam na compreensão de enunciados”

Uma rede de apoio fortalecida é essencial para o desenvolvimento de indivíduos com TEA. Mas, a família em especial exerce função importante no que diz respeito ao processo de educação e formação desses jovens. Pereira (2011) discorre sobre a importância dos pais na educação dos filhos autistas. Para a autora, o aluno com TEA sente dificuldade para se encaixar e se sentir parte do universo escolar e universitário, uma vez que precisa conviver com tantos estímulos e pessoas diferentes de si. Com a ajuda dos pais e da família, é possível promover segurança, motivação e diminuição das dificuldades encontradas, o que possibilita maior engajamento do aluno e, conseqüentemente, maiores possibilidades de aprendizado para toda a vida.

No que diz respeito à quinta categoria, esta foi denominada Importância do Curso, traz aspectos sobre a importância do ensino superior na vida desses jovens com TEA, sendo no geral, os participantes mencionaram que se sentem mais incluídos no mundo porque ficam cientes dos acontecimentos da vida e das notícias ao redor. Os entrevistados também relataram que conseguem desenvolver habilidades na área que se identificam e que, sobretudo, vão conseguir ingressar no mercado de trabalho e assumir sua independência financeira. Os relatos a seguir expressam a relevância que o curso superior tem na vida desses jovens.

“... me ajuda na compreensão das notícias do mundo e da atualidade... posso desenvolver habilidades na área em que me identifico... ingressar no mercado de trabalho”

Um aspecto importante para a vida de pessoas com TEA é a funcionalidade. Ter função e atribuir funções aos aspectos da vida é necessário para o desenvolvimento e para uma vida independente. Com isso, estar no ensino superior é um passo a mais para garantir uma vida funcional análoga à vida de um adulto típico, que não possui as mesmas dificuldades. Nesse sentido, como afirmam Sousa e Santana (2018), é esperado que indivíduos com TEA tenham dificuldades no desempenho funcional e na independência no dia a dia e, por isso, é necessário estimular essa funcionalidade – sendo ingresso ao ensino superior uma das possíveis estratégias para tornar este indivíduo mais independente.

A sexta e última categoria encontrada foi chamada Futuro após Formatura. Esta categoria aborda aspectos relacionados aos pensamentos que os alunos têm sobre o que virá depois da graduação. Ainda que a maioria (n=3) esteja no início da graduação, é comum que, nessa etapa da vida, surjam dúvidas e desejos quanto ao futuro. No geral, os entrevistados mencionaram quererem se especializar e ingressar no mercado de trabalho, ou abranger o conhecimento e ingressar em um novo curso.

“... não pensei nisso ainda... me especializar na minha área... ingressar no mercado de trabalho... pretendo fazer outro curso”

Com relação a isso, Rosa (2015) pontua que, por vezes, é difícil pensar e visualizar um futuro quando não há estabilidade e apoio o suficiente. Devido às dificuldades encontradas na graduação, talvez os participantes ainda sintam receio de pensar sobre o que os espera depois dessa fase de “estudante”. É certo que o mercado de trabalho precisa estar apto e estruturado para receber os jovens de hoje que serão os trabalhadores do futuro. Com isso, tem-se de forma mais evidente a importância de assegurar que os jovens com TEA possam ser inseridos em todas as esferas da vida, inclusive no trabalho, tendo uma vida funcional e independente dentro de suas capacidades e limitações.

Dados dos Pais

A segunda parte da entrevista foi realizada com os pais, visto que um responsável por cada aluno também foi entrevistado para complementar os dados da presente pesquisa. Entre os responsáveis entrevistados, a maior parte foi às mães (n=3), apenas um pai foi entrevistado. A idade dos responsáveis variou entre 49 e 55 anos e todos são residentes da cidade de João Pessoa/PB. A Tabela 3 sintetiza as informações sobre os pais dos alunos.

Tabela 3: Dados sociodemográficos dos pais dos alunos

Aluno Variável	A1	A2	A3	A4
Cidade	João Pessoa	João Pessoa	João Pessoa	João Pessoa
Idade	49	55	55	55
Parentesco	Mãe	Pai	Mãe	Mãe

Fonte: elaborado pelo autor, 2022.

A partir das entrevistas realizadas com os pais, emergiu a Classe Temática **Autismo**, contendo 03 categorias que são: 1- Diagnóstico; 2- Curso Superior; 3- Futuro. Cada categoria se divide em subcategorias que são mostradas na Tabela 4.

Tabela 4: Categorias de análise das entrevistas com os responsáveis

	CATEGORIAS	SUBCATEGORIAS	UNIDADES TEMÁTICAS	f	%	
A U T I S M O	D I A G N Ó S T I C O	Sinais precoces do autismo	"... teve convulsões bebê () por conta dos remédios teve um desenvolvimento mais complicado (), ela teve atraso de linguagem (2), tinha estereotípias (), não respondia quando chamava pelo nome (), não interagiu (2), comportamento agressivo na escola ()"	9	9,90	
		Processo do diagnóstico	"... não tive apoio do pai (), ele sempre dizia que ela ia falar, pois ele também falou tarde (), iniciei a luta em médicos () Neuropsicóloga realizou testes (2), fonoaudióloga(), sugeriu que a colocasse já em uma escolinha, para interagir mais(), a coordenadora chamou atenção(), o neuropediatra encaminhou para uma clínica (), não fechou o autismo, falou que estava no limiar(), começou com a TCC três vezes por semana (), indicou um neuropediatra (), primeiro diagnóstico foi Transtorno não verbal de aprendizagem (), autismo leve (2)"	15	16,48	
		Importância do diagnóstico	"... foi cobrado o laudo porque ela ia fazer o ENEM () sem laudo ela seria prejudicada ()"	2	2,19	
		Diagnóstico tardio	"... foi em 2017 (), em 2018/19 (), em 2016 tinha 12 anos (), no ensino médio foi dado o parecer que ela era autista ()"	4	4,39	
	I N G R E S S O	N O	Decisão	"... foi minha (), foi dela/e (3)"	4	4,40
			Reação dos pais	"... de alegria (2), nós simplesmente amamos (), queríamos que fosse outro curso (2), mas não interferimos (2), acho que devo ajudá-la (), dei a ideia de fazer um curso que eu goste ()"	9	9,90
			Desafios encontrados pelo(a) filho(a)	"... a socialização com as pessoas (3) ela é imatura (), quase não tem amigos (), adaptação ao ensino remoto (2), usar a plataforma de ensino ()"	8	8,80
			Pontos positivos	"... fez amigas (3) isso é maravilhoso (), sempre tira dúvidas com os professores (2), hoje ela está bem (2), não usa medicação (), no momento está sem terapias ()"	10	10,98
Σ=91	%=100					

U P E R I O R	Apoios no ingresso do(a) filho(a)	“... tive o apoio do núcleo pedagógico da faculdade (3), coordenação do curso (3), fomos bem acolhidas na faculdade (2) pelos funcionários e profissionais (), tenho reuniões mensais ()”	10	10,98
	Importância do curso para o(a) filho(a)	“... eu acho sim (4) para não se sentir inferior a outras pessoas (), somará na sua formação como pessoa (), assegurar seu crescimento profissional (), é ela que quer ser alguém na vida ()”	8	8,80
F U T U R O	O que espera	“... que seja feliz (4), e que realize seus sonhos (), seja independente (), confiante em si mesmo (), supere todas as suas dificuldades (), que tenha sucesso profissional () que atue na área de graduação (), estarei apoiando (2)”	12	13,18

Fonte: elaborado pelo autor

A primeira categoria denominada **Diagnóstico**, engloba quatro subcategorias: 1-Sinais precoces do autismo; 2- Processo de diagnóstico; 3- Importância do diagnóstico; e 4- Diagnóstico tardio.

Nesta primeira categoria os responsáveis trazem aspectos do período do diagnóstico, falam sobre como surgiram e quais foram os primeiros sinais, como se deu esse processo e também da importância de ter ciência da condição do filho.

Na subcategoria **1- Sinais do diagnóstico**, observou-se pelos relatos que os alunos apresentaram atrasos na linguagem, movimentos estereotipados, não atendiam pelo nome ou tinham dificuldades na escola. O trecho a seguir faz uma síntese desses sinais precoces do autismo.

“... teve convulsões bebê... por conta dos remédios teve um desenvolvimento mais complicado... ela teve atraso de linguagem... tinha estereotipias... não respondia quando chamava pelo nome... não interagia... comportamento agressivo na escola”

A partir do exposto, é possível perceber que esses primeiros sinais são coerentes com a sintomatologia que é esperada para o TEA. De acordo com o DSM-V (APA, 2014), o autismo se caracteriza por atrasos no desenvolvimento, interesses restritos e movimentos repetitivos, além de prejuízos na comunicação e interação social. Com isso, percebe-se que os alunos entrevistados para a presente pesquisa apresentaram os critérios de diagnóstico do autismo previstos no DSM-V.

Na subcategoria 2 – Processo de diagnóstico, identificou-se que os entrevistados passaram por equipe médica e nem sempre o primeiro diagnóstico que receberam foi de autismo. Além disso, os responsáveis mencionam que seu parceiro não apoiou o início do tratamento, uma vez que estavam sempre à espera do desenvolvimento do filho.

“... não tive apoio do pai... ele sempre dizia que ela ia falar, pois ele também falou tarde... iniciei a luta em médicos... Neuropsicóloga realizou testes... fonoaudióloga... sugeriu que a colocasse já em uma escolinha, para

interagir mais... a coordenadora chamou atenção... o neuropediatra encaminhou para uma clínica... não fechou o autismo, falou que estava no limiar... começou com a TCC três vezes por semana... indicou um neuropediatra... primeiro diagnóstico foi Transtorno não verbal de aprendizagem... autismo leve”

A negação do diagnóstico e resistência para procurar suporte profissional é comum em casos de autismo, pois como pontuam Pinto et al. (2016), os responsáveis sempre esperam pelo “tempo de cada criança”. Ou seja, a resistência de aceitar a condição dos filhos, por vezes, faz com que os pais esperem por uma “cura mágica”. Os autores também afirmam que nem sempre o primeiro diagnóstico é certo, já que não é tão simples diagnosticar o autismo em virtude das várias formas e sintomatologias com que o transtorno aparece. Com isso, percebe-se que a literatura corrobora com os resultados encontrados.

A subcategoria 3- Importância do diagnóstico, versa sobre aspectos positivos que o diagnóstico correto trouxe para a vida dos alunos. No geral, os responsáveis mencionam que o diagnóstico auxiliou na realização do ENEM, pois foi cobrado o laudo comprobatório da condição e, sem esse documento, certamente os alunos seriam prejudicados. O trecho a seguir ilustra a fala dos responsáveis.

“... foi cobrado o laudo porque ela ia fazer o ENEM... sem laudo ela seria prejudicada”

De fato, o diagnóstico de TEA se faz importante na medida em que assegura os direitos dos autistas, direitos esses que não seriam alcançados sem o laudo ou documento comprobatório. Como visto anteriormente, o Brasil dispõe de uma legislação que considera o autismo como uma deficiência e, para tanto, garante aos indivíduos com TEA assistência tal qual uma pessoa com qualquer outra deficiência. De acordo com Guareschi, Alves e Naujorks (2016), a pessoa devidamente diagnóstica tem direito à educação especializada, atenção e cuidados necessários para a realização de toda e qualquer atividade – inclusive o ENEM.

E a última subcategoria denominada 4- Diagnóstico tardio, destaca que o diagnóstico dos entrevistados foi dado em idade avançada, após o período da primeira infância – momento em que os primeiros sinais ficam mais evidentes. Um dos motivos que pode ter ocasionado isso é a própria dificuldade de chegar a um veredito final sobre o TEA. O trecho a seguir ilustra essa categoria.

“... foi em 2017... em 2018/19... em 2016 tinha 12 anos... no ensino médio foi dado o parecer que ela era autista”

De acordo com Onzi e Gomes (2015), o diagnóstico do TEA é um divisor de águas, pois muda a vida e dinâmica de toda a família do paciente. Contudo, este diagnóstico é fundamental para que a equipe médica faça o delineamento do melhor tratamento para o paciente. Ainda, os autores destacam que quanto mais cedo a descoberta do autismo, maiores são as chances de intervir de forma adequada e proporcionar o desenvolvimento do paciente. Dessa forma, é possível garantir que o indivíduo com TEA receba intervenções de equipes capacitadas para lidar com essa demanda.

A segunda categoria, chamada Ingresso no Curso Superior, engloba 6 subcategorias: 1- Decisão; 2- Reação dos pais; 3- Desafios encontrados pelo(a)

filho(a); 4- Pontos positivos; 5- Apoio no ingresso do(a) filho(a) e; 6- Importância do curso para o(a) filho(a).

Na primeira subcategoria denominada 1- Decisão, percebe-se que a decisão partiu ou dos pais ou dos filhos. Quando partiu dos filhos, foi bem recebida, mas trouxe algumas reações e desafios, como pode ser visto nas seguintes subcategorias. O recorte a seguir representa esse momento da decisão.

“... foi minha... foi dela/e”

Percebe-se, então, que a maioria dos entrevistados decidiu por si só ingressar no ensino superior, enquanto que em apenas um caso a decisão partiu dos pais. É importante destacar que essa decisão expressa certa autonomia dos participantes e reflexão com relação ao seu próprio futuro. Para Lopes (2018), a autonomia deve ser estimulada nas atividades cotidianas que os autistas geralmente precisam do auxílio de outra pessoa para realizar. Com isso, entende-se que não somente o fato de estar numa graduação, mas de ter tomado essa decisão, implica na autonomia desses indivíduos em atividades do dia a dia.

Na segunda subcategoria denominada 2- Reação dos pais, os responsáveis relataram sentimentos positivos frente à decisão dos filhos. No geral, os pais falam sobre a alegria que sentiram, ainda que tivessem certa preferência sobre outro curso que não o escolhido. Apesar disso, os pais confirmaram que não interferiram na decisão dos filhos e que sugeriram que eles escolhessem algo que de fato gostassem.

“... de alegria... nós simplesmente amamos... queríamos que fosse outro curso... mas não interferimos... acho que devo ajudá-la... dei a ideia de fazer um curso que eu goste”

Com base nesses relatos, é importante reconhecer que o indivíduo com TEA tem capacidade de tomar decisões e sustentar suas escolhas. Autores como Kuchnier (2022) defendem que os pais precisam trabalhar a super proteção de seus filhos com deficiência e apoiar as decisões que eles tomam, pois isso contribui para uma vida cada vez mais funcional. E é isso que se vê nos relatos dos pais que foram entrevistados: ainda que eles tivessem opiniões diferentes, conseguiram apoiar a escolha de seus filhos, tanto de iniciar a graduação como na escolha do próprio curso.

Na terceira categoria 3- Desafios encontrados pelo(a) filho(a), entre os desafios, os pais elencaram a questão da socialização e da adaptação ao ensino remoto. O trecho seguinte ilustra o relato dos pais sobre as questões que seus filhos passaram desde o início do curso superior.

“... a socialização com as pessoas... ela é imatura... quase não tem amigos... adaptação ao ensino remoto... usar a plataforma de ensino”

É válido destacar que esses alunos passaram pelo ensino remoto em virtude da pandemia da COVID-19, ao longo dos últimos dois anos. De acordo com Bortolotto (2009), a inserção em uma instituição de ensino por si só não garante a inclusão de pessoas com TEA, uma vez que as dificuldades de socialização se apresentam como uma barreira no alcance da inclusão. Contudo, fazer parte de uma turma, dividir momentos com pares e realizar trocas sociais, ainda que limitadas, são práticas consideradas benéficas no estímulo da socialização desses indivíduos.

Na quarta subcategoria 4- Pontos positivos, observou-se que os pais também relataram que a graduação trouxe amizades como um ponto positivo. Ainda, os responsáveis afirmaram que os filhos interagem com os professores e conseguem realizar essas trocas sociais mesmo sem uso de medicação e sem as terapias, como mostra o recorte a seguir.

“... fez amizades... isso é maravilhoso... sempre tira dúvidas com os professores... hoje ela está bem... não usa medicação... no momento está sem terapias”

De fato, a relação professor-aluno é de fundamental importância no processo de aprendizagem de alunos com TEA (VIEIRA; BALDIN; FREIRE, 2015). Como explicam as autoras, os professores capacitados são capazes de proporcionar o desenvolvimento de seus alunos, especialmente em caso de alunos autistas que precisam desse cuidado maior. Além disso, o professor também é capaz de “promover experiências de socialização atividades diárias, tornando-as o mais independente possível.” (p. 9). Dessa forma, o educador também pode contribuir nas dificuldades de socialização enfrentadas pelos alunos, exercendo um papel ímpar nesse cenário.

A categoria 5- Apoio no ingresso do(a) filho(a), os responsáveis contam que tiveram apoio da faculdade e dos núcleos de apoio, dos professores e demais profissionais da instituição de ensino, como mostra o recorte a seguir.

“... tive o apoio do núcleo pedagógico da faculdade... coordenação do curso... fomos bem acolhidas na faculdade... pelos funcionários e profissionais... tenho reuniões mensais”

Como é possível notar, os pais relatam que a faculdade se faz presente e disposta a ajudar nessas dificuldades, principalmente com os núcleos de apoio que organizam reuniões mensais com a equipe da faculdade. Bortolotto (2009) relembra que desde 2011 existe o Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência – Viver Sem Limites, que regulamenta os núcleos de acessibilidade que devem vigorar nas instituições de ensino superior. Assim, percebe-se que a faculdade em questão age conforme a legislação vigente no país.

E a sexta e última subcategoria, 6- Importância do curso para o(a) filho(a), os entrevistados relataram que o curso superior é de extrema importância para que seus filhos não se sintam inferiores e possam ingressar no mercado de trabalho. O trecho a seguir mostra o pensamento dos pais com relação à importância da graduação para seus filhos.

“... eu acho sim... para não se sentir inferior a outras pessoas... somará na sua formação como pessoa... assegurar seu crescimento profissional... é ela que quer ser alguém na vida”

O curso superior parece ser de grande importância na vida de indivíduos autistas, ainda que seja um desafio para o próprio aluno e sua família. Pouco se reflete sobre o que acontece quando crianças com TEA se tornam adultos, mas Volkmar e Wolf (2013) pontuam que realizar uma graduação é necessário porque permite que essas pessoas trabalhem e sejam financeiramente independentes de seus pais. Ou seja, a graduação permite que autistas tenham uma vida com funcionalidade nas ações. Além disso, os autores apontam que a graduação permite

que essas pessoas se insiram cada vez mais nos espaços da sociedade, o que garante a inclusão, e tenham “crescimento profissional”, como desejam os pais dos entrevistados.

A terceira e última categoria, denominada Futuro, diz respeito aos desejos dos pais sobre o futuro de seus filhos. Faz parte dessa categoria a subcategoria O que espera. Os responsáveis mencionaram que querem a independência dos filhos, a realização de seus sonhos, a superação das dificuldades encontradas, que trabalhem na área desejada e, principalmente, que os apoiem, como mostra o recorte a seguir.

“... que seja feliz... e que realize seus sonhos... seja independente... confiante em si mesmo... supere todas as suas dificuldades... que tenha sucesso profissional... que atue na área de graduação... estarei apoiando”

Percebe-se, a partir dos relatos, que os pais parecem mais confiantes com relação ao futuro dos filhos e este é um dado importante. Como mostra Lopes (2018), o diagnóstico de TEA é um período de luto para a família, pois é o descobrimento de que o filho não é uma criança típica. Nesse momento, muitas dúvidas e inseguranças surgem, mas com o passar dos anos, ver o filho ingressar na faculdade e estudar o que gosta parece diminuir essas inseguranças, o que é benéfico tanto para os pais como para o próprio filho.

A partir disso, percebe-se que o discurso dos filhos e pais possuem algumas similaridades. Por exemplo, tanto os alunos como os responsáveis compreendem as dificuldades enfrentadas pelos indivíduos com TEA ao ingressar no ensino superior. Ambos reconhecem a importância do suporte institucional a fim de diminuir ou lidar com esses desafios. Com isso, é importante garantir que os professores de alunos com essas deficiências sejam preparados, formados e sensibilizados para acolher os jovens da melhor forma possível. É importante lembrar, também, que o país conta com uma legislação que normatiza como deve ser o acesso à educação de pessoas com alguma necessidade, inclusive com autismo. Ou seja, as faculdades precisam cumprir o que foi estabelecido na Lei N° 13.146 (BRASIL, 2015) para, dessa forma, dar conta das demandas dos alunos que surgem ao longo do período da graduação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho teve como objetivo identificar os desafios enfrentados na inclusão de jovens com Transtorno do Espectro do Autismo no ensino superior. Considera-se que o objetivo foi atingido, uma vez que a partir das entrevistas realizadas foi possível perceber que os desafios giram em torno da dificuldade de socialização oriunda do próprio diagnóstico que os alunos possuem, como também do processo de adaptação ao modelo de ensino remoto que aconteceu devido a pandemia do Covid-19.

Além disso, foi identificado que a rede de apoio, tanto familiar como institucional, é de extrema importância na superação das dificuldades encontradas ao longo da graduação. Com base no relato dos alunos e seus responsáveis foi possível notar a importância que a graduação tem na independência e funcionalidade da vida de pessoas com TEA, sendo este um dos pontos positivos de ingressar na faculdade.

Uma das limitações do estudo se deu em razão do número reduzido da amostra, que foi composta por apenas quatro alunos e quatro responsáveis. Por

isso, para que fosse possível generalizar tais resultados seria interessante uma amostra mais representativa desse público. Contudo, a realização desse trabalho foi importante à medida que permitiu o estudo e conhecido do fenômeno em questão na cidade de João Pessoa.

Para concluir, ressalta-se a importância de inserir pessoas com TEA em todos os âmbitos da sociedade, inclusive nas faculdades de ensino. A realização do presente estudo foi importante pois trouxe evidências da necessidade de investir em redes de apoio para dar suporte à população em questão, que tanto precisa de inclusão no ensino superior. Espera-se que estudos como esse possa fornecer subsídios para a manutenção de políticas públicas voltadas para o ensino, aprendizagem e formação de indivíduos com Transtorno do Espectro Autista.

REFERÊNCIAS

ADREON, Diane; DUROCHER, Jennifer Stella. Evaluating the college transition needs of individuals with high-functioning autism spectrum disorders. **Intervention in School and Clinic**, v. 42, n. 5, p. 271-279. 2007.

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION - APA. Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais: **DSM-5**. Porto Alegre: Artmed, 2014.

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. **Diagnostical manual of mental disorders**, ed. 5. Arlington, VA: American Psychiatric Publishing. 2013.

ASSUMPTÃO JÚNIOR, Francisco Baptista; PIMENTEL, Ana Cristina Mageste. Autismo infantil. **International Review of Psychiatry**, v. 22, n. Supl I, p. 37-39. 2000.

BAIO, Jon *et al.* Prevalence of autism spectrum disorder among children aged 8 years—autism and developmental disabilities monitoring network, 11 sites, United States, 2014. **MMWR Surveillance Summaries**, v. 67, n. 6, p. 1. 2018.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**, ed. 4. Lisboa: Edições 70, 2011.

BORTOLOTTI, Patrícia Tascheto de Oliveira. **Como acontece o processo de socialização com crianças autistas**. 2009.

BOSA, Cleonice Alves. Autismo: intervenções psicoeducacionais. **Brazilian Journal of Psychiatry**, v. 28, p. s47-s53, 2006. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S1516-44462006000500007>>. Epub 12 Jun 2006. ISSN 1809-452X. <https://doi.org/10.1590/S1516-44462006000500007>.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 06 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, nº 127, 7 jul. 2015.

GELBAR, Nicholas W.; SMITH, Isaac; REICHOW, Brian. Systematic review of articles describing experience and support of individuals with autism enrolled in college and university programs. **Journal of Autism and Developmental Disorders**, v. 44, n. 10, p. 2593–2601. 2014.

HAPPÉ, F., RONALD, A. & PLOMIN, R. Time to give up on a single explanation for autism. **Nature Neurosci** 9, 1218–1220 (2006). <https://doi.org/10.1038/nn1770>

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Sinopse Estatística da Educação Superior 2011**. Brasília, 2012. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/web/guest/sinopses-estatisticas-da-educacao-superior>. Acesso em: 2, fev. 2022.

FERNANDES, Conceição Santos; TOMAZELLI, Jeane; GIRIANELLI, Vania Reis. Diagnóstico de autismo no século XXI: evolução dos domínios nas categorizações nosológicas. **Psicologia USP**, v. 31, 2020.

KAUFMANN, Jean-Claude. **A entrevista compreensiva: um guia para pesquisa de campo**. Editora Vozes Limitada, 2013.

KUCHNIER, Jociane. **Autismo e inserção escolar do aluno: trabalhando sua autonomia**. 2022

LOPES, Claudio Neves. Autismo e família: o desenvolvimento da autonomia de um adolescente com síndrome de Asperger e a relação familiar. **Revista diálogos e perspectivas em educação especial**, v. 5, n. 1, p. 53-66, 2018.

MELO, Sandra Cordeiro de; LIRA, Solange Maria de; FACION, José Raimundo. Políticas inclusivas e possíveis implicações no ambiente escolar. **Inclusão escolar e suas implicações**, v. 2, p. 53-76, 2008.

MORETT, Felipe Azevedo; HÜBNER, Maria Martha Costa. O estresse e a máquina de moer alunos do ensino superior: vamos repensar nossa política educacional? **Revista Psicopedagogia**, v. 34, n. 105, p. 258 – 267. 2017.

NUNES, Debora Regina de Paula; AZEVEDO, Mariana Queiroz Orrico; SCHMIDT, Carlo. Inclusão educacional de pessoas com Autismo no Brasil: uma revisão da literatura. **Revista Educação Especial**, v. 26, n. 47, p. 557-572, 2013.

ONZI, Franciele Zanella; GOMES, Roberta de Figueiredo. Transtorno do Espectro Autista: a importância do diagnóstico e reabilitação. **Revista Caderno Pedagógico**, v. 12, n. 3, 2015.

PINTO, RayssaNaftaly Muniz et al. Autismo infantil: impacto do diagnóstico e repercussões nas relações familiares. **Revista Gaúcha de Enfermagem**, v. 37, 2016.

RAPIN, Isabelle; TUCHMAN, Roberto F. Onde estamos: Visão geral e definições. **Autismo: Abordagem neurobiológica**. Porto Alegre: Artmed. 2009.

ROCHA, Telma Brito; MIRANDA, Theresinha Guimarães. Acesso e permanência do aluno com deficiência na instituição de ensino superior. **Revista Educação Especial, Santa Maria**, v.22, n.34. 2009.

ROSA, Fernanda Duarte. Autistas em idade adulta e seus familiares: recursos disponíveis e demandas da vida cotidiana. 2015.

SANINI, Cláudia; DE BRUM, Evanisa Helena Maio; BOSA, Cleonice Alves. Depressão materna e implicações sobre o desenvolvimento infantil do autista. **Journal of Human Growth and Development**, v. 20, n. 3, p. 809-815, dez. 2010.

SCHMIDT, Carlo; BOSA, Cleonice. Estresse e auto-eficácia em mães de pessoas com autismo. **Arquivos Brasileiros de Psicologia**, v. 59, n. 2, p. 179-191. 2007.

SCHMIDT, Carlos. **Autismo, educação e transdisciplinaridade**, 1ª ed. São Paulo: Papirus Editora, 2014.

SHMULSKY, Solvegi; GOBBO, Ken. Autism Spectrum in the College Classroom: Strategies for Instructors. **Community College Journal of Research and Practice**, v. 37, n. 6, p. 490 – 495, 2013.

Sinopse Estatística da Educação Superior 2018. Brasília: Inep, 2019. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/web/guest/sinopses-estatisticas-da-educacao-superior>. Acesso em: 2, fev. 2022.

SILVA, Isailde Alves dos Santos. **O papel do professor frente aos desafios da inclusão de aluno autista**. 2015.

SILVA, Solange Cristina da et al. Estudantes com Transtorno do Espectro Autista no ensino superior: analisando dados do INEP. **Psicologia Escolar e Educacional**, v. 24, 2020.

SMEHA, Luciane Najjar; CEZAR, Pamela Kurtz. A vivência da maternidade de mães de crianças com autismo. **Psicologia em Estudo**, v. 16, n. 1, p. 43-50, mar. 2011.

SHIBUTA, Vallery; DA COSTA, Igor Favaro; DOS SANTOS, Fernanda Pimentel. INCLUSÃO DO AUTISTA NO ENSINO SUPERIOR PÚBLICO. **Psicologia e Saúde em debate**, v. 7, n. 2, p. 1-11, 2021.

SYMES, WENDY & HUMPHREY, NEIL. (2012). Including pupils with autistic spectrum disorders in the classroom: The role of teaching assistants. *European Journal of Special Needs Education*. 27. 10.1080/08856257.2012.726019. Disponível em:

https://www.researchgate.net/publication/263567202_Including_pupils_with_autistic_spectrum_disorders_in_the_classroom_The_role_of_teaching_assistants

VAN HEES, Valérie; MOYSON, Tinneke; ROEYERS, Herbert. Higher education experiences of students with autism spectrum disorder: Challenges, benefits and support needs. **Journal of autism and developmental disorders**, v. 45, n. 6, p. 1673-1688. 2015.

VANBERGEIJK, Ernst; KLIN, Ami; VOLKMAR, Fred. Supporting more able students on the autism spectrum: Colleagues and beyond. **Journal of autism and developmental disorders**, v. 38, n. 7, p. 1359 – 1370. 2008.

VIEIRA, Neuza Maria; BALDIN, Sandra Rosa; FREIRE, Raísa Souza. Inclusão escolar de alunos com autismo: o que diz a literatura. **GT5-Educação, Comunicação e Tecnologia. s/dp**, p. 1-10, 2015.

VOLKMAR, Fred R.; WOLF, Julie M. When children with autism become adults. **World Psychiatry**, v. 12, n. 1, p. 79 – 80. 2013.

OS EFEITOS DA COMUNICAÇÃO NO AMBIENTE ORGANIZACIONAL: Estudo De Caso

Roberta Cabral de Oliveira¹
Marcio de Lima Coutinho²

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo analisar os efeitos da comunicação no contexto organizacional. Para isso, assumiu como metodologia de campo, de natureza descritiva por meio de levantamento de dados, com abordagem multimétodo. Participaram 96 indivíduos com idade média de 33,1 (DP=11,33), variando entre de 18 a 60 anos, desempenhando na área operacional 38% e o atendimento 35%, em relação ao sexo, 51% indicaram ser do sexo masculino, 48% se declaram solteiros, 41,2% informaram ter concluído o ensino médio. 83% salientaram que a comunicação é feita direto com o chefe imediato, destacando que as principais estratégias utilizadas são: reuniões (42%), telefone (41%). Conclui-se que no contexto organizacional uma boa comunicação possibilita benefícios que vão auxiliar na produtividade, além da distribuição e execução dos trabalhos por parte dos colaboradores em suas respectivas áreas de atuação, refletindo nos relacionamentos ao público tanto internamente como externamente. Assim, entende-se que a comunicação é fator essencial para a manutenção, desenvolvimento e ampliação de novos processos em busca da qualidade organizacional.

Palavras-chaves: Comunicação; Organizacional; Psicologia Organizacional.

ABSTRACT

This paper aims to analyze the effects of communication in the organizational context. For this, took on a field methodology, of descriptive nature through data survey, with a multi-method approach. There were 96 participants with an average age of 33.1 (SD = 11.33), ranging from 18 to 60 years, performing in the operational area 38% and customer service 35%, in relation to gender, 51% indicated being male, 48% declare themselves single, 41.2% stated that they had completed high school. 83% stressed that communication is done directly with the immediate boss, highlighting that the main strategies used are: meetings (42%), telephone (41%). It is concluded that in the organizational context a good communication enables benefits that will help productivity, as well as the distribution and execution of the work by the employees in their respective areas of activity, reflecting on relationships with the public both internally and externally. Therefore, it is understood that communication is an essential factor for the upkeep, development and expansion of new processes in search of organizational quality.

Keywords: communication; Organizational; Organizational psychology.

INTRODUÇÃO

Vivemos em uma sociedade cercada de organizações, trabalhamos nelas,

¹ Graduanda do curso de Psicologia do UNIESP. E-mail: roberta.psi04@gmail.com.

² Professor Orientador do curso de Psicologia do UNIESP. E-mail: marcio@iesp.edu.br

usufruímos daquilo que é produzido por meio delas, vivenciamos a maior parte do nosso tempo e de nossas vidas dentro delas, é incrível a diversidade de organizações existentes são empresas, bancos, financeiras, escolas e universidades, hospitais, lojas e comércio, shopping centers, supermercados, postos de gasolina, restaurantes, estacionamentos, entre tantas outras. São através das organizações que são produzidos bens e serviços de mais diferentes naturezas e características, proporcionam conveniências, divertimentos, agregam valor e riqueza, distribuem conhecimento e saúde e educação também proporcionando inovação e facilitando o desenvolvimento tecnológico e social. (CHIAVANETO, 2021).

A diversidade de organizações é incontável e estão presentes de diferentes formas em nosso dia a dia, somos tantos beneficiados como também trabalhadores inseridos dentro delas, nenhuma organização é igual à outra cada uma possui a sua especificidade e sua forma de executar os seus serviços oferecidos, cada uma com sua cultura, com seus diversos tamanhos, missão e visão, sendo nacionais e internacionais mais todas com os seus objetivos. As organizações fazem parte de um mundo maior. Elas não existem isoladas ou insuladas, nem são autossuficientes. Elas não vivem sozinhas. Na verdade, são sistemas que atuam dentro de sistemas e estão inseridas em um meio ambiente constituído por outras organizações. (CHIAVANETO, 2021).

Diante do que foi até aqui demonstrado podemos ter conhecimento como estamos cercados por organizações em nossas vidas e em nosso dia a dia. algo que é encontrado dentro das organizações em todos os seus setores que a compõe, temos a comunicação sendo responsável por interligar a todos os colaboradores, tendo como finalidade um papel importante de facilitar o processo de tomada de decisões, compartilhamento de informações, manuseios de situações, instruções, entre outras atividades que são recorrentes a comunicação. Entendendo o quanto é importante, pois através da comunicação que ocorre o processo de interação e também partilhado o mesmo interesse para alcançar os mesmos objetivos comuns, sendo indispensável o seu papel, pois através da comunicação que se obtém o entrosamento entre as pessoas, sem a mesma as pessoas ficariam insuladas, sozinhas, sem contato entre si, entendendo que nenhuma pessoa vive insulada ou são autossuficientes é necessário de convívio e troca e isso pode ser vivenciado através da comunicação e visto no contexto organização, onde se tem uma relação continua com outras pessoas e outros ambientes por meio da comunicação. (SILVA; BALDISSERA, 2021).

Sabemos que no meio desse percurso de comunicação podem existir ruídos que atrapalhem esse trajeto dessas informações, causando efeitos negativos como estresse e insegurança por ter informação incompleta ou não entendimento da mesma informação fazendo com que o receptor da mensagem recebida não consiga executar o que foi perdido da melhor maneira por conta da falha na informação ou compreensão do que foi passado (TORQUATO, 1998).

Acrescentando-se quando existem ruídos na comunicação, que podem ser desatenção por parte do destinatário, dificuldade de expressão por parte do remetente, falhas físicas no ambiente ou no canal de comunicação, o resultado pode gerar desentendimentos com desdobramentos diversos envolvendo a empresa, os processos, os produtos, os colaboradores, podendo causar perdas diversas. (LOPES 2019. p.13). A compreensão e a maneira que é a comunicação são realizadas e recebida é algo muito importante para ser averiguado, já que muitas vezes ocorre que se tem o compartilhamento da informação, porém não se tem o

entendimento do que foi compartilhado, sendo algo a se observar dentro das empresas a maneira da linguagem que se é utilizada e os seus meios de comunicação que é apresentado e se conseguem de forma satisfatória abranger todos os grupos da instituição. (MONTEIRO, CAROLINE et al., 2021).

Também visando identificar o ponto principal de onde está ocorrendo essas falhas ou acertos na comunicação verificando se é um erro da empresa em si ou dos colaboradores que não estão utilizando a maneira correta para a troca das informações, tendo o conhecimento que a comunicação tem seus efeitos diante da maneira que for utilizada sendo de forma negativa ou positiva que agregue na organização ao todo. Diante disso, tendo conhecimento da importância da comunicação em todas as áreas das nossas vidas e de fato no campo organizacional onde passamos a maioria do nosso tempo, este trabalho vem com o intuito de estudar e analisar quais os principais efeitos que a comunicação tem como influencia no campo organizacional, possíveis queixas, falhas e variáveis que influenciem na comunicação no campo organizacional, e o efeito que é causada através dela tanto de forma positiva e negativa (PAIVA et al., 2021).

A comunicação sendo uma das principais ferramentas fundamental para a interação e compartilhamento de informações, sendo de forma verbais e não verbais, de forma externa e interna tem grande importância no campo organizacional onde através dela são compartilhadas os mesmos objetivos em comum entre os colaboradores. As organizações é um campo do qual percorre muitas informações por isso é importante identificar se a comunicação está sendo realizada de forma clara e tendo compreensão para os receptores da mensagem passada para que assim possa se obter bons resultados. (FERREIRA et al., 2017).

Com base ao exposto, surge a pergunta norteadora de pesquisa: Quais os efeitos podem ser causados no ambiente organizacional através da comunicação? Para alcançar responder ao questionamento, estabeleceu-se como objetivo geral: analisar os efeitos da comunicação no contexto organizacional, e especificamente; traçar o perfil sociodemográfico dos participantes, identificar os efeitos causados nos colaboradores através da comunicação sendo de forma positiva ou negativa e por último verificar as ferramentas que podem contribuir para uma boa comunicação.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A comunicação tem extrema importância no contexto humano se fazendo presente a muito tempo, Defini-se a “ Comunicação” como “ Ação ou efeito de comunicar, de transmitir ou de receber ideias, conhecimento, buscando compartilhar informações “ (COMUNICAÇÃO 2021) A comunicação significa tornar comum aos outros os nosso pensamentos, com relação a comunicação é visível que um dos seus principais objetivo seja o compartilhamento de informações, podendo ocorrer de forma verbal ou não verbal, externa ou interna, A Onde quer que nos encontremos iremos nos deparar com a comunicação em diversos contextos diferentes, sejam nas relações afetivas, familiares, grupos de amigos, Igrejas, descrições de mercadorias, mídias sociais, profissional, a comunicação está em volta do mundo e o mundo em volta da comunicação.

A comunicação é um dos pontos de ligação entre as pessoas onde compartilham informações, valores, pensamentos, mensagens, sentimentos, objetivos, ideias, práticas, podendo somente acontecer entre duas pessoas ou mais, sendo aquela que faz o envio da mensagem e a outra que vai receber, sendo assim acontecendo o ato da comunicação. Dentro das organizações são necessários

colaboradores que sejam bem informados do que acontece tanto dentro e fora da organização dessa forma os fazendo sentir mais integrado da própria instituição de trabalho, sabendo que a comunicação dentro do contexto organizacional é muito importante já que é um local onde se percorre inúmeras informações todos os dias e a troca dessas mesmas informações é realizado quase todo momento podendo influenciar a produtividade e os relacionamentos entre os funcionários e sua gestão. (LEMES, 2012).

Segundo Chiavenato (2021), a comunicação é vital imprescindível para o comportamento das organizações, dos grupos e das pessoas. Em geral a comunicação apresenta quatro funções básicas em uma organização, grupo ou pessoa: controle, motivação, expressão emocional e informação, cada uma com sua importância funcionalidade, de forma resumida. O controle está relacionado quando as pessoas seguem normas e procedimentos de trabalho ou quando comunicam qualquer problema de trabalho ao seu superior imediato, eles estão fazendo com que a comunicação tenha função de controle. A comunicação promove a motivação quando se estabelece o que uma pessoa deve fazer, avaliar seu desempenho e orientar sobre metas ou resultados a alcançar. E a expressão emocional constitui dentro do grupo uma maneira pela qual as pessoas possam expressar seus sentimentos, suas satisfações e insatisfações.

É perceptível como é importante à comunicação no sistema organizacional, sabendo que sua boa utilização pode trazer bons resultados e eficácia, de forma contrária o mau uso pode ocasionar transtornos e efeitos negativos para a organização. Segundo Lopes (2019) quando existem ruídos na comunicação, que podem ser desatenção por parte do destinatário, dificuldade de expressão por parte do remetente, falhas físicas no ambiente ou no canal de comunicação, os resultados podem gerar desentendimentos com desdobramentos diversos envolvendo a empresa, os processos, os produtos, os colaboradores, podendo causar perdas diversas

É interessante ressaltar que a comunicação no contexto organizacional grande parte é realizada por pessoas salientando que o meio de comunicação desses colaboradores tem suas influências pessoais na maneira de falar e até mesmo sua escrita, influência essa que ocorre devido as suas crenças, experiências, ordem cultural entre outras características que se pode ter como influência na interpretação tanto no envio como no recebimento da informação, por isso é importante ter o cuidado da forma que é compartilhada informação devido os efeitos que podem ocorrer dentro da organização tanto nos resultados de produtividade como também com os colaboradores.(BRATT, 2013).

O processo de comunicação nem sempre funciona adequadamente. Ele depende dos sete componentes que o constituem. Nem sempre a mensagem que é decodificada pelo destinatário é idêntica à mensagem que o emissor pretendia transmitir. Em todo processo de comunicação, existem barreiras que servem como obstáculos ou resistências à comunicação entre as pessoas. São variáveis indesejadas que intervêm no processo e que o afetam negativamente, fazendo com que a mensagem tal como é enviada se torne diferente da mensagem tal como é recebida. (CHIAVENATO, 2021).

Diante da falha ocorrida na comunicação surgem alguns efeitos que são ocasionados, Segundo Dias e Nascimento (2016), a carência de uma comunicação eficaz gera intranquilidade no grupo de trabalho, pois os prejuízos trazidos à empresa por causa dela trazem desequilíbrio para a corporação como baixa produtividade e motivação, podendo trazer aumento de estresse e conflitos no

ambiente de trabalho.

Diante de que os colaboradores tenham conhecimento das informações dos objetivos da empresa que estão inseridos isso facilita na execução das suas funções, nos relacionamentos, na formulação de ideias, soluções de problemas, melhorias nos processos e até mesmo inovações para toda organização. Lopes (2014), Relata que o diálogo é fundamental para a produtividade e competitividade da organização e para a realização e satisfação dos colaboradores. Assim, cria-se um ambiente equilibrado, onde os funcionários se sintam motivados em fazer parte da empresa, dialogando com suas ideias e desempenhando suas tarefas para obter resultados.

Um dos efeitos que pode ser identificado com a influência de uma comunicação inadequada, pode ocorrer é o estresse, Segundo Hollenbeck e Hollenbeck (2019), o estresse é um estado emocional desagradável que ocorre quando as pessoas estão inseguras de sua capacidade para enfrentar um desafio percebido em relação a um valor importante, segundo os autores a definição do estresse pode ser dividida em três componentes principais, primeiro componente seria o desafio percebido, enfatiza que o estresse surge das interações entre as pessoas e sua percepção do ambiente, segunda definição a importância dos valores. É o último componente dessa definição. O terceiro componente, a incerteza da resolução, enfatiza que a pessoa intérprete a situação em termos da percepção da probabilidade de lidar satisfatoriamente com o desafio.

Nogueira e Codato (2019) salientam que a comunicação dentro das organizações se torna uma exigência para garantir a eficiência nos processos e na produtividade. Além de integrar os colaboradores e desenvolver a imagem da empresa, também incentiva os funcionários a produzir com maior qualidade e obter bons resultados para a organização. Nesse sentido, a comunicação consegue influenciar grandes componentes dentro da organização não é diferente também que ela tende a influenciar também a produtividade da empresa, uma comunicação inadequada dentro das organizações pode resultar em uma improdutividade.

Ainda na visão dos autores supra citados, “[...] individualismo e a centralização das informações tornam o ambiente de trabalho tenso” (NOGUEIRA; CODATO, 2019, p.23). Os colaboradores não executam com eficiência suas funções, dificultando a tomada de decisão e induzindo ao erro, por conta das informações mal disseminadas ou nem transmitidas. Essas questões incidem diretamente na produtividade da organização. ” os gestores buscam sempre da melhor forma para que os resultados da empresa possam não se encontrar em baixa produtividade o efeito que a comunicação realizada de forma incorreta possa está relacionada com esse efeito de pouco rendimento dos seus colaboradores em seus resultados é devido que algumas orientações não são realizadas ou compreendidas da maneira correta, causando assim insegurança no colaborador ou até mesmo no gestor que vai encaminhar as informações causando um baixo rendimento dos funcionamento afetando justamente nos resultados da produtividade.

Outro efeito também que pode ser encontrado ocasionado por conta de uma comunicação inadequada é os conflitos nos relacionamentos interpessoal no ambiente organizacional, diante de que muitas vezes os funcionários não conseguem ou tem informações sobre qual objetivo da solicitada atividade causa certa insatisfação nos mesmo devido à falta de orientação e forma de manejar presente atividade, Lopes (2014.p.6) argumenta que: “ sem a comunicação, atrapalhamo-nos no pensar, no fazer e viver [...].” Segundo a visão deste autor,

entende-se que funcionários insatisfeitos não terão motivação para aumentar a produção e com qualidade, o que pode ocasionar a rotatividade de pessoal, sendo prejudicial para a produtividade, que, segundo Lemes, (2012), mede a relação entre a produção e os fatores produtivos, representados também pelo trabalho humano. Portanto, gera a entrada de mais recursos do que de saídas na produção.

METODOLOGIA

Esta pesquisa se configura como sendo descritiva, de campo com uma abordagem quantitativa. Segundo Andrade (2010), a pesquisa descritiva descreve os fatos como eles são observados, registrados, analisados, classificados e interpretados, sem que o pesquisador interfira neles. Isto significa que os fenômenos do mundo físico e humano são estudados, mas não manipulados pelo pesquisado, para Marconi e Lakatos (2021) traz que o estudo de campo em que o objeto é abordado em seu ambiente e a coleta de informações é realizada nas condições naturais em que os fenômenos ocorrem.

Ainda segundo estes autores, a abordagem multimétodo apoia em um modelo de conhecimento chamado positivista, em que prevalece a preocupação estatístico-matemática e tem a pretensão de ter acesso racional à essência dos objetos e fenômenos examinados. Tem como característica a configuração experimental. (MARCONI; LAKATOS, 2021).

Participaram do estudo 96 participantes que estejam em atividade laboral, utilizando como critério de inclusão: de ambos os sexos, tendo qualquer nível de escolaridade, trabalhadores com tempo de contrato a partir de três meses, e que possuam a idade igual ou superior a 18 anos. Foram excluídos os participantes que: não responderem a todas as perguntas e não assinaram o termo de consentimento livre e esclarecido.

Utilizou-se dois instrumentos para a coleta dos dados, o primeiro questionário sociodemográfico e o segundo Instrumento de Avaliação para otimizar a comunicação interna na unidade de trabalho. O Questionário sociodemográfico foi aplicado no momento inicial tendo como objetivo a caracterização da amostra, buscando identificar as seguintes variáveis: idade, sexo, estado civil, escolaridade, classe social, religiosidade, tempo de trabalho, setor onde atual renda mensal, entre outros. O segundo instrumento desenvolvido por Bertucci, Fragalle e Reis (2021) tem como objetivo verificar como ocorre a comunicação dentro das organizações de forma interna e analisar diversas situações e percepções dos funcionários acerca da comunicação e como a mesma ocorre de maneira acessível, e os seus efeitos no trabalho.

Os presentes dados da pesquisa foram coletados através do formulário do Google forms, do qual foi compartilhado por meio de redes sociais como whatsapp, instagram. Depois de toda coleta, os dados foram exportados para o excel sendo analisados se estava dentro dos criterios da pesquisa e se havia sido respondidas todas as perguntas, mediante a isto foi selecionado as respostas adequadas e estudadas para realizar presente estudo.

RESULTADO E DISCUSSÃO

Afim de responder ao primeiro objetivo específico “traçar o perfil sociodemográfico dos participantes do estudo”, realizou-se as análises estatísticas onde os resultados podem ser observados na Tabela 1.

Tabela 1- Resultados sociodemográfico

Variáveis Sócio demográfico	Resultados %
Sexo	
Feminino	49%
Masculino	51%
Faixa Etária	
18-30 Anos	50%
31-41 anos	25%
42-50 anos	14%
51-60 anos	11%
Estado civil	
Solteiro (a)	46%
Casado (a)	40%
Divorciado (a)	6%
União estável	8%
Escolaridade	
Superior Incompleto	28%
Superior completo	22%
Médio Incompleto	7%
Médio completo	43%
Profissão	
Administrativo	27%
Operacional	38%
Atendimento	35%
Religião	
Católico	41%
Evangélico	53%
Espirita	1%
Nenhuma	6%
Rendimento familiar	
Até R\$500,00	1%
Entre R\$ 500,00 a R\$ 1000,00	3%
Entre R\$ 1000 a R\$ 1.500,00	21%
Entre R\$ 1.500,00 a R\$2.000,00	19%
Acima de R\$ 2.000,00	56%
Ha quanto tempo se encontra Vinculado na empresa ?	
3-6 meses	15%
1-6anos	46%
7-12anos	23%
13-40 anos	17%

Fonte: dados da pesquisa.

De acordo com a Tabela 1, observou – se a participação de 96 ,com média de idade 33,1 (DP=11,33), variando entre de 18 também foi demonstrando dos resultados a quantidade do sexo que teve como publico de 49% sendo feminino e 51% composto pelo sexo masculino, a pesquisa obteve como estado cívil

predominante solteiro com 48% e tendo também 38,2% Sendo casado. Diante da coleta dos dados do sociodemográfico também é realizado o levantamento à quantidade dos participantes referente a escolaridade que teve como resultado 41,2 % de pessoas com o Ensino médio completo seguindo ao resultado de 29,4% dos participantes cursando o Ensino Superior, no questionário também coleta o rendimento mensal familiar que predominou os resultados 56,9% referente ao valor de R\$ 2000,00 e o mínimo 2% que corresponde a pessoas que recebe até R\$ 500,00. Dentro desses resultados foram apresentados os resultados da coleta de dados referente ao questionário sociodemográfico.

Quando perguntado “se for preciso se ausentar por um breve período, você avisa”, as respostas podem ser observadas na tabela 2.

Tabela 2 - Resultados da “se for preciso se ausentar por um breve período, você avisa”.

	Dados Brutos	Porcentagem (%)
Chefia Imediata	80	83%
Secretária	2	2%
Telefonista	2	2%
Colega de Trabalho	2	2%
Mais de uma Pessoa	10	10%

Fonte: Dados da Pesquisa.

Como pode ser verificado na Tabela 2, a chefia imediata foi a que mais se destacou com 83%, o que denota um respeito hierárquico entre os colaboradores dentro do ambiente organizacional. Para Vanessa (2012), os canais de informações influenciam a eficácia da comunicação, além de que as diferenças hierárquicas ajudam a determinar quem irá comunicar-se com quem.

Em relação a avaliação dos instrumentos da eficácia dos meios utilizados no ambiente organizacional, os dados podem ser visualizados na Tabela 3 a seguir:

Tabela 3 – Resultados da “classifique os instrumentos quanto a sua eficácia”

Categoriais	Classificação	Dados Bruto	%
Memorando	Sem Eficiência	6	6%
	Pouca Eficiência	13	14%
	Neutro	14	28%
	Eficiente	38	40%
	Muito Eficiente	12	13%
Telefone	Sem Eficiência	0	0%
	Pouca Eficiência	11	11%
	Neutro	10	10%
	Eficiente	36	38%
	Muito Eficiente	39	41%
Quadro de Aviso/ Mural	Sem Eficiência	6	6%
	Pouca Eficiência	22	23%
	Neutro	16	17%
	Eficiente	33	34%
	Muito Eficiente	19	20%
Reuniões	Sem Eficiência	1	1%
	Pouca Eficiência	8	8%
	Neutro	9	9%

	Eficiente	38	40%
	Muito Eficiente	40	42%
Seminários	Sem Eficiência	5	5%
	Pouca Eficiência	15	16%
	Neutro	26	26
	Eficiente	30	31%
	Muito Eficiente	31	21%
Escaninhos	Sem Eficiência	8	8%
	Pouca Eficiência	17	18%
	Neutro	39	41%
	Eficiente	25	26%
	Muito Eficiente	7	7%
Contato/ Pessoal	Sem Eficiência	1	1%
	Pouca Eficiência	5	5%
	Neutro	4	4%
	Eficiente	37	39
	Muito Eficiente	49	51%
Interfone	Sem Eficiência	10	12%
	Pouca Eficiência	12	13%
	Neutro	28	29%
	Eficiente	33	34%
	Muito Eficiente	13	14%

Fonte: dados da pesquisa

De acordo com a Tabela acima, observou – se que a variável reuniões foi a que apresentou melhor eficácia (42%), seguido da categoria telefone que obteve 41%. Ressalta que os piores indicadores com as variáveis escaninho (7%), memorando (13%). De acordo com o estudo de Ventura (2012) A maioria das organizações ainda utiliza sobretudo a escrita como forma predominante de realizar a comunicação, usando para isso meios diferentes Porém, a comunicação oral é também um meio eficaz, rápido e recíproco de transmitir informações aos colaboradores e chefias, o que se faz na maior parte das vezes através das reuniões. A comunicação eletrônica e audiovisual é a mais utilizada no momento pois abarca palavras e imagens, é eficaz e veio revolucionar a comunicação interna. Vale destacar que os instrumentos de comunicação são muito importante pois através delas que são passada as informações necessárias para compartilhamento.

No levantamento dos dados segue na tabela 4 os resultados acerca da frequência que é desenvolvidas atividades referente a comunicação, Abaixo resultados.

Tabela – 4 “ Resultado das frequência que é desenvolvidas atividades de comunicação.

Categorias	Classificação	Dados Bruto	%
Chefia Geral	Facíl	41	41%
	Muito Facíl	44	46%
	Não Tão Facíl	11	14%
Chefia Adjunta	Facíl	38	40%
	Muito Facíl	50	52%
	Não Tão Facíl	8	8%
Setores Admnistrativos	Facíl	34	35%
	Muito Facíl	45	47%
	Não Tão Facíl	17	18%
Pesquisadores	Facíl	37	39%

Técnicos	Muito Fácil	23	24%
	Não Tão Fácil	36	38%
Vigilância	Fácil	39	41%
	Muito Fácil	44	46%
	Não Tão Fácil	13	14%
Recepção	Fácil	32	41%
	Muito Fácil	56	58%
	Não Tão Fácil	8	8%
Pessoal da Limpeza	Fácil	30	31%
	Muito Fácil	60	63%
	Não Tão Fácil	6	6%
Oficina de Mecânica	Fácil	35	36%
	Muito Fácil	22	23%
	Não Tão Fácil	39	41%

Fonte: dados da pesquisa

Conforme a tabela acima pode – se observar os resultados de algumas variáveis que se destacam como chefia geral (46%) juntamente com chefia adjunta (52%) e pessoal da limpeza (63%) e também em destaque setores administrativos (47%) e recepção com (58%) também se observou as variáveis que obteve baixo indicadores sendo eles oficina de mecânica (36%). Diante dos resultados podemos observar que não tem uma diferença gritante quando se trata das áreas que englobam os gestores e os serviços de atendimentos que a facilidade encontrada para fazer uma comunicação com os representivos setores é muito mais elevada do que a impossibilidade fazer algum tipo de contato com os mesmos.

De acordo com Silva (2009) a comunicação de gerência é quando a fonte mais expressiva da comunicação nas organizações é o gerente, pois ele se posiciona como linha intermediária, sendo o pólo emissor e receptor de informações, transmitindo informações para baixo e para cima, para subordinados e chefe. Ou seja os funcionários sentem uma confiabilidade maior quando as informação vem direcionadas dos seus gerentes ou de posições superiores. Os setores referente a Recepção obteve como comunicação diaria 55% obtendo destaque diante que os colaboradores realizam essa comunicação todos os dias diante da acessibilidade encontrada para troca de informações, lembrando que a recepção dentro de muitas empresas se enquadra no quadro administrativo ou atendimento.

Na seguinte tabela 5 segue os resultados relacionado a questionamento de como “classifica a implantação de comunicação via rede de computadores podendo observar nas suas alternativas como “muito importante”, “ de relativa importância” “ sem importância” podemos analisar a seguir os resultados.

Tabela 5- Resultados da " classificação da implantação da comunicação por meio do computador"

Classificação	Dados Bruto	%
De Relativa Importância	13	14%
Muito importante	82	83%
Sem importância	3	3%

Fonte: dados da pesquisa.

Observa – se dentro do contexto organizacional que a utilização do

computador ainda no presente momento continua sendo umas das ferramentas mais utilizadas que traz benefícios para os serviços tanto do colaborador como da organização da qual se é utilizando, sabendo se que a funcionalidade que o computador possui como através dele mandar e-mail e responder imediatamente, envio de documentos, vídeo chamadas para reuniões, programas que facilitam as atividades, através do computador é capaz de transmitir e enviar informações e realizar comunicações que atravessam fronteiras, com base no resultados podemos ver que a classificação “ De muito importante obteve o resultado de 83% juntamente com a classificação de “Relativa importância” com 14% isso só reafirma a importância que a utilização de computador tem como ferramenta dentro das organizações.

Vanêssa (2012) Fala que Na era da informação e em um momento em que a tecnologia é disponibilizada, a habilidade no processamento de dados e a transformação desses dados em informações prontas para serem usadas nas tomadas de decisões, representa uma oportunidade valiosa na melhoria do processo de comunicação no mundo dos negócios e enfatiza que Em decorrência disso, a comunicação eletrônica veio para facilitar a vida das organizações, trazendo agilidade, comodidade e baixo custo para as empresas.

Na tabela 6 se confere os resultados referente a classificação da implantação via computadores, a seguir:

Tabela 6- Resultados da questão " como classifica a implantação de comunicação via computadores".

Categorias	Dados Bruto	%
Através da Telefonista	2	2%
Quadros de Avisos	7	7%
Não toma conhecimento	5	5%
outra fonte	9	9%
Próprio Colega	34	35%
Recursos Humanos	31	32%
Secretária	6	6%
Outras Pessoas	2	2%

Fonte: dados da pesquisa

Observa-se nos resultados presente o fluxo que a comunicação circula relacionado as informações importantes para os colaboradores, a atual pergunta nos faz analisar como é o encaminhamento de tal informações e do canal de comunicação que os colaboradores se informam se está de férias ou não. Com análise nos resultados, se depara que 35% sabem das informações por seus próprios colegas de trabalho, esse levantamento nos tras uma indagação de como esses colegas tiveram acesso a essas informações , já que esse resultado se destaca até mesmo do próprio setor de recursos humanos que teve 32% de confirmação dos participantes que recebem por esse setor a informação, sabendo que o setor de recursos humanos é um dos responsável juntamente com o departamento pessoal por organizar, informações, contratações, demissões, contra-cheques, pontos, férias dos funcionários, sendo como um dos setores cabeça dentro da empresa por gerenciar e organizar tudo que é relacionado aos funcionários sendo um dos principais ponto de acesso para informações deste tipo. Esses resultados também reforça a importancia dos relacionamentos que são existente dentro do contexto organizacional através dos colaborades, esses resultados afirmam quanto esses

vinculos são construídos dentro desse campo de trabalho.

Conforme Ventura (2012) comunicar é muito mais que informar, é ter capacidade para empolgar, envolver e manter os recursos humanos pois todos possuem o seu valor e tendem a actuar de forma a ajudar a organização que terá de ter capacidade para delinear uma estratégia global de comunicação e tudo o que for comunicado deverá sê-lo em sintonia. König (2012) também fala a respeito que ocorrem, também, as comunicações ambíguas, em razão a falta de sincronização entre os canais de emissão e recebimento de mensagens.

Segue na tabela 7 os resultados acerca do questionamento a respeito da utilização do quadro de aviso e período, os resultados seguem na tabela 7.

Tabela 7 - Resultados da Frequência que são lidos os Quadros de Aviso"

Classificação	Dados Bruto	%
Todos os dias	50	52%
Semanalmente	20	21%
Quinzenalmente	3	3%
Nunca	15	16%
Mensalmente	8	8%

Fonte: dados da pesquisa.

Mediante a tabela 7, pode-se identificar dentro do questionamento “ com que frequência são lidos os quadros de avisos” dentro das instituições, lembrando que não são todas que oferecem esse tipo de comunicação visual para os colaboradores, diante de que muito se tem passado as informações por meios de canal da internet como e-mail, whatsapp, chats e programas de comunicação, mesmo assim muitas empresas ainda utilizam desse instrumento de comunicação, Sabendo que é extremamente importante que essa comunicação exposta seja realizada de forma coesa e bastante clara para o entendimento de todos devido conforme os resultados da pesquisa demonstra que os colaboradores com 52% visualizam todos os dias esse meio de comunicação e apenas um percentual de 3% que procuram visualizar as informações no quadro de avisos, ou seja uma minoria que não utiliza de tal ferramenta de comunicação, diante disto reforçando tamanha importância da escrita, conforme Vanêssa (2012), ressalta a importância que Além de serem caminhos para a comunicação, os canais também são meios de enviar mensagens.

Tabela 8 - Resultados do Nível do interesse dos colabores a receber informações pertinentes á organização por intermédio do boletim informativo.

Classificação	Dados Brutos	%
Indiferente	5	5%
Muito Interessante	63	66%
Nenhum interesse	4	4%
Pouco Interesse	24	25%

Fonte: dados da pesquisa

Toda essa discussão nos leva para o outro questionamento acerca do “do Nível do interesse dos colabores a receber informações pertinentes á organização por intermédio do boletim informativo” pode – se obersevar como esses meios estão interligados quando se trata de canais de informações, valendo salientar que dentro do contexto atual onde se é usado a tecnologia, ainda se encontra meio de

comunicação que utiliza de forma escrita a intencionalidade compartilhar as informações, os resultados demonstram que 63% pessoas utilizam ainda e desejam o boletim informativo como instrumento de comunicação e apenas com percentual 4% de participantes informaram que não tinha interesse de tal meio, Sabendo que segundo (NOGUEIRA; CODATO, 2019).

Ainda segundo ao mesmo autores com o processo de comunicação deve estar em conformidade, sendo realizado de forma completa para que todos os envolvidos compreendam a informação transmitida, tornando as ideias em comum, com pleno entendimento, seja a mensagem disseminada de forma oral, escrita, por gestos ou pelo corpo.

Nos resultados demonstrado na tabela 9 a seguir, é analisado a respeito do questionamento acerca da comodidade de um espaço físico central com todas informações.

Tabela 9 - Resultados de dados do questionamento acerca da comodidade que os colaboradores gostaria de um espaço físico que centralizassem todas as informações possíveis.

Classificação	Dados Bruto	%
Indiferente	5	5%
Sim	81	84%
Não	10	10%

Fonte: dado da pesquisa.

Pensando no cotidiano dentro das organizações é necessário se pensar que diante dessa correria e da locomoção que pode ser gerada para se obter informações, é interessante que se tenha um canal de informações onde os colaboradores pudessem acessar e conseguir as informações necessárias que estava precisando, no resultado da pesquisa pode observar dentro das repostas dos participantes que 84% afirmam que gostariam que houvesse um espaço físico que centralizassem todas informações, porem do outro lado da pesquisa demonstra que apenas 5% se sente indiferente a este requerimento. Sabe que a importância que a comunicação tem e o quanto maior for a flexibilização de obter-la é vista como um ganho para os colaboradores e até mesmo a organização. Para Ventura (2012), a comunicação interna deverá assim, na nossa opinião, conseguir: informar e integrar todos os colaboradores; proporcionar a todos os conhecimentos das transformações ocorridas no ambiente de trabalho; envolver os colaboradores no andamento dos negócios; e facilitar a comunicação organizacional – ser clara e objectiva o que ajudará a facilitar a interacção com todos os sectores a laborar de forma a tornar possível o envolvimento de todos os colaboradores com os objectivos da organização. Ou seja pensar em local ou programa que venha proporcionar dentro do campo organizacional é de extrema importancia.

Na seguinte tabela 10, segue os resultados referente a pergunta “como vê a divulgação interna dos assuntos gerais”:

Tabela 20 -Resultados da " como é visualizada a divulgação interna de assuntos gerais"

Classificação	Dados Bruto	%
Não sabe	3	3%
Não são bem	3	3%

divulgadas		
São bem divulgadas	46	48%
São divulgadas parcialmente	44	46%

Fonte : dados da pesquisa.

Pode- se compreender a importancia da comunicação dentro do mundo, diante disso não se torna diferente a sua funcionalidade dentro das organizações já que seu maior intuito e compartilhar informações, orientações para que diante de uma boa comunicação se possa obter produtividade, bons resultados, um bom relacionamento interpessoal e colaboradores satisfeitos com a maneira da qual ela funciona, levando em consideração foi questionada aos participantes da pesquisa se as informações internas era bem divulgadas, lembrando que uma boa comunicação dentro do contexto organizacional faz toda diferença, sabendo – se que ela pode contribuir e também prejudicar, por isso é de extrema importancia a divulgação interna dentro do contexto organizacional porque através de uma boa divulgação de informação isso gera no colaborador uma segurança e confiabilidade na execução das atividades e serviços, lembrando que em qualquer situações em nossas vidas que não obtemos tudo que é necessário saber, nos sentimos inseguro e executando de forma incorreta, diante disso os resultados mostra que 46% são bem divulgadas e apenas 3% contraria que as informações não são compartilhadas,

De acordo com Barbosa (2007) Mas se não for aplicada e divulgada de forma correta, a comunicação interna além de proporcionar benefícios para a empresa, também pode ser uma fonte geradora de problemas, comprometendo seu desenvolvimento organizacional.

Os dados coletados na pesquisa foram categorizados e analisados através do conteúdo prospoto por Bardin (2010) o resultado do material das unidades de conteúdo resultou na somatória 96 respostas de contextos que permitiu a divisão de 3 categorias e 9 subcategorias. As categorias foram classificadas em: Reunião, Acolhimento, comunicação, conforme o quadro 1.

A primeira categoria classificada por Reunião foi dividida em quatro subcategorias: a) Estratégias ; b) Ferramentas tecnológicas; c) canais de comunicação. A segunda foi classificada acolhimento, foi dividida em três subcategorias sendo elas a) dinâmica; b) escuta ativa; c) relacionamento interpessoal. A terceira classificada por comunicação deu origem a três subcategorias a)tipos de comunicação; b) motivação; c) feedbacks positivos. (ver tabela11).

Quadro 1 - Resultados da Questão: Na sua opinião, como a empresa pode melhorar a comunicação interna de seu ambiente de trabalho.

Categorias	Subcategorias	Unidades Temáticas	f	%
Estratégias $\Sigma = 38$ 40%	Reunião	Reuniões (18) atividades de socialização, trabalho multidisciplinar () melhorar os sistemas operacionais inerentes a atividades de presente () palestras semanalmente ou quinzenalmente abarcando todos os profissionais presentes na empresa ()	21	22%
	Ferramentas tecnológicas	Criando lista de transmissão ou plataforma digital que facilitasse o contate entre setores (2) whats app (5) através das redes sociais (2) agendas compartilhadas () através de teans e email () por meio de aplicativos como o Trello ()	12	13%

	Canais de comunicação	Quadros de aviso (3) diario de bordo com tudo que acontecer e for relavante para todos () telefones fixos , radios, celulares ()	5	5%
Acolhimento Σ: 19 20%	Dinâmicas	Interação mais dinâmica (7) atividades dinâmica () fazendo dinâmica periodicamente () dinâmicas bem elaboradas ()	9	9%
	Escuta ativa	Ouvir e entender mais o funcionário (2) dando abertura de fala sincera sem medo de ser julgado entre funcionário e gerente (1) primeiro tendo comunicação que não existe falta empatia () comunicação ativa do supervisor com os funcionários ()	5	5%
	Relacionamento interpessoal	Havendo comunicação para toda equipe, não parte dela (2) gostaria que fosse passado por uma pessoa só e não por terceiros, melhorando a comunicação entre os funcionários () que as pessoas fossem mai humanas, que se preocupassem menos com a vida dos colegas em relação ha julgamentos precoces e se dedicassem a se doar mais para a comunidade, para as pessoas que realmente precisassem desse profissional () procurar se interagir mais, aqueles que se sente, mais afastado da comunicação. Melhorando a comunicação nos diferentes setores ()	5	5%
Comunicação Σ:39 41%	Tipos de comunicação	Tornando – a mais acessível e descentralizada () passando as informações de forma clara e antecipada (5) deveria ter mais transparência e confiança (4) comunicação direta ao responsável geral ou colega (3) informação atualizada (2) sendo objetiva e coerente (2)	17	18%
	Motivação	Estimulando a comunicação (3)	3	3%
	Feedbacks positivos	A comunicação interna é boa (8) sou satisfeita com a comunicação do meu trabalho (6) a empresa possui mecanismo inovadores e que suprem muito bem a comunicação entre todos os colaboradores () na empresa que eu trabalho tem uma comunicação excelente (3) já bem divulgada mas pode sempre melhorar ()	19	20%
		Total	96	100%

Fonte: Dados da pesquisa.

A análise dos resultados acerca da questão “ na sua opinião, como a empresa pode melhorar a comunicação interna do seu ambiente de trabalho” resultou 3 categorias e 9 subcategorias que serão discutidas a seguir.

A primeira categoria classificada por **Estratégias** refere-se que é necessário serem utilizadas no contexto organizacional para que possa contribuir de forma positiva e interligar e ampliar a comunicação dentro das organizações, vindo como formas facilitadores e que resultem positivamente nos resultados esperados pela organização. A primeira subcategoria diz a respeito sobre Reuniões que tem como principal meio de comunicação utilizada dentro dos aspectos comunicativos, conforme os exemplos a seguir:

...Reuniões..., atividades de socialização, trabalho multidisciplinar...,melhorar os sistemas operacionais inerentes a atividades

de presentepalestras semanalmente ou quinzenalmente abarcando todos os profissionais presentes na empresa ...

Diante das falas dos participantes pode-se observar como a utilização de estratégias ainda são utilizadas e são necessárias dentro do contexto organizacional, também demonstrando que mesmo com os avanços da tecnologia ainda é utilizado as Reuniões como uma estratégia para transmissão de informações que se obtém com eficiência.

Segundo Reiter e Procianny (2013) contudo, é importante lembrar que a organização de reuniões acarreta diversos custos para as empresas, além do tempo de alguns de seus principais executivos. Dessa forma, torna-se muito importante a correta mensuração dos efeitos dessa ferramenta de comunicação voluntária para auxiliar as companhias no melhor emprego de seus recursos.

A segunda subcategoria relaciona-se **As ferramentas tecnológicas** sendo relativa às estratégias conforme pode ser observado nos recortes abaixo:

...Criando lista de transmissão ou plataforma digital que facilitasse o contato entre setores (2) whats app (5) através das redes sociais (2) agendas compartilhadas () através de teams e email () por meio de aplicativos como o Trello ().

Percebe-se na fala dos participantes a presença das tecnologias utilizadas com mais frequências e que tem sido utilizadas dentro do campo organizacional, sendo ferramentas tecnológicas que contribuem dentro do cotidiano no seu contexto de trabalho.

A terceira subcategoria refere-se **Canais de comunicação** diante das falas analisadas.

Quadros de aviso...., diário de bordo com tudo que acontecer e for relevante para todos....., telefones fixos , radios, celulares...

Podemos observar os meios de comunicação presente e a sua utilização no meio de trabalho, mais uma vez reforçado que o uso de tecnologia retira de utilização algumas ferramentas que antes era tão utilizada e hoje devido a tudo ser mais tecnológico ainda sim podemos observar canais de comunicação de fácil e simples utilização como exemplo quadros de avisos.

De acordo com Soares (2004) para provocar a identificação e influenciar o comportamento coletivo interna como quadros de avisos, jornais, revistas, boletins etc..

A segunda categoria Acolhimento se dividiu em três subcategorias a) dinâmicas, b) escuta ativa, c) relacionamento interpessoal.

Quanto a subcategoria Dinâmicas, mostra que os participantes solicitam que seja uma ferramenta utilizada no campo organizacional. Conforme as falas a seguir:

...Ouvir e entender mais o funcionário...., dando abertura de fala sincera sem medo de ser julgado entre funcionário e gerente...., primeiro tendo comunicação que não existe falta empatia...., comunicação ativa do supervisor com os funcionários...

Podemos observar que a utilização de dinâmicas dentro do contexto organizacional proporciona benefícios para os colaboradores, diante que as atividades que podem ser aplicadas através das dinâmicas pode trabalhar

problemas de equipes, se fazer presente em processos de seleção para novos trabalhadores e também como quebra gelo, a dinâmica pode trazer diversas atividades para ser trabalhadas no campo organizacional

Bai (2008) relata que a dinâmica em grupo é muito utilizada pela empresa em varios contextos, como nos procesos de recrutamento e seleção, nos treinamentos e reuniões, para motivar funcionários, para intergrá – los, entre outros.

A segunda subcategoria consiste na busca da Escuta ativa que possa possibilitar para os funcionários uma escuta adequada e acolhida.

...Ouvir e entender mais o funcionário dando abertura de fala sincera sem medo de ser julgado entre funcionário e gerente..., primeiro tendo comunicação que não existe falta empatia....., comunicação ativa do supervisor com os funcionários...

Segundo as falas apresentadas pelos participantes podemos observar a necessidade de uma escuta ativa e adequada, diante visar que uma boa comunicação necessita para trazer benefícios para o todo.

A terceira e ultima subcategoria se refere ao Relacionamento interpessoal.

...Havendo comunicação para toda equipe, não parte dela..., gostaria que fosse passado por uma pessoa só e não por terceiros, melhorando a comunicação entre os funcionários...., que as pessoas fossem mai humanas, que se preocupassem menos com a vida dos colegas em relação ha julgamentos precoces e se dedicassem a se doar mais para a comunidade, para as pessoas que realmente precisassem desse profissional...., procurar se interagir mais, aqueles que se sente, mais afastado da comunicação. Melhorando a comunicação nos diferentes setores...

É essencial que dentro das organizações tenha os relacionamentos interpessoal que compões as instituições, sendo importante demais para o funcionamento das empresas diante que as organizações são compostas por pessoas que trabalham em diversas áreas, setores é que através dessas interações contidianas são formadas os relacionamentos interpessoais.

Os autores Dantas e Henriques (2020) relata que de modo geral as pessoas passam a maior parte do tempo no trabalho e necessitam conviver com pessoas e rotinas. De fato, a convivência humana é algo difícil e desafiante todos os dias e é esperado que se tenha reações comportamentais e conflitos ao longo do tempo.

A ultima categoria denominada por Comunicação foi dividida em três subcategorias que são a) tipos de comunicação, b) motivação e c) feedbacks positivos.

A primeira subcategoria nomeada Tipos de comunicação na qual os participantes falaram a respeito quais os tipos de comunicação desejam no seu ambiente de trabalho, conforme os exemplos abaixo.

...Tornando – a mais acessível e descentralizada..., passando as informações de forma clara e antecipada...,deveria ter mais transparência e confiança...., comunicação direta ao responsável geral ou colega..., informação atualizada...., sendo objetiva e coerente...

Segundo Silva (2012) existe varios tipos de comunicação: as pessoas podem se comunicar pelo código morse, pela escrita, por gestos, pelo telefone, etc.

A segunda subcategoria está relacionada a Motivação, pois evidência como é

estimulada a comunicação dentro das organizações , de acordo com as interlocuções dos participantes a seguir: “... Estimulando a comunicação...”.

Diante dos questionamento aos participantes apenas foi identificado na análise dos resultados três participantes que identificou a comunicação podendo ser estimulada, ou seja não é tão visto que a motivação também pode facilitar e melhorar a comunicação dentro do campo de trabalho, ja que foi apresentado uma frequencia de respostas tão mínima. Sabendo que a motivação ela pode e deve ser estimulada e aproveitada ao máximo dentro do contexto organizacional, sabendo que a motivação é um recurso necessário e auxiliador na busca e retorno dos resultado. Neste sentido, a motivação é uma função inata que nos impulsona, tornando- nos capazes de alcançar os nossos objetivos. (RIBEIRO; PASSOS; PEREIRA, 2018).

A terceira subcategoria denominada por Feedbacks Positivos, demonstra diante os resultados da pesquisa na fala dos pacientes os seus feedbacks acerca da comunicação em suas empresas. A seguir os relatos:

...A comunicação interna é boa..., sou satisfeita com a comunicação do meu trabalho..., a empresa possui mecanismo inovadores e que suprem muito bem a comunicação entre todos os colaboradores...,na empresa que eu trabalho tem uma comunicação excelente..., já bem divulgada mas pode sempre melhorar.

Conforme Vanêssa (2012), Entender a importância da comunicação interna e todos os meios hierárquicos, como um instrumento da administração estratégica é uma exigência para se atingir a eficácia organizacional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No desenvolvimento deste trabalho procurou – se os efeitos da comunicação no ambiente organizacional, a importancia da comunicação dentro das organizações a partir disto foi utilizado a metodologia pesquisa de campo com uma abordagem quantitativa, utilizando a abordagem mutimethodo, para se atingir uma compreensão do objetivo geral sendo analisar os efeitos da comunicação no contexto organizacional, definiu-se três objetivos específicos dos quais foram alcançados sendo o primeiro traçar o perfil sociodemográfico dos participantes, verificou se que o maior grupo de respostas foram realizadas pelo sexo masculino e que a variável das idades foi entre 18 a 60 anos, depois foi identificar os efeitos causados nos colaboradores através da comunicação sendo de forma positiva ou negativa

A análise permitiu concluir que a comunicação diante do contexto organizacional pode ser influenciado de forma positiva e negativa mediante de acordo como ela for direcionada, entendendo a sua importancia no campo do trabalho, sabendo que é necessário que exista uma comunicação clara e segura para compartilhamento de informações aos colaboradores, salientando que através da comunicação pode haver influencia nos relacionamentos interpessoal, resultados, produtividade e a forma como os funcionários vão executar as suas funções e corresponder as demandas solictadas.

por último foi verificado as ferramentas que podem contribuir para uma boa comunicação. Podemos observar que as estratégias mais utilizadas no campo organizacional foram as reuniões, quadros de avisos e canais tecnológicos como computadores, email, whatsapp, teams, plataformas, sistemas, que viabilizam essa comunicação e gera uma qualidade e eficiência dentro do contexto organizacional.

Mediante a pesquisa foram encontrados algumas barreiras como algumas resistências de participantes para responder com medo que poderia influenciar em sua estabilidade na empresa, então ao apresentar a proposta da pesquisa logo no início foi encontrado uma resistência devido ao medo de se comprometer.

Para estudo futuros é interessante se aprofundar na questão da motivação na comunicação, buscando compreender como ela pode ser estimulada de maneira qualificada e eficiente para todos, diante também trazer esta possibilidade demonstrando ferramentas, formas, trazendo meios de que é possível que a comunicação também pode ser guiada e motivada. Também verificando a possibilitando de novos canais de comunicação que podem está contribuindo cada vez mais a comunicação no ambiente organizacional

REFERÊNCIAS

ALCINDO, Joilson, SOCORRO, Maria, "COMUNICAÇÃO EMPRESARIAL A importância da comunicação nas organizações e o advento de novas tecnologias" 2019, Disponível em: 04/10/2021 https://www.unirios.edu.br/revistarios/media/revistas/2016/11/comunicacao_empresarial_a_importancia_da_comunicacao_nas_organicoes_e_o_advento_de_novas_tecnologias.pdf.

ANDRADE, Maria Margarida de. **METODOLOGIA DO TRABALHO CIENTÍFICO**. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2010. 158 p.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. 4. ed. Lisboa: Edições70, 2010.

BARBOSA, Renatta Pereira. **COMUNICAÇÃO NAS ORGANIZAÇÕES**. 2007. 45 f. Monografia (Especialização) - Curso de Administração, Centro Universitário de Brasília Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas, Brasília, 2007.

BERTUCCI NETO, Victor; FRAGALLE, Edilson Pepino; REIS, Ana Paula dos. Instrumentos de Avaliação para Otimizar a Comunicação Interna na Unidade de Trabalho. Embrapa - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária: Centro Nacional de Pesquisa e Desenvolvimento de Instrumentação Agropecuária Ministério da Agricultura e do Abastecimento, São Paulo, n. 9, p. 1-8, out. 1996. Comunicado Técnico. Disponível em: <https://www.embrapa.br/busca-de-publicacoes/-/publicacao/25981/instrumento-de-avaliacao-para-otimizar-a-comunicacao-interna-na-unidade-de-trabalho>. Acesso em: 30 nov. 2021.

BRATTI, Naiara da Silveira Menegon. **ANÁLISE DA COMUNICAÇÃO INTERNA DE UMA EMPRESA LOCALIZADA NA CIDADE DE CRICIÚMA - SC**. 2013. 53 f. Tese (Doutorado) - Curso de Secretariado Executivo, Universidade do Extremo Sul Catarinense - Unesc, Criciúma, 2013. Disponível em: <http://repositorio.unesc.net/bitstream/1/5052/1/NAIARA%20DA%20SILVEIRA%20MENEGON%20BRATTI.pdf>. Acesso em: 23 maio 2022.

COUTINHO, Maria da Penha de Lima. **A Psicologia e sua interface**. João Pessoa: Iesp, 2017. 256 p.

CHIAVENATO, Idalberto. **Comportamento Organizacional - A Dinâmica do Sucesso das Organizações**. 4. ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2021. 352 p.

DANTAS, Andrezza Aleixandre; HENRIQUES, Fabiana Regina. RELACIONAMENTO INTERPESSOAL NO AMBIENTE DE TRABALHO. **Revista Científica Integrada**, São Paulo, v. 04, n. 5, p. 01-13, jan. 2020. Disponível em: <https://www.unaerp.br/revista-cientifica-integrada/edicoes-anteriores/volume-4-edicao-5/4171-rci-relacionamento-interpessoal-122020/file>. Acesso em: 23 maio 2022.

DICIO. Dicionário Online de Português. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/risco/>. Acesso em: 02/10/2021.

FERREIRA, Patricia Itala; MALHEIROS, Gustavo. **Comunicação empresarial**: planejamento, aplicação e resultados. São Paulo: Atlas, 2016. 240 p.

JOHN. A. WAGNER HOLLENBECK, John R. **Comportamento Organizacional**: criando vantagem competitiva. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2019. 482 p.

KONIG, Solane Trisch. **A comunicação organizacional**: um estudo de caso sobre a importância da comunicação interna na administração pública municipal. 2012. 85 f. Monografia (Especialização) - Curso de Administração, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Santo Antônio da Patrulha, 2012. Disponível em:
<https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/71511/000876116.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 23 maio 2022.

LEMES, Priscila dos Santos. **A IMPORTANCIA DA COMUNICAÇÃO INTERNA NAS ORGANIZAÇÕES E SUAS FERRAMENTAS**. 2012. 60 f. TCC (Graduação) - Curso de Administração de Empresas, Instituto Municipal de Ensino Superior de Assis, São Paulo, 2012.

LIMA, Marusa Sampaio. **A GESTÃO DA CRIATIVIDADE E INOVAÇÃO BASEADA NOS RECURSOS HUMANOS**:: uma análise do caso da são paulo alpargatas s.a.. 2009. 46 f. Monografia (Doutorado) - Curso de Administração, Faculdade de Tecnologia e Ciências Sociais Aplicadas – Fatecs, Brasília, 2009. Disponível em:
<https://repositorio.uniceub.br/jspui/bitstream/235/10111/1/20550561.pdf>. Acesso em: 23 maio 2022.

LOPES, B. (Org.). **Comunicação empresarial**: transformações e tendências Rio de Janeiro: Mauad X, 2014.

LOPES, Elisa Raymundo. **SUPERANDO RUÍDOS COMUNICACIONAIS COM EQUIPES COLABORATIVAS**. 2019. 48 f. TCC (Graduação) - Curso de Curso de Secretariado Executivo, Língua e Literatura Estrangeiras, Universidade Federal de Santa Catarina Centro de Comunicação e Expressão, Florianópolis, 2019.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **METODOLOGIA DO TRABALHO CIENTÍFICO**. 9. ed. Rio de Janeiro: Gen Grupo Editorial Nacional, 2021. 247 p.

MATOS, G. G. **Comunicação empresarial sem complicação: como facilitar a comunicação na empresa, pela via da cultura e do diálogo**. 3. ed. Barueri: Manole, 2014

MONTEIRO, Caroline; KUHL, Marcos Roberto; ANGNES, Juliane Sachser. O processo de comunicação organizacional interna: um estudo realizado em uma associação comercial e empresarial do paraná. **Perspectivas em Ciência da Informa o**, [S.L.], v. 26, n. 1, p. 26-56, mar. 2021.

NOGUEIRA, Geisiane Fran osa; CODATO, João Marcos. A INFLUÊNCIA DA COMUNICA O NA PRODUTIVIDADE DAS ORGANIZA OES. **Revista Ciências Empresa Unipar**, Umuarama, v. 20, n. 1, p. 63-81, jun. 2019.

RIBEIRO, Marco Ferreira; PASSOS, Clotilde; PEREIRA, Paulo. MOTIVA O ORGANIZACIONAL: fatores precursores da motiva o do colaborador. **Gestão e Desenvolvimento**, [s. l.], v. 26, n. 2018, p. 105-131, jan. 2018.

REITER, Nayana; PROCIANOY, Jairo Laser. **Impacto informacional das reuniões públicas apimec**:: um estudo de evento. 2013. 28 f. Tese (Doutorado) - Curso de Administra o, Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2022.

SILVA, Diego Wander da; BALDISSERA, Rudimar. **Comunica o organizacional e interesse público**: público: estratégias de (in)visibilidade nas m dias sociais. 2021. 18 f. Monografia (Doutorado) - Curso de Administra o, A Universidade Católica do Rio Grande do Sul, São Paulo, 2021.

SILVA, Joana Filipa Gomes de Carvalho. **A comunicação interna e a imagem organizacional.**: estudo de caso na fnac braga. 2009. 69 f. Dissertação (Doutorado) - Curso de Ciências da Comunicação, Universidade do Minho, Portugal, 2009.

SOARES, Camila Schuchter. **As Ferramentas de Comunicação Interna na Gestão para Qualidade.** 2004. 74 f. Monografia (Especialização) - Curso de Comunicação Social, Universidade Federal Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2004.

SILVA, Vanessa Cristina. **A IMPORTÂNCIA DA COMUNICAÇÃO NAS ORGANIZAÇÕES.** 2012. 41 f. TCC (Graduação) - Curso de Administração, Fundação Educacional do Município de Assis, Instituto Municipal de Ensino Superior de Assis, São Paulo, 2012

TORQUATO, GAUDÊNCIO: Comunicação Empresarial / Comunicação institucional. São Paulo: Summus. 1996.

VENTURA, Maria Manuela Gonçalves. **“ESTRATÉGIAS DE COMUNICAÇÃO INTERNA”.** 2012. 69 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Assessoria de Administração, O Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Porto, São Mamede de Infesta, 2012.

WAGNER, John; HOLLENBECK, John R.. **Comportamento organizacional:** criando vantagem competitiva. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2012. 552 p.

DEPENDÊNCIA EMOCIONAL EM MULHERES VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA

Ingrid Araújo Cruz Sales¹
Kay Francis Leal Vieira²

RESUMO

A violência decorrente da dependência gera prejuízos para o indivíduo. O presente trabalho pesquisou sobre as variáveis que influenciam diretamente a vida de mulheres que enfrentam uma relação abusiva. O objetivo geral foi identificar as causas que mantêm as mulheres nos relacionamentos abusivos, enquanto os específicos elencaram o perfil das mulheres dependentes, os tipos de violência a que são submetidas e o papel da intervenção psicoterápica na solução do problema. Os principais motivos que fazem uma mulher permanecer numa relação dependente inclui dependência financeira, vergonha de assumir o fracasso do relacionamento e dependência emocional. As mulheres emocionalmente dependentes depositam no outro uma expectativa de preencher um vazio, explicada por uma falta de segurança pelos cuidadores na infância, acrescentando as justificativas da permanência nessas situações abusivas. A violência se apresenta sob várias formas, entre elas física, psicológica, sexual, patrimonial e moral. Para tal fim foi feita uma revisão da literatura em publicações em banco de dados. A intervenção psicoterápica apresenta-se como uma opção comprovadamente eficaz para conscientização dessa mulher a sair deste vício emocional, sendo importante a validação da autoestima da vítima de violência, resgate da sua capacidade para estabelecer vínculos afetivos mais harmônicos, devolver sua autonomia e assim evitar um novo relacionamento abusivo.

Palavras-Chaves: Violência; Dependência Emocional; Relacionamento Abusivo.

ABSTRACT

Violence resulting from dependency causes harm to individuals. The present study investigated the variables that directly influence the lives of women facing an abusive relationship. The main objective was to identify the causes that keep them attached to those relationships, while the specific ones listed the profile of dependent women, the types of violence to which they are subjected and the role of the psychotherapeutic intervention in solving the problem. The main reasons that make a woman remain in a dependent relationship include financial dependence, the shame for the failure of the relationship and emotional dependence. Emotionally dependent women place an expectation on the other to fill emotional void or needs, explained by the absence of a secure base provided by their caregivers in childhood, adding the justifications for remaining in these abusive situations. For this purpose, a literature review was carried out in publications available in the literature. Violence takes many forms, including physical, psychological, sexual, patrimonial and moral. In order to face this situation, the psychotherapeutic intervention presents itself as a proven effective treatment option for the awareness of this woman to get out of this emotional addiction, being important to validate the self-esteem of the victim of

¹ Graduanda do Curso de Psicologia, E-mail: ingridacsales@hotmail.com.

² Profa. Orientadora Dra. em Psicologia Social. E-mail: kayvieira@yahoo.com.br.

violence, rescue her ability to build harmonious affective bonds, give back their autonomy and thus avoid a new abusive relationship.

Key words: Violence; Emotional Dependence; Abusive Relationship.

INTRODUÇÃO

A violência contra a mulher é um assunto discutido há muitos séculos, e com o passar do tempo tem sido cada vez mais reconhecido na sociedade e se mostrado um problema de saúde pública, visto que, as autoridades não estão preparadas para combater de forma eficaz a violência contra a mulher, mas devem estabelecer planos e políticas nacionais que efetivamente atuem nessa problemática. Apesar das conquistas ao longo do tempo, persiste o estigma de que a mulher é vista como sexo frágil, levando os abusadores a acreditarem que elas lhes devem submissão. Como exemplo, ainda hoje é naturalizado em algumas situações o fato do homem agir com fúria contra suas companheiras.

Qualquer relação que caracterize um exagero de poder sobre o outro é dita como abusiva. É a “vontade” de controlar o parceiro, e de querê-lo apenas para si próprio. O comportamento de posse geralmente inicia de modo suave e aos poucos vai dando sinais de que está ultrapassando os limites, causando dor e sofrimento à pessoa abusada. Quem está dentro da relação não consegue definir e identificar um relacionamento abusivo, uma vez que é caracterizado como um vício emocional, colocando o outro acima de si próprio e perdendo a noção dos limites, e até a sua própria identidade. Vários sinais são vistos dentro da relação, entre eles: ciúme excessivo e sentimento de posse fora do normal, controle de todas as decisões do outro, isolamento do indivíduo de sua família e amigos, uso de violência verbal e/ou física e exigência ou chantagem para com a companheira incluindo ameaças para obtenção de relações sexuais (BARRETO, 2015).

Trata-se de uma problemática que atinge a população feminina, independente de religião, situação econômica e etnia. Apesar da importância da problemática da violência em si, analisou-se o que faz uma mulher que sofre violência, seja ela de qualquer natureza, permanecer nesse relacionamento. Foi analisado por que é tão difícil romper com a conexão que a vítima tem com o abusador, não conseguindo ter autonomia para finalizar esse processo, sendo esse, o processo natural da vida que é a quebra de vínculos.

Discutiu-se as razões pelas quais a mulher mantém esses relacionamentos por tanto tempo, mesmo sob a possibilidade de sofrer danos. De acordo com Adeodato et al., (2005), as mulheres vítimas de violência apresentam sentimentos e comportamentos de solidão, desamparo, irritação e tristeza crônica, além de ansiedade, insônia e distúrbios sociais.

A problemática tem como solução principal compreender e mostrar como a ajuda profissional qualificada pode auxiliar essas mulheres a entenderem melhor sua condição, tornando possível a conscientização de que, quando se submetem a tal comportamento, acabam arcando com consequências em sua vida pessoal e familiar como um todo.

Pesquisar sobre dependência emocional em relacionamentos abusivos, seja ele em qualquer âmbito, contribui substancialmente para a reformulação de conceitos e experiências vivenciadas dentro de uma relação abusiva.

O objetivo geral foi identificar as causas que mantêm as mulheres nos relacionamentos abusivos. Apesar de existirem relatos de violência em relações homoafetivas, com consequências não menos avassaladoras, o presente estudo

terá seu escopo delimitado ao contexto das relações heterossexuais. Os objetivos específicos foram elencar o perfil das mulheres dependentes, os tipos de violência a que são submetidas e o papel da intervenção psicoterápica na solução do problema.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Segundo Laurenti e Barros, (2020) é através da vivência grupal, desde o dia do nascimento, que os seres humanos vão construindo seu próprio eu, validando diferenças e semelhanças entre seus cuidadores e os que convivem. Esse processo faz com que o indivíduo forme sua individualidade, a sua identidade social e sua consciência de si mesmo.

Segundo Guimarães e Silva Neto (2015), adultos dependentes costumam depender de opiniões externas, como de seus cuidadores, amigos ou cônjuge para decidir sobre situações cotidianas simples como qual roupa vestir, até às mais complexas, como com quem fazer amizades.

Dowling (2002) refere em seu livro “Complexo de Cinderela” como a dependência por outra pessoa é ameaçadora. O indivíduo transborda de ansiedade e o lembra da infância, período que era realmente indefeso. Ele discorre que existe na mulher dependente um desejo inconsciente de ser protegida e cuidada por alguém idealizado na imaginação. Existe uma crença forte nas mulheres desde a infância que nascem para ter um marido, filhos, casa e o príncipe encantado irá chegar em um cavalo branco, como por exemplo, os príncipes dos contos de fadas. Além da dependência amorosa, há também pessoas dependentes em outros tipos de relacionamentos, como o familiar e de amizade.

A base dos relacionamentos abusivos está totalmente ligada a fatores que desencadeiam a dependência emocional. Acredita-se que essa dependência desenvolvida na fase adulta, pode ser consequência da má formação dos vínculos na infância com os cuidadores desempenham papel importante nessa fase, justificando assim um apego disfuncional a seu companheiro (RODRIGUES; CHALHUB, 2009).

DEPENDÊNCIA EMOCIONAL

Quando existe um excesso no comportamento humano em relação ao outro, possivelmente existe uma dependência emocional, o indivíduo presta cuidados e atenção de maneira repetitiva, impulsiva e sem controle, com o objetivo de evitar o abandono. Essa dependência atinge mais as mulheres, pois tendem a valorizar mais a relação com o parceiro. Desde crianças, as meninas são ensinadas e educadas a cuidar da casa e dos filhos e, conseqüentemente, do cônjuge. Historicamente as mulheres sempre foram estimuladas a ocuparem lugares de cuidadoras, desde a vida pessoal, até a vida profissional. Dentro dos relacionamentos conjugais, o cuidar parece ter um peso ainda maior, o estar disponível para o outro passa a ideia de amor verdadeiro (BOSCARDIN; KRISTENSEN, 2011).

Indivíduos com dependência emocional experimentam altos níveis de medo e insegurança ao pensar que a relação pode terminar. Fazendo de tudo para impedir que isso venha a acontecer por parte do seu parceiro, tolerando comportamentos que variam de desatenções simples e esporádicas, insultos, ofensas repetitivas às agressões sejam elas físicas ou psicológicas. Se a qualquer momento o seu parceiro decidir encerrar o relacionamento, ela implorará para que o outro reconsidere a sua decisão, lhe dê uma nova oportunidade, pedirá perdão por falhas que não cometeu e

assumirá toda a responsabilidade para que o relacionamento não termine (TELLO, 2015). A dependência emocional gera o medo da perda, e como consequência, abre as portas para a entrada das formas mais variadas de violência no relacionamento.

DEFINIÇÃO DE VIOLÊNCIA

A violência é um fenômeno complexo que gera impactos individuais, sociais e coletivos. A cada ano, mais de 1,5 milhão de pessoas perdem a vida e muitas outras sofrem ferimentos não fatais resultantes de agressões interpessoais ou de violência coletiva. A OMS define violência como uso intencional da força física ou em ameaça, contra si próprio, contra outra pessoa, contra um grupo ou uma comunidade, que tenha qualquer possibilidade de resultar em lesão, morte, dano psicológico, deficiência de desenvolvimento ou privações. (OMS, 2018).

No Brasil, foram reconhecidos cinco tipos de violência doméstica e familiar previstos e fortalecidos com a Lei Maria da Penha. Sancionada em 2006, a lei ganhou grande visibilidade, pois se tratou de um marco jurídico em defesa dos direitos das mulheres. Nela, foi realizado o aprofundamento do conceito em que a violência contra a mulher se trata de qualquer ação ou omissão que cause à mulher, morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico, bem como dano moral ou patrimonial.

TIPOS DE VIOLÊNCIA

A violência contra as mulheres continua devastadoramente generalizada e começa assustadoramente cedo. De acordo com novos dados da Organização Mundial da Saúde, ao longo da vida, uma em cada três mulheres, cerca de 736 milhões de pessoas, é submetida à violência física ou sexual por parte de seu parceiro ou não parceiro. Essa violência começa cedo: uma em cada quatro mulheres jovens (de 15 a 24 anos) que estiveram em um relacionamento já terá sofrido violência de seus parceiros por volta dos vinte anos (OMS, 2021).

Qualquer ato de violência que resulte em dano físico, sexual, emocional, patrimonial ou sofrimento para as mulheres incluindo ameaças, coerção ou privação arbitrária da liberdade, seja na vida pública ou privada, pode ser considerado violência contra a mulher.

De acordo com Côrrea (2011), que toma como base a Cartilha Maria da Penha e Direitos da Mulher, do Ministério Público Federal (2011), a violência está dividida em cinco tipos:

1 Violência Física- Qualquer conduta que ofenda sua integridade ou saúde corporal. Classificados como espancamento com a mão ou objetos, tentativas de estrangulamento, arremesso de objetos contra a mulher, socos, pontapés entre outros. **2 Violência Psicológica** -Descrita como sendo uma das mais devastadoras consiste em qualquer conduta que lhe cause danos emocionais ou diminuição da autoestima ou desqualifique suas ações, comportamentos, crenças e decisões, mediante ameaça, gritos, imposição de medo, constrangimento, humilhação, isolamento entre outros. Tudo que lhe cause limitação do direito de ir e vir ou qualquer outro meio que lhe cause prejuízo à saúde psicológica e autodeterminação. **3 Violência Sexual-** Qualquer conduta que a constranja a presenciar, manter ou participar de relação sexual não desejada, mediante intimidação, ameaça, coação ou uso da força; que a induza a comercializar ou utilizar de qualquer modo de contraceptivo ou force ao matrimônio, a gravidez, ao aborto ou à prostituição, mediante coação, chantagem, suborno ou manipulação; ou que limite ou anule os seus direitos sexuais reprodutivos. **4**

Violência Patrimonial- Qualquer conduta que configure retenção, subtração, destruição parcial ou total de seus objetos ou instrumentos de trabalho, documentos pessoais, bens, valores e direitos ou recursos econômicos, incluindo os destinados a satisfazer suas necessidades. **5**
Violência Moral - Qualquer ação que configure calúnia, difamação ou injúria. Ocorre quando o agressor ou agressora afirma falsamente que aquela praticou crime que ela não cometeu, difamação, ocorre quando o agressor atribui à mulher fatos que maculem a sua reputação, ou injúria, ocorre quando o agressor ofende a dignidade da mulher. Côrrea (2011 p.29)

O início e permanência da violência no relacionamento tem como base interação com os cuidadores e o aprendizado sobre si próprio desde a infância, e consequente dependência de outro indivíduo para obtenção de segurança. A baixa autoestima e a crença de que não são capazes de sobreviver sozinhas, também leva a busca e aceitação do parceiro abusador, como forma de sobreviver ao mundo exterior.

DEPENDÊNCIA EMOCIONAL PELA TEORIA DO APEGO

Diante da problemática, foi encontrado alguns motivos que contribuem para dependência emocional de mulheres que se encontram em relacionamentos abusivos. Entre eles, existe uma ponte entre falta de amor, afeto e apego na primeira infância e suas possíveis consequências na vida adulta. Um possível vínculo mal formado com as principais figuras de apego na infância trazem consequências fundamentais nos relacionamentos na vida adulta, onde esse indivíduo buscaria essa falta, incessantemente, em seu parceiro.

Os laços afetivos constituem o alicerce fundamental das relações humanas, ao longo de todo o ciclo vital. Desde o seu nascimento o indivíduo interage com os principais cuidadores, as crianças desenvolvem modelos internos dinâmicos – representações mentais sobre si mesmas, dos outros e o que devem esperar destas relações. Esse processo de vinculação, que atenta para a necessidade humana inata para estabelecer laços afetivos íntimos com pessoas significativas, torna-se a base conceitual que embasa a Teoria do Apego desenvolvida por (BOWLBY,1988).

John Bowlby foi um psiquiatra e psicanalista que entre a década de cinquenta e sessenta, procurou explicar como a Teoria do Apego ocorre e quais as implicações para a vida adulta dos fortes vínculos afetivos entre o bebê e seu provedor de segurança e conforto, acreditava que a saúde mental e os problemas de comportamentos, podiam ser atribuídos à primeira infância. Ele defendeu a importância dessa fase na constituição do psiquismo humano.

Bowlby (1988) recolheu relatos e fez observações entre a interação da mãe com o bebê. Para a Teoria do Apego, o apego acontece quando esse comportamento resulta em uma pessoa, considerada mais apta para lidar com o mundo, no caso seus cuidadores, alcançar e manter proximidade com esse indivíduo que está começando a criar suas relações. As figuras de apego são os possíveis cuidadores: pai e mãe, avós, tios, educadores, entre outros.

Um dos eixos centrais postulados por Bowlby (1988) é de que as primeiras relações de apego desenvolvidas na infância repercutem no estilo de apego do indivíduo, ao decorrer do seu ciclo vital. A Teoria do Apego, aplicada aos relacionamentos adultos por Hazan e Sahver (1994) salienta que o tipo de apego e o modo de se relacionar desenvolvidos na infância servem como um indicativo nas relações afetivas futuras.

Conforme Bowlby (1988) o comportamento de apego se manifesta ao longo da vida, em situações específicas, como na ausência ou na indisponibilidade da figura de apego; de modo que na vida adulta, tais modelos sejam reproduzidos na busca de carinho, conforto e proteção, sendo complementados por novos vínculos afetivos.

A partir das primeiras experiências de vinculação na infância é que são internalizados os modelos de apego com os pais ou substitutos, sendo acionados na presença de eventos ameaçadores, medo ou estresse (SMIDT; ARGIMON, 2009).

Pode-se entender que uma das causas da dependência emocional, venha dessa falta de vínculo afetivo seguro formado na primeira infância, onde o indivíduo faz uma transferência dessa lacuna existente em sua vida e procura no seu parceiro uma espécie de compensação emocional.

METODOLOGIA

O presente estudo consiste em uma revisão, do tipo bibliográfica, acerca da Dependência Emocional em mulheres vítimas de violência e relações abusivas. Nos termos definidos por Gil (2008), o método de revisão bibliográfica é aquele onde se utilizou de fontes de jornais e revistas especializados, artigos científicos, dissertações, monografias e artigos científicos já existentes sobre a temática base.

Para sua elaboração foram realizadas buscas nas seguintes bases de dados: Scielo, LILACS (Literatura Latino- Americana e do Caribe em Ciências da Saúde), PubMed e Periódicos Capes. Os descritores utilizados foram: “violência”, “dependência emocional” e “relacionamento abusivo”. Os dados primários foram coletados no período de agosto de 2021 a abril de 2022, enquanto as publicações foram de até 15 anos.

Como critérios de inclusão foram utilizados artigos completos acerca da temática disponíveis de forma on-line e publicados, artigos em língua portuguesa e inglesa e revisões de literatura. Como critérios de exclusão: artigos incompletos ou ainda publicados em periódicos não editados no Brasil, artigos repetidos, com tema dúbio ou não pertinente aos objetivos da revisão, artigos com acesso restrito, resumos em anais e relatos de casos.

Os referidos artigos foram classificados em plataforma Microsoft versão 2016 de acordo com o sistema autor/ano/impacto de publicação para melhor analisar os estudos selecionados.

Quanto à abordagem utilizada, tratou-se de uma pesquisa de natureza qualitativa, que trabalha com o universo de significados, motivações, crenças, valores e atitudes, que corresponde a um espaço mais profundo das relações e processos que não podem ser reduzidos a variáveis numéricas (MINAYO, 2014).

Desse modo, a abordagem qualitativa se apresenta como uma estrutura flexível, que possibilita a exploração do objeto de estudo sobre diversos aspectos, bem como a utilização de vastos tipos de materiais.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Como ponto de partida, procurou-se entender as variáveis que influenciam diretamente a vida de mulheres que enfrentam um relacionamento abusivo.

Um vínculo mal formado com a principal figura de apego na infância acarreta transtornos nos relacionamentos futuros, onde possivelmente o indivíduo com apego

inseguro procura em seu respectivo parceiro uma forma de compensar e suprir esse amor e afeto faltante, juntamente com esse sentimento de falta de pertencimento.

Todo este processo passa por seis fases que Humérez e Gonzales (2020) descreveram no relacionamento emocionalmente dependente, sendo a primeira fase a euforia, em que o sujeito emocionalmente dependente encontra a pessoa certa, salvadora, o sujeito esquece de si, tornando-se submisso para consolidar o relacionamento.

A segunda fase é a subordinação, o desequilíbrio toma conta do casal devido aos papéis já estabelecidos de dominação e subordinação, para assim não haver o rompimento do relacionamento. A fase três é a deterioração, além da fase da submissão e dominação, essa fase agrega humilhação, violência, maus-tratos físicos e ficam evidentes para terceiros. Fase quatro é denominada como ruptura ou síndrome de abstinência, onde o casal rompe o relacionamento, o dependente emocional busca a reconciliação, pois não aceita a separação, tem dificuldade de aceitação em relação a dor e a solidão que acarreta o estar sozinho.

A quinta fase é relacionamentos de transição, que após o rompimento, o dependente emocional procura outro parceiro para preencher o vazio existente, o relacionamento é temporário, até que encontre o parceiro certo. A sexta e última fase é o reinício do ciclo, sendo o término de um ciclo e o início de outro.

Outra variável observada foi a forte presença da frustração nos indivíduos emocionalmente dependentes. Quando a reciprocidade não existe para o dependente emocional, o mesmo costuma ter adição de sintomas habituais como choro, perseguição obsessiva, invasão na privacidade do outro com persistência e agravamento desses comportamentos. Também existe um medo de perder ou a ansiedade de separação, causando assim uma modalidade de amor dependente. (PHARO, 2015).

As mulheres emocionalmente dependentes geralmente são pessoas que depositam no outro uma expectativa a fim de preencher um vazio, ficando sempre apreensivas, com medo de não agradarem, pois não se sentem capazes de tomar suas próprias decisões, causando assim uma constante sensação de iminente abandono.

Aprofundando as análises do comportamento observado, foi possível identificar a presença de características determinantes para a definição de um padrão comportamental.

RAZÕES PARA PERMANÊNCIA EM RELACIONAMENTOS ABUSIVOS

Para alcançar o objetivo principal deste estudo, foram identificados vários motivos que fazem uma mulher permanecer numa relação dependente, entre eles: dependência financeira, vergonha de assumir o término do relacionamento perante os amigos e familiares, dependência emocional, esperança que o comportamento do seu parceiro modifique, (SOARES, 2005).

O rompimento dessa relação pode levar muitos anos, visto que, muitas mulheres continuam com seus parceiros por se sentirem presas a essa situação. Sem ajuda externa, dificilmente a mulher rompe os vínculos com o companheiro violentador (SAFFIOTI, 2004).

Além disso, ficou evidente na análise que a situação de dependência emocional é reforçada pela própria forma em que se apresenta diante da mulher dependente. Segundo, Martins e Bartilotti (2015), o ciclo da violência é caracterizado por três fases.

A primeira fase é marcada pela tensão, a qual há falha na comunicação, limitação da liberdade, discussão, empurrões, a vítima fica com medo, ficando mais reservada, buscando evitar conflitos. Na primeira fase o agressor tem como objetivo baixar a autoestima da vítima para que ela venha a tolerar as agressões que venham surgir.

Já a segunda fase é marcada pela “explosão”, havendo a manifestação da violência física abrupta, perda do controle por parte do agressor, espancamento grave a vítima, a qual pode ocorrer de a mesma buscar ajuda, tanto policial, como familiar, ou as redes de apoio. A terceira fase é marcada “pela lua de mel”, a qual o agressor pede desculpas, diz estar arrependido, promete mudanças, havendo reconciliação entre o casal.

Também foi constatado que este ciclo vicioso se repete continuamente durante a relação e gera, por si só, mais uma variável de dificuldade para a mulher, que é a incerteza sobre a relação e a esperança de melhora na situação ao final da fase de explosão.

Outro ponto importante observado e que contribui para a manutenção destas relações abusivas é o fato de ser comum em vítimas de relações abusivas a insegurança e o medo em buscar auxílio para o enfrentamento da situação vivenciada. Quando há redução das ações abusivas a vítima acredita que não será necessário buscar ajuda, tendo expectativa de mudança do parceiro, além de não ter consciência ou atribuir a si a responsabilidade dos abusos sofridos. Pode ainda haver também o retraimento da vítima ao suporte recebido, o que pode contribuir para maior dificuldade ao se desvincular da relação abusiva, internalizando culpa e responsabilidade, o que favorece o aumento da violência (MONTEIRO; SOUZA, 2006).

Ainda, muitas mulheres deixam de denunciar o abusador por terem a certeza de que a autonomia sobre sua vida não lhes pertence, sempre tendo a percepção distorcida que a culpa é delas. Em alguns casos sequer percebem-se em situação de violência. (PAZO; AGUIAR, 2012).

Ao analisar esta situação em maior profundidade, ficou evidente que o atendimento psicológico, muitas vezes, é a única saída dessas mulheres conseguirem se enxergar dentro dessa relação, decidindo se devem procurar ajuda, a fim que elas resgatem sua autoestima e fortaleçam sua autonomia, tornando-se protagonista de sua vida. Diante da repetição de casos, juntamente ao número crescente de pedidos de ajuda, novas modalidades de intervenção dirigidas à mulher se tornaram necessárias.

PERFIL DAS MULHERES DEPENDENTES

Saber reconhecer estas características e relacioná-las a um modelo que caracterize um vício emocional é importante para entender o que motiva as mulheres a permanecerem e manterem relações abusivas.

Norwood (2005) afirmou que pessoas com o protótipo de dependentes emocionais são aquelas pessoas que cada vez mais tentam agradar seu parceiro mesmo lhe causando incômodo, pois já estão habituadas com a falta de amor nos relacionamentos. Observou ainda que as mulheres costumam carregar a culpa de mais de 50% do relacionamento quando está dando errado e apresentam uma grande probabilidade de autoestima baixa.

Na dependência, a vontade do outro se torna o objeto de desejo na sua vida, e os planos dele sempre estão em primeiro lugar torna-se mais importante do que os

seus próprios. As pessoas esquecem de si em detrimento da outra. Tornando-se um sentimento disfuncional, pois coloca em risco sua saúde mental, física sendo ameaçada sua própria segurança para não magoar o parceiro Norwood (2005), descreveu ainda um quadro com as principais características das mulheres dependentes, sendo eles:

1-Mulheres que vem de um lar desajustado em que suas necessidades emocionais não foram satisfeitas. 2-Tenta suprir essas necessidades através de outra pessoa tornando- se super atenciosa. 3-Sente-se atraída por homens inacessíveis, os quais tenta transformar através de seu amor. 4-Com medo do abandono tenta impedir o fim do relacionamento. 5-Faz qualquer coisa para ajudar o homem com quem está envolvida. 6-Habituada à falta de amor está disposta a ter paciência, esperança e tenta agradar cada vez mais. 7- Se dispõe a arcar com a maior parte da responsabilidade, da culpa e das falhas nos relacionamentos. 8-Tem auto estima criticamente baixa. 9-Sente necessidade desesperada de controlar os homens e seus relacionamentos, o que procura mascarar mostrando-se prestativa. 10-Cria fantasias que a impedem de ver a realidade do relacionamento. 11-É dependente de homens e de sofrimento espiritual. 12-Tende a se tornar dependente de drogas, álcool e/ou alimentos. 13-Se envolvendo com pessoas ou situações problemáticas evita se responsabilizar por si própria. 14- Tende a ter momentos de depressão, os quais tenta prevenir através da agitação criada por um relacionamento instável. 15-Não tem atração por homens gentis, estáveis, seguros e que estão interessados nelas. Acha esses homens agradáveis enfadonhos. (NORWOOD, 2005, p.24).

A presença no comportamento de subordinação disfuncional gera uma abstinência quando se dão conta da ausência, falta de iniciativa nas decisões no relacionamento, sentimento de insatisfação, vazio emocional, medo de ficar sozinho consigo mesmo, baixa tolerância à frustração, desejo de autodestruição, sensação que estão destinados a viverem nesse ciclo, sem chance de liberdade, perda de identidade, foco excessivo no outro e autonegligência, assumem toda a responsabilidade pelos acontecimentos, se dando conta de que só se satisfazem com a ajuda do parceiro para resolução de seus próprios problemas, formam as características mais marcantes dos dependentes emocionais segundo (MORAL; SIRVENT, 2009).

Outros fatores marcantes nessa situação, são as crenças pessoais que essas mulheres têm sobre si mesmas, a carga cultural que foi submetida e a relação cognitiva também são indicadores de manutenção de um relacionamento violento onde a vítima está tão dependente emocionalmente de seu parceiro, que não consegue sozinha tomar consciência e se libertar desta relação abusiva.

PAPEL DA INTERVENÇÃO PSICOTERÁPICA

Para considerar que a psicoterapia sirva como suporte psicológico para as vítimas que estão dentro de uma relação abusiva, chegou-se à conclusão que o profissional tem a função de usar técnicas, como a psicoeducação que é uma abordagem terapêutica que promove uma conscientização do paciente, assim como em seus familiares e cuidadores, sobre sua realidade e todo o processo de tratamento. Sendo assim a medida que o indivíduo tiver uma melhor compreensão acerca da sua saúde (física e mental) bem como do seu funcionamento (cognitivo, emocional e comportamental), ela estará cada vez mais apta a participar ativamente

do seu processo de mudança, assimilando as estratégias sugeridas pelo profissional (LUKENS; MCFARLENE, 2004).

Fazendo com que essas mulheres comecem a se enxergar, validando a sua autoestima e devolvendo sua autonomia, conscientizando a vítima, o trabalho lhe dará oportunidade de mudar sua percepção da situação em relação ao agressor, voltando a ser protagonista de sua própria vida. (HIRIGOYEN, 2006).

Deverá ser feito um longo trabalho de conscientização, fortalecimento e resgate de identidade, para que essa mulher possa restabelecer vínculos saudáveis e evitar um novo relacionamento abusivo (BONAFÉ; CORBETT, 2003).

O psicólogo deve exercer esse papel de ajuda na dessensibilização, se concentrando no acolhimento, orientação e fortalecimento da autonomia dessas mulheres e, caso necessário somente em situações extremas de risco de vida, fazer a comunicação externa. É um caso tão necessário de apoio psicológico que o atendimento online é vedado em algumas situações, como quando o paciente estiver em situação de violência ou de violação de direitos. Devido a vulnerabilidade desses pacientes, o apoio psicológico deve ser presencial.

Várias estratégias foram identificadas para o atendimento das mulheres que sofrem deste tipo de dependência. O propósito seria identificar nessa dinâmica familiar, aspectos saudáveis ou não, tentando resguardar esses “fatores adaptativos” e trabalhar os “coléricos”. A psicoterapia trabalha a compreensão da dinâmica “desadaptativa” do indivíduo e seu núcleo familiar, conscientizando através de reflexões para que o indivíduo identifique a situação em que está inserido e suas relações conflituosas. Assim sendo, podemos identificar dentro desta dinâmica padrões disfuncionais, que permitem o diagnóstico e a definição de estratégias de intervenção específicas a cada paciente, (HANADA, 2007).

Outras estratégias, a exemplo da psicoeducação, já falada antes, na teoria comportamental, tem se tornado um grande aliado para o sucesso dessa abordagem a mulheres que se encontram em relações conflituosas. Portanto é fundamental que se esclareça no início do tratamento uma sessão para esclarecimento de todas as informações que a paciente necessite sobre seu quadro real (GOMES et al., 2018).

Não existe uma unanimidade sobre qual abordagem é a mais eficiente, já que se deve buscar a ajuda para paciente em todas as linhas terapêuticas. A psicoterapia individual pode ser considerada, para os casos de dependência emocional, como a mais utilizada. Pode-se optar por condutas voltadas para a terapia comportamental que envolve a psicoeducação.

Os desafios na terapia de indivíduos com dependência emocional é a falta de consciência do problema. Geralmente, o indivíduo só procura ajuda profissional quando seu relacionamento está acabando e tentando se ajustar para resgatar um relacionamento que se deteriorou (NORWOOD, 2005).

O Psicólogo tem papel central no apoio e no acionamento da rede de atenção à mulher em situação de violência. Seja para identificar os sinais presentes no relacionamento, seja para avaliar o risco de violência a que a mulher está exposta, auxiliando a mulher a se proteger e superar a situação de violência, fazendo com que ela tome consciência de sua realidade. O papel do profissional da psicologia nessa rede também é prover informações sobre o funcionamento da estrutura de atendimento para o desenvolvimento de um plano de enfrentamento à violência. As redes de atendimento de mulheres são de grande importância. A paciente deve ser acompanhada por equipes multidisciplinares. O suporte psicológico deve estar disponível nos hospitais, serviços de atenção básica, delegacias, Polícias Federal e Militar, Centro de Referência de Assistência Social - CRAS, Centro de Referência

Especializado de Assistência Social - CREAS, Ministério Público e Defensoria Pública, entre outros.

De acordo com Schraiber et al., (2002), o apoio da família é imensamente importante, pois em muitos casos, o que seria um lugar de refúgio e proteção, acaba sendo mais um fator de risco. Como por exemplo, famílias que defendem o casamento como indissolúvel e passam a naturalizar a violência e a exercer pressão para a manutenção da relação, mesmo que abusiva.

Outro dado relevante foi o estudo realizado por Garcia et al.(2008) observou que menos ¼ das mulheres buscam algum tipo de ajuda em locais especializados. O medo da reação de seus parceiros dificulta a fuga da situação e estimula o retorno à convivência com o agente agressor, nutrindo a falsa esperança de haver melhora no relacionamento a dois.

Diante disso considera-se um desafio do profissional de psicologia que tem um lugar pertinente nessa política pública, entenderem as motivações que levam essas mulheres, mesmo em situação de risco permanecerem na relação, pois são elas que fazem esse papel de escuta qualificada para acompanhamento e tentativa de conscientização dessas mulheres.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo teve como objetivo principal identificar os motivos pelos quais uma mulher que vive em situação de violência permanece nesta relação nociva. Em vários momentos, ela não consegue sequer identificar esse processo em sua vida, vivendo um ciclo que afeta diretamente sua saúde mental, tendo sérias implicações, tanto para quem sofre desta problemática, quanto para aqueles que estão à sua volta. Diante da temática fez-se uma revisão bibliográfica com base nos dados pesquisados, revisando a produção científica acerca dos temas violência contra a mulher, dependência emocional e relacionamento abusivo.

Sendo a violência doméstica, ainda a consequência mais comum dos relacionamentos abusivos observada na sociedade, houve um grande avanço quando sancionada a lei Maria da Penha, que classificou os tipos de abusos contra a mulher, não apenas como violência física, mas também trazendo à luz do conhecimento a violência sexual, moral, psicológica e patrimonial, salvaguardando a mulher do seu agressor, na maioria das vezes, com medidas protetivas capazes de evitar que se chegue ao ponto extremo de um feminicídio.

Vimos como é importante o processo que o indivíduo passa durante seu crescimento, principalmente aquele da primeira infância (de zero a sete anos) que é considerada uma fase primordial e que influenciará diretamente o comportamento do sujeito ao longo de toda sua vida, fazendo parte desse processo seus cuidadores, mas vale ressaltar que no processo de individuação, a família é um dos eixos centrais para esse processo, e a falta dele nas primeiras relações de apego desenvolvidas na infância repercutem no estilo de apego do indivíduo, ao decorrer do seu ciclo vital.

Dentro de uma relação disfuncional, é difícil para a mulher conseguir sair sozinha desta situação de violência. É preciso que ela, primeiramente, perceba que está em situação de abuso. Para que vislumbre o rompimento dessa relação, são requeridas intervenções de profissionais de diferentes áreas, identificando os obstáculos para a reconstrução dessa nova identidade, promovendo reflexões inerentes às experiências vivenciadas no decorrer da relação abusiva. Sejam emocionais, financeiros, logísticos, ou outros, os desafios a serem enfrentados não

são poucos. Eles requerem transformações e adaptações em importantes segmentos da vida do indivíduo.

São necessárias novas estratégias que abordem a situação de forma holística e que levem em consideração o pressuposto de que a situação apresenta fatores sociais arraigados à sua problemática. Entende-se que a violência contra a mulher exige que o profissional de psicologia repense suas práticas e modelos de intervenção tradicionais, especialmente os modelos clínicos voltados para o Inter psíquico, devendo agregar o desenvolvimento e a promoção do atendimento por equipes multidisciplinares, que considerem uma clínica ampliada e intervenções psicossociais como parte integrante da terapia.

Por fim, o presente trabalho não se propôs a esgotar o tema abordado. É evidente a necessidade de produção de novos estudos que venham fomentar a compreensão mais ampla e aprofundada do problema. Faz-se necessário uma melhor compreensão, por exemplo, das vítimas e de seus abusadores em relações homoafetivas, e da identificação de formas mais eficientes de intervenção, não discutidas neste estudo.

REFERÊNCIAS

ADEODATO, V. G. et al. Qualidade de vida e depressão em mulheres vítimas de seus parceiros. **Revista de Saúde Pública**, 2005, v. 39, n. 1, p. 108-113.

BARRETTO, R.S. **Psicóloga explica relacionamento abusivos**: o que é e como sair dessa situação. 2015. Entrevista. UNESP, São Paulo, 2015. Disponível em: <http://reporterunesp.ior.br/2015/08/20/psicologa-explicarelacionamentos-abusivos-o-que-e-e-como-lidar-com-essa-situacao>. Acessado em: 20/12/2021.

BOWLBY, J. **Uma base segura**: aplicações clínicas da teoria do apego. Porto Alegre: Artes Médicas, 1989. 202 p.

BONAFÉ, S. M.; CORBETT, E. SOS Ação Mulher e Família: relato de uma experiência de atendimento a mulheres e famílias no contexto da violência Doméstica. **Revista de Psicologia da UNESP**, 2(1), 2003

BOSCARDIN, M. K.; KRISTENSEN, C. H. Esquemas Iniciais Desadaptativos em mulheres com amor patológico. **Revista de Psicologia da IMED**, v. 3, n. 1, p. 517-526, 2011.

BRASIL. Lei 11.340 de 07 de agosto de 2006. **Lei da Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher (Lei Maria da Penha)**. Brasília, DF: Senado Federal.

CÔRREA, R. C. O enfrentamento à violência doméstica e familiar contra a mulher: uma construção coletiva. **Cartilha Maria da Penha e Direitos da Mulher**. Ministério Público Federal. Brasília-DF. 2011.

DOWLING, C. **Complexo de Cinderela**. [Tradução de Amarylis Eugênia F. Miazzi]. 53 ed. São Paulo: Melhoramentos, 2002.

GARCIA M. V. et al. Caracterização dos casos de violência contra a mulher atendidos em três serviços na cidade de Uberlândia, Minas Gerais, Brasil. **Cadernos de Saúde Pública**. 2008; 24 (11): 2551-63.

GIL, A. C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. São Paulo: Atlas, 2008.

GOMES, N. P. et al. Violência conjugal e o atendimento da mulher na delegacia e no serviço de saúde. **Revista Baiana de Enfermagem**, Salvador, v. 27, n. 2, 2013. pp. 146-53.

GUIMARÃES, A. P. M.; SILVA NETO, M.C. A formação do self e a dependência afetiva: uma revisão bibliográfica da abordagem centrada na pessoa. **Revista do NUFEN**. Belém, v.7, n.2, p.48-77, dez. 2015.

HANADA, H. **Os psicólogos e a assistência a mulheres em situação de violência**. (dissertação). São Paulo: Faculdade de Medicina, Universidade de São Paulo; 2007.

HAZAN, C.; SHAVER, P. R. Attachment as an organizational framework for research on close relationships. 1994. **Psychological Inquiry**, 5(1), 1-22.

HIRIGOYEN, M. F. Os Homens Violentos. In: HIRIGOYEN, M. F. **A violência no casal: da coação psicológica à agressão física**. Tradução de Maria Helena Kühner. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006c. p. 121-136.

HUMÉREZ, L. V. P.; GONZALES, S. R. Relação entre esquemas desadaptativos com dependência emocional em mulheres em situação de violência por parceiro íntimo. **Revista de Investigacion Psicológica**, 2020. (23), 9-34. Disponível em: <http://crepop.pol.org.br/wp-content/uploads/2013/05/2013-05-02b-MULHER.pdf>. Acesso em: 21 jan. 2022.

LAURENTI, C.; BARROS, M.N.F. Identidade: Questões conceituais e contextuais. **Revista de Psicologia Social e Institucional**. Universidade Estadual de Londrina, v.2, no1, junho 2020.

LUKENS, E.P. ; MCFARLANE, W.R. (2004). Psychoeducation as evidence-based practice: Considerations for practice, research, and policy. **Brief Treatment and Crisis Intervention**, 4(3), 205-225.

MARTINS, V. M.; BARTILOTTI, C. B. Acabou comigo como pessoa: A caracterização da violência doméstica a partir da percepção de mulheres violentadas. **Cadernos de Pesquisa Interdisciplinar em Ciências Humanas**, v. 16, n. 108, 2015.

MINAYO, M. C. S. **Reflexividade como ethos da pesquisa qualitativa**. 2014. Disponível em: <https://www.scielo.org/article/csc/2014.v19n4/1103-1112/pt/>. Acesso em: 25 mar. 2022.

MONTEIRO, C. F. S.; SOUZA, I. E. O. Vivência da violência conjugal: fatos do cotidiano. 2007. **Psicologia & Sociedade**, 16(1), 26-31.

MORAL, M. V.; SIRVENT, C. Dependencia afectiva y género: Perfil sintomático diferencial en dependientes afectivos españoles. 2009. **Interamerican Journal of Psychology**, 43(2), 230-240.

NORWOOD, R. **Mulheres que Amam Demais**. 28 ed. São Paulo: ARX, 1985, 2005.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE. **Uma em cada 3 mulheres em todo o mundo sofre violência**. 2021. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/115652-oms-uma-em-cada-3-mulheres-em-todo-o-mundo-sofre-violencia#:~:text=Ao%20longo%20da%20vida%2C%20uma,praticamente%20inalterados%20na%20C3%BAltima%20d%C3%A9cada>. Acesso em: 15 fev. 2022.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE. Vigilância em Saúde no Rio Grande do Sul: panorama epidemiológico das notificações de violência sexual em crianças e adolescentes no período de 2015 a 2019. **Boletim Epidemiológico**. v. 20, n. 1-2 mar./jun., 2018.

PAZO C. G.; AGUIAR A. C. Sentidos da violência conjugal: análise do banco de dados de um serviço telefônico anônimo. **Physis**. 2012.

PHARO, P. Sociologia moral das dependências motivadas: o caso da dependência amorosa. 2015. **Sociologias**, 17(39), 198-223.

RODRIGUES, S.; CHALHUB, A. **Amor com Dependência**: Um olhar sobre a teoria do apego. Bahia: Psicologia, 2009.

SCHMIDT, E. B.; ARGIMON, I. I. L. (2009). Vinculação da gestante e apego materno fetal. 2009. **Paidéia**, 19(43), 211-220.

SOARES, M. B. **Enfrentando a violência contra a mulher**. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2005.

SAFFIOTI, H. I. B. **Gênero, patriarcado, violência**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

SCHRAIBER, L. B. et al. Violência contra a mulher: estudo em uma unidade de atenção primária à saúde. **Revista de Saúde Pública**, 36(4), pp.470-477, 2002

SOARES, B. M. In: BRASIL. Presidência da República. **Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. Enfrentando a Violência contra a mulher**. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2005.

TELLO, J. J. A. Dependência emocional de mulheres vítimas de violência por parceiros íntimos. 2015. **Revista Psicologia**, 33 no.2, 411-437.

COPING MUSICAL NO ENFRENTAMENTO DA ANSIEDADE

Jayne Conceição do Nascimento
Luís Augusto de Carvalho Mendes

RESUMO

A ansiedade é caracterizada como uma reação normal do organismo, de sentimento vago e desagradável de medo, apreensão, caracterizado por tensão ou desconforto. É considerada uma condição psiquiátrica, quando manifesta a partir de sintomas psicológicos, comportamentais e físicos, decorrentes de diversos fatores, de maneira exacerbada, podendo afetar o paciente em relação ao ato de se auto cuidar ou de praticar algumas atividades. O número de pessoas acometidas por transtornos de ansiedade em todo mundo tem crescido de maneira rápida. A partir desse cenário, o objetivo geral deste estudo foi analisar como a música pode contribuir no enfrentamento contra a ansiedade. Foi feita uma pesquisa de levantamento com 152 universitários de faculdades localizadas na grande João Pessoa, PB. A pesquisa teve abordagem quantitativa e natureza descritiva. Os dados foram coletados por meio do questionário sociodemográfico, de comportamento musical, da Escala de Ansiedade de Hamilton (HAMA) e da Escala de *Coping* através de Ouvir Música (ECOM). O procedimento de coleta de dados foi feito por meio virtual nas redes sociais. Os resultados desta pesquisa mostraram que quanto maior a ansiedade, maior o uso da música como estratégia de *Coping* para resolver problemas ou evitar as situações. Também foi possível verificar que a música pode ajudar a diminuir a ansiedade e proporcionar bem-estar, principalmente quando feita em conjunto com o comportamento de cantar e dançar. Assim, este trabalho colabora com as reflexões no campo do tratamento da ansiedade e contribuições às práticas de saúde, visando proporcionar um tratamento complementar, eficaz e que melhore a qualidade de vida da população por meio da música.

Palavra-Chave: *Coping* Musical. Música. Tratamento. Ansiedade.

ABSTRACT

Anxiety is characterized as a normal reaction of the organism, of vague and unpleasant feeling of fear, apprehension, characterized by tension or discomfort. It is considered a psychiatric condition, when manifested from psychological, behavioral and physical symptoms, resulting from several factors, in an exacerbated way, which can affect the patient in relation to the act of self-care or to practice some activities. The number of people affected by anxiety disorders around the world has grown rapidly. From this scenario, the general objective of this study was to analyze how music can contribute to *Coping* with anxiety. A survey was carried out with 152 university students from colleges located in the greater João Pessoa, PB. The research had a quantitative approach and descriptive nature. Data were collected through the sociodemographic questionnaire, musical behavior, the Hamilton Anxiety Scale (HAMA) and the *Coping* Scale through Listening to Music (ECOM). The data collection procedure was done through virtual social networks. The results of this research showed that the greater the anxiety, the greater the use of music as a *Coping* strategy to solve problems or avoid situations. It was also possible to verify that music can help to reduce anxiety and provide well-being, especially when

performed in conjunction with the behavior of singing and dancing. Thus, this work collaborates with reflections in the field of anxiety treatment and contributions to health practices, aiming to provide a complementary, effective treatment that improves the population's quality of life through music.

Keyword: Musical *Coping*. Music. Treatment. Anxiety.

INTRODUÇÃO

A observação do cotidiano, assim como resultados de pesquisas têm demonstrado a importância da música na vida das pessoas (MITCHELL *et al.*, 2007). A música mais do que qualquer outra arte, tem uma representação neuropsicológica extensa, com acesso direto à afetividade, controle de impulsos, emoções e motivação. A percepção musical relacionada às emoções depende de variáveis, tais como a experiência emocional específica de cada um (WEIGSDING, 2015).

Uma categoria que ganhou notoriedade na literatura, foi o *Coping* através da música por seu efeito terapêutico em inúmeras questões psicológicas (como estresse, relações interpessoais e comunicação) e sua inclusão natural no cotidiano, pesquisas vêm indicando o papel do consumo da música para a manutenção da saúde mental e o enfrentamento de situações que impactam o funcionamento psicológico (FIOREZI *et al.*, 2017; DICKSON; SCHUBERT, 2019).

Numa proposta clássica, Lazarus e Folkman (1984) definem o *Coping* como os esforços cognitivos e comportamentais, em constante mudança, para cumprir certas exigências internas ou externas de uma situação que seja reconhecida ou percebida pela pessoa como particularmente exigente. Desta forma, o *Coping* adequado a uma determinada situação conduz a um ajustamento também este adequado (RIBEIRO; RODRIGUES, 2004). Ou seja, as estratégias de *Coping* são consideradas adequadas ou eficientes quando permitem um equilíbrio entre o controle do desconforto emocional e a gestão do problema que origina esse desconforto, devendo estes ser coerentes com os valores, objetivos e estilos de *Coping* de cada pessoa (KERTZ *et al.*, 2015).

Silva *et al.*, (2012) afirmam, que por sua vez, quando a música é utilizada, ela evidencia uma sensação de paz, alegria, tranquilidade, descontração e bem-estar. Assim, as experiências musicais proporcionam tranquilidade no cuidar do familiar ou paciente. Buscando atenção a si e ao seu autocuidado na diminuição da ansiedade, alívio de tensões, reflexão, autoconhecimento, seu bem-estar, expressão das preocupações e projeção do futuro (PINHO; TRENCH, 2012).

Outro tema tratado neste trabalho é a ansiedade. De acordo com Assunção *et al.*, (2020) ansiedade é um mecanismo de importante sobrevivência nos seres humanos. Da maneira que uma pessoa é capaz de desenvolver reações de ansiedade disfuncionais apresentando e produzindo pensamentos, que pode levá-la a ter concepções da realidade distorcidas e ter prejuízos significativos.

Determina-se que a ansiedade é de cunho patológico fazendo necessário a uma avaliação clínica, ao observar frequência dos pensamentos e se caucionar nas tarefas cotidianas levando em conta os grupos sociais e contexto cultural. Assim, o diagnóstico define-se quando se constata que não há efeitos de usos de medicamentosos ou outro transtorno mental que não são explicados (APA, 2014; LUBIAN; BOSSARDI, 2018).

Segundo pesquisa de Firmeza *et al.* (2017), pessoas que ouvem música erudita instrumental e ambiente durante a sessão de terapia, têm a redução de ansiedade.

A partir desse cenário, esta pesquisa justificou-se pelo intuito de verificar como os aspectos das músicas podem apresentar bons resultados no enfrentamento da ansiedade. Buscou entender as demandas apresentadas pela sociedade e suas causas, pois se notou que a ansiedade vem crescendo constantemente.

Partindo desta explanação, ressalta-se que a ansiedade vem se tornando uma das doenças que mais tem afetado a população no mundo todo neste século. Tornando-se considerada patológica, podendo prejudicar a saúde de qualquer pessoa. Sua incidência é tanta, que tem despertado o interesse dos especialistas pelos estudos e pesquisas sobre suas causas e tratamento (SILVA, 2011).

Assim, este trabalho buscou abordar o seguinte problema: de que maneira a música pode contribuir como ferramenta terapêutica para tratamento da ansiedade? A partir dessa questão, o objetivo deste estudo foi analisar como a música pode contribuir no enfrentamento contra a ansiedade. Atribuindo conseqüentemente aos objetivos específicos que foram: Descrever os comportamentos frente à música e os índices de *Coping Musical*; os comportamentos frente à música a ansiedade, e verificar a relação entre *Coping Musical* e a ansiedade.

A hipótese defendida foi que a ansiedade se correlacionou positivamente com o *Coping Musical*.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A MÚSICA E SUA FUNÇÃO TERAPÊUTICA

A música tem sido entendida como uma maneira de comunicar-se, expressar atitudes e valores, bem como a própria personalidade (BOER, 2009). Além disso, ouvir música impacta o estado de ânimo e regula o humor e propicia interações sociais (BUENO; BERGAMASCO, 2008).

A capacidade de a música influenciar o estado emocional do indivíduo se deve ao fato dela produzir reações fisiológicas cuja magnitude parece depender do conteúdo emocional. Portanto, a percepção musical envolve muitas variáveis, muitas áreas encefálicas e é capaz de influenciar o corpo todo através das reações emocionais e fisiológicas (CARTER, 2009).

Ritmo, melodia e harmonia são os principais elementos que constituem a música. Dentre eles, o ritmo é o que mais se associa à percepção de duração no tempo, de periodicidade, pois é algo que flui, que se move, é um movimento regulado. É importante, pois sem movimento não há som uma vez que todo movimento produz som, mesmo que este não seja percebido pelo ouvido humano (WEIGSDING, 2015).

Recentemente Miranda e Claes (2009) utilizaram estes conceitos (*Coping* focado na emoção, no problema e tipo evitação) para desenvolver sua medida de *Coping* através da música, intitulada *Coping by Music Listening Scale* e traduzida como Escala de *Coping* através de Ouvir Música (ECOM), para mensurar situações nas quais se escuta música para melhor lidar com os problemas. Escala essa, que se trata de uma medida que objetiva aferir as estratégias de *Coping* através de ouvir música em situações estressantes que envolvem escola, amigos ou família (PIMENTEL *et al.*, 2012).

A utilização da música para melhorar o bem-estar físico, emocional e mental, é praticada desde tempos antigos. É difícil encontrar uma única fração do corpo humano que não acuse a influência dos sons musicais mobilizando as emoções e influenciando em numerosos processos corporais. Atua de forma direta sobre as células e os órgãos que o constituem e indiretamente mobilizando as emoções e influenciando em numerosos processos corporais que, por sua vez, propiciam relaxamento e bem-estar (RAMALHO; GÓIS RAMALHO, 2017).

Constata-se cada vez mais que a música tem importantes consequências para o desenvolvimento emocional e cognitivo do indivíduo, o que nos leva a refletir sobre sua utilização como recurso terapêutico (SILVA *et al.*, 2012).

A Musicoterapia, por exemplo, é uma ferramenta terapêutica de uso da música como instrumento de saúde, mostrando que é possível desenvolver potenciais, reabilitar e prevenir doenças através dos sons. O efeito desse tipo de terapia vai além do uso da música como tranquilizante ou como ferramenta para alegrar o paciente. Estudos garantem que o tratamento fortalece emocionalmente o paciente. O musicoterapeuta usa a música e seus elementos - som, ritmo, melodia e harmonia - para a reabilitação física, mental e social de indivíduos ou grupos (RAMALHO; GÓIS RAMALHO, 2017).

A Associação Americana de Musicoterapia, segundo Neres *et al.* (2019), definiu a musicoterapia como uma prática baseada em evidências na qual musicoterapeutas certificados utilizam a música com objetivos terapêuticos específicos e metas individualizadas. Diversas técnicas podem ser utilizadas a depender das necessidades do paciente, preferências e avaliação do musicoterapeuta. O objetivo é que a música provoque um efeito distrator, focando a atenção do paciente longe de estímulos negativos para algo agradável e encorajador.

Assim, a Musicoterapia traz essa modalidade terapêutica com o tratamento físico, intelectual, mental, social ou cognitivo. Com isso, a música traz esse percorrer de diversos caminhos e podendo ser utilizada em diversos ambientes e diferentes propósitos. Desta forma, a aplicação terapêutica passa a utilizar som, levando as experiências musicais originalmente atribuídas no contexto educacional como um recurso potencializador da ação terapêutica, interferindo na qualidade de vida das pessoas (ROMÃO, 2015).

Dentro dessa perspectiva, investiga-se que a utilização e benefícios do uso da música contra o transtorno de ansiedade vem se tornando relevante, pelo fato da terapêutica considera-se de baixo custo, sem possibilidade de uso exagerado, com mínimos efeitos colaterais a exemplo da terapêutica medicamentosa, trazendo a facilidade de ser desenvolvida com a alta aceitação por parte dos indivíduos que necessitam. Além de maior engajamento de possibilitar uma cognição em interação entre os indivíduos (PEREIRA; CASTRO; OESTERREICH, 2020).

TRATAMENTO DA ANSIEDADE

A ansiedade é caracterizada como uma reação normal do organismo, ela serve para manter o indivíduo em sinal de alerta e motivado e possivelmente auxiliá-lo em sua sobrevivência quando algo ameaçador à sua integridade física e psicológica porventura surgisse. Ansiedade é um sentimento vago e desagradável de medo, apreensão, caracterizado por tensão ou desconforto derivado de antecipação de perigo, de algo desconhecido ou estranho passando a ser

reconhecida como algo patológico quando as reações causadas por ela são exageradas e desproporcionais em relação ao estímulo (AQUINO *et al.*, 2017).

Segundo o Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais-DSM 5 (APA, 2014), os indivíduos que sofrem de transtorno de ansiedade apresentam algumas características principais como ansiedade e preocupação persistentes e excessivas referente a vários domínios, incluindo desempenho no seu dia a dia, onde a pessoa encontra dificuldade em controlar-se. Em geral, acomete mais o sexo feminino do que o masculino. Somente o Clínico é quem poderá dar o diagnóstico (PHILLIPS *et al.*, 2014).

A ansiedade é uma soma multidimensional relacionado a medos somáticos, de situações sociais e de aspectos cognitivos interpretados pelo consciente do indivíduo de maneira exacerbada e que lhe impede de desenvolver suas atividades cotidianas (RIBEIRO *et al.*, 2019). É uma condição psiquiátrica, que se manifesta a partir de sintomas psicológicos, comportamentais e físicos, decorrentes de diversos fatores, diante de algumas condições que podem se tornar crônicas ou recorrentes, pode afetar o paciente em relação ao ato de se auto cuidar ou de praticar algumas atividades (CHAVES *et al.*, 2018).

Segundo Prado *et al* (2012), o termo transtorno de ansiedade é utilizado para diversas condições, incluindo síndrome do pânico, fobias, transtorno obsessivo-compulsivo, ansiedade generalizada, estresse pós-traumático e ansiedade devido a uma condição médica geral.

No qual se entende pela ansiedade, pode-se dizer que ela é uma sequência de alterações funcionais compreendida que gera comportamento de reações involuntárias e voluntárias, ocasionando o preparo do organismo para a autoproteção. Sendo uma ferramenta considerada mecanismo necessário de sobrevivência na espécie humana, não somente sobrevivência, mas de outros animais (SWIFT *et al.*, 2014).

No entanto, a ansiedade vem se tornando uma das doenças que mais tem afetado a população no mundo neste século. Sua incidência é tanta, que tem despertado o interesse dos especialistas pelos estudos e pesquisas sobre suas causas e tratamento. Segundo estudos internacionais, 25% da população sofrem ou sofrerão de transtorno de ansiedade em algum momento de suas vidas (SILVA, 2011).

Os tratamentos dos transtornos de ansiedade consistem em medidas medicamentosas, em casos extremos, acompanhamento psicológico, para tentar entender o mecanismo causador do transtorno de ansiedade, e medidas terapêuticas alternativas, utilizadas para aliviar os sentimentos de medo e apreensão que o transtorno de ansiedade traz. Dentre estas medidas terapêuticas alternativas, se encontra a musicoterapia (BEHENCK *et al.*, 2018).

As aplicabilidades da musicoterapia no tratamento de pessoas com ansiedade são expressas devido aos seus benefícios, uma vez que o bem-estar, a produtividade de indivíduos comunicativos, as sensações de prazeres liberados durante a terapia interagem de maneira positiva no quadro clínico de pessoas com transtorno de ansiedade (TAETS *et al.*, 2019).

Firmeza *et al.*, (2017) no seu estudo de ensaio clínico controlado e randomizado, traz o desenvolvimento de um ambulatório no hospital universitário do estado do Ceará, Brasil, onde os participantes foram submetidos a questionários de escalas de ansiedade e em seguida a terapias de musicoterapia. Os resultados mostraram que após as terapias de musicoterapias os valores pressóricos diminuíram, assim como batimentos cardíacos e frequência respiratória se

mantiveram dentro dos valores normais no qual os resultados obtidos durante os questionários de ansiedade diminuíram significativamente.

Neste sentido, é possível notificar a aplicabilidade e a possibilidade de desenvolvimento de novas habilidades a partir da utilização dos preceitos da musicoterapia na intervenção psicológica. Pois, dentre as ferramentas terapêuticas na condução do tratamento da ansiedade, a musicoterapia visa uma integração física, mental e psicológica do paciente. Esta modalidade de intervenção é justificada por promover a melhora de habilidades como atenção conjunta, reciprocidade, imitação, troca de papéis, competências sociais e desenvolvimento de linguagens e de melhorar a diminuição ou o desaparecimento de sintomas de psicopatologias, diminuição da sensação de dor, aumento de sentimentos positivos (GATTINO; SILVA; MOURA, 2016).

Com isso, o tratamento de ansiedade com a ferramenta terapêutica da musicoterapia tem facilidade em ser aplicada devido a atenção que a maioria desses indivíduos demonstram por música. A música é capaz de causar no ser humano grandes resultados na qualidade de vida, devido a influência que exerce em diversos aspectos, principalmente quando o foco é no desenvolvimento de habilidades sociais e na melhora da interação. Por isso é considerada um valioso recurso terapêutico (REZENDE *et al.*, 2018).

Dessa forma, é possível entender que a musicoterapia tem um papel de grande importância na busca por melhorias em relação aos sofrimentos psíquicos, pois trazem sensação de bem-estar, alivia sensações de medo e angústia, traz sensações de autocontrole e tem a capacidade de diminuição de recursos medicamentosos já que este tipo de terapia está aliada ao prazer gerando no cérebro respostas e permitindo que a utilização de fármacos seja reduzida.

MÉTODO

O trabalho desenvolvido trata-se de uma pesquisa de levantamento que teve abordagem quantitativa, no qual, segundo Prodanov e Freitas (2013, p. 70), o objetivo é avaliar, analisar e sintetizar formular hipóteses e classificar a relação entre as variáveis para garantir a precisão dos resultados, evitando contradições no processo de análise e interpretação, trazendo resultados precisos e evitando inferências nas contradições do pesquisador, assim fortalecendo uma qualidade fidedigna ao estudo.

Ao tratar-se de uma pesquisa de estudo com as variáveis quantitativas, foram frequentemente analisados os resultados que também tiveram a modalidade de ser descritos. De acordo com Cervo *et al.* (2007), a pesquisa descritiva procura descobrir, a maior precisão possível na frequência com que um fenômeno ocorre, a relação e conexão com outros, natureza e suas características. Visando-o o descrever das características de determinada população, fenômeno ou o estabelecimento de relações entre variáveis. A pesquisa mencionada, observa, registra, analisa e ordena os dados, sem manipulá-los, ou seja, sem interferência do pesquisador.

Responderam à pesquisa um total de 152 estudantes, sendo a maioria do sexo feminino (78,3%, n = 119), com idade média de 26 anos (dp = 9,55). Quanto ao estado civil, a maior parte é solteira (48%, n = 73), seguido por pessoas namorando (27%, n = 41), casadas (23%, n= 35). A renda mensal, teve maioria entre 1 e 3 salários-mínimos (56,6%, n= 86), seguida pelo índice de até 1 salário-mínimo (19,1%, n=29), entre 3 e 6 salários-mínimos (17,8%, n= 27) e acima de 6 salários-

mínimos (6,6%, n= 10). No curso, a grande maioria foi de Psicologia com (47,9%, n= 72), Administração (5,9%, n= 9), Engenharia Civil (5,9%, n= 9), Arquitetura (4,6%, n= 7), Ciência Contábeis (3,3%, n= 5), os demais cursos podem visualizar na Tabela 1.

Como instrumentos, foram utilizados o questionário sociodemográfico, Comportamento Musical, a Escala de *Coping* através de Ouvir Música – ECOM, elaborada pelos pesquisadores e a Escala de Ansiedade de Hamilton – HAMA, elaborada pelo pesquisador. Esses instrumentos foram disponibilizados através da ferramenta *google forms*, aplicados aos estudantes universitários das faculdades da grande João Pessoa-PB, sendo antecedido ao Termo de Consentimento Livre e Esclarecido que diz respeito à natureza do estudo, suas etapas, riscos e benefícios, recusa da participação e confidencialidade.

Os dados coletados por meio do questionário sociodemográfico e comportamento musical, foram categorizados para as análises descritivas e os dados das escalas serão analisados por meio de testes de correlação ou regressão, dependendo das características das amostras e testes estatísticos para estes fins.

Após a aplicação dos questionários, foi construída uma planilha a partir da digitação dos dados, com prévia codificação de respostas, utilizando o Software SPSS for Windows – versão 15. Os dados foram analisados através de estatística descritiva e inferencial em forma de tabulação.

O projeto foi submetido e aprovado ao Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) e através da Plataforma Brasil, com número CAAE 48385321.8.0000.5184, considerando-se os procedimentos éticos com seres humanos, a presente pesquisa é regida pelas resoluções 466/12 e 510/16, do Conselho Nacional de Saúde, do Ministério da Saúde.

Tabela 1. Questionário Sociodemográfico

	Itens	Frequência	Porcentagem
Sexo	Masculino	33	21,7%
	Feminino	119	78,3%
Estado Civil	Solteiro	73	48,0%
	Namorando	41	27,0%
	Casado	35	23,0%
	Divorciado	2	1,3%
	Viúvo	1	0,7%
Renda Mensal	Até 1 salário-mínimo	29	19,1%
	Entre 1 e 3 salários-mínimos	86	56,6%
	Entre 3 e 6 salários-mínimos	27	17,8%
	Acima de 6 salários-mínimos	10	6,6%
Curso	Psicologia	72	47,4%
	Administração	9	5,9%
	Engenharia Civil	9	5,9%
	Arquitetura	7	4,6%
	Ciência Contábeis	5	3,3%
	Medicina	5	3,3%
	Pedagogia	5	3,3%

	Direito	4	2,6%
	Enfermagem	4	2,6%
	Fisioterapia	4	2,6%
	Secretariado	4	2,6%
	Matemática	3	2,0%
	Letras	2	1,3%
	Ecologia	2	1,3%
Terapia	Sim	48	31,6%
	Não	104	68,4%

Fonte: autoria própria

RESULTADO E DISCUSSÃO

VARIÁVEIS RELACIONADAS À MÚSICA E ANSIEDADE

Considerando os temas desenvolvidos no respectivo questionário apresentado na Tabela 2, almejou analisar a música como fator no enfrentamento à ansiedade.

O nível de ansiedade da amostra, foi de 1,69 (dp = 0,92) numa escala de 0 a 4, o que indica que os respondentes apresentaram baixo nível de ansiedade. Quando perguntado se ouvem música, numa escala de 1 (nunca) a 5 (sempre), foi encontrada uma média de 4,54 (dp = 0,75) o que indica que os respondentes ouvem música com muita frequência.

Ao perguntar qual volume ouve música, a mostra foi de 3,63 (dp = 0,85), numa escala de 1 (Muito Baixo) a 5 (Muito Alto) o que relata que os respondentes ouvem música na faixa um pouco acima da mediana.

Quando perguntado se ao ouvir música, também canta ao acompanhar a música, a amostra foi de 4,24 (dp = 0,98) numa escala de 1 (Discordo Totalmente) a 5 (Concordo Totalmente) o que indica que os respondentes cantam ao ouvir a música com Frequência.

A pergunta quando ouve música, também dança, teve uma média de 3,15 (dp = 1,21) numa escala de 1 (Discordo Totalmente) a 5 (Concordo Totalmente) o que indica que os respondentes dançam ao ouvir música com faixa etária média. Esses achados são coerentes com o fato de que nossas experiências pessoais e sociais, além de nossa memória evidentemente, é que dirão que lembrança, desejo ou emoção será ativada ao ouvir, dançar, cantar ou tocar determinada música. (OCTAVIANO, 2010). Além disso, música e dança, juntos, são atividades existentes desde os tempos primitivos; suas histórias habitualmente aparecem associadas de tal forma, que podemos dizer: a dança é irmã da música (SOUSA; VIVALDO, 2010).

Na pergunta se a música ajuda na redução da ansiedade numa escala de 1 (Discordo Totalmente) a 5 (Concordo Totalmente), com média de 4,48 (dp = 0,80) o que indica que os respondentes têm a crença da redução da ansiedade ao ouvir música. Esse achado é coerente com a pesquisa de Firmeza *et al.* (2017), em que pessoas que ouvem música erudita instrumental e ambiente durante a sessão de terapia, têm a redução de ansiedade; que a música é suficiente na facilitação do processo, na modificação de pensamento e na redução da ansiedade (DANNENBERG, 2010); e o ato de ouvir música impacta no estado de ânimo e regula o humor e propicia interações sociais (BUENO; BERGAMASCO, 2008).

Quando perguntado se a música colabora com o bem-estar, houve uma média de 4,84 (dp= 0,43) numa escala de 1 (Discordo Totalmente) a 5 (Concordo Totalmente) o que indica que os respondentes têm a colaboração do bem-estar ao ouvir música. Silva *et al.*, (2012) afirmam, que por sua vez, quando a música é utilizada, ela evidencia uma sensação de paz, alegria, tranquilidade, descontração e bem-estar.

Na escala de *Coping* por ouvir música, os itens do fator de *Coping da Emoção*, apresentou uma média de 4,45 (dp = 0,65), numa escala de 1 (Nunca) a 5 (Sempre) o que indica que os respondentes têm a emoção modificada quando ouve música. O fator de *Coping* focado no problema, em uma escala de 1 (Nunca) a 5 (Sempre), teve média de 3,87 (dp= 0,91) o que mostra que os respondentes utilizam a música como estratégia para enfrentar problemas. Já o Favor de Evitação, teve média de 3,77 (dp= 1,08), numa escala de 1 (Nunca) a 5 (Sempre) o que mostra que os respondentes usam a música para evitar problemas e pessoas.

Tabela 2. Variáveis relacionadas à música e ansiedade

Variável	Média	Desvio padrão	Amplitude
Ansiedade	1,69	0,92	De 0 a 4
1 Ouve Música?	4,54	0,75	De 2 a 5
2 Volume da música?	3,63	0,85	De 2 a 5
3 Música + Canto	4,24	0,98	De 1 a 5
4 Música + Dança	3,15	1,21	De 1 a 5
5 Música diminui a Ansiedade?	4,48	0,80	De 1 a 5
6 Música gera Bem-Estar?	4,84	0,43	De 3 a 5
7 <i>Coping</i> Emoção	4,45	0,65	De 2 a 5
8 <i>Coping</i> focado no Problema	3,87	0,91	De 1 a 5
9 Evitação	3,77	1,08	De 1 a 5

Fonte: autoria própria

CORRELAÇÕES ENTRE A MÚSICA E ANSIEDADE

Ansiedade se correlacionou positivamente com volume da música ($r = 0,17$, $p = 0,02$) indicando que quanto mais ansioso, maior o volume da música. Ela também se correlacionou positivamente com *Coping* Musical Focado no Problema ($r = 0,16$; $p = 0,02$) e *Coping* Musical de Evitação ($r = 0,13$; $p = 0,05$), indicando que quanto maior a ansiedade, maior o uso da música como estratégia para resolver problemas ou evitar as situações. Não houve correlação significativa entre a ansiedade e as demais variáveis. Este achado está em acordo com o que os autores, Miranda e Claes (2009) que defendem o *Coping* através da música em mensurar situações nas quais se escuta música para melhor, lidar com os problemas e se tratar de uma medida que objetiva aferir as estratégias de *Coping* através de ouvir música em situações que envolvem escola, amigos ou família.

O item que indica o uso da música para diminuir a ansiedade, se correlacionou positivamente com a frequência de ouvir música ($r = 0,24$, $p = 0,02$); com o cantar ao ouvir música ($r = 0,21$, $p = 0,06$), com dançar ao ouvir música ($r = 0,23$, $p = 0,02$), com a colaboração da música para o meu bem-estar ($r = 0,55$, $p = 0,01$), com *Coping* emoção ($r = 0,57$, $p = 0,01$), com *Coping* focado no problema ($r = 0,57$, $p = 0,01$), com *Coping* evitação ($r = 0,57$, $p = 0,01$).

= 0,33, $p = 0,01$) e *Coping* evitação ($r = 0,22$, $p = 0,04$). Esses achados em conjunto podem indicar que ao ouvir música com foco na redução da ansiedade há uma busca por emoções, comportamentos, enfrentamentos e evitações de problemas ou estressores. O que coerente com Pinho e Trench (2012) quando defendem que a atenção a si e ao seu autocuidado auxilia na diminuição da ansiedade, alívio de tensões, reflexão, autoconhecimento, bem-estar, expressão das preocupações e projeção do futuro.

O item “Quando ouço música, também danço” se correlacionou positivamente com ouvir música ($r = 0,15$, $p = 0,03$), frequência de ouvir músicas ($r = 0,22$, $p = 0,05$), volume da música ($r = 0,24$, $p = 0,02$), se canto ao ouvir música ($r = 0,49$, $p = 0,01$), a música na ajuda da redução da ansiedade ($r = 0,23$, $p = 0,02$), música colabora no bem-estar ($r = 0,14$, $p = 0,03$) e *Coping* de evitação ($r = 0,20$, $p = 0,01$), indicando que dançar ao ouvir música traz bons resultados, como redução de ansiedade, bem-estar e a evitação de situações. Este achado está em acordo com o que os autores Ramalho; Góis Ramalho (2017), que defendem a utilização da música para melhorar o bem-estar físico, emocional e mental é praticada desde tempos antigos. É difícil encontrar uma única fração do corpo humano que não acuse a influência dos sons musicais mobilizando as emoções e influenciando em numerosos processos corporais. Assim, as células e os órgãos que o constituem e indiretamente mobilizando influencia as emoções em numerosos processos corporais propiciam relaxamento e bem-estar.

Música e bem-estar, correlacionou positivamente com ouvir música ($r = 0,20$, $p = 0,06$), dançar ao ouvir música ($r = 0,15$, $p = 0,03$), a música na ajuda da redução da ansiedade ($r = 0,55$, $p = 0,01$), com *Coping* emoção ($r = 0,48$, $p = 0,01$), e *Coping* problema ($r = 0,25$, $p = 0,01$), que indica que quanto mais ouve música, mais estabelece o bem-estar. Na medida em que se constatou que a música influencia positivamente o bem-estar (FREIRA, 2011).

Coping focado na emoção se correlacionou positivamente com ouvir música ($r = 0,27$, $p = 0,01$), com cantar ao ouvir música ($r = 0,18$, $p = 0,01$), com música e ansiedade ($r = 0,57$, $p = 0,01$), com *Coping* focado no problema ($r = 0,51$, $p = 0,01$), e com *Coping* de evitação ($r = 0,52$, $p = 0,01$). O que indica que o *Coping* focado na emoção atribui comportamento frente ao problema e sua evitação, buscando essa relação da música contribuir positivamente contra a ansiedade.

Já o *Coping* focado no problema se correlacionou positivamente com ouvir música ($r = 0,38$, $p = 0,01$), com a frequência do ouvir da música ($r = 0,17$, $p = 0,25$), com volume da música ($r = 0,17$, $p = 0,01$), com cantar ao ouvir música ($r = 0,13$, $p = 0,050$), com música e ansiedade ($r = 0,33$, $p = 0,01$), com música e bem-estar ($r = 0,25$, $p = 0,01$), com ansiedade ($r = 0,16$, $p = 0,02$), com *Coping* de emoção ($r = 0,51$, $p = 0,01$) e com *Coping* de evitação ($r = 0,30$, $p = 0,01$) o que indica, há uma relação entre estratégias focadas na redução do problema por meio da música e os itens diretamente relacionados ao comportamento, volume, canto e crenças de diminuição de ansiedade e bem-estar por meio da música.

O *Coping* evitação se correlacionou positivamente com ouvir música ($r = 0,13$, $p = 0,05$), com volume que escuta música ($r = 0,13$, $p = 0,05$), com cantar ao ouvir música ($r = 0,16$, $p = 0,02$), com dançar ao ouvir música ($r = 0,20$, $p = 0,01$), com música e redução da ansiedade ($r = 0,22$, $p = 0,01$), com ansiedade ($r = 0,13$, $p = 0,05$), com *Coping* de emoção ($r = 0,52$, $p = 0,01$), com *Coping* de problema ($r = 0,30$, $p = 0,01$) o que indica que quanto mais ouço música, mais evito situações. Estes achados do *Coping* emoção, problema, evitação está em acordo com o que os autores Miranda e Claes (2009); Pimentel *et al.*, (2012), utilizam o conceito que a

Escala de *Coping* através de Ouvir Música (ECOM), mensura situações nas quais se escutar música, melhor a lidar com os problemas e situações. Mostrando que o comportamento de se ouvir música como uma estratégia de *Coping* relevante para os adolescentes lidarem com situações estressantes, seja com a família, seja com escola ou amigos.

Tabela 3. Correlação entre as variáveis relacionadas a música e ansiedade

	01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11
01 Ouvir Música		,29	,11	,06	,15	,24	,20	,11	,27	,38	,13
02 Frequência que houve música			-,0	,09	,22	,12	,04	,04	,10	,17	,11
03 Volume da Música					,24	,24	,03	,09	,17	,08	,17
04 Música + Canto						,49	,21	,12	-,0	,18	,13
05 Música + Danço							,23	,15	,04	,13	,12
06 Música diminui ansiedade								,55	,11	,57	,33
07 Música + Bem-estar									-,0	,48	,25
08 Ansiedade										,12	,16
09 <i>Coping</i> focado na Emoção											,51
10 <i>Coping</i> focado no Problema											
11 Evitação											

Nota: * = $p < 0,05$; ** = $p < 0,01$; *** = $p < 0,001$. **Fonte:** Autoria própria

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante dos objetivos propostos nesta pesquisa, observa-se que os resultados foram atingidos, pois o objetivo geral visava analisar a como a música pode contribuir no enfrentamento contra a ansiedade, logo abordado dentro dessa pesquisa na esfera teórica, quanto por meio da investigação de campo.

Assim, no primeiro objetivo essa pesquisa buscou descrever os comportamentos frente à música e os índices de *Coping* Musical. Logo, apresentou que há uma influência no comportamento frente a utilização do *Coping* Musical, com resultados positivos no enfrentamento da ansiedade, de problemas e evitação de estressores.

No segundo objetivo, foi possível relacionar os comportamentos frente à música a ansiedade, em que se encontrou a ansiedade se correlacionando positivamente com as estratégias de *Coping*, indicando que quanto maior a ansiedade, maior o uso da música como estratégia para resolver problemas ou evitar as situações. Com isso, os comportamentos frente à música, podem proporcionar o bem-estar e baixar o nível de ansiedade.

No terceiro objetivo, buscou-se verificar a relação entre o *Coping* Musical e a ansiedade. Mostrando-se que houve essa relação aos respondentes com a redução da ansiedade ao ouvir música. Dessa forma, pelo *Coping* ser utilizado as funções de enfrentar o problema (*Coping* centrado no problema), evitação e a resposta emocional a música (*Coping* centrado na emoção), acaba tendo a relação entre a pessoa e o ambiente, trazendo essa vinculação ao baixo nível de ansiedade e os estressores relacionados.

Levando em consideração esses aspectos, os dados apresentados e suas respectivas análises, conclui-se que ao utilizar a música, cantar e dançar, pode haver uma alteração de redução de ansiedade. O que mostra que a música traz benefícios, ajudando a reduzir o estresse, na resolução de problemas e evitação de estressores, além de colaborar com a emoção, promovendo uma sensação de bem-estar.

Os achados desta pesquisa dialogam com a musicoterapia, uma ferramenta utilizada na psicoterapia, focada no uso da música para o tratamento de pessoas com ansiedade e que traz benefícios, uma vez que o bem-estar, a produtividade de indivíduos comunicativos, as sensações de prazeres liberados durante a terapia interagem de maneira positiva no quadro clínico. Com isso, a música traz esse percorrer de diversos caminhos e podendo ser utilizada em diversos ambientes e diferentes propósitos.

No entanto, é necessário falar que essa pesquisa se configura como uma parte de muitas outras no aspecto de como a música pode contribuir na redução da ansiedade. Tudo que foi apresentado é fruto de uma construção em desenvolvimento, e que possa ter projetos a frente. Assim, limita-se pela natureza da amostra por conveniência, com baixa representatividade e com aplicação virtual, o que limita sua capacidade de generalização.

Em virtude do que foi mencionado como trabalho futuro, sugere-se um projeto que seja colocado em práticas clínicas, utilizando a música como ferramenta terapêutica na redução da ansiedade e que possa ser utilizado no mestrado, atribuindo uma pesquisa maior estabelecida à musicoterapia.

Ao final do trabalho, é um ciclo de reconhecimento da necessidade da discussão e promoção da temática. Possibilitando o desenvolvimento de uma ferramenta que ainda não é tão conhecida e introduzir ao conhecimento da música na redução da ansiedade. Logo, aprimorando cada vez mais o estudo para que seja passado por novas descobertas profissionais da área da Psicologia.

REFERÊNCIAS

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION (APA). **Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais**: DSM-5. 5. ed. Porto Alegre: Artmed, 2014.

AQUINO, T. A. A. *et al.* Visões de morte, ansiedade e sentido da vida: um estudo correlacional. **Psicologia Argumento**, v. 28, n. 63, 2017.

ASSUNÇÃO, W.C. *et al.* O tratamento de sintomas de ansiedade baseado na música e terapia cognitivo-comportamental. **Rev. Educação, psicologia e interfaces**, v.14, n.1, p. 127-143, Janeiro/Março, 2020.

BEHENCK, A. S. *et al.* Transtorno de pânico e sensibilidade à ansiedade. Semana de Enfermagem (29.: 2018: Porto Alegre, RS). Liderança sustentável e comprometida com o direito humano à saúde: desafios da Enfermagem; [anais][recurso eletrônico]. Porto Alegre: HCPA, UFRGS, **Ciências da Saúde Campo Promissor em Pesquisa Escola de Enfermagem**, p. 251, 2018. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/182201>. Acesso em: 05 mar. 2022.

BOER, D. **Music makes the people come together**: social functions of music listening for young people across cultures (Tese de Doutorado). Victoria University of Wellington, New Zealand, 2009. Disponível em: <http://researcharchive.vuw.ac.nz/handle/10063/1155>. Acesso em: 03 mar. 2022.

BUENO, V. F; BERGAMASCO, N. H. P. Efeito da associação de sabor e música sobre o estado de ânimo de crianças. **Estudos de Psicologia** (Campinas), 25(3), p. 385-393, 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/estpsi/a/3RNKnFRfkRpWxHnyQ94hGHv/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 03 mar. 2022.

CHAVES, I. F. G. M. *et al.* Maracujá (passiflora incarnata): tratamento alternativo do transtorno da ansiedade. **Mostra Científica da Farmácia**, [S.l.], v. 4, n. 2, aug. 2018. ISSN 2358-9124. Disponível em: <http://publicacoesacademicas.unicatolicaquixada.edu.br/index.php/mostracientificafarmacia/article/view/2312/1874>. Acesso em: 01 dez. 2021

CARTER, R. **The Human Brain Book**. 1. Ed. New York, USA: ISBN, 2009. Disponível em: https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/ArqMudi/issue/download/974/pdf_42. Acesso em: 14 out. 2021.

DANNENBERG, R. B. *Style in Music*. **Preprint from The Structure of Style: Algorithmic Approaches to Understanding Manner and Meaning**, Berlin: Springer-Verlag, pp. 45-58, 2010. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/238543050_Style_in_Music. Acesso em: 17 out. 2021.

FREIRE, I. S. **A música como promotora do bem-estar psicológico na adolescência**. FP – Dissertações de Mestrado. 2011. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10451/4946>. Acesso em: 06 maio. 2022.

FIRMEZA, M. A. *et al.* Control of anxiety through music in a head and neck outpatient clinic: a randomized clinical trial. **Revista da Escola de Enfermagem da USP [online]**, v. 51, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1980-220X201603050320> Epub 27 Mar 2017. ISSN 1980-220X. <https://doi.org/10.1590/S1980-220X2016030503201>. Acesso em: 01 dez. 2021.

FIOREZI, J.N. *et al.* **Os efeitos da música em biomarcadores de estresse, imunológicos e comportamentais em portadores do espectro autista**. *Cinergis*, 18(Supl. 1), p. 373-380, 2017. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.17058/cinergis.v18i0.11174>. Acesso em: 03 mar. 2022.

GATTINO, G. S.; SILVA, L. C.; MOURA, A. musicoterapia e educação musical no contexto hospitalar: aproximações e distanciamentos. **Revista In Cantare**, [S.l.], p. 12, jul. 2016. ISSN 2317-417X. Disponível em: <http://periodicos.unespar.edu.br/index.php/incantare/article/view/822>. Acesso em: 01 dez. 2021.

KERTZ, S. J. *et al.* Distress intolerance and worry: The mediating role of cognitive variables. *Anxiety, Stress and Coping: An International Journal*, 28(4), p. 408–424, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/10615806.2014.97457>. Acesso em: 14 de jun. 2022.

LAZARUS, R. S.; FOLKMAN, S. *Stress, appraisal, and Coping*. **NY: Springer**, 1984. Disponível em: https://link.springer.com/referenceworkentry/10.1007/978-1-4419-1005-9_215#howtocite. Acesso em: 14 de jun. 2022.

LUBIAN, L.; BOSSARDI, C. N. Revisão sistemática sobre a eficácia de estratégias não farmacológicas no tratamento da ansiedade: uso da musicoterapia e da acupuntura. **Rev. Brasileira de Tecnologias Sociais**, V.5, n.1, p.10-21, 2018. Disponível em: <https://siaiap32.univali.br/seer/index.php/rbts/article/view/13398>. Acesso em: 01 dez. 2021.

MIRANDA, D; CLAES, M. Music listening, *Coping*, peer affiliation and depression in adolescence. **Psychology of Music**, 37(2), p. 215-233, 2009. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/247733571_Music_listening_Coping_peer_affiliation_and_depression_in_adolescence. Acesso em: 03 mar. 2022.

MITCHELL, L. *et al.* **A survey investigation of the effects of music listening on chronic pain**. *Psychology of Music*. 35(1), p. 39-59, 2007. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/41956002_A_survey_investigation_of_the_effects_of_music_listening_on_chronic_pain. Acesso em: 03 mar. 2022.

OCTAVIANO, C. Os efeitos da música no cérebro humano. **Com Ciência [online]**. 2010, n.116, pp. 0-0. Disponível em: http://comciencia.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-76542010000200005&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 05 de maio. 2022.

PRADO, J. M; KUREBAYASHI, L. F. S. *et al.* Eficácia da auriculoterapia na redução de ansiedade em estudantes de enfermagem. **Rev. esc. enferm. USP**. vol. 46, n. 5., p. 1200-1206, 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/reeusp/a/f3cFfyHzxxzsYXN7TwdRdYL/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 05 nov. 2021.

PEREIRA, T. T.; CASTRO, L. H. A.; OESTERREICH, S. A. Ciências da Saúde Campo Promissor em Pesquisa, by **Atena Editora**, 2020. Disponível em: <https://www.atenaeditora.com.br/post-ebook/2974>. Acesso em: 18 nov. 2021.

PHILLIPS, K. A. *et al.* Transtornos de ansiedade, do espectro obsessivo-compulsivo, pós-traumáticos e dissociativos. *In: Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais- DSM-5* [american psychiatric association; tradução: Nascimento, M. I. C. *et al.*]. – 5. Ed. – dados eletrônicos. – **Artmed**. Seção II. p. 189-222. Porto Alegre, 2014.

PIMENTEL, C. E. *et al.* Evidências de validade e precisão da Escala de *Coping* através de Ouvir Música. **Psico-USF**, 17(1), p. 141-151, 2012.

PINHO, M. C. C. A.; TRENCH, B. V. Musicoterapia e o cuidado ao cuidador: uma experiência junto aos agentes comunitários de saúde na favela monte azul. **Rev. Brasileira de Musicoterapia**, Ano XIV, n.13, p. 53 – 65, 2012. Disponível em: <https://www.revistademusicoterapia.mus.br/wp>. Acesso em: 12 set. 2021.

RAMALHO, A.D.M.; RAMALHO, J.P.G. A musicoterapia como recurso terapêutico para tratamento do paciente psiquiátrico. **Enfermagem Brasil, João Pessoa-Pernambuco**, v.16, n 4, p. 246-252, 2017.

REZENDE RIBEIRO, H. K. P. *et al.* Transtornos de ansiedade como causa de afastamentos laborais. **Revista Brasileira de Saúde Ocupacional**, v. 44, p. 1-8, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbso/a/WfpQJQM7TSqLb7PWxW9Frwg/?lang=pt#>. Acesso em: 24 out. 2021.

RIBEIRO, J. L. P.; RODRIGUES, A. P. Questões acerca do *Coping*: A propósito do estudo de adaptação do Brief Cope. **Psicologia, Saúde e Doenças**, v. 1, p. 3-15, 2014. Disponível em: <file:///C:/Users/Usu%C3%A1rio/Downloads/62.pdf>. Acesso em: 14 de jun. 2022.

ROMÃO, S. L. S. Os diferentes caminhos da música – um olhar sobre a musicoterapia, **Colloquium Humanarum**, vol. 12, n. Especial, p. 1713-1720, 2015. Disponível em: <http://www.unoeste.br/site/enepe/2015/suplementos/area/Humanarum/Artes/OS%20DIFERENTES%20CAMINHOS%20DA%20M%C3%A9SICA%20UM%20OLHAR%20SOBRE%20A%20MUSICOTERAPIA.pdf>. Acesso em: 15 nov. 2021.

SILVA, A. B. B. **Mentes ansiosas: medo e ansiedade além dos limites**. Rio de Janeiro: Objetiva, 207 p, 2011. Disponível em: <http://darsonipsicologia.yolasite.com/resources/Mentes%20Ansiosas.pdf>. Acesso em: 05 set. 2021.

SILVA, M. N. *et al.* A música para indução de relaxamento na Terapia de Integração Pessoal pela Abordagem Direta do Inconsciente – ADI/TIP. **Contextos Clínicos**, vol. 5, n. 2, julho-dezembro 2012. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/cclin/v5n2/v5n2a04.pdf>. Acesso em: 01 dez. 2021.

SOUSA, J. V.; VIVALDO, L. A importância da música na Educação Infantil. P@rtes **Revista Eletrônica**. 2010. Disponível em: <https://www.elitonrufino.com.br/wp-content/uploads/2020/08/A-import%C3%A2ncia-da-utiliza%C3%A7%C3%A3o-da-m%C3%BAsica-na-educa%C3%A7%C3%A3o-infantil.pdf>. Acesso em: 05 de maio. 2022.

SWIFT, P. *et al.* Living with anxiety: Understanding the role and impact of anxiety in our lives. **Mental Health Foundation**, 2014. Disponível em: <https://www.mentalhealth.org.uk/sites/default/files/living-with-anxiety-report.pdf>. Acesso em: 25 nov. 2021.

TAETS, G. G. C. *et al.* Efeito da musicoterapia sobre o estresse de dependentes químicos: estudo quase-experimental. **Rev. Latino-Am. Enfermagem**, v. 27, p. e3115, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rlae/a/xj4YrPqqCvN6m4S3pN3dVYG/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 01 dez. 2021.

WEIGSDING, J. A. A influência da música no comportamento humano. **arqmudi** [Internet]. 22º de janeiro de 2015 Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/ArqMudi/article/view/25137>. Acesso em: 20 mar. 2022.

PSICOLOGIA E SEXUALIDADE: contribuições da intervenção psicológica clínica no tratamento das disfunções sexuais femininas

Jessica Santos de Souza
Kay Francis Leal Vieira

RESUMO

Tendo em vista a importância da saúde sexual para qualidade de vida do indivíduo e dos danos gerados pelas disfunções sexuais para a vida daquele que as possui, o estudo questionou qual seria o papel da intervenção Psicológica Clínica nesse contexto. Nesse sentido, objetivou-se investigar a importância da intervenção psicológica para a saúde sexual das mulheres. Trata-se de uma pesquisa de campo com estratégia qualitativa/quantitativa e caráter descritivo. Participaram 40 mulheres, com idades entre 18 e 62 anos, que haviam iniciado a vida sexual e já tinha sofrido com algum tipo de disfunção sexual. Os dados foram coletados e analisados através do Google Forms. Além desse, também foram utilizados o Microsoft Excel e a Estatística Descritiva para a análise dos dados. Os resultados evidenciaram uma baixa na satisfação sexual e uma queda na frequência da atividade sexual das participantes. Os dados também demonstraram que apenas 25% das mulheres acometidas com transtorno sexual tivera acompanhamento psicológico. Das participantes que fizeram psicoterapia, 17,5% indicaram que o acompanhamento psicológico foi de extrema importância para seu tratamento e das que não tiveram oportunidade de realizar a psicoterapia, 40% afirmou que gostaria de ter sido acompanhada. Diante disso, compreende-se a importância da intervenção psicológica como parte fundamental e complementar para este processo de cuidado, visto que a área da Psicologia se apresenta com grandes contribuições para trabalhar as questões emocionais, cognitivas e psicológicas que permeiam a sexualidade humana. Dessa forma, espera-se que este trabalho contribua com novos conhecimentos que possam favorecer o trabalho do psicólogo nesse processo de cuidado relacionado a saúde sexual do ser humano.

Palavras-chaves: Sexualidade; Disfunções Sexuais; Intervenção Psicológica Clínica.

ABSTRACT

Considering the importance of sexual health for the individual's quality of life and the damage generated by sexual dysfunctions for the life of those who have them, the study questioned what would be the role of Clinical Psychological intervention in this context. In this sense, the objective was to investigate the importance of psychological intervention for women's sexual health. This is a field research with a qualitative/quantitative strategy and descriptive character. Participants were 40 women, aged between 18 and 62 years, who had started their sexual life and had already suffered from some type of sexual dysfunction. Data were collected and analyzed using Google Forms. The data showed a decrease in sexual satisfaction and a decrease in the frequency of sexual activity of the participants. The results also showed that only 25% of women with sexual disorders had received psychological counseling. Of the participants who underwent psychotherapy, 17.5% indicated that

psychological support was extremely important for their treatment and of those who did not have the opportunity to undergo psychotherapy, 40% said they would have liked to have been accompanied. In view of this, the importance of psychological intervention is understood as a fundamental and complementary part of this care process, since the area of Psychology presents itself with great contributions to work on the emotional, cognitive and psychological issues that permeate human sexuality. In this way, it is expected that this work will contribute with new knowledge that can favor the work of the psychologist in this process of care related to the sexual health of the human being.

Keywords: Sexuality; Sexual Dysfunctions; Clinical Psychological Intervention.

INTRODUÇÃO

Uma vida sexual satisfatória é parte fundamental para a saúde global do ser humano e do bem estar individual, sendo de grande importância para uma relação afetiva (MELO et al., 2016). De acordo com a Organização Mundial de Saúde (2020), o sexo se constitui como um dos quatro principais pilares que garantem ao indivíduo uma melhor qualidade de vida. Desse modo, o sexo e a sexualidade possuem influência direta na saúde do ser humano e qualquer disfunção nessa área pode acarretar prejuízos na vida do indivíduo.

A OMS (2020) define a saúde sexual como um estado de saúde físico, emocional, mental e de bem estar social em relação à sexualidade, não se caracterizando apenas pela ausência de doença. A mesma também aponta que a sexualidade é influenciada por diversos fatores, tais como os biológicos, psicológicos, socioeconômicos, éticos e espirituais, além de se constituir como um aspecto fundamental para a qualidade de vida do ser humano. Sabendo, portanto, da importância da saúde sexual para o bem estar do indivíduo, compreende-se que tais questões precisam ser amplamente discutidas, para que se possa prevenir, identificar, conhecer e tratar as disfunções que envolvem a sexualidade.

De acordo com o Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais V (DSM-V) (APA, 2014), as Disfunções Sexuais (DS) são definidas como um grupo de transtornos que, em geral, provocam uma perturbação na capacidade de uma pessoa responder sexualmente ou de experimentar prazer sexual. As DS podem afetar a saúde sexual tanto de homens quanto de mulheres, entretanto, as pesquisas apontam que a prevalência é maior no gênero feminino, o que pode gerar um sofrimento psíquico e desconforto emocional nessas mulheres, além de provocar crises na relação afetiva com seu parceiro.

As Disfunções Sexuais Femininas (DSF) são caracterizadas por perturbações em uma ou mais fases do ciclo da resposta sexual, ou por dor associada à relação sexual. Esse quadro pode levar a mulher a um sofrimento psíquico e tornar esta incapaz de participar da relação sexual como desejaria (MEDONÇA et al., 2012, p. 197). O DSM V lista os seguintes transtornos como característicos das DSF: transtornos do desejo sexual, transtorno da excitação sexual feminina, transtornos do orgasmo, transtornos sexuais dispareunia e transtorno vaginismo.

Como apontam Santos e Oliveira (2015), a causa da DS nas mulheres é multifatorial, podendo envolver aspectos físicos, biológicos, relacionais, socioculturais e até mesmo psicológicos. Uma vez que são diversos os fatores que causam tal transtorno nas mulheres e sabendo que os mesmos possuem influência no psicológico e na vida subjetiva destas mulheres, compreende-se a importância da

intervenção psicológica clínica no tratamento dessas disfunções, visto que a Psicologia se apresenta como a área da saúde que enxerga o ser humano de forma biopsicossocial.

Jesus e Oliveira (2021) mostram que a intervenção psicoterápica se apresenta como uma forma de tratamento imprescindível no que se refere as DSF. Os mesmos afirmam que nas suas diversas abordagens a intervenção psicológica clínica mostra-se com um grande potencial para contribuir na identificação e tratamento das DS.

Lara (2009) aponta que mesmo com as altas taxas de DS, grande parte das mulheres não buscam ajuda médica por vergonha, decepções ou por falhas nas tentativas de tratamento. Para uma resolução mais eficaz das questões sexuais, na grande maioria dos casos, se faz necessário de um trabalho multiprofissional, requerendo o suporte das áreas da Ginecologia, Fisioterapia e Psicologia.

Nesse sentido, o ginecologista atuará na saúde do aparelho reprodutor feminino, possibilitando uma intervenção nas queixas sexuais (LARA et al., 2008). O fisioterapeuta por sua vez trabalhará na prevenção, correção e alívio das disfunções de ordem anatômica ou fisiológica (BATISTA, 2017). E o psicólogo como mostram Nobre et al. (2003), cuidará das questões emocionais e cognitivas da sexualidade humana. A atuação em conjunto desses profissionais pode proporcionar uma melhoria mais rápida para essas mulheres.

Compreendendo a importância do profissional de Psicologia nesse processo de cuidado e sabendo que as DS afetam diretamente o emocional e o psicológico das mulheres, apresentasse como problema de pesquisa o questionamento, a saber: De que forma a intervenção psicológica clínica pode contribuir no tratamento de mulheres que sofrem com DS?

O presente trabalho justifica-se pelo fato de após vivenciar uma DS ter encontrado na intervenção psicológica um meio muito pertinente para o tratamento da problemática, gerando um interesse pelo estudo do tema. Assim sendo, a Psicologia se apresenta com grande relevância, importância e eficácia na intervenção das patologias relacionadas a sexualidade, além de se mostrar como um processo de cuidado amplo que traz um olhar biopsicossocial para o indivíduo em suas diversas demandas. Como também oferece uma psicoeducação, elemento esse que é necessário para se desconstruir tabus acerca da temática sexualidade e construir um conhecimento mais acessível e natural perante a sociedade.

Para tanto, a presente pesquisa tem como objetivo geral investigar a importância da intervenção psicológica para a saúde sexual das mulheres. E como objetivos mais específicos: caracterizar as principais DS que afetam as mulheres, identificar os fatores biopsicossociais que podem gerar e manter essas disfunções, além de apontar a prevalência das mulheres que tiveram acompanhamento psicológico como parte complementar do tratamento das DS.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Por muito tempo o tema sexualidade foi visto como um tabu pela sociedade. Como aponta Oliveira (2015), a sexualidade tal como uma temática mais restrita, ampla e atravessada por muitos preconceitos e restrições, não era considerada um objeto de decência para as pesquisas acadêmicas. Ainda de acordo com a mesma, a sexualidade passou a se configurar como um tema relevante para estudos dentro da área somente na contemporaneidade, podendo dessa forma ser considerado um informe relativamente recente. Isto se explica pelo fato do mundo antigo ser uma

época que presava por métodos e temáticas de pesquisa com um vigor mais conservador, assim sendo, questões sexuais ficavam um pouco de lado.

Quando se fala em sexualidade um dos grandes nomes que vem à mente é o do psiquiatra Sigmund Freud, o qual contribuiu de forma significativa para o desenvolvimento do tema. Freud fez grandes contribuições ao estudo da sexualidade humana, descrevendo todo seu processo de desenvolvimento desde a infância. Sempre muito ousado ao se referir a sexualidade humana, Freud foi o primeiro pesquisador que se atreveu a dizer que as crianças eram dotadas de sexualidade desde o início da vida e que manipulavam a si próprias na busca pelo prazer, sendo tal manipulação conduzida a diferentes partes do corpo. Seu trabalho ampliou o conceito de sexualidade, que não se referia apenas aos atos de prazer ligados aos aparelhos genitais, mas a um conjunto de excitações e de atividades que surgem desde a infância e produzem um prazer que vai muito além da satisfação de uma necessidade fisiológica fundamental (BRASIL, 2013, p. 40).

Ainda segundo o autor, a sexualidade diz respeito a um conjunto de características humanas que se traduz nas diferentes formas de expressar a energia vital, que foi chamada por Freud de libido, a qual faz referência a energia pela qual se manifesta a capacidade de se ligar às pessoas, aos desejos, ao prazer e desprazer, as necessidades e à vida. De modo frequente, as pessoas associam a sexualidade ao ato do sexo e/ou aos órgãos genitais, considerando-os como sinônimos. Apesar do sexo ser uma das dimensões importantes da sexualidade, esta se constitui muito além de uma atividade sexual e não se limita à genitalidade ou a uma função biológica responsável apenas pela reprodução (NEGREIROS, 2004).

Nesse sentido, ao refletir um pouco mais sobre o assunto, é possível perceber que o corpo de uma forma completa é fonte de prazer, pelo fato de proporcionar, desde o nascimento do indivíduo, o sentir, o perceber e o comunicar o mundo. Dessa forma, sabendo que a sexualidade se constitui por aspectos físicos, psicoemocionais e socioculturais, a mesma envolve além do corpo, os sentimentos, as relações afetivas, a história de vida, os costumes e a cultura da pessoa envolvida na relação sexual.

A sexualidade tem relevância legitimada pela Organização Mundial de Saúde, a qual a reconhece como um dos principais pilares para a qualidade de vida do indivíduo. É garantido ao ser humano o direito à saúde sexual, que é definida como o estado de bem-estar físico, emocional, mental e social relacionado à sexualidade, não se referindo apenas a ausência de doenças, disfunções ou enfermidades (OMS, 2020, p. 15). Lara (2009) aponta que a saúde sexual pode ser influenciada por diversos fatores como a exemplo de fatores biológicos e predisposições genéticas, e é legitimada pela vivência sexual saudável do indivíduo.

Para Marques, Chedid e Eizerik (2008), uma relação sexual bem sucedida depende de uma sequência complexa de ocorrências hormonais e fisiológicas que estão altamente vulneráveis aos efeitos de excitações emocionais, tanto intensas quanto crônicas. Os pioneiros no estudo da natureza sexual humana e do tratamento de distúrbios sexuais foram a ginecologista Masters, a psicóloga Johnson e a médica Kaplan. Os referidos estudiosos, descreveram o “ciclo de resposta sexual completo”, o qual foi subdividido em quatro fases: excitação, platô, orgasmo e resolução. (MARQUES; CHEDID; EIZERIK, 2008).

Nesse sentido, embasada nos modelos propostos por Masters, Johnson e a Kaplan, a Associação Psiquiátrica Americana (APA) estabeleceu um novo modelo para o ciclo das respostas aos estímulos sexuais. (BRASIL, 2013, p.50). De acordo

com o autor, a APA definiu a resposta sexual saudável como um conjunto de quatro etapas consecutivas, descritas a seguir:

- **Fase de desejo sexual:** “o desejo sexual é vivido pela pessoa como sensações específicas que a fazem procurar ou ser receptiva à experiência sexual.” (p. 50);
- **Fase de excitação:** “fase de preparação para o ato sexual, desencadeada pelo desejo.” (p. 50);
- **Fase de orgasmo:** “é o clímax de prazer sexual, que ocorre após uma fase de crescente excitação.” (p. 50);
- **Fase de resolução:** “é um período em que o organismo retorna às condições físicas e emocionais usuais.” (p.50).

Vale salientar que em uma atividade sexual, deixar de vivenciar alguma dessas fases, não significa necessariamente a pessoa está com algum tipo de problema sexual. As queixas de dificuldades nas relações sexuais existem e são verdadeiras, essas dificuldades podem gerar insatisfações na vida sexual do indivíduo, não sendo obrigatoriamente uma falha no desempenho, mas sim uma diminuição ou ausência do padrão habitual de satisfação, interesse ou de resposta sexual, causando desconfortos ou dificuldades interpessoais, como a exemplo da: incapacidade de relaxar, dificuldade de comunicação com o parceiro, medo ou receio de intimidade, ansiedade quanto ao desempenho sexual, diminuição do desejo, entre outras. (BRASIL, 2013).

Assim sendo, é necessário ficar atento quando essas dificuldades sexuais se tornam persistentes e recorrentes provocando sofrimento a pessoa. Esses incômodos devem ser investigados com muita atenção para identificar se a sintomatologia corresponde ou não a um quadro de DS. E caso haja a disfunção, que essa seja diagnosticada e tratada da forma mais adequada possível, minimizando os possíveis danos físicos, emocionais e psicológicos gerados pelo transtorno sexual. Segundo o DSM V (APA, 2014, p.423), um mesmo indivíduo poderá ter várias disfunções sexuais ao mesmo tempo e nesses casos todas as disfunções deverão ser diagnosticadas, ato que ressalta a importância de conhecer mais sobre as disfunções e sobre seus tipos.

Ainda de acordo com o manual, os transtornos sexuais possuem uma classificação, os quais são divididos em subtipos. Conforme ressaltam Jesus e Oliveira (2021), os transtornos podem ser classificados em primário e secundário de acordo com o início do aparecimento do quadro. Os mesmos afirmam que a partir dessa divisão é possível entender se a disfunção foi desenvolvida ao longo da vida (quando essa está presente na vida da pessoa desde as primeiras experiências sexuais) ou se foi adquirida posteriormente (desenvolvida após um período de união sexual considerado relativamente normal). Um segundo subtipo refere-se à frequência destes transtornos, podendo ser generalizados (quando não estão limitados a certos tipos de parceiros, estímulos ou situações) ou situacional (o qual surge somente com determinados tipos de parceiros, estímulos ou situações). (JESUS; OLIVEIRA, 2021, p. 19).

As DF são muito comuns em mulheres e os fatores que a estas estão associados podem ser os mais diversos. Mendonça et al. (2012) apontam que a DSF pode ser definida por qualquer alteração ou dor nas fases do ciclo da resposta sexual, como a exemplo do Transtorno do Orgasmo Feminino, Distúrbios do Interesse/Excitação Feminina, Transtorno da Dor Gênero-pélvica/Penetração e a

Disfunção Sexual Induzida por Substância/ Medicamento. A seguir, conforme exposto no DSM V (APA, 2014), explanaremos a definição de cada uma destas disfunções, bem como suas causas e implicações na vida das mulheres diagnosticadas com um transtorno sexual.

- **Transtorno do Orgasmo Feminino** - “Quando há presença de qualquer um dos sintomas a seguir, vivenciado em quase todas ou em todas as ocasiões de atividade sexual: retardo acentuado, infrequência acentuada ou ausência de orgasmo; intensidade muito reduzida de sensações orgásmicas.” (p. 430).
- **Distúrbios do Interesse/Excitação Feminina** - “Quando há ausência ou redução significativa do interesse ou da excitação sexual.” (p. 433);
- **Transtorno da Dor Gênitopélvica/Penetração** - “Dificuldades persistentes ou recorrentes com penetração vaginal; dor vulvovaginal ou pélvica intensa durante a relação sexual vaginal ou nas tentativas de penetração; medo ou ansiedade intensa de dor vulvovaginal ou pélvica em antecipação (durante ou como resultado de penetração vaginal); e tensão ou contração acentuada dos músculos do assoalho pélvico durante tentativas de penetração vaginal.” (p. 437).
- **Disfunção Sexual Induzida por Substância/ Medicamento** - “Não é um problema sexual exclusivo de mulheres. A disfunção consiste em uma perturbação clinicamente significativa na função sexual é predominante no quadro clínico. Os sintomas serão desenvolvidos durante ou logo após intoxicação ou abstinência de alguma substância ou após exposição a um medicamento. A substância ou medicamento envolvido é capaz de produzir perturbação na atividade sexual do indivíduo.” (p. 446).

A DSF pode ser compreendida, portanto, como a incapacidade de a mulher conseguir ter uma relação sexual satisfatória. Para ser considerado uma disfunção os sintomas devem persistir por um período mínimo de aproximadamente seis meses e causarem sofrimento clinicamente significativo na vida da mulher que é acometida.

Para Castro (2020), a dificuldade de abordar aspectos da intimidade sexual tanto por parte da mulher quanto do profissional de saúde pode comprometer o diagnóstico da DSF. Brasil (2013) diz que, em geral, os profissionais de saúde, sentem dificuldades de abordar os aspectos relacionados à sexualidade ou à saúde sexual de seus pacientes. Essa dificuldade é marcada pelos preconceitos e tabus, além dos profissionais não se sentirem preparados e desconfortáveis em lidar com o tema. Dessa forma, para que se faça uma boa avaliação é necessário que os profissionais da saúde estejam preparados para abordar e tratar questões relacionadas a saúde sexual.

Do diagnóstico ao tratamento das DS se faz necessário uma visão psicossomática acerca da problemática. Desse modo, a abordagem interdisciplinar desses transtornos é fundamental. (CASTRO, 2020). A visão multiprofissional é de extrema relevância para o tratamento de problemas relacionados a área sexual, pois possibilita avaliar as várias hipóteses que podem ter gerando a disfunção.

A etiologia das DS é multifatorial, podendo envolver aspectos físicos, psicológicos, sociais ou até mesmo sendo de causa desconhecida. Na literatura as causas mais apontadas são: idade acima de 44 anos, o déficit de estrogênio pela menopausa, as cirurgias vaginais, as disfunções sexuais do parceiro, crença

religiosa, o desemprego e uma baixa percepção da qualidade de vida. Fatores como a fadiga, consumo de álcool ou drogas, gravidez, doenças crônicas e o desuso da musculatura perineal também são levados em consideração quando o assunto são as causas das disfunções sexuais. (PIASSAROLLI, 2010).

Castro (2020) afirma que com o envelhecimento, é natural o surgimento de uma diminuição e perda a vários níveis de desejo, sendo possível também ocorrer algum tipo de declínio relacionado ao funcionamento sexual. Sendo assim, os problemas sexuais podem afetar diretamente a harmonia e a vida sexual de um casal.

Os fatores psicológicos também é uma questão que deve ser analisada, os mesmos incluem aspectos emocionais e cognitivos ligados à experiência sexual. Dentre os fatores associados podemos citar emoções negativas como a culpa, a vergonha ou a raiva que podem destruir os sentimentos de prazer da pessoa, situações traumáticas de abuso sexual ou estupro, falta de informação e crenças erradas ou negativas sobre a sexualidade, além de inexperiência que pode ser fator gerador de medos ou bloqueios em relação a resposta sexual. (HALL et al., 2019 apud MEIRELES, 2019). A autora segue afirmando que os fatores psicológicos, como a depressão ou a ansiedade, podem contribuir para a diminuição do desejo sexual.

Ainda de acordo com a autora, fatores psicológicos de ordem relacional, como a falta de estimulação adequada do(a) parceiro(a) e a deficiente comunicação, também contribuem para as disfunções de ordem psicológica. (MEIRELES, 2019). Desse modo, nota-se a grande interferência que os aspectos psicológicos e emocionais podem gerar para a saúde sexual do ser humano.

Em relação aos aspectos sociais, pode-se citar as construções familiares, religiosas e os tabus da sociedade como um todo acerca da temática. Como nos mostra Hawkins (2016), tem-se sugerido através de dados clínicos e empíricos que as crenças disfuncionais relacionadas a sexualidade pode ser um fator de grande vulnerabilidade para o desenvolvimento e manutenção de DS. Para a autora, nas mulheres é realçado o conservadorismo, uma visão rígida do sexo como uma forma de pecado, mitos sobre o papel da mulher e da beleza física, além de exigências de desempenho. Desta forma, a distorção da informação sexual, por consequência de uma educação sexual rigorosa, inacessível ou insuficiente, poderá ter um impacto negativo no funcionamento sexual destas mulheres.

Além desses, vale aqui citar também os fatores gerados pelo uso de medicações. De acordo com Silva (2015), os medicamentos que podem contribuir para a disfunção sexual, são: Anti-hipertensivos, Álcool etílico, Antidepressivos, Barbitúricos, Anti-histamínicos, Diuréticos, Antiespasmódicos, Narcóticos, Sedativos e tranquilizantes.

O sofrimento provocado pela disfuncionalidade da relação sexual pode afetar a vida da mulher nas mais diversas áreas, diante disso se faz necessário uma intervenção que se proponha a trabalhar as questões geradoras e mantenedoras dos problemas ligados a sexualidade dessas mulheres. Nesse sentido, como nos mostram Jesus e Oliveira (2021), a Psicologia Clínica apresenta-se como uma excelente forma de pensar a questão da DS. A autora segue mostrando que o caráter interdisciplinar que o tratamento dos transtornos sexuais requer, estão ligadas a uma visão do ser que é biopsicossocial e que por isso todas as esferas que por ventura o influenciam devem, sem via de dúvidas, serem contempladas no curso de seu tratamento.

Desse modo, o tratamento das DS deve seguir a dinâmica biopsicossocial do transtorno. De acordo com Silva (2015, p21), a origem multifatorial das disfunções está relacionada a fatores hormonais, neurológicos, vasculares, musculares e psicológicos. Sendo assim, o tratamento deve ser realizado por profissionais que cuidem do físico e do psicológico e que além desses também estejam atentos aos impactos da cultura nessa perspectiva. Analisando, portanto, o indivíduo em seus mais diversos aspectos perante a patologia que a cometera.

A Psicologia Clínica é uma das áreas de atuação profissional da Psicologia, ela tem como propósito reduzir o sofrimento psíquico ou ampliar o autoconhecimento. (BOCK, 2008). Ao que se refere a saúde sexual temos a mesma como um importante fator de qualidade de vida. Dentro da própria Psicologia como profissão existe a especialização voltada para área da sexualidade, como também existem profissionais que trabalham com a psicoterapia individual e que mesmo sem especialização na área terão em algum momento de conhecer, identificar e intervir quando por ventura alguma paciente aparecer com diagnóstico de DS ou problemas relativos à própria sexualidade. (JESUS; OLIVEIRA, 2021).

Nesse sentido, o papel do Psicólogo Clínico nesse contexto é o de instigar nas pacientes uma reflexão acerca dos fatores que influenciam a atividade sexual e que podem fazer dessa funcional ou disfuncional, além de gerar uma psicoeducação sobre a sexualidade para se desvendar possíveis crenças sexuais que estejam afetando o funcionamento sexual da mesma. Para isso, se faz necessário que a conduta destes profissionais não esteja baseada somente as influências físicas e emocionais da patologia que a paciente apresenta. (BRASIL, 2013).

Diante do exposto, compreende-se, portanto, a rica contribuição da Psicologia Clínica no processo de cuidado quando o assunto é a sexualidade. A Psicologia possui em suas várias abordagens um vasto campo de terapias que possibilitam atender as demandas das pacientes que buscam ajuda para esse processo de cuidado. As mulheres precisam de um espaço para que possam falar à vontade sobre suas questões, por isso é importante que o Psicólogo Clínico esteja aberto para oferecer uma escuta de qualidade e para contribuir de forma eficaz nesse processo de intervenção.

METODOLOGIA

Este estudo baseou-se em uma estratégia qualitativa/quantitativa de pesquisa, de caráter descritivo, por meio de uma pesquisa de campo. Nesta seção, pretende-se demonstrar os procedimentos metodológicos referentes ao tipo de pesquisa utilizado. Também serão abordados os critérios para a construção do universo de estudo, o método de coleta de dados e, por fim, a forma de tratamento desses dados.

Participaram da pesquisa 40 mulheres, que atenderam aos seguintes critérios de inclusão: a) Ser do sexo feminino; b) Ser maior de 18 anos; c) Ter iniciado a vida sexual; e d) Está apresentando ou já ter apresentado algum tipo de disfunção sexual.

Primeiramente a pesquisadora buscou contato com as participantes por meio das redes sociais e através de profissionais da Psicologia que por ventura tenham atendido alguma mulher com DS. Após encontrar as candidatas, foi explicado o motivo da pesquisa e a proposta para estas participarem do presente estudo.

A todas as mulheres que se dispuserem voluntariamente a participar da pesquisa, primeiramente, foi solicitado que assinassem um Termo de Consentimento

Livre e Esclarecido onde estavam contidas as questões éticas (como o compromisso com as participantes, o respeito às informações e o sigilo e resguardo da identidade de cada uma delas), bem como algumas informações sobre o presente estudo.

Para a coleta dos dados, foram utilizados dois instrumentos. O primeiro foi um questionário desenvolvido especificamente para esta pesquisa, no qual investigou-se os dados sociodemográficos, tais como, idade, escolaridade, estado civil, idade da coitarca, renda familiar, satisfação com a vida sexual, o tipo da disfunção, se fez acompanhamento psicoterapêutico para tratar de questões relacionada a sua saúde sexual e qual a importância que o acompanhamento psicológico teve para o tratamento da disfunção sexual.

O segundo instrumento utilizado foi o Estudo do Comportamento Sexual no Brasil – ECOS. O instrumento foi construído com o objetivo de tentar reparar uma lacuna nas pesquisas das DS. A finalidade do questionário é avaliar a amplitude e detalhamento de hábitos, bem como as tendências e práticas sexuais da população brasileira. (ABDO et al., 2000). O instrumento possui 3 modelos devido a facilidade de aplicação em certos grupos. O modelo utilizado nesta pesquisa foi o Modelo II com uma versão adaptada para este estudo.

Para a circulação dos instrumentos de pesquisa fez-se uso das redes sociais WhatsApp e Instagram. A coleta e análise dos dados deu-se por meio do aplicativo Google Forms. Além desse, para a análise dos dados também se utilizou do Microsoft Excel para o cálculo da frequência, e da Estatística Descritiva para o alcance da média e do desvio padrão dos resultados da pesquisa.

Salienta-se ainda que esta pesquisa foi realizada atendendo os preceitos éticos preconizados pela Resolução 466/2012 (2012, 13 de junho), e que o projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética do UNIESP, sob parecer nº 5.339.154 e CAAE 57420022.8.0000.5184.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Os resultados da presente pesquisa representam uma pequena, mas significativa, parcela de mulheres que sofrem com disfunções sexuais. Participaram do estudo 40 pessoas do sexo feminino com idades compreendidas entre os 18 e os 62 anos.

No que concerne à escolaridade, todas as participantes possuíam no mínimo o ensino médio completo, sendo que 50% da amostra total detinha também de ensino superior. Relativamente à renda familiar, a grande maioria, especificadamente 52,5%, viviam com 1 a 4 salários mínimos.

Ao que diz respeito a coitarca, grande parte da amostra teve sua primeira relação sexual bem cedo. As idades da coitarca variaram entre os 10 e os 33 anos, entretanto 55% da amostra iniciou sua vida sexual ainda na fase da adolescência. Com relação ao estado civil, 60% das participantes são solteiras, viúvas ou divorciadas, e 40% das voluntárias encontram-se casadas ou em união estável. Esses dados podem ser observados na Tabela 1.

Tabela 1 - Caracterização sociodemográfica da amostra (N=40)

Variáveis	N	%	Mín.	Máx.
Idade	40	100	18	62

Escolaridade

Ensino Médio Completo	15	37,5
Ensino Técnico Superior Incompleto	5	12,5
Ensino Superior Completo	20	50,0

Renda Familiar

< até 1 salário mínimo	10	25,0
1 a 4 salários mínimos	21	52,5
5 a 8 salários mínimos	7	17,5
9 ou mais salários mínimos	2	5,0

Estado Civil

Solteira/Viúva/Divorciada	24	60,0
Casada/União estável	16	40,0

Idade da coitarca (idade da primeira relação sexual)	40	100	10	33
---	----	-----	----	----

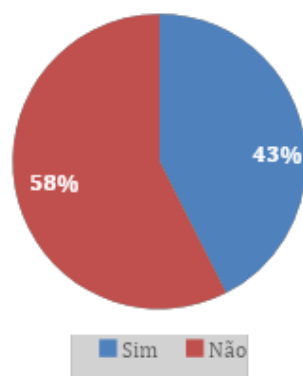
Fonte: Autoria Própria, 2022.

Quanto à satisfação sexual, 57,5% da amostra demonstrou-se insatisfeita com sua atividade sexual. A OMS (2020) afirma que a satisfação sexual é uma condição indispensável para a saúde e qualidade de vida do ser humano. Dessa forma, quaisquer problemas nesta área podem provocar prejuízo significativo para vida das mulheres que são acometidas, como também para a vida de seus respectivos parceiros.

Antônio et al. (2016) apontam em seus estudos que as disfunções sexuais estão diretamente associadas ao desgaste emocional provocado pela insatisfação sexual. Esses dados corroboram com os resultados da presente pesquisa onde mais da metade da amostra apresenta-se insatisfeita com a vida sexual.

Tess e Savola (2004) mostram que as DS geram uma persistente e recorrente perda e/ou diminuição do comportamento tido como normal de interesse ou resposta sexual, levando a mulher a um intenso sofrimento, além de enfrentar dificuldades interpessoais. A incapacidade de participar da relação sexual como desejaria pode levar a mulher a uma decepção, produzindo nestas sentimento de tristeza e aversão ao sexo. No entanto, vale ressaltar que isso não ocorre pelo fato delas não desejarem ter a relação, mas pela frustração nas tentativas anteriores que foram fracassadas.

Figura 1 – Satisfação relacionada a vida sexual (N=40)
Você está satisfeita com a sua vida sexual?



Fonte: Autoria Própria, 2022.

Relativamente ao tipo da disfunção sexual, a disfunção mais apresentada pelas participantes foi o vaginismo, onde 47,5% indicaram o transtorno. A segunda disfunção mais apontada, correspondendo a 5%, foi a dispareunia e 40% da amostra não souberam informar o nome do transtorno.

As nomenclaturas que as participantes usaram para indicar os tipos de disfunção estão dentro das seguintes categorias, conforme a definição do DSM V (APA, 2014): baixa na libido (Transtorno do Orgasmo Feminino), não consegue ter orgasmo (Distúrbios do Interesse/Excitação Feminina), vulvodínia, dispareunia e vaginismo (Transtorno da Dor Gênitopélvica/Penetração).

Bessa (2013) demonstrou em um estudo com 1.415 participantes que ao serem questionadas sobre qual alteração sexual mais lhes afetava, 46,3% das mulheres indicaram a diminuição na libido, seguida por dor/desconforto (16,6%) e dificuldade para atingir o orgasmo (10,4%).

Esses dados divergem de certa forma da presente pesquisa, a qual aponta o vaginismo como tipo de disfunção sexual mais indicada pelas participantes. No entanto, independentemente do tipo, qualquer disfunção acarreta prejuízos para a vida do indivíduo que a possui, por isso deve ser investigada e tratada o quanto antes, para que dessa forma os danos sejam amenizados e a satisfação sexual dessas mulheres passe a ser completa e mais saudável.

Tabela 2 – Disfunções sexuais apontadas pelas participantes (N=40)

Variáveis	N	%
Qual o tipo (nome) da disfunção?		
Não consegue ter orgasmo	1	2,5
Libido baixa	1	2,5
Vulvodínia	1	2,5
Dispareunia	2	5,0
Vaginismo	19	47,5
Não souberam informar	16	40,0

Fonte: Autoria Própria, 2022.

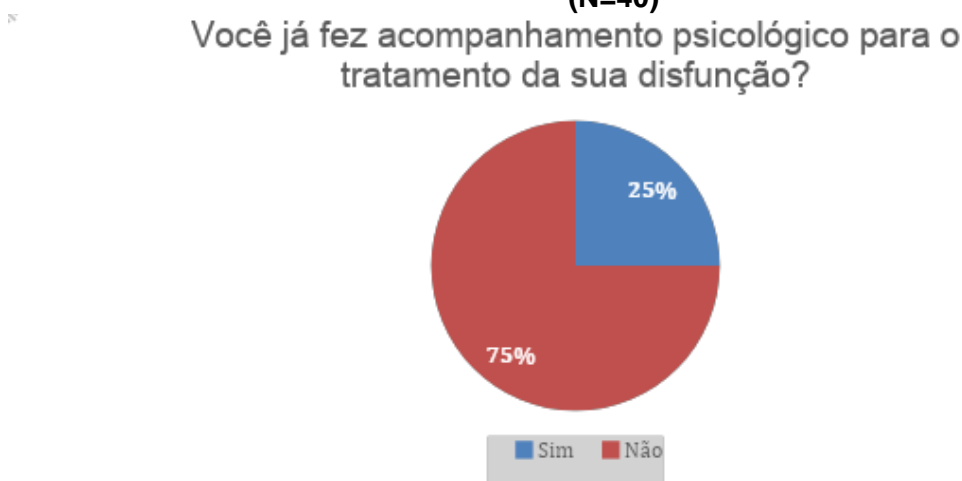
Em relação a ter tido acompanhamento psicológico para tratar de questões relacionadas a saúde sexual, 75% das participantes disseram nunca terem sido acompanhadas por um profissional de Psicologia e apenas 25% fizeram acompanhamento psicoterápico.

Como mostram Antonioli e Simões (2010), a incidência das disfunções sexuais é difícil de ser determinada pelo fato de muitas mulheres não procurarem atendimento. Em contrapartida, as que se mobilizam e vão a uma consulta, encontram poucas opções de tratamento e acolhimento, não incentivando, portanto, as que não buscam.

Sabendo que os problemas relacionados a sexualidade estão ligados a diversos fatores que podem ir desde do físico ao psicológico, Buckstegge et al. (2009) defendem que o tratamento das disfunções sexuais deve ser realizado de forma interdisciplinar. Desse modo, a Psicologia Clínica se apresenta como uma das áreas fundamentais para o processo de cuidado da sexualidade, propondo um olhar biopsicossocial para queixas sexuais. Os mesmos ainda apontam que a intervenção psicológica contribui para a diminuição dos sintomas e promove leveza, mais tranquilidade em relação à sexualidade, além de reduzir a irritação.

A anormalidade sexual afeta a qualidade de vida da mulher e provoca um sofrimento psíquico para esta e, muitas vezes, para seu parceiro também. Diante disso, o acompanhamento psicoterapêutico é fundamental para o tratamento dessas mulheres, e se necessário, para seus parceiros. O psicólogo trabalhará com o objetivo de amenizar o sofrimento desses indivíduos, apresentando-se como um mediador para a comunicação sexual, bem como intervindo nas questões mantenedoras e geradoras dessas disfunções, como a exemplo de crenças disfuncionais, construções familiares rígidas, além de traumas relacionados a sexualidade dessas mulheres.

Figura 2 – O acompanhamento psicológico no tratamento das disfunções sexuais (N=40)



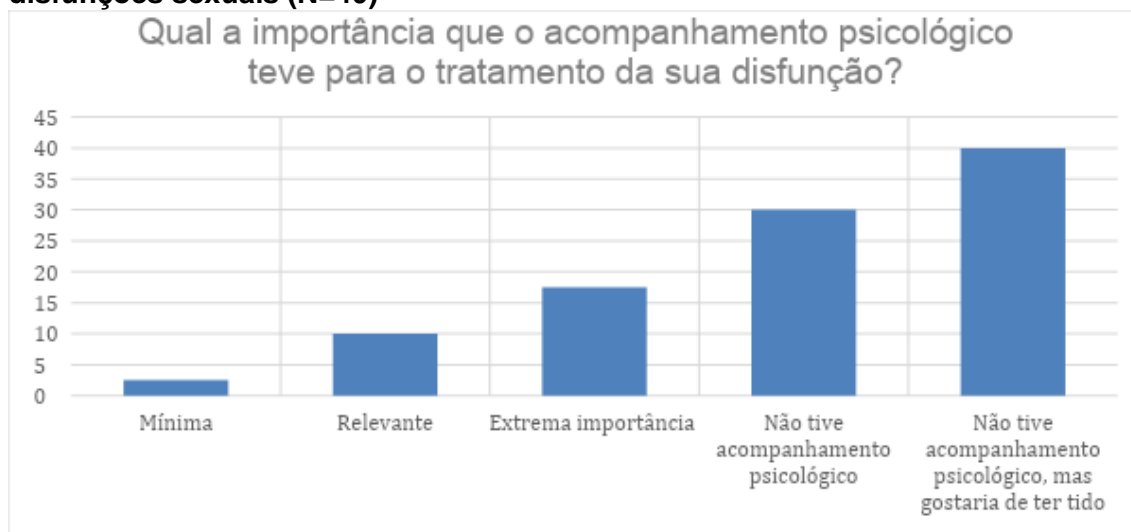
Fonte: Autoria Própria, 2022.

Quanto à importância do acompanhamento psicológico para o tratamento das disfunções sexuais, 40% da amostra afirmou não ter tido acompanhamento, mas que gostaria de ter realizado a psicoterapia. E aquelas que tiveram a oportunidade de fazer a psicoterapia indicaram que foi de extrema importância para seu tratamento (17,5%).

Diante do sofrimento psíquico que um problema sexual pode gerar para a vida de um indivíduo, a intervenção psicológica apresenta-se com um meio eficaz para o tratamento das mesmas. Nobre et al. (2003) diz que a intervenção psicológica contribui para investigação das variáveis cognitivas e emocionais que podem ter provocado e esteja mantendo as disfunções sexuais. Fleury e Abdo (2013) afirmam que a psicoterapia possui um papel importante no tratamento de problemas relacionais a sexualidade, promovendo bons resultados para uma vida sexual satisfatória.

Diante das várias causas que um transtorno sexual pode estar envolvido, a área da Psicologia se apresenta como mais um meio para compor os recursos terapêuticos do tratamento. O psicólogo trabalhará junto com a paciente na investigação dos fatores que podem ter provocado à disfunção e que ainda são gatilhos para manutenção das mesmas. Através da visão biopsicossocial do homem, o psicólogo precisa levar em considerações as mais diversas hipóteses, e esse pode ser um meio de investigação fundamental para se trabalhar as demandas relacionadas a sexualidade. Visto que os mistérios sexuais podem envolver questões hormonais, físicas, emocionais, psicológicas e sociais. Desse modo, o acompanhamento psicológico se mostra como um aliado fundamental para esse processo de cuidado e o trabalho em conjunto com outras áreas pode promover uma resolução mais rápida e eficaz para estas pacientes.

Figura 3 – Importância do acompanhamento psicológico no tratamento das disfunções sexuais (N=40)



Fonte: Autoria Própria, 2022.

Após o levantamento dos dados sociodemográficos, foi realizada a aplicação do questionário: Estudo do Comportamento Sexual no Brasil – ECOS. O instrumento foi utilizado na tentativa de analisar o comportamento sexual, bem como a percepção das participantes acerca do impacto da disfunção sexual sob sua vida. Os dados da escala serão apresentados a seguir.

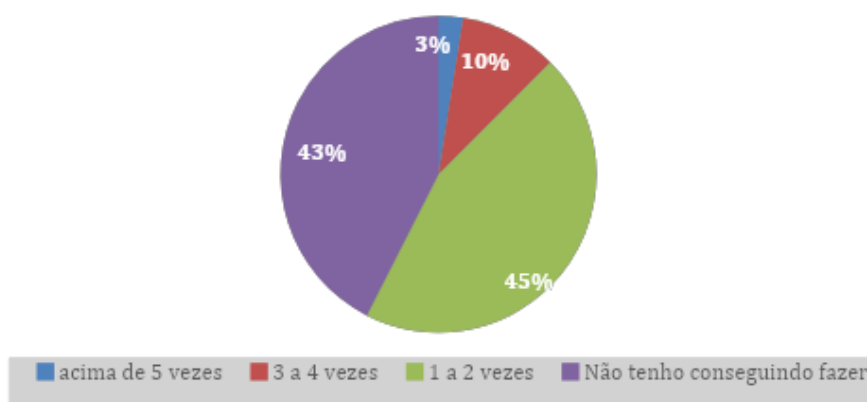
No que se refere ao número de vezes que as participantes têm tido relação sexual, grande parte da amostra (45%) indicaram 1 a 2 vezes, e 42,5% das participantes afirmaram não estarem conseguindo fazer sexo no momento.

Ferreira, Souza e Amorim (2007) ao realizaram uma pesquisa com 100 mulheres constataram que 64% das entrevistadas tinham relação sexual apenas uma vez por semana. A disfunção sexual feminina como nos mostram Freury e Abdo

(2012), refere-se à alteração do interesse pela atividade sexual, à disfunção do orgasmo, à dificuldade em vivenciar a excitação subjetiva e/ou genital, à dor na relação sexual, além da impossibilidade de relaxamento vaginal para permitir a penetração. Dessa forma, como nos mostram os referidos autores, esse contexto pode provocar uma diminuição na atividade sexual e em alguns casos a impossibilidade por completa de ter a relação sexual.

O presente estudo obteve um alcance maior de respostas de mulheres consideradas jovens e adultas, correspondendo a 97,5% do total da amostra. A baixa na frequência da atividade sexual em mulheres mais velhas pode ser compreendida pela chegada da menopausa. No entanto, em mulheres mais jovens é esperado uma frequência maior na relação. Antônio et al. (2016) em uma pesquisa com 39 mulheres constatou que as mulheres mais jovens apresentaram maior propensão à DFS do que as mais velhas. De acordo com os autores, esse resultado é explicado pelo fato de as DFS estarem associadas a pouca experiência ao início da vida sexual, fator que corrobora pela idade precoce da coitarca.

Figura 4 – Frequência da atividade sexual (N=40)
Frequência da atividade sexual por semana



Fonte: Autoria Própria, 2022.

No que concerne a terem algum tipo de medo em relação ao sexo, os mais apontados foram o medo de engravidar e de não satisfazer o(a) parceiro(a), correspondendo a 42,5% em ambas as alternativas, e em segundo lugar os medos mais indicados foram não ter desejo e não ter excitação, totalizando 35%. Nesta questão as voluntárias puderam indicar mais de um item.

Abdo et al. (2002) em sua pesquisa, como já mencionada anteriormente, revelou que os três maiores medos envolvendo o relacionamento sexual indicados pelas participantes foram: contaminar-se com doenças sexualmente transmissíveis (54,1%), não satisfazer o(a) parceiro(a) (45%) e engravidar (40,1%).

Schoen e Vitalle (2012) nos mostram que o medo é uma emoção primária e que tem como propósito proteger os indivíduos de situações potencialmente perigosa, considerando-se, portanto, algo normal ao ser humano. No entanto, quando o medo aumenta de intensidade e passa a interferir nas atividades diárias do indivíduo é necessário ficar atento e procurar ajuda de um profissional. De acordo com os autores, é provável que a pessoa evite de antemão as ocasiões nas quais ela sabe que sentirá medo ou que essa se protegerá com algum ritual.

Fazendo referência a relação sexual, a presença de algum tipo de medo pode ser fator determinante para a promoção de reações disfuncionais nos aspectos

físico, biológico e emocional. Esses fatores podem levar a mulher criar uma objeção ao sexo, gerando falta de interesse e de desejo pela relação.

Figura 5 – Medos em relação ao sexo



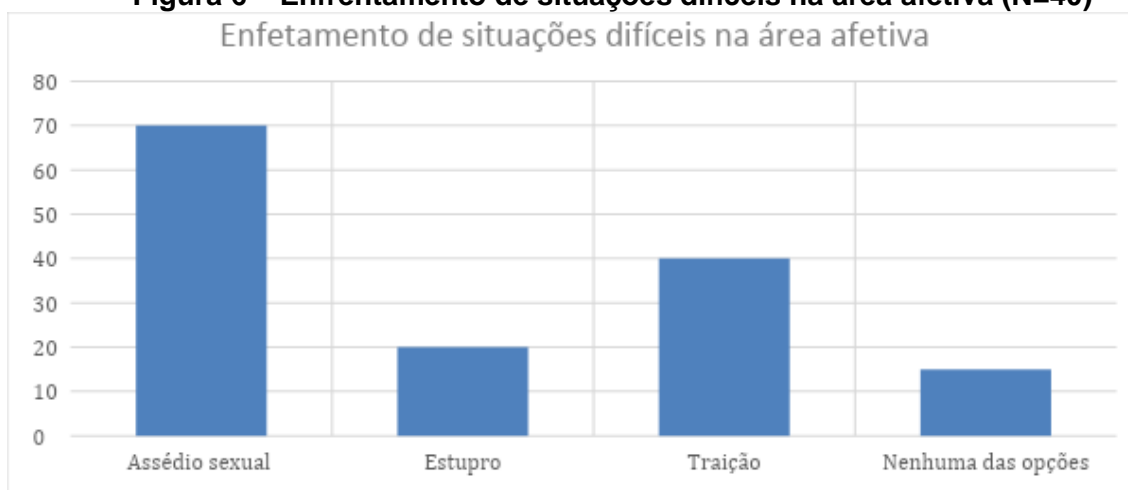
Fonte: Autoria Própria, 2022.

Relativamente a já ter passado por alguma situação difícil em relação a vida sexual e afetiva, 70% das participantes apontaram o assédio sexual e 40% indicaram a traição. As participantes puderam assinalar mais de uma alternativa.

Kinoshita e Ognibeni (2021) demonstraram em uma pesquisa com 46 mulheres com disfunções sexuais que 6,8% das participantes tinham um histórico de violência sexual. Em estudos semelhantes, Faundes et al. (2000) em suas pesquisas com 1.838 participantes, revelou que mais da metade das entrevistadas (54,8%) indicou que, em algum momento, tivera relações sexuais contra sua vontade.

Diante disso, compreende-se que um histórico difícil em relação a vida sexual pode ser um fator de risco para o desenvolvimento da disfunção sexual. O desenvolvimento dos transtornos sexuais pode estar associado a diversos fatores, no entanto, experiências sexuais desagradáveis e traumas provocados por violência sexual pode provocar um impacto negativo para a vida sexual das mulheres. Dessa forma, a violência em torno da sexualidade pode ser apontada como um fator de risco para a saúde sexual da mulher, fazendo com que essas mulheres tenham uma predisposição para o desenvolvimento de disfunções relacionadas a sua vida sexual.

Figura 6 – Enfrentamento de situações difíceis na área afetiva (N=40)



Fonte: Autoria Própria, 2022.

Em relação aos aspectos biopsicossociais que podem ter gerado a disfunção sexual, os mais apontados foram: musculatura do corpo e a contração involuntária da vagina (57,5%); seguidas da depressão e/ou ansiedade, falta de informação e crenças erradas ou negativas sobre a sexualidade (42,5); inexperiência que pode conduzir a medos ou bloqueios e uma resposta condicionada (37,5%). Nesta questão as participantes também tiveram a possibilidade de marcar mais de uma opção.

A literatura mostra que as disfunções sexuais são multifatoriais. Em seus estudos Santos e Oliveira (2015) apontam que os transtornos ligados a sexualidade podem ser desencadeados por fatores físicos, biológicos, relacionais, socioculturais e psicológicos. Em estudos semelhantes relacionados a etiologia das disfunções sexuais, Buckstegge et al. (2009) apresentaram como causas mais frequentes: os transtornos psicológicos, experiências traumáticas de relações sexuais anteriores e até mesmo a sobrecarga de longas jornadas de trabalho.

Segundo Meireles (2019), dentre as queixas psicológicas mais comumente relatadas estão emoções negativas de medo, de culpa, vergonha do próprio corpo, além da raiva quando se aproxima das questões relativas ao relacionamento com o parceiro. O autor comenta que esses aspectos psicológicos são responsáveis por gerar e manter a disfunção sexual e por isso se faz preciso trabalhar na intervenção psicológica as dinâmicas das relações afetivas, melhorar a comunicação sexual entre o casal, bem como apresentar as pacientes novas formas de estímulos que não estejam associadas a dor ou a incapacidade de ser funcional ao sexo.

Os fatores predisponentes precisam ser investigados e identificados para que se possa realizar um diagnóstico mais claro e conciso, pois só a partir disso será possível ter uma visão mais ampla da problemática. Os resultados mostraram a grande contribuição das variáveis cognitivas e emocionais para a promoção das disfunções sexuais. Uma vez que os transtornos psicológicos, crenças disfuncionais, medos e traumas são apontados como causas das disfunções sexuais, compreende-se que as demandas relacionadas a saúde sexual devem ser tratadas por profissionais aptos a essas questões. Desse modo, o psicólogo se apresenta como agente imprescindível para esse processo de cuidado, possibilitando formas de manejo que irão promover a educação sexual, redução do sofrimento psíquico, mudanças comportamentais, e dentre outros objetivos que serão traçados durante o período de terapia.

Tabela 3 – Em relação a terem passado por alguma situação difícil na área relacional ou sexual (N=40)

Variáveis	N	%
<i>De acordo com o diagnóstico de disfunção sexual que você recebeu ou de acordo a sua própria opinião, a disfunção que você apresenta ou apresentou foi gerada por (assinale as principais opções nas quais você se identifica):</i>		
Desemprego	3	7,5
Consumo de álcool ou drogas	1	2,5
Gravidez, cansaço	3	7,5
Depressão e/ou ansiedade	17	42,5
Situações traumáticas de abuso sexual ou estupro	8	20,0
Mensagens anti-assexuais durante a infância (como escutar dos pais que sexo é sujo)	12	30,0
Dificuldade em unir amor com sexo na mesma pessoa	6	15,0
Falta de informação e crenças erradas ou negativas sobre a sexualidade (culpa, educação conservadora)	17	42,5
Inexperiência que pode conduzir a medos ou bloqueios e a uma resposta condicionada	15	37,5
Experiências prévias com dor	12	30,0
Musculatura do corpo, contração involuntária da vagina	23	57,5
Construções familiares, religiosas e os tabus da sociedade como um todo acerca do sexo	14	35,0
Uso de medicação (Anti-hipertensivos, Álcool etílico, Antidepressivos, Barbitúricos, Anti-histamínicos, Diuréticos, Antiespasmódicos, Narcóticos, Sedativos e tranquilizantes)	4	10,0

Fonte: Autoria Própria, 2022.

Conforme os resultados apresentados, compreende-se a complexidade das disfunções sexuais e o quanto ela pode acarretar prejuízos para a vida das mulheres que são acometidas. Diante disso, a intervenção psicológica apresenta-se como peça fundamental para tratar as questões emocionais, cognitivas e psicológicas que permeiam a sexualidade humana. Esse processo de cuidado faz da Psicologia uma área fundamental e complementar na interdisciplinaridade do tratamento que os transtornos sexuais requerem.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Mediante ao estudo realizado constatou-se que problemas relacionados a área sexual podem provocar prejuízos não só para a atividade sexual em si, mas também podem afetar de uma forma geral a qualidade de vida das mulheres que são acometidas por algum tipo de disfunção sexual.

Desse modo, pôde-se analisar a importância do papel do psicólogo no tratamento dos transtornos sexuais, observando-se perante a multicausalidade etiológica destes, que a Psicologia se apresenta como meio complementar e fundamental no tratamento interdisciplinar dos transtornos relacionados a sexualidade. As especialidades da área possibilitam o psicólogo a prevenir,

identificar, conhecer e tratar possíveis problemas que suas clientes possam demandar no consultório clínica.

Diante do exposto, neste artigo observou-se durante a análise dos dados que a satisfação e a frequência da atividade sexual das mulheres estavam abaixo do esperado, o que pode estar provocando um sofrimento emocional para estas, além dos prejuízos para a relação afetiva com seus respectivos parceiros. No entanto, apesar dos danos gerados, apenas uma pequena parcela das participantes afirmou ter procurado ajuda psicológica para trabalhar as questões relacionadas a sua saúde sexual.

Em relação as limitações deste estudo, destacam as poucas publicações acerca do papel da Psicologia no processo de cuidado da sexualidade, o que prejudicou a comparação dos resultados de uma forma mais precisa. Outra limitação desta investigação deu-se em relação a dificuldade para encontrar a amostra para o levantamento dos dados, visto que falar sobre questões sexuais ainda é um tabu na sociedade e por isso as mulheres sentem vergonha de se expor.

Espera-se que tais resultados possam contribuir para futuros estudos relacionados as contribuições da Psicologia para a saúde sexual do ser humano, vislumbrando despertar sobre sua importância, tanto para os profissionais que atendem a essas demandas, como para a sociedade, para que aja uma maior compreensão e facilidade para se trabalhar questões que dizem respeito a sexualidade do indivíduo. Por fim, corroborar também com formações acadêmicas, favorecendo o diálogo e a troca de conhecimento acerca do assunto.

No que tange a perspectiva de estudos futuros, sugere-se o aprofundamento da temática buscando comparar, por exemplo, o nível de melhoria da saúde sexual entre mulheres que fizeram acompanhamento psicológico e as que não fizeram. Sugere-se ainda, a ampliação do estudo incluído as disfunções sexuais que afetam pessoas do sexo masculino.

REFERÊNCIAS

ABDO, Carmita Helena Najjar et al. **Estudo do comportamento sexual no Brasil-ECOS**. 2000. Disponível em:

<https://www.arca.fiocruz.br/bitstream/icict/19459/2/Abdo%20CHN%20Estudo%20do%20comportamento....pdf>. Acesso em: 27 de março de 2022.

ABDO, Carmita Helena Najjar et al. **Perfil sexual da população brasileira: resultados do Estudo do Comportamento Sexual (ECOS) do Brasileiro**. 2002. Disponível em:

<https://www.arca.fiocruz.br/bitstream/icict/19449/2/Abdo%20CHN%20Perfil%20Sexual%20da%20popula%C3%A7%C3%A3o....pdf>. Acesso em: 01 de maio de 2022.

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. **Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais: DSM5**. 5. ed. Porto Alegre: Artmed, 2014. Disponível em:

<http://www.niip.com.br/wp-content/uploads/2018/06/Manual-Diagnostico-e-Estatistico-de-Transtornos-Mentais-DSM-5-1-pdf.pdf>. Acesso em: 29 de agosto de 2021.

ANTÔNIO, Jhonatan Zimmermann et al. Função sexual feminina, desgaste emocional por insatisfação sexual e inteligência emocional. **Fisioterapia Brasil**, v. 17, n. 6, p. 544-550, 2016.

ANTONIOLI, Reny de Souza; SIMÕES, Danyelle. Abordagem fisioterapêutica nas disfunções sexuais femininas. **Revista Neurociências**, v. 18, n. 2, p. 267-274, 2010.

BATISTA, Mirca Christina da Silva. Fisioterapia como parte da equipe interdisciplinar no tratamento das disfunções sexuais femininas. **Diagn. tratamento**, p. 83-87, 2017.

BESSA, Andréa Ramos da Silva. **Fatores associados às disfunções sexuais entre mulheres de meia-idade da Região Norte do Brasil**. 2013. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.

BOCK, Ana Mercês Bahia. **Psicologias: uma introdução ao estudo da Psicologia**. 14ª edição. São Paulo: Saraiva, 2008.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Saúde sexual e saúde reprodutiva**. 1 ed. 1 reimpressão. Cadernos de Atenção Básica, n. 26. Brasília: Ministério da Saúde, 2013. Disponível em: https://bvsmis.saude.gov.br/bvs/publicacoes/saude_sexual_saude_reprodutiva.pdf. Acesso em: 04 de outubro de 2021.

BUCKSTEGGE, Kamilla et al. Disfunções sexuais femininas: um estudo exploratório com um psicólogo que atua em âmbito clínico. **ENCICLOPÉDIA BIOSFERA**, v. 5, n. 08, 2009. Disponível em: <http://www.conhecer.org.br/enciclop/2009B/disfuncoes%20sexuais.pdf>. Acesso em: 29 de agosto de 2021.

CASTRO, Káryhta Mariane Sobrinho. **Fisioterapia na disfunção sexual feminina: uma revisão**. 2020. Disponível em: https://www.unirv.edu.br/conteudos/fckfiles/files/K%C3%A1ryhta%20Mariane%20S_%20de%20Castro.pdf. Acesso em: 19 de novembro de 2021.

FAÚNDES, Anibal et al. O risco para queixas ginecológicas e disfunções sexuais segundo história de violência sexual. **Revista Brasileira de Ginecologia e Obstetrícia**, v. 22, n. 3, p. 153-157, 2000.

FERREIRA, Ana Laura Carneiro Gomes; SOUZA, Ariani Impieri de; AMORIM, Melania Maria Ramos de. Prevalência das disfunções sexuais femininas em clínica de planejamento familiar de um hospital escola no Recife, Pernambuco. **Revista Brasileira de Saúde Materno Infantil**, v. 7, n. 2, p. 143-150, 2007.

FLEURY, Heloisa Junqueira; ABDO, Carmita Helena Najjar. Importância do apoio psicoterapêutico para disfunção sexual no envelhecimento. **Diagn. tratamento**, p. 161-163, 2013.

HAWKINS, Susana Grace. **O papel da educação sexual e da religiosidade no funcionamento sexual**. 2016. Disponível em: <https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/85849/2/145230.pdf>. Acesso em: 18 de outubro de 2021.

JESUS, Clarice; OLIVEIRA, Priscila. **A disfunção sexual em mulheres sob o olhar das psicologias clínicas**. 2021. Disponível em: <https://repositorio.animaeducacao.com.br/bitstream/ANIMA/16042/1/MONOGRAFIA%20APROVADA%20CLARICE%20e%20PRISCILA%20%281%29%20FA.pdf>. Acesso em: 29 de agosto de 2021.

KINOSHITA, Suzane Amanda Torquete; OGNIBENI, Luciana Cristina Rafael. Perfil e qualidade da resposta sexual em mulheres e o conhecimento acerca da fisioterapia pélvica. **Uningá Journal**, v. 58, p. eUJ2858-eUJ2858, 2021.

LARA, Lúcia Alves da Silva. Sexualidade, saúde sexual e Medicina Sexual: panorama atual. **Revista brasileira de Ginecologia e Obstetrícia**, v. 31, p. 583-585, 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbgo/a/7pVXhqNP7qLK7nJ5QQTwdDL/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 18 de outubro de 2021.

LARA, Lúcia Alves da Silva et al. Abordagem das disfunções sexuais femininas. **Revista Brasileira de Ginecologia e Obstetrícia**, v. 30, p. 312-321, 2008. Disponível em: <https://docs.bvsalud.org/biblioref/2019/12/1046495/femina-2019-472-66-74.pdf>. Acesso em: 18 de outubro 2021.

MARQUES, Florence Zanchetta Coelho; CHEDID, Simone Braga; EIZERIK, Gibrahn Chedid. Resposta sexual humana. **Revista de Ciências Médicas**, v. 17, n. 3/6, 2008. Disponível em: <https://periodicos.puc-campinas.edu.br/cienciasmedicas/article/view/755/735>. Acesso em: 19 de março de 2022.

MEIRELES, Gabriela Silveira. Aspectos psicológicos das disfunções sexuais. **Revista Brasileira de Sexualidade Humana**, v. 30, n. 2, p. 47-54, 2019. Disponível em: https://www.rbsh.org.br/revista_sbrash/article/view/90/257. Acesso em: 21 de novembro de 2021.

MELO, Maria José de et al. **Prevalência da disfunção sexual em mulheres adultas atendidas no serviço de ginecologia do Hospital Universitário Antônio Pedro, Brasil**. 2016. Disponível em: <https://app.uff.br/riuff/bitstream/handle/1/2659/Maria%20Jos%c3%a9%20de%20Melo.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 07 de novembro de 2021.

MENDONÇA, Carolina Rodrigues de et al. Função sexual feminina: aspectos normais e patológicos, prevalência no Brasil, diagnóstico e tratamento. **Revista Femina**, jul./ago, v.40, n.4, Goiânia, 2012. Disponível em: <http://files.bvs.br/upload/S/0100-7254/2012/v40n4/a3364.pdf>. Acesso em: 29 de agosto de 2021.

NEGREIROS, Teresa Creusa de Góes Monteiro. **Sexualidade e gênero no envelhecimento**. Revista Alceu. v. 5, n. 9, p. 77-86, jul./dez. 2004.

NOBRE, Pedro Jorge da Silva Coelho et al. **Disfunções sexuais: contributos para a construção de um modelo compreensivo baseado na teoria cognitiva**. 2003. Tese de Doutorado. Disponível em: <https://estudogeral.uc.pt/handle/10316/981>. Acesso em: 30 de abril de 2022.

OLIVEIRA, Vera Lúcia Ruela. **Sexualidade e Psicologia: Visão Psicológica Sobre as Disfunções Sexuais Femininas**. 2015. Disponível em: http://www.avm.edu.br/docpdf/monografias_publicadas/posdistancia/53929.pdf. Acesso em: 15 de outubro de 2021.

OMS, Organização Mundial da Saúde. **Saúde sexual, direitos humanos e a lei**. Organização Mundial da Saúde; tradução realizada por projeto interinstitucional entre Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto Federal do Rio Grande do Sul, Universidade Federal do Paraná, coordenadores do projeto: Daniel Canavese de Oliveira e Maurício Polidoro. Porto Alegre: UFRGS, 2020. Disponível em: <https://apps.who.int/iris/bitstream/handle/10665/175556/9786586232363-por.pdf>. Acesso em: 29 de agosto de 2021.

PIASSAROLLI, Virginia Pianessole et al. Treinamento dos músculos do assoalho pélvico nas disfunções sexuais femininas. **Revista Brasileira de Ginecologia e Obstetrícia**, v. 32, p. 234-240, 2010. Disponível em: http://www.scielo.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1646-107X2018000100066&lang=pt. Acesso em: 30 de novembro de 2021.

SANTOS, Sara Robalo; OLIVEIRA, Catarina Magalhães. Disfunção sexual na mulher: uma abordagem prática. **Revista Portuguesa de Medicina Geral e Familiar**, v. 31, n. 5, p. 351-3, 2015.

SCHOEN, Teresa Helena; VITALLE, Maria Sylvia S. Tenho medo de quê?. **Revista Paulista de Pediatria**, v. 30, n. 1, p. 72-78, 2012.

SILVA, Fernanda Robert De Carvalho Santos. **Considerações sobre a intimidade, a ansiedade e o medo do sucesso em terapia sexual**. Medicina Sexual, v.20, n.4, p.157-160, São Paulo, 2015.

TESS, Vera Lucia Carvalho; SAVOLA, Mariangela Gentil. Disfunções sexuais. **Terapia cognitivo-comportamental na prática psiquiátrica**, p. 340-350, 2004.

